ENCONTROS DA PRIMAVERA

OMNI TEMPORE

2014 | 2015

FACULDADE DE LETRAS DA **UNIVERSIDADE DO PORTO**

Encontros da Primavera

Omni Tempore

2014-2015

Organização

Ana Machado,
Diogo Cardoso,
Fernando Mouta,
Liliana Oliveira,
Maria Guerra,
Marta Pereira Gonçalves,
Pedro Monteiro

PORTO

2017

Ficha Técnica

Título: Omni Tempore. Encontros da Primavera 2014-2015

Organizadores: Ana Machado, Diogo Cardoso, Fernando Mouta, Liliana Oliveira, Maria Guerra, Marta Pereira Gonçalves, Pedro Monteiro.

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital.

Comissão Editorial: Ana Machado, Diogo Cardoso, Fernando Mouta, Liliana Oliveira, Maria Guerra, Miguel João Silva, Pedro Monteiro, Rita Ferreira.

Comissão Científica: Amélia Polónia, Conceição Meireles, Gaspar Martins Pereira, Inês Amorim, Luís Miguel Duarte, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro.

Revisores: Amândio Barros (ESE, Instituto Politécnico do Porto e CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Ângela Salgueiro (FCSH – Universidade Nova de Lisboa, CEHFC, HetSci e IHC), Carla Ribeiro (CEPESE – Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Francisco Miguel Araújo (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Helena Vieira (CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Hugo Ribeiro da Silva (CHAM / FCSH – Universidade Nova de Lisboa), Isilda Monteiro (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti), Maria Cristina Osswald (CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Design da Capa: Joana Abreu

ISBN: 978-989-99854-0-7

Local de Edição: Porto

Ano de Edição: 2017

In memoriam

Remy Tasso Mendes Souza

Editorial

Se o homem sonha e a obra nasce, este projeto é uma prova de que assim é. Sonhado entre estudantes, é concretizado por estudantes, para benefício dos estudantes. Graças à ideia original do Remy Tasso Mendes Souza, finalmente os alunos da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto têm uma plataforma de divulgação dos resultados finais dos projetos de investigação realizados no âmbito das duas unidades curriculares semestrais de Seminário em História (que se subdividem em Medieval, Moderna e Contemporânea). Se o objetivo dessa licenciatura é formar historiadores, o que aqui se apresenta são artigos elaborados com rigor metodológico e com o propósito da partilha do conhecimento. O papel de um historiador na sociedade só se justifica pela sua contribuição para um maior conhecimento do passado, para que a decisão sobre o futuro seja cada vez mais informada e consciente.

Mas este não é o início da história. Há 12 anos criaram-se os Encontros da Primavera para que os estudantes da licenciatura em História pudessem propor trabalhos seus para apresentação pública. Como tudo na vida, os Encontros da Primavera evoluíram. Hoje em dia, são selecionados para participar nos Encontros os alunos com projetos de investigação mais promissores na unidade curricular de Seminário. Sendo uma unidade curricular pertencente ao último ano, já se espera que os selecionados demonstrem uma capacidade investigativa e de exposição de conhecimentos mais condizente com historiadores recém-formados. Aliás, a unidade curricular de Seminário pretende ser uma súmula de todo um percurso académico de três anos que culmina exatamente nos artigos que aqui se tornam públicos. Nesse sentido, e como o Seminário está dividido nas três grandes épocas históricas, o mesmo acontece com a divisão escolhida nesta publicação. Assim, temos três partes onde se incluem os artigos de cada uma dessas épocas. Os artigos escolhidos tiveram unicamente como critério de seleção terem sido apresentados publicamente nos Encontros da Primavera do ano respetivo.

Neste primeiro volume, e na primeira parte dedicada à Época Medieval, começamos com o artigo de Dina Fernandes, intitulado *E depois de Tânger? O Cativeiro de do Infante D. Fernando: a Construção da Imagem de um Santo*, que procura contribuir para um maior conhecimento sobre o cativeiro e martírio desta personagem histórica. Segue-se Hugo Ferreira, com o artigo *A Hagiotoponímia de Entre Douro e Vouga nas Inquirições: 1258-1288*, que pretende estudar e analisar os oragos das povoações referidas nas Inquirições de 1258-1288. O artigo seguinte, *Ammiragliato - Estudo Sociológico Sobre os Almirante-mor de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V*, de

autoria de Marta Gonçalves, dá-nos um estudo sobre os detentores deste tão importante cargo para a afirmação da marinha portuguesa. Tatiana Henriques é a autora que se segue, com o artigo *Os Hospitalários nos Caminhos de Santiago: O Caso da Assistência no Norte de Portugal Medieval*, que analisa a ligação desta ordem religiosa, de cariz originalmente assistencial, com os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela. Finalmente, termina-se com o artigo de Ana Santos, intitulado *A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o Caso de Ceuta)*, que nos pretende dar uma panorâmica sociológica deste estado que tanto contribuiu para a conquista e manutenção desta praça do continente africano.

Na segunda parte, entramos na Época Moderna. Começamos com o artigo de Diogo Cardoso, intitulado *A Emigração para os Territórios Ultramarinos entre 1560 e 1600. O Caso de Vila do Conde*, que pretende reconstituir na medida do possível os fluxos e redes de emigração para o ultramar a partir dos registos de Vila do Conde. Segue-se Ana Machado, com o artigo *Manifestações Musicais como Forma de Representação Social. A Música na Gazeta de Lisboa* em que pretende demonstrar como as elites lisbonenses recorriam a esta forma de arte para as suas sociabilidades. Cíntia Martins, com o artigo *Representações do Escravo Africano na Cronística Portuguesa do Séc. XV e XVI*, dá-nos as imagens do escravo africano para os autores das crónicas portuguesas da segunda metade do século XV e século XVI. O artigo *Atalhos para o Novo Mundo: as Rotas do Tráfico de Escravos para as Índias de Castela (1604-1624)* de autoria de Fernando Mouta, apresenta um estudo das rotas utilizadas no tráfico de escravos para o espaço colonial espanhol no período da União Ibérica. Finalmente, Inês Osório, com o artigo intitulado *Políticas Régias Sobre o Tráfico de Escravos – Análise da Legislação Produzida entre 1640 e 1706*, analisa as leis produzidas pelos monarcas portugueses sobre o tráfico de escravos no espaço atlântico, entre os anos 1640 e 1706.

A terceira e última parte desta publicação, relativa à Época Contemporânea, começa com o artigo de Nelson Araújo, com o título *O Comércio do Porto e o Acompanhamento da Participação Portuguesa no Teatro Europeu da Primeira Guerra Mundial (1916-1918)*, dá-nos uma visão da participação portuguesa neste conflito a partir das notícias deste jornal portuense. Mariana Calisto, com o artigo *Os Reflexos do 25 de Abril no Mundo do Trabalho*, incide sobre as reivindicações laborais no período conturbado do pós-25 de Abril a partir do periódico *O Comércio do Porto*. O autor seguinte, Luís Malva, com o artigo *Manifestações Oposicionistas no Suplemento Cultura e Arte do Jornal O Comércio do Porto (1958-1962)*, analisa a participação de intelectuais

anti-regime no suplemento cultural d'*O Comércio do Porto* e que escaparam à censura. Fernanda Moreira analisa as principais atividades desportivas portuenses do final do século XIX noticiadas n'*O Comércio do Porto*, no artigo intitulado *Atividades Desportivas no Porto em Finais do Século XIX (1893 – 1894)*. Segue-se Andreia Santos com o artigo *Os Voluntários Portugueses na Divisão Azul (1941-1943)*, em que analisa a contribuição voluntária portuguesa integrada Divisão Azul alemã, uma força constituída por combatentes Espanhóis e Portugueses. Finalmente, Joaquim Saraiva apresenta o artigo *A Base Naval Francesa de Leixões na Primeira Guerra Mundial*, onde estuda a base naval francesa ativa nesse porto do norte de Portugal durante o primeiro conflito mundial do século XX.

Em conclusão, esperamos que esta publicação faça justiça a toda a dedicação intelectual por parte dos autores. São eles os melhores exemplos do historiador com papel ativo numa sociedade que contribui para a sua formação. E que faça também justiça à ideia do Remy Tasso Mendes Souza, cujo exemplo também não será esquecido. Terminamos este editorial com um desejo: que este volume seja unicamente o primeiro passo de um caminho longo e frutuoso. E que esse caminho sirva sempre para elevar a disciplina da História ao lugar que merece. Um lugar seguro, porto de abrigo das nossas aspirações e destino dos nossos sonhos. Afinal, não somos mais que estudantes de História. Hoje e para sempre…

Sumário

Ficha Técnica 1
Editorial 3
Parte I. Época Medieval 7
E Depois de Tânger? O Cativeiro do Infante D. Fernando: A Construção da Imagem de um Santo – Dina Amorim Fernandes 8
A Hagiotoponímia de Entre Douro e Vouga nas Inquirições: 1258-1288 – Hugo Ferreira 33
Os Hospitalários nos Caminhos de Santiago: O Caso da Assistência no Norte de Portugal Medieval – Tatiana Henriques 65
Ammiragliato - Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481) – Marta Pereira Gonçalves 96
A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o caso de Ceuta) – Ana Maria dos Santos 124
Parte II. Época Moderna 153
A Emigração Para os Territórios Ultramarinos entre 1560 e 1600. O Caso de Vila do Conde – Diogo Andrade Cardoso 154
Manifestações Musicais como Forma de Representação Social. A Música na Gazeta de Lisboa – Ana Catarina Machado 191
Representações do Escravo Africano na Cronística Portuguesa do Séc. XV e XVI – Cíntia Martins 222
Atalhos para o Novo Mundo: as Rotas do Tráfico de Escravos para as Índias de Castela (1604-1624) – Fernando Mouta 254
Políticas Régias sobre o Tráfico de Escravos: Análise da Legislação Produzida entre 1640 e 1706 – Inês Osório 287
Parte III. Época Contemporânea 326
O Comércio do Porto e o Acompanhamento da Participação Portuguesa no Teatro Europeu da 1ª Guerra Mundial (1916-1918) – Nelson Araújo 327
Os Reflexos do 25 de Abril no Mundo do Trabalho – Mariana Calisto 357
Manifestações Oposicionistas no Suplemento Cultura e Arte do Jornal O Comércio do Porto (1958-1962) – Luís Malva 387
Atividades Desportivas no Porto em Finais do Século XIX (1893-1894) – Fernanda Margarida Moreira 413
Os Voluntários Portugueses na Divisão Azul (1941-1943) – Andreia dos Santos Diogo 445
A Base Naval Francesa de Leixões na Primeira Guerra Mundial – Joaquim Saraiva 474

Parte I.
Época Medieval

E Depois de Tânger? O Cativeiro do Infante D. Fernando: A Construção da Imagem de um Santo

– Dina Amorim Fernandes

Resumo

Utilizando diversas fontes históricas e textos historiográficos, o presente trabalho visa estudar um pouco mais a vida do Infante D. Fernando, popularmente conhecido como “Infante Santo”. Analisando o que foi a campanha militar que gerou o cativeiro do Infante, as informações contidas na sua biografia escrita por Fr. João Álvares, o impacto que este testemunho teve em Portugal e noutros reinos da Europa, procuramos chegar ao processo de construção da imagem de santidade de D. Fernando.

Palavras-chave: Infante Santo; Ínclita Geração; hagiografia.

Abstract

Using various historical sources and historiographical texts, this paper aims to study a little more the life of Prince Fernando, popularly known as "Holy Infant". Analyzing what was the Military Campaign which led to the captivity of the Prince, the information contained in the biographical work of Fr. João Álvares, the impact that this witness had in Portugal and other European kingdoms, we tried to understand the process of building an image of Fernando’s holiness.

Keywords: Holy Infant; Illustrious Generation; hagiography.

Introdução

> Cheio de Deus, não temo o que virá
> Pois, venha o que vier, nunca será
> Maior do que a minha alma.[1]

É assim que o poeta Fernando Pessoa descreve o que sentiria o Infante D. Fernando quando estava cativo no Norte de África. Infante ‘Santo’, mártir da fé e da pátria, é assim que é conhecido este Infante da casa de Avis, cuja história de vida tem comovido investigadores e leigos ao longo dos tempos. Aparentemente dotado de uma fé e alma inabalável, tudo este Infante teria suportado por amor ao reino de Portugal e

[1] Fernando Pessoa, “D. Fernando, Infante de Portugal”, *Mensagem* (Lisboa: A Bela e o Monstro, Edições Lda., 2011), 34.

para contribuir para a expansão da fé e do exemplo do Cristianismo. Foi essa a versão tradicional propagada ao longo dos tempos.

A Dinastia de Avis (1385-1580) foi determinante na monarquia portuguesa. Dotada de um carácter emblemático, ainda hoje é recordada pelo povo com carinho, sobretudo quando nos detemos a analisar a "Ínclita Geração",[2] os filhos de D. João I, destacados pela sua sabedoria, devoção e capacidade militar. Esta geração marcou o início de um novo tempo para o reino de Portugal pelas viagens e conquistas nos territórios além-mar, abrindo rumos de navegação e tornando o país conhecido como uma potência exploradora, imagem que mais tarde se veio a afirmar.

Do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre resultaram oito filhos: D. Branca (1388-89-?), D. Afonso (1390-1400), D. Duarte (1391-1438), D. Pedro (1392-1449), D. Henrique (1394-1460), D. Isabel (1397-1471), D. João (1400-1442) e D. Fernando (1402-1443), dos quais apenas seis chegaram à idade adulta (D. Branca e D. Afonso morreram muito cedo).

A literatura contribuiu fortemente para a construção da imagem mítica e messiânica desta família. Exemplo disso são também os versos que nobilitam estes Infantes pela escrita poética de Luís Vaz de Camões na sua epopeia no século XVI. A nobreza de Portugal passava pelos feitos no alto mar, pela descoberta de novos mundos e isso remontava ao reinado de D. João I, que teria dado início a este fenómeno. Todos os seus filhos tiveram um papel importante nesse processo e também D. Fernando é enaltecido na obra de Camões, sendo descrito como pessoa humilde e de enorme alma, que de boa vontade se entregava por amor a Deus e à Pátria:

> Viu ser cativo o sancto irmão Fernando/ Que a tão altas empresas aspirava/ Que por salvar o povo miserando/ Cercado, ao Sarraceno s'entregava (…)/ Quis mais a liberdade ver perdida (…) Ao captiveiro eterno se convida (Canto IV, Estrofe 52,53).

A historiografia portuguesa trabalhou ao longo do tempo temas diversos quanto a este período da História de Portugal, mas foi sobretudo estudado pelos historiadores durante o regime do Estado Novo em Portugal (1933-1974). Esta geração foi estudada por historiadores e teóricos de um regime totalitário, católico, que defendia a forte ocupação das colónias ultramarinas, a identidade nacional e a soberania da Pátria. Figuras como D. Nuno Álvares Pereira, D. João I, o Infante D. Henrique e o Infante D. Fernando foram utilizadas para fomentar e solidificar aquela ideologia, apelando à

[2] Esta expressão que caracteriza os filhos de D. João I foi atribuída por Luís Vaz de Camões na sua obra *"Os Lusíadas"* no Canto IV, estrofe 50 da obra.

memória nacional do povo português, educando as novas gerações naquilo que se considerava ser um "bom português", exemplo nacional de notável carisma.

Não é difícil de entender porque é que D. Fernando despertou interesse, nem porque o denominavam como o "Benjamim de D. João I",[3] "Infante Santo", ou ainda afirmavam que ele era o modelo a seguir para a juventude portuguesa em formação:

> Não terá Deus reservado para os nossos dias e a esta sociedade tão ansiosa de reconstrução, não tanto económica e política, quando principalmente moral, o soberano exemplo deste modelo incomparável que contribuiu para o rejuvenescimento da pátria (…) Santo herói de Tanger, a juventude portuguesa teria encontrado o seu verdadeiro – por mais adequado – modelo.[4]

Mas quem era D. Fernando? O que sabemos dele? Qualquer estudo realizado sobre a vida deste Infante nos remete para o Tratado escrito sobre a sua vida por Frei João Álvares (entre 1551- 1560), um registo biográfico do Infante.[5] Sabe-se que nasceu a 29 de setembro de 1402, em Santarém e veio a morrer a 5 de junho de 1443, em Fez, aos 40 anos. Foi o oitavo filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre. É popularmente conhecido como "Infante Santo", devido aos sofrimentos que passou e à imagem que tradicionalmente se fomentou dele. Este carácter miraculoso foi associado ao Infante desde logo pelo seu nascimento; nasceu no dia de S. Miguel em setembro e o seu nascimento teria sido fruto de um milagre de proteção divina; além disso, a sua saúde débil e a força com que enfrentou diversas dificuldades indicariam o seu carácter prodigioso. Diz-se que sempre foi um crente fervoroso, de espírito culto e forte, homem letrado e dedicado à leitura, com uma considerável biblioteca. Recebera como herança o mestrado da Ordem de Avis e era proprietário da vila de Salvaterra de Magos e de Atouguia da Baleia. Foi um forte entusiasta da continuação da intervenção de Portugal no Norte de África, nomeadamente em Tânger. Segundo afirma Rui de Pina, queria ser armado cavaleiro e enriquecer com a campanha e honrar a memória de seu pai, D. João

[3] Domingos Maurício Gomes dos Santos, "A Última Carta do Infante Santo e a Falência do Seu Resgate", *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, vol. 7 (1956): 11. Denominar assim D. Fernando tem um amplo sentido quando relacionamos esse termo com a Bíblia. Benjamim era o filho mais novo e muito amado de Jacob, que se apagou muito a ele depois da morte (na verdade venda) de José para o Egipto. É atribuir valor incomparável a este Infante pois Benjamim era um filho honrado e querido por todos. É importante referir que Domingos Maurício Gomes dos Santos (1896-1978) foi um conceituado historiador e padre jesuíta, tendo dedicado parte do seu trabalho e investigação ao tema do Infante Santo e do desastre de Tânger (outras obras do mesmo autor são citadas na lista de bibliografia final).

[4] Domingos Maurício Gomes dos Santos, "O Infante Santo e a Possibilidade do Seu Culto Canónico", *Revista Brotéria*, vol. IV, fasc. III e IV (1927): 135.

[5] João Álvares, *Fr. João Álvares - Obras: Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sor Infante D. Fernando* (Coimbra: Acta Universitatis Coninbrigensis, 1960), I.

I ao continuar a sua obra. Sabe-se que o infante escreveu o seu testamento antes de partir na expedição para o Norte de África, em 1437. Ficou cativo juntamente com alguns companheiros no Norte de África, sendo levado de Tânger para Arzila e de Arzila para Fez. Sofrendo juntamente com os seus companheiros, sempre rezou e os animou durante todo o sofrimento que passaram na mão dos muçulmanos, mas adoeceu e em 1443 acabou por falecer. A sua 'santidade', segundo Fr. João Álvares, era evidente para todos, até mesmo para os muçulmanos, que na hora da sua morte puderam ver que se tratava de alguém com uma forte conexão ao divino, alguém que seria pacífico e fervoroso em orações. O seu percurso de vida indicaria uma forte semelhança com Jesus Cristo, como mais à frente iremos analisar. A sua história e o final da sua vida acabaram por legitimar a dinastia de Avis como conquistadora e de certa forma vieram afirmar o "direito" dos Portugueses a prosseguirem as conquistas no Norte de África, pois o povo português havia perdido um tão distinto Infante na luta contra o inimigo da fé cristã.

Esta é a imagem de D. Fernando. Mas será esta imagem legítima ou será construída intencionalmente para nos condicionar? Se considerarmos que sim, como se construiu essa imagem? Seguiu algum modelo? Surtiu efeito e influencia a nossa visão sobre esta personagem histórica? Este trabalho propõe explorar tais questões, refletindo sobre o que foi a campanha militar de Tânger: opiniões, factos e consequências; analisar atentamente a obra de Fr. João Álvares, as informações nela contidas e o impacto da mesma até aos nossos dias.

1. Campanha Militar de Tânger (1437): Opiniões, Factos e Consequências

Ao tomar Ceuta em 1415, Portugal iniciara um projeto de expansão para o Norte de África.

Em 1436 coloca-se um dilema: deveria ou não Portugal prosseguir a sua expansão no Norte de África? Para consolidar a sua presença no território, tornava-se aliciante para Portugal conquistar a cidade de Tânger: "um ótimo porto de mar e uma situação estratégica privilegiada, perto do estreito de Gibraltar, na costa atlântica".[6] Contudo, planear uma campanha militar para este alvo estratégico, reunir exército e fundos, conseguir uma opinião consensual, ponderar prós e contras de tal expedição não seria fácil para D. Duarte (que reinava desde 1433). Não era possível tomar de

[6] Luís Miguel Duarte, "África", Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003), I, 419.

ânimo leve a decisão de avançar para Tânger. Também não era uma decisão que o monarca pudesse tomar sozinho; por isso mesmo em 1436, D. Duarte convocou cortes gerais para sondar a opinião dos estados e dos notáveis do reino sobre a possibilidade de Portugal avançar numa nova conquista. Em 1436 o Papa Eugénio IV fez chegar ao reino por D. Gomes, abade de Florença, uma Bula de Cruzada, autorizando os portugueses a prosseguirem numa possível expedição, dando a entender que "a guerra é legítima, caso se convertam os muçulmanos e se pregue o evangelho".[7] Esta passou a ser a opinião do clero português.

Os conselheiros do rei estavam divididos. O Conde de Arraiolos, D. Fernando (neto de D. João I por ramo ilegítimo da família), era contra a campanha: na sua opinião, Portugal não tinha estruturas para encetar tal empresa naquele momento. O Conde de Ourém, D. Afonso, seu irmão, concordava em dar apoio a Castela na luta contra os muçulmanos de Granada, contudo pensava que não se devia avançar para Tânger; se Portugal prosseguisse nesse sentido seria necessário pedir ao povo o pagamento de mais impostos, que este não iria suportar. Estas distintas opiniões sobre a situação de Portugal no Norte de África são ainda mais notórias quando nos detemos a analisar as opiniões dos Infantes da casa de Avis: se de um lado D. João e D. Pedro eram mais reservados nas suas expectativas sobre a expedição e o cenário que viam não parecia ser assim tão exaltante, D. Henrique e D. Fernando afirmavam convictamente que Portugal deveria avançar na expedição. Vejamos agora o parecer de D. João: à semelhança de D. Fernando, D. João não tinha participado na tomada de Ceuta em 1415, nem tinha sido armado cavaleiro; para ele a campanha não era viável e seria uma hipocrisia afirmar que a guerra se faria por motivos religiosos, uma vez que a Bíblia recomenda a evangelização, não a morte do inimigo; se a campanha fosse encetada por motivos económicos e busca de riqueza, não seria mais do que uma ilusão, na medida em que se podia prever que as perdas seriam maiores que os ganhos muito incertos; apesar disso D. João não parecia ter uma opinião clara, não a declarando expressamente. D. Pedro parece mais seguro e pessimista relativamente à campanha: o reino não tem condições económicas e financeiras para financiar tal expedição; além disso o panorama internacional não estava favorável para que Portugal pedisse um empréstimo; acrescenta ainda que Portugal não teria como povoar o Norte de África; seria de suspeitar que Tânger fosse o próximo alvo dos portugueses, logo o exército

[7] Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva Moreira, *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, [Dissertação de Mestrado], (Universidade do Porto, 2009), 31.

muçulmano estaria prevenido para um possível ataque; para terminar (fazendo salientar os rumores da relação não amistosa de D. Pedro e D. Henrique) a opinião do Infante D. Henrique não deveria ser tomada em conta. Mas o que pensava D. Henrique? Sendo um dos maiores defensores da expedição, afirmava entusiasticamente o ideal de cruzada, que deveria animar os portugueses a lutar com alegria pela causa "santa", sem medo, combatendo de frente o inimigo da fé. Contava com o apoio do seu irmão D. Fernando que, segundo nos narra Rui de Pina na Crónica de D. Duarte, teve uma conversa com o seu irmão sobre os seus anseios quando se encontraram em Almeirim: queria mostrar que era um digno filho de D. João I, honrando no Norte de África a sua família e o reino; queria ser armado cavaleiro, pois não o fora em 1415; desejava aumentar o seu património; além disso a guerra ao "infiel" muçulmano seria justificada perante Deus, na medida em que se luta por expandir os domínios da Cristandade. Para terminar, segundo relata Rui de Pina, D. Fernando teria feito uma espécie de chantagem psicológica com o seu irmão, ameaçando-o de que se a campanha não fosse realizada iria para outro reino da Cristandade. Terá sido eficaz esta conversa que D. Fernando teve com o rei D. Duarte pois D. Fernando era muito chegado ao irmão e um dos seus conselheiros pessoais.

O papel da rainha D. Leonor, aliciada por D. Henrique e D. Fernando para convencer D. Duarte a autorizar a campanha a Tânger, com a promessa de que os Infantes iriam adotar o sobrinho, D. Fernando (filho dos monarcas) fazendo-o herdar os seus bens, foi fundamental em todo este processo. Tal atitude da rainha levou a que alguns a considerassem como manipuladora, como Oliveira Martins,[8] que deu um sentido novelístico a este episódio da história de Portugal. Todo este "teatro" montado em torno de D. Duarte acabou por pressionar o rei na sua decisão favorável à expedição, embora sempre com muitas dúvidas e apesar de a maioria manifestar um parecer negativo. A decisão estava assim validada e havia que organizar a logística da expedição. Nesse sentido, D. Duarte formulou um plano detalhado dos procedimentos a ter em conta na campanha.

Assim partiu a armada portuguesa de Lisboa a 22 de agosto de 1437, chegando a Ceuta no dia 26 de agosto, passados 4 dias. Seria de esperar da expedição um número de 14 000 homens. No entanto:

> foram 3500 homens de armas a cavalo, 500 besteiros montados, 2500 besteiros desmontados, 7000 peões e 500 criados, estes últimos não fazendo parte do contingente

[8] Joaquim Pedro Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Guimarães, 1973).

> militar (...) Contudo ao analisarmos estes números, verificamos que era impossível levar 4.000 cavalos nos barcos. (...) Dos 14.000 que estavam estimados, já contando com os que viriam nos barcos fretados pelo reino, somente 8000 partiram para Tânger. D. Henrique deu pela falta de soldados, mas, obstinado, continuou com o projeto. Faltavam barcos que traziam soldados das regiões germânicas, Inglaterra, Flandres e França.[9]

Partiram três Infantes: D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando; D. João ficaria no Algarve para prestar auxílio, se necessário. Os planos de D. Duarte não foram respeitados por D. Henrique. Chegando a Tânger tudo parecia correr mal (como se esperava) aos portugueses: "traídos" pelo clima, falta de alimentos e falta de condições favoráveis, foram fácil e rapidamente derrotados. Em outubro de 1437 os muçulmanos entraram em acordos com os portugueses. Hugo Moreira faz uma síntese das negociações:

> (…) deixavam ir livremente os portugueses, apenas com a roupa que traziam vestida; todo o material militar, assim como os cavalos e todo o equipamento militar que estavam no arraial eram dados aos mouros; a cidade de Ceuta tinha de ser entregue aos mouros, assim como todos os mouros que aí estivessem cativos; D. Duarte teria que estabelecer com eles, por mar e por terra, paz definitiva (…); Sallah Ben Sallah dá seu filho como garantia de segurança de embarque dos cristãos, sem que haja confrontos; como garantia da segurança do filho ficam reféns Pedro de Ataíde, João Gomes de Avelar, Rui Gomes da Silva e Aires da Cunha; como garantia da entrega de Ceuta, assim como todos os seus cativos, ficou refém o Infante D. Fernando."[10]

De facto, Portugal estava "condenado" desde o início; até para sair de Tânger nada foi facilitado. "Contas finais: D. Henrique e D. Fernando estiveram 37 dias em Tânger, 25 a cercar, e 12 cercados".[11]

O Infante D. Henrique, talvez por vergonha ou culpa não regressou de imediato à corte portuguesa, ficando em Ceuta durante algum tempo. Tentou negociar com os muçulmanos o resgate do seu irmão, mas em vão. Escreveu ao rei de Castela pedindo ajuda e também escreveu a D. Duarte que desde logo o mandou regressar a Portugal; assim o Infante refugiou-se no Algarve, mas não é certo se alguma vez voltou a encontrar-se com o seu irmão, D. Duarte, que pouco tempo depois veio a falecer.

Voltavam então os portugueses derrotados de Tânger; as perdas humanas eram consideráveis, os prejuízos económicos também; além disso, o orgulho português

[9] Moreira, *A Campanha*, 52-53.
[10] Moreira, *A Campanha*, 82-83.
[11] Duarte, "África", 423.

estava ferido. A situação não era nada favorável para o reino de Portugal e o rei D. Duarte tem um novo dilema em mãos: entregar Ceuta ou libertar D. Fernando? A decisão não se esperava fácil ou de rápida resolução.

Para tentar resolver esta situação, D. Duarte convocou as Cortes de Leiria em 1438 para saber a opinião dos estados. Se a decisão de prosseguir para Tânger dividiu opiniões, essa divisão foi ainda mais acentuada quando as consequências da derrota da campanha militar tinham de ser debatidas. Não devemos julgar apressadamente D. Duarte pela sua necessidade de ponderação quanto ao assunto: era um ser humano com o seu irmão mais novo, que lhe era chegado e seu conselheiro, cativo pelos muçulmanos; por outro lado, era o rei de um reino, tendo consciência da importância das suas decisões. Valeria a pena abdicar de Ceuta – resultado do projeto de um estado em crescimento por causa do Infante D. Fernando? Valeria a pena entregar a praça que levara ao sacrifício de tantos portugueses para resgatar um Infante de saúde frágil e duvidosa? Era necessário saber como gerir a situação e negociar. Em resultado das Cortes de Leiria em 1438, surgem quatro partidos. Um defende a entrega de Ceuta para a libertação de D. Fernando: Portugal fez um trato com os muçulmanos e não o cumprir seria uma desonra; tem como partidários D. Pedro, D. João e alguns nobres, também alguns concelhos. Um segundo partido, liderado pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra em representação do clero, defende que Ceuta era património da Cristandade: já existia um bispado ali. Um terceiro partido defende que era necessário evitar soluções extremadas, era preciso negociar: trocar cativos, fazer uma cruzada a Marrocos, tentar negociações. Por fim um quarto partido defende que em caso algum se deveria entregar Ceuta: era uma cidade demasiado importante para trocar por um Infante que fora preso na sua própria ganância; era dessa opinião grande parte da nobreza que estivera ou investira em Ceuta e tinha como porta-voz o Conde de Arraiolos, D. Fernando.

Entretanto nenhuma decisão foi tomada e a situação não se resolveu. D. Fernando obteve permissão por parte do chefe muçulmano para escrever para Portugal, a D. Pedro, em 1438, dizendo na carta enviada o seguinte:

> Mui honrado Iffante Irmãao y amigo. Sempre pense ca antes da morte vos verja; mas non se aprageo Deos asi delho", despedindo-se da seguinte forma "O mal ifortunado voso irmão mui amigo, o Iffante dom Fernando.[12]

[12] Santos, "A Última", 12.

Desde logo se pode entender a profunda tristeza na forma de escrever do Infante D. Fernando, quando afirma que morrerá sem voltar a Portugal ou a encontrar-se com a sua família; além disso constata que não é um afortunado, ou seja, é alguém infeliz e descontente com a sua situação. Na sua opinião Ceuta deveria ser entregue pela sua vida e pela vida dos seus companheiros. Esta carta gerou ainda mais angústia em D. Duarte, que segundo chama a atenção Rui de Pina,[13] teria morrido de remorso e sentimentos de culpa, pouco depois dos acontecimentos narrados: "e porém a teençom em que os mais se affirmáram, que a ElRey causára sua morte, foy a desigual tristeza e continoa paixaam que pella desaventura do socedimento do cerco de Tanger tomou".[14]

Morreu em Tomar, a 9 de setembro de 1438 vítima de peste, num ambiente de solidão. No seu testamento ordenou que libertassem o irmão, mesmo que fosse preciso entregar Ceuta; o seu pedido acabou por não ser respeitado.

Morrendo D. Duarte um novo problema se adivinhava: a sucessão. O seu filho, D. Afonso, (futuro D. Afonso V) era ainda criança e na regência do reino, após muita controvérsia e tensões políticas, ficou o seu tio, o Infante D. Pedro. Como já foi referido, D. Pedro era partidário da libertação de D. Fernando, e de facto o Infante cativo escreveu ao irmão uma última carta em 1441, pedindo auxílio. Várias tentativas foram levadas a cabo para resgatar o Infante, mas nenhuma foi eficaz: foram intercetadas ou rejeitadas pelos muçulmanos. D. Pedro acabaria por se afastar do assunto e o próprio D. Fernando desde 1441 parece ter-se resignado à sua condição; pelo menos não se conhece mais correspondência deste Infante para Portugal até à sua morte. Terminam assim os relatos da "humanidade" de D. Fernando, iniciando-se a construção da figura do mártir e santo que se lhe associam e que passaremos a estudar.

2. O Cativeiro de D. Fernando: A Construção da Imagem de Um Santo

Para uma análise da vida de D. Fernando, temos que nos deter no "Trautado da Vida e feitos do muito virtuoso Sor Infante D. Fernando".[15] Foi redigido entre 1551-1460 por Fr. João Álvares, seu secretário, que cresceu na corte com o Infante e que esteve

[13] Rui de Pina (1440-1522) foi cronista-mor do reino nos reinados de D. João II e D. Manuel I. É sempre necessário utilizar cautela ao analisar os seus textos pois trata-se de uma fonte narrativa escrita para exaltar virtudes de alguém importante. Além disso alguns estudiosos criticam Rui de Pina pela sua deficiente narração de factos e acontecimentos que nos pode induzir em erro.
[14] Rui de Pina, *Chronica d'El Rei D.Duarte* (Porto: Renascença Portuguesa, 1914), 206.
[15] Álvares*, Fr. João*.

com ele cativo no Norte de África, sendo testemunha direta dos seus sofrimentos e dores ao longo daqueles anos.

João Álvares nasceu entre 1406-1408 em Torres Novas e morreu em 1490, provavelmente em Paço de Sousa. Desde os 10 anos foi moço da câmara do Infante D. Fernando. Em 1428 já era seu secretário. Acompanhou o Infante na campanha militar de Tânger em 1437, onde acabaria por ser feito cativo juntamente com D. Fernando e outros companheiros. Foi resgatado em 1448 por intermédio do Infante D. Pedro, depois de várias tentativas frustradas e anos após a morte de D. Fernando. Ao regressar a Portugal, ingressou na casa do Infante D. Henrique e posteriormente na Ordem de Avis. Tomou o cargo de abade do mosteiro de Paço de Sousa em 1461. Escreveu, por mando do Infante D. Henrique e do rei D. Afonso V, o Tratado, visto ter acompanhado de perto a vida e em especial o cativeiro de D. Fernando. João Álvares foi também produtor de textos teológicos e religiosos diversos. Entre 1467-1468 viajou até à Flandres com ordem da Duquesa D. Isabel (filha de D. João I e D. Filipa de Lencastre), para tratar da capela a construir em memória de D. Fernando na Igreja de Sto. António em Lisboa. Foi também a Roma em 1470 para tratar do mesmo assunto e dar a conhecer à Cristandade os seus escritos sobre aquele que considerava ser um senhor tão virtuoso, o Infante D. Fernando. É considerado um autor culto e com uma boa escrita, além de um bom tradutor de latim e um eclesiástico notável.

2.1. A Obra de Fr. João Álvares: Um Texto Hagiográfico

A obra que escreveu sobre D. Fernando reflete a filosofia cristã tardo-medieval/moderna conhecida como *Devotio Moderna*. Para a propagação desta nova maneira de pensar foi muito importante a obra de Thomas Kempis "A imitação de Cristo" que defende um regresso ao início do Cristianismo, tendo em Cristo um exemplo, próximo da vida quotidiana do crente; defende a importância da leitura e da oração e a aplicação rígida de critérios morais no modo de viver de cada um; "devotio moderna (…) compreende-se pelo texto, mas mais ainda através da imagem (…) na santa humanidade de Cristo (…) convida insistentemente à partilha da cruz".[16] Assiste-se a uma valorização da vida como preparação para a morte e vida eterna: esta só seria alcançada pela fé imutável em Jesus e também pela vida vivida moralmente. Há um ressurgir da devoção privada, da oração e da valorização do exemplo de Jesus Cristo como modelo de atuação e salvação a seguir. É importante valorizar quem vive uma

[16] Pierre Chaunu, *O Tempo das Reformas: 1250-1550* (Lisboa: Edições 70,1973), 77.

vida digna e é importante que sejam reconhecidos os 'fiéis' como exemplo a seguir por outros cristãos. Valoriza-se o texto que relata a vida de tais exemplos: o texto hagiográfico.

Segundo Aires do Nascimento:

> o texto hagiográfico medieval (…) acentua traços fundamentais como: a santidade é dom de Deus e, como tal, o nascimento do santo é rodeado de sinais que o revelam, a atuação do santo manifesta o poder e a grandeza de Deus, o santo é exemplo acabado de virtudes, ou por continuidade ao longo de toda a vida ou por conversão. (…) a partir do século VIII, existe uma relativa abundância de textos hagiográficos na Península (…) as obras hagiográficas tinham lugar de relevo nas bibliotecas particulares, como o tinham nas bibliotecas monásticas (…)[17]

Os textos hagiográficos eram bastante conhecidos, como por exemplo: a vida de S. Frutuoso, de S. Geraldo, de S. Teotónio e mais próximo de D. Fernando, de Joana d'Arc (século XIV). Além dos textos hagiográficos eram muito comuns os livros de milagres.

O texto escrito por Fr. João Álvares segue esta tipologia e segue muitas das regras modelo. D. Fernando teria tido um nascimento 'prodigioso': quando D. Filipa de Lencastre estava grávida sofreu vários contratempos na sua saúde e foi-lhe mesmo sugerido que interrompesse a gravidez, porque a sua saúde corria risco. Mas ela recusou, argumentando que não queria ser assassina de alguém que era da sua própria carne; não se considerava no direito de tirar a vida a um ser humano que era seu filho. Arriscando a sua vida e a da criança, a gravidez prosseguiu com o consentimento de D. João I e D. Fernando nasceu. Tal episódio levou o autor a escrever:

> E como temos experiençia que maravilhosos fiis procedem dos naçimentos e começos milagrosos, assy aveeo que, ao tenpo do concebimento deste Ifante (…) a muito virtuosa Rainha na morte do conçebido filho nom quis outorgar.[18]

A criança nasceu, mas teve todas a vida uma saúde débil, contra a qual lutou e a qual só teria vencido por graça divina ao longo da vida:

> de sseu naçimento trouve este Ifante grandes doenças e muy aficadas, que o nom leixarom de perseguir ataa idade de XXV anos, das quaes foy per vezes em priigo de morte (…) en toda sua vida teve conthinuadamente door de coraçom, pola qual cousa

[17] Aires Nascimento, "Hagiografia", Giulia Lanciani e Giusepe Tavani (coords.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Editoral Caminho, 1993), 307-310.
[18] Álvares, *Trautado,* 6.

> Deus pos nele e conservou de muytas vertudes, entanto que mais quis semelhar a sua conversaçom angelica que humana.[19]

Contrariando as previsões de que morreria cedo, D. Fernando teria vivido uma vida notável, cheio de virtudes e sempre imitando o caminhar e o exemplo de Jesus Cristo, segundo afirma o seu secretário, enchendo o seu texto de referências Bíblicas.

O autor não relata muitos episódios concretos da vida do Infante (na verdade, praticamente nenhuns) até ao episódio de Tânger e o seu cativeiro com os seus companheiros: as agruras, as deslocações (de Tânger para Arzila, de Arzila para Fez), os maus-tratos, os sentimentos e medos dos cativos, a relação com os muçulmanos, sendo os factos narrados com sequência lógica e cronológica.

Sabe-se que com o Infante D. Fernando estiveram também cativos (além de Fr. João Álvares), Rodrigo Esteves (seu amo), Fr. Gil Mendes (seu confessor), João Rodrigues (seu colaço[20]), Mestre Martinho (físico), Fernão Gil (guarda-roupa), João Borges (cozinheiro-mor) entre outros.[21] Estavam prisioneiros desde 1437 e alguns foram morrendo. Foram obrigados a trabalhar para o chefe muçulmano, Salla-ben-Salla; padeceram fome e foram maltratados; nos últimos 15 meses de vida, o Infante D. Fernando viveu em isolamento e recolhimento, o que teria aprofundado a sua devoção a Deus, salientado mais as suas virtudes e demonstrado o seu carácter.

Apesar de ter desanimado por diversas vezes, o Infante nunca teria duvidado na sua fé e sempre animou os seus companheiros, revelando-se extraordinariamente virtuoso segundo o *Trautado.* Para fazer o levantamento quer dessas virtudes, quer dos versículos da Bíblia presentes no texto, foi essencial conjugar dados presentes na obra de João Luís Inglês Fontes[22] com a minha investigação pessoal. (As referências sublinhadas dizem respeito aos versos bíblicos que consegui detetar ao longo do texto e que não constavam da análise de João Luís Fontes). Relacionando excertos do texto de Frei João Álvares com excertos bíblicos, foi possível chegar a algumas conclusões. As conclusões são apresentadas na Tabela 1.

[19] Álvares, *Trautado* 7.
[20] Colaço significa alguém que teve a mesma ama de leite.
[21] Álvares, *Trautado*, 26, 40.
[22] Fontes, *Percursos,* 272-275.

Tabela 1. Relação do Texto de Frei João Álvares com Excertos Bíblicos

Capítulo do Tratado	Referência Bíblica	Aplicação
Prólogo	João 14:6 João 21:24	Citação que diz que Jesus é "o caminho, a verdade e a vida" e por isso o autor se compromete a contar a verdade; além disso como o apóstolo João fala no seu texto sobre Jesus, o autor afirma que tudo vivenciou e relata, dando veracidade ao seu discurso.
Capítulo IV	1 Coríntios 7: 1,7,8	O texto apresenta D. Fernando como um homem virtuoso e dedicado ao serviço de Deus como bom cristão, guardando a sua virgindade e pureza, nunca tendo casado, como recomenda S. Paulo aos Coríntios que um homem de Deus deve fazer para poder dedicar-se ao serviço divino por completo.
Capítulo V	1 Pedro 5:6,7 Colossenses 3:8 Efésios 4:29	D. Fernando sempre se apresentava de espírito humilde e bondoso perante todos. Além disso o Infante evitava maus costumes e palavras ofensivas, não convenientes a um bom cristão.
Capítulo VI	Mateus 25:35-40	À semelhança do que Jesus ensinou aos seus discípulos, D. Fernando procurava fazer o bem a todos, mesmo aos mais pequenos e insignificantes.
Capítulo VIII	Romanos 1:16	D. Fernando não se envergonhava do evangelho, levando-o aos que não partilhavam da sua fé, aos 'inimigos'.
Capítulo IX	Romanos 13:13	O Infante cuidava do seu corpo, evitando costumes prejudiciais que contaminassem o seu espírito, evitava o pecado da gula.
Capítulo X	Êxodo 20:7 Levítico 19:12	Como um cristão temente a Deus e aos seus mandamentos, o Infante não jurava ou usava o nome de Deus em vão.
Capítulo XI	Eclesiastes 12:14	O Infante tinha sempre muito cuidado com o que fazia ou dizia pois, como diz em Eclesiastes, Deus há-de trazer a juízo tudo o que for feito ou dito, seja bom ou mau.
Capítulo XII	2 Timóteo 2: 3-4	O autor cita os conselhos do apóstolo Paulo a Timóteo, explicando que o Infante se dedicava às coisas de Deus por completo, não às do mundo que o rodeava.

Capítulo XV	João 15:13	O autor cita a passagem onde Jesus afirma que a prova do seu amor para com os seus amigos era dar a sua vida por eles, explicando que D. Fernando faria o mesmo pelos seus, sofrendo os mesmos trabalhos que eles.
Capítulo XVII	Gálatas 6:9,10	Apesar das circunstâncias adversas, o autor da crónica afirma que D. Fernando continuava nas suas orações e fazendo o bem a todos, em todo o tempo, esperando a recompensa vinda de Deus, sem se cansar.
Capítulo XXI	Mateus 27:29,30 Isaías 50: 6,7	Tal como aconteceu com Jesus, o Infante foi maltratado e insultado, juntamente com os seus companheiros, durante a viagem.
Capítulo XXVI	Génesis 3:17	O Infante teve de trabalhar, como era mandamento divino desde Adão.
Capítulo XXVIII	João 17 Mateus 5: 43-45	D. Fernando pedia a Deus e orava pelos seus companheiros como Jesus fez e mais uma vez pedia pelos seus inimigos e por quem o maltratava.
Capítulo XXXI	Êxodo 12: 21-30 Atos 2:44	Tal como aconteceu no Egipto com o povo de Israel, passaram peste e doenças sobre a terra mas não tocaram os tementes a Deus. O Infante e os seus companheiros viviam como os apóstolos do novo testamento, em comunidade (embora neste caso não fosse algo voluntário).
Capítulo XXXIII	João 18:11	Tal como Jesus na sua dor e agonia pediu ao Pai para fazer a sua vontade, o Infante pedia a Deus o mesmo.
Capítulo XXXVII	Job 1:21 Job 3:25	Apesar de tudo, o Infante aceitava que tudo teve e tudo estava a perder, mas mantinha a sua fé.
Capítulo XLI	Lucas 22:42	Por fim o Infante aceitou a vontade de Deus, como Jesus fez também. Até na morte o Infante se revelou fiel.
Capítulo XLV	Salmo 7:16	Citação deste versículo que diz que a dureza dos muçulmanos terá a sua recompensa/castigo de Deus.
Capítulo XLVII	Apocalipse 6:10	Citação deste versículo que diz que o sangue dos justos pede justificação e terá a sua vingança.
Capítulo LII	2 Reis 4: 1-7 João 6: 1-13	Os mantimentos foram multiplicados a uma senhora (Beatriz), tal como aconteceu com o azeite da viúva, tal

		como os milagres da multiplicação dos pães e peixes com Jesus no Novo Testamento.
Capítulo LIII	Salmo 79: 2,3 Romanos 13:7	Citação que afirma que tudo era destruição mas não ficaria assim. Ao escrever este tratado o autor está a dar "honra a quem honra", prestando uma homenagem ao Infante.

Parece bastante claro que estamos perante uma obra que segue um modelo de escrita e foi construída com uma intenção: mitificar a imagem de D. Fernando, associando-lhe a denominação de Santo. É apresentado como um ser incorruptível, perfeito, que nunca errou na sua vida e que sempre seguiu as indicações da Bíblia. É de salientar que em quase todos os capítulos existe uma referência direta/indireta a passagens bíblicas, o que confere autoridade ao texto e poder validar a informação narrada. Confirma-se que a obra se insere na corrente de pensamento da *Devotio Moderna*. Como chama a atenção João Luís Fontes, o evangelho mais citado e comparado com a vida do Infante D. Fernando é o evangelho conhecido como o do apóstolo João (também conhecido como S. João). É essencial entender que Fr. João Álvares tenta comparar em diversos contextos e situações, o Infante D. Fernando com Jesus. No evangelho de João, Jesus é apresentado como o Salvador próximo da Humanidade pecadora, amigo dos seus discípulos, conselheiro, tal como o Infante com os seus companheiros; Jesus é apresentado como alguém atento ao mundo que o rodeia, aplicado na oração, desperto para socorrer as necessidades dos outros, e o autor do tratado descreve D. Fernando como alguém igual a Cristo, um santo. Assim como Jesus lutava contra Satanás, o inimigo, D. Fernando tinha de lutar contra a maldade do "infiel" muçulmano; D. Fernando teria sentido dor e angústia antes da sua morte e partilhou isso com os seus companheiros, tal como Jesus sentiu no Getsêmani angústia e a partilhou com os seus discípulos. Também assim como Jesus fora cuspido, escarnecido, o Infante também o foi, inclusive na sua morte (o corpo do Infante foi exposto nos muros da cidade de Fez e maltratado, as suas entranhas ficaram num pote com os seus companheiros, como relíquias e as suas ossadas ficaram dentro de um ataúde nos muros da cidade de Fez). Como clérigo, Fr. João Álvares conhecia e dominava as escrituras: soube perfeitamente enquadrar milagres e exemplos de personagens bíblicas nos diferentes contextos e conforme as ideias que pretendia demonstrar; são de salientar também as referências abundantes às cartas que o apóstolo Paulo escreveu (como Romanos, 1ª de Coríntios, Gálatas, Efésios,

Colossenses e 2ª de Timóteo), uma vez que este é autor de uma grande parte dos livros do Novo Testamento e é considerado um grande teóricos, pelos conselhos práticos para a vida quotidiana e moralidade dos cristãos. Logo, se D. Fernando seguia conselhos de Paulo, estava num bom caminho para a santidade. Outro aspeto importante é a forma como morreu D. Fernando: o Infante morreu em paz, morreu tendo uma visão da Virgem Maria e do Arcanjo S. Miguel, tendo uma visão do que almejava atingir: o paraíso e descanso junto a Deus. Tudo indica que após tanto sofrimento e uma vida dedicada, a felicidade de D. Fernando estaria em morrer, seguindo o que disse o Apóstolo Paulo em Filipenses 1:22 "Porque para mim, o viver é Cristo e o morrer é ganho." D. Fernando tinha cumprido a sua missão de vida, até ao último segundo teria cumprido a sua vocação e chamamento divino.

É interessante salientar a linguagem utilizada pelo autor da obra. Descrevendo episódios da vida de D. Fernando e as suas atitudes, virtudes e feitos, não é dito que o Infante tentava não pecar ou tentava ser virtuoso. A mensagem é clara: D. Fernando nunca pecava, nunca errava, não deixando Frei João Álvares margem para dúvidas. Nunca nos devemos esquecer que há uma construção ideológica neste texto e existem regras definidas para a sua 'validação' perante os leitores do *Trautado*, que Fr. João Álvares respeitou: desde o nascimento prodigioso, vida virtuosa e conhecimento teológico, centralidade da figura de Cristo e semelhanças com a mesma, associando as características do texto hagiográfico com as ideias da cristandade de então.

2.2. Contradições e Coerência Entre o Tratado e Outras Fontes: Algumas Conclusões

Sabemos que depois de regressar do cativeiro, Fr. João Álvares ficou sobre a proteção do Infante D. Henrique, que muito se interessou pelo que aconteceu durante o cativeiro do seu irmão. A obra produzida foi encomendada por ele e pelo seu sobrinho, o rei D. Afonso V. Sendo uma obra encomendada, desde logo se pode entender que provavelmente (como todo o texto encomendado) terá as suas contradições, irá ocultar ou exagerar alguns factos, pois é produzido intencionalmente. Isso poderá levar o leitor a questionar: o que não interessaria a Fr. João Álvares, a D. Henrique e D. Afonso V que se soubesse ou se escrevesse sobre a vida de D. Fernando?

O Infante é apresentado como um homem humilde e não ambicioso dos bens terrenos. Contudo, quando nos detemos a pensar sobre a conversa que Rui de Pina relata entre D. Fernando e D. Duarte quanto à campanha militar de Tânger, não é essa

a imagem com que ficamos dele, uma vez que se queixa que tem poucas posses e ambiciona em Tânger ser armado cavaleiro e aumentar os seus domínios:

> e porque lhe parecia que com estas cousas, ainda em honrra, terras e rendas era desigual em muyta parte aos Ifantes seus irmaaõs, mostrava de si grande descontentamento, e para abrir caminho de acrecentar mais seu Estado, falou hum dia, em Almeirim, a ElRey (…) eu nom som satisfecto; porque, posto que arrezoadamente seja abastado de mantimento, sey que som esfaymado da honrra e de meus proprios merecimentos pera aver.[23]

Além disso, no capítulo XII da obra é referido que D. Fernando era senhor de Salvaterra de Magos e Atouguia da Baleia, o que é confirmado pelo testamento do mesmo; contudo, o mestrado de Avis, os seus pertences e servos não são mencionados, pois interessava salientar um Infante despojado de bens materiais e a ordem de Avis era uma ordem de muita importância e riqueza.

D. Fernando é apresentado como alguém que sempre defendia a verdade e as maneiras correctas, mas na mesma conversa com D. Duarte ele faz pura chantagem psicológica com o seu irmão ao afirmar que sairá do país para servir ao Papa ou outro monarca, para enriquecer, caso D. Duarte não cedesse. Claro que esta conversa é omitida no *Trautado*, tal como o facto de D. Fernando ser partidário da expedição, como Rui de Pina nos relata, pois importa mostrar um D. Fernando como 'vítima' duma má decisão militar e salientar o seu interesse económico na campanha militar de Tânger não seria desejável, pois iria contra a imagem de despojo dos bens materiais que se procura desenhar.

Fr. João Álvares conta que D. Fernando muito se entristecia quando sabia notícias do reino, mais ainda quando soube da morte de D. Duarte. Contudo, aos episódios de tentativas de resgate (mesmo se fracassaram) e à correspondência que D. Fernando enviou para o seu irmão, o Infante D. Pedro, não foi dada muita importância (no sentido de informação muito detalhada). Sabendo que os últimos anos da vida de D. Pedro (que morreu em 1449) foram em conflito com o seu sobrinho, D. Afonso V, e sabendo que este e D. Henrique encomendaram a obra a Fr. João Álvares, percebe-se facilmente porque é que a ação de D. Pedro foi "esquecida".

Nem tudo é contraditório. A 12 de Julho de 1441, em Fez, D. Fernando escreveu uma última carta para Portugal, a D. Pedro. Essa carta está transcrita no artigo de António Dias Dinis. O Infante explica que tem passado necessidades, está em grande

[23] Pina, *Chronica*, 109.

dor pois morreram alguns dos seus companheiros, existe peste na cidade marroquina; implora ao irmão que faça tudo o que puder para os resgatar:

> e eu assi vos peço, por merce, que considereis, ssenhor, que nom somente me remireis o corpo, mas ainda a alma e que, segundo Deus e ssegundo o mundo, mais meritória obra nem virtuosa nom podeis fazer e de vossa honra e de todo o rregno, mormente pois ssom vosso irmão, e que ssabeis o por que iaço neste cativeiro, e que encaminheis com trigança meu livramento, de guisa que, por todas as maneiras e diligencias, eu nom me perca, como me parece que se uay ordenando, se Deus e vos me não acorreis com tempo.[24]

No *Trautado*, Fr. João Álvares também indica que o Infante se questiona sobre os motivos de tanto sofrimento e que escreveu para Portugal pedindo um resgate, descrevendo a situação que viviam, mostrando assim alguma fragilidade por parte de D. Fernando em momentos mais dolorosos da sua vida.

Existem evidentemente contradições, confirmações e ocultação ou omissão de factos na obra, mas salienta-se sempre a dicotomia entre D. Fernando humano e divino, ou seja: temos um D. Fernando que sente, que sofre, mas logo surge um outro que nada teme e sempre anima os outros, nunca falha, de alguém que, como analisa João Luís Fontes, foi "um santo, que estabelece a ponte entre céu e a terra, nessa dupla participação em dois mundos que marcara os seus gestos e atitudes (…)".[25]

3. "Honra a quem honra" – Impacto do Testemunho da Vida de D. Fernando

E assim, a 5 de setembro de 1442, no Norte de África morreu cativo D. Fernando. Como já vimos, a dor e o sofrimento do Infante dividiram a corte portuguesa, os próprios irmãos e teve impacto na Cristandade, a sua história foi conhecida um pouco por toda a Europa. Creio que nesse sentido, a obra de Fr. João Álvares teve um impacto notável. A ideia que sobressai no fim da obra é que D. Fernando padeceu muito, mas morreu honrado, pois sofreu injustamente e lutou pela causa santa sem falhar, como nos transmite o seu secretário. Sendo assim, para honrar a quem honra, não era suficiente ter escrito o Tratado, era necessário propagar este texto e honrar D. Fernando, tornando o seu testemunho de vida e morte mais conhecido; era necessário promover a devoção popular ao Infante Santo e contar os milagres que se experienciaram para que a sua virtude fosse conhecida.

[24] António Dias Dinis, "Carta do Infante Santo ao Regente D. Pedro Datada da Masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441", *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, vol.15 (1965): 170.
[25] Fontes*, Percursos*, 196.

Nos capítulos finais do Tratado, o autor faz referências a alguns milagres que aconteceram tempos depois de D. Fernando ter morrido, como por exemplo: mesmo após 6 dias da sua morte, o corpo do Infante não tinha maus odores; quando o seu corpo foi enterrado nas ameas da cidade de Fez, os pássaros nunca lhe tocaram; algumas pessoas foram curadas (um frade franciscano de Santiago de Ceuta; um devoto da Igreja de S. Domingos em Lisboa; uma mulher residente em Pernes) por devoção a D. Fernando; a uma senhora chamada Beatriz Anes foi-lhe multiplicado o trigo. Como expõe João Luís Inglês Fontes:

> este novo núcleo de milagres permanece profundamente tradicional, não ultrapassando os campos habituais da cura ou da multiplicação de bens (…) a realçar o facto de dois destes milagres se operarem graças à intervenção de religiosos ligados a duas prestigiadas instituições de observância mendicante, bastante apreciadas na época e ambas contempladas por D. Fernando no seu testamento (…).[26]

Maria Helena da Cruz Coelho escreveu:

> cerca de uma dezena de milagres tiveram lugar (…) proclamavam a vitória da fé cristã e do seu mártir sobre o islamismo e os muçulmanos (…) derrotavam o inimigo pelas manifestações visíveis da supremacia da sua fé e pelo testemunho e poderes miraculosos de um santo mártir.[27]

Como já foi dito acima, as entranhas e o corpo de D. Fernando tinham sido separados. Fielmente, os seus companheiros, sobretudo Fr. João Álvares, tinham ficado responsáveis por guardar o pote que continha as suas entranhas, pois era uma relíquia e uma prova do seu sofrimento, um testemunho. Em 1451, ou seja, nove anos depois da morte de D. Fernando, depois de ter sido liberto e de ter regressado a Portugal, Fr. João Álvares chega a Santarém com as vísceras de D. Fernando e por ordem do rei D. Afonso V (sobrinho do Infante) estas são levadas para o mosteiro da Batalha, para descansar junto dos seus familiares, numa homenagem ao seu falecido tio. Quanto às suas ossadas, apenas após a tomada de Arzila e algumas negociações, estas chegam ao Restelo em 1473 (40 anos depois da morte do Infante) e foram levadas também para a Batalha. O povo ficou comovido com este acontecimento: "ouviu-se, no momento, uma pregação em que o prior de S. Domingos, encomiando a virtude e santidade do Infante, arrancou lágrimas de todos os presentes".[28] Tal como D. Fernando haveria pedido no

[26] Fontes, *Percursos*, 194-195.
[27] Maria Helena da Cruz Coelho, "Morrer Pela Fé e Pela Pátria: Um Modelo Hagiográfico", *Revista Portuguesa de História*, t. XL (2008/2009): 224.
[28] Coelho, "Morrer", 226.

seu testamento, várias missas e celebrações foram realizadas em honra da sua morte, tornando notório que a sua vida e exemplo não seriam rapidamente esquecidos.

Foi essencial o trabalho de cooperação de Fr. João Álvares com D. Isabel de Borgonha, irmã de D. Fernando. Entre 1467-1468, o secretário do Infante e D. Isabel encontraram-se na Flandres para falar da construção da capela em memória de D. Fernando na Igreja de Sto. António em Lisboa; em 1470 Fr. João Álvares esteve em Roma, promovendo os feitos de D. Fernando junto da cúria romana. É sabido que pela Europa se conhecia o desastre de Tânger e a morte do Infante Santo. Prova disso foi a peça literária escrita em Espanha por Pedro Calderón de la Barca no século XVII, sobre D. Fernando, de título "El Príncipe Constante",[29] na qual de forma teatral se personifica D. Fernando como um herói que preferiu morrer a que Portugal entregasse Ceuta (mostrando uma visão claramente parcial e irreal da situação, mas era a maneira como aparentemente se propagava aquela memória).[30]

3.1. A Possibilidade de Canonização do Infante 'Santo'

Já vimos que a figura do Infante 'Santo' foi acolhida devotamente pelos portugueses e um pouco por toda a Europa. Contudo, a coroa de Portugal queria mais: a beatificação da sua figura, e para isso era necessário o parecer da Santa Sé e do Papa, para oficializar a situação e legitimar o seu culto.

Como explica Domingos Maurício Gomes dos Santos, "canonização é uma sentença definitiva e sem apelação, na qual o R. Pontífice declara que um servo de Deus pertence à Igreja triunfante, e permite ou impõe o seu culto a toda a cristandade. A beatificação é uma declaração menos solene da glória celeste de um servo de Deus".[31] Existem certos passos a respeitar nestes processos teológicos e eclesiásticos; em 1634, o Papa Urbano VIII com a constituição "Coelestis Hierusalem" proibiu que fossem prestadas honras de canonização a qualquer 'santo' sem que a Cúria Romana o permitisse. Como sintetiza o mesmo autor:

[29] Sobre este assunto existe um artigo que pode interessar, mas não pude analisar para o trabalho: *"Do Muito Virtuoso Senhor Ifante D. Fernando a El Príncipe Constante"* de Maria Idalina Rodrigues (disponível online).
[30] Seria interessante num próximo trabalho analisar em profundidade a obra de Calderón e também a reacção de Roma e do Papa Júlio II à visita de Frei João Álvares à cúria romana em 1470, bem como comparar o estilo de escrita e a ideologia de Frei João Álvares presentes na obra tratada e nas cartas que este escreveu e demonstram o seu pensamento. Também se poderia estudar a utilização da imagem de D. Fernando durante o período da Restauração no século XVII.
[31] Santos, "A Última", 9-32, 35.

> para o caso em que fosse possível provar a existência e tolerância do culto secular (…) até 1634, poderia obter-se da Sé Apostólica (…) beatificações ou canonizações (…) equipolentes. (…) A diferença essencial que discrimina a beatificação formal da equipolente, consiste em não se exigirem nesta milagres juridicamente comprovados, mas simplesmente a certeza, por fama, de culto imemorial e da heroicidade das virtudes ou do martírio do beatificado.[32]

Para o Infante Santo ser canonizado seria necessário provar a sua fama e martírio e o seu culto imemorial antes de 1634; nenhum dos requisitos seria difícil de comprovar pelas fontes e testemunhos que facilmente se encontrariam: o seu martírio foi real, pelo que contaram os seus companheiros e o culto prestado também, como demonstravam os relatos que afirmavam a reação emotiva do povo ao receber os restos mortais do Infante e também a construção da capela em sua homenagem.

> A nossa tese é a seguinte: D. Fernando teve culto – ao menos não contestado – da última metade do século XV até pelo menos ao último quartel do século XVII, na Batalha, e muito provavelmente em Lisboa, ao menos no século XV.[33]

Ao lado do sepulcro de D. Fernando, por volta de 1680 existia uma capela com um altar e um pequeno retábulo com a imagem do Infante para os fiéis; nesse altar estava uma estátua do Infante no cativeiro; já vimos igualmente que D. Fernando recebia honras litúrgicas no aniversário da sua morte e noutras ocasiões (haveria até uma Bula de 1470, outorgada pelo Papa Paulo II a D. Isabel da , na qual se concediam indulgências a quem no dia da morte do Infante visitasse a Capela de Sto. António, junto à catedral de Lisboa, onde se celebraria uma missa).

No entanto a Santa Sé foi mais exigente nos requisitos para esta canonização. Apesar de alguma desconfiança quando à figura de D. Fernando como santo, foi-lhe sempre prestado culto imemorial, devoção e memória saudosa, mesmo se não oficialmente autorizado pela Santa Sé: era um herói nacional e cristão para Portugal.

Conclusão

Nunca foi objetivo deste trabalho negar o carácter de D. Fernando ou menosprezar o seu sofrimento; menos ainda o de encontrar ‘culpados’ para o seu martírio. O maior objetivo deste trabalho passou por contextualizar a vida de D.

[32] Santos, “A Última”, 136-137.
[33] Santos, “A Última”, 142.

Fernando, e inevitavelmente falar da campanha militar de 1437 e questionar: e depois de Tânger? Entender sucintamente o que se passou durante o cativeiro do Infante D. Fernando e abordar criticamente a obra de Fr. João Álvares como registo biográfico de D. Fernando, a sua intencionalidade e capacidade de propagação. Acima de tudo, provar que de facto a obra referida é uma obra construída e guiada pelas luzes do pensamento do século XV e do ambiente religioso que se fazia sentir: estamos perante um texto hagiográfico, uma fonte histórica que deve ser questionada; estamos perante a construção da imagem de um 'Santo'. É importante não reduzirmos a análise às categorias de verdade/mentira com que podemos julgar um texto ou informação, na medida em que Frei João Álvares não era um historiador e não teria os mesmos conceitos com que podemos analisar a sua obra; era um hagiógrafo ao serviço de uma causa política da nova dinastia, que já tinha heróis, mas à qual faltava um santo.

Na conjugação de todos os factos e interpretações analisados, se pode entender que a figura de D. Fernando foi essencial na projeção de Portugal como país descobridor, valente, crente e legítimo.

> É D. Fernando a completar a galeria dos retratos da «Ínclita Geração». Aos heróis guerreiros, aos letrados cortesãos, aos cavaleiros virtuosos da dinastia de Avis, D. Fernando acrescentará a valia suprema do mártir e do santo que se imolou pela fé e pela pátria.[34]

Com a sua morte, e sem o querer, D. Fernando acabou por fomentar o processo de expansão e descobrimentos para Portugal. No século XX, durante o regime do Estado Novo, a imagem do Infante Santo foi usada em manuais escolares como exemplo de humildade, serviço, fé e patriotismo. Gerações foram marcadas por esta imagem, assim como por outras personagens mitificadas da "Ínclita Geração", como o Infante D. Henrique.

Ainda hoje se fala do Infante Santo. Ainda hoje esta personagem está envolta numa nuvem de mito, mistério e diversas opiniões. Não existe uma única resposta à questão: quem foi de facto este Infante? Mas uma conjugação de informações e visões sobre esta tão distinta personagem histórica surgem, e muitas vezes são contraditórias entre si. Compete ao historiador analisar os factos, conjugar as fontes e refletir respeitosamente sobre o tema, sabendo mais sobre o Infante da casa de Avis, expondo

[34] Coelho, "Morrer", 226.

novas perspetivas de investigação sobre temas já aparentemente tão estudados. O tema mantém-se, por isso, em aberto.

Fontes

Impressas

Álvares, João. *Obras: Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sor Infante D. Fernando.* Coimbra: Acta Universitatis Coninbrigensis, 1960. Volume I.

Pina, Rui de. *Chronica d'El Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

Pina, Rui de. *Chronica d'El Rei D*. Affonso V. Lisboa: Escriptorio, 1901.

Bibliografia

Amaral, Clínio de Oliveira. "As Discussões Historiográficas em Torno do Infante Santo". *Revista Medievalista*, Número 7, Ano 5 (2009). Acedido em 19 outubro de 2014. http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-amaral7.htm

Coelho, Maria Helena da Cruz. "Morrer Pela Fé e Pela Pátria: Um Modelo Hagiográfico". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XL (2008/2009): 213-226.

Dinis, António Dias. "Carta do Infante Santo ao Regente D. Pedro Datada da Masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441". *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série II, Volume 15 (1965): 149-174.

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dirs.). *Nova História Militar de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume I.

Fontes, João Luís Inglês*. Percursos e Memórias. Do Infante D. Fernando ao Infante Santo.* Cascais: Patrimonia, 2000.

Lanciani, Giulia e Tavavni, Giusepe (orgs.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editoral Caminho, 1993.

Martins, Joaquim Pedro Oliveira. *Os Filhos de D. João I.* Lisboa: Guimarães, 1973.

Moreira, Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva. *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 2009.

Nascimento, Renata Sousa. "O Martírio do Infante Santo e a Expansão Portuguesa (Séc.XV)". S. Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPVH, 2011. Acedido em 19 outubro de 2014. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299681615_ARQUIVO_OMartiriodoInfanteSantoeaExpansaoPortuguesa.pdf

Rodrigues, Maria Idalina. "Do *Muito Vertuoso Infante DE. Fernando* a *El Principe Constante*". *Via Spiritus*, 10 (2002): 39-80. Acedido em 12 de novembro de 2016. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3465.pdf

Santos, Domingos Maurício Gomes dos. “A Última Carta do Infante Santo e a Falência do Seu Resgate”. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série II, Volume 7 (1956): 9-32.

Santos, Domingos Maurício Gomes dos. *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger: 1433-1438*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Santos, Domingos Maurício Gomes dos. “O Infante Santo e a Possibilidade do Seu Culto Canónico”. *Revista Brotéria*, Volume IV, Fascículos III e IV (1927).

Serrão, Joel (dir.). *Dicionário da História de Portugal.* Porto: Figueirinhas, 2000. Volume 2.

A Hagiotoponímia de Entre Douro e Vouga nas Inquirições: 1258-1288

– Hugo Ferreira

Resumo

Tendo como principal fonte as Inquirições Gerais de 1258 e de 1288, serão analisados os hagiotopónimos aí referidos relativos às paróquias existentes entre os rios Douro e Vouga, de forma a compreendermos quais os santos invocados como padroeiros nesse território na segunda metade do século XIII. Com base em estudos já realizados por outros autores será também feita uma análise deste grupo de oragos, como é o caso do número de invocações de cada um.

Palavras-chave: Hagiotoponímia; Inquirições Gerais; oragos; santos; paróquia.

Abstract

Having as main source the "Inquirições Gerais" of 1258 and 1288, and considering the patron saints mentioned there for each parish inquired between the rivers Douro and Vouga, we will analyze that group, by trying to understand which are the saints invoked as patrons and discuss the number of invocations of each one, based on previous studies made by other authors.

Keywords: Toponymy; *Inquirições Gerais*; patron saints; saints; parish.

Introdução

Como sabemos, designa-se por hagiotopónimo a nomenclatura de um local que é composta pelo nome do seu orago e pelo seu topónimo, uma situação que era comum na época medieval. Como afirma Domingos A. Moreira, a "fórmula *normal*, na Idade Média, de designar uma freguesia é *orago + topónimo*".[1]

Assim, pela forma como são construídos, os hagiotopónimos são uma importante fonte de informação para os historiadores, pois permitem saber, por exemplo, que paróquias existiam em determinado momento e que santos eram aí invocados como padroeiros, ou reconstruir santorais e realizar estudos filológicos, como já fizeram alguns autores e como teremos oportunidade de ver no ponto que se segue.

[1] Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 1ª Série, 34 (1971): 126.

Contudo, a hagiotoponímia é uma área de estudo que requer alguma atenção para evitar que se cometam erros de interpretação, sobretudo quando falamos de uma época tão antiga como é a época medieval. Como alerta Domingos A. Moreira, os hagiotopónimos podiam sofrer alterações ao longo do tempo, e esta é uma questão à qual devemos estar bem atentos, pois num determinado momento o topónimo podia ser o nome de um dos lugares da paróquia, mas depois podia receber o nome de um outro lugar e, no entanto, era sempre a mesma freguesia. Estas situações podiam ocorrer quando, por vezes, a igreja paroquial era transferida de um lugar para outro (por despovoamento, mudança do centro da paróquia, ou aumento da importância do novo local). Portanto, um novo topónimo não significa que existisse uma nova freguesia, ou que o lugar anterior tenha sido uma freguesia entretanto extinta. O mesmo autor diz também que, por vezes, os escrivães desconheciam esta mudança e registavam certas freguesias como novas, quando na verdade já existiam, ao que devemos também estar atentos, assim como aos casos em que as freguesias vizinhas ou confinantes possuíam o mesmo topónimo, só se distinguindo pelo orago.[2]

Assim, tendo em conta as informações que os hagiotopónimos nos podem fornecer, ainda que sejam vários os cuidados a ter, é inegável a importância de uma área de estudo como a hagiotoponímia. No caso do presente artigo, pretende-se identificar, através dos hagiotopónimos referidos nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288, os santos padroeiros das paróquias existentes entre os rios Douro e Vouga na segunda metade do século XIII.

Por inquirirem praticamente todas as paróquias da zona norte do país (as *Inquirições Gerais* de 1258 cobrem parte do território em causa e as de 1288 a sua quase totalidade), e designarem-nas com a fórmula orago + topónimo, são ambas uma fonte riquíssima para este género de trabalhos, o que teve influência na escolha da área geográfica a ser analisada e também na cronologia selecionada.

Contudo, existem algumas exceções, ou seja, algumas paróquias que não foram inquiridas por esta fonte, pelo que, para colmatar aquelas falhas, mostrou-se bastante útil a obra *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-medievais*, de Domingos A. Moreira, publicada em fascículos distribuídos por cinco volumes do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.[3]

---

[2] Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 34 (1971): 126-128.

[3] Para responder aos objetivos pretendidos, apenas foi utilizada a segunda parte deste artigo, distribuída pelos quatro últimos volumes: Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos

Neste sentido, após uma breve análise do percurso seguido pela hagiotoponímia na historiografia portuguesa e uma comparação com a historiografia espanhola, procuraremos identificar, através das *Inquirições Gerais* de 1258 e de 1288 e do artigo acima mencionado, os santos invocados como padroeiros no território entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII. De uma forma mais específica, podemos definir o espaço delimitado como correspondente aos atuais concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia.

Após a conclusão desta primeira etapa, e depois de perceber quais os santos padroeiros que estão presentes em maior e menor número, tentaremos ainda dividi-los de acordo com a sua categoria e origem (romana, hispânica, oriental ou outros locais), e identificar o grupo que mais influência teve nesta zona em estudo.

No entanto, ainda antes de vermos estes aspetos, será apresentada uma breve contextualização do tema em causa, procurando compreender a distribuição das paróquias em estudo pelas respetivas dioceses à época, assim como o culto dos santos e a sua importância nesta altura. Mas, vejamos agora, então, o percurso seguido pela hagiotoponímia nas historiografias portuguesa e espanhola.

1. A Hagiotoponímia na Historiografia[4]

Como todos os projetos de investigação, este começou também por uma pesquisa bibliográfica, de forma a conhecer os trabalhos existentes dedicados à hagiotoponímia. Este passo é fundamental, uma vez que só assim se podem conhecer outros estudos já existentes e evitar repetições, mas também usufruir dos dados recolhidos e das informações já tratadas e estudadas por outros autores, que se podem mostrar úteis para a elaboração do nosso trabalho.

---

onomásticos alti-medievais (Continuação do Vol. XXXIV – Fascs. 3-4). II Parte: Inventariação onomástica," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 35 (1972): 141-237; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. 2ª Parte: Inventariação onomástica (B-F)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 2 (1984): 7-86; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação onomástica (Fascículo G-O)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 3/4 (1985/6): 61-157; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação onomástica (Fascículo P)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 5/6 (1987/8): 7-53; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. 2ª Parte: (Fascículo R-V) – (Conclusão)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 7/8 (1989/90): 7-117.

[4] Uma vez que os títulos mencionados ao longo deste capítulo, com apenas duas exceções, não serão utilizados para a construção do presente artigo, os mesmos serão apenas referenciados em nota de rodapé, não estando presentes na listagem bibliográfica final.

Contudo, tendo em conta que o objetivo deste artigo não é discutir a hagiotoponímia na historiografia, serão apenas aqui mencionados alguns títulos de trabalhos que se dedicaram a esta área de estudo e cujo conhecimento é indispensável.

Assim, sobre este tema, é necessário referir primeiramente o autor Pierre David, que, recorrendo à hagiotoponímia, identificou os patronos das igrejas entre os rios Minho e Mondego desde 870 até ao ano 1100. Através do grande número de locais de culto que possuíam o nome dos seus santos titulares, Pierre David reconstruiu também o "santoral hispânico" até ao século XI, baseando-se em calendários vigentes até esse século.[5]

Três anos depois, entre 1949 e 1950, Joseph M. Piel publicou um artigo intitulado *Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular*,[6] onde o próprio admite que a lista de santos que Pierre David apresentou é bastante completa, e que por isso o seu trabalho revela poucos santos que aquele ainda não tivesse apresentado. Contudo, se Pierre David apresenta apenas uma simples referência para cada santo, Joseph Piel vai mais longe, e elabora uma pequena nota biográfica para cada um, enumera os vários locais onde cada santo é invocado e apresenta as diferentes formas toponímicas de cada nome.

Também não pode deixar de ser mencionada a obra de Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, onde são identificados os patronos das igrejas desta diocese, e entre outros aspetos, foram também tidos em consideração os calendários vigentes na época.[7]

Contudo, se considerarmos todo o panorama peninsular, percebemos que em Espanha o número de trabalhos dedicados ao estudo dos hagiotopónimos é mais significativo. Só na revista *Memoria ecclesiae*, têm-se publicado, desde 1990, vários artigos referentes a diferentes áreas geográficas do país, da autoria de Ramón

[5] David Pierre, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947), 185-256.
[6] Joseph M. Piel, "Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular", *In Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 25 (1949): 287-353 e 26 (1950): 281-314.
[7] Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga* (Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1959), I, 305-359.

Gonzálvez Ruiz,[8] de Antoni Bach i Riu,[9] de José Ángel Garro Muxika,[10] de Felipe Gil Peces Rata,[11] ou de Manuel Jesús Carrasco Terriza.[12]

Mas, também existem estudos de caráter geral, como os de Agustín Hevia Ballina[13] e de Juan-Pablo García-Borrón.[14]

Todavia, apesar de existirem vários estudos para diversas áreas geográficas, existe uma grande semelhança com o caso português, pois nota-se uma certa tendência em ambas as historiografias para estudar períodos mais recuados (como revelam os próprios títulos destes artigos). Mas, apesar de serem em menor número, também existem trabalhos para períodos posteriores, como é o caso de um interessante artigo de Agustín Hevia Ballina.[15]

Torna-se ainda necessário referir que a quase totalidade destes trabalhos tem entre os seus principais objetivos reconstruir o santoral da região em estudo para a época em causa, o que, como já vimos, Pierre David também efetuou para a zona entre o rio Minho e o Mondego desde 870 até 1100.

Portanto, através desta breve análise, podemos perceber que existem algumas semelhanças entre a historiografia portuguesa e espanhola, como o estudo de períodos mais recuados e a reconstrução de santorais. Mas também percebemos que existem algumas diferenças, pois em Espanha existem mais trabalhos e para um maior número de áreas geográficas específicas.

[8] Ramón González Ruiz, "Hagiotopónimos Hispanovisigóticos de Toledo y Su Diócesis: Ensayo de Interpretación", *Memoria ecclesiae*, 2 (1991): 73-83.
[9] Antoni Bach Riu, Antoni, "Los Antiguos Hagiotopónimos del Obispado de Solsona", *Memoria ecclesiae*, 3 (1992): 237-254.
[10] José Ángel Garro Muxika, "Dispersión Hagiotoponímica Hispano-mozárabe en la Diócesis de San Sebastián", *Memoria ecclesiae*, 5 (1994): 383-406.
[11] Felipe Gil Peces Rata, "Hagiotoponimia Hispano-mozárabe en la Diócesis de Sigüenza", *Memoria ecclesiae*, 9 (1996): 641-646.
[12] Manuel Jesús Carrasco Terriza, "Hagiotoponimia Hispano Mozárabe en la Diócesis de Huelva", *Memoria ecclesiae*, 14 (1999): 545-585.
[13] Agustín Hevia Ballina, "La Dispersión del Santoral Hispano-mozárabe: Un Acercamiento Desde la Hagiotoponimia", *Memoria ecclesiae*, 2 (1991): 65-72.
[14] Juan-Pablo García-Borrón, *Diccionario Geográfico de Hagiotoponimia Española* (Barcelona: Universidad de Barcelona, 2013).
[15] Agustín Hevia Ballina, "Hagiotoponimia de las Parroquias de la Diócesis de Oviedo, Según el "Libro Becerro" de la Catedral (1385): Génesis y Proceso de Implantación de un Santoral Asturiano", *Memoria ecclesiae*, 2 (1991): 85-108.

2. Os Contextos

2.1. Paróquias e Dioceses

Para contextualizar o leitor no espaço é fundamental apresentar alguns aspetos gerais sobre a divisão diocesana e paroquial do território português na segunda metade do século XIII, o período temporal em que se desenvolve este trabalho.

Se recuarmos um pouco nos acontecimentos, sabemos que, até à primeira década do século XII, existiam apenas dois territórios diocesanos em Portugal: Braga (que se estendia entre os rios Lima e Douro) e Coimbra (entre o rio Douro e a fronteira com o Islão). Mas esta situação rapidamente se alterou. Entre 1112 e 1114 foi restaurada a diocese do Porto, tornando-se autónoma em relação a Braga. No entanto, a construção desta diocese não foi apenas conseguida através de territórios da diocese bracarense, mas também da diocese de Coimbra, alargando a sua área territorial para sul do rio Douro, até ao rio Antuã, ou seja, incluindo nos seus domínios a terra de Santa Maria (Feira).[16] Essa questão dos limites com a diocese coimbrã apenas ficou resolvida em 1258.[17]

Mas esta não foi a única perda territorial sofrida pela diocese de Coimbra. Após a conquista de Lisboa em 1147, D. Afonso Henriques restaurou as dioceses de Lamego e Viseu, que até aí eram administradas por Coimbra. Também os limites desta diocese com a de Lisboa (restaurada também em 1147) foram definidos. O processo de restauração diocesana estendeu-se ao restante país, ficando concluído com a restauração da diocese de Évora em 1166, da Guarda em 1203 e finalmente Silves em 1253.[18]

Portanto, na segunda metade do século XIII, período em que se centra este trabalho, o espaço territorial português encontrava-se dividido nas dioceses do Porto, Coimbra e Viseu, que eram sufragâneas da arquidiocese bracarense; Lamego, Guarda, Lisboa e Évora que eram sufragâneas de Santiago de Compostela; e finalmente, a diocese de Silves, sufragânea da sede metropolitana de Sevilha.[19]

Mas o espaço diocesano era demasiado vasto para que o bispo pudesse exercer diretamente a sua influência, e servir as necessidades de assistência sacramental de

[16] Bernardo de Sá Nogueira, "Geografia Eclesiástica. I. Época Medieval", Carlos A. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), II, 290.
[17] Ana Maria C. M. Jorge *et al*, "Organização eclesiástica do espaço," Carlos A. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), I, 163.
[18] Nogueira, "Geografia", II, 291.
[19] Nogueira, "Geografia", II, 292.

toda a população. Por este motivo, como sabemos, foram também criadas divisões territorialmente inferiores às dioceses: as paróquias.[20]

Pierre David mostrou que as primeiras paróquias foram fundadas por iniciativa episcopal, não existindo, contudo, o objetivo de cobrir todo o território. As paróquias seriam fundadas à medida que cada localidade fosse aumentando e que as populações desejassem uma igreja. Portanto, as primeiras paróquias não formavam uma rede contínua, estavam distribuídas de forma irregular pela diocese. Isto significa que algumas paróquias eram mais extensas que outras e que provavelmente alguns lugares não pertenceriam a nenhuma paróquia. Portanto, as paróquias não possuindo fronteiras precisas eram, nas palavras de José Mattoso, "centros com um certo raio de ação".[21]

No entanto, segundo este mesmo autor, esta é uma realidade que se alterou entre a segunda metade do século XIII e o princípio do século XIV, ou seja, durante o período cronológico em estudo neste artigo, passando o território paroquial a possuir uma delimitação física.[22] Esta mudança ocorreu, pois, segundo José Mattoso, durante os séculos XII e XIII, assistiu-se a uma gradual implantação das prestações que os fiéis deviam pagar para o sustento do clero paroquial, e "o processo de delimitação física das paróquias só se consumou para poder definir a quem se tinha de pagar o dízimo e as outras contribuições eclesiásticas".[23]

Assim, tendo em conta esta breve descrição da organização diocesana e paroquial do território português na segunda metade do século XIII, sabemos que a área territorial em estudo, ou seja, o entre Douro e Vouga, compreendia paróquias das dioceses do Porto, Coimbra, Viseu e Lamego.

Relativamente à diocese do Porto, nela estavam incluídos os territórios a sul do rio Douro que compreendiam a terra de Santa Maria (antes pertencente à diocese de Coimbra), correspondente ao julgado da Feira, onde é possível identificar freguesias pertencentes aos atuais concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, Ovar, Espinho, Arouca, Estarreja e São João da Madeira.[24]

Quanto à diocese de Coimbra, dela faziam parte, entre outras, algumas freguesias da zona mais a norte do arcediagado de Vouga (que se estendia até ao rio Mondego), como era o caso das freguesias de Codal, Macieira de Cambra e São Pedro

[20] José Mattoso, "Paróquia. I. Até ao século XVIII," Carlos A. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), III, 373.
[21] Mattoso, "Paróquia", III, 373-374.
[22] Mattoso, "Paróquia", III, 373.
[23] Mattoso, "Paróquia", III, 375.
[24] Jorge, "Organização", I, 165.

de Castelões, pertencentes ao atual concelho de Vale de Cambra, ou São Miguel de Travaçó, hoje integrante do concelho de Arouca.[25]

Da diocese de Lamego faziam parte as terras de Arouca e Paiva, fazendo ambas fronteira com as dioceses do Porto e de Coimbra. Também a freguesia de Alvarenga, em análise neste artigo e pertencente ao arciprestado de Cinfães, integrava esta diocese.[26]

Por fim, em relação à diocese de Viseu, dela faziam parte algumas paróquias do arciprestado de Lafões e que hoje integram os concelhos de Vale de Cambra, Sever do Vouga e São Pedro do Sul, como é o caso de Junqueira, Santa Maria de Sever, Santa Cruz, o Mosteiro Cisterciense de São Cristóvão de Lafões, São Pedro do Sul, Sul e Figueiredo de Alva.[27]

2.2. O Culto dos Santos e a Sociedade Medieval

Só se pode compreender a existência dos hagiotopónimos, ou seja, a presença do nome do orago na designação da paróquia a que pertence, se percebermos a importância e o significado do culto dos santos para a população medieval, o que se procurará explicar brevemente neste subponto.

De facto, a religião desempenhava um enorme papel na vida da sociedade medieval portuguesa, sendo sobretudo visível na receção dos sacramentos (como o crisma, o batismo, a penitência, a comunhão e a extrema-unção),[28] "na assistência às missas e outras cerimónias da Igreja, nos jejuns e abstinências, e nas peregrinações ou romarias".[29]

Todas estas atividades eram acompanhadas e motivadas pelo culto dos santos, que teve início já na antiguidade cristã, nascendo junto ao túmulo dos mártires:

> No dia de aniversário da morte daquele ou daquela que havia dado testemunho de Jesus Cristo ressuscitado, derramado o seu sangue por Ele, como Ele o havia derramado por nós, os fiéis reuniam-se para celebrar o sacrifício eucarístico e invocar a proteção do mártir.[30]

[25] Jorge, "Organização", I, 168.
[26] Jorge, "Organização", I, 172.
[27] Jorge, "Organização", I, 170.
[28] A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana* (Lisboa: Sá da Costa, 1981), 152.
[29] Marques, *A Sociedade*, 155.
[30] Georges Daix, Dicionário dos Santos: Do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses (Lisboa: Terramar, 2000), 12.

A importância e influência deste culto no quotidiano da população tornaram-se imensas, tendo em conta, por exemplo, que o seu calendário regulava o pagamento das rendas, as feiras e as festas.[31] Mas existe ainda um outro aspeto que desempenhava um papel fundamental na vida da sociedade medieval: a crença nas várias características milagrosas atribuídas aos santos, que se manifestava na realização de missas em sua honra, assim como no facto de mover os fiéis em peregrinações, quer em Portugal quer para o estrangeiro.[32]

Assistir à missa era uma prática comum tanto para os reis e grandes senhores (que a ouviam diariamente) como para os populares (que também não se limitavam a uma missa semanal). Aqui, os santos eram venerados em comunidade, mas existiam também as devoções individuais, realizadas em casa. Todos os palácios, solares ou casas mais humildes possuíam o seu santuário com várias imagens de santos que eram aí adorados.[33]

Mas, o culto dos santos era também vivido de outra forma. Como já antes foi referido, vários eram os fiéis que acorriam em peregrinação aos diversos santuários existentes em Portugal na Idade Média. Nos séculos XII e XIII, era sobretudo no Entre-Douro-e-Minho e na Beira que estes se localizavam, como por exemplo S. Geraldo de Braga ou a Senhora da Peneda. Mas a sul também existiam alguns centros importantes como a Nossa Senhora da Nazaré e a Senhora do Cabo na Estremadura, a Flor da Rosa no Alentejo ou S. Vicente do Cabo no Algarve. Alguns também peregrinavam a grandes santuários internacionais como Roma, Palestina ou Santiago de Compostela.[34]

Nestes locais eram veneradas as imagens e relíquias dos santos que aí estavam expostas (ossos, pedaços de carne, peças de vestuário, pelos da barba ou objetos em que o santo tinha tocado);[35] e todos aqueles que as procuravam, desde o rei ao mais pobre camponês, buscavam soluções para os seus problemas, agradeciam o auxílio prestado, pediam perdão pelos seus pecados e cumpriam promessas.[36]

Em louvor dos Santos eram também realizadas procissões, que variavam de local para local, mas todas as terras festejavam o santo patrono da sua igreja.[37]

---

[31] Maria Alegria Fernandes Marques, "O Clero – Homens de Oração e Ação", Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal* (Lisboa: Presença, 1996), III, 248.
[32] Marques, "O Clero," 248.
[33] Marques, *A Sociedade*, 155-156.
[34] Marques, *A Sociedade*, 157-158.
[35] Marques, *A Sociedade*, 159.
[36] Marques, *A Sociedade*, 157.
[37] Marques, *A Sociedade*, 163.

Compreende-se assim a grande importância da religião na vida do homem medieval, que prestava culto a uma grande variedade de santos. No entanto, é importante mencionar que, apesar desta influência da religião na sociedade, o paganismo continuava presente nas suas vidas. O culto dos antigos deuses manteve-se, sobretudo nas classes inferiores. Vários eram aqueles que acreditavam em superstições, nas estrelas, nos signos, ou nas feitiçarias. Nas palavras de A. H. de Oliveira Marques, todos estes cultos eram encobertos por um "cristianismo de fachada".[38]

3. Dos Hagiotopónimos aos Oragos

Uma vez apresentados os contextos, como o espaço que aqui vamos estudar, chegou o momento de identificar os oragos aí invocados. Para tal, foi construído o quadro 3.1, onde constam as paróquias e os oragos identificados através das fontes e bibliografia que já aqui referimos.

Para a elaboração desse quadro optou-se por indicar todas as paróquias existentes na atualidade, dividindo-as por concelhos e seguindo uma ordem alfabética, de forma a facilitar a sua identificação e organizar a informação. Na maior parte dos casos, as paróquias atualmente existentes possuem correspondência com aquelas existentes na segunda metade do século XIII, mas, nos casos em que essas paróquias ainda não existiam, o critério aplicado foi não apresentar qualquer orago.

Por outro lado, algumas paróquias mencionadas nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288 hoje não existem como tal, são apenas simples povoações e noutros casos, possuíam outra designação que não a atual. Em alguns casos essa designação deixou de existir, enquanto em outros ocorreu uma mudança do centro da paróquia, sendo o anterior topónimo uma simples povoação no presente. Mas, todas estas situações estão identificadas ao longo do quadro seguinte:

[38] Marques, *A Sociedade*, 170-171.

Quadro 1. Paróquias e Oragos de Entre Douro e Vouga na segunda metade do Séc. XIII

Atuais Concelhos	Atuais Paróquias[39]	Orago		
		Inquirições de 1258	Inquirições de 1288	Outras Referências Documentais[40]
Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	-	-	-
	Alquerubim	-	-	Santa Marinha
	Angeja	-	-	-
	Branca	-	São Vicente	-
	Frossos	-	-	-
	Ribeira de Fráguas	-	-	-
	São João de Loure	-	-	São João
	Vale Maior	-	-	Santa Eulália
Arouca	Albergaria da Serra	-	-	-
	Alvarenga	-	-	-
	Arouca	-	-	São Pedro
	Burgo	-	-	São Salvador
	Cabreiros	-	-	-
	Canelas	-	-	-
	Chave	-	-	Santa Eulália
	Covelo de Paivó	-	-	-
	Escariz	-	Santo André	-
	Espiunca	São Martinho		-
	Fermedo	-	Santa Maria	-
	Janarde	-	-	-
	Mansores	-	-	Santa Cristina
	Moldes	-	-	Santo Estêvão
	Rossas	-	-	Santa Maria
	Santa Eulália	-	-	Santa Eulália
	São Miguel do Mato	-	São Miguel	-
	Tropeço	-	-	Santa Marinha

[39] Ter em consideração a explicação apresentada anteriormente.
[40] Apenas para as freguesias não referidas nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288, de acordo com referências documentais recolhidas por Domingos A. Moreira (ver nota 39).

	Urrô	-	-	São Miguel
	Várzea	-	-	São Salvador
Castelo de Paiva	Bairros	São Miguel		-
	Fornos	São Paio		-
	Paraíso	São Pedro		-
	Pedorido	Santa Eulália		-
	Raiva	São João		-
	Real	Santa Marinha		-
	Santa Maria de Sardoura	Santa Maria		-
	São Martinho de Sardoura	São Martinho		-
	Sobrado	Santa Maria		-
Espinho	Anta	-	-	São Martinho
	Espinho	-	-	-
	Gandra (hoje é uma povoação que pertence à freguesia de Anta)	-	São Mamede	-
	Guetim	-	São Salvador	-
	Paramos	-	Santo Tirso	-
	Silvalde	-	São Tiago	-
Estarreja	Avanca	-	-	Santa Marinha
	Beduído	-	-	São Tiago
	Canelas	-	-	-
	Fermelã	-	São Miguel	-
	Pardilhó	-	-	-
	Salreu	-	São Martinho	-
	Veiros		-	-
Murtosa	Bunheiro	-	-	-
	Monte	-	-	-
	Murtosa	-	-	-
	Torreira	-	-	-
Oliveira de Azeméis	Carregosa	-	São Salvador	-
	Cesar	-	São Pedro	-
	Fajões	-	São Martinho	-

	Loureiro	-	São João	-
	Macieira de Sarnes	-	Santa Eulália	-
	Macinhata da Seixa	-	Santo André	-
	Madail	-	São Mamede	-
	Nogueira do Cravo	-	São Cristóvão	-
	Oliveira de Azeméis	-	São Miguel	-
	Ossela	-	São Pedro	-
	Palmaz	-	Santa Marinha	-
	Pindelo	-	Santa Maria	-
	Pinheiro da Bemposta (designada por Figueiredo nas *Inquirições Gerais* de 1288, que hoje é apenas uma povoação daquela freguesia)	-	São Paio	-
	Santiago de Riba Ul	-	São Tiago	-
	São Martinho da Gândara	-	São Martinho	-
	São Roque (designada por Vila Chã nas *Inquirições Gerais* de 1288, sendo esta freguesia ainda hoje conhecida também por Vila Chã de São Roque)	-	São Pedro	-
	Travanca	-	São Martinho	-
	Ul	-	Santa Maria	-
	Vila de Cucujães	-	-	São Martinho
Ovar	Arada	-	São Martinho	-
	Cortegaça	-	Santa Maria	-
	Esmoriz	-	Santa Maria	-
	Maceda	-	São Pedro	-
	Ovar (designada por Cabanões nas *Inquirições Gerais* de 1288)	-	São Cristóvão	-
	São João	-	-	-
	São Vicente de Pereira Jusã	-	São Vicente	-
	Válega	-	Santa Maria	-
	Argoncilhe	-	São Martinho	-

Santa Maria da Feira	Arrifana	-	Santa Maria	-
	Caldas de São Jorge	-	São Jorge	-
	Canedo	-	São Pedro	-
	Duas Igrejas (hoje é apenas uma povoação pertencente à freguesia de Romariz)	-	São Miguel	-
	Escapães	-	São Martinho	-
	Espargo	-	São Tiago	-
	Fiães	-	Santa Maria	-
	Fornos	-	São Salvador	-
	Gião	-	Santo André	-
	Guisande	-	São Mamede	-
	Lobão	-	São Tiago	-
	Louredo	-	São Vicente	-
	Lourosa	-	São Tiago	-
	Meladas (hoje é apenas uma povoação pertencente à freguesia de Mozelos)	-	Santa Maria	-
	Milheirós de Poiares	-	São Miguel	-
	Mosteiró (designada por Proselha nas *Inquirições Gerais* de 1288, que hoje é apenas uma povoação daquela freguesia)	-	Santo André	-
	Mozelos	-	São Martinho	-
	Nogueira da Regedoura	-	São Cristóvão	-
	Paços de Brandão	-	São Cipriano	-
	Pigeiros	-	Santa Maria	-
	Rio Meão	-	São Tiago	-
	Romariz	-	Santo Isidoro	-
	Sanfins	-	São Félix	-
	Sanguedo	-	São Cristóvão	-
	Santa Maria da Feira	-	São Nicolau	-
	Santa Maria de Lamas	-	Santa Maria	-
	São João de Ver	-	São João	-

	São Miguel do Souto	-	São Miguel	-
	São Paio de Oleiros	-	São Paio	-
	Travanca	-	-	-
	Vale	-	-	Santa Maria
	Vila Maior	-	São Mamede	-
São João da Madeira	São João da Madeira	-	São João	-
São Pedro do Sul	Baiões	Santa Eulália		-
	Bordonhos	São João		-
	Candal	-	-	-
	Carvalhais	São Tiago		-
	Covas do Rio e São Martinho das Moitas (constituíam uma freguesia designada por São Martinho de "Cavanon" nas *Inquirições Gerais* de 1258)	São Martinho	-	-
	Figueiredo de Alva	São Salvador	-	-
	Manhouce	-	-	-
	Pindelo dos Milagres	Santa Maria		-
	Pinho	São João		-
	Santa Cruz da Trapa	São Mamede		-
	São Cristóvão de Lafões	São Cristóvão	-	-
	São Félix	-	-	-
	São Pedro do Sul	São Pedro		-
	Serrazes	São Salvador		-
	Sul	Santo Adriano	-	-
	Valadares	-	-	-
	Várzea	Santa Maria		-
	Vila Maior	Santa Maria		-
Sever do Vouga	Cedrim e Couto de Esteves (segundo as *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288 eram duas povoações integrantes da freguesia de	São Miguel		-

	Ribeiradio, atual concelho de Oliveira de Frades)			
	Dornelas	-	-	-
	Paradela e Pessegueiro do Vouga (constituíam uma freguesia designada por São Martinho de Sever nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288)	São Martinho		-
	Sever do Vouga e Rocas do Vouga (constituíam uma freguesia designada por Santa Maria de Sever nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288)	Santa Maria		-
	Silva Escura	São João		-
	Talhadas	-	-	-
Vale de Cambra	Arões e Junqueira (constituíam uma freguesia designada por São Miguel de Junqueira nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288)	São Miguel		-
	Cepelos	-	São João	-
	Codal	-	São Tiago	-
	Macieira de Cambra	-	Santa Maria	-
	Roge	-	São Salvador	-
	São Pedro de Castelões	-	São Pedro	-
	Vila Chã	-	Santa Maria	-
	Vila Cova do Perrinho	-	-	-
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	-	São Miguel	-
	Avintes	-	São Pedro	-
	Canelas	-	São João	-
	Canidelo	-	Santo André	-
	Crestuma	-	-	Santa Marinha
	Grijó	-	São Salvador	-
	Gulpilhares	-	Santa Maria	-
	Lever	-	Santo André	-
	Madalena	-	Santa Maria Madalena	-

	Mafamude	-	São Cristóvão	-
	Olival	-	-	Santa Maria
	Oliveira do Douro	-	Santa Eulália	-
	Pedroso	-	São Pedro	-
	Perosinho	-	São Salvador	-
	Sandim	-	-	Santa Maria
	Santa Marinha		-	Santa Marinha
	São Félix da Marinha	-	São Félix	-
	São Pedro da Afurada	-	-	-
	Seixezelo	-	Santa Marinha	-
	Sermonde	-	São Pedro	-
	Serzedo	-	São Mamede	-
	Valadares	-	São Salvador	-
	Vilar de Andorinho	-	São Salvador	-
	Vilar do Paraíso	-	São Pedro	-

Fontes: Elaborado a partir das Inquirições Gerais de 1258 e 1288 e registos documentais recolhidos em: Moreira, "Freguesias", 1ª Série, 35, 141-237; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 2, 7-86; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 3/4, 61-157; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 5/6, 7-53; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 7/8, 7-117.

Considerando as informações presentes neste quadro, analisaremos no ponto que se segue algumas questões relacionadas com o grupo de oragos que aí se pode observar.

4. Os Oragos

Segundo Miguel de Oliveira[41] e Joseph Piel,[42] quando as igrejas catedrais e paroquiais passaram a ser consagradas a um padroeiro (situação que em meados do século VII já se teria estendido a todas as igrejas[43]), foram sobretudo dedicadas aos santos mártires. No entanto, segundo os mesmos autores, este hagiográfico primitivo possuía algumas exceções, como é o caso de São Martinho de Tours, São Salvador, Santa Maria, o Arcanjo São Miguel, São João Batista e os Apóstolos (que apesar de também serem mártires, ocupavam um lugar à parte devido ao seu carácter especial).

[41] Miguel de Oliveira, *As Paróquias Rurais Portuguesas: Sua Origem e Formação* (Lisboa: União Gráfica, 1950), 165-166.
[42] Piel, "Os Nomes", 25, 291-292.
[43] Oliveira, *As Paróquias*, 77.

Com algumas exceções, como Santa Maria Madalena e Santo Isidoro de Sevilha, assim como a incerteza do São Martinho a que ambas as *Inquirições Gerais* se referem (Tours ou Dume), este ainda era, maioritariamente, o panorama hagiográfico de entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII, como se pode comprovar através do Quadro 2.

Quadro 2. Oragos de Entre Douro e Vouga na segunda metade do Séc. XIII

Orago	Nº de Paróquias/Igrejas	Percentagem
Santa Maria	24	16,78%
São Martinho	14	9,79%
São Pedro	13	9,09%
São Salvador	12	8,39%
São Miguel	11	7,69%
São João Batista	10	6,99%
São Tiago	9	6,29%
Santa Marinha	8	5,59%
Santa Eulália	7	4,90%
Santo André	6	4,20%
São Cristóvão	6	4,20%
São Mamede	6	4,20%
São Paio	3	2,10%
São Vicente	3	2,10%
São Félix	2	1,40%
Santo Adriano	1	0,70%
São Cipriano	1	0,70%
Santa Cristina	1	0,70%
Santo Estevão	1	0,70%
Santo Isidoro	1	0,70%
São Jorge	1	0,70%
Santa Maria Madalena	1	0,70%
São Nicolau	1	0,70%
Santo Tirso	1	0,70%
Total	143	100,00%

Fontes: Elaborado a partir das Inquirições Gerais de 1258 e 1288 e registos documentais recolhidos em: Moreira, "Freguesias", 1ª Série, 35, 141-237; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 2, 7-86; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 3/4, 61-157; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 5/6, 7-53; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 7/8, 7-117.

As alterações relativamente ao hagiográfico primitivo eram, de facto, poucas, até porque, como explica Domingos de A. Moreira, até às proximidades do rio Vouga, a maior parte das freguesias são muito antigas, sendo também aí, portanto, onde estão presentes os cultos mais antigos, ao contrário daqueles mais recentes, cuja presença é

maior no centro e sobretudo no sul do país (o que não significa que não existam no norte).[44]

Esta explicação de Domingos de A. Moreira prende-se com as invasões muçulmanas e com o processo de Reconquista Cristã, o qual, partindo de norte para sul, permitiu que as zonas mais a norte, estando menos tempo sob a influência muçulmana, mantivessem algumas tradições anteriores àquelas invasões, o que ia diminuindo para sul, levando a que novos oragos fossem escolhidos aquando da conquista desses territórios, pois em alguns casos os antigos já estavam esquecidos. Como dizia Pierre David, ainda que os quadros administrativos e militares entre os rios Tejo e Minho pudessem ter sido afetados pelas invasões muçulmanas, a população tivesse ficado distribuída de forma mais rarefeita e muitas terras tivessem ficado incultas, permaneceu um elemento de continuidade que conservou as antigas tradições. Assim, mesmo que várias igrejas ou mosteiros tivessem caído em ruína, muitos desses edifícios foram de novo reconstruídos sobre a invocação dos antigos titulares, pois aí tinham ficado pessoas que se lembravam do nome dos santos que os seus antepassados invocavam.[45]

Todavia, ainda que em menor escala, ocorreram algumas alterações e surgiram novos oragos, o que se poderá dever, pelo menos em parte, às influências transpirenaicas e novas canonizações ocorridas nos séculos XII e XIII, como explica Oliveira Marques.[46] O mesmo autor diz-nos que este é o caso, por exemplo, do culto a São Jorge, que apesar de ser um mártir não estava incluído no hagiográfico primitivo, e só a partir desta altura passou a integrar o nosso santoral. Contudo, e como se pode ver na área estudada, os novos santos permitiram que muitos dos anteriores persistissem, apesar de, em certos casos, alguns acabarem por ser esquecidos ou relegados à categoria de patronos locais.[47]

No entanto, ainda que se perceba o reduzido número de oragos cujo culto é mais recente, entre o grupo de oragos com um culto mais antigo, o número de invocações também é bastante heterogéneo, como o Quadro 2 deixa transparecer. No topo da tabela e com um maior número de invocações encontrava-se Santa Maria, a detentora

[44] Domingos de A. Moreira, "Oragos Paroquiais Portugueses", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), III, 326.
[45] Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (Lisboa-Paris: Livraria Portugália Editora-Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947), 254-255.
[46] Marques, *A Sociedade*, 160.
[47] Marques, *A Sociedade*, 160.

de um dos cultos mais antigos do cristianismo.[48] À Virgem Maria eram dedicadas 24 igrejas, o que contrastava de forma bastante evidente com São Martinho, que a precedia com apenas 14 invocações (ainda que não se possa afirmar tratar-se do mesmo santo para todas as paróquias em que nos surge). Existia, portanto, uma diferença de 10 invocações entre estes cultos, caso se trate do mesmo São Martinho, o que se torna ainda mais considerável se estabelecermos uma comparação com Santo Adriano, São Cipriano, Santa Cristina, Santo Estêvão, Santo Isidoro, São Jorge, Santa Maria Madalena, São Nicolau e Santo Tirso, que apenas possuíam uma igreja consagrada a cada um.

É evidente, portanto, a popularidade de que gozava o culto a Santa Maria, notoriamente superior aos restantes nesta área geográfica. Mas, se a excluirmos do nosso panorama, assim como os santos já mencionados como detentores de apenas uma invocação, as disparidades são de igual modo consideráveis: os valores oscilam entre 3 e 14, tal como também se pode ver no Quadro 2.

Mas, se no que diz respeito ao número de invocações de cada santo possuímos valores muito díspares, quanto aos seus locais de origem também se verifica a existência de uma grande diversidade, e nem todos aqueles que eram venerados no espaço português eram comuns a toda a Cristandade. Alguns eram nativos da Península Ibérica ou intimamente relacionados com ela, e por isso o seu culto possuía um carácter local[49], como é o caso dos mártires peninsulares, Santo Isidoro de Sevilha ou São Tiago Maior. No geral, segundo Miguel de Oliveira[50] e Joseph Piel,[51] tendo em conta a origem e também a categoria dos vários santos existentes, é possível dividir os patronos das paróquias aqui em análise nos seguintes grupos:

- mártires orientais: Santo Adriano de Nicomédia, Santa Cristina de Tiro, São Cristóvão de Lícia, São Jorge da Capadócia, São Mamede de Capadócia, Santa Marinha de Antioquia, São Nicolau de Lícia, Santo Tirso de Apolónia na Frígia;

- mártires peninsulares: Santa Eulália de Mérida, São Vicente de Saragoça, São Félix de Gerona, São Paio martirizado em Córdova;

- mártires africanos: São Cipriano de Cartago;

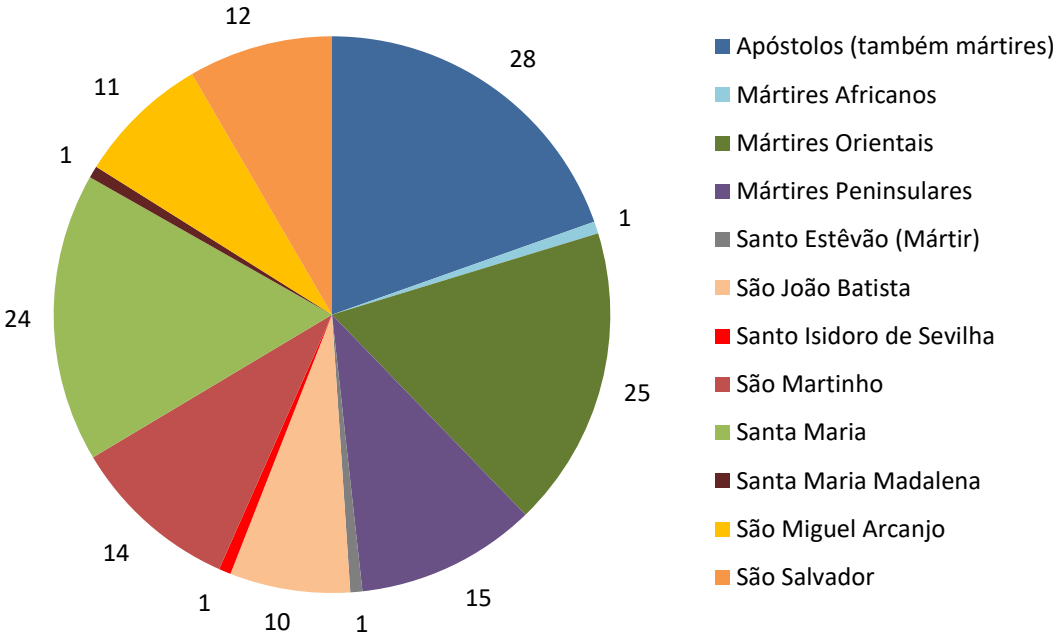
- outros santos que não se incluem nos grupos anteriores: apóstolos (Santo André, São Pedro e São Tiago Maior), venerados como mártires; o também mártir Santo

[48] Joseph M. Piel, "Os Nomes", 26, 304.
[49] Marques, *A Sociedade*, 160.
[50] Oliveira, *As Paróquias*, 165-166.
[51] Piel, "Os Nomes", 25, 306-353 e Piel, "Os Nomes", 26, 281-314.

Estêvão; São Salvador; Santa Maria; São João Batista; o Arcanjo São Miguel; Santa Maria Madalena; Santo Isidoro de Sevilha; São Martinho, que poderá ser de Tours ou de Dume.

O gráfico circular que se segue permite-nos compreender melhor esta divisão:

Gráfico 1. Divisão por Grupos (de Acordo com a Origem e Categoria) dos Oragos de Entre Douro e Vouga na Segunda Metade do Séc. XIII



Fontes: Elaborado a partir das Inquirições Gerais de 1258 e 1288 e registos documentais recolhidos em: Moreira, "Freguesias", 1ª Série, 35, 141-237; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 2, 7-86; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 3/4, 61-157; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 5/6, 7-53; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 7/8, 7-117.

Este gráfico torna evidente que o culto primitivo dos santos mártires continuava a ser bastante significativo neste território na segunda metade do século XIII, sobretudo o de alguns apóstolos, que no seu conjunto possuíam 28 invocações, seguidos por alguns mártires Orientais, aos quais eram dedicadas 25 igrejas. De uma forma geral, se juntarmos cada fração referente aos santos mártires, percebemos que cerca de metade das 143 igrejas paroquiais contempladas neste artigo estavam consagradas a si. Ainda assim, o culto a Santa Maria continua a mostrar-se como um dos mais significativos na altura.

Tendo ainda em conta o Quadro 2 e a Gráfico 1, se somarmos o grupo dos 15 mártires peninsulares, com a invocação de Santo Isidoro de Sevilha e as 9 invocações de São Tiago, percebemos que existiam, pelo menos, 25 paróquias consagradas a santos peninsulares ou intimamente relacionados com o espaço peninsular. Todavia,

este número poderia ser superior, no caso das invocações a São Martinho mencionadas pelas *Inquirições Gerais* se referirem, ainda que em parte, a São Martinho de Dume.

Relativamente à distribuição geográfica dos vários oragos, podemos afirmar que é bastante irregular, não sendo possível definir a existência de uma tendência para escolher determinados santos mais a norte ou mais a sul, em zonas mais costeiras ou em localidades mais interiores. Na verdade, são raras as vezes em que o mesmo santo é venerado em paróquias muito próximas, sendo que nunca o é em paróquias vizinhas.

Assim, considerando todos estes aspetos antes discutidos, seria de igual modo interessante tentar perceber os motivos que estiveram na origem da escolha destes santos como padroeiros, de forma a compreender também a predominância de uns em relação a outros. É certo que essa é uma tarefa demasiado complexa e exigente para poder ser apresentada no âmbito deste artigo, mas é impossível não se deixarem algumas considerações acerca daqueles possíveis motivos.

Sabemos que o facto de alguns santos verem o seu culto ser largamente difundido, ao contrário do que acontecia com outros, era um dos fatores que influenciava a sua escolha como padroeiros de uma paróquia. Por exemplo, segundo Saul António Gomes, as autoridades diocesanas e os meios monásticos hispânicos foram responsáveis pela difusão do culto de várias devoções no território peninsular, como é o caso de São Salvador e de Santa Maria, seguidos pelos apóstolos e outros mártires.[52]

Todavia, ainda que possa ter existido um condicionalismo inicial, uma vez que alguns santos eram mais afamados do que outros e nem todos eram conhecidos, os diferentes percursos de vida de cada um poderão também ter tido influência na sua escolha como patronos de uma igreja paroquial. Se considerarmos a conjuntura política, económica, social, cultural e religiosa vivida no momento em que ocorreu a consagração de cada igreja paroquial a determinado santo, é possível que as suas características e percursos de vida tenham influenciado essa escolha. Por exemplo, os santos mártires, ainda que em comum tivessem o martírio (que adquiria diversas formas) e a sua morte pela fé em Deus, tiveram percursos de vida desiguais, o que poderá estar relacionado com os motivos da sua escolha como padroeiros e da maior predominância de uns em relação a outros.

Como sabemos, estes percursos de vida foram relatados em vários martirológios elaborados ao longo da Idade Média. No entanto, estes não eram testemunhos

[52] Saul António Gomes, "A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), I, 343.

totalmente fidedignos das suas vidas. Se tivermos em conta que os hagiógrafos os escreveram quando lhes ocorreu fazê-lo, e que muitas vezes decorriam vários anos entre esse momento da escrita e o momento em que o santo viveu, percebe-se que seria impossível saber exatamente o que ocorreu séculos antes, e que, portanto, muitas das vidas descritas nestas hagiografias são lendárias, estando mais ou menos longe da realidade.[53] Assim, é com desconfiança que olhamos hoje para estes relatos, sem nos deixarmos convencer inteiramente pelo seu conteúdo (tendo em conta que uns são mais fantasiosos que outros). No entanto, na época medieval não seria assim e, como tal, seria com base nestas lendas que os santos eram conhecidos e invocados.

Por exemplo, em relação a São Pedro (o apóstolo e mártir com o maior número de paróquias consagradas, ou seja, 13), um santo detentor de um culto já muito antigo e consolidado (o seu nome consta no primeiro calendário da Igreja de Roma, que data de 354),[54] poderá ter pesado na sua escolha o facto de ser conhecido como o primeiro bispo e aquele a quem foram confiadas as chaves do céu.[55]

Também São Miguel, um dos sete arcanjos de Deus, possuía um número considerável de invocações, mais particularmente 11. Para este número de igrejas consagradas ao arcanjo poderá ter contribuído o facto de este ser apresentado como militar (por ter vencido os anjos rebeldes no início dos tempos), como elo de ligação entre Deus e os Homens e como estando encarregue de pesar as almas e avaliar se são ou não dignas de entrar no reino dos Céus.[56]

Já no caso de São Tiago, apóstolo e mártir, também com uma presença evidente neste território em estudo, poderá ter contribuído para a sua escolha o facto de estar intimamente relacionado com a Península Ibérica e com a Reconquista cristã, pois aqui foram encontradas as suas relíquias e terá aparecido no céu incitando e prestando apoio aos cristãos na guerra contra os mouros.[57]

É certo que, tal como São Tiago, também São Jorge possuía grande fama por estar associado ao movimento da Reconquista Cristã. Mas, se o primeiro possuía nove invocações, o segundo apenas uma. Como sabemos, o culto a São Tiago era mais antigo, e foi largamente difundido por toda a Hispânia desde o aparecimento das suas relíquias no século IX. Já o culto a São Jorge era mais recente, iniciado sobretudo nos

[53] Daix, *Dicionário*, 13.
[54] Daix, *Dicionário*, 14.
[55] Jorge Campos Tavares, *Dicionário de Santos* (Porto: Lello & Irmão, 1990), 117-118, 190.
[56] Tavares, *Dicionário*, 20, 181.
[57] Tavares, *Dicionário*, 137-138.

séculos XII e XIII e trazido para Portugal por influência dos cruzados.[58] Assim, como já antes vimos, o facto de apesar das incursões muçulmanas se terem continuado a venerar os padroeiros primitivos, limitou o aparecimento de novas invocações, o que pode ajudar a explicar aqueles valores.

No entanto, não podemos afirmar que a sua fraca presença neste território como padroeiro, assim como a de todos os santos que nos surgem com apenas uma ou pouco mais invocações, signifique que não eram venerados pelos fiéis de outras paróquias de entre Douro e Vouga. Na verdade, ainda que não fossem escolhidos como orago principal, podiam estar presentes como oragos secundários nas igrejas paroquiais, ou em capelas, mosteiros e altares domésticos.

Todavia, ainda que através destes exemplos fossemos levados a crer que, pelo menos em alguns casos, as características e os percursos de vida atribuídos a cada santo poderiam ter contribuído para a sua escolha como padroeiros, não o podemos afirmar. Estas considerações são apenas parte de uma reflexão que necessita de uma sólida base de investigação, para que se possam compreender os verdadeiros motivos que poderão ter contribuído para a escolha destes santos como oragos destas paróquias. Saber a data da consagração de cada igreja a determinado santo, conhecer os martirológios que circulavam na zona em estudo aquando da escolha do orago, a influência dos meios monásticos e das autoridades diocesanas nessa mesma época, ou a conjuntura política, económica, social, cultural e religiosa da altura, são alguns dos aspetos que se devem ter em conta para se tentar chegar às respostas pretendidas.

4.1. O Caso de Santa Maria

De entre todos os oragos existentes entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII, era Santa Maria, como vimos, aquela que detinha o maior número de invocações, não sendo possível, por isso, deixar de aqui se analisar mais de perto algumas questões relacionadas com o seu culto.

Como sabemos, o culto mariano não era apenas significativo no território aqui em estudo, mas em todo o território português, "a ponto da terra portuguesa nos alvores da nacionalidade se apelidar de Terra de Santa Maria, primeiramente referido à terra entre Douro e Vouga e ampliado a todo o território".[59]

[58] Tavares, *Dicionário*, 86-87.
[59] Carlos A. Moreira Azevedo, "Mariologia Portuguesa", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), IV, 445.

De facto, aquando do processo de reconquista e formação de Portugal, vários fatores contribuíram para um fortalecimento da devoção a Maria, levando a que, como afirma Avelino de Jesus da Costa, a conquista e o povoamento de novas terras por parte dos portugueses fossem feitos em honra de Deus e da Virgem e a ela se confiassem a nossa defesa e conservação do território.[60] Este investigador acrescenta ainda que, aqueles que morriam na luta contra os infiéis eram considerados heróis e mártires da pátria, da Igreja e da Virgem, que os movia neste espírito de cruzada e que, como agradecimento das suas vitórias, eram-lhe erguidas inúmeras capelas e igrejas. A tal de somava o facto de ser escolhida como padroeira de todas as dioceses que se iam restaurando, e multiplicavam-se por Portugal os vários mosteiros que a escolhiam também como única ou principal padroeira.

Esta era uma situação em parte favorecida, como já antes foi dito, pelos grandes mosteiros, que do século XII a XV promoveram o culto mariano, devido à sua participação no mistério da paixão e morte de Cristo, assim como pela sua dignidade pessoal resultante da maternidade divina.[61] Mas o facto de ser a mãe de Cristo, e portanto também dos cristãos, foi um fator bastante pesado para que grande parte das catedrais e um elevado número de igrejas paroquiais escolhessem a Virgem Maria como padroeira.[62] Também o ideal cavalheiresco da Idade Média de exaltação da mulher, tendo como protótipo perfeito a Virgem Maria, contribuiu para a difusão e crescimento do seu culto aquando da fundação e povoamento de Portugal.[63]

É ainda importante referir as influências vindas do estrangeiro, que desempenharam um papel não menos importante. Por toda a Europa circulavam vários livros e cadernos de milagres relativos à Nossa Senhora, que acabaram por chegar a Portugal pela mão de religiosos e cavaleiros que iam em peregrinação a santuários e terras para lá dos Pirenéus.[64] Fortunato de Almeida salienta que nestes livros, onde se podiam ver notícias de devoções, "o culto de Nossa Senhora era dos que mais inflamavam a piedade dos fiéis".[65] Já Domingos A. Moreira Azevedo diz-nos que Maria

[60] Avelino de Jesus da Costa, "A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média", *Lusitania Sacra*, 2 (1957): 7.
[61] Azevedo, "Mariologia", 445.
[62] Costa, "A Virgem", 9-11.
[63] Costa, "A Virgem", 13.
[64] Costa, "A Virgem", 14.
[65] Fortunato de Almeida, "Liturgia e Culto – Penitências", Damião Peres (dir.), *História da Igreja em Portugal* (Porto: Portucalense Editora, 1967), I, 252.

era sempre descrita como exemplo de santidade para os cristãos, pois aceitou de plena vontade o pedido de Deus.[66]

Todos estes fatores contribuíram, sem dúvida, para o grande aumento do número de invocações a Santa Maria aquando da formação de Portugal. Avelino de Jesus da Costa encontrou referências documentais a "mais de mil templos e lugares consagrados a Nossa Senhora até ao fim do século XV".[67] Também Oliveira Marques afirma que "até ao fim do século XV, mais de mil consagrações a Maria se puderam observar nas igrejas, capelas e ermidas do território português. Nestas incluíram-se todas as sés catedrais e grande número de mosteiros".[68]

Torna-se até curioso perceber que, se pouco mais tinham em comum, todos grupos sociais (povo, clero, nobreza e realeza) estavam pelo menos unidos na devoção à Virgem (embora cada um o fizesse de acordo com as tradições e posses da sua classe social). O povo via-a como a protetora dos fiéis em quase todos os planos da sua vida, e muitas das doações piedosas dos reis portugueses eram feitas em seu nome.[69]

No entanto, ainda que o culto a Santa Maria possa ter sido impulsionado a partir desta altura, era já muito antigo em Portugal, e muitos dos templos dedicados à Virgem já o seriam antes da Reconquista. De encontro ao que afirmava Pierre David, Avelino de Jesus da Costa diz-nos que:

> [sendo] norma geral do tempo da Reconquista restaurar os templos sob a invocação dos antigos oragos, podemos concluir que, salvo raras exceções, as sés e templos restaurados neste período sob a invocação de Santa Maria já eram dedicados à Virgem antes da invasão dos Árabes. É que, mesmo durante a ocupação destes, puderam manter-se sempre núcleos de cristãos que […] conservaram a tradição e devoção religiosas dos antepassados e, portanto, os mesmos padroeiros. E a devoção mariana manteve-se bem viva até nas terras dominadas pelos Muçulmanos durante longos séculos.[70]

Contudo, tal como também explicava Pierre David, ainda que este estabelecesse o rio Tejo como limite, Avelino de Jesus da Costa explica igualmente que, quando o Condado Portucalense se separou da monarquia leonesa, a norte do rio Mondego existia já uma população densa, antiga e presa à terra, que mantinha as suas tradições, conservando ou restaurando as suas igrejas sob a invocação dos oragos escolhidos

[66] Azevedo, "Mariologia", 445.
[67] Costa, "A Virgem", 11.
[68] Marques, *A Sociedade*, 161.
[69] Gomes, "A religião", 378.
[70] Costa, "A Virgem", 8.

pelos seus antepassados. Já a sul deste rio, excetuando apenas Lisboa e algumas vilas e fortalezas, a população era dispersa ou tinha-se fixado recentemente e portanto, sem qualquer tradição ligada à história local. Deste modo, os colonos ou conquistadores (vindos sobretudo do norte) podiam escolher, sem qualquer embargo, os oragos que desejavam para as igrejas que iam construindo ou restaurando.[71]

Assim sendo, podemos concluir que, pelo menos em parte, a presença de Santa Maria como padroeira já é antiga nas paróquias mais a norte, pelo menos anterior à reconquista, uma vez que existia a tendência de invocar os antigos oragos. Já nas paróquias mais para sul, sendo menos os oragos dos quais havia memória e tendo-se dedicado muitos templos a novos cultos, como seria o caso da Virgem, muitas das suas invocações deverão ser aí mais recentes, assim como em maior número, se considerarmos que, tal como vimos, a sua devoção se difundiu largamente nesta altura.

De facto, atendendo a um estudo realizado por Avelino de Jesus da Costa com base no *Censo da População do Reino de Portugal*, de 1890, podemos constatar que as freguesias a norte do rio Mondego apresentam apenas uma pequena percentagem de paróquias dedicadas a Santa Maria, em contraste com o registado para sul. Segundo este autor, das 2.365 freguesias a norte daquele rio, 450 eram dedicadas à Virgem, ou seja, 19%. Já para sul, das 1.374 freguesias existentes, 582 eram consagradas a Maria, o que equivale a 42,35%.[72]

É por este motivo que também Oliveira Marques, referindo-se à invocação de Santa Maria como padroeira, diz serem "as províncias do Centro e do Sul, recristianizadas nos séculos XIII e XIV, que ostentaram a maior percentagem de tais consagrações".[73] Também Domingos A. Moreira Azevedo chama à atenção para o mesmo, quando menciona que dos grandes mosteiros a devoção à Virgem viu-se estendida às paróquias, "com acrescido número para sul".[74]

Na verdade, tendo em conta a área aqui estudada, verifica-se até que a tendência de escolher Santa Maria como padroeira aumenta à medida que subimos geograficamente e não à medida que descemos para sul. Nos concelhos mais a sul da área em estudo, é quase nula a presença da Virgem Maria: Murtosa, Estarreja e Albergaria-a-Velha não lhe dedicam qualquer paróquia, e no concelho de Sever do Vouga, apenas uma lhe é consagrada (Santa Maria de Sever). Se subirmos mais um

[71] Costa, "A Virgem", 13.
[72] Costa, "A Virgem",12-13.
[73] Marques, *A Sociedade*, 161.
[74] Azevedo, "Mariologia", 445-446.

pouco, encontramos três paróquias em Ovar (Cortegaça, Esmoriz e Válega), duas em Oliveira de Azeméis (Pindelo e Ul) e também duas em Vale de Cambra (Macieira de Cambra e Vila Chã). Mais a Norte, verifica-se a existência de seis paróquias que lhe são consagradas no concelho de Santa Maria da Feira (Arrifana, Fiães, Meladas, Pigeiros, Santa Maria de Lamas e Vale) e duas em Arouca (Fermedo e Rossas). Finalmente, o concelho de Vila Nova de Gaia dedica-lhe três paróquias (Gulpilhares, Olival e Sandim) e Castelo de Paiva duas (Santa Maria de Sardoura e Sobrado).

Portanto, se considerarmos que a consagração das igrejas paroquiais de entre Douro e Vouga, pelo menos em grande parte, ocorreu num período recuado, ainda antes da reconquista cristã, é possível afirmar que a devoção a Nossa Senhora é de facto muito antiga e sempre foi importante, tendo em conta que no conjunto de todas as paróquias contabilizadas é a detentora do maior número de invocações.

Contudo, mesmo no Norte, apesar de se manterem os oragos tradicionais, a influência do culto mariano não deixou de se fazer sentir. Ergueram-se vários altares a Maria dentro das igrejas paroquiais, assim como alguns templos exclusivamente dedicados a si.[75] Pintaram-se ainda histórias sobre a Virgem em retábulos, e esculpiram-se relevos, "igualmente coloridos, que se expunham nos frontais dos altares, junto de túmulos e capelas próprias dispersas pelos interiores dos templos e dos claustros".[76]

Conclusão

Tendo em conta os aspetos discutidos ao longo das páginas anteriores, foi possível perceber que os oragos invocados entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII constituíam um grupo bastante heterogéneo, estando alguns santos mais presentes neste território em comparação com outros. Ao dividi-los por grupos, vimos que os mártires presidiam cerca de metade das paróquias aqui em análise, mas que, dentro destes, existiam também disparidades consideráveis, sendo sobretudo os mártires orientais aqueles que reuniam o maior número de invocações. Mas, no geral, quem liderava entre todos os padroeiros era Santa Maria.

Por o culto à Virgem Maria ser tão importante e a sua presença não passar despercebida, foi-lhe dedicado um ponto específico. Ali foram apresentados alguns dos fatores que contribuíram para a fama e difusão do seu culto aquando do processo da reconquista cristã, como era caso do ideal cavalheiresco medieval, da circulação de

[75] Costa, "A Virgem", 14-15.
[76] Gomes, "A religião", 379.

livros de milagres onde a sua figura era exaltada ou das dignidades eclesiásticas e instituições monásticas que incentivavam a sua devoção. No entanto, percebemos também que o culto mariano era já antigo e que, sobretudo para norte, a maior parte dos templos de que se apresentava como patrona na segunda metade do século XIII, já lhe eram dedicados antes destas influências, ao contrário das zonas mais a sul. Portanto, sendo Santa Maria o orago com uma maior presença neste território, podemos também concluir que, mesmo antes destas influências, o seu culto já era importante e significativo, ainda que viesse a ser impulsionado e a ganhar maior destaque durante o período da reconquista cristã.

Todavia, existe a consciência de que este tema não foi aqui esgotado, uma vez que sabemos quais os oragos invocados entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII e quais aqueles cuja presença é mais significativa; mas seria importante, como foi referido mais atrás, perceber os motivos que estiveram na origem da escolha destes oragos, de forma a entender também o motivo pelo qual uns estavam mais presentes que outros.

Seria de igual modo interessante averiguar, por exemplo, se existe alguma relação entre as paróquias que escolheram São Tiago como padroeiro e a passagem dos caminhos de peregrinação até ao seu maior local de culto em Compostela. Contudo, tanto em relação a este aspeto, como em relação a tudo o que aqui foi discutido, não nos podemos esquecer de que apenas se teve em consideração os santos padroeiros, sendo que seriam muitos outros os santos presentes nos altares secundários das igrejas paroquiais, em altares domésticos ou noutras capelas. Se pudéssemos conhecer também esses santos certamente que o panorama hagiográfico seria totalmente diferente e decerto seriam levantadas outras questões e chegaríamos a outras conclusões. Mas, tendo em conta a dimensão proposta para este projeto, estes são aspetos que já não podemos aqui discutir. São, no entanto, questões importantes que, quem sabe, talvez se possam vir a desenvolver no futuro.

Fontes

Impressas

Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, vol. I, parte II, fascículo VI. Lisboa: Academia das Ciências, 1917.

Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, vol. I, parte II, fascículo VII. Lisboa: Academia das Ciências, 1936.

Portugaliae Monumenta Historica Nova Série. Inquisitiones (edição de José Augusto de Sottomayor-Pizarro), vol. IV, tomo 2 - Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291. Lisboa: Academia das Ciências, 2015.

Bibliografia

Almeida, Fortunato de. "Liturgia e Culto – Penitências", Damião Peres (dir.), *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967. Volume I, 251-253.

Azevedo, Carlos A. Moreira. "Mariologia Portuguesa", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume IV, 445-457.

Costa, Avelino de Jesus da. "A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média". *Lusitania Sacra*, 2 (1957): 7-49.

Costa, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1959. Volume I.

Daix, Georges. *Dicionário dos Santos: Do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses.* Lisboa: Terramar, 2000.

David, Pierre. *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa-Paris: Livraria Portugália Editora-Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947.

Gomes, Saul António. "A Religião dos Clérigos: Vivências Espirituais, Elaboração Doutrinal e Transmissão Cultural", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Volume I, 339-421.

Jorge, Ana Maria C. M., e Bernardo de Sá Nogueira. "Organização Eclesiástica do Espaço", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Volume I, 137-201.

Marques, A.H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana.* 4ª Edição. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

Marques, Maria Alegria Fernandes. “O Clero – Homens de Oração e Ação”, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1996. Volume III, 225-251.

Mattoso, José. “Paróquia. I. Até ao Século XVIII”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume III, 372-376.

Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altimedievais”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 34 (1971): 19-149.

Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altimedievais (Continuação do Vol. XXXIV – Fascs. 3-4). II Parte: Inventariação Onomástica”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 35 (1972): 141-237.

Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altimedievais. 2ª Parte: Inventariação Onomástica (B-F)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 2 (1984): 7-86.

Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altimedievais. II Parte - Inventariação Onomástica (Fascículo G-O)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 3/4 (1985/6): 61-157.

Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altimedievais. II Parte - Inventariação Onomástica (Fascículo P)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 5/6 (1987/8): 7-53.

Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altimedievais. 2ª Parte: (Fascículo R-V) – (Conclusão)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 7/8 (1989/90): 7-117.

Moreira, Domingos de A. “Oragos Paroquiais Portugueses”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume III, 325-328.

Nogueira, Bernardo de Sá. “Geografia Eclesiástica. I. Época Medieval”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume II, 289-294.

Oliveira, Miguel de. *As Paróquias Rurais Portuguesas: Sua Origem e Formação.* Lisboa: União Gráfica, 1950.

Piel, Joseph M. “Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular”. *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 25 (1949): 287-353.

Piel, Joseph M. “Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular”. *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 26 (1950): 281-314.

Tavares, Jorge Campos. *Dicionário de Santos.* Porto: Lello & Irmão, 1990.

Os Hospitalários nos Caminhos de Santiago: O Caso da Assistência no Norte de Portugal Medieval

– Tatiana Henriques

Resumo

Tomando como ponto de partida a Ordem Religiosa-Militar do Hospital e a sua missão fundacional assistencial, iremos tentar perceber a dimensão que esta prática teria no Norte de Portugal durante os séculos XIII e início do XIV. Neste estudo pretende-se estabelecer uma ligação entre uma possível prática assistencial da Ordem com os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela. Sendo este um dos mais importantes pontos de peregrinação durante toda a Idade Média, ao qual deverá ter afluído um grande número de peregrinos, pretende-se perceber se próximo dos caminhos que se localizavam em território português poderemos encontrar indícios desta prática. Através da análise da localização geográfica das comendas da Ordem, e também dos seus bens, iremos tentar compreender se existe uma aproximação com as vias de peregrinação e tentar-se-á compreender a possibilidade desta se ter verificado no Norte de Portugal Medieval.

Palavras-chave: Ordem do Hospital; assistência; vias; peregrinação.

Abstract

Taking in consideration the Military Order of the Hospital and their foundational mission of assistance to the needed, we will try to understand if this dimension of the order had been applied in the north territory of Portugal during the 12th and 13th centuries. In this article, we will try to make a connection between this assistance activity and the routes of peregrination to Santiago de Compostela. Being one of the most important local of peregrination during the Middle Age and were a lot of peregrines flocked, we'll try to understand if adjacent to that routes it's possible to find some signs of this practice. Through a geographic analyse of their *comendas* and of their patrimony, we'll try to understand if there is any connection of them with the routes that can make us explore the possibility of a assistance practice in this territory.

Keywords: Order of the Hospital; assistance; routes; pilgrimage.

Introdução

O presente trabalho, realizado no âmbito do Seminário em História Medieval, incide sobre a Ordem do Hospital em Portugal e os reflexos do seu caráter assistencial nos caminhos de peregrinação a Santiago, sendo que neste trabalho se tentará perceber se esta ordem apresentava uma rede de património capaz de estabelecer e sustentar esta prática, tal como era feito na sua casa mãe em Jerusalém. Mas, também se tentará compreender se esta mesma rede patrimonial detinha algum tipo de relação com os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.

Este trabalho será assim dividido em três partes: uma primeira onde serão abordadas as questões ligadas à ordem do Hospital, nomeadamente a sua criação em Jerusalém, a sua fixação em Portugal, e ainda o seu caráter assistencial e de ordem militar; uma segunda parte dedicada ao culto de Santiago, nomeadamente sobre o crescimento deste centro de peregrinação, mas principalmente sobre as suas reflexões em território português, na qual ainda se irá a abordagem das vias medievais de peregrinação e a sua estreita relação com a assistência medieval, não só ao peregrino mas também ao pobre; e numa terceira parte, consistindo mais num trabalho de fontes, onde serão estabelecidos os resultados dos bens levantados nas inquirições de 1258 e 1288, de forma a estabelecer a rede patrimonial naquelas datas, mas também todo o processo de reconstrução de vias com base em trabalhos de diversos autores, ao qual se acrescentará a ligação entre este dois fatores.

A ligação destes bens com os caminhos medievais de peregrinação a Santiago no Norte de Portugal será assim o objetivo final deste projeto. Para tal será necessário, para além do levantamento de bens, cartografar os mesmos junto das vias de peregrinação medievais, que neste projeto serão alvo de uma tentativa de reconstrução.

Assim, e após o estabelecimento de temas considerados fundamentais para a realização do objetivo deste projeto, pretende-se apresentar um quadro geral dos bens que a Ordem do Hospital detinha no final do século XIII, tal como estabelecer a rede viária medieval de peregrinação, para que num último momento estas informações possam ser cruzadas e permitam chegar a algumas conclusões.

Estado da Arte

Aquando da ideia inicial que pautou este projeto, e tendo em vista o tema estabelecido, tornou-se imperativa a leitura de várias obras sobre alguns dos aspetos

que o integram, nomeadamente sobre a Ordem do Hospital, o culto de Santiago e as suas manifestações, e ainda sobre os caminhos medievais de peregrinação.

É de salientar, que o nível de desenvolvimento destas questões não é nem de perto igual, sendo que as obras associadas quer à Ordem do Hospital quer ao culto de Santiago de Compostela, abundam em muito maior escala do que aquelas que são dedicados a um estudo dos caminhos medievais em geral, e de forma mais específica aos de peregrinação. Mas será relevante olharmos atentamente para cada uma delas de forma mais específica e individual.

Ao longo de toda a pesquisa bibliográfica sobre a Ordem de S. João do Hospital os títulos encontrados foram-se multiplicando, apesar de as informações apresentadas acabarem por ser as mesmas em todas essas obras. A verdade é que após a sua leitura mais exaustiva, a perceção clara que se tem é que os dois trabalhos de Paula Pinto Costa, nomeadamente as suas dissertações de mestrado e de doutoramento, apresentam uma verdadeira compilação das ideias estabelecidas por aqueles autores.

Ao fazer uma leitura atenta de outras obras, como por exemplo a *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos senhores Grão-Priores della, em Portugal* de José Anastácio de Figueiredo,[1] onde o autor estabelece uma clara perspetiva da ordem em Portugal de forma exaustiva, a verdade é que os trabalhos anteriormente referidos da autoria de Paula Pinto Costa conseguem demonstrar não apenas os aspetos da fixação da ordem em Portugal, mas também todo o processo organizativo da mesma.

Intituladas respetivamente, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal*[2] e *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos finais da Idade Média à Modernidade*,[3] a autora demonstra não só os pressupostos da criação desta ordem em Jerusalém, onde adquire um caráter caritativo ao peregrino, como demonstra ainda a fixação em Portugal e toda a organização aqui estabelecida desta ordem, inserindo-a ainda na sua dimensão internacional. Ou seja, para além de analisar o funcionamento desde os seus membros até ao sistema organizacional em comendas de controlo patrimonial, demonstra a forma como eram organizadas internacionalmente estas novas aquisições dos Hospitalários, demonstrando a divisão em Línguas e a inserção do Priorado Português no de Castela.

[1] José Anastácio de Figueiredo, Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della, em Portugal, (Lisboa, 1800).
[2] Paula Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal*, [Dissertação de Mestrado], (Universidade do Porto, 1993).
[3] Paula Pinto Costa, A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos Finais da Idade Média à Modernidade, [Tese de Doutoramento], (Universidade do Porto, 1999/2000).

A verdade é que nos trabalhos desta autora são sintetizados alguns dos pressupostos fundamentais para a realização deste trabalho, nomeadamente o papel que esta ordem detinha na assistência aos pobres e peregrinos, mas também do estudo feito sobre a organização dos bens que detinham, e que se tornam fundamentais para que se pudesse manter não só a ordem em si mas o seu papel de apoio aos peregrinos.

Estas obras conseguem claramente sintetizar não apenas aquilo que foi estudado sobre a ordem e os seus pressupostos, mas também ficam claras as questões historiográficas que diversos autores têm discutido, acerca da cronologia da fixação da ordem em Portugal e de que indícios nos apontam para a mesma, e que não são ainda consensuais.

Outro dos pontos que se tornou fundamental estabelecer foi a questão de Santiago de Compostela, e não apenas do seu crescimento na Idade Média, mas também da dimensão que este culto assumia em Portugal. A verdade é que vários trabalhos são dedicados também a este tema, mas a atenção deste projeto recaiu mais na questão da relevância deste culto em Portugal, e mais propriamente no Norte, do que nas medidas tomadas ao longo do período medieval para a exaltação de Santiago de Compostela.

Klaus Herbers, no seu trabalho *La monarquia, el papado y Santiago de Compostela en el Medioevo*,[4] estabelece uma visão clara da dimensão do culto de Santiago de Compostela ao longo da época medieval e, talvez dos temas mais trabalhados, salienta o papel de Diego Gelmirez nesta promoção compostelana. O seu papel é tão relevante nesta empreitada, que Frei Manuel Suarez na sua edição e tradução da História Compostelana, dá como subtítulo à mesma *o sea hechos de D. Diego Gelmirez, primer Arzobispo de Santiago*.[5] Mas como estes títulos abordam de forma mais genérica o tema do crescimento de Santiago de Compostela como pólo de peregrinação, torna-se fundamental estabelecer a relevância desse culto em Portugal, sendo de destacar os trabalhos de José Marques, dedicados a temas como a peregrinação e a assistência medieval ao peregrino compostelano.

[4] Klaus Herbers, "La Monarquia, el Papado y Santiago de Compostela en el Medievo". *Santiago de Compostela: Ciudad y Peregrino*, Galicia, 2004.
[5] Fr. Manuel Suárez, *La Compostelana: o Sea Hecho de D. Diego Gelmirez Primer Arzobispo de Santiago*, (Santiago de Compostela, Editorial Porto, 1950), XXVII.

Títulos como *O culto de Santiago no Norte de Portugal*,[6] *Os santos dos caminhos portugueses*[7] e a *A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal*,[8] revelam estudos sobre a presença de hospitais, albergarias de mosteiros de apoio aos peregrinos, não tanto no sentido da sua localização mas do seu funcionamento, e fundamentalmente José Marques demonstra alguns critérios que nos provam que o culto de Santiago era realmente difundido no território português.

José Marques apresenta-nos como exemplo a peregrinação de diversas personalidades célebres, como monarcas e membros da nobreza, a questão de paróquias e capelas que tinham S. Tiago como padroeiro ou orago, e ainda a questão testamentária, onde muitas vezes se salientavam doações à arquidiocese compostelana e, talvez ainda mais importante para este projeto, as doações feitas para estradas, pontes, hospitais e albergarias onde salientam mesmo que são para o apoio aos pobres e peregrinos.

Será ainda de destacar Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que no seu trabalho *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*[9] demonstra exatamente que a mendicidade era itinerante, e que junto das vias de peregrinação os mendigos pediam esmolas e encontravam o apoio nestas instituições de assistências, que para além do apoio aos peregrinos a estes prestavam auxílio da mesma forma.

Talvez uma das maiores dificuldades apresentadas para este projeto seja a questão das vias medievais portuguesas. A produção de trabalhos para este tema é claramente diminuta face aos temas anteriores, cingindo-se a alguns trabalhos como a tese de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que continua a ser uma das grandes referências, mas também alguns estudos de Manuel Cadafaz de Matos, José Marques e Humberto Baquero Moreno.

Tal como José Marques refere claramente:

> o que hoje se sabe sobre os caminhos portugueses, sobretudo em relação ao Entre Douro e Minho, mercê dos estudos do malogrado e saudoso Professor Carlos Alberto

[6] José Marques, "O Culto de Santiago no Norte de Portugal", *Actas del II encuentro sobre los Caminos Portugueses a Santiago*, Asociación Amigos de los Pazos, 59-85.
[7] José Marques, "Os Santos dos Caminhos Portugueses". *Revista da Faculdade de Letras- História*, 3ª série, 7 (2006): 243-262.
[8] José Marques, "A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal na Idade Média". *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*: *Atas.* Porto, 1989, 9-22.
[9] Carlos Alberto Ferreira Almeida, "Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal", A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade média: Actas das Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, (Lisboa: FLUL, 1973), 39-57.

Ferreira de Almeida, e para o conjunto do País, pelo mapa publicado, em 1986, por Humberto Baquero Moreno, que reproduzimos, com a devida vénia e alguns retoques.[10]

Assim, enquanto Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no seu trabalho *As Vias Medievais I: Entre Douro e Minho*[11] estabelece quais as vias medievais existentes, os seus primórdios romanos e ainda a sua utilização, Humberto Baquero Moreno, no seu trabalho *Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*, apenas estabelece as vias que seriam utilizadas pelos peregrinos.

A verdade é que estes trabalhos apresentam claramente alguns dos locais fundamentais por onde estas rotas passariam, e até estabelecem para determinadas regiões percursos que nos chegaram de relatos da época; mas a verdade é que este tema merece muito mais a atenção dos investigadores. Torna-se importante, e se possível, estabelecer um estudo mais aprofundado desta temática, não tanto na componente social, económica e politica que estes caminhos detinham, mas na componente geográfica, onde se localizavam e quais os pontos de passagem de rios, questões de matéria muito mais concreta.

Se até este ponto é possível estabelecer quais os contributos bibliográficos fundamentais para a realização deste projeto, torna-se imperativo esclarecer a questão bibliográfica e de fontes sobre as quais me proponho realizar neste trabalho.

São de destacar dois trabalhos que se torna fundamental referenciar e que são os que mais se aproximam ao que aqui se pretende, novamente de Paula Pinto Costa: *The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal*[12]; e ainda o trabalho de Maria José Lagos Trindade, intitulado *A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições de 1220.*[13]

A verdade é que se no primeiro trabalho, de Paula Pinto Costa, a autora estabelece uma ligação das sedes de comenda e os caminhos de peregrinação, Maria José Trindade estabelece um levantamento dos bens de ordens militares, inclusive da Ordem do Hospital, nas inquirições de 1220, sendo que aquilo que aqui se pretende é

[10] Marques, "Os Santos", 243-262.
[11] Carlos Alberto F. de Almeida, *Vias Medievais I: Entre o Douro e Minho*, [Dissertação de Licenciatura], Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.
[12] Paula Pinto Costa, "The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal", Antón M. Pazos (ed.), *Pilgrims and Politics- Rediscovering the power of the pilgrimage* (Londres: Ashgate Publishing Limited, 2012), 69-82.
[13] Maria José Lagos Trindade, "A propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220". *Las Ordenes Militares Hispânicas durante la Edad Media: Congresso Internacional Hispano-Português* (1971): 125-138. Separata.

uma síntese destes dois trabalhos, não tanto no sentido da utilização dos dados destas autoras mas da junção das duas temáticas.

Serão ainda de destacar as fontes que serão utilizadas, nomeadamente as Chancelaria Régias de D. Afonso III e D. Dinis, e ainda as inquirições mandadas fazer por estes monarcas, sendo que ao longo dos trabalhos lidos apenas Paula Pinto Costa utiliza as mesmas, apenas para levantamentos esporádicos e não tanto no sentido de um levantamento exaustivo de bens para o que neste projeto se pretende.

Em suma, é possível entender que os temas que terão de ser abordados para a realização deste projeto não apresentam o mesmo nível de desenvolvimento, pois se os trabalhos sobre a Ordem do Hospital e Santiago de Compostela são muito mais alvo da atenção de investigadores, a questão das vias medievais parece estar um pouco esquecida. A verdade é que o presente trabalho, nesta perspetiva, parece corresponder não apenas a uma interligação de ideias de outros autores, mas também numa análise de fontes que penso serem trabalhadas numa nova perspetiva, pelo menos no sentido da sua finalidade.

1. A Ordem do Hospital em Portugal

1.1. Raízes e Fixação em Portugal

Com a sua criação na época medieval, a Ordem do Hospital vai adquirir um duplo caráter de apoio ao peregrino e de combate ao infiel, numa fase em que o espírito medieval estava imbuído pela ideia de peregrinação aos lugares sacros e pela invocação da ideia de guerra santa.

Impulsionado pela necessidade de apoio a estes mesmos peregrinos, esta ordem religioso-militar é uma síntese "do espírito monástico e da mística cavaleiresca",[14] sendo por isso "imperiosa a criação de infraestruturas que apoiassem este tipo de pessoas";[15] assim, a ordem criada sob o impulso de um grupo de mercadores de Amalfi no século XI, mais propriamente no ano de 1048, como forma de dar resposta à cada vez maior afluência cristã ao Próximo Oriente.

Sob a dependência de Santa Maria Latina, num primeiro momento, e consagrado um Hospital de S. João Batista, depressa a ordem conseguiu adquirir independência, sendo isto justificado por Paula Pinto Costa através do enorme número de doações.

[14] Paula Pinto Costa, A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade , [Tese de Doutoramento], Universidade do Porto, 1999/2000.
[15] Costa, *A Ordem*.

Independência confirmada pela Bula *Pie Postulation Voluntatis*, passando a estar sobre a direta influência da Santa Sé e podendo escolher os seus mestres e religiosos, tal como, e salientando o que nos diz Inês Versos,[16] lhe eram confirmadas as possessões no Ocidente e na Ásia bem como os seus rendimentos e privilégios.

Por esta altura, a Ordem do Hospital estabelece ainda o seu cunho militar, questão que segundo Inês Versos não é consensual, referindo que poderá ter sido instituída pelo papa Pascoal III, ou então por Raimundo de Puy, mestre desta ordem, e confirmada por Eugénio III em 1153. Já quanto a Paula Pinto Costa, esta salienta que a mesma terá sido instituída por Raimundo de Puy, mestre da ordem em 1120.

Diretamente sobre a égide da Santa Sé depressa a Ordem do Hospital se difundiu pela Europa, assentando a sua organização nas chamadas *Línguas*, sendo que o Priorado de Portugal estava ligado à de Castela. Detendo já aquele cunho militar, a Península Ibérica era sem dúvida o local mais propício para esta e outras ordens religioso-militares, sendo que na Península poderiam combater o infiel e participar na Guerra Santa.

Mas se as questões da criação da ordem não levantaram grandes discussões historiográficas, já a sua fixação em Portugal suscitou algumas opiniões diversas. Se atentarmos ao que nos diz Paula Pinto Costa, que escreve dois trabalhos sobre o tema, esta questão não está ainda resolvida.

Desde o início do século XIX, que os diversos autores que dedicam trabalhos à Ordem do Hospital contestam a ideia de que a sua presença em Portugal remontaria a 1114. Ideia fundamentada num documento dessa data, que referiria a doação de Idanha-a-Velha feita por D. Teresa a Egas e a Mourão Godesendes, mas que após a sua morte deveria reverter para a mão dos Hospitalários, a quem Afonso VI o havia prometido. A verdade, é que Ruy de Azevedo,[17] e salientadas as conclusões de um outro autor, Carl Erdmann, explícita que este documento será uma falsificação. Alegando que a sua data é incompatível com os outorgantes a mesma não faria sentido, pois se a linha de reconquista não ultrapassava os limites da Serra da Estrela porquê doar uma zona tão abaixo da linha de fronteira até porque, salienta este autor, a ordem

[16] Inês Versos, "Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém*",* José Eduardo Franco *et al* (dirs.), *Dicionário Histórico das Ordens e instituições afins em Portugal* (Lisboa, Gradiva,2010), 577-592.
[17] Ruy Azevedo, "Algumas achegas para o Estudo das Origens da Ordem de S João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal". *Revista Portuguesa de História*, IV (1949).

só iria estar realmente preparada militarmente no último quartel do século XII, aquando da doação de Guindintesta em 1194.[18]

Mas, por outro lado, poderá isto dizer-nos que os Hospitalários estariam já fixados na Península no período de Afonso VI, e antes da sua morte, ocorrida em 1109? A verdade é que apesar de as datas apontadas pelos diferentes autores serem posteriores, isto poderá ser possível, pois já na bula *Pie Postulation Voluntatis* de 1113 são confirmadas as possessões da Ordem no Ocidente e na Ásia, o que nos revela que já se teria difundido à data e fixado em outros pontos, entre eles na Península Ibérica.

Voltando ao que nos diz Ruy de Azevedo, este acha ainda improvável que Afonso VI quisesse fazer esta doação de Idanha-a-Velha, acreditando antes que se trata de uma falsificação do século XIII criada para resolver litígios com a Ordem do Templo na região da Beira Baixa, opinião partilhada por Paula Pinto Costa na sua tese de mestrado.[19]

Esta autora chama ainda a atenção para outro documento que foi também indevidamente atribuído à ordem. No seu artigo *A Ordem do Hospital em Portugal no Primeiro Século da Nacionalidade*,[20] salienta um diploma de junho de 1122, onde supostamente Afonso Henriques doaria aos hospitalários de Barosa casais de Reguenga perto de Trancoso, mas que esta autora nos diz referir-se ao "Mosteiro de S. João de Barosa e não a S. João de Jerusalém".[21]

Apesar de não ser possível estabelecer as raízes precisas desta ordem em Portugal, em parte pela destruição de documentos em 1662 no Convento da Flor da Rosa junto ao Crato num ataque espanhol, é possível atestar que a casa capitular de Leça do Balio foi doada à Ordem do Hospital no período final do governo de D. Teresa ou no início do de D. Afonso I, provavelmente entre as décadas de 1120/30. Ruy de Azevedo salienta que em 1132 os Hospitalários já aqui teriam bens, e chama a atenção para o testamento de Zalama Godins, onde este faz doação aos crúzios de Coimbra, mas onde se referencia ainda os bens que doa aos Hospitalários pela sua alma.

Paula Pinto Costa, ainda sobre esta questão, no artigo anteriormente referido, salienta outras opiniões de autores como Laurent Dailliéz, que aponta a data de fixação

[18] Para uma leitura integral da opinião deste autor leia-se o seu trabalho Algumas Achegas para o Estudo das Origens da Ordem de S João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal.
[19] Costa. *A Ordem.*
[20] Paula Pinto Costa, "A Ordem do Hospital em Portugal no primeiro século da nacionalidade", *Congresso Histórico de Guimarães*, *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, V (1996): 99-107.
[21] Costa, *A Ordem*, 4.

da ordem em Portugal entre 1126-28, justificando que se a mesma se fixa em Aragão em 1125 e recebe a primeira doação em Castela em 1126, a data de fixação no reino Português terá sido posterior, apontando ainda um diploma de proteção de Afonso I à ordem e que a autora diz não ser do conhecimento da historiografia portuguesa. Outro autor que referencia é Fr. Lucas de Santa Catarina, cronista da Ordem de Malta, que aponta a chegada da ordem no período de Afonso Henriques.

Quanto a Ruy de Azevedo, salienta a opinião de Anastácio de Figueiredo,[22] baseado num documento datado de 1122, onde o bispo D. Hugo e o prior do mosteiro de Leça, Martinho, estabelecem um acordo pelo qual o primeiro renuncia ao direito de *jantar* em troca de algumas herdades. Ruy de Azevedo defende que apesar da veracidade do documento este não parece referir a Ordem do Hospital, pois em nenhuma das partes se faz referência à mesma, defendendo o autor que "as partes contratantes são a Sé do Porto, na pessoa do Bispo D. Hugo, e o most. de Leça, representado por Martinho, seu prior ou abade".[23] Mas, se em 1993, Paula Pinto Costa na sua tese de Mestrado é da mesma opinião, aquando do artigo *A Ordem do Hospital no primeiro século de nacionalidade*,[24] de 1996, e com o conhecimento de um novo documento, dá um novo contributo sobre esta questão.

Referindo uma *pública forma* datada de 1340, onde é possível ter conhecimento de que em 1130 Martinho doava à igreja do Porto, representada pelo bispo D. Hugo, a quintã do Regado em Paranhos como compensação do *jantar* que a este devia, a autora chama a atenção para este diploma, pois os seus intervenientes são exatamente os mesmos que prefiguram o documento de 1122, salientando ainda a mesma contribuição de *jantar*; e, por fim, refere que em 1130 esta era devida há 18 anos o que nos leva a uma coincidência de datas, acrescentando ainda que o documento apresenta o sinal de tabelião de Afonso Eanes, o que indica a veracidade do mesmo.

Detendo já os Hospitalários o Mosteiro de Leça em 1140 parece o mais provável para Ruy de Azevedo que o mesmo deve ter sido uma doação de D. Teresa, entre 1122 e 1128. Salienta que não subsistiu nenhum documento no cartulário da ordem que demonstrasse que foi D. Afonso Henriques que outorgou a doação, e atestando este autor que diversos documentos de Santa Cruz provam que a presença desta ordem em Portugal é anterior a 1132, onde eram chefiados por Paio Galindes, vigário da ordem.

---

[22] José Anastácio Figueiredo, *Nova Historia* Da Militar *Ordem De Malta*, E Dos Senhores Grão-Priores Della, em Portugal (Lisboa, 1800).
[23] Azevedo, *Algumas*, 323-324.
[24] Costa, "A Ordem", 99-107.

1.2. Organização/Estrutura

Mas mais do que as questões da sua origem e fixação da Ordem do Hospital em território português, torna-se imperativo perceber como esta se organizava. Aquando da difusão da ordem pelo resto da Europa a mesma foi dividida organicamente em Línguas, sendo que o priorado de Portugal ficaria associado à língua de Castela.[25]

Sob a direção do Grã-Prior da Ordem, o Priorado de Portugal tinha à sua frente um prior a quem sucedida hierarquicamente o comendador no controlo patrimonial. A comenda, "unidade base de implementação territorial, era o quadro integrador da exploração do amplo património dos hospitalários",[26] sendo esta a unidade que mais nos interessa para este trabalho. Assim, e para a região a Norte do Rio Douro, e onde se pretende estabelecer o levantamento de bens, encontramos a seguintes comendas: Abreiro, Aboim, Águas Santas, Algoso, Alijó, Chavão, Ervões, Faia, Freixiel, Leça do Balio, Poiares, Portela, Rio Frio, Santar, S. João da Corveira, Santa Eulália, Santa Marta, Távora, Veade.

Aos comendadores que as detinham, que poderiam acumular "faculdades legislativas, jurisdicionais, governativas, executivas, administrativas e fiscais",[27] caberia ainda o provimento de presbíteros para as igrejas da ordem, mas são as questões administrativas e de gestão de bens que serão mais fundamentais para este trabalho. A comenda é assim, como refere Paula Pinto Costa, um:

> determinado conjunto de bens, gerido por um freire professo que exerce o cargo de comendador, e cujo funcionamento conta com muitas outras pessoas, tanto pertencentes à hierarquia da instituição, como uma numerosa massa de indivíduos, relacionados com a exploração indirecta da terra, de cuja administração resulta um rendimento,[28]

ou seja, a forma encontrada para que os proventos obtidos pela ordem pudessem ser canalizados para a sua subsistência e para o seu propósito assistencial aos pobres e peregrinos.

A origem destes rendimentos tem proveniências diversas, desde doações feitas por pagamentos de préstamos à ordem, mas também através de outros donativos, neste

[25] Sobre a organização completa da Ordem do Hospital, os seus membros e funções, poderão ser lidos os dois trabalhos da autora Paula Pinto Costa, *A Ordem do Hospital em Portugal* e *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*. A autora, detalhadamente estabelece não só a organização e funções, tal como apresenta os nomes daqueles que ocuparam alguns destes cargos.
[26] Costa, *A Ordem*, 66.
[27] Costa, *A Ordem*, 58.
[28] Costa, *A Ordem*, 103.

caso não apenas régios como de particulares, que pelo sufrágio da sua alma, àquela concedem em testamento propriedades e dinheiro; mas não esqueçamos ainda as compras e permutas. Não se poderá também esquecer aqueles que faziam parte desta ordem ou que nela ingressavam como professos, o que levava a que muitas vezes fossem feitas concessões à ordem.

Através desta rede de controlo patrimonial e da sua respetiva gestão, a Ordem do Hospital pôde ao longo da Idade Média estabelecer também em território português o seu carater assistencial, algo previsto na sua criação e nas regras que esta seguiu. Ao longo da leitura estabelecida foi possível perceber que esta ordem seguiu primariamente a regra de S. Bento, passando à regra de S. Agostinho até ser estabelecida regra própria em 1113, segundo Paula P. Costa,[29] sendo que esta seria uma adaptação da ordem de S. Agostinho segundo Inês Versos.[30]

Não podemos esquecer que toda esta rede de rendimentos estava no caso português amplamente protegida, pois desde 1140 D. Afonso Henriques dá a D. Raimundo, Procurador dos Pobres de Jerusalém, e a D. Aires, Prior de Portugal e da Galiza, carta de couto e privilégios sobre os bens que detinha e que viria a deter, privilégios estes que Paula Pinto Costa nos diz serem concedidos desde:

> a defesa da integridade física e moral dos freires, assim como dos seus dependentes, até à protecção dos seus bens. Em termos económicos ficam isentos de pagamento de coima, tributo, portagem e penhora.[31]

A Ordem desempenhou assim de forma exímia no reino de Portugal os seus pressupostos fundacionais, quer como força militar e de repovoamento para sul, que é possível de ser provado pela doação de D. Sancho I da terra de Guindintesta em 1194, local onde construiriam o castelo de Belver e onde funcionariam como ponto de defesa, mas também, e à medida que a fronteira ia descendo para sul, conseguiram criar um sistema assistencial. Será também importante referenciar que estes deverão ter tido um papel relevante na defesa da fronteira com o reino vizinho de Leão.

[29] Costa, *A Ordem*, 49-52.
[30] Versos, "Ordem", 577-592.
[31] Costa, *A Ordem*, 102.

2. O Culto de Santiago no Portugal Medievo

2.1. O Culto de Santiago em Portugal: Os Reflexos do Culto em Portugal e as Suas Manifestações

"As peregrinações a Compostela iam encher um dos mais belos capítulos da Idade Média religiosa".[32]

O culto de Santiago de Compostela tem sido ao longo do tempo tema de diversos estudos, com números que se multiplicam e que abordam vertentes diversas sobre as manifestações do culto, o papel de personalidades relevantes para o crescimento do mesmo durante a Idade Média e as manifestações que esta originou. Este trabalho insere-se exatamente no crescente destaque que Santiago de Compostela ganha no período medievo, e que também entre os portugueses se manifestou de diversas formas.

O culto ao apóstolo detém raízes bem mais antigas do que o período aqui em estudo, e se atentarmos ao que nos diz Mário Martins, os títulos multiplicam-se sobre esta questão. Salientando o *Liber Sancti Jacobi* ou *Codex Calixtinus*, o autor refere que ali o apóstolo Santiago é apresentado como o padroeiro, guia e pastor da Península Ibérica, tornando-se Santiago de Compostela "*o entroncamento de todas as nações e de todos os idiomas*",[33] pelo número e diversidade de peregrinos que a esta cidade afluíam em peregrinação. O autor chama a nossa atenção para o conteúdo desta obra e o seu claro caráter de propaganda de Compostela, mas por outro lado salienta que a mesma pôde fornecer informações úteis, como por exemplo sobre os caminhos de peregrinação, pois "os seus autores conheceriam bem os itinerários de França para Compostela, com todos os santuários que ladeavam estes longos devotos caminhos!".[34]

Será ainda de destacar a *Historia Compostellana,* onde encontramos compilada um pouco da história de Santiago de Compostela, mas onde é dado claro enfâse ao papel do arcebispo Diego Gelmírez. Desta história, Mário Martins salienta uma citação em que a afluência de peregrinos e a difusão das histórias sobre os milagres do apóstolo seriam tão grandes e difundidas, que até os próprios embaixadores muçulmanos se admiram com a enorme afluência de peregrinos nas vias.

[32] Martins, "Peregrinações", 105.
[33] Martins, "Peregrinações", 107.
[34] Martins, "Peregrinações", 108.

É ainda relevante salientar entre os títulos dedicados a esta temática, e ainda sobre a *Historia Compostellana,* a obra *La Compostelana, o sea hechos de D. Diego Gelmírez* onde é compilada esta mesma História e onde o autor Fr. Manuel Suarez acrescenta algumas notas. Na mesma é destacado o papel de D. Diego Gelmírez estando estritamente ligada à sua ação com o crescimento de Santiago de Compostela ao longo do século XII. Apresentado como:

> joven instruído en letras en la iglesia de Santiago, educábase en la curia de aquel obispo, y se hizo clérigo y canónigo de la misma iglesia"[35], onde acabaria por ascender a arcebispo. Fr. Manuel Suarez salienta ainda que "en la posesíon de su cargo D. Diego Gemírez, deplegó extraordinaria actividad en promover la exaltación y properidad espiritual y un temporal de su iglesia,[36]

o que indica que ao longo do desempenho das suas funções terá levado a cabo estratégias de promoção da mitra compostelana, cuja ação contribuiu para o papel que a mesma desempenhou como ponto de romagem.

Também sobre o crescimento de Santiago de Compostela e as relações com a monarquia e o papado, será de destacar um artigo de Klaus Herbers, onde este apresenta uma evolução das relações de Santiago de Compostela com o poder real e papal, e as conjunturas que permitiram avanços e recuos do poder de Santiago.

Este autor, entre outras questões, refere o papel de destaque de Santiago durante grande parte do reinado de Afonso VI, a tentativa de Diego Gelmirez de transformar Santiago de Compostela em panteão dos reis - algo que viria acontecer com Fernando II -, destaca os conflitos entre esta diocese e Toledo pela primazia religiosa na Península, e ainda os benefícios da divisão dos reinos de Leão e Castela, fase em que Santiago de Compostela vai deter papel de relevo com grande centro no reino de Leão. Acrescenta ainda que:

> el desarrollo de Compostela hasta convertirse en un gran centro de peregrinación llévô también a un fuerte intercambio cultural com Europa, a una recepcion de corrrientes de pensamento extranjeras y al auge económico de la ciudad.[37]

Assim, de um ponto de vista geral, podemos concluir que "Las actividades de finales del siglo XI e inicios del XII fueron decisivos para la evolución de Compostela",[38]

[35] Suárez, *La Compostelana*, XXVII.
[36] Suárez, *La Compostelana*, XXVIII.
[37] Herbers, "La Monarquia", 111.
[38] Herbers, "La Monarquia", 118.

e que será neste período que a importância de Santiago de Compostela se irá evidenciar apoiada no poder político e no poder papal, e que permitiu a Santiago deter não só grande poder como centro religioso, mas como grande centro económico, e dinamizador do urbanismo e do comercio que com este se gerava.

No caso português este culto vai assumir diversas vertentes, manifestando-se através de doações de monarcas e senhores e das suas romagens ao local do apóstolo, mas também da dedicação de igrejas que têm como padroeiro S. Tiago. Foram diversos os monarcas e personalidades importantes que vão em romagem a Santiago de Compostela, tais como os condes D. Henrique e D. Teresa, D. Sancho II, D. Dinis, a rainha Santa Isabel, e mais tarde D. Manuel I, mas a dimensão deste culto terá levado à peregrinação de muitos outros de variados estratos sociais.

José Marques dedicou alguns dos seus trabalhos às manifestações religiosas, entre eles a manifestação que o culto ao apóstolo Tiago teve em Portugal. No seu trabalho *O Culto de S. Tiago no Norte de Portugal*,[39] o autor chama a nossa atenção para o número de capelas, oragos e freguesias dedicados ao apóstolo em território português demonstrando como estas se multiplicam.

Ao longo do seu artigo apresenta uma lista da totalidade de freguesias e capelas que são dedicadas a S. Tiago. Tendo em vista as dioceses nortenhas de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, estabelece um total de 125 freguesias e 32 capelas, o que nos revela um número considerável e que demonstra que o culto estaria já muito difundido em Portugal. José Marques dedicou ainda um outro trabalho de âmbito mais alargado, intitulado *Os Santos dos Caminhos Portugueses*,[40] sendo importante salientar a ideia que este autor nos deixa de que ao longo dos caminhos de peregrinação, nomeadamente a Santiago de Compostela, os santos que se encontravam pelos locais de passagem

> ainda longe do ansiado túmulo do Apóstolo, lhes proporcionava novo alento para a caminhada e os levava a pedirem a intervenção do sobrenatural para problemas e situações individuais, procedimento que bem se harmonizava com as motivações profundas da sua peregrinação.[41]

Salientando ainda o que diz este autor, "pelo menos, desde o terceiro quartel do século IX, o culto de S. Tiago está solidamente implantado, nas terras de entre Douro e

[39] Marques, "O Culto", 59-85.
[40] Marques, "Os Santos", 243-262.
[41] Marques, "Os Santos", 244.

Minho",[42] daí pode concluir-se que a romagem a Santiago de Compostela vai assumir cada vez mais um papel de destaque no seio da religiosidade cristã medieval portuguesa.

Denota-se então que Santiago de Compostela cresceu ao longo da Idade Média alicerçada pelo poder real e papal, destacada por deter as relíquias do apóstolo, mas também pela difusão do culto e das peregrinações. Peregrinações que funcionaram com um duplo sentido, como dinamizador deste centro, e como resultado da importância dada ao mesmo.

Quanto às suas manifestações em Portugal elas são claramente relevantes, denotadas nas referidas doações, e ainda tomando como exemplo as peregrinações mais célebres que lhe servem de amostra. O culto de Santiago influenciou a religiosidade portuguesa, podendo-se dizer mesmo a europeia, bastando-nos olhar as redes de caminhos que a este centro religioso estavam ligadas e que permitiam a afluência de peregrinos das mais diversas proveniências, não podendo esquecer-se também os caminhos marítimos que conduziam até esta cidade, e que permitiam também uma afluência diversa de culturas.

2.2. Os Caminhos de Peregrinação Medieval: Os Caminhos e a Assistência ao Peregrino e ao Pobre

Uma das vertentes fundamentais para este projeto prende-se claramente com a questão da assistência e das suas manifestações na Idade Média, mas também da estrita relação que esta assume com os caminhos medievais.

Diversos autores como Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Maria Helena da Cruz Coelho dedicaram alguns trabalhos sobre a questão da assistência medieval, não apenas ao peregrino, mas também relacionada com a mendicidade, que durante todo o período medieval era praticada pelas instituições religiosas. A estes seriam assim oferecidos alojamento, refeição e ainda apoio em caso de doença.

Este papel assumido pelas instituições religiosas é fácil de ser percebido através de referências em doações, onde em testamento tantas vezes se referia que as mesmas eram feitas em virtude das práticas assistenciais, não se podendo esquecer que estas mesmas práticas se prendessem com a vontade de se aproximarem de Deus, estando na sua essência. Tal como nos diz Maria Helena da Cruz Coelho, "dar aos pobres e acolher os peregrinos, como imagem do próprio Cristo, era missão religiosa caritativa

[42] Marques, "O Culto", 139.

que aos homens de religião incumbia, como mandatários perpétuos da sociedade cristã".[43]

Trata-se não apenas de uma assistência ao peregrino, mas também ao pobre, um pobre que nos é apresentado itinerante por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, sendo que para além dos principais centros onde poderia obter caridade, era nos mosteiros junto às vias que encontrava apoio. A verdade é que este autor nos diz que toda a itinerância marcava a idade média.

Mas estes peregrinos não encontravam apenas apoio e assistência; com efeito, no Liber Sancti Jacobi afirma-se que "os peregrinos punham-se em marcha, apesar do medo dos ladrões, das dificuldades das jornadas e, até, da exploração e insídias das pequenas hospedarias espalhadas ao longo dos caminhos".[44]

A questão da assistência e apoio ao que necessitavam é uma ideia que está intrinsecamente ligada com as vias, e a provar isso são as diversas doações que eram feitas para o melhoramento de estrada e pontes, tal como a criação de barcas de passagem gratuitas. Carlos A. F. de Almeida diz-nos mesmo que "mais do que a fundação de uma albergaria ou hospital foi então considerada obra de caridade e santa a construção de uma ponte em lugar de passagem".[45]

3. Os Bens e o seu Papel no Sistema Assistencial dos Hospitalários

3.1. Levantamento de Dados

Estabelecidos os temas base que pautam este trabalho, torna-se fundamental estabelecer nesta fase a ligação entre os mesmos.

Para este trabalho, e como foi referido no início do mesmo, as fontes utilizadas foram as Inquirições de 1258 e de 1288[46] e também as Chancelarias dos monarcas D. Afonso III e D. Dinis, exatamente por estas se inserirem numa fase em que quer a Ordem de S. João do Hospital quer o culto de Santiago estavam já consolidados na Península.

Como citado anteriormente, os bens da ordem eram fundamentais para que se pudesse estabelecer o seu cunho assistencial, e as comendas permitiam exatamente o controlo destes bens. Assim, e para o período dos monarcas D. Afonso III e D. Dinis foi

[43] Maria Helena da Cruz Coelho, "Mosteiros Medievais num tempo de Hospedar e Caridade". *Codex Aquilarensis*, *Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real*, Palencia, (1992): 14.
[44] Martins, "Livro", 109-110.
[45] Almeida, "Os caminhos", 41.
[46] Parte das inquirições de 1288, não estando ainda na sua totalidade publicadas, foram consultadas com a cortesia de José Augusto de Sottomayor-Pizarro do seu livro em preparação e prestes a ser publicado.

feito um levantamento dos bens da ordem tal como o fez Maria José Lagos Trindade, no seu trabalho *A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220*, mas num sentido mais restrito, pois neste trabalho só será abordada a Ordem do Hospital, ao contrário do que fez esta autora, que procedeu ao levantamento de bens de todas às ordens referidas à data.

Através destas fontes, manuscritas e impressas, foi possível chegar a algumas conclusões, mesmo antes de cruzar as suas informações com as relativas aos caminhos de peregrinação medievais. Ao longo da análise dos dados recolhidos nas fontes, principalmente nas inquirições que dão uma visão bem mais vasta e rica pela sua finalidade, foi possível perceber que a Ordem do Hospital detinha no fim do século XIII um substancial conjunto de bens.

Estes bens, que iam desde casais, herdades, quintãs e outras propriedades, de onde obtinham rendimentos em dinheiro e produtos agrícolas e animais, até a direitos de padroado sobre igrejas e até mesmo a detenção de vilas, aldeias e lugares, permitiam não só o sustento dos freires mas também garantir a assistência aos pobres e peregrinos.

Ainda foi possível perceber que para a região aqui em análise, o Norte de Portugal até à linha do Douro, para além de se verificar um grande número de bens, estes encontram-se dispersos por todo o território. Será relevante salientar que a localização geográfica teve de ser restrita ao Norte de Portugal, pois as fontes apresentam-se tão ricas em informação que essa abundancia de resultados não poderia ser apresentada globalmente num projeto de seminário.

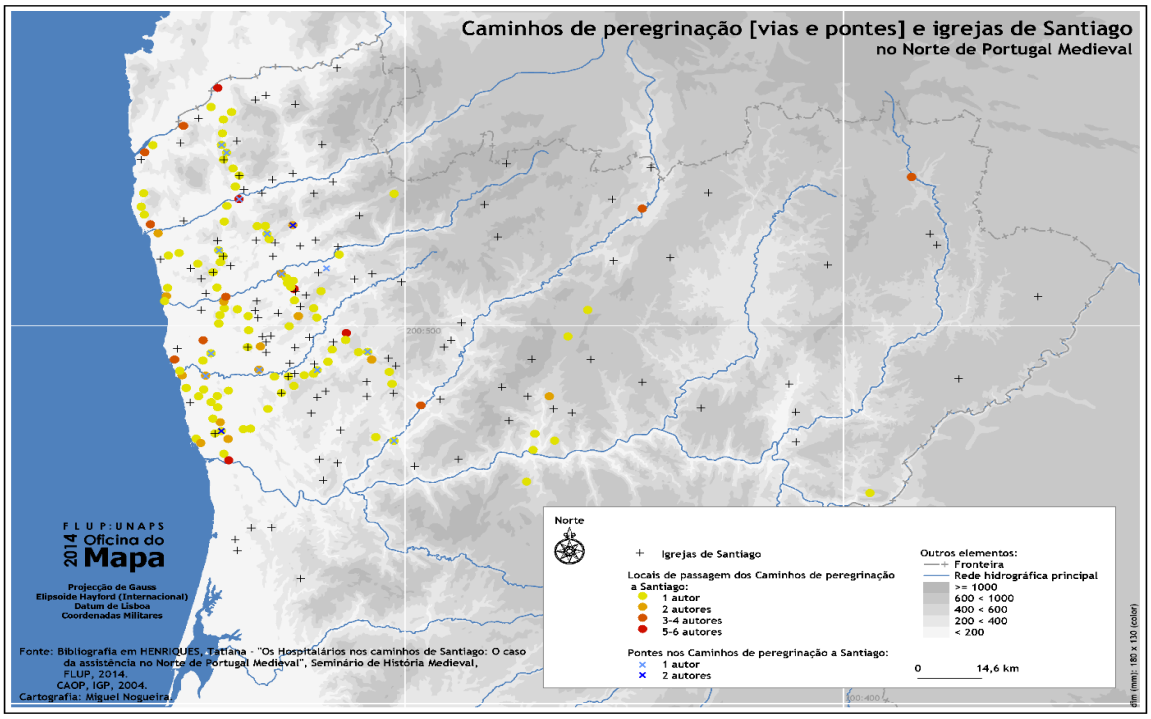
3.1.1. Reconstrução dos Caminhos

Numa primeira fase, e tendo em vista os caminhos de peregrinação, tornou-se necessário, através do contributo de diversos autores, perceber quais os caminhos de peregrinação utilizados. Esta questão suscitou algumas questões, pois os títulos não se multiplicam e na sua maioria são trabalhos pontuais dedicados a uma determinada região.

Utilizando os trabalhos de autores como António Cruz, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Humberto Baquero Moreno, Manuel Cadafaz de Matos e Paula Pinto Costa, foi possível estabelecer os pontos de passagem destes caminhos que poderão ser analisados na Figura 1, e onde pelo nível de referencias foi possível assegurar que pontos muito provavelmente seriam os de passagem de vias de peregrinação. A esta

questão foi ainda acrescentada a das igrejas dedicadas ao apóstolo, pois apesar de não acontecer como regra, muitas vezes diversas dessas igrejas estavam próximas destes caminhos como nos refere José Marques, algo que é possível de vislumbrar no mapa nº 1, que se encontra em seguida, e que nos deixa ainda uma visão da difusão deste culto na idade média.

Figura 1. Caminhos de Peregrinação e Igrejas de Santiago no Norte de Portugal



Para além do tema central que este trabalho tem, ou seja, enquadrar a assistência dos Hospitalários aos peregrinos e ligar os seus bens aos caminhos de peregrinação, tornou-se fundamental uma tentativa de melhorar a cartografia feita sobre estes caminhos.

Ao aglomerar os trabalhos dos diversos autores, foi possível perceber que a maioria das vias que levavam a Santiago de Compostela estava no Noroeste português, sendo isto justificado muito provavelmente por uma geografia muito menos acidentada. É necessário ter em conta que muitas das vezes estes peregrinos procuravam os caminhos seguidos em torno do culto de outros santos - não esqueçamos Braga com as relíquias de S. Martinho, o culto de S. Gonçalo em Amarante, ou até mesmo Santa Senhorinha, visitada pelo monarca Sancho I[47] em terras de Basto.

[47] Sobre este tema poderá se ler o trabalho de José Marques, *Os Santos dos Caminhos Portugueses*, onde este autor fala dos cultos mais difundidos no Portugal medievo e de que forma estes se revelavam ou ainda

Analisando as vias, e do meu ponto de vista, há duas que seriam um pouco menos utilizadas, dependendo também do local de origem dos peregrinos. Encontramos assim uma via que ligava a região do Douro até Chaves e ainda a via referenciada unicamente por Humberto Baquero Moreno, que refere que os peregrinos entrariam por Freixo de Espada à Cinta e que seguiriam até Bragança. O autor salienta ainda que a mesma deveria acompanhar muito provavelmente a região fronteira, mas não tendo sido encontrada qualquer tipo de referência a pontos intermédios, a ligação foi salvaguardada e representada em mapa, apesar de que representaria, com toda a certeza, um caminho muito mais irregular.

Ao analisar os trajetos que estes autores referem, encontramos pontos de passagem que são indiscutíveis, tais como o Porto, Braga, Guimarães, Ponte de Lima, Valença, Chaves, Bragança, Viana do Castelo e Póvoa de Varzim. Mas, estudos mais específicos de determinadas regiões, permitem perceber quais os pontos intermédios que ligavam esses pontos-chave da rede viária; será o caso, por exemplo, de Manuel Cadafaz de Matos,[48] que dedica um trabalho para a região do Porto, Braga e Esposende, e onde o autor consegue demonstrar por onde as redes viárias passariam nesta região.

Sobre esta questão muitos outros estudos poderiam ser feitos, tomando não apenas como base as questões religiosas, como o culto de santos, mas também questões de interesse económico como as feiras, cujas vias ajudavam a dinamizar e a ser dinamizadas pelas mesmas. Não se poderão esquecer ainda os caminhos marítimos, sendo que à costa da Galiza afluiriam muitos outros peregrinos vindos de regiões portuguesas ou de outras proveniências.

3.1.2. Os Bens da Ordem

Outro dos pontos deste trabalho foi o levantamento de bens da Ordem do Hospital nas fontes anteriormente referidas, sendo que os mesmos serão analisados de forma geral ao longo deste capítulo,[49] tal como será ainda relevante salientar ao longo

o trabalho de Geraldo José Coelho Dias intitulado *D. Sancho I, Peregrino Devoto de Santa Senhorinha de Basto*.

[48] Manuel Cadafaz de Matos, "O Culto Português a Sant'iago de Compostela ao Longo da Idade Média: Peregrinações de Homenagem e Louvor ao Túmulo a à Cidade do Apóstolo Entre o Séc. XI e XV". *Bibliotecas Arquivos e Museus*, I, Tomo 2, (1985): 521-557.

[49] Do trabalho original faz parte em anexo uma tabela onde foram aglomeradas todas referências a bens da ordem. Na mesma constavam a fonte, localização e tipologia de bens, mas devido à sua extensão e às regras editoriais a mesma não consta deste artigo.

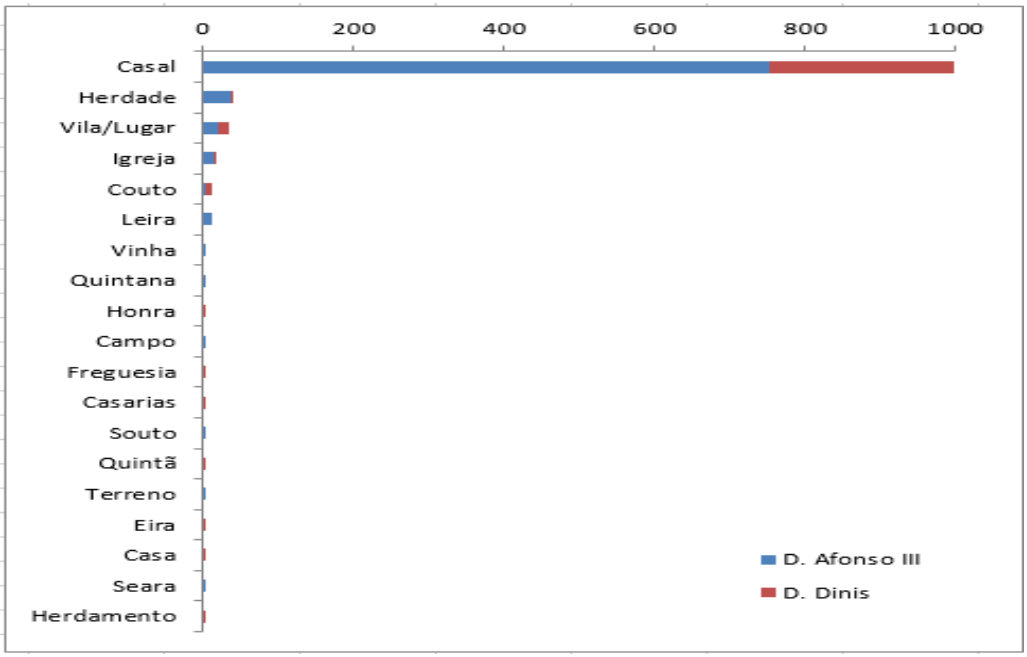
deste de que forma estes bens foram organizados e as soluções escolhidas para apresentar os resultados.

Tomando como base os dois reinados já mencionados, as informações acabaram por ser aglomeradas exatamente pelos mesmos, dado ao facto de as referências a bens da Ordem do Hospital serem tão escassas nas chancelarias. Substancialmente mais presentes as informações nas inquirições, *grosso modo* foram estas que permitiram chegar aos resultados obtidos e, tendo em vista os bens encontrados, tornou-se mais fácil para explicar os resultados dividindo os mesmos em duas tipologias: propriedades, onde se inseriram todas as referências ligadas à terra; e outros rendimentos, onde se inseriram os rendimentos auferidos em dinheiro e bens agrícolas e deles provenientes.

Quanto ao primeiro tipo de rendimentos, as propriedades, foram integrados nesta categoria todos os bens imóveis que a ordem detinha, contando-se entre eles não apenas as tipologias medievais de propriedades, mas também as referencias à detenção de vilas e lugares, freguesias e igrejas.

Mas para uma melhor perceção destas tipologias analise-se o gráfico que se segue, onde as mesmas estão devidamente referenciadas, tal como a sua relevância numérica e por reinado.

Gráfico 1. Propriedades da Ordem do Hospital no Final do Século XIII



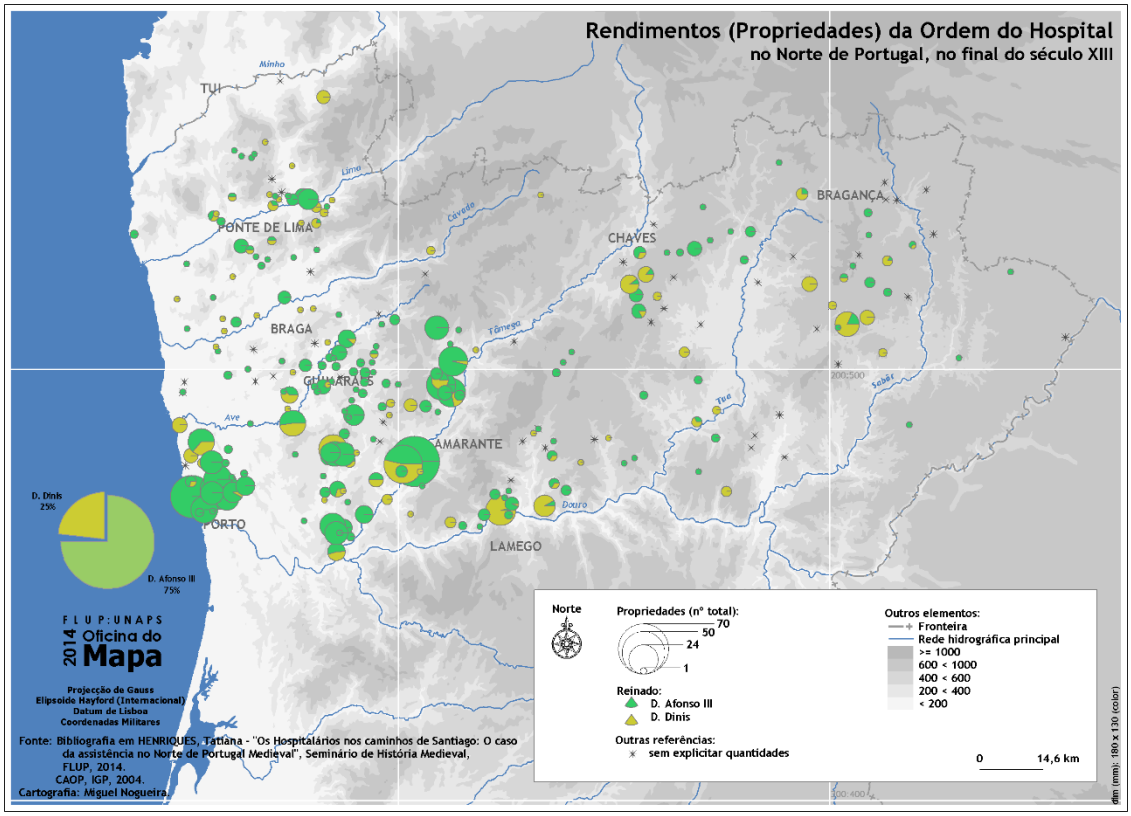
Se atentarmos no quadro anterior, onde todas as referências de tipologia foram mantidas, é possível perceber que o maior número de propriedades em ambos os reinados foi o dos casais, que representam no total cerca de 996 propriedades num universo de perto de 1146 propriedades.

Como é fácil de perceber, encontram-se ainda com relevo, apesar de muito menores em número, as herdades, as vilas e lugares, igrejas, coutos e leiras, até que se encontrarem tipologias como eiras, casas, herdamentos e searas com menor incidência. É extremamente importante referir que a estas propriedades, que foi possível quantificar, acrescentam-se muitas outras cuja quantificação não foi possível de apurar, salientando-se as referências a casais e outras sem especificação de quantidades, ou a referência à propriedade por parte da ordem de partes de vila e lugares.

Quando analisamos os números obtidos pelos dois reinados encontramos muito mais propriedade para o reinado de D. Afonso III, mas não podemos esquecer que as inquirições deste monarca inseridas nos *Portugaliae Monumenta Historica* estão muito mais completas do que as de D. Dinis, onde muitas vezes só subsistiram até nós parte das Inquirições de 1288 e das Sentenças de 1290, recentemente editadas por José Augusto de Sottomayor- Pizarro.

Mas, para além de compreendermos as tipologias destes bens, será relevante percebermos como é a sua divisão no espaço.

Figura 2. Propriedades da Ordem do Hospital



Ao analisarmos a figura anterior é claramente possível perceber que a maior concentração de bens da Ordem do Hospital se encontra na região do Noroeste português, com uma grande incidência junto da comenda de Leça do Balio e de Águas Santas. Encontramos ainda uma grande concentração de propriedades entre o rio Ave e Tâmega, e ainda na região do Douro. Junto ao rio Lima e onde se encontram comendas como a de Távora, Portela, Santar e Rio Frio, encontramos ainda algumas propriedades, mas, se aqui ainda encontramos uma ligeira concentração das mesmas, quando olhamos para a região transmontana encontramos bens muito mais dispersos e em menores quantidades.

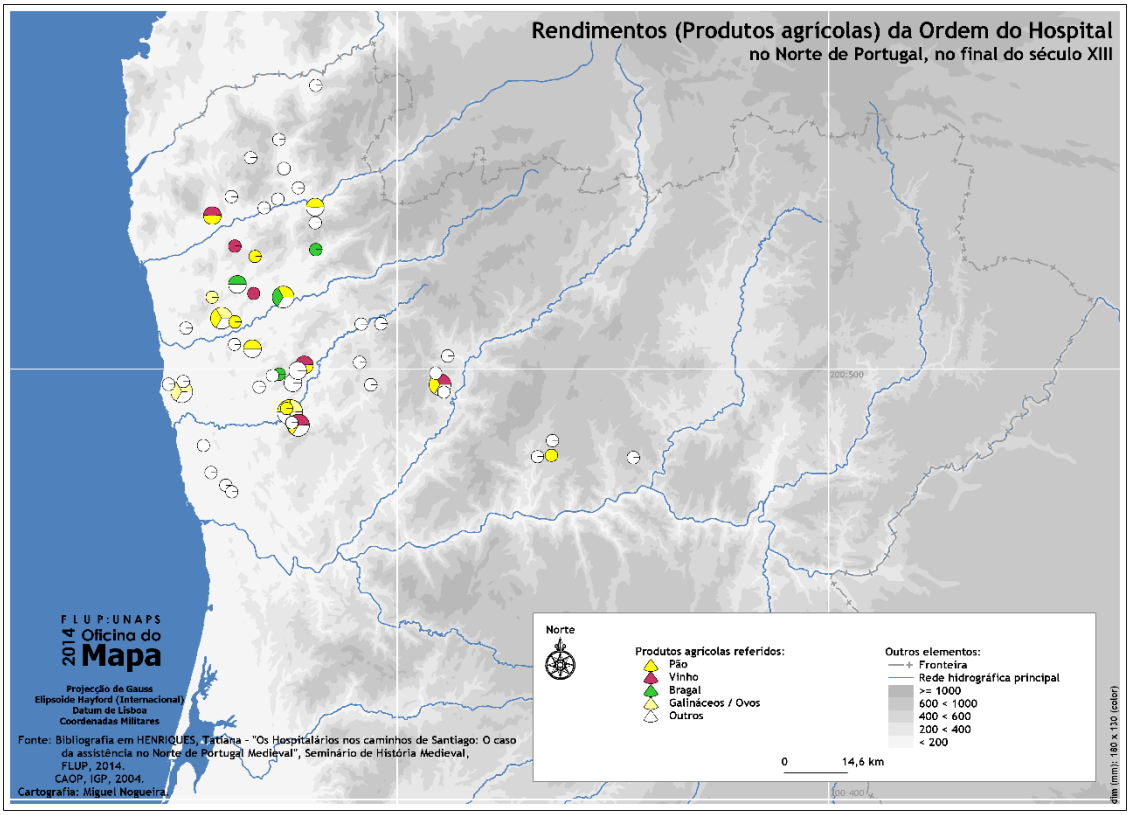
Como referido anteriormente, os bens diminuem do reinado de D. Afonso III para o de D. Dinis, mas apesar de em regra as propriedades desaparecerem ou diminuírem de um reinado para o outro, através do mapa é possível perceber que determinadas regiões aumentaram os seus bens apesar que, muitas das vezes ao longo das inquirições de 1288, os bens que esta ordem e outros senhores detinham eram usurpadas à coroa e foram consideradas devassas. Será de salvaguardar que apesar de isto acontecer a verdade é que até aí a ordem e os senhores que destes rendimentos

da coroa se apropriavam acabavam por deter o usufruto dos mesmos, daí terem sido na mesma consideradas essas propriedades neste trabalho.

Deste mapa será ainda importante salientar que algumas freguesias ficaram de fora pela impossibilidade de as cartografar, sendo que as mesmas foram incorporadas na tabela anexa ao trabalho original, estando sublinhadas e a negrito como forma de serem distinguidas. Mas outros tipos de bens foram encontrados, nomeadamente os bens agrícolas, os quais deveriam apresentar uma escala muito maior do que aquela que foi possível apurar, pois das propriedades que a ordem detinha deveriam receber muitos outros pagamentos em géneros.

Para um melhor entendimento da relevância dos bens que a ordem detinha e a sua distribuição territorial foram concebidos dois mapas: um que nos demonstra os rendimentos em bens agrícolas por tipologia e relevância; e um outro para os rendimentos que a ordem recebia em dinheiro.

Figura 3. Rendimentos (Produtos Agrícolas) da Ordem do Hospital

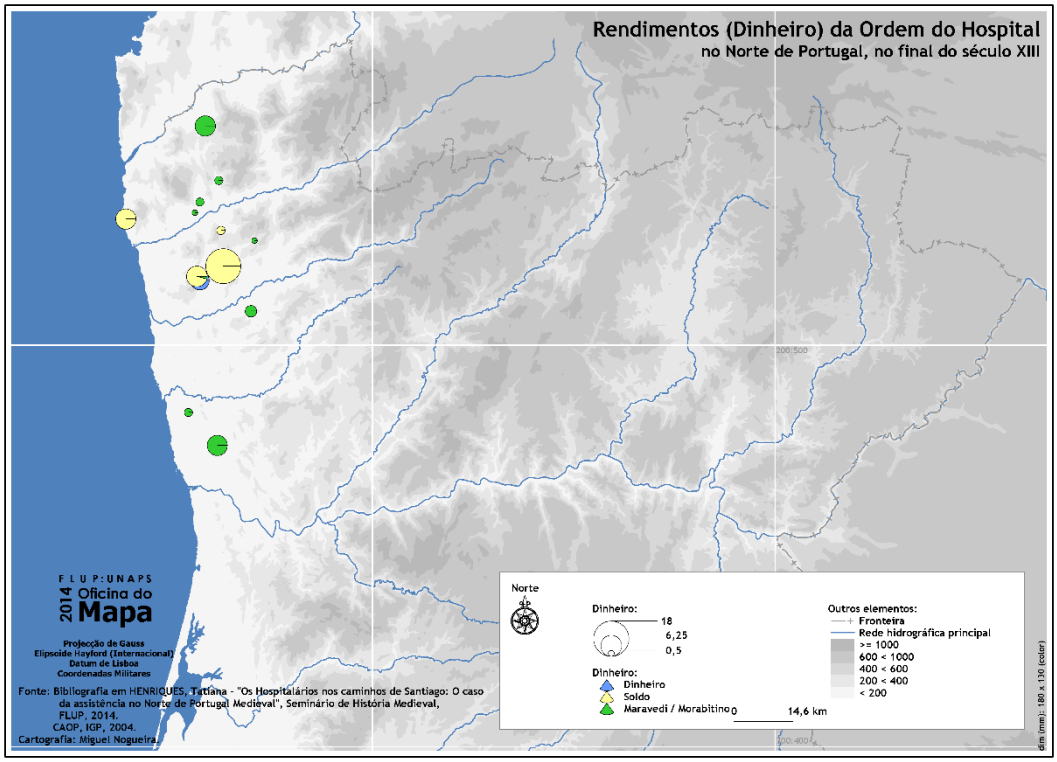


Mais uma vez é possível atestar uma maior incidência na região noroeste, sendo que para a região de Bragança e Chaves não foi encontrada nenhuma referência. Podemos perceber que as tipologias mais referidas são o pão, o vinho, o bragal e os

galináceos e ovos, mas acrescentou-se ainda uma outra tipologia, outros, para inserir bens citados apenas uma vez ou pagamento em animais.

Quanto aos rendimentos pagos em dinheiro, e que podem ser vistos na Figura 4 que se segue, a sua referência é realmente diminuta, apesar de que muito provavelmente mais uma vez estes valores não correspondam á realidade e a ordem recebesse muitos outros pagamentos para além dos que são possíveis de analisar.

Figura 4. Rendimentos (Dinheiro) da Ordem do Hospital



A leitura das fontes permitiu perceber em maior escala as propriedades que a Ordem do Hospital detinha, mas não é citado em todos os casos o tipo de pagamento que a mesma auferia pelos mesmos se encontrarem à exploração. Não se podendo esquecer que quando a ordem detinha igrejas, vilas e lugares auferiria ainda direitos de passagem, portagem entre outros.

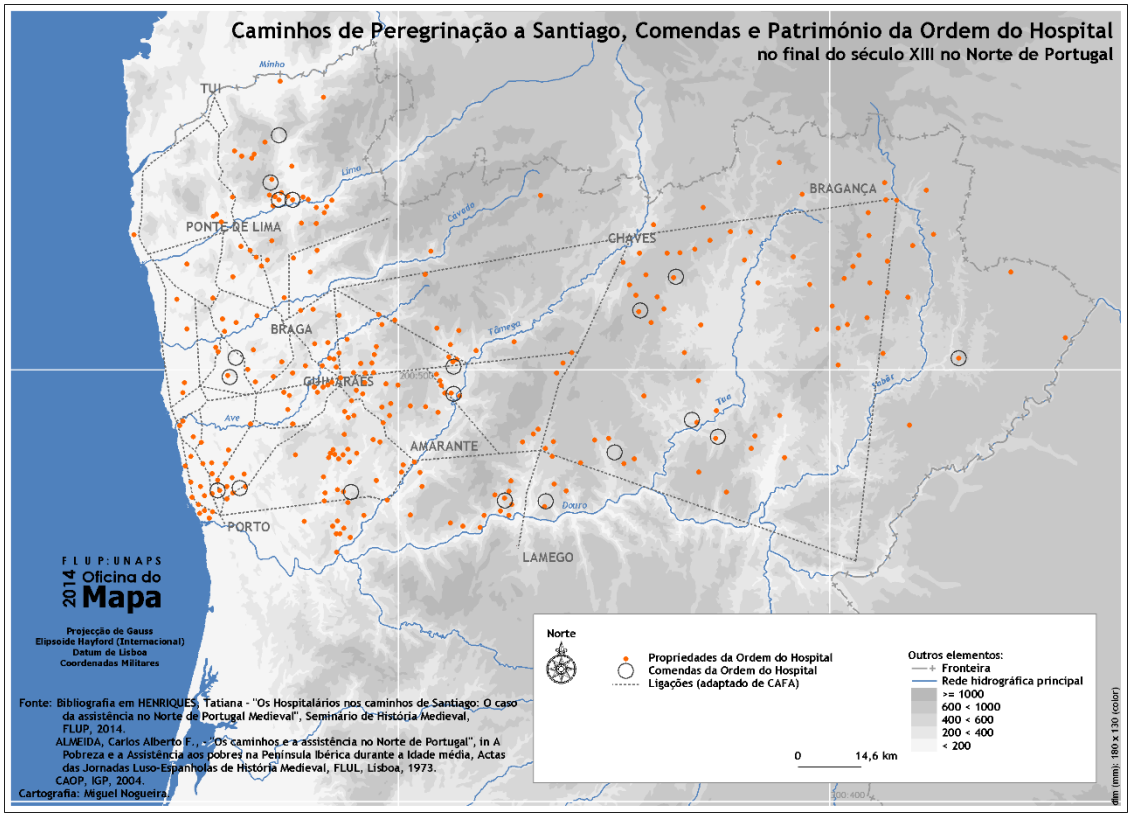
Os mapas anteriores, concebidos para demonstrar de uma melhor forma a distribuição dos bens que a Ordem do Hospital detinha no período final do século XIII, permitem-nos perceber a distribuição dos mesmos pela área geográfica aqui em análise, tal como perceber onde a sua relevância numérica predomina.

3.2. A Ligação com os Caminhos da Peregrinação

Como salientado anteriormente, nomeadamente na introdução, um dos objetivos deste trabalho era a tentativa de perceber se existe alguma ligação de proximidade entre as vias de peregrinação a Santiago de Compostela e os bens e as comendas da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém.

Deverá ficar claro que o método aplicado a esta ordem poderia ter sido feito com uma abordagem semelhante com outras ordens religiosas que também levavam a cabo esta prática assistencial, como foi referido em capítulo anterior. Assim, e após todos os passos explicitados anteriormente, foi possível realizar um mapa onde se pudesse tentar estabelecer esta ligação.

Figura 5. Caminhos de Peregrinação a Santiago, Comendas e Património da Ordem do Hospital



Este mapa[50] revela em primeiro lugar algumas das dificuldades com que fomos deparando, nomeadamente em relação às vias. Como é fácil compreender, a região do

[50] Destacamos que este mapa, tal como todos os que figuram neste trabalho, foram realizados pela Oficina do Mapa com o apoio do Dr. Miguel Nogueira.

Noroeste português apresenta muito mais rigor quanto às vias, graças aos trabalhos de Carlos Alberto F. de Almeida; e, apesar de que os caminhos utilizados na região transmontana deveriam ser neste contexto menos utilizados, a verdade é que dessas regiões afluiriam também peregrinos, mas os estudos feitos até agora não permitiram melhorar a cartografia destas vias nessa região. Foi assim salvaguardado o rigor daquelas que seriam as vias principais de peregrinação, mas também vias de ligação entre as mesmas, pelo menos até onde nos foi possível.

Quanto aos bens da Ordem do Hospital é possível perceber que a sua rede de comendas e bens estava intimamente ligada com estas vias; denote-se, porém, que isto não significaria que a mesma apenas receberia bens de acordo com esta ligação, mas a verdade é que a rede de bens está realmente próxima destas vias, tal como as suas comendas, onde muito provavelmente estaria a casa conventual e onde seria feito o apoio a estes peregrinos.

Outro fator importante é a questão das rendas em numerário, as quais, sem esquecer as doações feitas à ordem, seriam uma das grandes formas de obter rendimentos para sustentar não só o seu caráter caritativo, mas também a própria ordem e os seus membros.

Assim, é claramente possível perceber a distribuição das comendas e a sua rede de bens ao longo do norte de Portugal no final do século XIII, e mais ainda estabelecer a clara ligação destas com as vias de peregrinação, pois a sua proximidade é realmente notória e a sua relevância numérica revela um impressivo conjunto de réditos.

Conclusão

A realização deste projeto de seminário consistia desde o início em objetivos concretos que agora, com a sua conclusão, parecem ter sido cumpridos**.**

Consistindo uma primeira parte na análise bibliográfica de diversos autores, nomeadamente sobre a Ordem do Hospital, a assistência medieval e os caminhos medievais, a essa se acrescentou uma segunda onde a análise de fontes permitiu responder ao objetivos propostos.

Assim, é possível concluir que a Ordem do Hospital tem sido alvo de diversos trabalhos, sendo que as suas raízes estão bem estudadas, tal como a questão da sua fixação em Portugal, cuja cronologia, devido à falta de consenso tem sido objeto de novas teorias. O mesmo não se poderá dizer quanto às questões assistenciais, que apesar de serem marca distintiva da ordem, e missão fundacional da mesma,

apresentam apenas alguns trabalhos pontuais sobre as suas práticas. Mas olhando para a função assistencial no contexto geral os títulos multiplicam-se, com diversos autores que dedicam os seus estudos sobre este tema.

Quanto ao que aqui se propunha cremos ter dado algum contributo ao que até agora se fez, nomeadamente quanto à modernização da cartografia, apesar de Paula Pinto Costa na sua tese de mestrado estabelecer um levantamento de alguns bens, ou o que fez José Mendes da Cunha Saraiva e Manuel Lopes de Almeida na sua obra *Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e, Inquirições da Ordem de Malta*.[51]

Foi assim possível estabelecer o levantamento de bens constantes nas duas inquirições, e que permitiu uma visão geral dos bens que a Ordem detinha às datas, estabelecendo assim a sua rede patrimonial. Quanto à sua ligação com as vias de peregrinação parece ter sido também um objetivo atingido, apesar de que a mesmas vias necessitarem ainda de mais estudos, pois como prova a Figura 5 deste trabalho muitas das ligações destas vias precisam ser reformuladas.

A verdade é que a análise da rede patrimonial da ordem nos demonstra que esta teria capacidade para a prática assistencial em território português, tal como se poderá verificar que as suas sedes de comenda se encontram próximas de vias. Este fator poderá indicar que nessas casas conventuais poderiam ser recebidos peregrinos, pobres ou outros que aí procurassem refúgio. A verdade é que este tipo de documentação tratada não nos permite, dada a sua finalidade, compreender se existiria prática assistencial por parte da ordem neste território.

Em suma, é possível concluir que de facto existe uma clara ligação entre esta rede patrimonial da ordem e os caminhos de peregrinação, revelando-nos esta não apenas a capacidade da mesma para sustentar este tipo de sistema de apoio, mas também o relevante número de bens que a mesma detinha e que revela a sua importância no período medieval. Por outro lado, teremos ainda de concluir que não é possível atestar com segurança que esta prática seria levada a cabo em todo o território português.

[51] Manuel Lopes de Almeida,"Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e, Inquirições da Ordem de Malta", *Revista "Ocidente"*, 25, 26, 27, 28 (1946). Separatas.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, Livros I a IV.

Impressas

Almeida, Manuel Lopes de. "Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e, Inquirições da Ordem de Malta*".* *Revista "Ocidente"*, Volumes 25, 26, 27 e 28 (1946). Separata.

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor (ed.). *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*. *Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Lisboa: Academia das Ciências, 2012-2015. Volume IV, Tomos 1-2.

Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones. Lisboa, Academia das Ciências, 1891-1977. Volume l. Fascículos III, IV, V, VIII e IX.

Ventura, Leontina e Oliveira, António Resende de (eds.). *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2006

Bibliografia

Azevedo, Ruy de. *"*Algumas Achegas para o Estudo das Ordens de S. João do Hospital de Jerusalém, Depois Chamada de Malta, em Portugal". *Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tomo IV (1949): 317-327.

Coelho, Maria Helena da Cruz. "Mosteiros Medievais num Tempo de Hospedar e Caridade". *Codex Aquilarensis*, *Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* (1992): 9-35.

Costa, Paula Pinto. *A Ordem do Hospital em Portugal.* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 1993.

Costa, Paula Pinto. A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000.

Costa, Paula Pinto. "A Ordem do Hospital em Portugal no Primeiro Século da Nacionalidade". *Congresso Histórico de Guimarães*, *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, vol.5 (1996): 99-107.

Costa, Paula Pinto. "The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal". Antón M. Pazos (ed.), *Pilgrims and Politics* -

Rediscovering the power of the pilgrimage. Londres: Ashgate Publishing Limited, 2012. 69-82.

Cruz, Manuel. “No Quinto Centenário de D. Manuel I”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, I Série, Volume 1 (1970): 1-76.

Ferreira, Carlos Alberto Almeida. “Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal”. A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade média: Atas das Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: FLUL, 1973, 39-57.

Ferreira, Carlos Alberto Almeida. *Vias Medievais I: Entre o Douro e Minho*. [Dissertação de Licenciatura]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.

Herbers, Klaus. “La Monarquia, el Papado y Santiago de Compostela en el Medioevo”. *Santiago de Compostela: Ciudad y Peregrino - V Congreso Internacional de Estudios Jacobeos: Atas.* Galiza: Xunta de Galicia, 2000, 101-119.

Marques, José. “A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média”. *I Congresso Internacional dos caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*: *Atas.* Porto: 1989, 9-22.

Marques, José. “O culto de S. Tiago no Norte de Portugal”. II encuentro sobre los Caminos Portugueses a Santiago, Asociación Amigos de los Pazos: Atas. Vigo: 1992, 59-85.

Marques, José. “Os Santos dos Caminhos Portugueses”*. Revista da Faculdade de Letras História*, III série, Volume 7 (2006): 243-262.

Matos, Manuel Cadafaz de. “O Culto Português a Sant’iago de Compostela ao Longo da Idade Média: Peregrinações de Homenagem e Louvor ao Túmulo a à Cidade do Apóstolo entre o Séc. XI e XV”. *Bibliotecas Arquivos e Museus*, Volume 1, Tomo 2, (1985): 521-557.

Matos, Manuel Cadafaz de. “Os Caminhos de Santiago na Área Porto-Braga-Esposende Numa Perspetiva Antropológica e Ecomuseológica”, *Colóquio Manuel de Boaventura: Atas.* Esposende: 1985, 397-443.

Moreno, Humberto Baquero. “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”*. Revista da Faculdade de Letras: História*, Série II, Volume 3 (1986): 77-90.

Martins, S. J. Mário. Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.

Suarez, Fr. Manuel e Campelo, Fr. Jose. Historia Compostelana o Sea Hechos de D. Diego Gelmirez Primer Arzobispo de Santiago. Santiago de Compostela: Editorial Porto, 1950.

Trindade, Maria José Lagos. “A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220”. *Las Ordenes Militares Hispânicas Durante la Edad Media: Congresso Internacional Hispano-Português* (1971): 125-138. Separata.

Versos, Inês. “Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém”. Franco, José Eduardo; Mourão, José Augusto Gomes, Ana Cristina da Costa (dirs.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal.* Lisboa: Gradiva, 2010, 577-592.

Ammiragliato - Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481) – Marta Pereira Gonçalves

Resumo

Neste artigo pretendemos tratar o cargo de almirante-mor desde D. Dinis a D. Afonso V dando ênfase ao reinado de "O Lavrador", uma vez que o contrato de oficialização do cargo remonta à cronologia deste reinado. Mais concretamente, pretendemos compreender a hereditariedade do cargo, as ligações matrimoniais entre as famílias que o detiveram e perceber as doações feitas pelos monarcas aos detentores do cargo com base no seu desempenho a nível militar. O trabalho surge depois de uma revisão bibliográfica, tanto portuguesa como italiana, embora esta última em menor número devido à barreira da língua. O resultado final do trabalho consiste na realização de uma árvore genealógica da família Pessanha, a qual é confirmada pelas genealogias elaboradas no início do século XX.

Palavras-chave: Almirante-mor; Família Pessanha; marinha de guerra; doações.

Abstract

The focus and primary goal of this paper is to study the military position of Fleet Admiral and the intricacies linked to it from the reign of the king Denis (D. Dinis) to the reign of the king Afonso (D. Afonso V), putting emphasis on the reign of *O Lavrador* (*The Farmer King*). In other words, we aim at understanding the inheritance process of said military rank, the matrimonial relationships involved in this process and also to comprehend the donations granted by the said sovereigns (and those that reigned in between) to the holders of the military rank in question, having has basis their martial deeds, service and accomplishments. This study was composed after a bibliographic research and revision, both stemming from Portuguese and Italian *opera* produced on the subject – although the latter is partially lacking in the present paper due to linguistic hurdles. The result of this analysis comes to fruition, therefore, in the form of a family tree of the Pessanha family; said genealogy is validated by previous genealogies devised at the beginning of the twentieth century.

Keywords: Fleet Admiral; Pessanha Family; navy; donations.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do cargo de almirante-mor desde o reinado de D. Dinis até ao de D. Afonso V (1279-1481). Tentaremos compreender como a concessão de bens aos detentores deste cargo se encontra intimamente ligada aos resultados obtidos na guerra e nas ações diplomáticas levadas a cabo pelo detentor do cargo. Outro dos seus focos será a genealogia. Através deste complemento será mais fácil seguir a ordem dos almirantes, perceber algumas das estratégias matrimoniais seguidas e evitar possíveis equívocos com as homonímias dos vários detentores do cargo.

Necessariamente teremos de explicar ao leitor o que é e em que consiste este cargo, quais as suas origens e, se, outrora, houve algo semelhante no reino ou se terá chegado a existir.

Aproveitamos este momento para explicar a situação vivida no reino alguns anos antes do aparecimento do cargo. Herdeiro do Tratado de Badajoz (1267), D. Dinis reforçou, com o Tratado de Alcañices, datado de 1297, a consolidação das fronteiras com o reino de Leão e Castela.[1] Essa estabilidade fez com que o monarca investisse em reparações e melhoramentos de castelos e/ou sistemas defensivos.[2] É neste último que se insere a reforma da marinha de guerra. Como diz Maria Helena da Cruz Coelho "D. Dinis herdava um reino unido do Minho ao Algarve. (…) E rasgou-lhe decididamente os horizontes do mar".[3] É nesta cronologia que surge o cargo de almirante. Como nos diz José Augusto Sotto Mayor Pizarro "já existiria em Portugal uma força naval, como é óbvio, mas será com D. Dinis que ela adquire uma estrutura organizativa eficaz".[4]

Coloca-se assim saber a origem desta palavra. Na sua etimologia árabe, almirante significa comandante. O termo ter-se-á difundido na Europa medieval através de genoveses e sicilianos, homens do mar e de trocas comerciais. Quando a expressão se tornou do conhecimento geral, o homem que ostentava esse cargo começou a ser visto como o chefe das forças navais de cada reino ou cidade.

Gostaríamos ainda de salientar que a tradição na Península Ibérica do termo almirante remonta ao período da presença dos muçulmanos do al-Andaluz. Terá tido o

[1] José Mattoso (dir.), *História de Portugal (*Lisboa: Editorial Estampa, 1993), II, 153-155. Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros, "A Formação de Portugal como Nação Marítima", Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização (1139-1414)* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 23.
[2] José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 173.
[3] Maria Helena da Cruz Coelho, "Portugal – Um Reino 'Plantador de Naus'". *Revista Portuguesa de História*, t. XLIII (2012), acedido em 17 abril 2014. http://www.uc.pt/chsc/recursos/mhcc/mhcc_rph43.pdf.
[4] Pizarro, *D. Dinis*, 174.

seu apogeu no século X. Todavia, somente no século XII é que nos iremos deparar com este cargo nas fontes ibéricas. Tal como comprova a historiografia portuguesa: "O almirante encontra-se no reino de Castela de Fernando III e está definido nas partidas de Afonso X como *caudilho dos navios de guerra*".[5]

No caso português, a tradição historiográfica assume que o cargo surge pela primeira vez durante o reinado de D. Afonso Henriques, sendo o seu detentor o almirante a D. Fuas Roupinho.[6] Este homem terá aparecido por volta de 1179 e, no ano seguinte, aparece a combater e a vencer os mouros ao largo do cabo Espichel.[7] A historiografia apoia-se na *Monarchia Lusitana*, de Frei António Brandão, para sustentar esta questão. Porém, a primeira referência ao cargo aparece apenas num aforamento datado de 1288, em que "se nomeia um Domingo Martins "dicto almirante", o que, indicando tratar-se duma alcunha, pressupõe a existência do cargo e de alguém a preenchê-lo".[8]

*

Desde os anos 80 que o cargo de almirante-mor foi objeto de estudos gerais e nunca de estudos pormenorizados. É necessário mudar esta realidade sob pena de comprometer a história geral. Apesar desta lacuna faremos uma breve análise do estado da arte sobre o tema.

Começamos pelas obras gerais. Vitoriano José César, na quarta parte do volume segundo da *História de Portugal de Barcelos*, escreve sobre a organização militar do Reino.[9] Nenhum destaque é dado ao cargo de almirante-mor nem à criação da Marinha de Guerra que, se me é permitida esta expressão, "andam de mão dada". Analisando a parte dedicada à história política são raríssimas as vezes que se mencionam o dito cargo.

As Histórias de Portugal novecentistas falam avulso do tema a que dedicámos estudo. A *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques será a mais completa. Através dela é possível compreender, ainda que de um modo incompleto, a chegada de várias famílias genovesas ao reino, o surgimento da Marinha

[5] Isabel Vaz de Freitas Botelho Cardoso, "Organização", Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 168. Tancredo de Morais, *A Acção da Marinha na Conquista e Defesa do Território. Instituições Marítimas e Comércio Marítimo*: (Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940), II, 367.
[6] Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, "Almirante", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), I, 118.
[7] Barros, "A Formação", 25.
[8] Silva, "Almirante", 118. Cardoso, "Organização", 1.
[9] Damião Peres e Eleutério Cerdeira (dirs.), *História de Portugal* (Barcelos: Portucalense Editora, 1928-1937), II.

de Guerra, os deveres e as regalias daquele que detinha o cargo e algumas guerras em que estiveram envolvidos, nomeadamente as Guerras Fernandinas.

Não podemos deixar de mencionar o artigo que o *Dicionário de História de Portugal* dedicou em 1985 ao cargo de Almirante-mor, da autoria de Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva. Nele podemos recuar até ao tempo de D. Afonso Henriques e chegar até ao século XVIII. Este artigo continua a abordar as mesmas problemáticas de outros: a chegada do genovês, as suas mercês e a evolução das mesmas. No entanto, se o compararmos com outros artigos da mesma obra e da mesma autora notamos que existe alguma contradição.

Já no ano de 2003, Luís Miguel Duarte escreve, no volume I da *Nova História Militar de Portugal*, sobre a Marinha de Guerra dando várias hipóteses possíveis para considerarmos o seu surgimento. É o primeiro a colocar a hipótese de existirem Almirantes antes de Nuno Fernandes Cogominho. Contextualiza a chegada de *Micer* Manuel Pessanha e relembra que D. Dinis não fez mais do que seguir os passos que Diogo Gelmires, Arcebispo de Compostela, dera 200 anos antes e que o Rei de Castela dera no ano de 1284. É algo importante para se ter em conta, uma vez que a maioria dos autores não faz menção aos almirantes do reino vizinho. Luís Miguel Duarte lembra ainda que dois dos irmãos de *Micer* Manuel Pessanha se encontravam em Inglaterra ao serviço de Eduardo II.[10] Incontornável será a análise que faz do contrato celebrado em 1317 entre ambas as partes. Tal como a maioria dos autores não faz menção à localização do lugar de Pederneira.[11] É dos poucos que faz menção ao que acontece ao cargo quando deixa de haver descendentes dos Pessanha, ou seja, no reinado de D. Afonso V.[12]

Contudo, e de forma geral, podemos afirmar que os vários autores que foram escrevendo sobre a vertente militar do cargo se foram repetindo e, muito raramente, acrescentaram algum acontecimento, algum facto novo.

Podemos considerar que a grande monografia escrita até hoje sobre o tema nos chega pela mão de um descendente da família Pessanha, José Benedicto D'Almeida Pessanha.[13] Apesar do parentesco não nos deparamos ao longo da obra com grandes exaltações aos feitos da família. Em 1900, ano de publicação da obra, José Benedicto

[10] Luís Miguel Duarte, "A Marinha de Guerra Portuguesa", Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003), I, 299-300.
[11] Duarte, "A Marinha", 300.
[12] Duarte, "A Marinha", 311.
[13] José Benedicto D'Almeida Pessanha, *Nota Histórica dos Almirantes Pessanhas e sua Descendência Dada no Ano de 1900* (Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900).

escreve-nos sobre a assinatura de um contrato em 1317 com o então rei de Portugal, D. Dinis, que fixa a família Pessanha no local da Pederneira. É o único autor do qual temos conhecimento que faz menção exata à localização deste lugar. À medida que avançamos na leitura da obra podemos observar a sucessão do cargo dentro da mesma família, com os seus avanços e retrocessos, e a política de casamentos seguida. Deparamo-nos com algumas situações estranhas para a época, tal como, a título de exemplo, a passagem do cargo para a via feminina, esquecendo os filhos varões. Teríamos de esperar por outros estudiosos para perceber o motivo.

O texto que melhor estuda a família Azevedo insere-se nos Brasões da Sala de Sintra, de Anselmo Braamcamp Freire,[14] mas a bibliografia para este tema em particular ainda continua a ser muito exígua.

Devido à origem da família Pessanha deparamo-nos com bastantes obras italianas. Comecemos pela obra de Michel-Giuseppe Canale, sobre a República de Génova e de todo o seu potencial marítimo, onde se destaca a parte VI, uma vez que fala sobre Micer Manuel Pessanha e por fazer referência à sexta parte da *Monarquia Lusitana* de Frei Francisco Brandão. Com isto queremos dizer que este autor italiano dedicou tempo e esforço a pesquisar nas obras portuguesas. Ali podemos ler, mais uma vez, sobre os benefícios e regalias adquiridas no ano da assinatura do contrato entre o primeiro Almirante-mor e D. Dinis. Na parte VII, temos a descrição desenvolvida que o autor nos oferece no fim da obra de forma sintetizada.

Como será possível perceber no desenrolar deste artigo, a família que mais se destacou no cargo foi a dos Pessanhas, uma família genovesa. Sendo um dos nossos objetivos perceber as suas origens, como chegam a Portugal e como aqui se adaptam, faz todo o sentido analisar a obra de Prospero Peragallo.[15] Como tantas outras, é uma obra que destaca Micer Manuel Pessanha e todas as posses que vai ganhando quando chega a Portugal e toma posse do cargo. O autor, do início do século XX, faz menção a uma obra já mencionada por nós de Michel Giuseppe.[16]

[14] Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973), II, 55, 377, 415, 448, 529.
[15] Prospero Peragallo, *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI: Studi* (Turim: Stamperia Reale della Ditta G. B. Paravia E C., 1904).
[16] Michel-Giuseppe Canale, Tentativo dei Navigatori e Scopritori Genovesi per Riuscire all' India Lunghesso la Costa Occidentale dell' Africa, Sino Dagli Ultimi Anni del Secolo XIII Continuato Quindi per Essi ed Altri Italiani al Servizio del Portogallo nel XIV ed Oltre la Metà del XV Secolo, Potente e Sicuro Indirizzo Alla Scoperta del Capo di Buona Speranza (Génova: Tipografia e Litografia Pagano, 1881).

1. O Cargo Segundo as Ordenações Afonsinas

Podemos ler nas *Ordenações Afonsinas* que almirante é o "guiador de todos aquelles, que vaão em gualles, ou navios por fazerem guerra sobre mar, e ham tam grande poder em na frota, como se ElRey hi de presente fosse".[17]

Em seguida fazemos um breve resumo de algumas das leis ligadas ao cargo de almirante, que se encontram patentes nas *Ordenações Afonsinas*. Num dos primeiros pontos refere-se o perfil do homem que exercesse o cargo: teria de conhecer bem o mar e os ventos, deveria ainda ter navios com homens com armas e bem apetrechados; e esses homens que integravam a embarcação tinham de ser trabalhadores, capazes e obedientes.[18]

Outro dos pontos menciona como seria a cerimónia de entrega do cargo a um descendente: deveria haver uma vigília na igreja, como se de um cavaleiro se tratasse; no outro dia, o novo almirante dirigia-se ao monarca vestido com bons panos, para receber um anel na mão direita, como sinal de honra, bem como uma espada que lhe seria colocada na mão, e na mão esquerda sustentaria o estandarte com as armas do rei. Seguir-se-ia o juramento.[19]

Todos os bens que o dito almirante adquirisse nas suas batalhas, quer se fizesse acompanhar de uma frota ou de uma armada, teriam de ser referidos pelo próprio diante dos alcaides que o acompanhavam. Pretendia assim o monarca evitar furtos.[20] Era sua obrigação, no regresso da frota, dar conta ao almoxarife de todos os danos causados à embarcação durante os confrontos, ou devido à agitação marítima, e ainda teria de mandar os seus homens guardar bem as embarcações, para que nada se perdesse nem se danificasse.[21]

No caso de a guerra acontecer somente em terra, o almirante deveria intervir ao lado do monarca, mas se não lhe fosse possível intervir na mesma não teria qualquer tipo de penalização.[22]

O almirante deveria ter consigo vinte genoveses conhecedores do mar, que seriam alcaides e arrais das galés. Esta condição era perpétua, sendo que o alcaide receberia "doze libras e meia pólo mez, e por governo pam, e biscoito, e auga, como

[17] Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes, *Ordenações Afonsinas*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), 319.
[18] Costa e Nunes, *Ordenações*, 319-320.
[19] Costa e Nunes, *Ordenações*, 320-322.
[20] Costa e Nunes, *Ordenações*, 322.
[21] Costa e Nunes, *Ordenações*, 322-323.
[22] Costa e Nunes, *Ordenações*, 324-325.

derem aos outros; e ao que for arraes de guallee oito libras por mez de soldada, e esso meesmo pam, e biscoito, e augua, como dito he".[23]

Há uma cláusula à qual devemos ter em atenção, tendo em conta o que vai suceder. Tem a ver com a descendência pela via masculina:

> Se per falicimento de cada huũ dos Almirantes, que forem em estes Regnos, e o dito Almirantado herdarem, acontecer nom ficar delle filho barom lídimo, e leigo, que decenda do dito Mice Manuel per linha direita lidimamente nado, entom o dito Almirantado com todalas cousas, e direitos a elle anexados, deve seer tornado livremente aa Coroa dos nossos Regnos sem outra nenhũa contenda.[24]

2. Os Almirantes-mores de Portugal

Em seguida apresentamos pequenas biografias dos detentores do cargo de almirante durante o período em análise, ou seja, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481).

2.1. Nuno Fernandes Cogominho

O percurso político de Nuno Fernandes Cogominho ter-se-á iniciado no ano de 1295, quando foi enviado por D. Dinis a tomar e guardar, entregues pelo representante de Fernando IV de Castela, os castelos e vilas de Moura e Serpa.[25]

Por estes anos armou galés e em alto-mar atacou de surpresa o monarca castelhano, que tinha tomado alguns navios mercantes portugueses que estavam no rio Tejo.[26]

A proximidade ao monarca acaba por conduzi-lo ao cargo de almirante-mor.[27] Assim sendo, a 3 de março de 1314 ocupará o cargo de Almirante do reino, o primeiro detentor deste cargo. Para Frei Francisco Brandão terá sido o primeiro, mas provavelmente desde 1307.[28] Acreditamos ser possível esta data, pois no ano seguinte

[23] Costa e Nunes, *Ordenações*, 325.
[24] Costa e Nunes, *Ordenações*, 327.
[25] José Augusto de Sotto Mayor Pizarro. *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias 1279-1325* (Porto: Edição do Autor, 1997), II, 660.
[26] Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros, "A transformação de Portugal em Potência Naval", Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 58.
[27] Nuno Fernandes Cogominho foi chanceler do infante D. Afonso não tendo assim ligações ao mar (Cardoso, "Organização", 169).
[28] Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana* (Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1976), Parte V, Lv. XVII, 173.

é feita a referência ao cargo, sendo Nuno Fernandes Cogominho o seu detentor. E sê-lo-á até à sua morte, no ano de 1316.[29]

Sabemos que D. Dinis lhe doou a horta de Salvaterra a 3 de março de 1314, com carácter hereditário.[30]

2.2. *Micer* Manuel Pessanha

Após a morte do seu primeiro almirante, era necessário encontrar um substituto. D. Dinis terá pedido a Vicente Anes César e a João Lourenço, dois cavaleiros portugueses residentes em Avinhão, que procurassem alguém que se enquadrasse no cargo.

A 1 de Fevereiro de 1317 ocorre aquilo a que Sotto Mayor Pizarro chama de salto qualitativo: a contratação do genovês Manuel Pessanha.[31] Confirmado por diversas cartas régias, o almirante-mor comprometia-se a servir D. Dinis por mar e se necessário por terra, contra os mouros ou cristãos.

A escolha do genovês deve-se à potência marítima por que Génova era conhecida, pelo saber e pela experiência secular. Aliavam-se a esta realidade as qualidades que favoreciam o serviço deste homem: mantinha contactos com a Inglaterra, uma vez que os seus irmãos estavam a serviço dessa coroa e tinha contactos em Roma, pois outro dos seus irmãos, António, estava ao serviço de Clemente V.[32] Gostaríamos ainda de salientar que nesta cronologia estavam a chegar a Portugal vários "italianos", que iam formando colónias, pelo que estavam a ganhar alguma expressão demográfica no reino e, sendo de várias origens, iam trazendo técnicas de guerra marítima diferentes.

Aquando da sua contratação recebe o lugar da Pederneira, em Lisboa, e 3000 libras anuais.[33] Era possível trocar esta quantia por uma herdade ou vila que tivesse rendas equivalentes; no entanto esta situação levantava problemas com os frades da Trindade, que nesse local soterravam os mortos.[34] Por fim, teria direito a uma quinta

[29] Mattoso, "A Política", 153-155; Pizarro, *D. Dinis,* 174; Silva, "Almirante", 118; Cardoso, "Organização", 167.
[30] João Martins da Silva Marques e Alberto Iria, *Descobrimentos Portugueses* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 25-26.
[31] Sotto-Mayor Pizarro, *D. Dinis*, 223.
[32] Cardoso, "Organização", 169.
[33] Este local abrangia um largo perímetro: descia até Valverde (Rossio) e rua de Mestre Gonçalo (Nova do Carmo), limitado a sul pelas Portas de Santa Catarina (Chiado), e circunscrevia a encosta, nos contornos de uma linha hoje descrita pelas ruas Larga de S. Roque, S. Pedro de Alcântara e Calçada da Glória. Anteriormente à doação, teria estado na posse de judeus.
[34] Cardoso, "Organização", 172.

parte dos ganhos da batalha[35], estando por isso autorizado a praticar o corso com a armada que se encontrava à sua disposição.[36]

O cargo tinha carácter hereditário, como podemos ver no contrato:

> miçer manuel peçagno de Genua e os uossos sucessores pêra ficardes na mha terra por meu almirante / e pêra seruirdes em este offiçio mjm e os meus sucessores que forem Reis en Portugal.[37]

Somente no caso de não haver sucessor, o cargo voltaria à coroa.[38]

Quatro dias após a assinatura do contrato, surge uma carta de concessão alertando o almirante para a necessidade de ter consigo vinte genoveses.[39] Na eventualidade de algum ir embora, teria um prazo de oito meses para encontrar um substituto.[40] Estes homens poderiam trazer a sua família, acabando isso por ser uma mais-valia. Por fim, elucida para o facto de todos os embarcados estarem sobre a sua jurisdição.[41] Em carta de confirmação de mercê, datada de 23 de fevereiro de 1317, o monarca salienta que todos os alcaides das galés, corsários e arrais, entre outros, tinham de obedecer ao almirante.[42]

No ano em que se estreia no cargo, invade com a sua frota a costa marroquina. Várias foram as apreensões. Ainda em 1317, D. Dinis envia o seu almirante para percorrer o Estreito de Gibraltar e as costas de Berberia, de forma a impedir o contacto de Granada com África, ajudando assim Castela.[43]

Nos finais de 1318, Manuel Pessanha foi enviado como embaixador, juntamente com Vicente Anes Cesar, a Roma. D. Dinis procurava a permissão para a criação de uma nova ordem militar, bem como a separação da Ordem de Santiago portuguesa da castelhana. O Papa João XXII permitiu que os freires portugueses de Santiago passassem a obedecer a mestres provinciais. Assim se consumou a nacionalização desta ordem. Apenas 3 anos após a assinatura do contrato, em 1320, Manuel Pessanha é enviado a Avinhão, em conjunto com deão do Porto, D. Gonçalo Pereira, futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, para pedir ao papa um subsídio de forma a organizar

[35] Silva, “Almirante”, 118.
[36] Barros, “A Formação”, 23.
[37] Marques, Descobrimentos, 28.
[38] Silva, “Almirante”, 118. Costa, *Ordenações,* 320.
[39] Marques, Descobrimentos, 30-31.
[40] Cardoso, “Organização”, 171.
[41] Mattoso, “A Política”, 153-155. Pizarro, *D. Dinis*, 174. Barros, “A Formação”, 23.
[42] Marques, Descobrimentos, 32.
[43] Barros, “A Transformação”, 66.

as galés portuguesas e combater os mouros, obtendo ainda a autorização para separar a Ordem de Santiago portuguesa da castelhana.

O trabalho do almirante-mor foi de tal modo satisfatório, que o monarca lhe fez a doação do senhorio da vila de Odemira, em 1319, e em 1322 aumentou-lhe a tença anual em 3000 libras,[44] acrescentando ainda que os moradores de Odemira "lhy obedeescades e façades seu mandado assi come por nosso senor e que lhy arrecudades e façades arrecudir bem e direitamente com todolos dereitos e Rendas que en ele ha daver".[45] Também podemos ver com maior detalhe que obtém a "doação do castelo e da vila de Odemira e o reguengo de Algés (em substituição da primitiva tença) – e ainda 1000 livras em dinheiro e 2000 em dinheiros e em panos".[46] Todavia, em 1319, D. Dinis acautelava os "veeiros de metaes" que fossem encontrados nos locais doados ao almirante.[47]

Tudo leva a admitir que Micer Manuel Pessanha era um homem de confiança do monarca. Baseamos esta afirmação tendo em conta a embaixada que o almirante-mor levou a cabo a Avinhão. Tinha duas missões a seu encargo. A primeira, e a que mais nos interessa, consistia em obter privilégios para desenvolver a marinha de guerra portuguesa. Esta missão foi um êxito, como podemos ver na bula enviada pelo papa João XXII, datada de 19 de maio de 1320. Nela podemos ver que o monarca estava autorizado a reter durante três anos a dízima do rendimento de todas as igrejas do reino, para o desenvolvimento da dita marinha.[48] Competiu ao bispo e deão da Sé de Coimbra e ao núncio João de Solerio averiguar dos rendimentos das igrejas para se deduzir a décima parte dos rendimentos.

A segunda motivação tinha a ver com a entrega ao papa da elevada quantia de quatro mil florins, confiada por D. Dinis, e um rol de queixas do mencionado bispo de Lisboa que perpetuava os conflitos no reino.[49] Tinha a ver com o clima de guerra civil que se vivia. Mas em que nem bulas papais nem cartas apostólicas estavam a surtir efeitos.

Durante o reinado de D. Afonso IV (1325-1357) a frota do almirante-mor entrará frequentemente em serviço. A primeira vez acontece quando Manuel Pessanha, no ano

[44] Pizarro, *D. Dinis*, 188. Marques, *Descobrimentos,* 42-43.
[45] Marques, Descobrimentos, 37.
[46] Marques, *Descobrimentos,* 35. Silva, "Almirante", 118.
[47] Saul António Gomes, "A Produção Artesanal", Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1996), III, 477. Marques, *Descobrimentos,* 33-36.
[48] Pizarro, *D. Dinis*, 188. Barros, "A Transformação", 58. Cardoso, "Organização", 150.
[49] Sousa, *D. Afonso IV*, 50.

de 1326 se dirige a Inglaterra para propor o casamento entre a filha de D. Afonso IV com o primogénito de Eduardo II. Ainda que o casamento não se tenha realizado, a missão não foi um falhanço, uma vez que Eduardo III, em 1339, recomendava e tecia elogios tanto ao almirante como ao seu filho.

O almirante-mor vai ser chamado para auxiliar Castela na luta contra o rei de Granada; seriam seis meses de auxílio, mas tal acabou por não acontecer. De acordo com os cronistas, a ajuda portuguesa preparava-se para sair (1332) num momento em que os castelhanos já tinham sido vencidos.[50] Quatro anos depois temos notícia de Manuel Pessanha ter partido "para as Astúrias, onde apresa embarcações de pesca".[51] Já em 1337, existe outra tentativa conjunta contra os infiéis, partindo "de Sevilha uma armada castelhana composta por 30 galés com 7500 homens. De Lisboa sai ao seu encontro o almirante Pessanha com 30 galés".[52] O avanço foi travado por uma tempestade que destroça as duas frotas.

Quando as tropas castelhanas, comandadas pelos irmãos Fernando e João Rodriguez de Castro, invadem Portugal pelo Minho em direção ao Porto, vão encontrar forte oposição da parte do bispo do Porto, do arcebispo de Braga e do mestre da Ordem de Cristo. Ocorre na mesma ocasião um combate em Braga, que leva à morte de João Rodriguez de Castro. Quando desviamos as atenções para a guerra que se fazia no mar vemos que a situação não foi favorável a Portugal. A frota portuguesa, saída de Lisboa em direção à Galiza, para atacar, sofreu uma grave derrota junto ao Cabo de São Vicente, quando acorria a uma ofensiva que, entretanto, tinha saído de Sevilha. Era almirante castelhano Afonso Jofre Tenório. O almirante Manuel Pessanha e o seu filho Carlos são feitos prisioneiros, no castelo de Jerez, como resultado desta batalha travada a 21 de julho de 1337.[53] Apenas seriam libertados perto da Batalha do Salado, em outubro de 1340.[54]

Corria o ano de 1341 quando D. Afonso IV envia uma esquadra de dez galés, comandadas por Manuel Pessanha - embora para outros autores já o fosse por Carlos Pessanha -, para se juntar aos castelhanos no Estreito de Gibraltar. Iriam em auxílio do mesmo almirante castelhano que os tinha derrotado.[55] Era a luta de cristãos contra

[50] Barros, "A Transformação", 66-67.
[51] Cardoso, "Organização", 151.
[52] Cardoso, "Organização", 151.
[53] Sousa, *D. Afonso IV*, 200. Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, "Pessanha, Carlos", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), III, 374. Cardoso, "Organização", 152.
[54] Sousa, *D. Afonso IV*, 204. Barros, "A Transformação", 69.
[55] Silva, "Pessanha", 374. Barros, "A Transformação", 71.

muçulmanos. Essa guerra prolongada ficou conhecida como “Batalha do Estreito”, e decidia quem controlava a passagem do estreito de Gibraltar.[56]

Como a sucessão no cargo, hereditária como se continha na nomeação, se prolongou na descendência direta de Micer Manuel Pessanha, convirá ao leitor acompanhar a partir de agora a genealogia da família Pessanha na página vinte e quatro deste artigo.

2.3. Carlos Pessanha

Enquanto primogénito do primeiro almirante Pessanha, esteve sempre ao lado do pai nas lutas marítimas, tal como dissemos anteriormente.

Ainda que não haja certeza sobre a data em que Carlos Pessanha assumiu o cargo, certo é que em 1342 é ele quem comanda uma expedição enviada a Castela, sendo Algeciras o local a ser conquistado. O cerco prolonga-se e o almirante retira-se. Mas é esta vitória contra o rei de Granada e o rei de Marrocos que valeu uma inscrição na igreja de Santo Estêvão de Génova.[57]

2.4. Bartolomeu Pessanha

Gostávamos apenas de ressalvar que Manuel Pessanha teve um segundo filho do primeiro casamento: Bartolomeu Pessanha. Este terá sido almirante-mor do reino entre 1342 e 1356. Estas datas vão de encontro à data de morte de Carlos e a data em que Lançarote assume o cargo. Sabemos também que terá sido partidário de D. João I durante a Crise Dinástica. Terá também participado na batalha dos Atoleiros ao lado de Nuno Álvares Pereira, e terá estado presente nas Cortes de Coimbra, como um dos setenta e dois procuradores da nobreza.

2.5. Lançarote Pessanha

Em 1356, talvez já como almirante-mor, Lançarote Pessanha vê confirmados os seus privilégios e recebe outras doações.[58] A título de exemplo, refira-se “A colocação dos alcaides do mar, dos alcaides das galés, arrais e petintais para serviço régio, bem como a destituição do cargo, ficam ao seu cuidado”.[59]

---

[56] Sousa, *D. Afonso IV*, 218-219. Cardoso, “Organização”, 152. Silva, “Pessanha”, 374. Cardoso, “Organização”, 153.
[57] Cardoso, “Organização”, 153. Silva, “Pessanha”, 374.
[58] Marques, Descobrimentos, 105.
[59] Cardoso, “Organização”, 175.

Durante o reinado de D. Pedro I (1357-1367), o almirantado vai ser alvo de uma reorganização. Logo no inicio, a 26 de junho de 1357, Lançarote Pessanha, meio-irmão dos dois almirantes anteriores, é confirmado como almirante do reino.[60] Havia da parte do monarca a consciência que o seu reino era um alvo fácil para os corsários, e por isso tinha de manter o cargo.

Com D. Pedro I não foi apenas Lançarote Pessanha a ser privilegiado. Todos aqueles que estavam ligados à defesa marítima do reino tiveram a mesma sorte e, como nos diz Cristina Pimenta, "são conhecidas várias cartas concedidas por D. Pedro aos alcaides, arrais e petintais das galés de Setúbal, Tavira e Lisboa, entre os anos de 1357 e 1359".[61] Ao almirante foram doadas as rendas da vila de Odemira e de Lagos. Mais tarde obtém o direito de cobrar, uma vez por ano, a ancoragem aos navios aportados. Todavia salientamos que algum tempo depois este direito vai ser controlado:[62] "Estipula para os navios com tonelagem entre 50 e 100 tonéis o pagamento de uma dobra de ouro e meia dobra para os navios com tonelagem entre 30 e 50 tonéis".[63] Os homens do Porto sentem-se lesados com esta situação, uma vez que encarecia a mercadoria e tal trazia prejuízo.[64]

Em 1359, Lançarote Pessanha parte com 10 galés ao encontro de Pedro I de Castela, o Cruel, no Ebro. Ao fim dos três meses, em que era obrigado a prestar auxílio por mar ao monarca castelhano, regressa,[65] tendo esta missão sido bem sucedida. Por privilégio, os moradores do couto e pescadores do lugar da Pederneira estavam isentos de irem nesta missão.[66]

A 11 de Março de 1361, o monarca formaliza a regulamentação do almirante relativa à ancoragem de navios em portos do reino.[67] Os problemas acabaram por surgir quando o almirante recruta indevidamente pessoas para as suas embarcações e couto, pois ora o número excedia o previsto por lei ora contratava lavradores. Num diploma datado de 15 de dezembro de 1361, consta que "recrutava os doze homens que

[60] Marques, *Descobrimentos,* 107. Maria Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006), 108. Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, "Pessanha, Lançarote", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), III, 375.
[61] Pimenta, *D. Pedro I*, 108.
[62] Marques, *Descobrimentos,* 112-113. Pimenta, *D. Pedro I*, 108. Cardoso, "Organização", 175.
[63] Cardoso, "Organização", 175.
[64] Cardoso, "Organização", 175.
[65] Cardoso, "Organização", 154.
[66] Documentos, 94, 111.
[67] Paula Pinto Costa e Júlia Isabel Coelho Campos Alves de Castro, "A Legislação", Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 229.

garantiam o transporte de pessoas numa barca em Lisboa, o que, entre outros, afetou o Mosteiro de Arouca", ou seja, o mosteiro deixou de assegurar a travessia do rio.[68]

Em 1364, Lançarote Pessanha vai em auxílio de Castela contra Aragão; levava consigo dez galés, mas rapidamente D. Pedro I retira a armada, face ao contexto das opções políticas e possível entendimento entre as partes.[69] Do mesmo ano data uma carta de privilégio aos moradores da Póvoa das Paredes, não tendo de ir em hoste e em frota do almirante.[70] Lançarote Pessanha recebe a carta, uma vez que os tentava constranger num momento em que necessitava de homens para combater contra Castela.

Antes de concluir o reinado do *Cruel*, refira-se o episódio dramático sofrido pelo almirante-mor do reino: Lançarote Pessanha viveu em Beja com Violante Vasques, entre 1362 e 1364. Por não ser uma relação legítima o monarca retirou-lhe o cargo e condenou-o à morte; o receio fez com que fugisse para Castela, onde ficou até à morte de D. Pedro I.[71]

Um dos aspetos a reter do reinado de D. Fernando é o corpo legislativo. O monarca vai reforçar as medidas tomadas por D. Dinis no que se refere ao cargo em estudo, tal como à construção e proteção naval.

Este monarca confirma a Lançarote Pessanha os seus privilégios, a 6 de novembro de 1367, acrescentando doações.[72] Neste ano "confirma-lhe a jurisdição sobre alcaides, arrais e petintais das galés régias e sobre alcaides, arrais, petintais e homens do mar".[73] As galés régias e outras particulares estavam sob a responsabilidade do almirante. A 13 de Março de 1368 é-lhe doada a vila de Odemira como já tinha acontecido no reinado anterior.[74]

Como recompensa pela ajuda nas *Guerras Fernandinas* recebeu em 1368

> 15 000 dobras para custear as despesas do almirantado e dois anos mais tarde é donatário de uma casa em Lisboa, no bairro do almirante, imóvel que era utilizado como celeiro. Em 10 de Julho de 1371 volta a ser donatário da vila de Odemira e seu termo,

[68] Pimenta, *D. Pedro I*, 108-109.
[69] Pimenta, *D. Pedro I*, 156. Cardoso, "Organização", 154.
[70] Documentos, 103, 117-118.
[71] Albertina da Conceição Machado da Silva Barbosa, "Biografias", Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 261.
[72] Silva, "Pessanha", 375; Marques, *Descobrimentos,* 121.
[73] Cardoso, "Organização", 175.
[74] Marques, *Descobrimentos*, 122.

com todo o senhorio e jurisdição, reservando-se para o doador as apelações dos feitos do crime.[75]

É ainda no reinado de D. Fernando, em 1372, que recebe jurisdição e imunidade do bairro do almirante.

Um dos pontos mais marcantes do reinado de D. Fernando são as *Guerras Fernandinas*. Tentaremos analisá-las de forma sucinta, para perceber os benefícios do almirante e a sua destituição. A primeira causa do conflito terá sido o assassinato de Pedro I, *o Cruel*, por Henrique II da Trastâmara, seu meio-irmão bastardo, aquando das lutas pelo trono castelhano. Tal como D. Pedro I, D. Fernando descendia de Sancho IV de Castela, e isso validava as suas pretensões ao trono castelhano. Assim, o monarca português tentou aliança com cidades de fronteira, por exemplo Tui e Orense, com o rei de Aragão, prometendo que casava com a infanta D. Leonor de Aragão e, por fim, com o rei de Granada.

Esta conjuntura fez com que D. Fernando saísse, em 1369, tanto por via marítima como terrestre, contra a Galiza. Como resposta ao ataque português, no mesmo ano, Henrique II invade "o Minho com o apoio de Du Guesclin, tomando Braga (…) e pondo cerco a Guimarães (…) e ocupando terras de fronteira em Trás-os-Montes, que acabaria por abandonar".[76] Várias são as hipóteses levantadas para o abandono dessas cidades: a tomada da praça de Algeciras ou a compreensão de que compensaria mais tomar cidades fronteiriças.

D. Fernando, após os acontecimentos acima descritos, em junho de 1370, toma a iniciativa de enviar uma frota, comandada pelo seu almirante, para bloquear Sevilha, mas em dois anos nada fez. Henrique II, com o seu almirante genovês Bocanegra, fez armar vinte galés para combater os portugueses. No entanto, seria do conhecimento de D. Fernando de que teria uma capacidade naval superior à de Henrique II de Castela.[77]

Por intervenção papal, o conflito é resolvido e as pazes ocorrem em março de 1371, ficando D. Fernando obrigado a casar com Leonor de Castela, mas tal não viria a ocorrer.

A segunda parte das Guerras Fernandinas ocorre entre 1372 e 1373. O problema parece ter residido no casamento entre D. Fernando e D. Leonor Teles. De 1372 data o

[75] Barbosa, "Biografias", 261-262. Documentos, 124, 141-142.
[76] Paula Pinto Costa e Júlia Isabel Coelho Campo Alves de Castro, "O Descalabro do Poder Naval português", Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 88-89.
[77] Costa, "O Descalabro", 91. Cardoso, "Organização", 156.

Tratado de Tagilde, que consiste na ajuda mútua entre D. Fernando e o duque de Lencastre, marido da filha ilegítima de Pedro, *o Cruel* e Maria Padilha. No ano seguinte é assinado o Tratado de Westminster, que reforçou o de Tagilde.

É com este clima de negociações que Henrique II entra em Portugal, pela fronteira de Almeida. Em janeiro de 1373 chega a Coimbra tendo conquistado pelo caminho locais como Pinhel, Celorico da Beira, Linhares e Viseu.[78] O objetivo era chegar a Lisboa, e tal ocorre a 23 de fevereiro de 1373. A cidade é cercada por terra e por mar, estando ao comando das galés estava o almirante Bocanegra. Face a este ataque surpresa, o almirante Pessanha, em conjunto com o capitão João Focim, prepara a ofensiva no rio Tejo, mas desentendem-se em relação à tática a usar quando avistam as galés castelhanas, uma vez que o almirante não queria atacar sem antes consultar o monarca:

> A fuga do almirante permite a Gil Bocanegra entrar no Tejo e capturar algumas embarcações. É este episódio que demite Pessanha do seu cargo e aí coloca D. João Afonso Telo. As funções de defesa confiadas a Pessanha não tinham sido por ele executadas e é por isso destituído do cargo.[79]

Rita Costa Gomes diz-nos que

> por exemplo, ela detecta-se na patente defecção do almirante Pessanha para o campo castelhano, anulando a custosa vantagem, no plano dos recursos navais, por que tanto se esforçara D. Fernando desde o início do seu reinado.[80]

Desta forma termina a segunda fase da guerra. O tratado de paz de 1373 é assinado em Santarém. Portugal passava a alinhar no bloco franco-castelhano, e a frota portuguesa teria de alinhar contra a inglesa durante três anos.

Já no final do reinado de D. Fernando, em 1383, há uma necessidade de "recrutar um número crescente de homens, o que associado a um empobrecimento geral dos povos e à fuga ao serviço nas armadas e frotas criava dificuldades ao sucesso da actividade militar".[81] Existe a consciência de que era necessário controlar e penalizar os casos de fuga, controlar as entradas nas galés e uma autoridade que se mantivesse informada dos erros dos oficiais da marinha. De forma a cumprir estas funções era necessário fornecer ao almirante um conjunto de funcionários, colocados de forma

[78] Costa, "O Descalabro", 93.
[79] Cardoso, "Organização", 158. Silva, "Almirante", 119. Silva, "Pessanha", 375. Costa, "O Descalabro", 94.
[80] Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 105.
[81] Cardoso, "Organização", 176.

estratégica nos locais de recrutamento, para controlar o que estava estipulado.[82] Assim sendo,

> o dicto Almirante nos logares vnde ouuer homens das vjntenas do mar possa teer sseus ouuydores e alcaides e meirinos e porteiros e stpriuãães e outros ofiçiãães que ouçam e ljurem e dessenbargem todos os ffectos dos homens do mar.[83]

Este alargamento da sua jurisdição vai levantar problemas que foram expostos nas Cortes de Coimbra de 1385. Pedia a população de Lisboa que o almirante fosse destituído. A jurisdição mantém-se, mas vários locais obtêm anulação da sua intervenção.[84]

2.6. D. João Afonso Telo

Antes de falarmos sobre a ação militar de D. João Afonso Telo, convém saber quem era esta personagem. Filho do rico homem D. Martim Afonso Telo de Meneses (morto em Toro, em 1356) e irmão da rainha D. Leonor Teles, foi alcaide-mor e depois almirante-mor: "João Telo veio a preencher o almirantado".[85]

Recebe através de carta de 23 de maio de 1376 a doação das terras de Mafamude, Laborim e Lavadores.[86] Já então o referia como almirante e a situação mantém-se até 1380. Em 1382 não aparece na documentação nomeado como tal.

A terceira guerra com Castela ocorre entre 1381 e 1383. Ao contrário do que tinha ficado estabelecido na paz de Santarém (1373), a ideia de se aproximar de Inglaterra não tinha sido esquecida por D. Fernando. O primeiro dos motivos está ligado aos interesses marítimos, e depois por ambos apoiarem o Papa de Roma e não o Papa de Avinhão, como era o caso de França e Castela. Esta vontade mútua faz com que surja um acordo, melhor dizendo uma ratificação da aliança, a 14 de maio de 1381, entre D. Fernando e Ricardo II. No mês seguinte, é tratado o casamento entre D. Beatriz e Eduardo de Inglaterra.[87] Esta situação leva a uma nova guerra e problemas na fronteira, sobretudo no Alentejo.

Durante a terceira guerra, temos no cargo de almirante-mor o irmão da Rainha D. Leonor Teles. Salientamos que D. João Afonso Telo IV, talvez por não estar preparado para o cargo, sofre uma grande derrota, ao largo da costa algarvia, contra

[82] Cardoso, "Organização", 176. Marques, *Descobrimentos,* 184-185.
[83] Cardoso, "Organização", 176.
[84] Cardoso, "Organização", 177.
[85] Barbosa, "Biografias", 267-268.
[86] Barbosa, "Biografias", 270.
[87] Costa, "O Descalabro", 99.

Castela, em junho de 1381. Esta derrota, em Saltes, fez com que o jovem almirante fosse capturado e com que o reino perdesse a sua frota.[88] O capitão-mor, Gonçalo Tenreiro, que fazia parte desta frota, por sua vez, não foi capturado.[89] Os ingleses vieram em auxílio dos portugueses, mas terão tratado mal as populações portuguesas fazendo crescer os apoiantes da causa castelhana.

O reino de Castela promete libertar algumas das terras conquistadas a 9 de agosto de 1382. Como contrapartida, D. Fernando daria a mão da sua filha D. Beatriz em casamento ao Infante D. Fernando, segundo filho de João I de Castela. Esta situação termina com a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, assinado em abril de 1383, uns meses antes do rei D. Fernando morrer.[90]

Ainda do ano de 1382, em concreto de 12 de agosto, deparamo-nos com um mandato de prisão contra alguns escudeiros e besteiros do almirante. Tinham estes fugido com armas, cavalos e soldos. O almirante seria reembolsado em seis soldos pelo tempo que estes não o serviram e o deveriam ter feito.[91]

Percebemos através da obra de Oliveira Marques que durante a terceira *Guerra Fernandina* surge uma inovação que permite potenciar a marinha de guerra. Falamos da introdução da artilharia nos navios. Esta inovação terá chegado ao reino através da expedição naval inglesa. Eles traziam "'as maiores naus estavam deante todas, com as alcáçovas [i. e., os castelos] contra o mar, armadas e apavesadas, percebidas de trons e outros artifícios para se defender'".[92]

2.7. Lançarote Pessanha: O Regresso

Em setembro de 1383 Lançarote Pessanha está de regresso ao cargo.[93] Os privilégios adquiridos durante o reinado de D. Pedro I são confirmados.

Um mês depois, D. Fernando I morre e o almirante-mor alia-se ao partido de D. Leonor Teles. Já em 1384, quando vai a Odemira angariar apoiantes para a causa da rainha, é preso por Gonçalo Nunes. Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva apresenta-nos duas visões em que dá a morte do almirante como certa. No entanto, numa das suas versões diz-nos que Lançarote Pessanha é morto em Beja, sendo

[88] Gomes, *D. Fernando*, 150-151.
[89] Data do reinado de D. Fernando a criação do cargo de capitão-mor. A jurisdição deste aproxima-se das competências do almirante-mor em matéria relacionada com homens do mar.
[90] Costa, "O Descalabro", 101.
[91] Marques, *Descobrimentos,* 179-180.
[92] A. H. de Oliveira Marques, "A Guerra Marítima", Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1987), IV, 360.
[93] Silva, "Pessanha", 375.

confundido com um partidário de D. Leonor Teles.[94] A segunda apenas nos relata o falecimento do almirante, não sugerindo uma explicação para o acontecimento.[95]

Após este período conturbado da história de Portugal, a normalidade é restaurada. Sucedem como almirantes-mores dois filhos do assassinado Lançarote Pessanha, que apoiavam a causa do Mestre de Avis. E o cargo manter-se-á na família Pessanha até ao reinado de D. Afonso V.

2.8. Manuel Pessanha II

Para Manuel Pessanha, primeiro filho varão de Lançarote Pessanha, não temos informações para além de que seja provável ter sido investido a 2 de junho de 1385.[96] Parece-nos haver uma confusão historiográfica entre os irmãos. No entanto, Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva aponta para que tenha sido Manuel a tomar "parte na Batalha de Atoleiros ao lado de Nuno Álvares".[97] Assim sendo, fez parte do Conselho de Estado do novo monarca.

2.9. Carlos Pessanha

Avançamos depois para Carlos Pessanha, filho segundo de Lançarote, mais bem documentado, sendo assim mais fiável avançar informações.

Antes, porém, gostaríamos aqui de salientar que a 8 de novembro de 1385 "esbarramo-nos" com um almirante das galés.[98] Esta carta de confirmação avança que o cargo pertenceu a Lançarote da França e que, no momento da escrita do documento, o mesmo pertence ao seu filho, Lopo Afonso da França. Se atentarmos à genealogia, podemos ver que Lançarote da França é o pai de D. Leonor Afonso, segunda mulher do primeiro almirante Pessanha.

Sabemos que, a pedido de D. Nuno Álvares Pereira, Carlos Pessanha é investido como almirante-mor do reino através de uma carta de mercê datada de 15 de Dezembro de 1387.[99] Por terem surgido dúvidas sobre o direito da família Pessanha ao cargo, "(…) porquanto a nos era duvida se o dicto Mice Carlos pelo dicto privillegio podia aver o dito almirantado ou nom (…)".[100] Sabemos que esta foi pedida pelo Condestável, através da

[94] Silva, "Almirante", 119.
[95] Silva, "Pessanha", 375. Barbosa, "Biografias", 264.
[96] Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, "Pessanha, Manuel", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), III, 376.
[97] Silva, "Pessanha", 376.
[98] Marques, *Descobrimentos*, 186.
[99] Silva, "Pessanha, Carlos", 375.
[100] Costa, "A Legislação", 247.

seguinte afirmação da carta de mercê mencionada: “fazemos saber que per nuno aluarez pireira nosso condestabre nos foe mostrado o pribujllegio do almjrantado dizendo nos o dicto conde que per o dicto priujllegio mjce carllos (…) auja djreito no dicto almjrantado”.[101] D. João I confere o título em vida do almirante, decidindo mais tarde se o daria de forma hereditária ou não.

Talvez por ser casado com Joana Pereira, talvez por ter apoiado a causa de D. João I, ou por ambas as razões, D. Nuno Álvares Pereira volta a intervir a favor de Carlos e, em 1388, o almirante-mor estava a receber umas casas no bairro do almirante. Cinco anos volvidos, adquiria os Paços da Pedreira, que já tinham pertencido à sua família,[102] e que tinham estado na posse do Conde de Barcelos, D. João Afonso.

Após a devida ponderação e através de carta de sentença datada de 12 de novembro de 1397, D. João I devolve a hereditariedade do cargo ao almirante Carlos Pessanha, tal como ficara estabelecido no contrato de 1 de fevereiro de 1317.[103]

É ainda durante o reinado de D. João que encontramos uma ordenação, datada de 1405, que diz que todos os homens nomeados para as vintenas não podem recusar estar presentes nas galés. Vários apelaram à isenção, como é o caso dos

> marinheiros de Leça e de Matosinhos de não ingressarem como remeiros porque levam o peixe a Aragão. Os mareantes de Aveiro que carregavam em barcos para as marinhas areia e junco eram também lavradores, esperando por isso não serem obrigados a entrar nas galés. Da mesma situação se serviam os moradores, barqueiros e pescadores de Vagos, de Ílhavo e de Vila do Minho e de outros lugares do Douro.[104]

Todavia, os estrangeiros não se podiam isentar sob pena de serem considerados vadios. Esta situação é transmitida pelo rei ao almirante.

Tal como nos diz Maria Helena da Cruz Coelho, na corte viviam os “conselheiros, alguns grandes e a sua guarda de escudeiros, pajens e oficialato doméstico”.[105] Depois, em pormenor, a autora destaca vários nomes, nos quais inclui a família Pessanha. A mesma autora sugere que todas famílias que estavam nesta condição recebiam moradias da coroa, para fazer face às suas despesas.

---

[101] Documentos, 196, 210-211
[102] Este local foi confiscado a Lançarote Pessanha, filho do segundo casamento de Manuel Micer Pessanha, e entregues ao Conde de Barcelos D. João Afonso. Marques, *Descobrimentos,* 201-202, 209-210.
[103] Silva, “Pessanha”, 375. Costa, “A Legislação”, 247. Barbosa, “Biografias”, 265-266.
[104] Cardoso, “Organização”, 186-187.
[105] Coelho, *D. João I*, 220.

2.10. D. Pedro de Meneses: Almirante por Dote de Casamento

D. Pedro de Meneses é uma personagem complexa. Primeiro conde de Vila Real e segundo de Viana, foi o primeiro governador de Ceuta, entre 1415 e 1430, e depois de 1434 a 1437. Junta àqueles o título de almirante-mor do reino, através do dote de casamento com D. Genebra, filha de Carlos Pessanha. O casamento deve ter ocorrido por volta de 1430 e 1431. Convém salientar que o novo almirante-mor era primo da rainha D. Leonor Teles e do antigo almirante João Afonso Telo. O cargo passara pela via feminina, uma vez que dois filhos de Carlos Pessanha morrem ainda em vida do pai.

Vejamos agora alguns episódios ligados ao seu exercício do cargo. Após queixa dos pescadores da cidade de Lisboa, D. Pedro, enquanto almirante, não poderia tomar as barcas nem constranger estes homens de forma alguma.[106]

A 7 de Julho de 1435 é dirigida a D. Pedro de Meneses uma carta que permite ao "seu meirinho ou outro quallquer que o dito almiramte poser em o dito offçio e hũu seu homeem posam trazer armas",[107] carta de privilégio que surge após um dos homens do almirante-mor ter sido preso, pois não tinha autorização régia para tal.

Sabemos que houve um atraso numa carta de confirmação, que chega a 6 de fevereiro de 1439, dada ao sogro de D. Pedro de Meneses, Micer Carlos Pessanha, por este não ser o almirante do reino.[108]

2.11. Lançarote Pessanha II: Da Menoridade ao Desempenho do Cargo

Não tendo havido secessão do casamento do conde de Vila Real com Genebra Pessanha, o cargo chega à posse de outra família, os Melos, de novo por via feminina. Lançarote era filho de Rui de Melo e Dona Beatriz Pereira, filha de Carlos Pessanha e Joana Pereira, a irmã de D. Nuno Álvares Pereira. Durante a sua menoridade é almirante do reino o seu pai, Rui de Melo.[109] Por morte de Lançarote, Rui de Melo volta a ser o almirante do reino.

Sabemos que o cargo foi confirmado ao trineto do primeiro almirante, Manuel Pessanha, através de cartas régias datadas de 31 de agosto de 1444 e de 11 de novembro de 1448,[110] cargo que é novamente confirmado a 13 de agosto de 1444.[111]

---

[106] Marques, *Descobrimentos,* 283-284.
[107] Marques, *Descobrimentos,* 290-291.
[108] Marques, *Descobrimentos,* 395-396.
[109] Rui de Melo foi senhor da Casa de Melo, das terras de Évora Monte, Portimão, Mértola.
[110] Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (Lisboa: Editorial Verbo, 1978) II, 295. Marques, *Descobrimentos*, 458-459.
[111] Marques, *Descobrimentos*, 440.

Em março de 1449, o mesmo monarca confirma que o almirante tinha jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais.[112]

A 13 de Agosto de 1450, através de carta de sentença, sabemos que D. Afonso V recusou-se a pagar a tença anual de 300 000 libras, pois já não se cumpriam as cláusulas do contrato assinado por D. Dinis: "nom compriram a dicta condiçom nem manteueram os dictos vijnte homeens de genoa segundo eram theudos".[113] Esta situação, juntamente com a multiplicação dos encargos e obrigações, levou a que o monarca passasse cartas de serventia do ofício a dois cavaleiros, um de Lisboa e outro do Porto.[114] Nesta altura, o detentor do cargo vivia no Algarve.

Surge no ano de 1450, em concreto a 23 de maio, uma carta que informa que, em tempo de paz, o almirante do reino, neste caso Lançarote, tinha jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais das gales. Tinha também poder sobre os desertores.[115]

Lançarote Pessanha II terá falecido antes de 27 de julho de 1453, pois nesta data volta a exercer o cargo o seu pai, Rui de Melo.

2.12. Rui de Melo

É através de uma carta de mercê, dada por D. Afonso V a 27 de julho de 1453, que sabemos que Rui de Melo é o novo almirante-mor do reino. Esta mesma carta lembra a tradição solene de juramento do almirante: "O quall Jurou em a nosa chançelaria aos ssantos avangelhos que bem e djreitamente E como deue obre huse do dicto oficio".[116] Cerca de um ano após estar de novo no cargo, D. Afonso V confirma o direito de ancoragem conforme a doação de D. Pedro I, em 1361.

Rui de Melo viria a falecer em Portimão, a 25 de fevereiro de 1467.[117]

2.13. Outros Almirantes

Por morte de Rui de Melo, é Nuno Vaz de Castelo Branco que vai obter o cargo de almirante-mor, a 27 de abril de 1467.[118] Filho de Catarina Pessanha, era neto de Antão Pessanha, por sua vez neto de Lançarote Pessanha I e bisneto de Micer Manuel

[112] Marques, *Descobrimentos*, 466.
[113] Marques, *Descobrimentos,* 478. Silva, "Almirante", 119.
[114] Silva, "Almirante", 119.
[115] Marques, *Descobrimentos*, 473.
[116] Marques, *Descobrimentos*, 502.
[117] José de Vasconcellos e Menezes, Os Marinheiros e o Almirantado. Elementos Para a História da Marinha (Século XII - Século XVI) (Lisboa: Academia da Marinha, 1989), 316.
[118] Barbosa, "Biografias", 260.

Pessanha. Sobre este almirante-mor sabemos que terá sido Monteiro-mor e devê-lo-ia ser desde 1442, e provavelmente os seus irmãos também o seriam.[119]

A documentação relativa a este período parece ser escassa se compararmos com a documentação do período anterior.

Apesar de já não serem alvo de estudo, devido à cronologia estabelecida, achamos pertinente informar que o cargo segue no ramo da família Azevedo, através da descendência que resultou do casamento de uma irmã de Nuno Vaz, Isabel com Gonçalo Gomes de Azevedo. Assim, foram almirantes Lopo Vaz de Azevedo, António de Azevedo e Lopo de Azevedo. Consultando a genealogia que se segue depois da conclusão, pode-se acompanhar o cargo desde o momento em que entrou na posse da família Azevedo.

Conclusão

Sabemos que o cargo de almirante-mor existia desde os finais do século XIII com funções minimamente definidas. No entanto, é necessário salientar que se nota uma diferença entre Nuno Fernandes Cogominho e a família Pessanha, essencialmente relacionada com o conhecimento do mar, e por isso afirmámos com certeza que o cargo de almirante propriamente dito foi criado no reinado de D. Dinis. Assumimos, assim, que a partir de 1317 surge uma marinha organizada pelos descendentes de Manuel Micer Pessanha e com carácter permanente. Os ensinamentos passaram e cerca de um século depois esta família acaba por ser substituída por famílias portuguesas, ainda que num primeiro momento estejam ligadas aos Pessanha através de laços matrimoniais.

A importância desta família está bem patente e justificada por José Benedicto Pessanha, no início de *Novecentos*:

> Se os Pessanhas exerceram tal comando num tão largo período e continuaram ainda a exercê-lo, é forçoso confessar-se que a sua acção e qualidades os tornaram respeitados e aceites, insuflando coragem e esperanças no espírito dos nossos marinheiros, educando-os, preparando-os, e afoitando-os ao êxito de futuros lances heroicos, que tanto vieram nobilitar e engrandecer a nossa nacionalidade.[120]

Os amplos poderes obtidos por doação deixam-nos perceber que as atividades desempenhadas pela família Pessanha foram importantes e valorizadas pelos

[119] Menezes, *Os Marinheiros*, 322.
[120] Pessanha, *Nota*, 1.

monarcas. A título de exemplo, temos as seguintes doações confirmadas e ampliadas em 1319, 1321, 1322, 1327, 1356, 1357, 1367, 1372, 1383, 1397, 1439, 1448 e 1449. Como se pode notar as doações foram sucessivas.

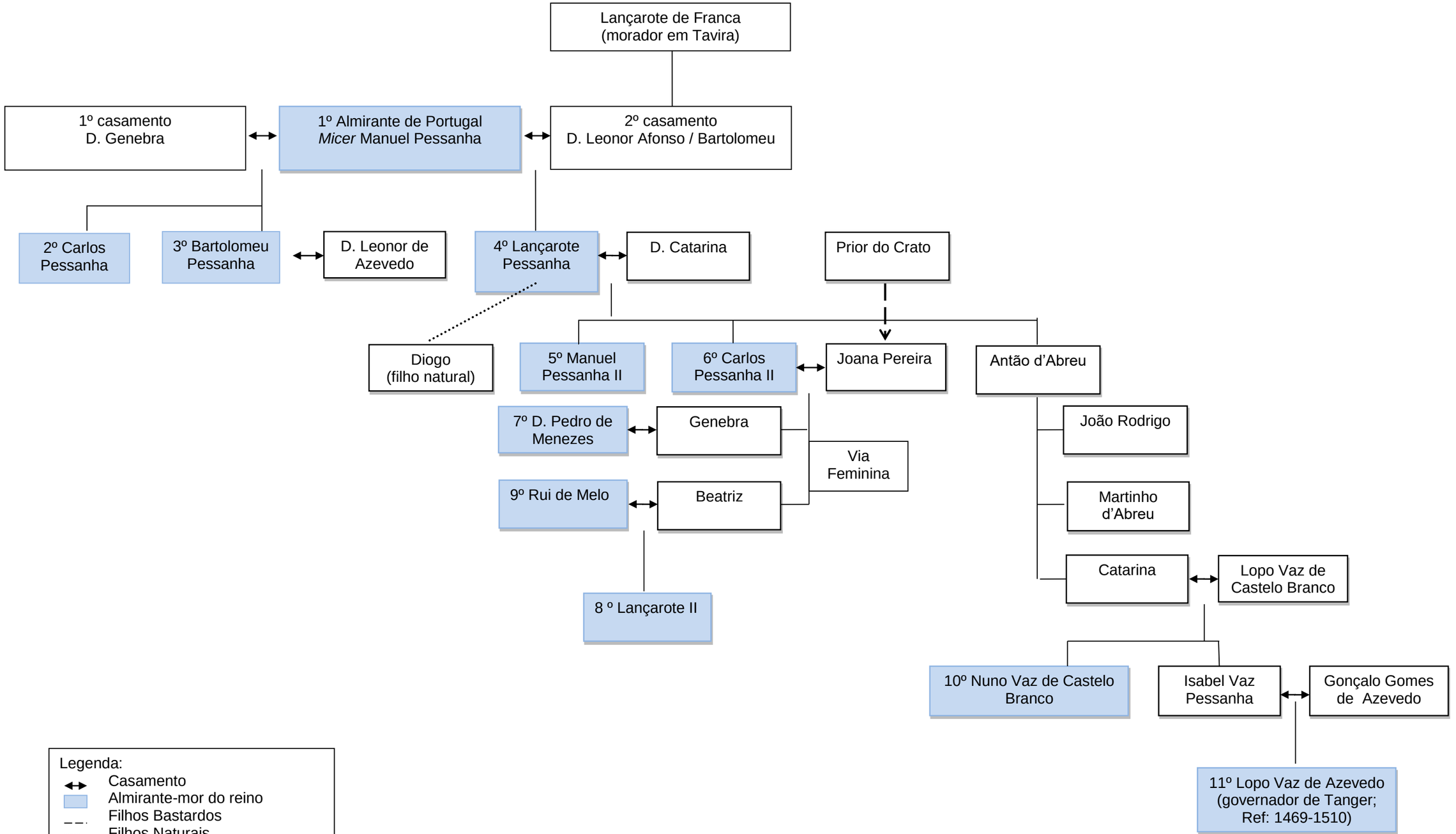
Todavia, é necessário ter atenção que, com o tempo, e seguindo a ideia de Oliveira Marques, o almirante tinha funções de superintendência geral, tendo a hereditariedade do cargo transformado o mesmo em "sinecura rendosa".[121]

Ainda que não se encontre dentro da cronologia que estudamos, gostaríamos de salientar que D. Manuel I, correndo o ano de 1502, concede o título de almirante do mar da Índia a Vasco da Gama. As regalias seriam as mesmas que estavam associadas ao cargo em Portugal.[122] Como nos dão a entender vários autores, entre os quais Luís de Albuquerque, este desenvolvimento da arte de bem navegar terá permitido aos portugueses expandirem-se rapidamente para a navegação e conquistas oceânicas. O próprio alargamento do cargo acaba por estar ligado a esta ideia.

O historiador Carvalho Homem questionara: "D. Dinis: fim ou princípio de um tempo?".[123] Acreditamos que a contratação de *Micer* Manuel Pessanha é um inequívoco sinal de mudança de tempo, no que toca à orgânica legislativa do almirantado em Portugal.

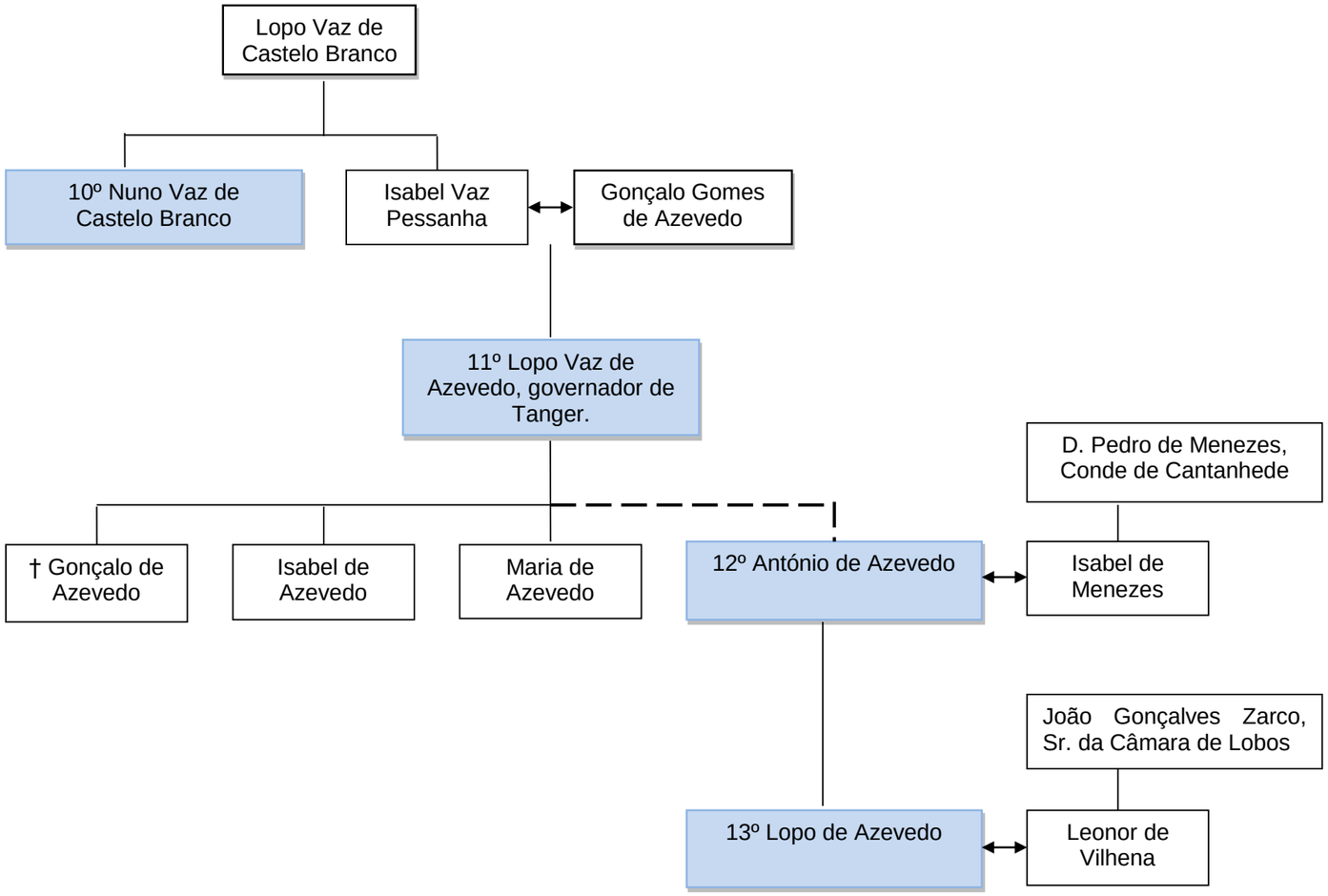
[121] Marques, "A Guerra", 361.
[122] Silva, "Almirante", 119.
[123] Serrão e Marques, *Nova*, III, 160.

Genealogia da Família Pessanha



Legenda:
- Casamento
- Almirante-mor do reino
- Filhos Bastardos
- Filhos Naturais

Genealogia da Família Azevedo



Legenda:
- Casamento
- Almirante-mor do reino
- Filhos bastardos
- Filhos naturais

Bibliografia

Moreno, Humberto Baquero (coord.). *Homens, Doutrinas e Organização: 1139-1414.* Lisboa: Academia da Marinha, 1998. Vol. I.

Canale, Michel-Giuseppe. *Tentativo dei Navigatori e Scopritori Genovesi per Riuscire all' India Lunghesso la Costa Occidentale dell' Africa, Sino Dagli Ultimi Anni del Secolo XIII Continuato Quindi per Essi ed Altri Italiani al Servizio del Portogallo nel XIV ed Oltre la Metà del XV Secolo, Potente e Sicuro Indirizzo Alla Scoperta del Capo di Buona Speranza*. Génova: Tipografia e Litografia Pagano, 1881.

Coelho, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

Coelho, Maria Helena da Cruz. "Portugal: Um Reino, Plantador de Naus". *Revista Portuguesa de História – nº 43 (2012).*

Costa, Mário Júlio de Almeida e Nunes, Eduardo Borges. *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Duarte, Luís Miguel. "A Marinha de Guerra Portuguesa". Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal.* Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume I.

Duarte, Luís Miguel. *D. Duarte*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

Freire, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. Volume II.

Gomes, Rita Costa. *D. Fernando*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

Iria, Alberto. *Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971.

Menezes, José de Vasconcellos e. *Os Marinheiros e o Almirantado. Elementos Para a História da Marinha (Século XII - Século XVI).* Lisboa: Academia da Marinha, 1989.

Morais, Tancredo de. *A Acção da Marinha na Conquista e Defesa do Território. Instituições Marítimas e Comércio Marítimo*. Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940. Volume II.

Musso, Gian Giacomo. *Nuovi Documenti dell'Archivio di Stato di Genova nei Rapporti tra Genova e il Portagallo nell'Eta' delle Grandi Scoperte.* Genova: Biblioteca Universitaria.

Peragallo, Prospero. *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI: Studi.* Turim: Stamperia Reale della Ditta G. B. Paravia E. C., 1904.

Pessanha, José Benedicto D'Almeida. *Nota Histórica dos Almirantes Pessanhas e Sua Descendência Dado no Ano de 1900.* Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900.

Pimenta, Maria Cristina. *D. Pedro I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1978. Volume II.

Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dirs.). *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325).* Lisboa: Editorial Presença, 1996. Volume III.

Serrão, Joel Serrão e Marques, A. H. de Oliveira (dirs.). *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV.* Lisboa: Editorial Presença, 1987. Volume IV.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Almirante". Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume I, 118-119.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Bartolomeu", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 374.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Carlos", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 374.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da, "Pessanha, Carlos", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, imp. 1963-1971. Vol. III, 374-375.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Lançarote", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 375.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Manuel", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 375-376.

Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Manuel", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal.* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 376.

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

Viana, Mário Paulo Martins. *O Almirantado e a Jurisdição Sobre os Homens do Mar em Portugal na Idade Média.* Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2012.

A Nobreza e a Expansão no Norte de África (o caso de Ceuta)

– Ana Maria dos Santos

Resumo

Este artigo procura identificar e caracterizar socialmente a nobreza que participou na conquista de Ceuta (1415) e na manutenção da praça até 1437, bem como as suas motivações e contrapartidas para integrarem o processo expansionista régio para Marrocos. Tendo como fontes principais a *Crónica da Tomada de Ceuta* e a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, tenta-se também refletir sobre o papel que a presença portuguesa no Magreb teve (ou não) na restruturação da nobreza pós-crise de 1383-85.

Palavras-chave: Ceuta; nobreza; expansão portuguesa; crónicas.

Abstract

This paper seeks to identify and socially characterize the aristocracy that participated in the conquest of Ceuta in 1415, and in its maintenance until 1437, as well as its motivations and counterparts to integrate the royal expansionist process into Morocco. Having as main sources the *Crónica da Tomada de Ceuta* and the *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, we try to reflect about the role that the Portuguese presence in the Maghreb had (or not) in the aristocracy's restructuring following the crisis of 1383-1385.

Keywords: Ceuta; aristocracy; Portuguese expansion; chronicles.

1. Introdução

Alguns aspectos da temática escolhida para desenvolver neste seminário não são novidade nem sequer campos pouco explorados na historiografia portuguesa. A gesta ultramarina lusa suscitou e suscita ainda intensos debates. Precisamente por marcar o início dessa aventura marítima, a conquista de Ceuta e os seus antecedentes – desde o contexto político-social até às motivações para a sua concretização em 1415 – foram alvo de reflexão por vários autores. Contudo, são, na maioria, análises que partem do ponto de vista régio e não aristocrático.

Inicialmente pensei trabalhar a participação da nobreza na expansão para o Norte de África ao longo do século XV. As ambições de quem dá os primeiros passos são, quase sempre, desproporcionadas e impraticáveis. Logo que comecei os levantamentos das fontes e bibliografia a consultar percebi que ou a cronologia ou o espaço teriam de ser restringidos. Acabaram por sê-lo ambos, optando por focar-me no ponto de partida de todo o movimento expansionista: a cidade de Ceuta entre o ano da sua tomada (1415) e o ano da morte do seu primeiro capitão, D. Pedro de Meneses (1437). Repensados os limites espaciais e balizas cronológicas, os objetivos deste artigo continuaram a ser sensivelmente os mesmos: conhecer os nobres que acompanharam D. João I na armada destinada a tomar a praça africana e aqueles que aí permaneceram para assegurar a sua defesa; perceber as motivações e contrapartidas da participação nessa empresa; por fim, compreender o papel deste grupo social no processo expansionista para Marrocos.

Além disso, pretendo no último capítulo deste trabalho refletir sobre a reestruturação da nobreza após a crise de 1383-85 e a articulação com o avanço para Marrocos nesse processo. No entanto, ressalvo que esse não é o meu objetivo central. Não será mais do que uma pequena reflexão com base nos dados fornecidos pela bibliografia consultada que, de qualquer modo, não se alonga nessa temática. É um exercício difícil por isso mesmo; avaliar o impacto da crise do final do século XIV exigiria recuar umas décadas para conhecer a aristocracia desde o reinado fernandino, senão mesmo de D. Pedro I. Para conhecer quem estava presente antes da mudança dinástica para perceber se permaneceu, desapareceu, caiu para posições secundárias ou, por outro lado, quem subiu de uma certa “marginalidade” para uma posição elevada.

Neste capítulo introdutório deixo algumas considerações sobre o estado da arte e questões metodológicas.

1.1. Estado da Arte

O tema desenvolvido desdobra-se em dois campos historiográficos: a expansão ultramarina e a nobreza. Não pretendo fazer uma listagem exaustiva e completa de toda a produção científica em torno destas temáticas que, aliás, seria quase impossível. Quero sim enumerar os autores e títulos que mais contribuíram para o avanço do conhecimento nas matérias que de forma direta dizem respeito a este trabalho.

Para a investigação da Expansão e Descobrimentos encontram-se várias obras e autores de referência. Um dos principais nomes na corrente de interpretação

romântica é Oliveira Martins. Sugeriu o historiador oitocentista que o infante D. Henrique arquitetara a conquista de Ceuta, pensando já atingir a Índia por via terrestre. Favorável a esta visão foi Joaquim Bensaúde, que colocou a tónica na questão religiosa, no desejo de luta proselitista no qual o infante D. Henrique teria tido uma atuação determinante. Tratava-se, no fundo, de alcançar o mítico reino do Preste João e estabelecer uma aliança com o poderoso monarca cristão.[1] O papel do infante foi amplificado durante o Estado Novo, acreditando-se mesmo na pretensa Escola de Sagres – ideia falsa e sem qualquer prova documental ou física que ateste a sua existência – que funcionaria como instituição de ensino na arte de navegar, cartografar, enfim, de promoção e suporte da expansão marítima. Resta mencionar o reforço do conceito de "Ínclita Geração", à frente do seu tempo, promotora de novos e promissores rumos para Portugal. No que diz respeito aos agentes potenciadores do avanço para Marrocos, afirmaram Luciano Cordeiro, Pedro de Azevedo e Mário de Albuquerque que a nobreza estava ociosa desde as pazes com Castela e ansiava por oportunidades para retomar o exercício das armas. Visão muito diferente tinha António Sérgio, primeiro defensor da tese que sublinhou a importância dos interesses e papel da burguesia, em particular do núcleo próximo de D. João I, no projeto de conquistar Ceuta (publicou *Ensaios* entre 1920 e 1958). Foi pioneiro ao rever a interpretação tradicional do movimento da Expansão, intento declarado no sugestivo título de um desses ensaios: *A Conquista de Ceuta (Ensaio de Interpretação Não-romântica do Texto de Azurara)*. Jaime Cortesão e David Lopes focaram-se na localização estratégica da cidade para defesa do corso e pirataria muçulmanos, porque as costas do Algarve eram zonas atingidas por eles. Vitorino Magalhães Godinho, autor de *A Expansão Quatrocentista* (1945), reeditada recentemente com o mesmo título, foi responsável pela publicação de documentos relativos a este tema, numa compilação em três volumes designada *Documentos Sobre*

[1] Tese bastante desactualizada mas que, penso, não é inteiramente errada. Não é o meu objectivo explorar esta questão; contudo algumas interrogações foram surgindo na elaboração deste trabalho. O conflito entre os dois credos não estaria esquecido, pelo menos para o papado e para os monarcas, príncipes e principais senhores na Europa, particularmente os peninsulares, uma vez que tinham por "vizinhos" o reino muçulmano de Granada. Acrescente-se ainda a renovação de um espírito cruzadístico, de que são prova, por exemplo, as continuadas emissões de "bulas de cruzada" e a manutenção do bispado de Marrocos desde o século XIII (ver Visconde de Paiva Manso, Africa Septentrional, tomo I de Historia Ecclesiastica Ultramarina (Lisboa: Imprensa Nacional, 1872), 84-89). António Dias Farinha declara, inclusivamente, que a nomeação do confessor da rainha D. Filipa para bispo de Marrocos em 1413 é um sinal claro da intenção, por parte dos monarcas portugueses, de garantir um domínio sobre esse território (António Dias Farinha, Os Portugueses em Marrocos (Lisboa: Instituto Camões, 1999), 4-5 e 53). A partir do século XV estava presente a ameaça crescente do imperialismo turco (A. H. de Oliveira Marques, Portugal na crise dos séculos XIV e XV,Lisboa: Editorial Presença, 1986, 543).

a Expansão Portuguesa (1943, 1945, 1956).[2] Este autor foi talvez o primeiro a enveredar por uma análise que englobasse várias dimensões: económica, social e política. Sem dúvida um marco na historiografia portuguesa, quer pelas inovadoras propostas, quer pela metodologia de investigação, Godinho traçou novos rumos para a forma de se pensar e escrever História. Godinho fez essencialmente uma história económica da Expansão; o plano social afigura-se secundarizado ou subordinado aos problemas económicos. Obras mais recentes vieram lançar novas leituras deste momento da História de Portugal. São exemplo disso *De Ceuta a Timor* (1994) da autoria de Luís Filipe Reis Thomaz; a *História da Expansão Portuguesa* (1998) organizada por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri; a *Nova História da Expansão Portuguesa* (1998) dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques; e *Os Portugueses em Marrocos* (2002) escrita por António Dias Farinha. Considere-se também a *Nova História Militar* (2003), com direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, em particular o capítulo dedicado à guerra no Norte de África, da autoria de Luís Miguel Duarte. Estas produções, naturalmente partindo de todos aqueles que antes refletiram sobre a temática, pesaram melhor todos os fatores, condições e contextos da Expansão Portuguesa. Isso saldou-se em novas perspetivas – creio que mais equilibradas e completas – sobre o assunto. Farei de seguida algumas considerações sobre o segundo campo historiográfico que deve ser analisado, inserido na história social: a nobreza. Interessa para este trabalho o século XV; ora, a aristocracia deste século parece estar esquecida na historiografia portuguesa. Para os séculos anteriores (XI-XIV) vários autores deram excelentes contributos para o conhecimento deste grupo social: José Mattoso, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Leontina Ventura, Bernardo Vasconcelos e Sousa, entre outros. Já para o século de Quatrocentos verifica-se um cenário muito pobre. Não procuro compreender as razões desta lacuna, mas salientar as dificuldades que isso causou para o meu trabalho. Apesar de um volume de bibliografia muitíssimo mais limitado, algumas obras vão contribuindo para preencher o vazio historiográfico. Destaco os títulos que, tanto quanto possível, conjugam nobreza e expansão ou me serviram de apoio bibliográfico.

Mais de oitenta anos depois, *Os Brasões da Sala de Sintra* (1921-1930) de Anselmo Braamcamp Freire permanecem um ótimo instrumento de trabalho. *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)* de Mafalda Soares da Cunha,

[2] Embora a revisão bibliográfica seja o objetivo principal neste ponto, creio ser importante deixar uma nota relativa à publicação de fontes. Sem a componente documental, o avanço do conhecimento histórico é gravemente limitado. Daí o valor da publicação de todo o tipo de fontes.

publicado em 1990; *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, da autoria de João Silva de Sousa (1991); *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, de Luís Filipe Oliveira, saído em 1999; uma série de pequenos estudos publicados no volume *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa no ano de 2000, ajudam a ir compondo o panorama da investigação nesta área.

No âmbito de dissertações académicas, saliento *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV: 1415-1464*, de Abel dos Santos Cruz (1995), *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, publicada como monografia no ano de 2004, e *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder*, de António Maria F. Pestana de Vasconcelos (2008).

Em síntese, destaco a aridez na produção historiográfica que reflita sobre o papel da aristocracia no projeto expansionista no Norte de África, ainda mais sobre o seu ideário, motivações e perspetivas. Quase todas as obras de síntese concentram-se no plano régio e tecem poucas ou nenhumas considerações sobre as posições tomadas, comportamentos e linhas de força do conjunto da nobreza na fase inicial da Expansão.

1.2. Questões Metodológicas

Resta indicar as fontes e metodologia utilizadas, os problemas que surgiram e as possíveis soluções encontradas no desenvolvimento deste trabalho.

Começo pelo levantamento de fontes. Para estudar o tema proposto existem diferentes tipologias: crónicas, livros de linhagens e nobiliários e documentação de Chancelaria. No caso das primeiras, dentro da cronologia pensada inicialmente (todo o século XV), incluíam-se as crónicas *da Tomada de Ceuta por el-Rei Dom Joham I*, *do Conde Dom Pedro de Meneses*, *do Conde Dom Duarte de Meneses*, todas de Gomes Eanes de Zurara, a *Crónica d'el Rei Dom João I*, de Fernão Lopes, as *Crónica d'el rei Dom Duarte* e *d'el rei Dom Afonso V*, redigidas por Rui de Pina. Dado o tempo limitado para este trabalho, optei por analisar apenas as duas primeiras, redefinindo desse modo as balizas cronológicas entre 1415 e 1437. Quanto a livros de linhagens, socorri-me ocasionalmente do *Livro de Linhagens do Século XVI* e do *Livro de Linhagens de Portugal*, redigido por Damião de Góis. O ideal seria consultar os *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, organizados por Pedro de Azevedo, os *Monumenta Henricina*, e o volume pertinente das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, da responsabilidade de António Caetano de

Sousa. Contudo, não foi possível explorar exaustivamente todas estas fontes, pelo que tive apenas acesso indireto a alguma documentação através da bibliografia selecionada.

Mencionadas as fontes utilizadas, é tempo de abordar os problemas de análise que encerra a cronística. Em primeiro lugar, é acima de tudo uma narrativa. É o relato pessoal feito por alguém que, nos casos que aqui interessam, não esteve presente nos acontecimentos que narra. As crónicas sobre a tomada da cidade de Ceuta e dos feitos realizados na mesma durante a capitania de D. Pedro de Meneses foram redigidas, respetivamente, em 1450 e 1463. Isto significa que alguns – senão muitos – dos intervenientes nesses episódios já não viviam. Muitos testemunhos dados ao cronista vieram de parentes, amigos e companheiros daqueles que participaram nesses feitos.

O problema que se levanta a quem pretende conhecer uma realidade histórica através da cronística é sempre o mesmo: o que é ficcionado, exagerado, omitido ou atenuado. Ambas as crónicas foram encomendadas pelo rei D. Afonso V, *o Africano*; quanto da ideologia do reinado afonsino estará plasmada no texto? Até que ponto uma narrativa construída na segunda metade do século XV reflete mais o ideário do público ao qual se destina do que aquele que procura retratar? Nunca deve ser negligenciada a intencionalidade e parcialidade destes relatos. Na *Crónica da Tomada de Ceuta* o testemunho do infante D. Henrique está bem patente na desproporção de referências que lhe são feitas, ou a gente da sua companhia.[3] A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* tem a dimensão de homenagem ao homem que, de forma exemplar, serviu e defendeu os objetivos da Coroa portuguesa em Ceuta. Por isso, a mando de D. Afonso V e a pedido da filha do capitão, D. Leonor de Meneses, elaborou-se uma crónica que perpetuasse e louvasse a memória do conde de Vila Real. Ainda em relação às dificuldades apresentadas pelo recurso a crónicas, as incoerências nos nomes das personagens, as datas e as relações de parentesco são fatores a ter em conta. Não são uma fonte muito fiável no que toca a este tipo de dados; nem tão pouco no conhecimento exato ou verdadeiro dos acontecimentos. Não obstante, é precioso o seu valor histórico. Procurei manter-me alerta para o perigo destes "discursos ficcionados". São-no, claro, mas ainda assim transmitem – talvez melhor do que qualquer outro tipo de fonte –

[3] As constantes referências ao infante na crónica não seriam, certamente, por mera disponibilidade de D. Henrique em dar o seu testemunho. Não será de negligenciar o facto de Gomes Eanes de Zurara ter possuído comendas da Ordem de Cristo – da qual o infante era Grão-Mestre –, além de ter recebido d'*O Navegador*, por doação, bens da Ordem em Leiria no ano de 1455. Ver Saul António Gomes, *D. Afonso V: o Africano* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 148.

representações mentais de grupos e de indivíduos da época, os seus horizontes, ambições e, enfim, aquilo que eram os homens (e também mulheres) de Quatrocentos.

Passo para o tratamento da informação levantada da fonte. Fui percebendo a ambiguidade de determinados conceitos, o que desde logo levantou um problema: de todos os indivíduos referidos, quem era nobre? Vários qualificativos são apresentados nas crónicas, como "nobre Fidalgo", "homem de boa linhagem", cavaleiro, escudeiro, vassalo, criado ou "almogávar". Se os dois primeiros não levantaram muitas dúvidas, os restantes deixaram incertezas. Para séculos anteriores a arrumação hierárquica dos cavaleiros e escudeiros está relativamente bem estudada e conhecida; para o século XV é difícil perceber a sua posição no conjunto da sociedade. Armindo de Sousa afirmou que os cavaleiros do século XV são, sob diferentes aspetos, muito diferentes dos da centúria anterior. A guerra em Marrocos, o desempenho de funções e cargos administrativos ao serviço da Coroa, e, progressivamente ao longo de Quatrocentos, a participação no comércio marítimo, aumentaram substancialmente o número de cavaleiros, "aviltando" desse modo a categoria. Nesta cronologia os escudeiros assumem-se como um grupo específico e que não se confunde com os restantes. Quer Armindo de Sousa, quer A. H. de Oliveira Marques salientam que este designativo pode não indicar pertença à classe nobre, embora haja espaço para a nobilitação.[4] O vassalo "é expressão muito ambígua. Designa fidalgos de qualquer categoria e também gente do povo, mesteirais inclusive, os ubíquos "vassalos d'el-rei" [...]. O processo degradativo é fenómeno do século XV".[5]

Todas estas "áreas cinzentas" se acentuam no caso dos "almogávares". Não foi fácil encontrar respostas; em alguns casos foi mesmo impossível. Os dados fornecidos por Anselmo Braamcamp Freire estavam à partida limitados a linhagens, e apenas a algumas. João Silva de Sousa foca-se somente nos membros da casa do infante D. Henrique. Centenas de homens, mas, ainda assim, uma parte e não o todo. No que toca a Abel dos Santos Cruz, cuja dissertação se concentra na *nobreza* em Marrocos, ficaram algumas reservas relativamente à metodologia seguida e à definição de critérios para distinguir nobres de não-nobres. Incluiu nas suas listas indivíduos que na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* são identificados como almogávares, escudeiros e

[4] Armindo de Sousa, "A Socialidade (Estruturas, Grupos e Motivações)", José Mattoso (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), II, 375. Marques, *Portugal*, 248-249.
[5] Sousa, "A Socialidade", 373.

vassalos (sendo já atrás evidenciada a ambiguidade destes conceitos),[6] não apresentando para alguns qualquer documento que sustente ou sugira que são, de facto, nobres. Além disso não reflete acerca das prováveis distinções hierárquicas e, acima de tudo, de comportamentos, objetivos e horizontes dentro deste grupo social.

Nuno Silva Campos investigou numa cronologia que coincide com a nossa e, embora não se concentrando no conjunto da nobreza como fez Abel dos Santos Cruz, estabeleceu critérios que parecem mais claros, ainda que não estanques. Considera como "elite" os "nobres homens", "fidalgos de valor" e os do conselho de notáveis. A baixa nobreza é composta por cavaleiros, homens de armas e escudeiros. Os "almogávares" são os escutas e batedores: "rápidos e levemente armados, parece que compreendiam sobretudo "populares", mas também soldados experimentados, e por vezes escudeiros".[7]

Para concluir esta introdução, resta-me explicar como construí a base de dados. Consideradas todas as reticências em relação à condição social de alguns indivíduos, optei por fazer um registo por excesso, esperando encontrar respostas na leitura de bibliografia. Incluí todos os nomes que surgiram nas crónicas, excetuando aqueles que eram claramente estrangeiros ou "populares". Só alguns campos foram pré-estabelecidos, acrescentando outros sempre que a informação parecia relevante. Contam-se, então, os seguintes campos: nome, alcunha, referência, filiação, matrimónio, parentescos, descendência, presença em Ceuta[8], cargo/função, titulação, criados, observações e citações.

2. Ceuta: Quem Foi e Quem Ficou

No dia 25 de julho do ano de 1415 saiu da baía do Tejo a armada do rei de Portugal, D. João I, composta por 63 naus, 59 galés, 120 fustas e embarcações menores.[9] A bordo iam infantes, fidalgos, ricos-homens, capitães, besteiros, enfim, dezenas de milhares de guerreiros. O destino era, para a esmagadora maioria, desconhecido; assim o conta a *Crónica da Tomada de Ceuta*. Os navios aportaram em

[6] É o caso de Afonso Bugalho, Álvaro Guisado, Álvaro Mendes de Beja, Álvaro Vaz Tisnado, João das Águias, entre outros. Quando aponta para documentos de Chancelaria, são muitas vezes pagamentos de soldo, isenções de serviço militar por já terem estado nas praças marroquinas ao serviço do rei, perdões régios, ou seja, disposições que podem visar qualquer estrato social.
[7] Nuno Silva Campos, D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437) (Lisboa: Colibri, 2004), 65.
[8] Este campo serve para indicar, na medida do possível, em que anos foram para a praça, se temporária (em momentos de socorro) ou prolongadamente.
[9] Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV: 1415-1464* (Porto: Edição de Autor, 1995), 35.

Lagos, passaram por Faro até chegar a Algeciras, daí rumando para o local desejado, Cepta, ancorando num porto próximo dessa cidade a 20 de agosto, depois de incontáveis peripécias. No dia seguinte, a cidade foi conquistada e, de marroquina passou a portuguesa, de muçulmana tornou-se cristã.

Quem acompanhou o monarca nesta grande expedição militar? A lista é extensa e, como referi na introdução, o cruzamento dos dados retirados das crónicas com os da bibliografia nem sempre permitiu perceber quem desse rol de guerreiros pertencia à nobreza, nem tão pouco a que "patamar" dentro deste grupo social. Não obstante, a tarefa é mais fácil para identificar aqueles que foram do que para aqueles que ficaram. Assim,

> dos fidalgos e nobres iam Castros, Noronhas, Freires, Mouras, Silvas, Cunhas, Sousas, Távoras, Nogueiras, Pereiras, Sás, Figueiredos, Silveiras, Santaréns, Barretos, Cerveiras, Abreus, Coutinhos, Lemos, Brites, Cabrais, Ocens, Almeidas, Albergarias, Mascarenhas, Alenqueres, Azevedos, Vasconcelos, Monises, Araújos, Fogaças, Carvalhais, Sequeiras, Arcos, Refóios, Almadas, Ataídes, Malafaias, Tabordas, Curutelos, Peixotos, Lobatos, Barbudas, Ribuins, Lobos, Cernaches, Ferreiras e outros.[10]

Constata-se a presença de praticamente toda a nobreza fixada no reino;[11] antigas e novas linhagens, famílias poderosas e outras obscuras, grandes terra-tenentes e pequenos funcionários da administração régia. Parece proporcional o número de nobres que acompanharam o rei em relação à dimensão da armada. Além disso, estes estariam naturalmente propensos, pela natureza intrínseca da sua condição social, a acompanhar o monarca num projeto militar.[12]

Conquistada a cidade, fez-se a pergunta: o que fazer dela? D. João I reuniu o seu conselho e iniciou-se o debate, dividindo os homens. Por um lado, havia a fação favorável a destruir e abandonar a praça. Esta alegava que os encargos da manutenção ficariam à responsabilidade da Coroa, o número de gente necessária para aí ficar era elevado e fazia falta no reino, e as ações de socorro seriam difíceis dada a distância entre Ceuta e Portugal. Apontava ainda que não existia certeza de aí se retirar provento

[10] Anselmo Braamcamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), III, 201.
[11] Seria interessante descobrir as ausências, sendo os Limas um exemplo disso. Não há qualquer referência a um membro desta família nas duas crónicas analisadas. Para saber quem faltou era preciso conhecer o conjunto da nobreza presente em Portugal no início do século XV. Não tivemos essa possibilidade.
[12] Mais uma vez devo referir o espírito neo-cruzadístico de Quatrocentos, o revivalismo cavaleiresco que se acentua cada vez mais ao longo do século XV. Ver Gomes, *D. Afonso V*, 177-179.

material.[13] A estes argumentos responderam aqueles que se inclinavam para a continuidade da presença de portugueses na praça africana. Disseram ao rei que devia fazê-lo porque era serviço de Deus e constituiria "muy grande fama de [sua] honra". A questão material – o proveito – era secundária relativamente à honra.[14] Além disso, a destruição da cidade parecia "aos gerais mais obra de roubo, que auto de Cavallaria".[15] O duelo de palavras transmite a fratura nas opiniões, ambições e prioridades dentro do conselho régio e, creio, da nobreza. Avaliando pelas frases atribuídas aos dois grupos – infelizmente não especificando indivíduos – "honra e proveito" não são indissociáveis.

D. João I decidiu que Ceuta era para manter e não para destruir. Era serviço de Deus "fazer guerra aos Mouros" africanos e impedir o auxílio destes ao reino de Granada; Marrocos abria espaço à nobreza para o exercício das armas; o rei pensava poder criar aí um "couto de homiziados" de Portugal;[16] e não menos importante era assegurar que se mantinha viva a memória desse momento glorioso do fundador da nova dinastia.[17] Feita a opção, outra se exigia: quem ficava? Para o cargo de fronteiro e capitão de Ceuta o conselho propôs em primeiro lugar D. Nuno Álvares Pereira, o condestável do reino. Pediu para ser escusado porque "a natureza [...] tem jaa trazido a tanta fraqueza, que por nenhum modo poderia soportar semelhante trabalho; [...] e quem quer que a [cidade] ha de ter, nom lhe compre dormir seu sono chêo".[18] A segunda nomeação recaiu sobre Gonçalo Vaz Coutinho, marechal do reino, que também recusou porque a idade e "outras cousas" o impediam de desempenhar semelhante tarefa. O rei apontou pessoalmente Martim Afonso de Melo, o seu guarda-mor. Este consultou os homens da sua companhia, em particular um João Gomes Orvalho e um Álvaro Vaz Tisnado, que o aconselharam a não aceitar o cargo. O escolhido de D. João I desculpou-

[13] "Senhor [...] Vossa merce deve bem consirar a força de Vossos Reynos, e o que elles podem soportar, e nom lhes dardes moor carrega daquella, que a elles fôr possivel de consentir [...]: certo he, que o reter desta Cidade ao seu derradeiro fim, não he outra cousa, se não fama, e nome, ca de proveito, que se á Coroa Real possa seguir, nom se póde pelo presente conhecer" (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* (Porto: [s.n.], 1988), 20-21).

[14] "Nom he duvida [...] que o conselho destes Senhores nom pareça razoado aaquelles, que antepoem as cousas proveitozas ás honrozas, o que Deos nom quizesse, que se tal dezejo e vontade allojasse nas Cazas dos Principes, e Senhores" (Zurara, *Crónica do Conde*, 23).

[15] Zurara, *Crónica do Conde*, 20.

[16] A título de curiosidade veja-se a argumentação em relação a este ponto: "e quanto he á outra gente mais miuda melhor he, que os que vós mandais pera Castella com degredos, venham aqui servir, e estar, que nos Regnos alhêos, onde se desnaturam da terra, e que taes hy ha, e andam os mais, que nunca a ella tornam" (Zurara, *Crónica do Conde*, 25). Para o monarca esta seria – e, de resto, veio a ser décadas depois – uma forma eficaz de abastecer as praças marroquinas de gente que as guardasse, defendesse e povoasse. Era útil e proveitoso para a Coroa redirecionar essa "gente mais miuda" – e também os nobres? – de Castela para Ceuta. Fica a dúvida se, para eles, essa alteração resultava positiva.

[17] Zurara, *Crónica do Conde*, 25-28.

[18] Zurara, *Crónica do Conde*, 26.

se afirmando que “nunca pôde fazer com os seus, que quizessem com elle ficar; caa eram os mais delles cazados, e homens de sua criaçom taes, que com afeição que lhes tinha, socegou em aquelle cazo”.[19] Surge então o quarto candidato, aquele que ficaria no posto até à morte: D. Pedro de Meneses. Refere a crónica que foi uma auto-proposta, apoiada pela intervenção do seu primo, D. Lopo Dias de Sousa,[20] mestre da Ordem de Cristo, e D. Álvaro Gonçalves Camelo, prior da Ordem do Hospital, junto do infante D. Duarte, que o sugeriu ao seu pai.[21] A proposta foi aceite e D. João I terá prestado o devido reconhecimento ao seu fronteiro, dizendo-lhe: “nom pensees, que nom conheço com quanto trabalho assy do espirito, como do corpo se isto ha de comprir, e de manter”. Isto porque sendo “ElRey Dom Johão homem de grande entendimento [...] conhecia bem, que aquella gente, que alli ficava avia grande duvida em sua ficada”.[22]

Entregue a capitania, podia finalmente o rei regressar a Portugal. Deixou para trás uma guarnição de guerreiros para assegurar a defesa da cidade: muitos contrafeitos, alguns aventureiros e, talvez a minoria, os “nobres [que] pretende[m] ficar na guarnição da cidade, acompanhados por dependentes seus, para “acrescentarem em suas honras””.[23] Retornado D. João I a Portugal, estando em Tavira, foi chegado o momento de distribuir mercês como recompensa pelo serviço em Ceuta.[24] Os infantes D. Pedro e D. Henrique receberam, respetivamente, os ducados de Coimbra e de Viseu. D. Afonso, também filho de D. João I... – não o menciona a crónica. Só se tornou o primeiro duque de Bragança em 1442, já na regência do meio-irmão.[25] Mas regressemos a Ceuta.

Em primeiro lugar, é de sublinhar que “não são iguais para todos os motivos que levam as gentes a ficar em Ceuta. Temos logo de distinguir os que permanecem por

---

[19] Mencionados os dois homens na *Crónica da Tomada de Ceuta*, respetivamente, como João Gomes Arnalho e João Jusarte. Pela sua responsabilidade na decisão de Martim Afonso de Melo, D. João I quis que ficassem em Ceuta (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. Joham I* (Lisboa: Academia das Sciências, 1915), 262. Zurara, *Crónica do Conde*, 27).

[20] Aparece na crónica como sendo tio (Zurara, *Crónica do Conde*, 27), mas é na verdade primo em segundo grau. Ver esquema genealógico 4 em Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990).

[21] Nuno Silva Campos destaca que D. Pedro não se socorreu primeiro do seu vínculo institucional ao infante, de quem era alferes, mas do laço familiar que o unia a D. Lopo Dias de Sousa. Este era filho de D. Maria Teles que, por sua vez, era prima direita do pai de D. Pedro, D. João Afonso Telo, conde de Viana do Alentejo (Freire, *Os Brasões*, III, 121-122). Em relação a D. Álvaro Gonçalves Camelo aponta o denominador comum do exílio em Castela (1399-1403), o que poderia ter funcionado como fator de solidariedade no apoio à nomeação de D. Pedro (Campos, *D. Pedro*, 50).

[22] Zurara, *Crónica do Conde*, 32-33.

[23] Campos, *D. Pedro,* 58.

[24] Zurara, *Crónica da Tomada,* 268.

[25] Talvez por isso Oliveira Martins tenha escrito, muito em tom anedótico: “Foi talvez o conde de Barcelos a única pessoa que não voltou feliz de Ceuta” (Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Ulisseia, 1998), 70).

vontade própria dos que ficam por ordem dos seus senhores".[26] Tomaram-se as diligências para prover ao mantimento e defesa da praça e a guarnição militar destacada ficou composta por cerca de 2500 a 2700 indivíduos. Da Casa do Rei ficaram 300 escudeiros sob o comando de Lopo Vaz de Castelo-Branco, monteiro-mor; do infante D. Duarte permaneceram mais 300 escudeiros sob a liderança do seu alferes, que era o próprio capitão de Ceuta; da parte do infante D. Henrique outros 300 escudeiros comandados por João Pereira, "o Agostinho", a quem foi também incumbida a guarda de Santa Maria de África; 250 escudeiros da Casa do infante D. Pedro, que nomeou Gonçalo Nunes Barreto para capitão, e a quem foi entregue a torre de Fez, no muro da cidade; os escudeiros de Évora e Beja ficaram à responsabilidade de Álvaro Mendes Cerveira, que era também guarda da Torre de Madraba. Por fim, os 600 besteiros do conto e os "arnesados" de Lisboa eram encargo, respetivamente, de Álvaro Eanes "Cernache" Vieira, o anadel-mor dos besteiros de cavalo, e que guardava a Couraça e a Taracena, e de Fernão Barreto.[27] Antes de apontar outros indivíduos mencionados na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, deixo só alguns dados que foi possível recolher sobre estes que acabei de listar.

Lopo Vaz de Castelo-Branco era filho de Martim Vasques, alcaide da Covilhã.[28] Sucedeu-lhe na alcaidaria e foi casado com Catarina Pessanha, de quem teve dois filhos varões, e que permaneceram com ele em Ceuta: Nuno Vaz, o primogénito, e Gonçalo

[26] Campos, *D. Pedro,* 57. Clamaram vozes desesperadas: "nós outros, que aqui ficamos somos feitos como desterrados, a que os merecimentos dos maleficios trouverão causa de morte corporal [...] ou sômos dados como por sacrificio nas mãos destes infieis [...] e por certo que o nosso Rey nom será pouco obrigadode dar conta de nós ante a presença daquelle Senhor de cuja mão recebeo o Real poderio, onde lhe será caramente demandado nosso sangue, e por ventura nossos pecados; pois por elle soomente acrecentar em sy mais honra, nos leixa em tanto desamparo" (Zurara, *Crónica do Conde*, 38-39). Terá sido necessário o discurso do primeiro capitão de Ceuta para acalmar a revolta dos angustiados: "Ó Companha pusilanima de corações mulharigos, e afeminados, dizei-me, porque chorades? [...] nós nom soomente lhes defenderemos a Cidade, mas ainda lhes tomaremos toda a outra terra, que injustamente possuem, em que os Christãos jaa teverão Senhorio [...] e que a vossa honra será pera sempre muito maior, que de quantos aqui vierom, nem ao diante viráõ" (Zurara, *Crónica do Conde*, 42-43).

[27] Zurara, *Crónica do Conde*, 29-31. Campos, *D. Pedro*, 55-56.

[28] António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008), I, 291. A bibliografia lançou, de resto, muita confusão acerca deste homem. Anselmo B. Freire apontou-o como filho de Gonçalo Vaz de Castelo-Branco, «senhor da honra do Sobrado e direitos reais de Paiva» em 1386, e irmão de Nuno Vaz de Castelo-Branco. Além deste seria também irmão de Paio Rodrigues, Pêro Vaz, Gil Vaz, Diogo Soares e João Soares com quem teria estado na conquista de Ceuta (Freire, *Os Brasões*, III, 218). Humberto Baquero Moreno afirmou que era alcaide de Moura, não fazendo referência à Covilhã (Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979-1980), II, 754). Abel dos Santos Cruz também indicou a alcaidaria de Moura e não da Covilhã (Cruz, *Nobreza*, 52). Segundo o esquema genealógico proposto por António Pestana de Vasconcelos, o primeiro Lopo Vaz associado ao mesmo tempo ao cargo de monteiro-mor (1469) e alcaide de Moura é neto deste Lopo Vaz, alcaide da Covilhã, presente em Ceuta. Dos supostos irmãos Paio Rodrigues, João e Diogo Soares não encontrei confirmação de parentesco. O facto de surgirem com diferentes patronímicos sugere que sejam meios-irmãos.

Vaz. O primeiro sucedeu-lhe na montaria, desempenhou o cargo de almirante, e foi também alcaide, já não da Covilhã, mas de Moura. O secundogénito foi conselheiro, chanceler e escrivão da puridade de D. Afonso V, almotacé-mor e vedor da Fazenda e primeiro Governador da Casa do Cível. Escreveu António M. F. Pestana de Vasconcelos que desde os inícios do século XIV esta linhagem "vinha gradualmente aumentando a sua influência e o seu poder junto da corte [e] acabou por ascender, já nos inícios do século XVI, à categoria hierárquica que denominamos de alta nobreza de corte".[29] Foi graças a esse "salto" dado pelo filho do Gonçalo Vaz atrás mencionado, que Martim Vaz viu ser-lhe atribuído o condado de Vila Nova de Portimão.[30] Ocuparam então os descendentes de Lopo Vaz de Castelo-Branco funções militares, como o próprio, e administrativas, o que lhes terá granjeado o reconhecimento dos monarcas portugueses.

João Pereira, "um dos doze de Inglaterra", era o segundo filho varão de Gil Vaz da Cunha e de D. Isabel Pereira, irmã de D. Nuno Álvares Pereira; significa, portanto, que este João era sobrinho do condestável.[31] Diz na *Crónica da Tomada de Ceuta* que andara a servir o rei inglês em terras francesas antes de 1415.[32] João Silva de Sousa assinala-o como sendo escudeiro e criado da Casa do infante D. Henrique, mas em 1460 é elevado a cavaleiro.[33]

Da linhagem de Gonçalo Nunes Barreto diz António M. F. Pestana de Vasconcelos o seguinte: "podemos situar hierarquicamente entre a média nobreza de corte, representando o Algarve a sua área de influência. Surge ligada a cargos de natureza administrativa, [...] a cargos de natureza militar". Herdou, pelo casamento com Isabel Pereira – filha do comendador-mor da Ordem de Santiago, Diogo Pereira –, a comendadoria de Castro Verde e de Santiago.[34] A cronística atribuiu-lhe um filho de nome Fernão que foi morto em Ceuta; talvez seja Fernão Pereira Barreto, que casou com Catarina de Sequeira.[35] Depois do regresso de Ceuta, Gonçalo Nunes tornou-se conselheiro de D. João I. Foi alcaide-mor de Faro no reinado de D. Duarte e na regência de D. Pedro. Com certeza o laço institucional ao infante permitiu-lhe a nomeação como

[29] Vasconcelos, *Nobreza*, I, 293.
[30] Vasconcelos, *Nobreza*, I, 291.
[31] Freire, *Os Brasões*, I, 169-170. Vasconcelos, *Nobreza*, I, 347.
[32] Zurara, *Crónica da Tomada,* 263-264.
[33] João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique* (Lisboa: Livros Horizonte, 1991), 437.
[34] Vasconcelos, *Nobreza*, I, 275-278.
[35] Zurara, *Crónica do Conde*, 182-183. Vasconcelos, *Nobreza*, I, 275. No entanto, não encontrei dados suficientes para confirmar se se tratava do mesmo filho, nem sequer se era realmente filho de Gonçalo Nunes.

fronteiro do Algarve durante a regência do mesmo. Continuou a sê-lo mesmo depois da batalha de Alfarrobeira porque aí tomou o partido de D. Afonso V.[36]

O capitão dos escudeiros de Évora e Beja, Álvaro Mendes Cerveira, ficou acompanhado de um suposto irmão, Mendo Afonso,[37] juntando-se-lhes depois um outro irmão, Rui Mendes Cerveira. De Álvaro Mendes não foi possível descobrir muito mais. De Rui Mendes sabe-se que "logo no começo de sua mancebia se passára em Ingraterra [...] se acertou de ser na batalha d'Ajancurta". Foi depois de saber do episódio da conquista de Ceuta que foi servir nessa praça africana.[38] Ocupou a aposentadoria-mor nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V e, em 1438, a alcaidaria do castelo de Arronches. Casou com D. Isabel, filha do escrivão da puridade de D. João I, Gonçalo Lourenço de Gomide; morreu em 1449, combatendo pelo rei em Alfarrobeira.[39] Sobre Álvaro Eanes "Cernache" Vieira foi possível averiguar que era senhor da colheita anual de Coja, do casal de Andoinha e da lutuosa dos besteiros do reino.[40]

Fernão Barreto, o que comandava os "arnesados" de Lisboa, era da casa do infante D. Pedro e Abel dos Santos Cruz apresentou-o como cavaleiro-fidalgo.[41] Não possuo dados para confirmar se é o mesmo Fernão, também da casa do infante, que permaneceu ao serviço da Coroa portuguesa em Ceuta durante vinte e seis anos.[42]

Acerca de D. Pedro de Meneses falarei no capítulo seguinte, dada a sua situação excecional.

Fiz estas referências aos homens designados para os principais cargos militares para tentar perceber qual era a sua posição no conjunto da nobreza portuguesa dos inícios de Quatrocentos. À exceção de D. Pedro, creio que os restantes podem encaixar-se na média nobreza de corte, ou pequenos terra-tenentes sem uma base de poder e influência muito forte. São, portanto, indivíduos que pela via do serviço militar procurariam ascensão social e melhorar a sua condição material.

Além daquelas famílias e indivíduos já mencionados (Barreto e Castelo-Branco), verifica-se a permanência de vários Azevedo.[43] Esta linhagem, segundo António M. F.

---

[36] Moreno, *A Batalha*, II, 733-735.
[37] Humberto B. Moreno afirmou que era pai e não irmão de Álvaro e Rui Mendes. Parece lógico que assim seja; utilizavam o patronímico Mendes, isto é, filhos de Mendo (Moreno, *A Batalha*, II, 770).
[38] Zurara, *Crónica do Conde*, 116.
[39] Moreno, *A Batalha*, II, 770-771.
[40] Cruz, *Nobreza*, 37 e 69.
[41] Cruz, *Nobreza*, 75.
[42] Moreno, *A Batalha*, II, 266. Foi também corregedor da comarca do Algarve.
[43] Os dois irmãos Lopo Dias de Azevedo e Martim de Crasto, ambos filhos de Diogo Gonçalves de Crasto e de Aldonça Anes Coelho, permaneceram em Ceuta. O mais velho, Lopo, era "fidalgo dos reis D. Fernando e D. João I, senhor de Aguiar de Pena, S. João de Rei e doutras terras" (Moreno, *A Batalha*, II, 729). Em Ceuta permaneceu na companhia (ainda antes do cerco), além do irmão, dos três filhos que teve com Joana

P. de Vasconcelos, representa a "média nobreza de corte [...] ligada ao exercício de cargos de natureza militar".[44] Destaca-se também Pêro Gonçalves "Malafaia", vedor da Fazenda de D. João I.[45] Ou seja, em traços gerais, parecem ser linhagens secundárias ou filhos segundos e membros "marginais" dos troncos principais das famílias mais importantes que têm interesse – ou necessidade – em ficar na cidade de Ceuta. Há exceções, claro, como é o caso de Estêvão Soares de Melo, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Mécia Vaz de Resende.[46] Este Martim Afonso foi 5.º senhor de Melo, senhor de Linhares, Seia, Gouveia, Celorico e Penamacor, e aquele que "teve a triste glória de ser "o primeiro que se veo pera elRey de Castella"", segundo as palavras de A. B. Freire. Apesar da sua ascendência, esteve presente na conquista de Ceuta em 1415 e lá permaneceu a defendê-la. Dos Silvas ficou Rui Gomes, que era filho de Aires Gomes, o Velho, e neto de Martim Gomes da Silva, o Moço, senhor de Ourém, alcaide de Santarém nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV.[47] Deste Rui Gomes, devido ao casamento com uma filha de D. Pedro de Meneses, falarei no capítulo seguinte.

Nuno Silva Campos sublinhou que há duas fases muito distintas no período inicial da presença portuguesa em Ceuta. Parece-me importante acrescentar nesta distinção a assiduidade de certos indivíduos e linhagens. Até ao grande cerco de 1418 desaparecem as referências a membros das linhagens Castro, Cunha,[48] Coutinho,

Gomes da Silva: Martim, Fernão e João. Ao segundo, que foi Comendador-mor da Ordem de Cristo, é feita apenas uma referência na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. O último, João, foi senhor de S. João de Rei. Atribuiu-lhe Gomes E. de Zurara outro filho, Pêro Lopes, que morreu num ataque à aldeia do "Albegal" (Zurara, *Crónica do Conde*, 111-114). Não consta este filho no esquema genealógico de A. M. F. P. de Vasconcelos (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 265). Sobre Martim de Crasto escreveu A. B. Freire: "cavaleiro da casa do conde de Barcelos D. Afonso, o futuro 1º duque de Bragança, serviu denodadamente em Ceuta desde o ano de 1416, e no de 1419 ajudou a defender a praça do apertado cêrco pôsto pelos Moiros. [...] Os filhos e netos de Martim de Crasto continuaram a servir a casa de Bragança, que durante umas poucas de gerações manteve os primogénitos na alcaidaria mor" de Melgaço (Freire, *Os Brasões*, I, 70).

[44] Vasconcelos, *Nobreza*, I, 267.

[45] Freire, *Os Brasões*, II, 353. Moreno, *A Batalha*, II, 716.

[46] A. B. Freire aponta D. Inês de Brito e não D. Mécia Vaz como sendo sua mãe. Freire, *Os Brasões*, I, 409-410. Vasconcelos, *Nobreza*, I, 431.

[47] Vasconcelos, *Nobreza*, I, 523.

[48] São mencionados três homens com apelido Cunha: Luís Vaz e Lopo Vaz (irmãos), e Luís Álvares (Zurara, *Crónica do Conde*, 30). Creio que não têm ligação aos Cunhas a que me quero referir, quer ao ramo dos senhores de Tábua, quer ao dos senhores de Pombeiro. Abel dos Santos Cruz indicou que Lopo Vaz foi senhor da Ponte de Almeara e Maia, Luís Vaz apenas que era cavaleiro, e Luís Álvares mestre-escola, senhor de Baião, Lage, S. Salvador e quinta dos Calvos (Cruz, *Nobreza*, 87-88).

Mascarenhas,[49] Noronha, Pereira,[50] Sousa.[51] Todas tiveram um ou vários membros na conquista em 1415. Depois, parece que regressaram ao reino e em Ceuta ficaram, pelo menos até ao grande cerco, famílias ou membros de linhagens secundárias. Depois de 1418-19 surgem novamente as principais: os mesmos que estiveram na tomada em 1415 e outros que, pela tenra idade, não puderam. A partir daí o afluxo destas famílias (e não só) é maior e contínuo. Contudo, mantém-se o cenário relativamente à permanência prolongada. A maioria não parece ficar por muito tempo. Participam nas expedições de socorro ou vão auxiliar durante períodos breves.

Não é possível, num trabalho desta dimensão, traçar com detalhe o percurso de cada uma destas linhagens. Além disso, a minha análise parte essencialmente da cronística que, como foi visto no capítulo introdutório, tem limitações. Dito isto, a ideia que transparece é a que acabou de ser exposta.

De outros tantos haveria algo a dizer, mas o tempo limita.[52] Houve necessidade de focar a atenção apenas em alguns e optei por centrar-me naqueles que, ou pela

[49] Já na conquista da cidade só Álvaro Fernandes Mascarenhas é mencionado. É este irmão de Fernão Martins, que foi Comendador-mor da Ordem de Santiago (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 415).

[50] Encontra-se um João Pereira – o Agostinho – que adotou o apelido da mãe e não do pai. Pela via materna, embora não seja de menosprezar a ligação familiar prestigiante, estava longe de ser "cabeça" de linhagem. Por via paterna, era secundogénito. Tudo isto colocá-lo-ia numa posição mais difícil para aceder a cargos e património. Talvez isso tenha conduzido ao serviço no estrangeiro, procurando ascensão social e material. Ficou também em Ceuta um João Álvares Pereira. Será o senhor da terra de Sta. Maria, filho de Álvaro Rodrigues Pereira, marechal de Portugal? (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 493). Parece improvável que se trate do mesmo. Em primeiro lugar porque teria já uma idade avançada; segundo porque creio que, a sê-lo, na crónica haveria menção a essa ligação familiar, pela sua distinção. De qualquer modo, aparece apenas duas vezes, associado ao corso, e, portanto, nada indica que tivesse permanência continuada na praça africana. Encontrei também um Rui Vaz Pereira, que Abel dos Santos Cruz indica que é senhor da quinta e honra de Frazão (Cruz, *Nobreza*, 94). Neste caso é igualmente difícil relacioná-lo aos Pereira a que me refiro.

[51] O primeiro voluntário para ficar em Ceuta foi Rui de Sousa, indicado na crónica como pai de Gonçalo Rodrigues de Sousa, "que foy capitam dos genetes destes rregnos", e sobrinho de D. Lopo Dias de Sousa (Zurara, *Crónica da Tomada,* 212) mas que Anselmo B. Freire disse ser primo segundo (Freire, *Os Brasões*, III, 210). Abel Cruz apresenta-o com a alcaidaria de Marvão (Cruz, *Nobreza*, 94). Cruzando com o esquema genealógico construído por António M. F. P. de Vasconcelos (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 541 e 543), o único Rui de Sousa que aparece era o senhor de Beringel e não teve nenhum filho Gonçalo. O membro da família que foi capitão dos ginetes de D. Afonso V era o irmão desse Rui de Sousa, e chamava-se Vasco Martins. No entanto, em nota, o mesmo autor refere-o, efetivamente, como sendo pai de Gonçalo Rodrigues de Sousa, que foi alcaide do castelo de Marvão, Idanha, Montalvão e Nisa na Ordem de Cristo, e capitão dos ginetes de Afonso V (543-544). Seja como for, Rui de Sousa parece ocupar um lugar secundário no tronco principal dos Sousas.

[52] Caso curioso e interessante é o dos Portocarreiro. São vários (Gil Vaz, Diogo Vaz, Lopo Vaz, João Rodrigues e Pedro) e alguns são mencionados com frequência. Na bibliografia não encontrei referências a estes homens e, na impossibilidade de consultar mais bibliografia e outras fontes, não foi possível perscrutar a sua ascendência. Contudo, enumero apenas algumas possibilidades. 1) São parentes de Martim Fernandes de Portocarreiro, alcaide de Tarifa. Este e o seu filho Pêro Fernandes são mencionados na Crónica da Tomada de Ceuta. Pedro Portocarreiro aparece na Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses quando o conde o investe da honra de cavalaria. Diz Gomes E. de Zurara que são primos (Zurara, *Crónica do Conde*, 375). Não sei se poderá ser o Pêro Fernandes, filho de Martim Fernandes. 2) João Rodrigues de Portocarreiro, também armado cavaleiro em Ceuta, pode ser descendente do homónimo, pai de D. Maior Portocarreiro, apoiante do partido castelhano durante a crise de 1383-85. 3) Gil, Diogo e Lopo Vaz partilham

quantidade de referências, ou pela preponderância que assumem no relato cronístico, me pareceram mais significativos.

No ponto seguinte tentarei caracterizar as linhas de ação da presença portuguesa em Ceuta entre 1415 e 1437, e perceber como foi conduzida a sua governação e a gestão militar e humana, procurando sempre situar o papel dos nobres nesses episódios.

3. A Aventura Magrebina. Ação Militar, Administrativa e Social.

3.1. Uma Difícil Gestão do Corpo Militar (Cavalgadas, Corso e a Procura de Promoção Social Através da Guerra)

Devem ter sido difíceis os primeiros anos em Ceuta. A *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, desde o início, denuncia o tom homenageante dos feitos do capitão. Antes de partir, D. João I empossou-o de poderes alargados: nomear oficiais de justiça e fazenda – tal como ele próprio faria –, dar casas e terras na cidade e imediações aos restantes homens; tinha o direito ao quinto das cavalgadas e presas do mar e da terra.[53]

Logo após a saída da armada régia de regresso a Portugal, D. Pedro de Meneses tratou de animar os seus homens e prover à defesa da praça. Conforme já havia mencionado, Nuno Silva Campos destaca duas fases distintas de atuação por parte deste. A primeira, até ao grande cerco (1418-19), onde toma as decisões sobre surtidas, quem lidera e participa nelas, sobre onde se vai atacar, entre outros aspetos, com o conselho da cidade. Aconselham-no – e repreendem-no[54] – frequentemente os mais velhos presentes: Gonçalo Nunes Barreto e Álvaro Mendes Cerveira. Na segunda fase (após o cerco) essa prática desaparece ou perde importância. Vários fatores podem ter contribuído para esse facto, mas Nuno Campos afirma que o mais provável é que se deva ao regresso de outros membros do conselho ao reino, ou à afirmação da autoridade do capitão: o seu valor militar parece muito ter contribuído para a manutenção da guarnição num momento extremamente difícil. À primeira fase em que

o apelido dos outros Portocarreiro presentes em Ceuta, possivelmente aparentados com D. Pedro de Meneses, mas não têm qualquer ligação familiar entre si.

[53] Campos, *D. Pedro,* 54.

[54] Num ataque muçulmano à cidade, o capitão saiu imprudentemente para combater o inimigo e acabou por ser ferido. Já regressado à cidade, os dois fidalgos quiseram alertá-lo para os perigos dessas saídas. Gonçalo Nunes ter-lhe-á dito: "Eu não sey, Senhor [...] se vós pensastes bem no aquecimento destas vossas feridas, e o perigo em que vos fostes meter, com o qual pendia toda vossa vida, e honra, e ainda perda desta Cidade, e de quantos em ella estamos, e se o bem pensaste acharees, que errastes muy muito [...] caa deveis de consirar, que o carrego que tendes requere, que primeiro sejaes bom Capitão, e depois bom Cavalleiro" (Zurara, *Crónica do Conde*, 98).

necessitava de comandar num clima de camaradagem, seguiu-se a liderança mais autónoma e segura, porque já estaria numa posição de elevado crédito militar e político entre os seus pares.[55]

Mas, afinal, como se processou a atividade militar até 1437? Em linhas gerais, distinguem-se as cavalgadas do corso. Tratarei agora das primeiras.

"O enriquecimento pelas armas dificilmente se coaduna com uma guerra defensiva. Daí o primeiro problema do capitão [...]. Era necessário controlar os desejos atacantes, de agressão e saque de uns e elevar a moral e confiança de outros".[56] Nos relatos que Gomes E. de Zurara faz destes homens em Ceuta, parecem quase todos e quase sempre dispostos a sair dos muros e ir atacar as povoações próximas. Se por um lado se tratava de estabelecer um perímetro de segurança, obter gado e géneros alimentares para abastecer a cidade[57] era uma necessidade. Muitos estariam lá para isso: mostrar o seu valor nos feitos das armas.[58] Este ímpeto da "guerra guerreada"[59] causou problemas a D. Pedro de Meneses. As surtidas requeriam autorização do capitão e as autorizações significavam fazer escolhas: para uns irem, outros tinham de ficar. Surgiam as tensões porque todos quereriam uma oportunidade para combater e obter uma parte do saque. A conflitualidade é, por um lado, entre grupos (nobres, "populares" e os dificilmente classificáveis "almogávares")[60] e, por outro, intra grupo(s) (fundamentalmente a aristocracia, porque entre gente das camadas inferiores não o mostra a crónica). Relativamente a este último deve considerar-se a proteção e destaque que cada senhor desejava dar aos homens da sua companhia. Isso agudizava

[55] Campos, *D. Pedro*, 60.
[56] Campos, *D. Pedro*, 59.
[57] Zurara, *Crónica do Conde*, 52. Campos, *D. Pedro*, 70-72.
[58] Em alguns casos D. Pedro de Meneses via-se compelido a permitir aos homens que saíssem para escaramuçar com os muçulmanos "porque vio que os Fidalgos se anojavão de estarem assy ociosos" (Zurara, *Crónica do Conde*, 52).
[59] Nuno Campos usa esta expressão para distinguir a prática das cavalgadas como meio de fazer a guerra ao invés das batalhas campais.
[60] Um caso que me parece revelador dessa rivalidade é uma saída secreta ao vale de Bulhões, proposta por um escudeiro do infante D. Henrique mas que também acompanhava almogávares, de nome Álvaro Guisado. Estando a certa altura na companhia de um almocadém, Afonso Munhóz (Muñoz?), Gomes Fernandes, Lourenço Camalho e João Fernandes, disse-lhes: "Eu nom sei se vós outros esguardais em hum erro, que nós levamos com estes Fidalgos. [...] como elles querem fazer alguma cousa de sua honra, logo nos mandão espiar os lugares, e nós trabalhamos em ello como vedes, e tornamos com elles, e sofremos aquelle mesmo trabalho, mêdo, e perigo tanto, e mais quelles, e emfim nunca dizem, que se as cousas acabão, senão por elles, e de nós outros nunca se falla, senão muito menos, do que nosso grande merecimento requere; e porem consirei se vos bem parecer, que façamos huma cousa, que se comece, e acabe por nós mesmos, perque nosso grande trabalho ája razão de ser conhecido; ca d'outra guisa sempre estes Senhores quererão comer o rabão com os nossos dentes" (Zurara, *Crónica do Conde*, 79).

as tensões e as desobediências. Estando numa posição social mais próxima do capitão, alguns nobres são os primeiros a não acatar ordens de D. Pedro.[61]

Para finalizar a abordagem às cavalgadas, creio ser importante sublinhar diferentes condutas e o papel da ideologia cavaleiresca. Todos queriam destacar-se na atividade militar, mas não o fazem da mesma maneira. Um caso bastante sintomático do desejo de alcançar a honra de cavalaria é D. Sancho de Noronha.[62] Não está esta questão dentro dos meus objetivos, mas parece que, progressivamente, ela assume um peso maior e sob determinados moldes. Pelo ano de 1435 foi a Ceuta e, estando lá,

> consirou, que esperando a vinda dos Mouros, que era incerta; e des-y-er de fazer cavalgadas sobre Aldêas, que pera elle era cousa de pouca honra, vendo como jaa outros de menos valor as fezerom jaa taes, que seria a elle trabalho de os sobrepujar [...]: e porém ouve conselho de hir sobre Tituão, porque era lugar cercado de muros, e Torres, e em que avia Castello de Menagem, e Fronteiros.[63]

A caminho dessa cidade, foram os portugueses atacados por muçulmanos que acabaram rechaçados; D. Sancho, pelo seu desempenho, foi feito cavaleiro pelo filho do conde, D. Duarte de Meneses. Creio que esta caso reflete as diferentes ambições dos homens em Ceuta. Para este membro de uma das linhagens mais distintas do reino não bastava ser armado cavaleiro num ataque a uma aldeia. Muitos o tinham feito antes dele; além disso, estaria a combater camponeses e pastores, não guerreiros à sua altura. Derrotar o inimigo numa praça como Tetuão – alvo difícil e perigoso – era digno de um cavaleiro. Muitos e bons exemplos de investidura cavaleiresca constam na crónica.[64] Avançarei agora para o corso.

---

[61] Numa cavalgada que o capitão liderou, apartaram-se dele e de Gonçalo Nunes Barreto os fidalgos João Pereira e os dois irmãos Cerveira para ir ao vale de Negrão. Um escudeiro de D. Pedro de Meneses advertiu-os: "Como quereis vós isso fazer [...] se vos nom trazeis licença pera ello [...]; e se vós que sois os principaes Fidalgos, que aqui estais, quizerdes fazer começo na desobediencia, que exempro ficará aos outros" (Zurara, *Crónica do Conde*, 207-208).
Outro exemplo dessa clara desobediência, durante uma saída contra a Almaça e Água de Ramel, homens dos infantes (não são referidos nomes) não obedecem às ordens dadas e vão, por vontade própria, a uma porta na Taracena. Contudo "o Conde se ouve fracamente no castigo daquelle feito principalmente por serem dos Infantes, temendo-se que chegando com o castigo até hu devia [...] que encorreria em sanha de todos, ou d'algum delles, o que lhe ao diante podia trazer dapno" (Zurara, *Crónica do Conde*, 124-125).

[62] Era filho de D. Afonso, conde de Gijon e Noronha, e de D. Isabel e, portanto, neto – embora por via ilegítima – dos reis Henrique III de Castela e D. Fernando de Portugal. Foi o primeiro conde de Odemira, doação feita pelo regente D. Pedro, em 1446 (Freire, *Os Brasões,* I, 48).

[63] Zurara, *Crónica do Conde*, 396.

[64] D. Pedro de Meneses quis armar cavaleiros Lopo Vaz de Portocarreiro e Gonçalo Vaz Ferreira durante a defesa de um ataque almogávar muçulmano "por entender, que o mereciam assy por linhagem, como por merecimento de bons feitos; mas elles nom quizerom per nenhuma guisa aceptar aquella honra, per aquella vez, avendo, que a poderiam cobrar em outro tempo com muito mayores merecimentos" (Zurara, *Crónica do Conde*, 345).

Era prática recorrente e aberta a todos porque a saída das embarcações não requeria autorização do capitão. Para alguns (se não muitos) era inclusivamente preferível às cavalgadas, uma vez que não acarretava tantos perigos. Seria um confronto mais seguro e quase sempre mais lucrativo. A rentabilidade material atraía muitos, a começar pelo próprio D. Pedro de Meneses. Nuno S. Campos fez um balanço das presas obtidas em expedições por terra e nas operações navais (relatadas na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*) e, de facto, parece que no corso participavam mais e mais diversos homens e daí se obtinham maiores proventos.[65] Grande parte das aldeias saqueadas, embora em zonas férteis, eram fundamentalmente agrícolas e pastoris; as embarcações muçulmanas apresadas continham, não raras vezes, mercadorias destinadas ao comércio e, portanto, podiam transportar sedas, panos de ouro, moedas de ouro e prata, joias, enfim, peças de muitíssimo maior valor comercial do que gado ou géneros alimentares.[66] Não menos importantes eram as presas humanas. Quer nas cavalgadas, quer nas operações navais, contam-se os "mouros" e "mouras" de todas as idades que são feitos prisioneiros. Nuno S. Campos apresenta dois fins possíveis para estes. Caso tivessem uma posição social significativa, procedia-se à remissão individual dos cativos; se não se verificasse, ou desconhecesse, potencial para o resgate, destinavam-se ao mercado de escravos.[67] Pela facilidade e rentabilidade oferecidas pelo corso, é natural ver-se tantos nomes a ele associados: D. Pedro de Meneses que, embora não participando pessoalmente, possuía uma alargada frota pessoal;[68] João Pereira "Agostinho", que tinha duas fustas; os já mencionados Afonso Garcia de Queirós e Luís Gonçalves "Malafaia"; Álvaro Afonso de Aguiar; Gonçalo Vaz de Ferreira, escudeiro de D. Pedro de Meneses; Álvaro Fernandes Palenço;[69] Álvaro Fernandes do Cadaval; Diogo Vaz de

[65] Campos, *D. Pedro*, 201-208.
[66] Casos notórios são os de Afonso Garcia de Queirós, "homem Fidalgo, e esforçado, e muy uzado na guerra dos Mouros", e de Luís Gonçalves "Malafaia". O primeiro, estando acompanhado de outros numa fusta de D. Pedro de Meneses, "virom a formosura daquella prêsa, porque alli nom avia cevada, nem feijões, nem outra especie de legumes; mas muitos panos d'ouro, e de seda, e d'outra roupa talhada, cujo valor subio a dez mil coroas" (Zurara, *Crónica do Conde*, 106-107). Luís Gonçalves "filhou huma grande, e poderosa Carraca, partindo de Cepta pera Portugal, a qual andava a trafego de Mouros, e foi achado nella muy grande riqueza, de que este Cavalleiro levou fundamento de viver sempre abastado" (Zurara, *Crónica do Conde*, 315).
[67] Para os homens que capturavam prisioneiros em terra, a remissão individual seria a "solução" mais simples. Para os que se dedicavam ao corso, o mercado de escravos era mais fácil. No relato cronístico, contudo, este último não é mencionado. Pela análise de Nuno S. Campos isso talvez se deva ao facto de muitos venderem escravos em mercados estrangeiros para assim fugirem ao quinto exigido pelo rei português (Campos, *D. Pedro*, 97).
[68] Quatro fustas, três bergantins, uma galeota e um alaúde (Campos, *D. Pedro*, 91).
[69] Para este homem tenho mais reservas do que em relação aos demais mencionados (mas que não referi no capítulo anterior) relativamente à sua condição social.

Portocarreiro; D. Fernando de Noronha; D. Fernando de Castro; e outros haveria, mas a crónica não os revela.

Visto em traços muito gerais como se processou a atividade militar em Ceuta durante as primeiras décadas de presença portuguesa, tornou-se claro que abria oportunidades àqueles que procurassem promoção social e material, concretizando, pela via das armas, o "acrecentamento da honra", mas também do proveito. Não o seria, contudo, na mesma escala para todos. Para uns talvez fosse suficiente ser armado cavaleiro e conseguir arrecadar presas de razoável valor. Para outros os objetivos seriam mais ambiciosos. Obtendo o reconhecimento dos seus superiores – desde o capitão até à cabeça da Coroa, o rei –, podiam almejar a nomeação para cargos militares ou ligados à administração do reino, receber doações, serem-lhes atribuídas tenças ou comendas e, creio que reservada para uma elite da qual fariam parte apenas as principais linhagens, a titulação. Aproveito esta questão para abordar o caso de D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, 1.º conde de Vila Real e 2.º de Viana do Alentejo.

3.2. Um Projeto de Recuperação Linhagística: D. Pedro de Meneses e a Capitania de Ceuta

Era D. Pedro filho de D. João Afonso Telo, conde de Viana do Alentejo, e de D. Maior Portocarreiro, primo em segundo grau de D. Afonso João Telo, conde de Barcelos, e da rainha D. Leonor Teles.[70] Na sequência da crise de sucessão dinástica, depois do assassinato do seu pai por ter adotado o partido contrário ao do Mestre de Avis, foi exilado para Castela com a sua mãe.[71] Nuno S. Campos aponta o regresso a Portugal algures entre 1403 e 1407, sendo que neste último ano aparece como testemunha nas cortes de Évora.[72] Era para todos os efeitos uma presença discreta, bem longe de ter a preponderância que os seus antepassados tiveram. Tal é compreensível, uma vez que se tratava de um membro dessa linhagem 'maldita '. Seria difícil, ou pelo menos moroso, recuperar a visibilidade social e credibilidade política que tivera a sua família.

A capitania de Ceuta – tarefa indesejada pelos principais nobres, como já foi visto – surgia então como oportunidade de redenção. Não sei se o plano de recuperação

[70] Freire, *Os Brasões*, I, 117-122.
[71] Freire, *Os Brasões*, I, 121.
[72] Campos, *D. Pedro de Meneses*, 46-47. A reintegração dos Meneses exilados em Castela pode ter sido facilitada pela presença de parentes que, essencialmente por via feminina, estiveram do lado de D. João I na crise, como por exemplo D. Lopo Dias de Sousa (filho de Maria Teles), D. Álvaro da Cunha (filho de Leonor Teles pelo seu primeiro casamento com João Lourenço da Cunha) e D. Martinho de Meneses (filho de Gonçalo Teles) (Cunha, *Linhagem*, 54-55. Campos, *D. Pedro*, 194).

linhagística estaria, desde agosto de 1415, bem definido e calculado por D. Pedro. O certo é que, a longo prazo, concretizou-se e com excelentes resultados. À importantíssima gestão da praça e bom desempenho militar, que lhe valeram a confiança e reconhecimento de D. João I e de D. Duarte, acrescentou-se a estratégia matrimonial construída pelo capitão. Como procurou provar Nuno S. Campos, os casamentos de D. Pedro, e ainda mais os das suas filhas legítimas, foram 'cirúrgicos ', isto é, pensados de modo a reentrar na mais alta esfera social do reino. Resumidamente, vejamos as alianças do capitão.

Casou antes de 1419 com D. Margarida de Miranda, filha de D. Martinho Pires da Charneca, arcebispo de Braga. Desta união nasceram D. Beatriz e D. Leonor de Meneses. Nuno S. Campos sublinha que este casamento proporcionou a D. Pedro, fundamentalmente, uma melhoria em termos económicos já que, do ponto de vista de posição social, não apresentava vantagens substanciais.[73] No ano de 1419, já na qualidade de fronteiro de Ceuta, ficou acordado que casaria com D. Filipa Coutinho, filha do marechal Gonçalo Vaz Coutinho. A noiva morreu na viagem para Ceuta, mas em 1426 surgiu uma nova e concretizada aliança com os Coutinho: uma sobrinha do marechal, filha de Fernão Coutinho, D. Beatriz. Deste casamento nasceu D. Isabel Coutinho. Independentemente de a iniciativa de estabelecer laços entre Meneses e Coutinho partir do infante D. Duarte, as duas famílias teriam o máximo interesse neles. A D. Pedro aproximava-o de uma das famílias então mais bem colocadas politicamente no reino; aos Coutinho proporcionava uma ligação familiar prestigiante porque desde 1424 era D. Pedro conde de Vila Real.[74] No ano de 1433, o mesmo em que recebeu o condado que fora de seu pai (Viana do Alentejo), casou com D. Genebra Pessanha, filha do almirante Carlos Pessanha. O dote da noiva era o almirantado; em caso de não haver descendência, o cargo regressaria ao sogro, o que veio de facto a acontecer. Esta união foi essencialmente favorável aos Pessanha porque estreitaram laços com uma linhagem que cada vez mais se assumia como uma das principais do reino. Outros filhos do conde eram D. Aldonça, D. Isabel e D. Duarte de Meneses. Só do último pude saber que foi mãe uma Isabel Domingues.[75]

As filhas naturais casaram com membros de linhagens mais modestas, mas que garantiam o fortalecimento das redes de solidariedade de D. Pedro de Meneses. A mais

[73] Campos, *D. Pedro*, 150-151.
[74] Campos, *D. Pedro*, 143. Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)* (Cascais: Patrimonia, 1999), 59-60.
[75] Campos, *D. Pedro*, 195.

velha, D. Aldonça, casou primeiro com Rui Nogueira, cavaleiro da casa do infante D. Duarte e alcaide-mor em Lisboa; a segunda com Luís de Azevedo, cavaleiro do infante D. Pedro. A segunda filha com Rui Gomes da Silva, que foi alcaide de Campo Maior e Ouguela, conselheiro de D. João I e de D. Duarte depois de ter regressado de Ceuta, onde permaneceu de 1415 a 1427.[76] Quanto a D. Duarte de Meneses, teve do pai a herança guerreira, foi conde de Viana de Caminha, um valente cavaleiro e morreu na serra de Benacofú para proteger o seu senhor, D. Afonso V, durante uma apressada e trágica retirada militar.

As filhas legítimas uniram-se com as principais casas nobres: Noronha, Bragança e Castro. D. Beatriz casou com D. Fernando de Noronha, o qual herdou a capitania de Ceuta e o condado de Vila Real, por via do casamento. D. Leonor foi mulher de D. Fernando, 3.º duque de Bragança.[77] D. Isabel Coutinho foi, em primeiro lugar, casada com D. Fernando de Cascais, senhor de Soalhães. Após a morte de D. Duarte, tomaram o partido da rainha D. Leonor e por isso exilaram-se em Castela em 1440. Morrendo D. Fernando no mesmo ano, D. Isabel casou em segundas núpcias com João Freire de Andrade.

Traçado este quadro familiar, percebe-se que D. Pedro de Meneses evoluiu de uma posição delicada em 1415 para um dos poucos nobres titulados em 1437; era o único conde que não estava aparentado com a família real. Prova que, de facto, a capitania de Ceuta, o prestígio e os proveitos económicos que retirou da sua atividade na praça africana, permitiram-lhe encetar um projeto de recuperação da memória dos Meneses.

4. Nova Dinastia, a Mesma Nobreza?

Deixei no primeiro capítulo a ressalva de que neste ponto não pretendo trazer novos dados, apenas deixar questões que foram surgindo no desenvolvimento do trabalho. A crise de 1383-85 provocou, como vários autores já o demonstraram, profundas alterações no reino. A começar pelo corpo social da nobreza.

[76] Este Rui Gomes era filho de Aires Gomes da Silva, o Velho, e de Estavinha Martins (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 523).

[77] O seu pai, também Fernando, conde de Arraiolos, foi favorável às expedições militares no Norte de África onde, de resto, foi assíduo. Deslocou-se a Ceuta aquando da tentativa de resgate do infante D. Fernando, foi capitão de Ceuta entre 1445 e 1451, e participou na conquista de Alcácer Ceguer em 1458. Vários Bragança estiveram presentes em diferentes e importantes feitos militares em Marrocos (Cunha, *Linhagem*, 139-140).

Uma guerra civil opôs os partidários de D. Beatriz, filha de D. Fernando, rainha de Castela pelo seu casamento com João I de Castela, e o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I. Depois de o doutor João das Regras ter "provado" a ilegitimidade dos principais candidatos ao trono – D. João e D. Dinis de Castro – porque o casamento de D. Pedro I com D. Inês de Castro não teria existido, o mestre afigurara-se o único legítimo candidato à Coroa portuguesa. De mestre passou a rei, o primeiro de nome João, e fundador da dinastia com o nome da Ordem religiosa que fora a sua: Avis.

Mas que consequências, em linhas gerais, resultaram da crise para a nobreza? Alguns letrados e burgueses que apoiaram o mestre foram nobilitados, como João Vaz de Almada[78] e os doutores Martim do Sem e João das Regras. O legado deste último foi extinto por dele não ter havido descendência. Relativamente à nobreza, alguns apoiaram o rei castelhano desde o início, como foi o caso de João Rodrigues de Portocarreiro, depois exilado em Castela, e de D. João Afonso Telo, assassinado em 1384. Relativamente a outras famílias não parece ter havido atuação em bloco, isto é, verifica-se fratura em algumas linhagens. Foi o que aconteceu com os Pereira. Estando Nuno Álvares do lado do mestre, os irmãos combateram em Aljubarrota por D. Beatriz. Houve casos de apoio inicial, mas mudança de posição depois de 1385. Martim e Lopo Vaz da Cunha passaram-se para Castela, respetivamente, em 1396 e 1397. Álvaro Gonçalves Camelo esteve exilado entre 1399 e 1403. Apoiante incondicional de D. João I e herói da batalha de Trancoso foi Gonçalo Vaz Coutinho, que assim conseguiu elevar a sua linhagem à proximidade da Coroa, saindo de uma condição secundária e quase confinada ao território das Beiras. Não vi muitas referências à atuação dos Castelo-Branco e Barreto durante a crise, embora o mais provável tenha sido tomarem o partido do mestre.

Como encaixam todos estes protagonistas na conquista de Ceuta em 1415? D. Álvaro Gonçalves Camelo esteve em Ceuta. Gil Vaz da Cunha, segundo Anselmo B. Freire, passou-se temporariamente para Castela entre 1397 e 1402. Viu-lhe serem restituídos bens que possuía antes de abandonar o reino, exceto o cargo de alferes-mor

[78] O percurso desta família é talvez, dentro deste conjunto de que falo, o mais impressionante. João Vaz era um burguês de Lisboa; foi nobilitado por D. João I (Mário Farelo, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, [Tese de Doutoramento], (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009), 664-665). Um dos seus filhos, Álvaro, companheiro do infante D. Pedro até à morte no campo de Alfarrobeira, atingiu um patamar de que poucos nobres podiam orgulhar-se: cavaleiro da Ordem da Jarreteira e conde de Abranches (1446). Ou seja, numa geração evoluiu uma linhagem da condição burguesa, à de nobreza titulada.

que, no seu regresso, já estava ocupado por João Gomes da Silva.[79] Combateu na conquista de Ceuta. D. Pedro de Castro, filho de Álvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos, esteve por Castela até 1387, regressando então a Portugal e ocupando lugar na armada régia em 1415. D. Pedro de Meneses e o filho de D. Leonor Teles, Álvaro da Cunha, também estiveram. Este último talvez não fosse muito grato ao partido da meia-irmã, já que os meios pelos quais a mãe desposara o rei D. Fernando não foram os mais corretos. Também D. Lopo Dias de Sousa era afeto ao mestre de Avis, e esteve presente em Ceuta, embora fosse sobrinho da anterior rainha que foi, aliás, quem lhe atribuiu o mestrado da Ordem de Cristo. Estêvão Soares de Melo, filho de Martim Afonso de Melo que, segundo consta, foi o primeiro a assumir-se pelo partido castelhano, embarcou igualmente na armada régia para Ceuta e lá ficou ao serviço do rei português. Não menos significativa foi a presença de D. Fernando de Eça, filho do infante D. João de Castro, que tinha sido afastado da pretensão ao trono.

As consequências não terão sido tão lineares como crescerem política e socialmente os apoiantes e desaparecerem os opositores. A primeira impressão que fica é que as relações familiares parece não implicarem uma atuação concordante dentro das linhagens. Em muitas famílias é necessário analisar o percurso individual de cada membro, e não procurar encaixar as opções tomadas na crise em termos de família. A segunda ideia é que descendentes de opositores manifestos de D. João I tiveram oportunidade de regressar ao reino e (re)construir a memória dos seus antepassados. Caso contrário não se veria o conde D. Pedro, descendente por via masculina dos Meneses e de um irresoluto defensor da causa castelhana, a combater ao lado de D. João I em Ceuta. A oportunidade foi tal que lhe permitiu ser um dos pouquíssimos nobres titulados em Portugal nas primeiras décadas do século XV e estabelecer uma base patrimonial vasta e bastante rica.

Conclusão

A conquista de Ceuta em 1415 marcou decididamente uma nova fase e novos rumos da história de Portugal. Para os homens que a conquistaram, talvez se tenha tratado de mais uma campanha militar no meio de tantas outras. Talvez não soubessem que era para ficar e defender a praça por el-rei de Portugal. Quando o souberam, alguns opuseram-se à ideia e muitos não quiseram ficar.

[79] Freire, *Os Brasões*, I, 169. Contudo, A. M. F. P. de Vasconcelos apresenta um quadro ligeiramente diferente. Não há indicação de que tenha ido para Castela, e aparece como alferes-mor (Vasconcelos, *Nobreza*, I, 347-349).

É compreensível; pelas palavras que Zurara colocou na boca de anónimos, as dúvidas sobre a viabilidade do projeto régio eram partilhadas por muitos. Contudo, os "populares", os criados, alguns vassalos, enfim, os dependentes do rei e dos "principais", não terão tido escolha; os grandes senhores tinham e parece que não estavam dispostos a arriscar ficar. Calculariam que seria uma experiência difícil, perigosa pelas prováveis e frequentes contra-ofensivas muçulmanas, e onde havia muito a perder. As altas esferas da nobreza, terra-tenente poderosa e influente ou detentora dos mais importantes cargos palatinos, prefeririam jogar pelo seguro e não parecem ter abraçado o projeto marroquino, pelo menos pessoalmente. O máximo que poderiam fazer era enviar gente da sua casa. Os demais, pequenos proprietários, linhagens secundárias ou os membros de famílias prestigiadas, mas sem provável acesso a afortunadas heranças ou cargos de relevo, procuraram pela via das armas distinguir-se e obter a "honra e proveito" em Ceuta. Portanto, pela análise da cronística a impressão que fica dos primeiros anos é a de que só uma parte da nobreza quis fazer parte desse projeto. Ficaram então membros dos Castelo-Branco, Azevedo, Barreto, Malafaia, entre outros, numa prolongada presença.

O cenário difícil agudizou-se no grande cerco de 1418-19 mas a resiliência dos guerreiros portugueses venceu. Depois verificam-se alterações no comportamento da aristocracia relativamente ao Norte de África. Os relatos da *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* mostram o regresso ou a vinda de membros das famílias do topo da nobreza, como os Castro, os Noronha ou os futuros Bragança. Ainda assim, não se entrevê uma participação nos mesmos moldes das linhagens secundárias; de uma maneira geral, não permanecem por longos períodos em Ceuta. E mantém-se a participação mais assídua dos secundogénitos.

Observam-se comportamentos e ambições diferenciadas por parte dos nobres presentes em Ceuta, talvez condicionados pela posição do conjunto da família no reino. Participando em cavalgadas ou no corso, cada um procurava acrescentar a si e à sua linhagem prestígio e património. Todos estavam na praça marroquina para guerrear e defender a cidade que era então da Coroa portuguesa, mas não retirariam dessa presença as mesmas contrapartidas, nem na mesma proporção. O caso do primeiro fronteiro de Ceuta, D. Pedro de Meneses, é francamente notável. Conseguiu reconstruir e acrescentar património a uma linhagem que escolhera o partido errado em 1385. Elevou novamente o nome de Meneses ao topo da hierarquia nobiliárquica do reino, associando as suas filhas às três casas mais importantes e influentes.

Feitas estas considerações, pode-se dizer que Ceuta era, durante a cronologia analisada, o único espaço disponível à nobreza para o exercício das armas. Os seus homens não o desperdiçaram e usaram-no para seu proveito material e social. Serviram os reis portugueses e a fé, (re)construindo o ideário cruzadístico e cavaleiresco. Foram um corpo essencial no projeto régio e no arranque da expansão portuguesa no Norte de África. Alcançaram pelos seus feitos militares, como em séculos anteriores, tanta ou mais "honra e proveito".

Fontes

Impressas

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. Joham I*. Lisboa: Academia das Sciências, 1915.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. Porto: [s.n.], 1988.

Bibliografia

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dirs.). *Nova História Militar de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume I.

Campos, Nuno Silva. *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Colibri, 2004.

Cruz, Abel dos Santos. *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV: 1415-1464*. Porto: Edição de Autor, 1995.

Cunha, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

Farelo, Mário. *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*. [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

Farinha, António Dias. *Os Portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

Freire, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. 3 Volumes.

Gomes, Saul António. *D. Afonso V: o Africano*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Ulisseia, 1998.

Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Volume 2.

Moreno, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979-1980. 2 Volumes.

Oliveira, Luís Filipe. *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia, 1999.

Paiva Manso, Visconde de. *Historia Ecclesiastica Ultramarina*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872. Tomo I.

Marques, António H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV.* Lisboa: Editorial Presença, 1986.

Sousa, João Silva de. *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de. *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

Parte II.
Época Moderna

A Emigração Para os Territórios Ultramarinos entre 1560 e 1600. O Caso de Vila do Conde

– Diogo Andrade Cardoso

Resumo

Este texto procura aproximar-se às tendências que assistem aos fluxos e perfis da emigração para os territórios ultramarinos, a partir do estudo desenvolvido em torno de Vila do Conde na segunda metade do século XVI. Para o fazer, recorreu-se aos registos paroquiais e notariais disponibilizados pelo Cedopormar,[1] com os quais se pretendeu desenhar um quadro que se espera que possa trazer alguma luz sobre quem são estas pessoas que deixavam o reino e se dirigiam aos espaços ultramarinos. Através do cruzamento dos registos compulsados nestas duas tipologias de fontes, este contributo pretende chegar a algumas conclusões relativamente aos destinos de preferência dos emigrantes, aos tempos e períodos de fixação nas ilhas atlânticas, África, Ásia e América, ao perfil dos indivíduos e ao seu estatuto socioprofissional.

Palavras-chave: Fluxos de emigração; perfis de emigração; emigração ultramarina; século XVI; Vila do Conde.

Abstract

This paper aims to approach the flows and profiles of emigration to the overseas territories, departing from a study focused on Vila do Conde in the second half of the sixteenth century. To do that, this work resorted to parish and notarial registers available through Cedopormar, in order to draw a picture that hopefully will bring some light about who is this people that left the kingdom heading to overseas territories. By crossing these two kinds of documents the paper intends to achieve some conclusions about the emigrants' favorite destinies, the time periods of settlement in the Atlantic archipelagos, Africa, Asia and America, as well as their profiles and their socio-professional status.

Keywords: Emigration flows; emigration profiles; overseas emigration; sixteenth century; Vila do Conde.

[1] Cedopormar – Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas.

1. O Problema e as Fontes

Quando se olha para a História de Portugal, particularmente para a época Moderna, não há como contornar aquilo a que vulgarmente se chama de Descobrimentos, pois a expansão portuguesa em direção ao além-mar não pode ser vista como se na história do país não tivesse tido quaisquer consequências, já que, uma e outra, fazem parte da mesma história, apenas se passam em espaços geográficos diferentes, mas constantemente ligados através de "um mundo em movimento"[2] onde a realidade do reino condiciona a expansão portuguesa e a presença portuguesa nos vários continentes influencia o que em Portugal continental se passa.

Compreender o que ligava Portugal ao Ultramar e vice-versa é fulcral para aumentar o nosso conhecimento da História do país e do mundo. E qual a base de todas as conexões entre o reino e os espaços ultramarinos, que Russel-Wood classifica como "um desafio para os agentes metropolitanos de governo e para a coroa",[3] se não a capacidade humana? Capacidade de se expandir, de gerir os vários territórios, de fazer com que o comércio funcione e de transmitir a cultura que carrega em si. Para que tudo isto fosse possível "mais de um milhão de indivíduos participou ativamente neste processo",[4] ou seja, quase a totalidade da população, que andava entre o milhão e cem mil e o milhão e quatrocentos mil habitantes, segundo o numeramento de 1527.[5]

Vitorino Magalhães Godinho afirma que o número de pessoas que sai de Portugal no século XVI é aproximadamente de 3.500 por ano, nunca menos de 2.000 ou mais de 5.000.[6] O mesmo autor estabelece que o número de habitantes portugueses fora do reino é de 100 a 150 mil na segunda metade do século XVI,[7] bastante mais do que na primeira metade quando são registados apenas 40.000.[8] Torna-se, assim, importante perceber como funcionou a dinâmica de transferência populacional entre Portugal e os seus territórios ultramarinos, até porque os contemporâneos deste

[2] A. J. R. Russel-Wood, Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808) (Algés: Difel, 1998).
[3] Russel-Wood, *Um Mundo*, 11.
[4] João Paulo Oliveira e Costa, "O Deslumbramento Manuelino (1495-1521)", João Paulo Oliveira e Costa (ed.), *História da Expansão e do Império Português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), 124.
[5] Teresa Ferreira Rodrigues, "As Estruturas Populacionais", José Mattoso (dir.), *História de Portugal* ([Lisboa]: Editorial Estampa, 1993), III, 191. Teresa Ferreira Rodrigues, "As Vicissitudes do Povoamento nos Séculos XVI e XVII", Teresa Ferreira Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa* (Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008), 167.
[6] Vitorino Magalhães Godinho, "L'Émigration Portugaise (XVe-XXe Siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde", *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 8.
[7] Godinho, "L'Émigration", 14.
[8] Rodrigues, "As Estruturas", 191.

fenómeno apontam como consequência da expansão ultramarina o despovoamento do reino,[9] apesar de a historiografia não corroborar esta visão.[10]

Haverá, portanto, mais de uma centena de milhar de pessoas que deixaram Portugal e partiram em direção ao Ultramar, formando estes, na sua maioria, uma massa anónima que se dispersou pelos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, sobre a qual muito pouco se conhece. A proveniência desta gente é ainda muito nebulosa, pois o que se sabe pode ser resumido pela frase "A maioria dos nacionais procede do Norte do Reino, sobretudo de Entre Douro e Minho".[11] Daí que a temática da emigração portuguesa seja tão relevante para a História do século XVI português.

Uma análise da documentação selecionada rapidamente permite encontrar uma rede de pessoas que se ligava entre si para fazer com que a emigração funcionasse: ou através do apelo que se fazia ao reino para enviar mais emigrantes, conforme as conjunturas que se viviam em cada espaço em concreto, como veremos, ou mantendo vivas as relações entre as pessoas que se encontravam separadas pelos mares. Na verdade, os habitantes dos dois lados do oceano interagiam frequentemente e adaptavam-se às particularidades que a ausência forçava. É neste sentido que o que este artigo se propõe tratar são as redes informais de emigração, entendendo-as como base condicionadora do processo a constante interação entre os indivíduos.

As perguntas às quais tentamos dar resposta são as seguintes: quem eram estes homens e mulheres? Quando partiram? Para onde partiram? Qual o seu estado civil? De onde eram? Qual a sua condição profissional? Partiam com família já formada?

Para traçar os fluxos e perfis da emigração e para encontrarmos as relações que se estabeleceram entre os indivíduos socorremo-nos dos registos paroquiais e notariais de Vila do Conde. De notar que a vila funciona como um ponto de uma rede mais vasta que a integra, não como a base de lançamento dos emigrantes que estudamos. Quer isto dizer que não é necessariamente só a partir deste espaço que os homens e mulheres se projetavam para os arquipélagos atlânticos, e para os restantes continentes.

É, portanto, necessário perceber o que umas e outras fontes nos podem dar. Para isso é essencial apresentar cada uma delas. Há que saber a que se deve a sua existência, quem as produziu e quais as intenções que estão por detrás da sua

[9] Nuno Gonçalo Monteiro, "O Reino Quinhentista", Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2012), 245.
[10] Rodrigues, "As Estruturas", 191.
[11] Rodrigues, "As Estruturas", 190.

produção. Sem delimitarmos as caraterísticas das fontes, a sua utilização poderia cair num uso bastante limitado, algo que se pretende evitar, especialmente quando este tipo de fontes nos força a procurar, não raras vezes, referências indiretas àquilo que nos interessa.

1.1. Registos Paroquiais

Dentro deste tipo de documentação eclesiástica e serial, quer isto dizer produzida por uma instituição eclesiástica, regularmente e com um propósito definido, encontramos três categorias que interessam particularmente a este trabalho: os registos de batismo, de casamento e de óbito. Os dois primeiros tornaram-se obrigatórios desde o Concílio de Trento, em 1563, e o registo de óbitos, tal como o de confissões, comunhões e crismas, foi acrescentado mais tarde, no início do século XVII, através de Constituições Diocesanas.[12] De uma maneira geral, esta documentação começa a ser produzida sistematicamente desde o segundo quartel do século XVI, como ocorre no caso de Vila do Conde para onde temos registos de batismo disponibilizados pelo Cedopormar de 1535 a 1902, registos de casamento iniciados em 1536 e que se estendem até 1902 e registos de óbito a começar em 1595 indo também até 1902, apesar de só o Concílio de Trento os tornar obrigatórios.

O caso de Vila do Conde não é tão serial assim, uma vez que há interrupções na produção destes documentos, pois desde que começaram a ser produzidos até 1640, 11,2% dos meses não têm registos de batismos (1557 a 1559 e 1600), 55,5% não têm de casamentos (1582 a 1613, com raras exceções entre 1582 e 1590) e 15,8% não têm registos de óbitos (registando-se quebras ao longo de alguns anos como 1613, mas nunca ausência de anos completos), além daqueles anos em que devido a pestes ou por razões desconhecidas existe um sub-registo.[13]

Uma fonte de âmbito religioso como é esta, produzida pelo pároco e guardada nas paróquias até à República, vai deixar de fora aqueles que não se enquadram na definição de comunidade católica da época, pois todos aqueles que não eram batizados eram deixados de fora destes registos e o mesmo acontecia com aqueles que estavam

[12] Helena Osswald, *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*, [Tese de Doutoramento], (Universidade do Porto, 2008), 13.
[13] Amélia Polónia, *Vila do Conde. Um Porto Nortenho na Expansão Marítima Quinhentista*, [Tese de Doutoramento], (Universidade do Porto, 1999), I, 236-239.

em constante movimentação,[14] apontando-se assim outra limitação a esta documentação, à qual se junta a

> qualidade dos registos, caracterizados por lacunas e formas de sub-registo explicáveis pelo desaparecimento de livros, mas também pela falta de disciplina e o desleixo dos párocos, ou mesmo pela forma de encarar a mortalidade infantil e juvenil.[15]

A intenção da Igreja ao fazer estes assentamentos era a de conseguir identificar a religiosidade dos crentes, isto é, seguir os seus passos ao longo da vida de forma a garantir que os sacramentos eram administrados conforme a ordem imposta pela Santa Sé. Este controlo é notório, pois é sabido que o Concílio que tornou estes assentamentos obrigatórios foi o que debateu e rebateu o protestantismo.

O registo de batismo contém normalmente o nome do batizado, dos seus padrinhos e dos seus pais, podendo, no entanto, as situações ser bastante diferenciadas. Como fica muito bem resumido pela expressão "Sem baptismo não se é considerado filho de Deus", a prática deste sacramento é bastante mais usual do que todos os outros, principalmente levando em consideração o elevado número de mortes de crianças, que apressavam esta oficialização da relação entre o indivíduo e a Igreja.[16] No entanto, "O sub-registo, ou a total ausência de registo de baptismos efectuados em situações de emergência, e protagonizados geralmente pela parteira, substituta privilegiada do pároco nessas circunstâncias",[17] pode não tornar este facto numa vantagem.

O texto que o pároco elabora para assentar os casamentos é mais complexo e, portanto, contém mais informação, pois lá devem

> constar dados de identificação pessoal, que abrangem os dados de filiação, de estado civil, de naturalidade e residência dos noivos e a identificação simples das testemunhas. E nos casos de dispensas as razões das mesmas, entre elas, a indicação de parentesco.[18]

Destes dois tipos de registos podemos retirar os nomes dos emigrantes, identificar o seu estado civil, a sua profissão, por vezes mencionada, a localidade de residência e os seus familiares. Através deles é ainda possível identificar o local para onde os indivíduos emigraram quando alguma das partes que deveria estar presente no

[14] Osswald, *Nascer*, 14.
[15] Polónia, *Vila,* I, 235.
[16] Osswald, *Nascer*, 16-17.
[17] Polónia, *Vila,* I, 235-236.
[18] Osswald, *Nascer*, 18.

sacramento apenas o faz por procuração, algo que o pároco regista, incluindo, por vezes, o paradeiro do ausente.

Os registos de óbito são também importantes para este trabalho, uma vez que o pároco quando é informado da morte de um dos seus fiéis, mesmo com um atraso de vários anos, tem a preocupação de a anotar juntamente com o local da morte, quando toma conhecimento dele, e os familiares que ele conhece, o que mais uma vez se revela útil para quem procura determinar o local de emigração dos portugueses quinhentistas e suas relações familiares. No entanto, este registo tem algumas desvantagens importantes. A notícia da morte é transmitida por via oral e sazonalmente: apenas quando chegam a Vila do Conde os seus portadores que, as mais das vezes, são já os últimos de uma longa série de pessoas incluídas na cadeia de transmissão da notícia.[19]

Outro problema para fixar o paradeiro dos homens e mulheres mortos nos territórios ultramarinos é a designação que se dá a esse espaço, pois ela não é uniforme: "Nuns casos, explicitando-o claramente, desce-se ao pormenor da ilha ou cidade, noutros utiliza-se um termo o mais abrangente possível",[20] criando desigualdades de informação. Por fim, devemos dizer que o intuito dos agentes da comunidade de pertença dos que morreram em transmitir a notícia do óbito ao pároco era não só religioso, de salvação da alma com a encomenda de missas, mas também legal, uma vez que o certificado era importante para a realização de segundos casamentos e para receber heranças,[21] o que pode originar falsas notícias ou intencionalmente deturpadas, por exemplo nas datas da morte.

1.2. Registos Notariais

Os notários ou os tabeliães, como começaram por ser chamados, têm e tiveram como função comprovar legalmente a autenticidade dos atos privados, quer isto dizer, tornar legais os compromissos entre os indivíduos. Como tal, estes documentos jurídicos têm inúmeras tipologias, já que os compromissos que os sujeitos legalizam podem ser dos mais variados, desde simples procurações para que alguém possa substituir outrem numa determinada ocasião até vendas, trespasses, fianças, obrigações, dotes de casamento, quitações, fretamentos e muitas outras realidades.

[19] Helena Osswald e Amélia Polónia, "No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela Durante o Período de União Dinástica", *Vértice*, 2.ª Série, 63 (1994): 47.
[20] Osswald e Polónia, "Reverso", 47.
[21] Osswald e Polónia, "Reverso", 47.

O facto de o notário, um oficial examinado por representantes da Coroa,[22] conferir legalidade a um ato entre outorgantes privados representa uma vantagem que é a de ele procurar obter informações de forma a cumprir os requisitos legais necessários para que os atos privados possam ser autenticados. Estas informações recolhidas pelo detentor deste ofício serão a base da análise desta fonte, pois aqui encontram-se os nomes dos outorgantes e, por vezes, o local onde residem ou de onde são naturais e a sua profissão, além de algumas relações de parentesco, permitindo um cruzamento com os registos paroquiais mais eficaz. Porém, por outro lado, temos a dupla desvantagem de o acesso a estes atos de fé pública estar confinado a quem pode pagar a taxa imposta legalmente, o que significa um acesso vedado à maioria pobre que prefere o contrato oral,[23] e de os intervenientes terem de fazer com que as mais diversas situações encaixem na lei, o que pode implicar o uso de uma linguagem jurídica redutora ou uma manipulação da realidade[24]. Pode ainda dar-se o caso de o notário, como único elemento conhecedor da lei e capaz de ler e escrever, deturpar aquilo que os clientes lhe comunicam.[25]

A utilização deste tipo de registo tem ainda a desvantagem de confrontar o investigador com lacunas cronológicas, pois entre 1560 e 1600 os intervalos de 1561 a 1564, 1569 a 1570, 1572 a 1575, 1576 a 1578, 1582 a 1583, 1587 a 1589 e 1593 a 1595 não apresentam qualquer produção notarial, no caso de Vila do Conde.[26]

2. Espaços de Emigração

2.1. Destinos de Emigração

Antes de traçar o perfil da emigração devemos saber para onde partem as gentes que deixam as suas terras para trás. É esse o objetivo desta parte do trabalho. Tentaremos aqui ver, tão detalhadamente quanto possível, os territórios ultramarinos que servem de espaço de acolhimento aos homens e mulheres identificados na documentação de Vila do Conde. Em primeiro lugar vamos abordar este aspeto dos perfis dos emigrantes de uma forma mais global, procedendo, para isso, à categorização dos espaços que estes ocupam por todo o mundo ultramarino. Para o fazer recorremos a um quadro e um gráfico que servirão de base de estudo.

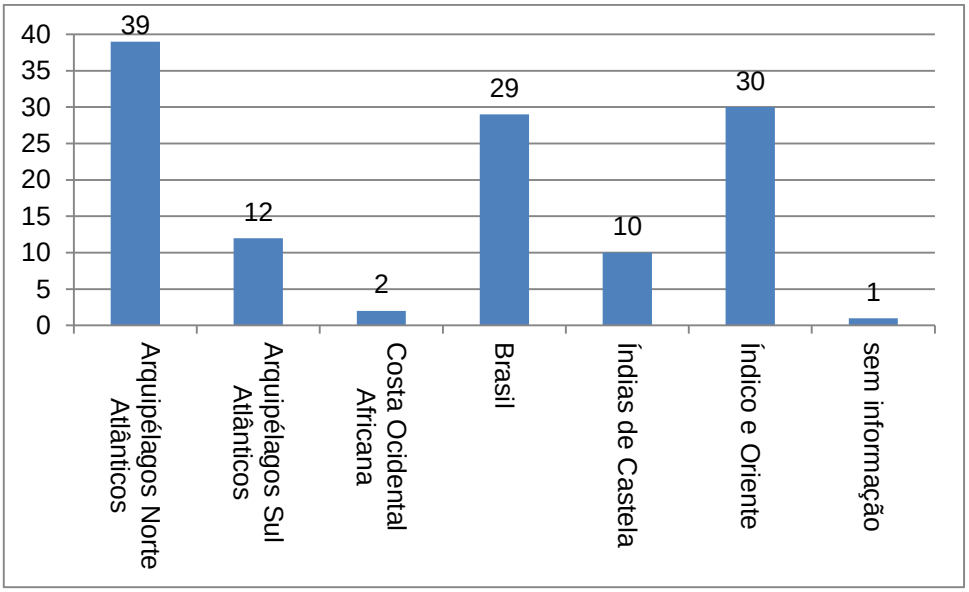
[22] Osswald e *Nascer*, 18.
[23] Polónia, *Vila,* I, 32.
[24] Osswald, *Nascer*, 76.
[25] Osswald, *Nascer*, 78.
[26] Polónia, *Vila,* I, 33.

Quadro 1. Distribuição dos Emigrantes por Regiões dos Territórios Ultramarinos (1560-1600)

Regiões	Nº de emigrantes
Arquipélagos Norte Atlânticos	39
Arquipélagos Sul Atlânticos	12
Costa Ocidental Africana	2
Brasil	29
Índias de Castela	10
Índico e Oriente	30
Sem informação	1
Total	**123**

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos;[27] ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios*.

Gráfico 1. Distribuição dos Emigrantes pelos Territórios Ultramarinos (1560-1600)



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos;[28] ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios*.

Na análise do Quadro 1 torna-se óbvia a preferência dos emigrantes pelos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, pois vemos ser atribuídos aos

[27] Mantemos aqui a grafia original com que nos podemos deparar no arquivo para facilitar o acesso a esta documentação.
[28] Mantemos aqui a grafia original com que nos podemos deparar no arquivo para facilitar o acesso a esta documentação.

arquipélagos norte atlânticos 39 dos 123 emigrantes encontrados na documentação, perfazendo 31,7% do total de emigrantes em todos os territórios ultramarinos. Significa isto que no século XVI, mesmo só podendo ser analisados os 40 anos finais, os arquipélagos mais próximos do reino são aqueles que ainda exercem maior atração sobre os emigrantes. O espaço que acolhe mais emigrantes depois das ilhas é o Índico e Oriente, ou seja, o Estado da Índia, com 30 indivíduos e 24,4% do total de emigrantes. Imediatamente a seguir, e com menos um emigrante, encontramos o Brasil, com um valor que, apesar de elevado, 29, não é ainda representativo da primazia que este território assume na emigração, particularmente a partir do Entre-Douro-e-Minho, no século XVII.[29] Seguem-se os Arquipélagos Sul Atlânticos (9,8%), as Índias de Castela (17,1%) e a Costa Ocidental Africana (10,5%). Além destes, temos ainda um indivíduo para o qual não temos referência ao destino de emigração, apenas sabemos que estava emigrado.

Devemos agora olhar para cada um dos territórios englobados nestas categorias para tentar perceber onde se encontram os emigrantes.

Quadro 2. Destinos da Emigração Detetada na Documentação de Vila do Conde (1560-1651)

Regiões	**Local**	**Local específico**	**Nº de Emigrantes**	**% de emigrantes em cada local específico**
Arq. Norte Atlânticos	Açores	-	0	0
		Ilha do Faial	2	1,6
		Ilha de São Miguel	2	1,6
		Ponta Delgada (São Miguel)	3	2,4
		Ribeira Grande (São Miguel)	2	1,6
		Ilha Terceira	1	0,8

[29] Joaquim Romero Magalhães, "A Construção do Espaço Brasileiro" Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa* ([Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998), II, 118.

		Angra do Heroísmo (Terceira)	1	0,8
	Madeira	-	0	0,0
		Ilha da Madeira	3	2,4
		Funchal (Madeira)	8	6,5
		Santa Cruz (Madeira)	3	2,4
		Ribeira Brava (Madeira)	1	0,8
	Canárias	-	0	0,0
		Ilha de Tenerife	3	2,4
		Garachico (Tenerife)	2	1,6
		Ilha Grã-Canária	4	3,3
		Ilha de Palma	4	3,3
Arq. Sul Atlânticos	Cabo Verde	-	1	0,8
		Ilha de Santiago	1	0,8
	São Tomé e Príncipe	-	0	0,0
		Ilha de São Tomé	10	8,1
Costa Oc. Africana	Angola	-	1	0,8
	Guiné	-	1	0,8
Brasil	Brasil	-	1	0,8
		Baía	5	4,1
		Salvador (Baía)	2	1,6
		Pernambuco	5	4,1
		Olinda (Pernambuco)	15	12,2
		São Vicente	1	0,8
Índias de Castela	Índias de Castela	-	6	4,9
		Antilhas (Nova Espanha)	1	0,8
		Perú	1	0,8
		São João de Olva (Nova Espanha)	1	0,8

		Cartagena das Índias (Perú)	1	0,8
Índico e Oriente	China	-	0	0,0
		Macau	1	0,8
	Índia	-	13	10,6
		Bengala	1	0,8
		Cochim	3	2,4
		Goa	9	7,3
	Japão	-	1	0,8
	Malaca	-	2	1,6
sem informação	-	-	1	0,8
Total	**-**	**-**	**123**	**100**

Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

O Quadro 2 mostra-nos que se, por exemplo, no caso dos Arquipélagos Norte Atlânticos a distribuição dos emigrantes é quase equitativa, estando 11 nos Açores, 13 nas Canárias e 15 na Madeira, no caso dos Arquipélagos Sul Atlânticos ou do Índico e Oriente a situação não se repete, verificando-se, pelo contrário, locais que dominam a concentração dos emigrantes da região. Ao passo que Cabo Verde contabiliza apenas 2 indivíduos, São Tomé e Príncipe tem referências na documentação a 10. No Índico e Oriente é, sem dúvida, a Índia o principal destino com 26 dos 30 indivíduos lá detetados neste período de tempo.

Podemos descer ainda mais para fazer uma observação profunda da distribuição dos emigrantes nos principais destinos encontrados nos registos paroquiais e notariais de Vila do Conde produzidos entre 1560 e 1600.

Começaremos então pelo caso do Brasil que nos traz um problema que se repete com outros destinos, o da falta de referências a espaços de emigração concretos, sendo vulgar o uso da expressão de “partes do Brasil”. Apesar da dificuldade, para a esmagadora maioria daqueles para que conseguimos apurar o local de residência, a capitania que se destaca é a de Pernambuco, que junta 20 emigrantes, dos quais 15 sabemos estar em Olinda, indo, portanto ao encontro da bibliografia que afirma que esta

era “a principal praça portuguesa em Pernambuco”.[30] A outra capitania que se destaca é a de São Salvador da Baía, onde estão 5 indivíduos. Sabemos, portanto, que a concentração de emigrantes que partiam para esta colónia se fazia sobretudo no Nordeste, essencialmente em Olinda.

Para o caso da Índia, deparamo-nos, uma vez mais, com o problema de metade das localidades onde habitam os emigrantes não estar discriminada. No entanto, os resultados que obtivemos destacam Goa como destino de preferência ao acolher 9 indivíduos, ficando em segundo lugar Cochim com 3 indivíduos e em último, com 1 emigrante, Bengala. O que podemos avançar ao observar estes números é que a preferência dos emigrantes se dirige para a Costa Oeste da Índia, pois fora dela apenas encontramos um emigrante no Nordeste, em Bengala. Goa estava então estabelecida como o grande centro atrativo na Índia.

Relativamente à emigração em direção às Índias de Castela, esta parece ter sido mais dispersa do que aquela que teve como destinos o Brasil ou a Índia. Apesar de, com 2 referências cada, a América Central e a América do Sul receberem igual número de emigrantes, a exiguidade de referências, tendo em conta que para mais de metade o destino concreto não é especificado, não permite grandes conclusões. No entanto, os dados parecem confirmar a fraca relação de Vila do Conde com o vice-reino do Perú.[31]

Detetadas as zonas onde os emigrantes se vão instalar, ponto primordial do estudo dos perfis da emigração, é altura de este trabalho se voltar para outros campos.

2.2. Fluxos

Com o objetivo de detetar os fluxos de emigração, foi feito um apanhado das presenças nos territórios ultramarinos em todos os documentos selecionados, começando, portanto, em 1560, e indo até 1620. Uma vez que as fontes permitem que se estenda o período em análise, no caso do traçar dos fluxos de emigração esta é uma boa forma de compreender melhor as linhas que se foram desenhando ao longo da segunda metade do século XVI, permitindo detetar comportamentos que de outra forma poderiam não ser visíveis. Como já foi explanado, o número de emigrantes encontrados por este trabalho é de 123, porém para um deles não sabemos o destino de emigração. O que esta parte do trabalho vai determinar é a primeira menção feita aos emigrantes, para a partir de aí se detetar os fluxos de emigração. Assim, o método usado foi o de

[30] Magalhães, “Construção”, II, 118.
[31] Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências* (Lisboa: INCM, 2005), I, Tomo II, 203, 269-270, 367, 410.

levantar todos os destinos mencionados na documentação e distribuí-los por décadas que facilitem a análise e compreensão dos resultados. A utilização deste balizamento cronológico fez com que o primeiro e intervalo fosse constituído por 11 anos em vez de 10, já que engloba os anos entre 1560 e 1570. O resultado do levantamento de dados está patente no Quadro 3.

Quadro 3. Os Fluxos de Emigração (1560-1620)

Anos/Destinos	1560-1570	1571-1580	1581-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	Total
Arquipélagos Norte Atlânticos	16	11	12	0	7	2	**48**
Arquipélagos Sul Atlânticos	0	3	8	1	8	1	**21**
Costa Ocidental Africana	0	0	1	2	10	6	**19**
Índico e Oriente	3	6	11	10	10	24	**64**
Índias de Castela	1	0	2	6	20	18	**47**
Brasil	0	3	16	10	17	34	**80**
Total	**20**	**23**	**50**	**29**	**72**	**85**	**279**[32]

Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

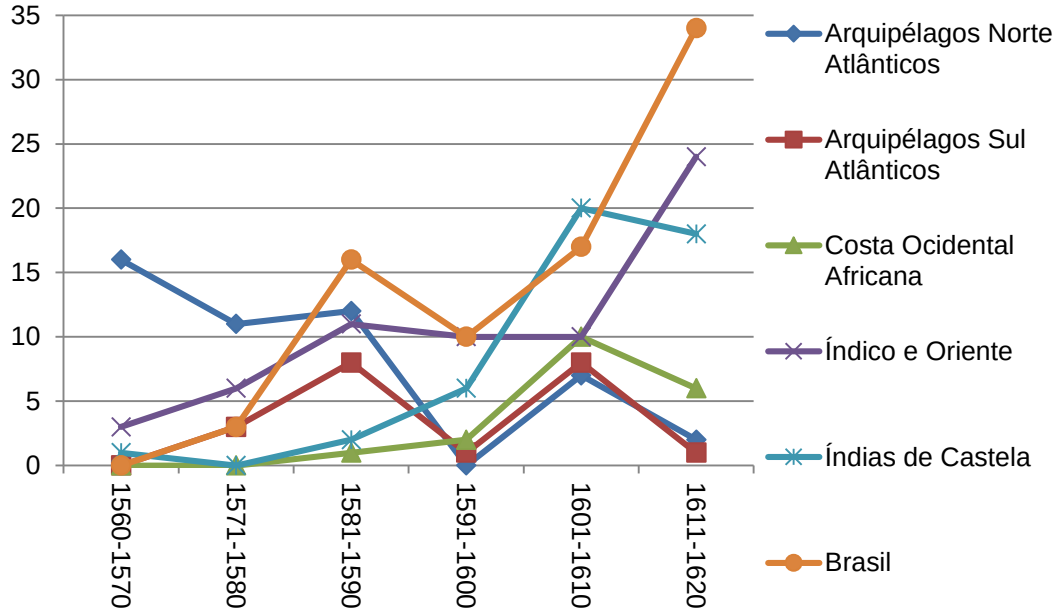
Um olhar rápido sobre o Quadro 3 permite de imediato perceber a importância dos arquipélagos norte atlânticos nas primeiras décadas em análise. É nestas ilhas que os emigrantes se concentram e só mais tarde, a partir da penúltima década do século, optam por destinos mais distantes. Nos anos de 1590, há uma quebra na emigração, passando de 50 indivíduos ausentes nos dez anos anteriores, para 29 nessa década, à qual se segue uma outra de grande aumento, com 72 emigrantes identificados. É nos anos que antecedem esta crise que se dá uma reviravolta nos destinos escolhidos, pois se o Oriente já vinha absorvendo parte dos emigrantes, é só nos anos 80 do século XVI que o Brasil se estabelece como destino de eleição dos emigrantes, sendo ultrapassado no início do século seguinte, para logo na segunda década se distanciar novamente, como se pode ver pelo Gráfico 2. Podemos ainda observar que os valores das primeiras décadas examinadas não são muito elevados, pelo menos até 1580, pois entre 1581 e

[32] O total de 279 representa o número de emigrantes encontrados entre 1560 e 1620 nos territórios ultramarinos.

1590 há uma subida de mais de 100% do total de emigrantes detetados na década anterior, para a qual o incremento do corso também pode ter funcionado como fator.[33]

Para melhor se poder desenvolver o estudo sobre estes fluxos de emigrantes foram elaboradas os Gráficos 2 e 3 através do Quadro 3 que nos dão uma visão diacrónica mais esclarecedora da realidade com que nos deparamos e dos pesos relativos de cada espaço na distribuição dos emigrantes, permitindo até algumas leituras conjunturais.

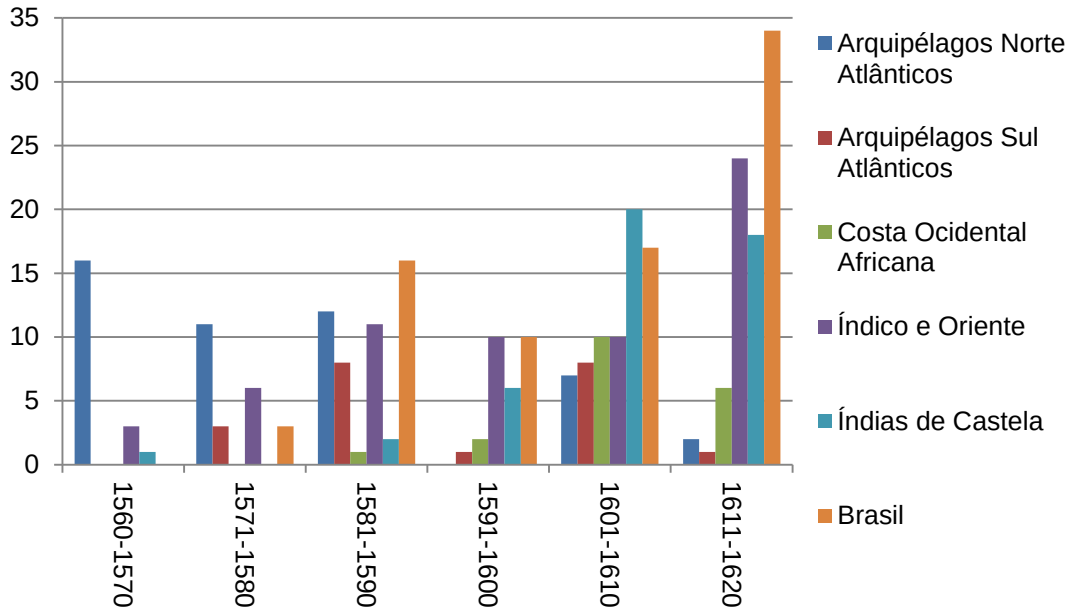
Gráfico 2. Os Fluxos de Emigração (1560-1651)



Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

[33] Polónia, *Vila,* I, 201-204.

Gráfico 3. Os Fluxos de Emigração (1560-1651)



Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Madeira e Açores, que, como a bibliografia de uma forma razoavelmente pouco contestada nos explica,[34] foram colonizados desde a primeira metade do século XV, continuam nesta época a exercer alguma atração, apesar de na entrada para o século XVII já não a terem. Todavia, e como já vimos na crítica de fontes, devemos ter em conta as ausências de produção de documentação, mormente notarial, no período que medeia entre 1560 e 1601, pois pode ser um obstáculo à compreensão da verdadeira realidade da emigração da época, ainda que este estudo use também os registos paroquiais que não foram alvo de interrupções de produção por períodos tão alargados.

Ao seguirmos as figuras 2.1 e 2.2 outra evidência surge com maior destaque. No seguimento do Brasil, que se destaca logo entre 1581-1590 dos restantes destinos, possivelmente com a maturação atingida pela economia açucareira na década anterior neste território,[35] temos uma emigração bastante intensa para o Estado da Índia e depois para as Índias de Castela, ao ponto de, na primeira década do século XVII, serem as Índias de Castela o destino de eleição dos emigrantes, algo que indica a influência

[34] Vitorino Magalhães Godinho. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* (Lisboa: Dom Quixote, 2008), 301-306.
[35] Jorge Couto, *A Construção do Brasil* (Lisboa: Edições Cosmos, 1995), 286-296. Stuart Schwartz, "A «Babilónia» Colonial: a Economia Açucareira", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998), II, 214-218.

exercida pelo domínio dos *asientos*[36] pelos portugueses,[37] chamando reinóis ligados a atividades marítimas, como se verá, para garantir o cumprimento dos contratos de tráfico de escravos.

Esta abordagem à presença de emigrantes nos territórios ultramarinos ao longo do tempo torna clara a vantagem da utilização da documentação das primeiras duas décadas do século XVII. Através dela percebemos que o crescimento da emigração que se vem a registar desde 1581-1590 é parte integrante de um movimento mais amplo que só viria a atingir o seu pico quatro décadas mais tarde. Da mesma forma, a perceção que temos da quebra de emigração que tem como destino as ilhas atlânticas é maior, pois só no século XVII é que esta se torna praticamente residual.

Estes resultados parecem confirmar aquilo que a bibliografia que trata estas temáticas tem vido a afirmar. Na segunda metade do século XVI, existe ainda uma proeminência dos Açores e da Madeira como territórios alvo da emigração de reinóis, mas o Brasil rapidamente cresce como destino de eleição, tendo já uma grande comunidade a partir de 1580.[38] O crescimento da emigração por este trabalho detetado desde o início do século XVII foi também já relatado por outros autores, incluindo a forte presença de emigrantes no Brasil, mesmo quando existiu um incremento do número de emigrantes nos vários destinos.[39] O mesmo aconteceu com o decréscimo da procura dos arquipélagos atlânticos desde o século XVII, depois de serem um dos principais destinos nas últimas décadas do século XVI.[40]

Ainda quanto aos fluxos de emigração é importante analisar o período que compreende a União Dinástica, pois este é geralmente tido como um de forte atração de emigrantes portugueses,[41] mesmo sendo estes considerados estrangeiros e,

---

[36] Referimo-nos aqui aos *asientos* de escravos criados pela Coroa Castelhana em 1594. Estes eram contratos que a Coroa fazia com particulares, os *asientistas*, que, em troca de um determinado valor estabelecido em leilão, lhes garantia o monopólio do abastecimento das Índias de Castela em mão-de-obra escrava, por um prazo e preço máximo definidos. O *asientista* podia depois vender licenças a comerciantes que desejassem importar escravos ou fazê-lo ele próprio.

[37] Gleydi Sullón Barreto, *Vasallos y Extranjeros. Portugueses en la Lima Virreinal, 1570-1680*, [Tese de Doutoramento], (Universidad Complutense de Madrid, 2014), 43. Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 106. Enriqueta Vila Vilar, "Los Asientos Portugueses y el Contrabando de Negros", *Anuario de Estudos Americanos*, 30 (1973): 557-558; Ricardo Escobar Quevedo, *Inquisición y Judaizantes en América Española (Siglos XVI-XVII)* (Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008), 246.

[38] Couto, *Construção*, 275-281. Mafalda Soares da Cunha, "A Europa que Atravessa o Atlântico (1500-1625)", João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Brasil Colonial* ([s.l]: Civilização Brasileira, 2014), I, 282-285; Jorge M. Pedreira, "Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (Séculos XVII e XVIII)", *Anais da Universidade de Évora*, 8 e 9 (2001): 47-72, 52-54. Separata.

[39] Polónia, *Vila,* I, 673.

[40] Polónia, *Vila,* I, 673.

[41] Sullón Barreto, Vasallos, 65. Daviken Studnicki-Gizbert, A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640 (Oxford: Oxford University Press, 2007), 44.

portanto, ilegais.[42] É de destacar que o fluxo traçado a partir da documentação de Vila do Conde tende a aproximar-se mais dos resultados obtidos para Lima do que para o conjunto das Índias, o que pode ser um indicativo do local de permanência dos indivíduos para os quais não foi possível apurar um destino concreto de emigração dentro das Índias. O que se pode dizer é que a União Dinástica não teve grande influência, pelo menos direta, nas preferências dos emigrantes, pois não vemos uma subida acentuada da emigração para as Índias de Castela na década de 1580 ou mesmo na seguinte. Esta parece antes ter seguido as tendências económicas, como a já mencionada monopolização dos *asientos* de escravos pelos portugueses, tendo acontecido o mesmo com o Brasil, que atrai mais reinóis na fase áurea do cultivo do açúcar.

3. Perfis

3.1. Estado Civil

Relativamente ao estado civil o universo ao qual tivemos acesso não é muito significativo, mas quando comparado com a bibliografia revela-se suficiente para perceber o panorama geral daquela que era a realidade da altura. Dos 123 indivíduos identificados, 121 homens e 2 mulheres, apenas para 32 conseguimos estabelecer o estado civil. Temos, portanto, 25 homens casados, 1 viúvos, 1 viúva e 5 solteiros, aos quais juntamos 6 clérigos que são forçosamente solteiros, mas que achamos que merecem ser destacados dos outros pelo seu estilo de vida que os obriga a não casar e a não ter descendência, ainda que, pelo menos para um deles, esta tenha sido apurada. Esta diferença entre homens e mulheres casados foi também notória no caso do Perú para o período de União Dinástica[43] ou mesmo no do Brasil de finais do século XVI, particularmente no caso dos portugueses estabelecidos em Pernambuco,[44] principal ponto de concentração dos que encontramos neste estudo.

[42] Sullón Barreto, Vasallos, 37-59. Daviken Studnicki-Gizbert, Capital's Commonwealth: The World of Portugal's Atlantic Merchants and the Struggle over the Nature of Commerce in the Spanish Empire, 1492-1640, [Tese de Doutoramento], (Yale University, 2001), 65.
[43] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 211.
[44] Tarcizio do Rêgo Quirino, *Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI* (Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966), 73-76.

3.2. Naturalidade e Moradas

É agora altura de determinarmos as naturalidades e as moradas dos emigrantes no reino antes de partirem. A partir daqui poderemos compreender quais as redes de migração do reino, ou seja, quais as redes internas que se formam em torno de Vila do Conde. Para isto procedemos à elaboração de dois quadros com o intuito de num condensar os dados que obtivemos para as naturalidades dos emigrantes possíveis de captar pela documentação do burgo e no outro agrupar a informação sobre o local de morada dos indivíduos antes de partirem para os territórios ultramarinos.

Quadro 4. Naturalidades dos Emigrantes

Naturalidade	Nº de indivíduos
Azurara	1
Felgueiras	1
Ponte de Lima	1
Porto	1
Póvoa do Varzim	1
Santo Tirso	1
Vila do Conde	4
Total	**10**

Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Quadro 5. Moradas dos Emigrantes Antes de Partirem

Morada	Nº de indivíduos
Guimarães	2
Porto	1
Póvoa do Varzim	2
Vila do Conde	7
Total	**12**

Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Para os 123 emigrantes apenas conseguimos apurar a naturalidade de 10, sendo quase metade destes de Vila do Conde (40%), como é visível no Quadro 4. Das restantes terras de origem dos emigrantes nenhuma fica a Sul do rio Douro. Todos

provêm do Entre-Douro-e-Minho, indicando-nos esta comarca como aquela sobre a qual Vila do Conde exerce mais atração. O resultado que obtivemos para as moradas sugere-nos o mesmo. Dos 12 emigrantes apurados 7 moravam em Vila do Conde, ou seja, 58%. Os restantes 5 tinham na sua maioria residência no Entre-Douro-e-Minho, a maioria em locais próximos da vila, como a Póvoa do Varzim e o Porto.

Os resultados obtidos neste trabalho parecem ir no mesmo sentido daqueles a que chegou o estudo sobre Vila do Conde Quinhentista que temos vindo a seguir, ainda que, nesse caso, se procure determinar os imigrantes do burgo. Aí, para se determinar a proveniência daqueles que não são da vila recorreu-se aos registos paroquiais de casamento, onde se procurou saber o local de origem dos nubentes. O peso que assumem os casamentos realizados na vila que envolvem nubentes exógenos é bastante elevado, atingindo uma média de 48,2% entre 1566 e 1640[45], num total de 473 homens e 84 mulheres envolvidos em 520 casamentos[46]. Para o caso das mulheres, a sua origem prende-se no

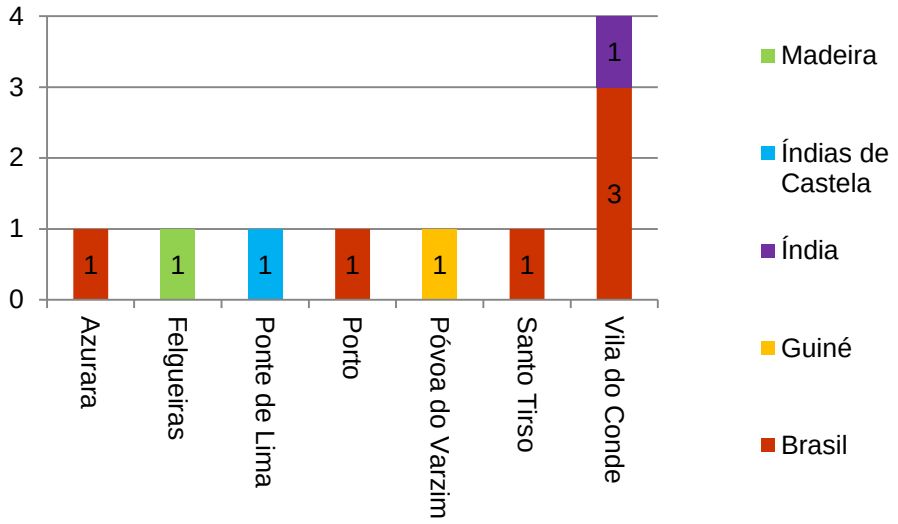
> espaço territorial envolvente da vila, congregando os termos do então concelho de Barcelos e da Maia, para além dos núcleos cuja proximidade toma inevitável a natural miscigenação: Azurara e a Póvoa de Varzim.[47]

Os nubentes masculinos têm uma proveniência mais diversificada dentro do reino.[48]

Falta agora determinar onde se encontram estes homens para os quais conseguimos apurar as proveniências. Para esse efeito, elaboramos duas figuras, uma para as naturalidades e outra para as moradas dos indivíduos no reino antes de partirem. Através delas vamos tentar compreender se existe alguma preferência pelos destinos conforme a localidade de onde se é natural ou onde se habita, ou seja, vamos testar a tese de conterraneidade dos emigrantes,[49] que invoca a continuidade da proximidade estabelecida entre os indivíduos no reino.

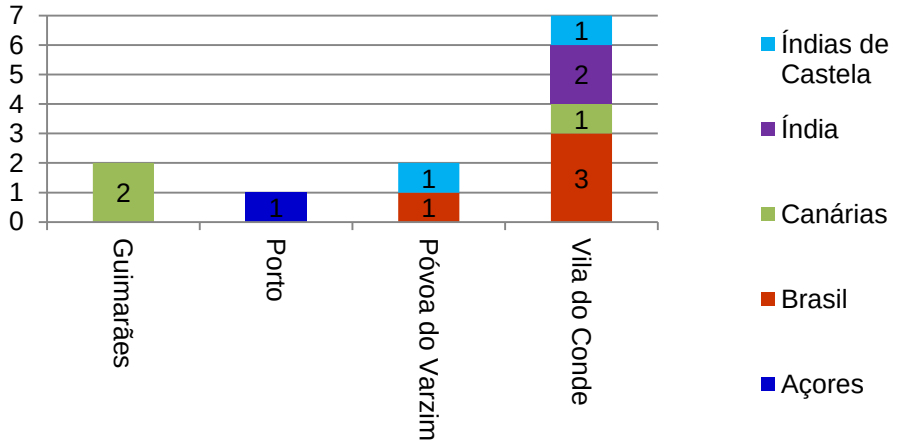
[45] Polónia, *Vila,* I, 254.
[46] Polónia, *Vila,* I, 255.
[47] Polónia, *Vila,* I, 256.
[48] Polónia, *Vila,* I, 256-257.
[49] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 203.

Gráfico 4. Distribuição dos Emigrantes Segundo a Sua Naturalidade



Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Gráfico 5. Distribuição dos Emigrantes Segundo a Sua Morada no Reino Antes de Partirem



Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Os dados que conseguimos obter nos Gráficos 4 e 5, respeitantes a 10 e 12 indivíduos no que toca a naturalidades e moradas, respetivamente, são perentórios em esclarecer que a população de Vila do Conde partia da vila sobretudo com destino ao Brasil. Todavia, apesar de neste período os destinos dominantes serem os arquipélagos norte atlânticos, a referência a estes é só feita 2 vezes, para indivíduos com habitação em Guimarães, o que, apesar da escassez da amostra, cerca de 18% dos emigrantes, pode ser indicativo de uma ligação entre as gentes dos dois espaços. Sendo o Brasil o

destino que representa apenas a terceira opção dos indivíduos que partem na segunda metade do século XVI, o facto de ser o território preferido dos vila-condenses faz com que seja aquele que nos surge mais vezes, uma vez que é a documentação desta vila que aqui estudamos. Por outro lado, o facto de o destino de preferência dos vila-condenses ser o Brasil, mas isto não se verificar naqueles que têm morada na vila pode significar que a grande atração exercida por Vila do Conde faz com que estas gentes se instalem na vila oriundos dos vários locais já assinalados e daí partam para os territórios ultramarinos de acordo com os seus próprios contactos e as redes em que estão inseridos que não os levam necessariamente para os locais mais procurados pelos vila-condenses. Uma observação mais atenta da Figura 4 parece sugerir isso mesmo, pois vemos que Porto e Guimarães não registam nenhum emigrante no Brasil. Assim, a tese da conterraneidade dos indivíduos parece fazer sentido. Porém, não devemos esquecer o pequeno universo sobre o qual nos podemos debruçar, que não deixa que estas conclusões sejam tão sólidas como desejaríamos.

3.3. Estatutos e Profissões

Voltamo-nos agora para a determinação dos estatutos e profissões dos emigrantes encontrados na documentação de Vila do Conde. Estes são sem dúvida elementos importantes do perfil que tentamos traçar, pois através deles podemos perceber se há algumas profissões que têm mais procura nos territórios ultramarinos ou, de um outro ponto de vista, menos procura no reino e em particular na vila, forçando os homens a emigrar. Na examinação dos estatutos, cargos e condições socioprofissionais buscamos aferir, através do número de vezes que se repete cada um deles, a necessidade dos territórios ultramarinos dos vários tipos de homens, de várias condições, e mesmo os contingentes que a vila podia enviar. Para o fazer elaboramos o Quadro 6.

Quadro 6. Estatutos, Cargos e Condições Socioprofissionais dos Emigrantes

Estatuto	Nº de Homens
Cavaleiro da Casa Real	1
Cavaleiro fidalgo da Casa Real	3
Clérigo	6
Doutor	1
Doutor/Fidalgo da Casa Real	2
Fidalgo da Casa Real	4
Total	**17**

Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

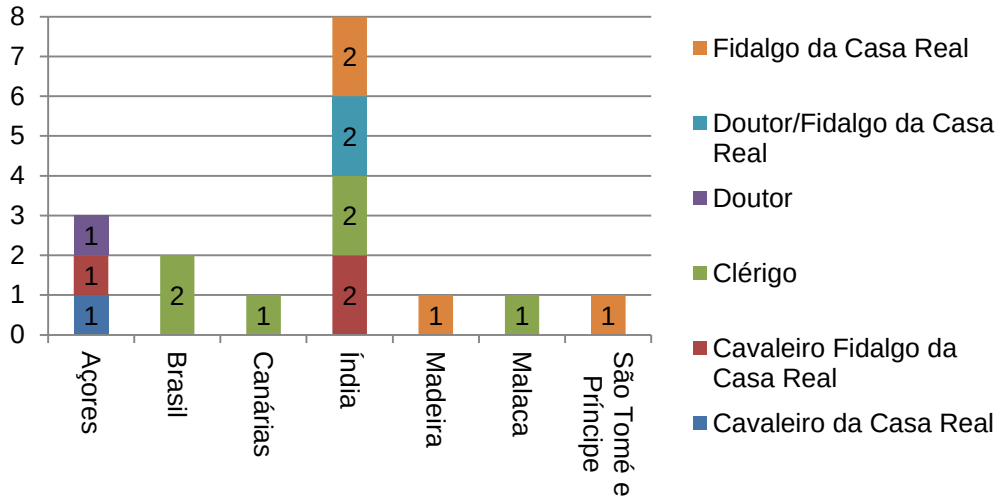
O número dos emigrantes para os quais conseguimos encontrar referências a estatutos, cargos e condições socioprofissionais não é significativo, pois reduz-se a um universo de 17 indivíduos, o que corresponde a 13,8% da amostra. Porém, do Quadro 6, uma evidência se torna relevante. Os territórios ultramarinos exigiam um constante envio de clérigos para a sua evangelização e Vila do Conde contribuía com a sua parte, já que o número destes homens que encontramos representa quase um terço das referências com referência a estatuto, 6. Seguem-se os fidalgos em número de 4, fora os 2 que eram também doutores. O número de nobres não se ficava por aqui, pois como vemos, existiam ainda 3 cavaleiros fidalgos e 1 cavaleiro da Casa Real. Há então outro dado que se sobressai, o elevado estatuto social não significava necessariamente um estilo confortável de vida, pois "Para muitos, a emigração constituía menos uma janela de oportunidades do que uma fuga à pobreza, à discriminação, a condições de vida inaceitáveis e à coacção",[50] ou uma falta de ambição.

Não podemos deixar de ressaltar que a própria condição social ou socioprofissional, e o seu estatuto, deve ter conduzido a uma mais frequente menção destes indivíduos, que não parece ter igual nos restantes 86,2%[51] da amostra para os quais não temos menção, porventura por terem um estatuto social menos destacado na e pela comunidade.

[50] A. J. R. Russel-Wood, "Fluxos de Emigração", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa. (*Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998), I, 225.
[51] Percentagem obtida tendo em conta que temos menção ao estatuto socioprofissional de 17 dos 123 emigrantes detetados na documentação.

Para compreendermos melhor não só aquelas pessoas que partiam, mas também os espaços onde chegavam, temos de olhar para o local onde se estabeleciam e, ao compará-lo com o estatuto de cada um dos emigrantes que recebe, perceber o tipo de emigração que para aí se dirigia. Para este efeito elaborámos o Gráfico 6.

Gráfico 8. Localização dos Emigrantes com Base nos Seus Estatutos Sociais



Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Como podemos ver, a Índia é o território que absorve um maior número de gente nobre, ao aglomerar 4 fidalgos da Casa Real, 2 deles doutores, e 2 cavaleiros da mesma Casa. Mesmo com esta pequena amostra é percetível que a Índia é um espaço de nobres por excelência. Porém, outros espaços também se destacam a receber nobres, como o caso das ilhas atlânticas, entregues a um regime de capitanias donatarias. Do Gráfico 6 podemos ainda aferir que espaços como o Brasil e a Índia eram aqueles que absorviam o maior número de clérigos, demonstrando a necessidade que se reconhecia no reino de evangelizar esses espaços.

Já quanto às profissões escolhemos trabalha-las de forma diferente. Como o número de profissões ou combinações de profissões é demasiado elevado, 35, decidimos agrupá-las por categorias que facilitam a sua análise. O resultado da investigação permitiu elaborar os Quadros 7 e 8 e o Gráfico 7.

Quadro 7. Profissões dos Emigrantes

Profissões	Nº de indivíduos	%
Pilotos	5	10,64
Pilotos e Patrões da Ribeira	1	2,13
Mareantes	11	23,40
Mareante e Sapateiro	1	2,13
Patrões da Ribeira	1	2,13
Mercadores	13	27,66
Tanoeiros/Toneleiro	4	8,51
Alfaiates	2	4,26
Bispos	1	2,13
Padres/Frades	5	10,64
Escrivães	1	2,13
Feitores Régios	1	2,13
Lavradores	1	2,13
-	**47**	**100**

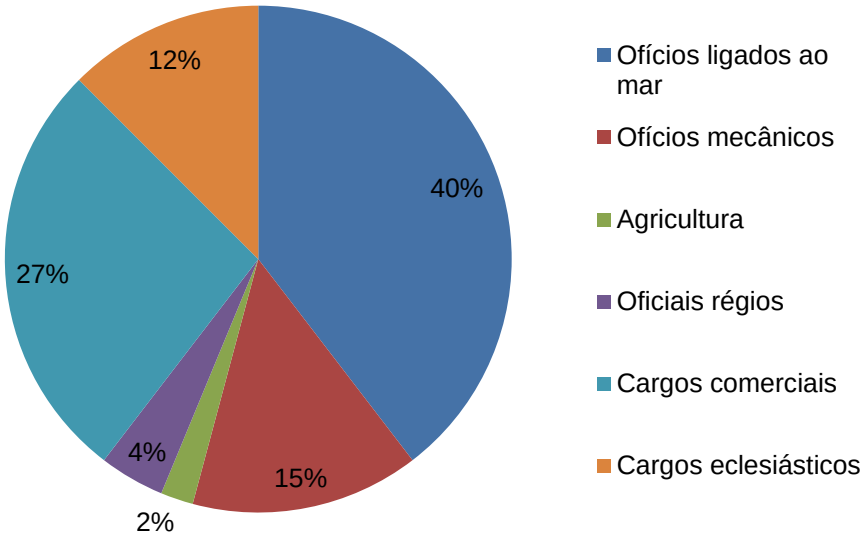
Fontes *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Quadro 8. Categorias Profissionais dos Emigrantes

Categorias de profissões	Nº de indivíduos
Ofícios ligados ao mar	19
Ofícios mecânicos	7
Agricultura	1
Oficiais régios	2
Cargos comerciais	13
Cargos eclesiásticos	6
Total	**48**

Fontes *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Gráfico 7. Categorias Profissionais dos Emigrantes (em %)



Fontes *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Como podemos ver pelo Gráfico 7, as profissões ligadas à atividade marítima são as mais comuns entre os emigrantes, tal como da população da vila,[52] representando 40% do total, contra 27% dos cargos comerciais e 15% dos ofícios mecânicos, as segunda e terceira categorias mais vezes encontradas. Dentro das profissões mais comuns na categoria ligada às atividades marítimas estão os mareantes, atividade profissional de 11 emigrantes, e os pilotos, com 5 representantes que se dedicam em exclusivo a ela. No entanto, se vista individualmente, a profissão que mais se destaca é a dos mercadores que conta com 13 elementos, evidenciando, em simultâneo, a necessidade que os territórios ultramarinos tinham em absorver indivíduos ligados a esta profissão e a atração exercida por esses espaços para aqueles ligados ao comércio. No Quadro 7 destacam-se ainda os números de padres, que preenchem 5 dos 6 cargos eclesiásticos encontrados, e tanoeiros, 4. Por fim, temos os oficiais régios, com 4,17% das profissões e a agricultura com apenas 1 representante.

Faremos então uma breve comparação com o caso peruano no período da união dinástica. No caso de Quito, para o período compreendido entre 1595 e 1603, foram detetadas 10 profissões e 4 delas são relativas a marinheiros, sendo as outras disseminadas pelas várias áreas do trabalho, incluindo 1 mercador,[53] o que indica uma

[52] Polónia, *Vila,* I, passim.
[53] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 156.

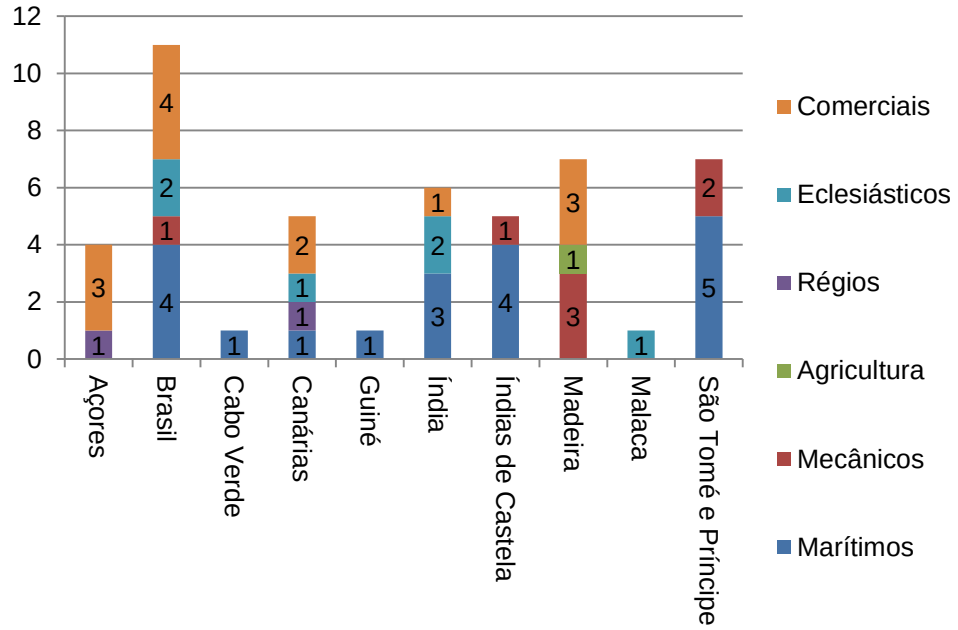
proporção idêntica à nossa, tendo em conta a diminuta amostra. Na Tucumán do ano 1607, entre os 89 portugueses lá encontrados com profissões discriminadas na documentação, cerca de metade eram criados (23) ou mercadores (21).[54] A forte presença de mercadores dá solidez aos números a que chegamos, fazendo o mesmo os dados de Studnicki-Gizbert para todas as Índias de Castela entre 1510 e 1599.[55] A grande concentração de criados é, porém, estranha ao nosso estudo, se bem que possa resultar de uma adaptação à vida local que ao nosso trabalho escapou, pois não conseguimos determinar se os indivíduos deixaram de exercer as suas profissões para praticar outras atividades nos territórios ultramarinos. A ausência de gente ligada às atividades marítimas prender-se-á com a distância desta cidade à costa, o que eventualmente poderá também justificar a adaptação dos indivíduos a novas profissões. O caso de Cartagena das Índias, em 1630, volta a destacar os marinheiros que estão representados em número de 18 e os mercadores que são 16, aos quais se juntam 14 negreiros,[56] corroborando os resultados deste trabalho. O mesmo fazem os casos de Lima e Potosí, em 1595, que reuniam 6 homens nas atividades marítimas num total de 20, estando ainda 5 ligados à atividade mercantil.[57]

O estudo feito para Vila do Conde, entre os anos de 1560 e 1640 apurou as profissões de 100 emigrantes, descortinando 29 mareantes e 26 pilotos. A estes seguem-se em quantidade os mercadores, com 12 representantes.[58] Ora, uma vez mais, estes dados confirmam os nossos, tornando-os mais sólidos na tentativa que fazem de tentar estabelecer um perfil da emigração a partir da documentação de Vila do Conde. Nota-se aqui que o perfil profissional dos homens da vila se adaptava bem àquelas que eram as necessidades do mundo português e castelhano.

Olhemos então para a distribuição destes emigrantes pelos territórios ultramarinos com o intuito de perceber onde se encontram mais vezes mencionadas cada uma das profissões. Para o fazer foi elaborada o Gráfico 8.

[54] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 157.
[55] Studnicki-Gizbert, *Capital's,* 62.
[56] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 169.
[57] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 153-154.
[58] Polónia, *Vila,* I, 678.

Gráfico 8. Distribuição das Categorias Profissionais pelos Territórios Ultramarinos



Fonte: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

O gráfico anterior torna claro que, apesar de o Brasil ser o destino de preferência dos emigrantes, é em São Tomé e Príncipe que se concentram a maior parte dos indivíduos ligados a atividades marítimas, aquelas que mais gente ocupam entre os emigrantes. No entanto, o Brasil e as Índias de Castela seguem-lhe de perto com 4 indivíduos ligados a estas atividades. A Índia também concentra um elevado número destes profissionais, 3, seguindo-se todos os outros destinos, com a exceção da Madeira e dos Açores, com um representante cada. A cadência destes indivíduos dá-se sobretudo em locais intimamente ligados com o comércio de escravos, pelo que a sua presença nestes locais permite aferir uma necessidade de homens ligados a atividades marítimas que garantam o transporte de negros. Todavia, a sua presença nas ilhas norte atlânticas pode ser explicada pela "dinâmica insular, orientada para a exploração e o comércio exterior" como é explicado para o caso das Canárias.[59] Já no caso do Brasil, como foi explicitado, o comércio do açúcar contribuía também para uma maior absorção de homens que pudessem garantir o escoamento do produto.

[59] Javier Luis Álvarez Santos, *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*, [Tese de Doutoramento], (Universidad de La Laguna, 2015), 240-241.

Os ofícios mecânicos, por outro lado, concentram-se principalmente na Madeira e em São Tomé e Príncipe que têm, respetivamente, 3 e 2 destes profissionais. A eles seguem-se o Brasil e as Índias de Castela com 1 representante cada. Já os homens do comércio estão, tal como aqueles ligados às atividades marítimas, representados em vários destinos, de onde se sobressai o Brasil com 4, logo seguido pelos Açores e a Madeira com 3. Restam as Canárias e a Índia, o primeiro com 2 elementos e o segundo com 1. Para o caso das Canárias, sabe-se que a presença de homens ligados à manufatura era elevada, pelo que o facto de termos encontrado indivíduos com atividades profissionais nesta área é consistente com os estudos que se fazem para a região, particularmente a ilha de Tenerife.[60] Por outro lado, o número de agricultores não corresponde à importância real da atividade nestas ilhas, como, de resto, dificilmente corresponderá a qualquer outro destino, porque esta é uma tarefa que provavelmente tocava a grande parte dos emigrantes, ainda mais tendo em conta o elevado número de homens do mar, nos períodos em que a atividade profissional principal tinha que parar, como no caso das navegações, sendo esta uma forma de garantir a subsistência.

Quanto às atribuições comerciais podemos ver que o Brasil é o destino que mais homens absorve, com 4, indicador para um território de oportunidades enquanto se construía.[61] Seguiam-se-lhe os Açores e a Madeira com 3 cada e logo as Canárias com 2, uma vez mais demonstrando a dinâmica comercial destas ilhas. Por último temos a Índia com somente um representante, espaço que apesar de ser de enobrecimento, não era alheio ao comércio.[62] Explorados já os números de clérigos avançamos para os cargos régios e encontramos a sua presença, ainda que de forma diminuta, nos territórios mais próximos do reino e destinos principais neste período do século XVI.

Podemos dizer que a profissão é um fator de união dos homens nos territórios ultramarinos como vimos já ter sido dito?[63] Os dados recolhidos e expostos no Gráfico 8 parecem atestar esta hipótese. Como já foi visto, algumas atividades profissionais demonstram especial incidência nalguns dos destinos, como é o caso das atividades ligadas ao mar nas zonas com comércio de escravos muito ativo, ou dos oficiais mecânicos no Brasil, ou ainda dos agentes comerciais no Brasil e Arquipélagos Norte

[60] Álvarez Santos, *Los Portugueses,* 241.
[61] Pedreira, "Brasil", 8 e 9, 52.
[62] Joaquim Romero Magalhães, "Articulações Inter-regionais e Economias-mundo", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998), I, 333.
[63] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 208.

Atlânticos. Com esta abordagem à localização dos vários profissionais nos territórios ultramarinos concluímos o estudo dos estatutos e profissões e completamos um pouco mais o conhecimento que temos sobre estes indivíduos.

3.4. Localização das Famílias

Resta agora, para completar o perfil da emigração que nos propusemos elaborar, tentar fazer um apanhado da localização dos familiares dos emigrantes, traço importante para discernir se esta emigração, que temos vindo a desenhar, era individual, ou pelo menos de cariz não familiar, ou se era, pelo contrário, composta de inúmeros membros com vínculos familiares entre si. É altura, portanto, de testar outra dimensão da tese da conterraneidade a que já nos temos vindo a referir, que não só identifica laços entre as várias pessoas conforme o seu local de proveniência no reino ou profissão, partes que procuramos já abordar, mas que também aponta para um reagrupar, apesar de não muito frequente, dos familiares no destino de emigração depois dos emigrantes estabelecerem um determinado nível de vida.[64]

Quadro 9. Localização dos Emigrantes com Referência a Localização de Familiares

Territórios Ultramarinos	Nº de Emig. c/ Fam. id.	Nº de Familiares id.
Açores	2	3
Brasil	15	18
Cabo Verde	1	1
Canárias	4	7
Guiné	1	2
Índia	13	21
Índias de Castela	6	11
Malaca	1	1
Madeira	3	4
São Tomé e Príncipe	6	8
sem informação	1	1
Total	**53**	**77**

Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Por entre os 123 emigrantes descobrimos 53 para os quais a documentação faz referências diretas à localização dos seus familiares que, tanto quanto conseguimos

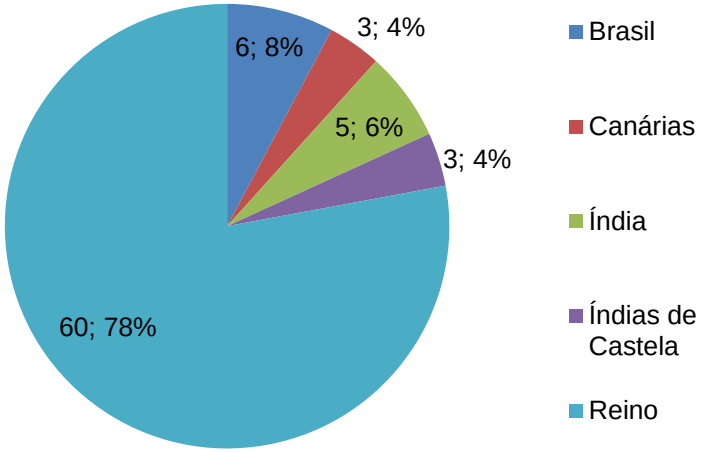
[64] Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 211-212.

apurar, são em número 77. Procuramos demonstrar os resultados obtidos da forma mais clara e operável possível e, para isso, elaboramos o Quadro 9.

Esta tabela faz ressaltar o Brasil e a Índia como principais destinos para os quais foi possível identificar emigrantes com referência à localização de familiares. Para os 15 emigrantes que permaneceram no Brasil conseguimos determinar a localização de 18 familiares e para os 13 que estavam na Índia foi possível encontrar a localização de 21 familiares. O facto de a documentação referir mais familiares para os indivíduos nestes destinos, em particular na Índia, poderá querer indicar que aqueles que para lá se dirigiam mantinham um maior contacto com os membros da vila ao ponto de levarem mais familiares ao cartório, porventura em torno de negócios e interesses materiais envolvidos, ou simplesmente por estes saberem a localização dos seus familiares e expressarem-na.

Veremos então onde se encontram os familiares dos emigrantes detetados na documentação através do Gráfico 9.

Gráfico 9. Localização dos familiares dos emigrantes



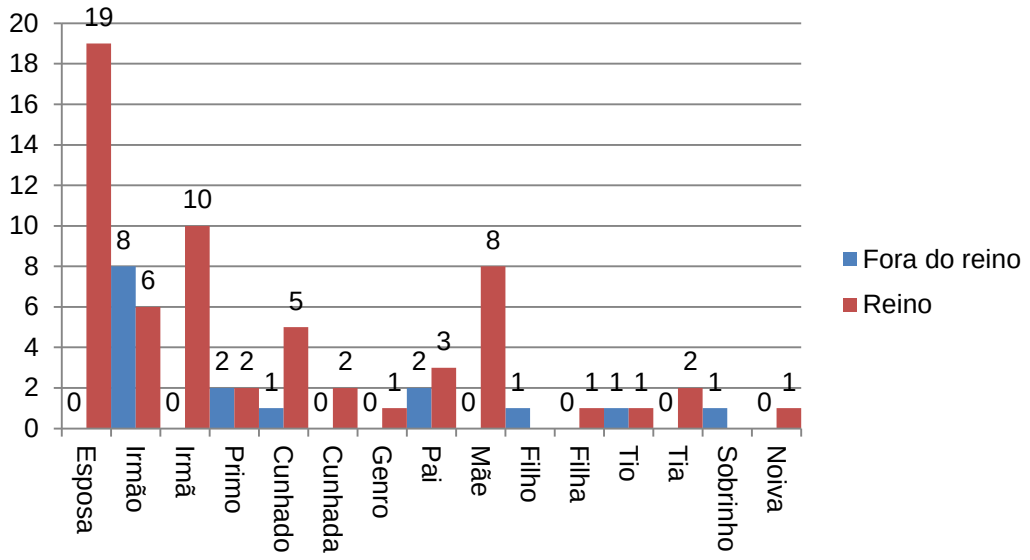
Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

A primeira ilação que podemos tirar é que a grande maioria dos familiares ficava no reino, pois num total de 77, 60 deles, o correspondente a 78%, permaneciam no reino. Assim, apercebemo-nos que a maioria dos emigrantes não partia com os seus familiares e, provavelmente, o reagrupar das famílias era muito raro. À parte disto, a informação recolhida indica o Brasil como um possível cenário de maior reunião de

familiares, hipótese que se torna mais credível se compararmos o número de familiares achados para o Brasil com os da Índia, com números absolutos mais significativos, mas que nem por isso indicam mais familiares nesse local. Daqui se pode aferir um maior sucesso económico destes, pois as referências diretas a familiares que encontramos são, sobretudo, a identificar quem e onde está o familiar que deve receber os bens enviados ou deixados pelo parente nos territórios ultramarinos, indicativo de uma maior acumulação de bens. As Índias castelhanas e as Canárias, não tendo grandes valores a corroborá-lo, parecem apontar para uma opção dos emigrantes em partir para estes espaços com elementos da família, o que nos pode levar a indagar sobre possíveis fugas à Inquisição portuguesa por um crime que sabemos ser relacionado com toda a família, a condição de cristãos-novos.

Mais do que saber onde estavam os familiares importa também saber quem eram estes que ficavam e que partiam. Atentemos, portanto, no gráfico seguinte.

Gráfico 10. Identificação dos Familiares



Fontes: *ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.*

Uma vez mais, algo que pode ser primariamente aferido é a manifesta permanência das mulheres no reino e, daqui, salientar a emigração maioritariamente masculina. Dos membros femininos da família, destacam-se as 19 esposas mencionadas na documentação como presentes no reino, ao passo que nenhuma foi identificada fora deste. Além das esposas, os grupos que incluem as irmãs, as mães, as cunhadas e as noivas dos emigrantes também não relatam nenhuma presença nos

territórios ultramarinos, o que implica o crescimento do papel da mulher na sociedade dos espaços que são deixados para trás, como já foi visto para o caso de Vila do Conde.[65]

O grande número de esposas deixadas no reino possibilita antever a poderosa torrente de homens casados, ou seja, com a família já formada, que partia, mas outros dados dão-nos indicação de que a aventura nem sempre era feita a solo ou que mesmo quando o era, estes não eram os únicos elementos da família a partir, mesmo que não fosse para o mesmo destino, já que o número de irmãos fora do reino, 8, é maior do que aqueles que ficavam, 6. Como se pode ver, a emigração, somente masculina, incluía ainda pais e filhos, sobrinhos e tios e até primos e cunhados, pelo que os laços familiares, ainda que não nucleares, eram aproveitados no estabelecimento num novo local.

Concluída a análise dos dados avançamos agora para as conclusões que dela podemos retirar.

Conclusão

Analisados todos os dados recolhidos achamo-nos capazes de apresentar, neste momento, as ilações que podemos deles retirar com o intuito de responder às perguntas lançadas previamente, todas elas em torno da questão principal: quem eram estes homens e mulheres?

Começamos por nos debruçar nos destinos de emigração e há aqui, sem dúvida, algumas conclusões a reter. Em primeiro lugar, se olharmos para os destinos de forma individual, aquele que mais emigrantes acolhia era o Brasil que, desde a década de 1580, se começou a destacar de todos os outros espaços ultramarinos para na segunda década do século XVII atingir o pico de emigração, com a Índia imediatamente atrás. Mas, e o século XVI aqui em estudo? Foi dominado por que destinos? Numa primeira fase foram os Arquipélagos Norte Atlânticos a receber um maior número de emigrantes, essencialmente nas décadas de 1560 e 1570, para logo de seguida o Brasil ganhar uma relevância que nunca mais perderia. Os fluxos traçados permitem ainda avançar que as Índias de Castela, na década inicial do século XVII, ultrapassaram o Brasil no número de emigrantes que recebiam, pelo menos na documentação analisada.

Quais os seus estados civis?

[65] Polónia, *Vila,* I, 797-818.

A maioria dos emigrantes para os quais foi possível determinar o estado civil era casada, o que vai de encontro ao elevado número de gente casada que se tem vindo a apurar nas investigações sobre a emigração ultramarina,[66] indicando, sobretudo, uma emigração de jovens adultos.

De onde eram?

A esmagadora maioria dos emigrantes que detetamos eram provenientes de Vila do Conde, mas aí não há surpresas, porque, ao utilizarmos a documentação desta vila, este era já um resultado com o qual esperamos deparar-nos. O mesmo se aplica à determinação de redes migratórias internas, que nos permitiu desenhar um quadro que coloca o Entre-Douro-e-Minho à cabeça das regiões do reino que mais gente envia para o burgo.

Qual a sua condição profissional?

Por excelência, os emigrantes estavam ligados a atividades marítimas, constituindo um perfil idêntico ao da população de Vila do Conde. Em seguida destacam-se as atividades mercantis e os ofícios mecânicos. São Tomé e Príncipe é o destino que mais gente ligada ao mar acolhe, o que sugere uma peculiar absorção destes homens por esta região, acontecendo o mesmo com o Brasil e as Índias de Castela que veem logo em segundo lugar, eventualmente pela forte ligação entre estes destinos e a costa africana, onde se iam buscar os escravos que alimentavam essas economias. A Madeira atraía o grosso dos trabalhadores dos ofícios mecânicos e Brasil, Madeira e Açores dominavam no acolhimento de agentes comerciais. Por seu lado, era para o Oriente, juntamente com o Brasil, que partia a maior parte dos clérigos, denotando a necessidade que nestes espaços havia destes homens de fé, prontos a espalhar a palavra de Cristo.

Partiam com família já formada?

Numa palavra: sim, ainda que não levassem, por norma, as famílias, nomeadamente, os seus elementos femininos. Como vimos, a grande maioria dos emigrantes para os quais encontramos referência direta a familiares tinha-os no reino e, estes eram sobretudo as esposas. No entanto, o Brasil tem um número de familiares identificados de mais de um terço do número de emigrantes para aí apurados nesse estudo em particular, indicando que era aí que, eventualmente, mais famílias se reuniam.

[66] Quirino, *Habitantes*, 70-78. Sullón Barreto, *Vasallos*, 70. Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 211.

Devemos, contudo, ter em conta que, ao selecionarmos a documentação de Vila do Conde, estamos a fazer um estudo de caso, resultando daqui uma amostra que não permite fazer generalizações relativamente ao restante território do reino, pois condicionantes específicas deste espaço quando comparado com outros, como por exemplo aqueles que não têm uma forte vertente marítima, implicam uma comunidade adaptada a essa realidade, refletindo-se, no caso aqui abordado, nas profissões, entre outros. Já no que diz respeito às conclusões obtidas, relacionadas com o estado civil e as relações familiares, devemos salientar que são os que ficam que suscitam o registo e o justificam pela sua presença na comunidade. Assim, este estudo deve ser olhado como um contributo à compreensão daquilo que foi a criação de um espaço ultramarino, através do envio de contingentes humanos, visto de um ponto específico, a documentação de Vila do Conde.

Ausentes deste texto ficaram assuntos que sabemos serem de grande importância no debate historiográfico, designadamente o peso da emigração no total da população e o impacto da saída de população do reino na estrutura demográfica e socioprofissional, temas que diversos autores abordaram, alguns deles seguidos neste trabalho[67], mas que outros, através de contributos indiretos, como a procura da origem dos emigrantes no reino[68] ou a determinação de contingentes portugueses disseminados pelo mundo[69], também tocaram. Estes são temas a que a nossa investigação não é alheia, e a que voltaremos, através de trabalhos em curso.

[67] Polónia, *Vila,* I, *passim*.
[68] José Manuel Azevedo Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, [Tese de Doutoramento], (Universidade de Coimbra, 1993), 2 volumes. Pedreira, "Brasil", 8 e 9, 57. Orlando Ribeiro, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962).
[69] Charles Ralph Boxer, O Império Marítimo Português 1415-1825 (Lisboa: Edições 70, 2011). Vitorino Magalhães Godinho, Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar Séculos XIII-XVIII (Lisboa: DIFEL, 1990). Viriato Campos, Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores (Lisboa: Europress, 1983). J. Marinho dos Santos, "Ponta Delgada - Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade", Revista de História Económica e Social, 1 (1978): 33-53. Alberto Vieira et al, Imigração e Emigração nas Ilhas (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Geral do Turismo e Cultura, 2001). Sanjay Subrahmanyam, A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700: Comércio e Conflito (Lisboa: Edições 70, 1994). Quirino, Habitantes, passim. Russel-Wood, Um Mundo, passim. Vitorino Magalhães Godinho, A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa (Lisboa: Arcádia, 1980).

Fontes

Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Baptismos, E/27/10/2-5.1 (1535/02-1595/07/31); E/27/10/1-3.3 (1588/01-1637/12/10).

Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Casamentos, E/27/10/6-25.4 (1536/03-06-1613); E/27/10/2-9.4 (1566/06/23-1637/04/20).

Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Óbitos, E/27/10/3-11.2 (1595/07/28-1637/12/31);

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 2º Ofício (Azurara)*. Notas para escrituras diversas, I/36/4 - 10.2001 (1581) a I/36/4 - 10.2010 (1649/07/26).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 6º Ofício*. Notas para escrituras diversas, I/36/3 - 27.3001 (1584/07/10) a I/36/3 - 27.3028 (1648/04/18-1650/06/07).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 12º Ofício*. Notas para escrituras diversas, I/36/4 - 1.1001 (1559/01/22) a I/36/4 - 10.1047 (1653/06/21).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 13º Ofício*. Notas para escrituras diversas, I/36/2 - 53.4001 (1612/01) a I/36/2 - 53.4005 (1652/07/22).

Bibliografia

Álvarez Santos, Javier Luis. *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. [Tese de Doutoramento]. Universidad de La Laguna, 2015.

Boxer, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

Campos, Viriato. *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Lisboa: Europress, 1983.

Costa, João Paulo Oliveira e. “O Deslumbramento Manuelino (1495-1521)”, João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. 105-128.

Couto, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

Cunha, Mafalda Soares da, “A Europa que Atravessa o Atlântico (1500-1625)”, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (org.), *O Brasil Colonial*. n.p.: Civilização Brasileira, 2014. Volume I, 271-314.

Escobar Quevedo, Ricardo. *Inquisición y Judaizantes en América Española (Siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008.

Godinho, Vitorino Magalhães. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1980.

Godinho, Vitorino Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

Godinho, Vitorino Magalhães. "L'Émigration Portugaise (XVe-XXe Siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde". *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 5-32.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990.

Magalhães, Joaquim Romero, "A Construção do Espaço Brasileiro", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa.* [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. Volume II, 28-64.

Magalhães, Joaquim Romero, "Articulações Inter-regionais e Economias-mundo" Francisco Bethencourt (ed.); Kirti Chaudhuri (ed.), *História da Expansão Portuguesa.* Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998. Volume I, 308-337.

Monteiro, Nuno Gonçalo, "O Reino Quinhentista", Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2012. 227-249.

Osswald, Helena. *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*. [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto, 2008;

Osswald, Helena; Polónia, Amélia. "No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela Durante o Período de União Dinástica". *Vértice*, 2.ª série, 63 (1994): 45-54.

Pedreira, Jorge M. "Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII)". *Anais da Universidade de Évora*, 8 e 9 (2001): 47-72. Separata.

Polónia, Amélia. *Vila do Conde: um Porto Nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista*. [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto, 1999. 2 volumes.

Quirino, Tarcizio do Rêgo. *Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

Ribeiro, Orlando. *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

Rodrigues, Teresa Ferreira. "As Estruturas Populacionais", José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. Volume III. 179-217.

Rodrigues, Teresa Ferreira, “As Vicissitudes do Povoamento nos Séculos XVI e XVII”, Teresa Ferreira Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008. 159-246.

Russel-Wood, A. J. R. *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

Russel-Wood, A. J. R. “Fluxos de Emigração”, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa.* Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998. Volume I. 224-237.

Santos, J. Marinho dos. “Ponta Delgada - Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade”. *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 33-53.

Schwartz, Stuart, “A «Babilónia» Colonial: a Economia Açucareira”, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa.* [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. Volume II, 213-231.

Silva, José Manuel Azevedo. *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Coimbra, 1993. 2 volumes.

Studnicki-Gizbert, Daviken. *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal’s Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Studnicki-Gizbert, Daviken. *Capital’s Commonwealth: The World of Portugal’s Atlantic Merchants and the Struggle over the Nature of Commerce in the Spanish Empire, 1492-1640*. [Tese de Doutoramento]. Yale University, 2001.

Subrahmanyam, Sanjay. *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700: Comércio e Conflito*. Lisboa: Edições 70, 1994.

Sullón Barreto, Gleydi. *Vasallos y Extranjeros. Portugueses en la Lima Virreinal, 1570-1680*. [Tese de Doutoramento] Universidad Complutense de Madrid, 2014;

Ventura, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências*. Lisboa: INCM, 2005. 2 volumes.

Vieira, Alberto *et al*. *Imigração e Emigração nas Ilhas*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Geral do Turismo e Cultura, 2001.

Vila Vilar, Enriqueta. “Los Asientos Portugueses y el Contrabando de Negros”. *Anuario de Estudos Americanos*, 30 (1973): 557-599.

Manifestações Musicais como Forma de Representação Social. A Música na *Gazeta de Lisboa*

– Ana Catarina Machado

Resumo

À luz do que se sabe sobre o Barroco e suas representações artísticas, nomeadamente a música, é importante salientar o seu papel na sociabilidade das elites, uma vez que as mesmas utilizavam a arte para se destacarem no seu meio. Vários estudos sobre a história da música portuguesa sugerem que, na primeira metade do século XVIII, havia uma maior preocupação com a música sacra, a qual aumenta após a convalescença de D. João V, em 1742. A partir da segunda metade do século predominará o gosto pela ópera e há um aumento dessas manifestações em teatros públicos. Utilizar-se-á a *Gazeta de Lisboa* como um instrumento documental de eleição para aferir a pertinência destas considerações, tendo sido ela própria um veículo de comunicação de uma sociedade elitista que demonstrava a sua modernidade também através da música e das manifestações musicais – abundantemente noticiadas na *Gazeta*.

Palavras-chave: Século XVIII; música; Barroco; Gazeta de Lisboa.

Abstract

Considering what is known about the Baroque and its artistic representations, namely the music, it is important to stress its role in the sociability of the elites, as they used art to stand out amongst themselves. Many works about the history of Portuguese music refer that, in the first half of the eighteenth century, there was a major concern with religious music, increased after D. João V's convalescence. in 1742. In the second half of the century, there should have been a preference for opera and the prevalence of musical events in public theaters. In this context, the *Gazeta de Lisboa* will be used as an empirical universe of analysis to check the accuracy of this analysis. The *Gazeta de Lisboa* is an important source for the study of Portuguese music in the eighteenth century, and itself a communication channel for an elitist society that wanted to show its modernity also through music.

Keywords: Eighteenth Century; music; Baroque; *Gazeta de Lisboa*.

Introdução

Existem enfoques múltiplos sobre a música em Portugal no século XVIII, a maior parte das quais enfatizando a presença de músicos estrangeiros em Portugal e as correntes musicais que no contexto do Barroco português se multiplicaram. À luz do que se sabe sobre o Barroco, e as suas variadas representações artísticas, é possível afirmar que as elites utilizavam a arte como forma de socialização.

Este estudo procura ocupar espaços ainda por preencher na produção historiográfica nacional, ao centrar-se no estudo das tipologias musicais apresentadas nas notícias publicadas na *Gazeta de Lisboa*, de 1715 a 1807. A escolha da fonte que elegemos como suporte empírico deste estudo foi quase intuitiva. Por várias vezes, este periódico é citado pela bibliografia para exemplificar a vida musical da época. Este facto prende-se com a preocupação dos redatores em descrever com pormenor as várias situações de forma a informar melhor o público.

Este contributo divide-se em duas partes: começa por uma contextualização histórica, recorrendo à bibliografia para passar, na segunda parte, à apresentação e estudo da *Gazeta de Lisboa*, de forma a que se perceba que tipo de periódico é, a quem se destina e que tipo de notícias musicais veicula. Para tanto, procurar-se-á averiguar a sua evolução histórica, redatores, oficinas de impressão, locais de venda, tiragens, e tipologias de representações musicais apresentadas, para que melhor se perceba e avalie a sua capacidade de divulgação de eventos musicais que juntavam e cativavam a elite lisboeta do século XVIII.

Portanto, este estudo centra-se no quotidiano musical de Lisboa, cruzando dados entre os investigadores da área e as notícias dos diversos redatores da *Gazeta de Lisboa,* o maior periódico setecentista português.

1. Contextualização

1.1. Do Portugal de Setecentos até à Partida da Corte

Para compreender o contexto histórico, recorreu-se em particular a uma história de Portugal recente, tendo a nossa escolha incidido sobre a obra coordenada por Rui

Ramos.[1] Esta escolha prende-se com o facto de a *Gazeta de Lisboa* ter atividade até 30 de dezembro de 1820, acabando nesse ano, com o número 313.

No primeiro capítulo selecionado, Nuno Gonçalo Monteiro[2] apresenta o estado da aristocracia portuguesa e os problemas com que a casa de Bragança se deparou, entre eles o matrimónio de D. João IV, a deposição de D. Afonso VI e, principalmente, as querelas com uma corte dividida em fações, e que se prolongaram até ao reinado de D. Pedro II (1683-1706).[3] É durante este reinado que se abriu "um ciclo que foi, a diversos níveis, de estabilidade política interna e externa".[4]

A 9 de Dezembro, morre D. Pedro e, logo no dia 1 de janeiro de 1707 "realizava-se o auto de levantamento e juramento feito pelos grandes senhores seculares e eclesiásticos".[5] O primeiro ato público deste rei foi o seu casamento com D. Maria Ana, no dia 27 de junho de 1707, matrimónio que influenciou em muito os últimos anos de reinado.

D. João V reinou de 1707 a 1750, e, durante este período, beneficiou dos efeitos do Tratado de Methuen (1703) celebrado com a Inglaterra, o ouro do Brasil e a construção do Convento de Mafra.[6] A participação de Portugal na guerra de Sucessão de Espanha (1702-1713) bem como as campanhas diplomáticas com a Santa Sé marcariam significativamente este período. Do investimento na política com a Santa Sé surgiu a elevação da Capela Real a Patriarcal[7] e a conquista do título cardinalício para o Prelado de Lisboa, o que conduziu a uma reformulação nos rituais da corte e a uma redefinição na hierarquia, bem como a uma modificação dos seus estatutos.[8]

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva,[9] D. João foi um rei religioso. A família real visitava, quase diariamente, igrejas e conventos, e terá sido durante este reinado que a procissão do *Corpus Christi* atingiu o seu expoente máximo.[10] A imponência era uma marca distintiva deste reinado. Isto é bastante visível na Capela Real ou na construção

[1] Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009). Em particular as páginas 331-453: desde "A Monarquia Barroca (1668-1750)" até às "Invasões Francesas, Tutela Inglesa e Monarquia Brasileira (1807-1820)".
[2] Ramos, *História*.
[3] Nuno Gonçalo Monteiro, "A Monarquia Barroca (1668-1750)", Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 331-333.
[4] Monteiro, "A Monarquia", 337.
[5] Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 23.
[6] Monteiro, "A Monarquia", 343.
[7] Diogo Ramada Curto, "A Capela Real: Um Espaço de Conflitos (Séculos XVI a XVIII)", *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas,* Anexo V, Espiritualidade e Corte em Portugal, (1993): 143-154.
[8] Monteiro, "A Monarquia", 347.
[9] Silva, *D. João V*.
[10] Silva, *D. João V*, 89.

do convento de Mafra. Com a ereção e consecutivas melhorias da Igreja Patriarcal, a Capela Real tornou-se o maior símbolo deste reinado:[11]

> Este monarca fundou-a, por fim, e dotou-a opulentamente. Os paramentos preciosos e a prata destinados ao serviço da igreja patriarcal absorveram as riquezas de muitas frotas do Brasil. Os vários panegiristas de D. João V são concordes em ressaltar que a criação da patriarcal foi um dos actos de relevo de seu reinado.[12]

"No longo período da sua doença D. João V parece ter sido tomado de um frenesim por obras na patriarcal. (…) A patriarcal tornou-se assim fixação do monarca enfermo."[13]

A obra de Maria Beatriz Nizza da Silva,[14] apresenta-nos uma imagem mais intimista de D. João V, principalmente depois de 1742, altura em que o rei adoece.

Com D. José, observa-se um corte com a política Joanina. D. José reina de 1750 a 1777, e é notável um claro distanciamento da vida religiosa que D. João V levava. Após o terramoto de 1755, e com o aparecimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, D. José parece ficar "na sombra do valido".[15] É Sebastião José de Carvalho e Melo, como ministro, que mais se destaca, verificando-se um certo afastamento da Igreja, especialmente depois de a Companhia de Jesus ser expulsa do país, afetando, principalmente, a educação (extinção do ensino primário a cargo dos jesuítas e o encerramento da Universidade de Évora).[16]

Na sequência do Terramoto, algumas instituições, como a Capela Patriarcal, não são reconstruídas, em detrimento dos teatros públicos, como o Teatro do Bairro Alto e o Teatro da Rua dos Condes.[17] Um facto que pode explicar esta questão é os reis gostarem mais de música profana, principalmente da ópera que era representada nesses teatros, do que a religiosa. Daí depreende a literatura que "dos novos reis, pode afirmar-se que eram grandes amantes da ópera, proibida na corte nos últimos anos do reinado de D. João V, e (...) que tinham uma notória antipatia pela patriarcal".[18]

---

[11] Silva, *D. João V*, 94-95.
[12] Silva, *D. João V*, 93.
[13] Silva, *D. João V*, 95.
[14] Silva, *D. João V*.
[15] Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José: Na Sombra de Pombal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006), 6.
[16] Monteiro, *D. José,* 137.
[17] Monteiro, *D. José,* 253-256.
[18] Nuno Gonçalo Monteiro, "O Tempo de Pombal (1750-1777)", Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 360.

Com D. Maria I (1777-1816) verifica-se um período de rutura com o precedente. Sobre o reinado de D. Maria I, Oliveira Ramos[19] escreve:

> Ao contrário da agenda régia de seu pai, que amiúde passava tarde pelo despacho onde assinava o expediente e ouvia breves explicações (se ouvia!), de Pombal ou de algum ministro, D. Maria I levou a peito as suas funções de imperante.[20]

O primeiro ato real é a demissão e condenação ao exílio a Marquês de Pombal. É possível observar-se uma política de distanciamento do reinado do seu pai, D. José, apesar de manter muitas das medidas do Marquês em vigor.

Na década de 80 do século XVIII, D. Maria assiste ao desaparecimento de D. Pedro, seu marido, do seu herdeiro, D. José, do seu confessor, Frei Inácio de São Caetano e do seu amigo e conselheiro, o Marquês de Angeja. Com isto, a rainha, que desde muito nova era propensa a melancolias, em dezembro de 1791 adoece. No ano seguinte é declarada incapaz e passa a governar o príncipe herdeiro, D. João, futuro D. João VI, como regente.[21]

Em 1799, D. João oficializa a sua condição de regente, facto que se revela polémico para alguns, como Seabra da Silva, chegando a alegar "que a regência implicava a convocação de uma reunião de cortes",[22] algo que não acontecia desde 1698. Os primeiros anos de oitocentos oscilaram entre paz e guerra. A nível diplomático: "(…) confrontavam-se então, entre os governantes portugueses, duas correntes, que têm sido apresentadas tradicionalmente como os «partidos» inglês e francês."[23]

Com a viragem do século, a situação política interna piora, sentindo-se que a pressão napoleónica, entre 1803 e 1806, tornou-se mais intensa. A partir de 1806, a crise política europeia agravou-se e, por isso, D. João VI viu-se obrigado a tomar certas decisões que marcaram a história do país. Com o perigo eminente de invasão franco-espanhola, o regente decide retirar a Corte de Lisboa para o Brasil.

Deste evento surgem duas grandes consequências. A primeira é o facto de haver uma espécie de regência Inglesa sobre Portugal e a segunda é a permanência da monarquia no Brasil, levando Rui Ramos a chamar-lhe "monarquia brasileira".[24] Além disto, vários são os artistas que seguem a Corte para a sua nova residência, como

---

[19] Luís de Oliveira Ramos, *D. Maria I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007).
[20] Ramos, *D. Maria I*, 82.
[21] Ramos, *D. Maria I*, 215.
[22] Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006), 66-67.
[23] Pedreira e Costa, *D. João VI*, 72.
[24] Rui Ramos, "Invasões Francesas, Tutela Inglesa e Monarquia Brasileira (1807-1820)", Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 446.

Nicolao e Pedro Carlos Heredia,[25] Policarpo Joze de Faria,[26] Eugenio Joze Farneze,[27] Marcos Portugal[28] e Vicente Della Corte.[29]

1.2. O Barroco e a Música

Após a breve apresentação da conjuntura política vivida no país durante o período em estudo, é necessário compreender o contexto cultural europeu e fazer o cruzamento com o contexto cultural vivido em Portugal. Nessa medida, é importante compreender o que é o Barroco. Para isso, captam-se, por comparação e cruzamento, os vários pontos de vista das obras*, La Cultura del Barroco,* de José Antonio Maravall,[30] *Dicionário Oxford de Música,* de Michael Kennedy,[31] *History of Music,* de Rui Vieira Nery e Paulo Ferreira de Castro,[32] e *História da Música Europeia,* de Jacques Stehman.[33]

José Antonio Maravall discute o conceito de Barroco, dizendo que:

> Nosotros creemos (y tal va a ser nuestra tesis) que el Barroco es una cultura que consiste en la respuesta, aproximadamente durante el siglo XVII, dada por los grupos activos en una sociedad que ha entrado en dura y difícil crisis, relacionada com fluctuaciones críticas en la economía del mismo período.[34]

É possível depreender que este autor tem uma visão muito sociológica e económica do fenómeno. Pelo contrário, Michael Kennedy é um autor que dá mais importância à questão artística, como se depreende da seguinte definição:

> Barroco. Termo (…) também usado para descrever a evolução paralela da música desde 1600 até à morte de Bach e Handel em 1750 e 1759 respectivamente. (…) De notar que os escritores do século XVIII usaram «barroco» com sentido pejorativo, como sinónimo de grosseiro e de gosto antiquado.[35]

---

[25] Joseph Scherepeel, *A Orquestra e os Instrumentistas da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Música, 1985), 37.
[26] Scherepeel, *A Orquestra*, 38.
[27] Scherepeel, *A Orquestra*, 38.
[28] António Jorge Marques, *Marcos Portugal (1762-1830): 250 Anos do Nascimento* (Lisboa: BNP, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical e Fundação da Casa de Bragança, 2012).
[29] Scherepeel, *A Orquestra*, 38.
[30] José Antonio Maravall, *La Cultura del Barroco* (Barcelona: Editorial Ariel, 2012).
[31] Michael Kennedy, *Dicionário Oxford de Música* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994).
[32] Rui Vieira Nery e Paulo Ferreira de Castro, *History of Music: Synthesis of Portuguese Culture* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991).
[33] Jacques Stehman, *História da Música Europeia* (Lisboa: Livraria Bertrand S.A.R.L., 1964).
[34] "Cremos (e essa vai ser a nossa tese) que o Barroco é uma cultura que consiste na resposta, aproximadamente durante o século XVII, dada pelos grupos ativos numa sociedade que tinha entrado numa dura e difícil crise, relacionada com flutuações críticas na economia do mesmo período" (Tradução nossa).
[35] Kennedy, *Dicionário,* 63.

Este conceito é importante, na medida em que explica que este movimento apenas chegue a Portugal em finais do século XVII, sendo o seu auge no século XVIII. numa época em que o Barroco já era considerado obsoleto em muitos pontos da Europa.

Para Jacques Stehman, o Barroco inicia-se no século XVII, e apresenta-se como essencial na História da Música. No entanto, este autor dá mais importância a um género musical muito específico que surgiu com este movimento, a ópera, não falando muito das restantes características desse movimento. Para este autor o barroco surge de um "desejo de renovação"[36] que inspira o aparecimento de um novo género, a ópera.[37]

Segundo Rui Vieira Nery e Paulo Ferreira de Castro,[38] a música barroca é uma tentativa de recuperar a música da antiguidade clássica e de fazer oposição ao sistema dos oito modos Gregorianos.[39] Esta nova modalidade musical apresenta diversas reformas, não só na oposição aos modos gregorianos como, também, na tonalidade sonora, os intervalos[40] utilizados, a preferência pela monodia,[41] homofonia[42] e pelas expressões mais dramáticas.

É neste período que se dá o apogeu da música instrumental, começando a aparecer pequenos grupos organizados, com três a nove instrumentistas, que se agrupavam em orquestras de câmara. Dá-se o desenvolvimento da ópera, com nomes como Claudio Monteverdi (italiano), Jean-Baptiste de Lully (francês),[43] Georg Friedrich Händel (alemão) e, em Portugal, Francisco António de Almeida, António José da Silva, o "Judeu", e a cantora lírica Luísa Rosa de Aguiar, mais conhecida por Luísa Todi.[44] Também se desenvolve a música clássica com o desenvolvimento das orquestras, maioritariamente sinfónicas, para fazerem o acompanhamento, nas óperas, e da música sacra.

---

[36] Stehman, *História,* 109.
[37] Stehman, *História,* 109.
[38] Nery e Castro, *History.*
[39] Nery e Castro, *History*, 75.
[40] Sobre este tema ver: Osvaldo Lacerda, *Compendio de Teoria Elementar da Musica*, 53-54, 86-100. Acedido em abril 2015. http://maestropaulino.com.br/site/wp-content/uploads/2011/02/Osvaldo-Lacerda-Compendio-de-Teoria-Musical.pdf.
[41] Monodia é o canto a uma só voz sem acompanhamento ou, em casos excecionais, acompanhado por um alaúde ou harpa.
[42] Homofonia é o ato de cantar por cima do acompanhamento, isto é, em uníssono com o acompanhamento, mas numa tonalidade diferente como por exemplo na Ópera.
[43] Stehman, *História*, 127, 129, 130-131.
[44] Nery e Castro, *History,* 89, 91, 92,101.

No período barroco português, que é um pouco tardio em relação aos outros países europeus, são criadas escolas de música, como por exemplo, o seminário do Patriarcal, fundado em 1713, e na Universidade de Coimbra, onde se dá especial atenção ao canto, para que fosse mais tarde aplicado no cerimonial religioso.[45]

No reinado de D. João V (1707-1750) a arte barroca foi muito difundida e promovida. Neste reinado, dá-se um forte desenvolvimento musical devido ao apoio do rei na educação musical (envio de músicos e compositores para estudar em Itália), o crescente estudo da música sacra no seminário da patriarcal e com a entrada da ópera italiana em Portugal. É D. João V que começa a praticar uma forte política de contratação de novos músicos e compositores italianos, sendo disso exemplo o italiano Domenico Scarlatti, que se torna Mestre da Capela Real, função que desempenha entre 1722 e 1723.[46]

Neste período também se desenvolve e renova a música sacra, especialmente, com a exaltação do uso dos instrumentos de tecla, como o órgão e o cravo. A música sacra teve um grande impacto na liturgia e é neste período que se começa a exaltar o canto e o instrumento como pertencentes à liturgia e como demonstração do sentimento religioso.[47]

1.3. Música e Músicos em Portugal

O século XVIII português foi um período muito rico no que toca à música. Independentemente do reinado, a política de bolsas régias a músicos, cantores e compositores foi sempre aplicada. Estes artistas tinham como objetivo aprimorar a sua formação e trabalhar nos países de acolhimento de forma a ganhar experiência. Além disto, foi um período muito influenciado pela chegada de novos estilos musicais, sendo o mais importante, a ópera. Esses novos estilos musicais trouxeram para o país músicos das mais variadas nacionalidades e, acima de tudo, fez com que os monarcas sentissem necessidade de enviar músicos e compositores portugueses para trabalhar fora do país.[48]

[45] Maria Luísa Martins Delerue e Eugénio dos Santos, *Para a História da Música em Portugal no Século XVIII* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982), 16.
[46] Nery e Castro, *History*, 90.
[47] Célia Ramos Ferreira Silva, "Os Órgãos de Tubos. Uma Expressão do Barroco". *Atas do II Congresso Internacional do Barroco: Atas* (Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2003), 151-156.
[48] Nery e Castro, *History,* 90.

Numa aproximação que vai do geral para o específico, o *Dicionário de História de Portugal,*[49] o *Dicionário de História Religiosa de Portugal,*[50] nomeadamente os dois artigos *Música Religiosa,* de José Augusto Alegria,[51] e *Música e Músicos,* de Fernando Lopes Graça[52] aduzem alguns contributos para uma mais fina contextualização desta matéria, em ordem a permitir nela situar a sociabilidade e as vivências das elites portuguesas do tempo, em particular as de Lisboa.

Estes artigos apresentam o contexto musical vivido em Portugal, em setecentos. O primeiro artigo expõe a evolução da música religiosa no reino, apresentando as várias correntes musicais (do canto gregoriano à polifonia) e os principais protagonistas portugueses da altura, como António Teixeira ou João de Sousa Carvalho.[53] O segundo artigo apresenta-se mais específico, na medida em que aponta nomes de músicos e compositores, relacionando-os com a obra deixada, como, por exemplo, Carlos Seixas, Marcos António de Portugal, Francisco António de Almeida, António Teixeira ou António José da Silva. [54] Uma outra questão importante é que este autor não se centra apenas na obra sacra destes músicos e compositores, mas também no âmbito profano das suas obras profanas.

A *História da Música Europeia,* de Jacques Stehman,[55] é também útil para melhor compreendermos o contexto cultural europeu e fazer o cruzamento com o contexto cultural português. O autor defende, como vimos, que o Barroco apenas se manifesta em Portugal no final do século XVII enquanto que em Itália, França ou Inglaterra este já se verifica desde inícios do século.[56] "Eis, portanto, o Barroco, que vai reinar sobre a música entre 1600 e 1750 aproximadamente".[57]

> "(…) o Barroco abrange praticamente toda a produção musical dos séculos XVII e XVIII, pelo menos até cerca de 1750. Por outro lado, ele adquire diversas expressões conforme os países: luxuriante, apaixonado e fluente em Itália, torna-se teatral, pomposo, bastante

[49] Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971).
[50] Carlos Moreira Azevedo, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000-2001).
[51] José Augusto Alegria, "Música Religiosa", Carlos Moreira Azevedo (ed.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2001), 292-299.
[52] Fernando Lopes Graça, "Música e Músicos", Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), 359-364.
[53] Alegria, "Música", 292-299.
[54] Graça, "Música", 359-364.
[55] Stehman, *História.*
[56] Stehman, *História*, 109.
[57] Stehman, *História*, 112.

frio em França, enfático, pesado e sensual na Alemanha, poético e feérico na Inglaterra, sobrecarregado de ornamentos em Espanha e em Portugal".[58]

Obras como *História da Música Portuguesa,* de João de Freitas Branco,[59] *History of Music,* de Rui Vieira Nery e Paulo Ferreira de Castro,[60] e *Olhares sobre a História da Música em Portugal,* coordenado por Jorge Alexandre Costa[61] forneceram inúmeros nomes de músicos e compositores que estudaram e trabalharam no estrangeiro ou no país, e quais as suas funções. Nomes como Estêvão Ribeiro Francês, Julião Maciel, João de Sousa Carvalho, Carlos Seixas, Francisco António de Almeida, António José da Silva e António Teixeira.

Além de fornecer estes nomes, fornecem uma clara perspetiva sobre a política de contratação de estrangeiros, praticada por D. João V e D. José, para trabalhar na Capela e Seminário Patriarcal,[62] na compra de obras, no envio de pensionistas régios para Itália e na construção do primeiro teatro público, a Academia da Trindade.

Durante o reinado de D. José I, os teatros públicos ganham lugar de destaque na sociedade lisboeta, sendo os principais o Teatro do Bairro Alto, com os seus espetáculos de marionetas, e o Teatro da Rua dos Condes.[63] Durante este período continuam a chegar estrangeiros a Portugal para aqui trabalharem como Gioacchino Conti, Anna Zamperini, Henrique Van Casteel, Anton Raaf ou David Perez.[64]

É importante referir que todos estes estrangeiros são de grande relevância no contexto musical internacional. Por exemplo, Henrique Van Casteel foi um importante construtor de cravos, clavicórdios e pianos fortes que se instalou em Lisboa.[65] Anton Raaf era um tenor, que já em idade avançada se apresentou em Munique para cantar peças de Mozart, além disso foi o cantor escolhido para representar o papel principal na ópera de David Perez, que inaugurou a Ópera do Tejo.[66] De Nápoles chegou David Perez, importante compositor que se apresentou em Londres, em 1774. Em Portugal, exerceu a função de mestre dos Infantes, de principal compositor de Corte e responsável pela ópera que inaugurou o principal teatro do reinado de D. José.[67]

[58] Stehman, *História,* 113.
[59] João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa* (Lisboa: Publicações Europa América, 2005).
[60] Nery e Castro, *History.*
[61] Jorge Alexandre Costa, *Olhares Sobre a História da Música em Portugal* (Vila do Conde: Verso da História, 2015).
[62] Nery e Castro, *History*, 80-90.
[63] Nery e Castro, *History,* 92.
[64] Nery e Castro, *History*, 99.
[65] Costa, *Olhares,* 155.
[66] Branco, *História,* 207.
[67] Costa, *Olhares,* 138-143.

Gioacchino Conti era filho do cantor e compositor Niccola Conti, também presente em Lisboa. Ficou conhecido como Gizziello.[68] Devido à sua condição de *castratti* apresentou-se em várias cidades europeias como Roma, Nápoles, Londres – onde trabalhou para Handel – e Lisboa, onde participou em todas as óperas representadas na Ópera do Tejo.[69] Anna Zamperini foi uma famosa cantora italiana, uma *prima donna,* com várias aparições nos teatros italianos e lisboetas. Tornou-se polémica ao envolver-se com o Conde de Oeiras, filho do Marquês de Pombal, resultando na proibição de mulheres em palco.[70]

Segundo a obra *History of Music*,[71] durante o reinado de D. Maria I, a atividade operática diminui, apesar da inauguração do Teatro de S. Carlos, em 1792,[72] enquanto que o artigo de Luísa Cymbron, nos diz que:

> Nas suas linhas gerais, o panorama da música em Portugal no século XIX é marcado pela supremacia da tradição vocal italiana nas suas diferentes facetas e pela persistência de modelos de organização da vida musical com raízes no Antigo Regime.[73]

Rui Vieira Nery explica que, em 1716, são realizadas várias serenatas ao estilo italiano para festejar os aniversários de D. João V, de D. Maria Ana e dos príncipes. Para isso afirma:

> Of the representations of these *serenatas* in the majority of cases only the notices of the Gazeta de Lisboa have reached us and only sporadically the respective libretti, that not always even mention the composers responsible for the music, amongst whom Domenico Scarlatti, the Baron of Astorga and Francisco António de Almeida.[74]

João de Freitas Branco usa a *Gazeta de Lisboa* para sustentar a sua argumentação sobre os músicos estrangeiros que residiam ou trabalhavam em Portugal, em particular Scarlatti.

> Esse músico de justificado destaque era Domenico Scarlatti, de quem segundo reza a Gazeta de Lisboa, se cantou na Igreja de S. Roque, no último dia do ano de 1721, o hino

[68] Nery e Castro, *History,* 98.
[69] Aline Gallasch-Haal de Beuvink, *Ressuscitar a Ópera do Tejo: O Desvendar do Mito* (Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2016), 27-37.
[70] Nery e Castro, *History,* 101.
[71] Nery e Castro, *History.*
[72] Nery e Castro, *History*, 100 a 102.
[73] Luísa Cymbron, "A Música em Portugal no século XIX: Uma Panorâmica", Jorge Alexandre Costa (ed.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal.* Vila do Conde: Verso da História, 2015, 161-212.
[74] Nery e Castro, *History*, 90. "Na maioria dos casos das representações dessas serenatas, somente chegaram até nós as notícias da Gazeta de Lisboa e, esporadicamente, o respetivo libreto, que muitas das vezes nem sequer menciona os compositores responsáveis pela música, nomeadamente Domenico Scarlatti, o barão de Astorga e Francisco António de Almeida" (Tradução nossa).

Te Deum Laudamus, em celebração de agradecimento de todos os benefícios concedidos por Deus Nosso Senhor, durante o ano, a este reino e seus habitantes.[75]

Uma obra que se revelou importante para perceber o ensino musical, neste período, em Portugal foi *«Boa voz de tiple, sciencia de Música e prendas de acompanhamento»: O Real Seminário da Patriarcal, 1713-1834,* de Cristina Fernandes.[76] Esta obra explica a história do Real Seminário de Música da Patriarcal, desde a sua evolução até ao memento em que a Capela Real é elevada a Basílica Patriarcal. Nele podemos perceber a organização e o sistema de ensino, uma vez que são apresentados os *Estatutos* aprovados por D. José em 1764,[77] bem como a organização das turmas e as aulas de canto, composição, cordas e instrumentos de sopro. São várias as questões apresentadas pela autora como as obras ensinadas, os exercícios de solfejo, a arte do canto, as árias, o repertório sacro,[78] entre outros.

Este livro é importante para este estudo na medida em que nos apresenta uma visão muito intimista da vida do seminário, das pessoas que o frequentavam e que, na maioria das vezes, partiam para Itália para aí aprofundar os seus estudos. São exemplos disso, nomes como António Teixeira, João Rodrigues Esteves, Francisco António de Almeida, João de Sousa Carvalho, Jerónimo Francisco de Lima e seu irmão Brás Francisco de Lima, Joaquim de Santa Anna, Camilo Cabral e José de Almeida.[79] A maioria destes compositores e cantores, após a sua chegada de Itália, integraram o corpo docente do Seminário (chegando mesmo a mestres) ou tornaram-se cantores da Patriarcal.[80]

Outra obra que foi utilizada para o estado da arte foi *A Orquestra e os Instrumentistas da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834,* de Joseph Scherpereel.[81] Esta obra é importante porque fala sobre uma entidade que nenhum autor menciona, a Orquestra Real, de que apresenta os instrumentistas, os concertos e o repertório. Durante este período (1764-1834), 143 foram os músicos que pela orquestra passaram. O autor fala em 55 de origem italiana, 35 de origem portuguesa, 25 de origem espanhola, 22 de origem germânica, 5 de origem francesa e 1 de origem inglesa. Afirma, no entanto:

---

[75] Branco, *História,* 196.
[76] Cristina Fernandes, «*Boa Voz de Tiple, Sciencia de Música e Prendas de Acompanhamento». O Real Seminário da Patriarcal, 1713-1834* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal: INET-MD, Instituto de Etnomusicologia, Centros de Estudos de Música e Dança da Universidade Nova de Lisboa, 2013).
[77] Fernandes, «*Boa*», 27.
[78] Fernandes, «*Boa».*
[79] Fernandes, «*Boa»,* 11-12.
[80] Fernandes, «*Boa»,* 12.
[81] Scherepeel, *A Orquestra*.

> Se bem que a grande maioria desses nomes seja estrangeira, deve notar-se que muitos dos músicos que os usavam tinham nascido em Lisboa e devem, por conseguinte, ser considerados como portugueses. Deste modo, os cinco Avondano, os dois Biancardi, João Domingos Bomtempo, os dois Canongia, Guilherme e Vicente Della Corte, Joze Maria Garcia, os três Gazul, Caetano e João Jordani, João Cyriaco Lence, Joze Maria Loforte, Mazza, Pessina, Pink, Joaquim Pedro Rodil, Joze Romano (Júnior), Romero e Sabater devem transitar do número de estrangeiros para o número de portugueses (…).[82]

Esta questão é importante porque os músicos deixam de ser italianos ou portugueses para começarem a ter o seu nome, ou seja, há uma preocupação em saber quem eram estes músicos, de onde vieram e o que fizeram.

1.4. Teatro em Portugal

Num período em que Domenico Scarlatti domina a Capela Patriarcal Portuguesa, ainda dominada por compositores e executantes estrangeiros, a música deixa de ser só palaciana ou eclesiástica. Começam a aparecer os Teatros. Em 1731 chega a Portugal uma Companhia Italiana, com o objetivo de fazer do Pátio das Comédias o primeiro Teatro de Ópera do país. Apesar da dificuldade em conseguir a licença régia, este teatro é inaugurado em 1733 com a primeira ópera composta por um Português, Francisco António de Almeida, e com libreto Italiano de Alexandre de Gusmão.[83] Mas este Teatro da Ópera não é o único centro de cultura existente. O Teatro do Bairro Alto, o Teatro da Rua dos Condes ou o Teatro do Convento da Trindade animavam a capital com variados eventos culturais, principalmente de música incluindo teatro, concertos, óperas ou mesmo óperas com fantoches, de autoria de António José da Silva, mais conhecido como "*O Judeu*".[84]

No reinado de D. José I, a política de aproximação à Santa Sé deixa de ser prioridade. No que diz respeito à música, uma das primeiras medidas de D. José foi a construção da Ópera do Tejo, nos Paços da Ribeira. Este edifício funcionava como Teatro, com capacidade para 600 lugares, e foi inaugurado no dia de aniversário da Rainha com uma ópera de David Perez. No entanto, passados apenas 7 meses, este teatro ficaria reduzido a cinzas devido ao Terramoto sentido em Lisboa, no dia 1 de novembro de 1755.[85] Na sequência desta catástrofe, a Corte refugiou-se no Palácio da

[82] Scherepeel, *A Orquestra*, 89.
[83] Branco, *História,* 200.
[84] Nery e Castro, *History*, 92.
[85] Branco, *História*, 205.

Ajuda, e com isto, procedeu-se à construção de um pequeno teatro, o Teatro da Ajuda. Além deste teatro, D. José manda construir mais dois, um em Salvaterra, onde a Família Real caçava e, um outro, no Palácio de Queluz.[86]

Os teatros públicos tinham um papel de destaque nas representações artísticas. O Teatro do Bairro Alto,[87] situado no Pátio do Conde do Soure, tinha ficado conhecido com as representações de ópera de fantoches do "*Judeu*" mas ficou destruído com o Terramoto. Em 1761 é inaugurado o novo Teatro do Bairro Alto e, numa primeira fase, continua a representação de óperas de fantoches, até que, em 1765, é ampliado e volta-se às normais representações de óperas italianas.[88] Um outro teatro, que é reconstruído no início da década de 60, em 1762, é o Teatro da Rua dos Condes. Neste Teatro representou a cantora Anna Zamperini. Esta cantora, ao envolver-se com o Conde de Oeiras,[89] fez com que o Marquês de Pombal decretasse a sua expulsão e a proibição de representações de mulheres em palco.[90]

Durante o Reinado de D. Maria I, a *viradeira,* verifica-se um abandono das representações operáticas nos teatros da Corte, no Teatro do Palácio da Ajuda e no Teatro do Palácio de Queluz. Nestes teatros, as óperas representadas deixaram de ser *operas serias* para passarem a ser *operas buffas,* sendo mesmo assim mais frequente as árias, serenatas e concertos. Este abrandamento musical pode-se ter devido às restrições económicas sentidas na Corte de D. Maria.[91] Devido à proibição de mulheres em palco, levada a cabo por Diogo Inácio de Pina Manique, Chefe da Polícia, a ópera passou por um período de crise, uma vez que muitos cantores *castratti* se recusavam a fazer o papel de mulher.[92] No entanto, em 1793 é inaugurado o Teatro de S. Carlos, ficando a direção musical entregue a António Leal Moreira, um compositor que tinha estudado em Itália, sido mestre do Seminário da Patriarcal e distinguia-se com o seu repertório sacro e para orquestra.[93]

Uma situação que é transversal aos três reinados é a chegada de *castratti* a Portugal. Estes cantores passavam por uma operação cirúrgica, antes da muda de voz,

[86] Branco, *História*, 205-206.
[87] As autoras Maria Alexandra da Câmara e Vanda Anastácio defendem que vários foram os Teatros que usaram a denominação «Teatro do Bairro Alto»: "É sob a designação de Teatro de Bairro Alto, que existiam em Lisboa três casas de espetáculo no século XVIII e princípios do século XIX (Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara e Vanda Anastácio, *O Teatro em Lisboa no Tempo do Marquês de Pombal* (Lisboa: IPM e Museu Nacional do Teatro, 2005), 96).
[88] Branco, *História,* 206.
[89] Conde de Oeiras era o Presidente da Câmara de Lisboa e filho de Marquês de Pombal.
[90] Branco, *História,* 206.
[91] Nery e Castro, *History*, 100-101.
[92] Nery e Castro, *History*, 102.
[93] Manuel Valls Gorina, *Que é a Música?* (Lisboa: Editorial Verbo, 1971), 163-164.

o que motivava o não desenvolvimento da laringe.[94] Desta forma, estes homens conservavam vozes com registos agudos durante até uma idade bastante avançada. Esta técnica foi muito apreciada durante o século XVIII europeu, e Portugal não foi diferente. Vários foram os *castratti* que passaram pelo país. Os mais célebres foram Gizzielo, Anton Raaff, Guadagni, Manzuoli, Crescentini, Tamberlick e Caruso.[95]

A obra *O Teatro em Lisboa no Tempo do Marquês de Pombal*, de Maria Alexandra da Câmara e Vanda Anastácio,[96] centra-se no teatro desde a segunda metade do século até ao reinado de D. João VI (sensivelmente de 1750 à partida da corte para o Brasil em 1807), inserido numa nova conceção de teatro "O Teatro como «Escola dos Povos»",[97] bem como o aparecimento de instituições ligadas à arte como a Academia de Belas Letras. As autoras fazem um apanhado da censura, fazendo o cruzamento entre as diversas instituições que a aplicavam e os textos que apareciam nos diversos teatros. Além disso, também desmontam as diferentes tipologias do teatro, como o "teatro musicado", "teatro de inspiração clássica", o "elogio dramático e dramas alegóricos", "o teatro ao gosto português" e o "cordel".[98] Por último, apresentam um breve contexto/história dos diversos teatros presentes em Lisboa do século XVIII, dando lugar de destaque à relação de D. José com a Real Ópera do Tejo, não deixando de mencionar outros como os teatros da Ajuda, Salvaterra, Queluz, Bairro Alto, entre outros.[99]

As obras *Opera in Portugal 1793-1828: A study in the repertoire and its spread,* de David John Cranmer,[100] e *La ópera cómica italiana en la Corte portuguesa durante el reinado de João V (1728-1740),* de Gian Giacomo Stiffoni[101] foram o resultado de algumas pesquisas efetuadas em bases de dados e revistas estrangeiras da especialidade. O primeiro estudo citado dá informações sobre os principais teatros de Lisboa, em especial o Teatro de São Carlos, as diferentes fases do teatro e a presença da ópera no Porto.[102]

---

[94] Branco, *História*, 207.
[95] Branco, *História*, 208-209.
[96] Câmara e Anastácio, *O Teatro.*
[97] Câmara e Anastácio, *O Teatro*, 5.
[98] Câmara e Anastácio, *O Teatro*, 59-76.
[99] Câmara e Anastácio, *O Teatro*, 79-123.
[100] David John Cranmer, Opera in Portugal 1793-1828: A Study in Repertoire and its Spread (Londres: Universidade de Londres, 1997).
[101] Gian Giacomo Stiffoni, "La Ópera Cómica Italiana en la Corte Portuguesa Durante el Reinado de João V (1728-1740)", *Revista Portuguesa de Musicologia* (1997/98): 163-198.
[102] Cranmer, *Opera*.

O segundo estudo fala na existência de um pequeno teatro privado pertencente à rainha D. Maria Ana e na importância deste para a italianização da ópera em Portugal.[103] Explica também a difusão da serenata e da cantata, que se apresentaram como um "divertimento musical"[104] no palácio real. Durante o artigo, Stiffoni vai mencionando várias óperas representadas em Portugal, explicando a sua importância relativamente ao tema proposto, relacionando-as com as diversas linhas[105] e atores/cantores e compositores italianos presentes em Lisboa. Por último, o autor utiliza a *Gazeta de Lisboa* para enunciar alguns momentos da vida cultural lisboeta, por exemplo uma representação de Domenico Scarlatti no palácio real:

> Una excepción pudo ser el Festeggio armonico con música de Scarlatti representado en enero de 1728 y que la Gazeta de Lisboa nos relata haber sido ejecutado en el apartamento privado de la reina, «em uma especie de teatro que para este fim se fabricou».[106]

Feita esta abordagem aos estudos sobre o tema, passamos à apresentação da fonte que pretendemos estudar.

2. A Gazeta de Lisboa

O movimento tipográfico português parece ter sido mais lento do que nos restantes países da Europa, havendo notícia de que o primeiro periódico setecentista português foi a *Gazeta*, com publicação esporádica e apenas relativa aos meses de agosto e outubro de 1704.[107]

A 29 de Maio de 1715, o impressor António Correia de Lemos recebe, por alvará régio, o privilégio de tradução e impressão de todas as notícias estrangeiras. Esta fonte é uma publicação periódica que surge a 10 de agosto de 1715, e tem uma atividade ininterrupta até janeiro de 1760.[108] A *Gazeta de Lisboa* foi o periódico mais duradouro da primeira metade do século XVIII, além de ser o único com impressão autorizada.[109]

---

[103] Stiffoni, *La Ópera*, 163.
[104] Stiffoni, *La Ópera*, 164.
[105] Dependendo da cidade em que os compositores fizeram a sua formação, as óperas vão-se modificando ligeiramente. As mais importantes linhas são as de Nápoles e as de Roma.
[106] Stiffoni, *La Ópera,* 164. "Uma exceção pode ser o *Festeggio armonico* com música de Scarlatti, representado em janeiro de 1728, e que é relatado na Gazeta de Lisboa como tendo sido executado nos aposentos privados da rainha, «em uma espécie de teatro que para este fim se fabricou»" (Tradução nossa).
[107] André Belo, *As Gazetas e os Livros: A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), 35.
[108] Belo, *As Gazetas,* 35-36.
[109] Belo, *As Gazetas,* 37.

O primeiro número desta *Gazeta* denominava-se *Notícias do Estado do Mundo* devido ao privilégio dado ao impressor, de tradução e resumo de notícias das gazetas alemãs, turcas, polacas, suecas, inglesas, francesas e espanholas, aparecendo em último lugar as notícias relativas à corte portuguesa e alguns anúncios a livros. A partir do 2º número, recebe o nome de *Gazeta de Lisboa,* nome esse que mantém até 1718.

Em janeiro de 1718, o periódico passa a ser designado *Gazeta de Lisboa Ocidental* na sequência da divisão da diocese da cidade de Lisboa em parte ocidental e parte oriental. Este título manteve-se inalterado até finais de agosto de 1741, ano em que esta divisão administrativa deixa de funcionar.[110]

De 1715 a 1742, o formato da *Gazeta de Lisboa* foi-se modificando ligeiramente. Este periódico iniciou-se com 8 páginas, onde era apresentado ao leitor o resumo das notícias estrangeiras, relacionadas principalmente com a casa real e a corte desses países. Até 1717, o número de páginas varia entre 4 e 8 constantemente, sendo o único motivo aparente a necessidade de relatar os acontecimentos dos conflitos armados, a guerra contra os turcos.[111] Um outro aspeto que se modifica é o facto de, a partir de 26 de dezembro de 1716, deixar de sair aos sábados para começar a sair às quintas-feiras.

Entre 1741 e 1748, o periódico passa a ser administrado por José Roiz Roles, sobrinho de António Correia de Lemos, devido à sua morte. É durante esta administração que surge, a 20 de setembro de 1742, o *Suplemento à Gazeta de Lisboa.*[112] Para além das 8 páginas da *Gazeta*, são acrescentadas mais 8 páginas de *Suplemento*. Neste *Suplemento* são inseridas notícias sobre o estrangeiro, o reino de Portugal e pequenos anúncios, na sua maioria de livros, à imagem do que já acontecia na própria *Gazeta.* Com este reforço, a *Gazeta* passa a ser um periódico bi-semanal, uma vez que a *Gazeta de Lisboa* passa a sair às terças-feiras e o *Suplemento à Gazeta de Lisboa* às quintas-feiras.

A redação da *Gazeta de Lisboa* começou por ser feita por José Freire Monterroio de Mascarenhas, um escritor português com formação em filosofia e matemática. Em 1741, o impressor António Correia de Lemos morre e a sua oficina é herdada pelos seus filhos. Na sequência de litígios entre Monterroio de Mascarenhas e a família de Correia de Lemos, o primeiro recebe o privilégio de impressão da *Gazeta* em 1752, passando a ser o redator e impressor.[113] Com esta nova direção, o *Suplemento* é abandonado e a

[110] Belo, As Gazetas, 37.
[111] Facto observado na leitura da *Gazeta de Lisboa*.
[112] Belo, As Gazetas, 53.
[113] Belo, As Gazetas, 38.

antiga formatação da *Gazeta de Lisboa* retoma, ou seja, volta a sair às quintas-feiras, mantendo-se assim até 1760.[114]

Com a morte de José Mascarenhas, em 1760, e, com a *Gazeta* tornar-se posse dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, esta passa a ser redigida por Pedro António Correia Garção. Neste mesmo ano, pode-se observar algumas alterações relativas ao formato, como por exemplo a alteração da designação de *Gazeta de Lisboa* para apenas *Lisboa* e o facto de o texto passar a ser apresentado em duas colunas, abandonando o formato livreiro. Além disso, é diminuída para 4 páginas e o *Suplemento* volta a ser utilizado, aparecendo também com 4 páginas.

Com este novo formato da *Gazeta*, a publicação periódica *Lisboa*, teve uma duração de dois anos uma vez que "foi suprimido (...), em Julho de 1762, por ordem expressa do marquês de pombal, que terá ficado desagradado com o seu conteúdo".[115] Apesar desta supressão, no início do reinado de D. Maria I, em 1778, a *Gazeta de Lisboa* reaparece e a funcionar com esta designação, e a sua redação passa a ser feita por Félix António Castrioto.

Entre 1778 e 1820, a *Gazeta de Lisboa* tem uma atividade contínua, até que, devido à à revolução liberal e rutura com o absolutismo do antigo regime, começa a ser publicada em simultâneo com o *Diário do Governo*. No ano seguinte, estes dois periódicos juntam-se sobre a designação do segundo. A partir desta data, o D*iário do Governo* vai recebendo novos nomes esporadicamente.

Ao longo da sua existência, a *Gazeta de Lisboa* foi impressa em vários locais. Entre 1715 e 1716, a impressão desta publicação periódica foi feita por Valentim da Costa Deslandes na Real Oficina Deslandesiana, por desistência deste passa para a Oficina de Pascoal da Silva, um impressor régio. Pascoal da Silva é sucedido por José António da Silva entre 1716 e 1725 e de 1726 a 1734 passa para a oficina de Pedro Ferreira, que era impressor régio desde 1730. Após este período, a impressão para a oficina de António Correia de Lemos, o detentor do privilégio real onde fica até 1752 (até 1741 à responsabilidade de António Correia de Lemos e, após esse ano, pelo seu herdeiro Luís José Correia de Lemos, devido ao falecimento de seu pai). No ano de 1752, a impressão retorna à oficina de Pedro Ferreira, nesse período impressor da rainha, e aí se mantém até 1760.[116]

[114] Belo, *As Gazetas*, 38.
[115] Belo, *As Gazetas*, 36.
[116] Belo, *As Gazetas*, 38-39.

Segundo o *Mapa da despesa,*[117] entre 1740 e 1748 a *Gazeta* tinha uma tiragem de 1500 exemplares e o *Suplemento* de 1000[118] (a partir de 1742). No entanto, segundo o *Folheto de Lisboa*, datado de 2 de abril de 1742, a tiragem era inferior a esses 1500 exemplares relatados no *Mapa da* despesa, uma vez que apresenta para 1740, a impressão de apenas 450 exemplares que, em 1742, aumentaram para 650 exemplares.[119]

Esta fonte poderá ser dividida em, pelo menos, 3 etapas. A primeira de 1715 a 1742, com o aparecimento e evolução da *Gazeta*, de 1742 até 1762 com o aparecimento de um *Suplemento* e sua instabilidade, isto é, com a sua supressão e subsequente retorno, o que demonstra um crescimento do periódico ao ponto de ser necessário torná-lo bissemanal, e, por último, de 1778 a 1820 com o retorno do periódico e sua estabilização.

Os principais vendedores deste periódico eram os detentores do privilégio, por assinatura ou a partir do local da impressão, isto é, a oficina que tinha sido de António Correia de Lemos e que depois da sua morte passaria para Luís José Correia de Lemos.[120] Até 1741 há notícia que era vendida em livrarias como Matias Pereira da Silva (loja na Rua Nova), Manuel Figueiredo (loja no Arco da Consolação), José Gomes Claro (Rua Nova); José Antunes Pedroso (Rua da Prata) e Manuel Diniz (Cordoaria a Velho), sendo que há notícia de que entre 1727 e 1730 a venda se tenha concentrado na loja de Manuel Diniz. A partir de 1741, Guilherme Diniz[121] passa a ser o livreiro que vende o periódico. Em 1752, há uma multiplicação de locais de venda, passando a ser comerciada por homens como Jerónimo Francisco de Araújo, Agostinho Xavier, Bento Soares, Caetano da Silveira, João Rodrigues, Isidoro do Vale ou Manuel Pereira. A partir de 1757, a *Gazeta* passa a ser vendida na cidade do Porto, na loja de António Pires Henriques, na Rua dos Mercadores. Por último, são apontados os preços de 40 réis para a *Gazeta de Lisboa* e 30 réis para o *Suplemento*.

[117] Citado por Belo, *As Gazetas,* 53.
[118] Belo, *As Gazetas*, 53.
[119] Belo, *As Gazetas*, 53-54.
[120] Belo, *As Gazetas*, 55.
[121] Segundo André Belo, Guilherme Diniz seria, muito provavelmente, filho de Manuel Diniz.

3. Música na Gazeta de Lisboa

Ao longo da redação da *Gazeta de Lisboa,* várias foram as notícias relacionadas com música. 270 são as menções a manifestações profanas tais como, bailes, serenatas, elogios dramáticos, teatro musicado, entre outros.

Quadro 1. Número de Representações Musicais Profanas

Representação Musical	Número
Elogios Dramáticos	7
Bailes	25
Serenatas	143
Teatro de Inspiração Clássica	2
Comédias	41
Sonatas	2
Árias	1
Concerto	19
Teatro Musicado	30
Cantata	2
Total	**272**

Fonte: *Gazeta de Lisboa.*

Tentemos perceber de que tipo de manifestações se trata. As autoras Maria Alexandre Trindade Gago da Câmara e Vanda Anastácio,[122] dividem o teatro em cinco tipologias: o "teatro musicado", "teatro de inspiração clássica", "elogios dramáticos e dramas alegóricos", "teatro «ao gosto português»" e o "cordel". Segundo as notícias da *Gazeta de Lisboa*, apenas o "teatro «ao gosto português" e o "cordel" não se verificaram, sendo que algumas dessas tipologias foram encontradas com outro nome. Pensa-se que as tipologias "Teatro «ao gosto português»" e "cordel" não aparecem mencionadas em nenhuma notícia porque os redatores estavam mais preocupados com as representações musicais mais eruditas ou elitistas, como é o caso da ópera e da serenata.

[122] Câmara e Anastácio, *O Teatro.*

Para as autoras, "teatro musicado" são "os textos destinados a ser dramatizados ou encenados com acompanhamento musical"[123] e dentro deste grupo pode ser inserido o teatro lírico e a ópera. No primeiro caso, não se verificou nenhuma menção, mas a ópera foi noticiada trinta vezes. Ficam aqui alguns exemplos de notícias: "No Paço se continuam os divertimentos de Carnaval, com a Opera intitulada *La Rifa di Democrito*, representada pelos Musicos Italianos da Casa Real".[124]

> Escreve se de Villa Viçosa, que a 7 deste ultimo mez fizéram os Ministros da Real Capella daquella Villa em aplauso das melhoras del Rey nosso Senhor huma Opera Magnifica, intitulada o *Roubo do Velocino de Ouro*, a que assistio toda a Nobreza e se determina dar ao prelo.[125]

Em relação ao "teatro de inspiração clássica", as autoras referem-se a "um regresso aos modelos da Antiguidade greco-latina (e dos seus imitadores do século XVI, Camões, António Ferreira, etc.), como alternativa ao que então passou a ser designado por «seiscentismo» e que podemos identificar, *grosso modo,* com os hábitos de escrita da prática barroca".[126]

> Eva e Ave, ou Maria triunfante, composto por António de Sousa de Macedo, acrescentado nesta quarta impressão com o Dominio sobre a fortuna, obra do mesmo autor, vende-se na Rua Nova na logos da viuva de Carlos do Valle Carneyro.[127]

> Domingo de tarde 11 do corrente na Basílica Patriarcal, em presença do senhor Patriarca assistio do Collegio dos Illustrissimos Conegos e das mais Ierarquias Ecclesiasticas, se recebeu a Serenissima Senhora Infante D. Maria com o Serenissimo Infante Principe das Asturias D. Fernando, sendo procurador do mesmo Principe neste acto El Rey N Senhor, assistindo a Rainha N Senhora, o Principe e os senhores Infantes, os Embayxadores de El Rey Catholico, e todos os grandes e Nobreza da Corte concorreu a este acto, lucidamente vestida. À noite depois de arderem os fogos artifficiaes houve hum festejo armonico no quarto da Rainha N. Senhora em hũa especie de theatro, que para este fim se fabricou, concluindo se tudo com huma salva geral de artelharia, na forma que ja esta referido.[128]

[123] Câmara e Anastácio, *O Teatro,* 59.
[124] *Gazeta de Lisboa*, 1736, nº6.
[125] *Gazeta de Lisboa*, 1744, nº9.
[126] Câmara e Anastácio, *O Teatro,* 62.
[127] *Gazeta de Lisboa*, 1716, nº44.
[128] *Gazeta de Lisboa*, 1728, nº3.

No caso dos "elogios dramáticos e dramas alegóricos" as autoras explicam que estes tinham como objectivo a "glorificação da Monarquia, da Religião e do Estado".[129] São sete as notícias que se encontraram e que cabem nesta tipologia:

> Na aulla do Collegio de S. Antão da Companhia de Jesus, se representou quinta feyra da semana passada, com assistencia de muyta Nobreza, e concurso numeroso de gente, e com hum coro de vozes, e instrumentos muy ajustados, hum acto Dramatico, intitulado *Angola triumphatrix* em obsequio da eleyção, e sagração do Ilustrissimo Bispo de Angola D. Fr. Manoel de Santa Catharina, dividido em 14 scenas, todas dirigidas a applaudir as virtudes, e prendas do mesmo Prelado, competindo Portugal com Angola sobre a sua presença; obra erudita, engenhosa e elegante, composta pelo Reverendo P. Joseph Leyte, Mestre da Segunda Classe, cujos interlocutores eraom seus discipulos, e representaraom com muyta propriedade os seus papeis.[130]

> Nesse dia á noite se cantou no Real Palácio perante S. M. e AA. hum Drama intitulado *Bauce e Palemone*, cuja letra foi composta por Caetano Matinelli e a musica por João Cordeiro da Silva.[131]

As restantes denominações foram mantidas, obedecendo às tipologias utilizadas pelo redator das notícias. Por serenata, entende-se "música noturna, ou, com mais exatidão, música para o entardecer".[132] As serenatas foram a manifestação musical mais noticiada, sendo encontradas 143 notícias. Caso disso são:

> Quarta feyra da semana passada em que se celebra a festa do glorioso S. Carlos, (...) de S. Mag. Imp. e do Senhor Infante, ultimo filho de S. Magest. que Deos guarde, se vestio de gala a Rainha N. S. e toda a Corte. S. Mag. foy de manha visitar a Capella deste Santo na Igreja do Espirito Santo, e de noyte houve serenata no Paço, com varios instrumentos.[133]

> Na mesma noite houve no Palacio de Sua Eminencia huma Serenata italiana, intitulado o *Triunfo da Virtude* que lhe foy dedicada pelo Collegio dos Cantores Italianos da Santa Basilica Patriarchal, em obsequio da sua exaltaçaom, assistindo a ella toda a Nobreza da Corte, a que Sua Eminencia fez dar huma magnifica collaçaom,e copioso refresco de todo o genero de doces e bebidas.[134]

[129] Câmara e Anastácio, *O Teatro,* 68.
[130] *Gazeta de Lisboa*, 1720, nº30.
[131] *Gazeta de Lisboa*, 1789, nº17.
[132] Kennedy, *Dicionário,* 655.
[133] *Gazeta de Lisboa*, 1716, nº46.
[134] *Gazeta de Lisboa*, 1728, nº18.

O Baile também era uma prática muito comum na época. No entanto, apenas 25 vezes foi noticiada. Tomemos, como exemplo:

> Pelas Cartas de Hollanda de 17 de Janeyro, se tem a noticia, de que o Conde de Tarouca, Embayxador de S. Mag. na Corte de Haya, continuando em divertir o Senhor Infante D. Manoel, dera a 25 do outro mez hum bayle de hum novo invento, e tão magnifico como todas as suas acçoens, admirando sobre tudo o artificio com que estava preparada a cea, disposta toda, e servida em barracas em forma de hum campo militar.[135]

> No mesmo dia 31 deu o Mylorde Tyrawle, Enviado Extraordinario da Graaa Bretanha, em obzequio do cumprimento de annos, e chegada do Principe Frederico a Londres hum magnifico bayle, que durou ate as 6 horas da manhaaa seguinte (...).[136]

A comédia é "um pequeno drama posto em música como uma série de peças vocais".[137] Esta é a segunda representação musical profana mais noticiada na *Gazeta de Lisboa:*

> Quarta feyra da semana passada celebrou o Marquez de Capicelatro Embayxador Extraordinario del Rey Catholico nesta Corte, o nome e annos do Principe das Asturias, com a representaçaom de huma Comedia nova intitulada *El estrago en la fineza*, com musica, e mutaçoens no theatro, a que assistio toda a Nobreza, Ministros da Corte e Estrangeyros, vestidos de gala.[138]

> O Conde de Coculim D. Filippe Mascarenhas, com a occasiaom do Bautismo de sua neta a Senhora D. Anna Mascarenhas, que celebrou em 3 do corrente, fez representar huma loa, e huma Comedia com musica de instrumentos, e vozes na sua sala; a que convidou quasi duzentos Fidalgos, e Senhoras, e lhes fez distribuir grande quantidade de doces, e licores quentes, e gelados; depois de haverem visto os excellentes, e magnificos adornos do seu Palacio.[139]

Classificamos como "concerto" as notícias que falam de concerto ou que envolvem uma orquestra. Nestas notícias tanto se podem encontrar descrições de concertos que já aconteceram ou a divulgação de concertos marcados. Dessa forma, leia-se:

> Hoje 7 do corrente mez se ha de fazer hum concerto vocal e instrumental na Casa da Assemblea nova em beneficio das antigas Administradoras da casa da Assemblea das

[135] *Gazeta de Lisboa*, 1716, nº8.
[136] *Gazeta de Lisboa*, 1729, nº6.
[137] Kennedy, *Dicionário,* 166.
[138] *Gazeta de Lisboa*, 1723, nº35.
[139] *Gazeta de Lisboa*, 1725, nº50.

> Nações, no qual cantáraõ A. Ferracuti, L. Bertocci e D. Casaporalini e tocáraõ a solo X. Pietragrua no rabecão e J. Nonnini no mandolino.[140]
>
> Hoje á noite ha de haver hum concerto vocal e instrumental, executado pelos melhores professores desta Corte, na casa da Assemblea nova, em beneficio das antigas administradoras da casa da assemblea das nações.[141]

As representações menos noticiadas foram as sonatas, as cantatas e as árias, sendo a primeira e a segunda, duas vezes mencionada e a segunda, apenas uma vez. As sonatas representam a música feita para instrumento e as cantatas "uma peça cantada",[142] sendo que a primeira notícia com que nos deparamos é a publicidade a um livro de sonatas para cravo e a segunda apenas menciona muito rapidamente que se ouviram sonatas e cantatas:

> Em caza de Lourenço Pi, mercador de livros, na rua da metade de dentro das Portas de Santa Catharina, se vende hum livro de sonatas para cravo, compostas com invento novo por Ludovico Giustini de Pistoya, natural de Florença.[143]

De tarde houveram excelentes cantatas, e sonatas compostas pelo Mestre da Capela Antonio Pereira da Costa.[144]

A Ária é "uma peça vocal a solo mais ou menos extensa".[145] A notícia sobre esta modalidade menciona várias representações musicais que foram apresentadas nesse evento, acabando por não dar muitos pormenores sobre as árias cantadas na época. "A noite houve serenata (...) e se cantarão Areas (sic) e outras peças de musica, alternadas com differentes solos e concertos do insigne Libon".[146] Apesar de serem muitas as notícias referentes a manifestações musicais profanas, as notícias sobre manifestações musicais religiosas são mais comuns.

[140] *Gazeta de Lisboa*, 1794, nº1.
[141] *Gazeta de Lisboa*, 1799, nº2.
[142] Kennedy, *Dicionário,* 133.
[143] *Gazeta de Lisboa*, 1735, nº31.
[144] *Gazeta de Lisboa*, 1750, nº22.
[145] Kennedy, *Dicionário,* 38.
[146] Segundo Suplemento à *Gazeta de Lisboa*, 1798, nº 47.

Quadro 2. Número de representações musicais sacras

Representação Musical	Número
Matinas	7
Salmo	4
Responsório	3
Missa Cantada	43
Laudes	**3**
Ladainha	27
Vésperas	13
Antífona	3
Te Deum	332
Total	**435**

Fonte: *Gazeta de Lisboa.*

No caso das manifestações musicais religiosas, o "Te Deum" é o mais noticiado. O "Te Deum Laudamos" (Louvamos-te, Ó Senhor) é um canto eclesiástico ou hino de ação de graças, cujas palavras foram provavelmente escritas no século V".[147] Muitos são os casos em que este hino é cantado, tanto para celebrar o nascimento de alguém importante (na sua maioria membros da família real) ou para cantar por alma de alguém:

> Na tarde de 1 do corrente chegou a esta Corte um expresso de Alemanha, com a noticia de haver nascido a S. Mag. Imp. hum filho em 13 de Abril, e pela huma hora depois da meya noyte do mesmo dia, nasceu a S. Mag. que Deus guarde com feliz successo da Rainha nossa Senhora outro Infante, logo foy bautizado cõ o nome de Rainha nossa Senhora acompanhada pela Senhora Infante D. Francisca, e da Corte, foy terça feyra à Casa Professa de S. Roque da Companhia de Jesus, aonde fez cantar o *Te Deum laudamos*, por ser esta a primeyra occasião, em que saiu fora depois do seu parto.[148]
>
> Domingo passado se cantou em todos os Conventos das duas Cidades o *Te Deum* pelo novo Pontifice, cuja eleyçaom se festejou nelle tres dias com repiques, e luminárias.[149]

[147] Kennedy, *Dicionário,* 723.
[148] *Gazeta de Lisboa*, 1717, nº33.
[149] *Gazeta de Lisboa*, 1721, nº25.

A Missa cantada é a segunda representação musical mais noticiada. Segundo Michael Kennedy,[150] "parte da missa é cantada e outra recitada. O próprio da missa (…) tem sido geralmente (…) associado ao seu tratamento tradicional em cantochão".[151] Sobre esta modalidade veja-se:

> Segunda feyra se celebràraom os annos do Senhor D. Miguel no seu Palacio, onde houve huma cea muyto magnifica, e huma grande festa, em que assistirão os Musicos de S. Magestade, que no dia antecedente tinhão cantado huma Missa com muytos Instrumentos, e grande solemnidade na Igreja de Loreto da Naçaom Italiana.[152]

> Domingo 18 tomou o veo de Religiosa Carmelita Descalça no Mosteyro de Carnide a Senhora D. Maria Magdalena Teresa da Conceiçao, filha do Barao da Ilha Grande (...) Cantou-se a missa pela famosa composição chamada de *Barcelona*, por huma parte dos melhores musicos de Lisboa.[153]

A ladainha, isto é, uma oração feita por pequenas invocações, que neste caso é cantada, também foi noticiada muitas vezes:

> Domingo foy a Rainha nossa Senhora, com a Serenissima Princeza, e o Senhor Infante D. Pedro à Igreja do Real Mosteiro das Religiosas Capuchas de Madre de Deos de Xabregas, onde com o Principe nosso Senhor, que tambem alli concorreu, as ouviram cantar a ladainha.[154]

> Na segunda oitava da Pascoa foy a Rainha nossa Senhora com a Senhora Princeza, e o Senhor Infante D. Pedro à Igreja de S. Bento dos Conegos Regulares de S. Joam Evangelista, e depois à das Religiosas de Madre Deos de Xabregas, onde ouviram cantar a *Ladainha*.[155]

As vésperas, ou seja, a "sétima hora canónica do Ofício Divino na Liturgia Cristã",[156] são algumas vezes noticiadas: "No sabado dia 21 visitaram a Igreja de Nossa Senhora de Boahora, em que se cantavam as vesperas da festa da gloriosa Santa Rita"[157] e "Sua Excellencia capitulou as Vesperas, que foram cantadas pelos melhores musicos da Provincia do Alêmtejo".[158]

---

[150] Kennedy, *Dicionário.*
[151] Kennedy, *Dicionário,* 431.
[152] *Gazeta de Lisboa*, 1719, nº42.
[153] *Gazeta de Lisboa*, 1720, nº35.
[154] *Gazeta de Lisboa*, 1734, nº31.
[155] *Gazeta de Lisboa*, 1735, nº16.
[156] Kennedy, *Dicionário,* 759.
[157] *Gazeta de Lisboa*, 1735, nº21.
[158] *Gazeta de Lisboa*, 1749, nº40.

As matinas, a hora canónica presente na Liturgia das Horas, algumas vezes era cantada, e, como tal, aparece noticiada na *Gazeta:*

> Suas Magestades que Deos guarde assistirão terça feyra passada às Matinas do Nascimento, que se cantárão na Capella Real com o mais apurado primor de arte, na noyte da vespera de Natal e no dia de festa, e suas oitavas presencearão as festividades proprias daquelles dias, celebradas com toda a solemnidade.[159]

Os Salmos, o cântico religioso que "nos serviços religiosos cristãos são cantados de forma antifonal sobre várias melodias de cantochão",[160] aparece quatro vezes noticiado:

> Na vespera de S. Pedro pela meya noyte faleceo no Convento de S. Francisco desta Cidade, em idade de mais de 90 annos, o irmaom Fr. Thomàs de S. Francisco, que servio 50 de Porteyro na Portaria dos Pobres, e era muyto estimado das Pessoas Reaes, e de toda esta Corte por toda a sua grande virtude: o seu corpo ficou flexivel, exposto dous dias a vista, e devoçaom dos fieis, Era muy penitente, e de muyta caridade, e expirou ao tempo que se cantàvaom o salmo *Letarus fun in bis, que dicta suni mibi, in donium Domini ibimus*.[161]

O Responsório, Laudes e Antífona, aparecem mencionados três vezes. Por responsório entende-se "um tipo de obra sacra no qual um solista e o coro cantam alternadamente".[162] Laudes é "a 2ª das horas canónicas da Igreja Católica Romana, antigamente cantada ao amanhecer"[163] e antífona é "um versículo ou frase cantado por um coro em resposta a outro".[164] "(...) depois de se cantar alli o primeiro *Responsorio* pelos capellães da Patriarcal (....) e se cantou outro *Responsorio* pela musica da Patriarcal".[165] "Nella cantaram os *Tres Nocturnos* do Officio dos Religiosos Arrabidos do Convento de S. Pedro de Alcantara e *Laudes* os Reverendos Conegos Seculares de S. Joam Evangelista".[166] "Depois do hymno se cantaram as Antifonas e versos, como se costuma na primeira recepçam dos Reys".[167]

Cremos poder concluir pelo exposto que a música era algo importante na sociedade lisboeta do século XVIII. Não só pela minúcia com que era relatada, mas

[159] *Gazeta de Lisboa*, 1715, nº21.
[160] Kennedy, *Dicionário,* 623.
[161] *Gazeta de Lisboa*, 1719, nº27.
[162] Kennedy, *Dicionário,* 591.
[163] Kennedy, *Dicionário,* 396.
[164] Kennedy, *Dicionário,* 35.
[165] Suplemento à *Gazeta de Lisboa*, 1781, nº3.
[166] *Gazeta de Lisboa*, 1749, nº23.
[167] *Gazeta de Lisboa*, 1750, nº41.

também pelo facto de haver muita variedade nas modalidades que são noticiadas, havendo uma preocupação em referenciar, não só representações musicais profanas, mas também religiosas, que integravam a sociabilidade de Lisboa, e do reino, tanto, ou mais, que as manifestações musicais profanas.

Conclusão

Este artigo tinha como objetivo apresentar o contexto cultural vivido em Portugal, recorrendo à bibliografia. Em segundo lugar, propunha-se a apresentar a *Gazeta de Lisboa,* um periódico que inicia a sua atividade em 1715, e que se mantém até 1820. Este periódico é muito importante porque se apresenta com o patrocínio régio e, por isso, torna-se uma fonte muito valiosa para se perceber as sociabilidades da Família Real e da sua Corte.

Devido a isto, é necessário perceber que este trabalho parte de uma visão parcial, fornecida pelos redatores das notícias. Desta forma, este trabalho fornece a sistematização de informação relativo a um certo assunto, os eventos musicais, com base numa visão muito peculiar chegada até nós a partir do quotidiano setecentista português. Logo, a realidade é filtrada através do olhar e da pena do homem letrado, do século XVIII.

Com a análise da fonte e com recurso à dissertação defendida por André Belo[168] conseguiu-se traçar uma cronologia da evolução da *Gazeta de Lisboa*, perceber a sua tiragem, postos de venda e principais produtores ou responsáveis pela sua publicação. Esta questão, a par da identificação dos públicos e um mapeamento, quer os pontos de venda, quer da ocorrência das manifestações musicais noticiadas será desenvolvida através de uma dissertação de mestrado sobre o tema enunciado: o papel da música na sociabilidade das elites de Lisboa, em que a *Gazeta de Lisboa* será a fonte e os indicadores de análise serão os tipos de eventos musicais noticiados; o público presente; os locais de realização, os seus promotores; os músicos, cantores, atores e compositores presentes; a proveniência, nacional ou estrangeira, desses agentes musicais.

[168] Belo, *As Gazetas*.

Fontes

Impressas

Hemeroteca Digital. *Gazeta de Lisboa* (1715-1762; 1777-1820). Acedido em julho 2015. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm.

Bibliografia

Alegria, José Augusto. "Música Religiosa", Carlos Moreira Azevedo (ed.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, 292-299.

Belo, André. *As Gazetas e os Livros: A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

Beuvink, Aline Gallasch-Haal de. *Ressuscitar a Ópera do Tejo: O Desvendar do Mito.* Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2016.

Branco, João de Freitas. *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa América, 2005.

Brito, Manuel Carlos de. *Estudos de História da Música em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

Brito, Manuel Carlos de. "A Música Portuguesa no século XVIII", Jorge Alexandre Costa (coord.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal.* Vila do Conde: Verso da História, 2015, 123-160.

Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da e Anastácio, Vanda. *O Teatro em Lisboa no Tempo do Marquês de Pombal.* Lisboa: IPM e Museu Nacional do Teatro, 2005.

Carlos Moreira Azevedo (ed.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000.

Costa, Jorge Alexandre (coord.). *Olhares sobre a História da Música em Portugal.* Vila do Conde: Verso da História, 2015.

Cranmer, David John. *Opera in Portugal 1793-1828: A Study in Repertoire and its Spread.* London: University of London, 1997.

Curto, Diogo Ramada. "A Capela Real: Um Espaço de Conflitos (Séculos XVI a XVIII)". *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas,* Anexo V, Espiritualidade e Corte em Portugal (1993): 143-154.

Cymbron, Luísa. “A Música em Portugal no século XIX: Uma Panorâmica”, Jorge Alexandre Costa (ed.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal.* Vila do Conde: Verso da História, 2015, 161-212.

Delerue, Maria Luísa Martins e Santos, Eugenio dos. “Para a História da Música em Portugal no Século XVIII*”. Revista da Faculdade de Letras – Humanidades*, 1, (janeiro, 1982): 15-18.

Fernandes, Cristina. *«Boa Voz de Tiple, Sciencia de Música e Prendas de Acompanhamento». O Real Seminário da Patriarcal, 1713-1834.* Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal: INET-MD, Instituto de Etnomusicologia e Centro de Estudos de Música e Dança da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Gorina, Manuel Valls. *Que é a Música?* Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

Graça, Fernando Lopes. “Música e Músicos”*,* Joel Serrão (dir.), *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Volume III, 359-364.

Kennedy, Michael. *Dicionário Oxford de Música*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

Lacerda, Osvaldo. “Compendio de Teoria Elementar da Musica”, 53-100. Acedido em maio de 2014 e agosto 2016. http://documents.tips/documents/osvaldo-lacerda-compendio-de-teoria-musicalpdf.html.

Maravall, José Antonio. *La Cultura del Barroco.* Barcelona: Editorial Ariel, 2012.

Marques, António Jorge. *Marcos Portugal (1762-1830): 250 Anos do Nascimento*. Lisboa: BNP: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical: Fundação da Casa de Bragança, 2012.

Monteiro, Nuno Gonçalo. “A Monarquia Barroca (1668-1750)”, Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. 331-356.

Monteiro, Nuno Gonçalo. *D. José: Na Sombra de Pombal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

Monteiro, Nuno Gonçalo. “O Tempo de Pombal (1750-1777)”, Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. 357-377.

Nery, Rui Vieira e Castro. Paulo Ferreira de, *History of Music: Synthesis of Portuguese Culture*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

Pedreira, Jorge e Costa. Fernando Dores, *D. João VI: O Clemente*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

Ramos, Luís de Oliveira, *D. Maria I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007.

Ramos, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

Ramos, Rui. “Invasões Francesas, Tutela Inglesa e Monarquia Brasileira (1807-1820)”, Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. 439-456.

Scherepeel, Joseph. *A Orquestra e os Instrumentistas da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Serviço de Música, 1985.

Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

Silva, Célia Ramos Ferreira. “Os Órgãos de Tubos. Uma expressão do Barroco”, *Atas do II Congresso Internacional do Barroco: Atas*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2003. 151-156.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011.

Stehman, Jacques. *História da Música Europeia*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1964.

Stiffoni, Gian Giacomo. “La Ópera Cómica Italiana en la Corte Portuguesa Durante el Reinado de João V (1728-1740)”. *Revista Portuguesa de Musicologia,* 7-8, (1997/98): 163-198.

Representações do Escravo Africano na Cronística Portuguesa do Séc. XV e XVI

– Cíntia Martins

Resumo

Independentemente do seu valor historiográfico, a cronística tem ganho um novo relevo ao longo dos tempos, também como fonte histórica, a despeito da crítica que por norma incide sobre a veracidade/autenticidade dos seus testemunhos. Se mais não fosse possível dela extrair (e cremos que é) a literatura cronística é fonte a considerar sobre as formas como, no seu contexto de produção, ela reflete as representações culturais/sociais, dos eventos e dos fenómenos a cuja narração procede. Neste pressuposto, este trabalho procura analisar as representações do escravo africano durante a segunda metade do século XV e o século XVI neste tipo de fontes que permitem ao historiador perceber um dado universo sociocultural a partir do seu particular prisma de observação. Partindo de uma análise contextual e diacrónica e uma aturada crítica de fontes, pretende-se ainda perceber quais as motivações e consequências dessas representações.

Palavras-chave: História; representações; crónicas; mentalidades; escravos.

Abstract

Regardless its historiographical value, chronicles have gained a new relevance over the years, also like a historical source, despite the criticism that normally focus in the veracity/authenticity of their testimonies. If it was not possible to extract more of them (and we think it is), the chronistic literature is a source to consider about the way how, in its production context, reflects the cultural/ social representations, of the events and phenomena which the narrative precedes. Taking this into account, this paper aims to analyze the representations of the African slave during the second half of the fifteenth century and the sixteenth century, in this kind of sources, which allow the historian to understand a concrete socio-cultural universe, from a particular observation point. Starting from a contextual and diachronic analysis and a systematic source criticism, this paper aims also at understanding the motivations and the consequences of those representations.

Keywords: History; representations; slaves; chronicles; mentalities.

Introdução

Apesar de a escravatura se mostrar presente desde a época clássica, o facto é que o alcance e impacto que atingiu durante a idade moderna, especialmente depois dos descobrimentos portugueses, em nada pode ser comparada com as anteriores.

Desde sempre que o sistema esclavagista se definiu pela brutalidade e acabou por deixar graves sequelas em três continentes: na América, na Europa e sem dúvida na África, que sofreu com a perda significativa de população e com a violência. Foi, em grande medida, graças à escravatura que os europeus envolvidos neste negócio atingiram um poder político e económico colossal.

As conquistas em Marrocos assinalaram, segundo muitos historiadores do expansionismo moderno português, o início da expansão ultramarina portuguesa.[1] O seu relato, tal como outros, só foi possível devido à ação dos cronistas oficiais do reino, que reforçaram a importância dos descobrimentos e das conquistas portuguesas, ao mesmo tempo que realçavam o poder político que supostamente as sustentava.

Tendo estes aspetos em conta, esta proposta de trabalho foca-se na análise da importância da cronística para a transmissão de uma ideia concebida e manipulada previamente, com fins políticos. Por outras palavras, esta contribuição centra-se na maneira como o "outro", sendo este o escravo africano, era observado dentro dos quadros mentais da época, expostos nas crónicas, analisando ainda a forma como estes homens eram representados nestas fontes, que independentemente do seu valor historiográfico, tramitem uma particular forma de conceber, pensar e agir dentro dos quadros culturais, políticos e económicos de uma determinada época.

Não se procurou de todo esmiuçar as relações e conflitos entre africanos e portugueses, o que seria deveras complicado tendo em conta o espaço temporal analisado. Procurou-se, sim, conhecer os fatores psicológicos, culturais, políticos e económicos que levaram os portugueses a julgar e a descrever, com fins operativos, os africanos, bem como as causas e consequências dessas representações, procurando detetar potenciais linhas de evolução, sempre tendo em constante consideração os fatores externos. Para isto, encararam-se as crónicas, não como uma fonte irremediavelmente subjetiva (e não o são todas as fontes produzidas por sujeitos históricos) mas como uma tipologia de fonte, válida tanto quanto outras, num percurso

[1] Lembremos que L. F. Reis Thomaz defende o contrário, com Ceuta e demais conquistas no Norte de África.

decisivo que vai do período de transição da Idade Média (Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina) para a Idade Moderna e Renascentista (Garcia de Resende e Damião de Góis).

1. A Escravatura e o Escravo ao Longo dos Tempos

Desde a antiguidade clássica que o uso massivo de escravos e a redução à escravatura de populações vencidas e de minorias étnicas ou religiosas era uma prática comum. Assim, "a escravatura esteve omnipresente nas sociedades antigas e tradicionais. Prosperou no antigo Egipto, onde os africanos eram escravizados e foi instituição fundamental das civilizações clássicas da Grécia e de Roma".[2] O número de escravos era cada vez maior nestas sociedades e aumentava não apenas de forma natural, mas também por recrutamentos para lá das fronteiras geográficas de uma unidade política. Nem o aparecimento do cristianismo vem alterar esta imagem nem questionar o seu funcionamento. Nestas civilizações, a escravatura era demasiado importante e valiosa para que fosse posta em causa e desenvolvia-se como um dos princípios fundamentais da organização da economia e da sociedade.

Já na Época Medieval,

> nos mil anos que decorreram entre a queda do império romano e o fim do feudalismo, a escravatura (tal como outras formas de servidão) continuou a existir em muitas partes da Europa. Contudo, não havia um método de escravatura único, mas uma grande variedade de sistemas […] unidos pelo comércio e pelas rotas de transportes de escravos.[3]

Com o início da expansão marítima, Portugal entra numa nova era, marcada pelo contacto com novos povos, novas culturas e novas realidades, onde o tráfico de escravos assumiria um papel fundamental para a economia portuguesa, criando os seus próprios postos comerciais na costa africana, a partir dos quais se enviavam africanos para as ilhas do Atlântico, Portugal continental e, mais tarde, para o Brasil e as Índias de Castela.

As descobertas e as navegações portuguesas decorridas entre 1420 e 1520 são um dos aspetos mais referidos da História de Portugal,[4] pois contribuíram não só para o conhecimento do mundo, mas também para o início de uma economia à escala mundial. Os portugueses abriram, dinamizaram e/ou alteraram rotas desde o Norte de

[2] James Walvin, *História da Escravatura* (Lisboa: Tinta da China, 2008), 15.
[3] Walvin, *História*, 29.
[4] Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo* (Alfragide: Texto Editora, 2012), 67.

África até ao Brasil e o Japão, sendo os primeiros a estabelecer longínquos contactos humanos.[5] As probabilidades de obtenção de benefícios económicos provenientes de regiões tão diferenciadas provocava, portanto, uma mobilização em larga escala de pessoas e bens muito distintos.[6]

Os descobrimentos portugueses das ilhas da Madeira e dos Açores, e da costa africana, no século XV, criaram todo um novo sistema de transações de mercadorias e produtos,[7] ao mesmo tempo que, a ordem social e económica sofria alterações com a deslocação em massa de homens que procuravam explorar as riquezas desses povos.[8] O infante D. Henrique é tido como o principal defensor das expedições a Marrocos e durante cem anos estas conquistas mostraram-se como o foco de ambição da coroa e da nobreza portuguesas.[9] No entanto, as guerras marroquinas não constituíram a única forma de apropriação do Norte de África, nomeadamente na sua vertente atlântica, e trouxeram grandes dissabores para Portugal.

Operações de reconhecimento da costa africana, integradas na dinâmica das descobertas, cedo se tornam em guerras de corso e pirataria,[10] capturando homens e mulheres que se encontrassem no seu caminho e dando origem a operações que permitiam um grande número de prisioneiros que não se encontravam preparados para se defender.[11]

Desde que se iniciaram os primeiros contactos com os povos da costa ocidental africana, os relatos articulam a captura e o tráfico de escravos como uma forma e meio de envangelização. A primeira razia de que se tem registo terá ocorrido em 1441, quando dois navios portugueses desembarcam no Rio do Ouro e trouxeram cativos uns quantos azenegues. As razões da sua captura assentavam na procura de informações estratégicas, mas também na sua venda como escravos. Foram várias as expedições que se seguiram.[12]

A bula *Romanus Pontifex* do Papa Nicolau V, datada de 1455, veio reconhecer e garantir a Portugal o monopólio comercial destes territórios a sul do Cabo Bojador. O

---

[5] José Manuel Garcia, *Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1999), 7.
[6] Garcia, *Breve,* 8.
[7] Garcia, *Breve,* 9.
[8] António Carreira, *Notas Sobre Tráfico Português de Escravos* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978), 9.
[9] Newitt, *Portugal,* 70-71.
[10] João Medina e Isabel Castro Henriques, *As Rotas dos Escravos: Angola e a Rede do Comércio Negreiro* (Lisboa, Cegia, 1996), 107.
[11] Medina e Henriques, *As Rotas*, 106-107.
[12] A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal: 1441-155*5 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982), 25-26.

tráfico ao longo da costa ocidental foi aumentando e o número de escravos capturados anualmente foi crescendo. Também a procura estrangeira levava à sua reexportação, para a Europa e mais tarde para a América.[13]

A partir do século XVI o comércio torna-se cada vez mais lucrativo para a coroa devido à fiscalidade sobre cada individuo vendido e, em 1512, Lisboa transforma-se no porto oficial de desembarque de escravos, apesar de outros portos continuarem a recebê-los.[14]

2. Tendências Historiográficas

A historiografia tem-se debruçado sobre a análise do escravo em Portugal a partir de diversos ângulos, ainda que não de forma generalizada ou proeminente. As informações recolhidas nessa bibliografia podem ser divididas em quatro grupos de interesse, que de seguida se apresentam.

2.1. Questões Logísticas e Motivações

No que toca às questões que levaram ao tráfico dos escravos, os trabalhos de António Carreira, Vitorino Magalhães Godinho, James Walvin, João Medina e Isabel Castro Henriques são de salientar.

A primeira ideia que ressalta é a de que a escravatura já fazia parte da realidade do território português, no entanto foi-se intensificando ao longo dos tempos. Vitorino Magalhães Godinho confronta dois pontos de vista para explicar tal tendência: o de Kowalewsky que relaciona este aumento com a peste negra, que drasticamente baixou a mão-de-obra disponível na Europa e, concomitantemente, em Portugal, e o de Verlinden que rejeita esta relação uma vez que a agricultura era escassa e os escravos já se encontravam presentes, aumentando portanto a escravatura por facilidades de oferta e pelos circuitos do comércio e circulação mas também pelo aumento da procura.[15]

A crise agrícola, derivada da peste negra, que levara a uma demanda de novas possibilidades de abastecimento de mão-de-obra face à rarefação europeia desta durante o século XIV, mas também derivada de exigências das novas produções e de uma nova sociedade que cada vez mais procurava serviçais dependentes dos seus

[13] Saunders, *História,* 26-27.
[14] Didier Lahon, *O Negro no Coração do Império* (Lisboa: Ministério da Educação, 1999), 31.
[15] Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Lisboa: Editorial Presença, 1991), IV, 152.

senhores, são dois dos elementos apontados. Graças a isto, dão-se então os primeiros assaltos às ilhas e à costa africana,[16] que segundo Maria do Rosário Pimentel são bem representados nos escritos de Luís de Cadamosto e Duarte Pacheco Pereira que "testemunham não só a existência deste comércio orientado em diversas direcções […] mas também transacções locais entre povos africanos […]".[17]

Com técnicas de navegações e conhecimentos de cartografia cada vez mais aprofundados, cada nova viagem proporcionava um sem número de mercadorias, em que se incluíam elementos dos povos africanos, o que permitiu encarar o negócio de escravos não apenas como um fenómeno económico, mas também sociopolítico.[18]

Para Walvin, no século XV, os portugueses começam então a desenvolver os seus próprios postos comerciais na costa africana, a partir dos quais enviavam africanos para as ilhas do Atlântico e para Portugal.[19] Já no final do século eram vastos os tratados feitos com vários estados africanos, com vista ao fornecimento de escravos essencialmente para mão-de-obra nos Açores, nas ilhas de Cabo Verde, em Espanha e em Portugal. Esta não seria, de todo, a ideia inicial dos portugueses que no início apenas procuravam lucrar com novas mercadorias, mas estes hábitos, de dependência e procura de mão-de-obra escrava, depressa se impregnam numa altura em que as antigas formas de servidão eram abandonadas e o lucro do negócio se mostrava cada vez maior.[20]

Didier acrescenta que na capital eram desembarcados, sob vigilância dos funcionários da Casa dos Escravos pertencente à Casa da Guiné, e de seguida expostos e colocados à venda, um número cada vez mais significativo de escravos.[21] Inicialmente perfariam um total de 5 a 10% da população ativa[22] e estes homens provinham maioritariamente da região do Senegal até à Guiné-Bissau e mais tarde, da Serra Leoa.[23]

2.2. Questões Socioeconómicas

Qual teria sido o impacto económico e social do tráfico de escravos que os portugueses pretendiam assegurar, numa altura em que o seu comércio era cada vez

[16] Godinho, *Os Descobrimentos*, 153.
[17] Maria do Rosário Pimentel, *Chãos de Sombras: Estudos Sobre Escravatura* (Lisboa: Colibri, 2010), 16.
[18] Carreira, *Notas,* 12.
[19] James Walvin, *O Tráfico de Escravos* (Lisboa: Temas e Debates, 2001), 15.
[20] Walvin, *O Tráfico,* 16.
[21] Lahon, *O Negro,* 31.
[22] Lahon, *O Negro,* 8.
[23] Lahon, *O Negro,* 36.

mais reforçado e se apresentava indispensável nas sociedades europeias? Tal como outros autores, António Carreira aduz contributos para o estudo destas temáticas. No que toca à compra e exportação inicial de escravos, esta era exercida por negociantes isolados com a licença do rei, pois a coroa não possuía uma organização preparada para assumir as rédeas do negócio. A sua preocupação mantinha-se no ouro, pois ainda não se teriam apercebido do quão lucrativo poderia ser este tráfico negreiro.[24] Já a partir de 1469 até à segunda metade do século XVII, esta realidade sofre alterações e o resgate de escravos passa a ser exercido da seguinte maneira: primeiro por administração direta da coroa, segundo por concessão de licenças para a compra de escravos e terceiro arrendando áreas onde se adquiriam escravos.[25]

Estudos mais recentes, levados a cabo por Didier Lahon, são uma mais-valia para este assunto, permitindo uma visão mais clara. Nos seus ensaios, Didier, tal como Jorge Fonseca, aponta um total de cerca de 10% para a população escrava nas cidades de Lisboa e Évora, em meados do século XVI, o que no caso de Lisboa perfaria um total de cerca de 10.000 indivíduos.[26] Já António Almeida Mendes apresenta-nos, num total de 51 viagens identificadas, 41 que provinham de Arguim com mais de 100 escravos perfazendo um total aproximado de 6298, mas dos quais apenas 6042 chegariam vivos a Lisboa.[27] O mesmo autor refere que, no que toca aos estudos sobre as exportações de escravos e as feitorias, continuamos ainda apenas sujeitos a trabalhos de Philip Curtin e Vitorino Magalhães Godinho,[28] que apontam uma entrada anual de 2.000 a 3.000 escravos em território Português.[29]

Para Lahon, a fraca taxa de natalidade da população escrava e a grande taxa de mortalidade, não permita aos portugueses manterem-se sem as suas importações permanentes. Os estudos realizados por este autor permitem observar que em três freguesias de Lisboa, os escravos não somente acompanharam a evolução da população da capital, mas aumentaram até à proibição da sua importação na Europa, em 1761.[30] É necessário ter em conta, no entanto, que estes indivíduos nem sempre se

[24] Carreira, *Notas,* 16.
[25] Carreira, *Notas*, 21-22.
[26] Didier Lahon. "Da Redução da Alteridade a Consagração da Diferença: as Irmandades Negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII)", *Projecto História*, 44 (2012): 54.
[27] António Almeida Mendes, "Portugal e o Tráfico de Escravos na Primeira Metade do Século XVI", *Africana Studia*, 7 (2004): 20.
[28] Mendes, "Portugal*",* 14.
[29] Godinho, *Os Descobrimentos*, 167.
[30] Didier Lahon, "O Escravo Africano na Vida Económica e Social Portuguesa do Antigo Regime", *Africana Studia*, 7 (2004): 78.

encontravam registados e só apenas nos registos de casamentos, óbitos, que se mostravam pouco numerosos, ou batismos, poderiam vir a ser contabilizados.[31]

Mas quem possuía meios suficientes para comprar um escravo? Esta é uma temática da qual se apodera A. C. de M. Saunders e Didier Lahon. Segundo o primeiro: "Excepção feita aos pedintes, fosse qual fosse a sua classe social, do jornaleiro ao rei, todas as pessoas tinham escravos. Até as prostitutas, a quem não eram permitidas criadas livres, podiam ter jovens escravas em suas casas".[32] Já Jorge Fonseca acrescenta que uma característica que é frequentemente associada ao escravo é a do emprego em ofícios violentos e perigosos, sendo que exerciam também diversas atividades mais leves.[33] Como diz Charles Verlinder, o escravo ocupava uma função principalmente doméstica, tornando-se apenas uma importante força de trabalho nas plantações.[34] Saunders continua dizendo que "Uma das mais notórias características que emerge deste mundo acerca do papel dos escravos na economia é o de não haver nenhuma ocupação especificamente associada a escravos".[35] A necessidade do trabalho destes indivíduos nos mais diversos ofícios vem por isso dificultar o estudo preciso das suas atividades.[36]

Giulio Landi refere alturas em que encontrar domésticos livres era particularmente difícil, tendo em conta a situação financeira da classe média, que se via obrigada a recorrer ao trabalho escravo, pois empregar pessoas livres era um luxo para a época. Por isso, durante o século XVI, não é nas casas nobres que se encontra o maior número de escravos.[37]

A partir deste mesmo século, são inúmeros os casos de artesãos que utilizam a mão escrava. Na capital, os dados confirmam que entre 60% a 70% pertenciam sem dúvida às categorias sociais que exerciam atividades mecânicas.[38] Estes homens aprendiam um ofício com o seu patrão que mais tarde lhes poderia dar acesso à liberdade, ou a uma melhor forma de sobreviver, quando livres.[39] Estas tendências podem ser aferidas nos anúncios a escravos fugidos ou em cartas de alforria que revelavam as suas qualificações e justificavam o interesse em recuperar o escravo, em

[31] Lahon, "O Escravo", 79.
[32] Saunders, *História,* 95.
[33] Jorge Fonseca, *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista* (Lisboa: Edições Colibri, 2010), 15.
[34] Mendes, "Portugal*",* 14
[35] Saunders, *História,* 117.
[36] Lahon, "O Escravo", 86.
[37] Lahon, "O Escravo*",* 82.
[38] Lahon, "O Escravo*",* 92.
[39] Lahon, "O Escravo", 89.

caso de fuga.[40] No entanto, para estes homens, proprietários de escravos, as razões não eram apenas de índole económica, mas também social, pois para quem exercia um determinado oficio, nesta altura, era-lhe vedado o acesso a cargos honoríficos, só revogado em caso de dispensa quando o candidato podia provar que conseguia viver sem trabalhar com as suas mãos.[41] Os escravos, portanto, transmitiam essa possibilidade e marcavam a distinção social dos demais, razão pela qual o grupo dos pequenos e meios proprietários dominava, neste sistema de apropriação.[42] Graças a estas questões, a competição económica entre escravos e naturais do reino instala-se, levantando-se resistências e rejeições em algumas corporações de ofícios.[43] Segundo Vitorino Magalhães Godinho: "na Lisboa quinhentista, o estabelecimento de escravos em oficinas e tenda será um dos modos de vida dos portugueses".[44]

2.3. Questões Religiosas

Para Saunders,

> até ao Concílio de Trento, a hierarquia eclesiástica não deu grande prioridade em alentar nos escravos a vida espiritual. De facto, movida por razões de Estado e por uma autêntica piedade estava a coroa mais preocupada do que a igreja com a evangelização da comunidade não europeia em Portugal.[45]

No entanto, diversos autores, quer utilizando Zurara como referência, ou outros relatos da altura, chegam à mesma conclusão e defendem a existência de uma consciência religiosa e politica da época. As ideias e teorização sobre a escravidão no pensamento português surgiam das influências da antiguidade, presentes agora no pensamento ocidental, e encontravam-se fortemente associadas ao pecado original:

> […] as concepções sobre o relacionamento dos senhores com os cativos mostram sobretudo a influência de Séneca e de S. Tomás de Aquino e as teses acerca da liberdade dos índios americanos e da escravização dos negros derivavam do debate dos teólogos castelhanos sobre idênticos assuntos.[46]

Desde que se iniciaram os primeiros contactos com os povos da costa ocidental, estes homens defendiam que o tráfico de escravos seria um meio bastante eficaz de

[40] Lahon, *O Negro*, 56.
[41] Lahon, "O Escravo", 92.
[42] Lahon, "O Escravo", 93.
[43] Lahon, "O Escravo", 85.
[44] Godinho, *Os Descobrimentos,* 199-200.
[45] Saunders, *História,* 203.
[46] Fonseca, *Escravos,* 34.

envangelização e de “humanizar a sorte daqueles que tinham caído nessa condição”.[47] Zurara, tentando explicar a primeira partilha de escravos em Lagos, vai lançar diversas teses para explicar todos os “horrores” a que assistira.

No entanto, Maria do Rosário Pimentel acrescenta que

> Não bastava que se apaziguassem as acusações de consciência, perante a justificação de que a Providência se servia da escravidão para levar os escravos ao conhecimento da verdade, aos privilégios do cristianismo e às vantagens da civilização […]. Era fundamental, também, que a prática escravista se baseasse nos novos princípios teológico-jurídicos que a legitimavam, sem contrariar os preceitos cristãos e os ditames da razão.[48]

2.4. Questões Culturais

Para estas perspetivas, salientaria, essencialmente, quatro autores: João Paulo Costa, Teresa Lacerda, Jorge Fonseca e Saunders, este último com dois subcapítulos bastante interessantes e oportunos onde explica *Como os Brancos Viam os Negros* e *A Realidade Humana* da época.[49]

A maneira como os europeus julgavam os africanos baseava-se em pressupostos que se encontravam há muito entranhados na cultura, encarando-se o tráfico e a escravatura como uma solução. De facto, “a tradição medieval associava a cor negra à tristeza e à morte e, por extensão, ao pecado e ao demónio, assim como a cor branca à luz, à inocência e à virtude”,[50] teoria bastante presente nas crónicas de Zurara quando fala do desembarque de cativos na praia de Lagos.

João Medina e Isabel Henriques salientam, nas suas obras, uma espécie de grelha de apreciação criada por Zurara, que sublinha a distância que separa os brancos dos não brancos. Na base da grelha podemos encontrar os pretos,

> que o texto de Zurara exclui dos valores e das formas das espécies humanas. Essas «coisas» não podem ser integradas na espécie humana, visto apresentarem formas de parentesco com as figuras diabólicas, não pertencendo nem ao céu, nem à terra, mas sim ao ctónico, ao subterrâneo, onde habitam desde sempre as forças diabólicas.[51]

[47] Pimentel, *Chãos,* 46.
[48] Pimentel, *Chãos,* 47.
[49] Saunders, *História,* 223 – 233.
[50] Fonseca, *Escravos,* 296.
[51] Medina e Henriques, *As Rotas,* 103.

Godinho, a partir de relatos da altura aponta as causas segundo as quais se pode considerar justiça ser feito cativo e vendido: em caso de guerra justa, em que o vendido pertence ao vencedor, perdendo a sua liberdade, por delitos públicos que a lei pune com a perda de liberdade e os pais que em extrema necessidade vendem os seus filhos. Em suma: a compra e venda de negros é, quanto ao direito em si, lícita e justa.[52]

O escravo já não é um instrumento com voz como na conceção romana, mas uma coisa, um bem mercantil e um objeto de compra, venda ou doação, passível de se transmitir por testamento ou herança, estando presente nos inventários do património de muitos senhores e dotes de casamento.[53]

Como diz José Campos, "Algumas práticas de colonização hoje absolutamente inadmissíveis foram toleradas pela consciência moral dos cristãos e, em certos períodos, com maiores e mais estritas condições, também por autoridades eclesiásticas".[54]

Godinho apresenta alguns dos direitos destes homens, que de forma quase consensual caracterizavam estas personagens com absoluta dependência de outra pessoa, numa relação muitas vezes de violência e de humilhação que nem sempre foi igual, tendo dependido essencialmente das condições em que a escravatura se desenvolveu, quer técnicas, políticas, económicas ou culturais.[55]

Já Jorge Fernandes contribui com mais algumas visões importantes, entre as quais a ideia de que a grande maioria não recebia contrapartida pelo seu trabalho, sendo esta uma característica fundamental da escravidão. No entanto, haviam alguns que eram remunerados, como os escravos de ganho em Portugal e no Brasil, cujo rendimento era usado como forma de incentivo. Não podemos por isso considerar o trabalho gratuito como essencial, sendo, no entanto, uma característica da escravatura, na maioria dos casos.[56]

Outra característica que lhes é frequentemente associada é a do emprego em ofícios violentos e perigosos, ideia retirada das plantações, minas e dos remadores das galés. No entanto exerciam outras tarefas menos violentas. Também o carácter hereditário do escravo foi comum a todas as formas que a escravatura assumiu, no

[52] Godinho, *Os Descobrimentos*, 183.
[53] Godinho, *Os Descobrimentos*, 185-86
[54] José Marino de Campos, *Os Descobrimentos: Encontro de Povos, Culturas e Religiões* (Apelação: Paulus, 1998), 137.
[55] Godinho, *Os Descobrimentos*, 186.
[56] Fonseca, *Escravos,* 14.

entanto, a escravidão por dívidas para evitar a prisão não era transmitida por descendentes.

Ainda o credo religioso ou a cor da pele eram utilizadas como pretexto, pois estas diferenças

> de feições foram frequentemente associadas a selvajaria, própria dos povos destituídos das mais elementares regras da civilização e destinados pela própria natureza a servir as nações com características físicas tidas por normais e hábitos considerados mais elevados. Isso passou-se com os europeus e os árabes em relação aos negros, mas essa atitude preconceituosa, a que chamamos racismo, foi tanto a causa da sua escravização como um dos resultados de séculos de prática esclavagista.[57]

Estas diferenças invocadas serviam essencialmente para justificar o domínio de uns sobre os outros.

João Paulo Costa e Teresa Lacerda, na sua obra *A interculturalidade na Expansão Portuguesa*, apresentam três perspetivas bastante diferentes destas relações, comparando a visão religiosa de Zurara, com o "retracto de cariz etnográfico e não antropológico, com inúmeras referências aos hábitos alimentares, aos costumes e às práticas"[58] e reparos morais marcados pelas suas vivências de Luís de Cadamosto e as ideias de Duarte Pacheco Pereira, que "comportam uma crítica global e esclarecida sobre a «civilização africana»" tratando-se "de impressões marcadas pelo momento, pela forma como o «outro» respondeu às sua solicitações sobre a gentilidade destes povos […] acredita-se que «prezará a nosso senhor que cedo os fará cristãos»".[59]

3. A Importância das Crónicas e das Suas Representações

> A conquista de Ceuta, em Marrocos, assinalou o início da expansão ultramarina portuguesa. O relato deste acontecimento e de outros semelhantes foi possível graças à decisão da corte de nomear um cronista oficial. […] A importância tradicional da historiografia nas letras portuguesas foi reforçada pela nova necessidade de relatar os acontecimentos da expansão oceânica e os contactos estabelecidos com novos povos. Neste contexto, a prosa portuguesa viu-se confrontada com o desafio de descrever

[57] Fonseca, *Escravos,* 16.
[58] João Paulo Costa e Teresa Lacerda, *A Interculturalidade da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2007), 48.
[59] Costa e Lacerda, *A Interculturalidade*, 50.

coisas e costumes novos. Por outro lado, os cronistas portugueses também desenvolveram um discurso sobre a legitimidade do poder político.[60]

Segundo Joel Serrão,

> Em geral, entende-se por *crónicas* os relatos históricos […] onde os factos aparecem registados e expostos de maneira simples e por ordem cronológica, sem que os respectivos autores procurem determinar-lhes as causas e efectuar o seu encadeamento",[61]

sendo, porém, esta definição sujeita a contestações e interrogações.

Para Ana Paula Avelar, a cronística portuguesa da expansão é um dos meios narrativos que melhor exprime a vontade do poder político português e a melhor forma de legitimar a presença dos portugueses em outros espaços europeus. É precisamente graças a estes aspetos, que a sua produção, durante este espaço de tempo, dispara e homens próximos do rei eram escolhidos para escrever sobre os monarcas anteriores ou as personagens marcantes da história da expansão portuguesa. Estas fontes têm então um duplo sentido, o da legitimação do poder e o de fornecer matéria didática para as gerações vindouras, funcionando também como um instrumento de publicitação da figura do rei e da coroa portuguesa, dentro de toda a Europa.[62]

Até ao aparecimento de Fernão Lopes, as crónicas não passavam de compilações de diversos registos e materiais. A primeira grande compilação histórica de origem portuguesa terá sido *A Crónica Geral de Espanha,* de 1344. Já com Fernão Lopes, em 1419, redige-se a primeira crónica de Portugal, a *Crónica Geral do Reino*.

Sucede-lhe Gomes Eanes de Zurara que deixou a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica dos Feitos da Guiné* e as de D. Pedro e D. Duarte de Meneses.

Com Rui de Pina são escritas as crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Sobre este último monarca também Garcia de Resende se debruçou. Damião de Góis escreveu a *Crónica do príncipe D. João* e a *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel,* enquanto Francisco de Andrada se dedicou à de D. João III anos mais tarde.[63]

No entanto, no que toca a estes escritos, é necessário ter alguns aspetos em consideração. Estas não são necessariamente as fontes mais fidedignas ou objetivas.

---

[60] Luís de Sousa Rebelo, "Língua e literatura no império Português", Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800* (Lisboa: Edições 70, 2010), 371.
[61] Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), I, 753- 754.
[62] Ana Paula Avelar, "A Cronística Portuguesa da Expansão: Modelos e Práticas Discursivas: Narrativas de um Poder em Questão", *Colóquio Internacional Discursos de Legitimação*: Atas (Lisboa: Universidade Aberta, 2003).
[63] Serrão, *Dicionário,* 753- 754

Apesar disso, é precisamente este seu carácter subjetivo e duvidoso que as torna a melhor fonte para o trabalho em curso. Por outras palavras, a crónica é um relato de certos eventos históricos, no entanto com uma vocação mais literária e ideológica, pois os eventos são descritos cuidadosamente de forma a transmitir uma intenção específica. Independentemente do seu valor historiográfico, é a sua falta de isenção que melhor permite perceber os quadros mentais e as motivações da época, bem como as estratégias utilizadas a partir do evidente carácter pessoal do autor.

Por estas e mais razões, foram estas as fontes selecionadas para sustentar empiricamente este trabalho. Tendo em conta que o período de tempo proposto para este estudo se situa no século XV e XVI, e as representações do escravo africano as escolhidas, autores desde Zurara a Damião de Gois são aqueles que requereram toda a atenção.

3.1. O Caso das Crónicas de Gomes Eanes de Zurara

Começando com Zurara, o seu trabalho como cronista é composto de quatro grandes obras que se desenvolveram em duas áreas geográficas destintas. Uma primeira em que se dedica à tomada de Ceuta e à fixação dos portugueses no Norte de África (1ª, 3ª e 4ª crónicas) e uma segunda que diz respeito aos avanços dos portugueses e a sua exploração da costa africana e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores (2ª crónica):

A *Crónica da Tomada de Ceuta*[64] é chamada por alguns como a terceira parte da crónica de D. João I, da qual Fernão Lopes escreveu as duas primeiras partes. Feita a mando do rei, começou a ser escrita em 1449 e foi concluída sete meses depois.

A *Crónica dos Feitos da Guiné*[65] terá sido encomendada por D. Afonso V de modo a que fossem colocados por escrito os feitos do Infante D. Henrique. Haveria intenções de se fazer um segundo volume. É necessário ter igualmente em consideração que Zurara não conhecia a realidade aqui descrita, pois apesar de se ter deslocado a África ficou apenas por Ceuta, já conquistada e controlada pela coroa portuguesa. Trata-se também de uma memória que tinha como objetivo obter a legitimação papal para a guerra do Norte de África, como sendo uma cruzada, e desta forma justificar a escravização destes homens.

[64] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942).
[65] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989).

A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*[66] é dada como uma espécie de continuação da *Crónica da Tomada de Ceuta*. Escrita a mando de D. Afonso V, é começada por volta de 1458 e concluída em 1463.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*[67] conta os feitos do filho bastardo de D. Pedro de Meneses, no seu cargo de capitão e governador de Alcácer- Ceguer. Para a escrever, o autor esteve em África quase um ano (1467-68). Faltam-lhe ainda capítulos e alguns não estão completos.[68]

As suas crónicas foram, portanto, desde o início concebidas como uma forma de elogiar algumas personagens históricas e exaltar os feitos de toda uma aristocracia bélica, relatando acontecimentos por meio de uma retórica de reforço de grandiosidade.[69]

Na *Crónica da Tomada de Ceuta* não há muito a assinalar quanto ao tema que nos prende a atenção, no entanto é possível verificar a temática da corrida ao "infiel":

> […] determinamos que uossa mercê pode mouer guerra contra quaisquer infiéis, assy mouros como gentios ou quaisquer outros que, por algum modo, negarem alguns artigos da santa fé católica, por cujo trabalho merecereis grande galardão do nosso senhor Deus para a uossa alma.[70]

Mas também as descrições dos contactos com os primeiros povos:

> Nem a uista daquelle mouro nom era pouco espantosa. ca elle auia o corpo todo negro assy como huũ coruo, e os demtes muy gramdes e aluos, e os beyços grossos e rreuolltos.[71]

Também na *Crónica dos Feitos da Guiné* é possível atestar o peso da igreja e da envangelização e com ela a corrida ao "infiel". Desta forma, o mouro, ou o mouro negro, tal como é referido, é representado consoante a perceção religiosa da época, ou melhor, a perceção religiosa da época é utilizada para legitimar a inferioridades dos africanos:

> E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam mouros como os outros, são porém servos daqueles, por antigo costume, o qual creio que seja por causa da rendição

[66] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* (Porto, 1988).
[67] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006).
[68] Zurara, *Crónica da Tomada*, 5-12.
[69] Nuno Campos e Isabel Carneiro, *O Padrão dos Descobrimentos – Roteiro para Visita de Estudo* (Coimbra, 1994).
[70] Zurara, *Crónica da Tomada*, 67.
[71] Zurara, *Crónica da Tomada,* 81.

> que, depois do diluvio, lançou Noé sobre seu filho Caim, pela qual o maldisse que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo; da qual estes descendem.[72]

Zurara desenvolve ainda uma espécie de grelha de apreciação, já mencionada acima, que sublinha a distância que separa os brancos dos não brancos à medida que estes homens desembarcavam em Portugal, baseando-se no modelo do civilizado, ou seja, do europeu. Num primeiro grupo, temos os indivíduos da costa ocidental africana, que pela sua tez mais clara, podem ser comparados, mas não confundidos com os europeus. Num segundo grupo, encontram-se aqueles sem qualquer comparação com os brancos.[73]

Outro aspeto bastante presente nesta crónica é o contraste entre a terra dos mouros e a terra dos negros:

> O qual, partindo com sua companhia, nunca quis amainar; até que passou a terra dos Mouros e chegou à terra dos negros que são chamados Guinéus. E ainda que nós já nomeássemos algumas vezes em esta história por «Guiné» a outra terra em que os primeiros foram, escrevemo-lo assim em comum, mas não porque a terra seja toda uma; pois grande diferença têm umas terras das outras e mui afastadas estão, segundo departiremos adiante onde achamos lugar disposto para isto. [74]

É possível, portanto notar, ao longo da crónica, que apesar de Zurara considerar que todos eram mouros, uns mais escuros de pele do que os outros, havia uma certa diferença nas suas terras, cultura e até na sua população, com atributos pessoais assentes numa base hierarquizada, pois apesar de tanto mouros como negros serem considerados bestas e homens condenados pela sua falta de fé, denota-se um maior respeito no que toca aos negros, porventura por serem considerados gentios e não muçulmanos.

A legitimação da sua escravização apoia-se na maldição bíblica derivada das suas vivências em pecado às quais estes homens sempre estiveram sujeitos. Justificando desta forma a sua condição de servos, tanto mouros como negros deveriam ser escravizados para que desta forma a sua alma fosse salva.

Posto isto, o fim destes homens é sempre determinado perante uma leitura religiosa dentro da qual se joga a negritude da Guiné onde os seus habitantes não têm uma religião aparente, ou o estatuto dos mouros do Norte de África, que seguem o

[72] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 41.
[73] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 57.
[74] Zurara, *Crónica dos Feitos,* 67.

Islamismo. Aqui se recupera um pensamento típico da Idade Média, o do homem civilizado vs. o homem selvagem, religiosamente vazios que apenas a religião católica poderia salvar.

Na tabela abaixo é possível notar algumas diferenças nas descrições de mouros e de negros:

Quadro 1. Comparação entre as descrições de negros e mouros na *Crónica da Guiné*, com alguns exemplos.

Mouros	Negros
Militarmente fracos: "[…] todos juntos em mangote, sem outras nenhumas armas para ofensa nem defesa, somente azagaias."; "[…] em cima de cavalos, com lanças e espadas que são armas que qualquer deles nunca vira."[75]	**Militarmente fortes:** "Depois, começaram a atacar os guinéus em cuja busca ali tinha vindo; os quais acharam tão [a]percebidos que, embora muitas vezes tentassem sair em terra, sempre acharam valente defesa que não ousaram chegar a eles."[76]
Medrosos: "E, assim desacordados, começaram de fugir sem nenhuma ordenança de resguardo."[77]; "E assim com esta angústia, começaram de fugir, não todos juntamente, nem por um [só] caminho, mas cada um para a sua parte, deixando de todo, já sem qualquer esperança de remédio, as mulheres e filhos." [78]	**Corajosos e prontos a se defender:** "Dos quais os guinéus havendo vista, correram para a praia com as suas [a]dargas e azagaias, como homens que se queriam fazer prestes para a peleja." [79]; "E sucedeu que, antes que saíssem em terra, saíram da outra parte 12 barcos, nos quais estariam uns 70 ou 80 guinéus, todos negros, e com arcos nas mãos". [80]
Bárbaros: "[…] parecessem gente barbárica e bestial […]".[81]	**Bárbaros mas de forma compreensível:** "[…] estes negros, posto que sejam mouros como os outros, são porém servos daqueles […], o qual creio que seja por causa da maldição que, depois do dilúvio, lançou Noé […]"[82].

[75] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 30.
[76] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 139.
[77] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 37.
[78] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 128.
[79] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 89
[80] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 160.
[81] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 38.
[82] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 41.

Fisicamente fracos e preguiçosos: "[…] e como homens fora de si e minguados de esforço […]"; "E os nossos […], em parte se alegraram, por estarem livres do perigo que antes esperavam".[83]	**Fisicamente fortes e valentes:** "[…] no qual [barco] estavam cinco guinéus valentes e fortes […]."[84]; "[…] E ainda que o primeiro fosse tão forte e tão valente, e se dispusesse à peleja com tal vontade […]."[85]
Enganadores: "E assim, pelos sinais daquele mouro foram guiados a uma aldeia onde, chegando não acharam coisa alguma de que pudessem fazer presa"[86].	**Cautelosos:** "[…] e já sabeis que a gente desta terra não é tão fácil de filhar como nós desejamos, porque são homens mui fortes, cautelosos e [a]percebidos em suas pelejas."[87]
Mulheres sexualmente promíscuas: "E as mouras, atentando naqueles dois reféns, pensaram [a] cometê-los, mostrando mui grande desejo de jazerem com eles".[88]	**Mulheres resilientes:** "Mas a força da mulher era assaz para maravilhar, pois de três que se ajuntaram a ela, não havia nenhum que não tivesse bastante trabalho querendo-a levar ao batel."[89]

Fonte: Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989).

Apesar de Zurara defender que estes homens (os negros) eram escravos devido aos seus pecados, este cronista mostra-se bastante ambíguo nas suas opiniões, o que por vezes nos deixa confusos no que toca à sua concordância ou não com esta política esclavagista. Esta questão nota-se perfeitamente no capítulo vinte e cinco da *Crónica dos Feitos da Guiné:*[90]

> Ó tu, Celestial pai, que, com Tua poderosa mão sem movimento, de Tua divinal essência governas […]. Eu te Rogo que as minhas lágrimas não sejam dano da minha consciência: porque, não por sua lei, destes, mas a sua humanidade constrange a minha a que chore piedosamente o seu padecimento. […] Mas qual seria o coração, por duro que pudesse ser, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo assim aquela campanha? Porque uns tinham as caras baixas e os rostos lavados em lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos céus,

[83] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 71.
[84] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 144.
[85] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 117.
[86] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 82.
[87] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 139.
[88] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 74.
[89] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 163.
[90] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 56-58.

> firmando os olhos em eles, brandando altamente como se pedissem socorro ao Pai da Natureza […].[91]

No entanto, logo de seguida, surgem observações como a seguinte:

> Que [com] tamanho ajuntamento de navios, vergonhosa coisa seria tornar para Portugal sem avantajada presa. E porquanto o Infante soube, por alguns daqueles mouros que levou Nuno Tristão, que na ilha de Naar (que é aqui cerca) haverá em ela pouco menos de duzentas almas.[92]

Com isto não restam dúvidas que alguns portugueses eram sensíveis ao sofrimento provocado pela escravatura, incluindo, de certa forma, Zurara, que acaba por mostrar por eles uma certa simpatia. No entanto, esta questão moral e o peso nas consciências acabou por não ser o suficiente para se promover a ausência de redução à sua condição de escravos.

O lucro, já nesta altura, começa-se a mostrar mais importante que a cristianização. Apesar disso, esta última continua a ser utilizada como uma forma de legitimação:

> Mas para que falo eu [em] estas coisas, visto que sei que somos todos filhos de Adão compostos de uns mesmos elementos, e que todos recebemos alma como criaturas racionais. Certo é que os instrumentos em alguns corpos não são tão dispostos para seguir as virtudes como são outros a que Deus, por graça, outorgou tal poderia, e, carecendo dos primeiros principios de que [de] pendem os outros mais altos, fazem vida pouco menos de bestas. Porém, em três modos se [re] parte a vida dos homens, segundo diz o Filósofo. Os primeiros são aqueles que vivem em contemplação, deixando todas as outras coisas do Mundo; somente se ocupam em orar e contemplar cidades, aproveitando seus bens e tratando uns com os outros. E os terceiros são os que vivem nos ermos, afastados de toda a convivencia, os quais porque não hão perfeitamente o uso da razão, vivem assim como bestas, semelhantes a estes que, depois da divisão das linguagens que por vontade de Nosso Senhor Deus se fez em a torre de Babilónia, espalhando-se pelo mundo, ficaram ali [aonde chegaram] sem acrescentarem qualquer parte de sabedoria em seu primeiro uso. Mas, todavia, hão seus padecimentos como as outras criaturas racionais como [seja] amor, ódio, e esperança, e temor, e assim as outras doze [paixões] que todos naturalmente havendo, das quais cada um usa, mas,

[91] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 56-57.
[92] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 46.

> mais ou menos segundo a graça que tem de Deus, pois, segundo diz S. Paulo, Deus é o que obra em nós o seu cumprimento.[93]

Já nas suas crónicas do Conde D. Duarte e D. Pedro de Meneses, as representações dos novos povos de onde são retirados os cativos são feitos num jogo de Mouro vs. Cristão. Estas crónicas são uma espécie de propaganda para o cristão ideal, representando os mouros como a antítese que deve ser combatida a todo o custo e tendo o cristão como objetivo conquistar as terras dos infiéis.

Aqui é criado todo um retrato ideal da nobreza deste século, onde se procurava resgatar a sua memória e exprimir uma reflexão sobre os valores aos quais a figura do cavaleiro estava ligado, dentro do contexto africano.

Cavaleiro:

> Ficou este Conde Dom Pedro, moço pequeno per morte de seu Padre, e foi homem em que ouve meãa estatura, corpo largo, e fortes membros, homem de grande gasalhado, e acolhimento, de honroso e grande coração liberal e prestador de suas riquezas, assi a naturaes, como estrangeiros, homem Catholico, e amigo de Deos, grande remidor de cativos, pera salvação dos quaes nom tinha em conta nenhuma riqueza nem thezouro, nem receava de dar hum Mouro de grande rendição, por hum muito pobre Christão […].[94]

Mouro:

> Diz aquy o autor que screueo esta storea que se nom enganaua dom Duarte pensar o que alguuns daquelles podyam temer. por que a natureza nom quis a todos proueer de Jgual fortalleza. E cada huum nom pode receber mais que aquello que lhe he dado pollas Jnfluencyas do ceeo. ca posto que todo dom comprido e perfeito descenda do padre dos lumes segundo diz sanctyago em sua primeyra canonyca. todauya prouue aaquelle summo da dor que ouuesse hy corpos superiores sob cuia sogeiçom e senhoryo uiuem os Jnferyores. E tam fortemente soiugam e apremam aquellas cousas de cima a estas de baixo que se nom for per specyal priuillegio ortorgafo pello formador da natureza nom poderyam os homeens uiuer per outra ordenança.[95]

3.2. O Caso das Crónicas de Rui de Pina

De Rui de Pina e a *Crónica de D. João II* não há muito a dizer. Há quem defenda que este autor se apropriou de textos de terceiros e que a sua crónica se mostra um pouco desorganizada. De facto, não encontramos uma organização como nas de

[93] Zurara, *Crónica dos Feitos*, 74.
[94] Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro,* 16.
[95] Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte,* 135.

Zurara, provavelmente por os seus textos seres escritos apressadamente, e com pouco cuidado. Neles são também pouco relevantes as referências a cativos.

Apesar de ser muitas vezes acusado de não ter prestado a atenção devida à expansão portuguesa, foi um homem que "viveu numa época em que a coroa tentava afirmar-se como poder central na governação de um país e Pina esteve mais envolvido nesta questão do que com as navegações".[96] A leitura desta crónica mostra-se então indispensável, pois Rui de Pina foi o último cronista da primeira vaga que durou todo o século XV e que se iniciou com Fernão Lopes.

Para António Quadros,

> a história de Rui de Pina oscila, desta forma, entre os prismas memorativos e étnicos, traduzindo conceitos próprios da atmosfera clássica que começava a impor-se em Portugal. O autor busca a verdade dos factos, por meio de documentos oficiais e de testemunhos privados procedendo à narração segundo um critério objetivo e temporal. Mas o seu quadro de apreciação varia com a época, na tendência natural, à medida que recua no tempo, para idealizar situações e restringir o campo narrativo.[97]

Contudo, se a atenção em relação à expansão portuguesa pode não ter sido muita, o contacto com os povos que os portugueses iam encontrando ao longo da costa ocidental africana já lhe merece outro interesse. Entre os capítulos 57 e 63 são tratados os assuntos sobre o reino do Congo e a conversão do seu rei. Este aspeto mostra a importância da envangelização, como ainda bastante presente, mas não só. Também a difusão da língua portuguesa, a partir da instrução religiosa, permitia a implantação de canais de comunicação necessários para a obtenção de informações sobre outras zonas ou povoações:

> [...] partirem-se com alguns daqueles negros, e assim o fez, porque aqueles que sobre isso dele primeiro se fiaram e vieram à frota não os deixou mais sair em terra e veio com eles para Portugal, não os trazendo como cativos, mas com fundamento e esperança de que, depois de aprenderem a língua, costumes e tenções de el-rei e do reino de Portugal, tornariam em suas terras e por seu meio as coisas d uma parte e da outra se podiam bem comunicar, porque de outra maneira, segundo a diversidade da língua, não era possivel. [98]

[96] Rebelo, "Língua", 375.
[97] Joaquim Veríssimo Serrão, *Cronistas do Século XV – Posteriores a Fernão Lopes* (Lisboa: Biblioteca Breve, 1989), 62.
[98] Rui de Pina, *Crónica de D. João II* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), 113-114.

3.3. O Caso das Crónicas de Garcia de Resende

Com Garcia de Resende e a *Crónica de D. João e a Miscelânea*, que analisei também, pois existe quem defenda que estas duas obras foram escritas como um todo, mas separadas na sua publicação, nota-se algo de muito curioso. Com uma vida de cortesão, como de escritor, é possível observar na sua escrita uma mistura de dois tipos de mentalidade, a do final da Idade Média e a dos inícios do Renascimento, o que o torna uma figura incontornável da cultura portuguesa do século XV.

Um homem ambíguo, ligado aos valores antigos da honra, mas também exposto às novas realidades do mundo, abertas pela expansão ultramarina, terá sido, provavelmente, o primeiro português a mostrar uma perfeita noção da construção de um novo tempo e das transformações que se apresentavam e das quais foi espectador. Captou, assim, o processo histórico da formação do renascimento e as linhas de colisão deste com a expansão portuguesa e europeia, compreendendo bem a vida dentro dos quadros mentais do tempo e do espaço. Duas constantes são notórias na sua obra: O culto ao monarca e a constante e radical mudança no tempo.[99]

Garcia de Resende vai assistir a um capitalismo crescente que torna os cativos provindos de África, não em homens mas num bem comercial:

> E a el-rey de Beni mandou per elle presente rico, e de muitas cousas que elle em sua terra avia muito d' estimar. E assi lhe mandou muytos e sanctos conselhos pera o tornar aa fee de Nosso Senhor Jesu Christo mandando-lhe muyto estranhar suas ydolatrias e feytiçarias que em suas terras os negros tinham e usavam. E assi mandou logo com elle feytores e oficiaes pera laa estarem e resgatarem a dita pimenta e outras cousas que na terra avia. E depois por ser muito doentia e o trato nam ser de muyto proveyto como se esperava, ha feytoria se desfez, e hos officiaes se vierão.[100]

Graças a isto, não se pode falar de uma maior humanização dos africanos ao longo das crónicas, muito pelo contrário, o surto do capitalismo vai produzir uma coisificação dos africanos e uma conceção de bens comerciáveis.

É, no entanto, possível notar que, apesar do autor entender de forma bem clara as alterações que o mundo sofria, nem por isso concordava com elas. Deparamo-nos com um homem "antigo" que se encontrava exposto às novas realidades, mas

[99] Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991), 11-47.
[100] Garcia de Resende, *Vida e Feitos d'El Rey D. João II* (Coimbra: *Corpus electrónico do Celga*), 97. Acedido em 6 de Abril de 2015.
http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/01vidaefeitos

mantinhas os valores da antiguidade, o que o fazia defender o espirito da cruzada e não o guerreiro para fins comerciais:

> Porque se Deos tem poder, / ele so he o que sabe, ninguém pode cõprehender/ seus juyzios, e saber/ e poder que nelle cabe;/ elle he todo bondade, elle he toda verdade, elle he o sumo bem, elle dá ser, e sostem/ nossa fraca humanidade.[101]

O tráfico de escravos desde cedo despertava posições muito diversas, devido aos elevados lucros que proporcionava e à exploração dos novos territórios que levava a uma atitude de verdadeira complacência até por parte dos clérigos. No entanto, houve algumas vozes, embora raras, que se manifestaram de forma diferente, principalmente na literatura, como é o caso de Garcia de Resende: "Hũos aos outros se vendem,/ e ha muytos mercadores,/ que nisso somente entendem,/ e os enganam, e prendem, /e trazem os tratadores".[102]

Apesar do que alguns autores defendem, os escravos nunca chegaram a ser um décimo da população portuguesa, tendo assumido um papel mais predominante em algumas regiões e cidades, onde se atingiu ou ultrapassou este valor. É por exemplo o caso do Algarve, Setúbal e Lisboa, esta última, uma cidade cosmopolita e diferente de muitas outras, apresentava-se não apenas como a capital do reino, mas também de todo o Império Ultramarino Português, não sendo, por isso, de estranhar que a sua demanda por escravos fosse bastante superior à das restantes.[103] Será, portanto, nas zonas onde a população era mais abastada que os vamos encontrar, mas também onde a carência de mão-de-obra era grande. Por isso, na *Miscelânea*, Resende expressa a sua preocupação em que um dia os escravos atingissem um número mais elevado que os livres: "Veemos no reyno metter/ tantos captiuos crescer,/ e yremse hos naturaes,/ que se assi for seram mais/ elles que nos, a meu ver".[104]

No entanto, enquanto na *Miscelânea* expressa mais afincadamente a sua opinião sobre estes assuntos, a *Crónica de D. João II* retrata-os com maior imparcialidade. Nas citações expostas a baixo é possível notar desde logo a passagem do escravo como homem propício a ser evangelizado, presente nas crónicas de Zurara, para o homem como um bem comercial:

---

[101] Resende, *D. João II*, 381.
[102] Resende, *D. João II*, 345.
[103] Amélia Polónia e Ana Sofia Ribeiro, "A Commodity or a Person. Slave Interaction in Portuguese Maritime Societies in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", Amélia Polónia e Cátia Antunes, *Seaports in the First Global Age. Portuguese Agents, Networks and Interactions.1500-1800* (Porto: Editorial U. Porto, 2016), 5.
[104] Resende, *D. João II*, 363.

> Escusaram-se todos esperando por mayor valia, salvo hum Joam Mendez Cecioso, cidadam honrrado que mandou loguo levar aa praça huns corenta moyos que tinha, e mandou dizer a el-rey se queria sua alteza que o posesse a vinte reaes que assi se venderia. Agardeceo-lho el-rey e quis que a trinta se vendesse; e fez-lhe logo por ysso merce de dous escravos.[105]
>
> E assi foy ordenado e feyto orçamento como despesa necessaria e principal, quanto se poderia dar de merce e dadivas, por el-rey e raynha e o principe aas pessoas de toda calidade que aas festas viessem assi em ouro amoedado como em coraes, joyas, bayxellas de prata lavrada, e borcados, sedas, cavallos, escravos, o que tudo se comprio em muyto grande abastança; porém as festas e comprimento delas socederam de maneira, que a despesa destas cousas passou muito polla ordenança; o que tudo se cumprio com muyta grandeza e louvor d' el-rey.[106]

Esta conceção dos escravos africanos como um bem comercial é algo que se consolida ainda mais quando entramos na *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* de Damião de Góis.

3.4. O Caso das Crónicas de Damião de Góis

Damião de Góis foi uma figura ímpar do Renascimento português, e na sua condição de humanista, coube-lhe o papel de noticiar e legitimar as novas da expansão portuguesa, principalmente no Oriente, mostrando um rigor e imparcialidade independentemente de agradar ou não a todos.

O trabalho de Pina deixara muito a desejar, obrigando-o a recomeçar. Com as mãos no reinado de D. Manuel e uma vasta experiência e espírito culto integrado no pensamento europeu, com influências de Erasmo e Lutero, com que convivera por diversas vezes, transcreveu o que este monarca de melhor fez, mas sem encobrir as partes negras da sua história, com verdades inconvenientes e perigosas para a época. Exprimia-se livremente, escrevendo as conclusões a que chegava. Quando a crónica de D. Manuel finalmente apareceu, o descontentamento foi notório e ruidoso, principalmente por parte de certas camadas da aristocracia.

Menos de quatro anos depois, em 1571, Góis é preso pela Inquisição. Anteriormente protegido pela força do Cardeal (teria sido este a escolhê-lo para escrever a crónica de seu pai e foi a casa real que adiantou o dinheiro para a impressão da obra), via agora a situação alterar-se. Condenado por heresia pelo Tribunal do Santo Ofício,

[105] Resende, *Vida*, 97.
[106] Resende, *Vida*, 97.

acabou por morrer em cárcere penitenciário perpétuo no Mosteiro da Batalha, dois anos depois.[107]

Não são muitas as descrições sobre escravos africanos (provavelmente pelo seu interesse estar mais voltado para o Oriente), mas os capítulos sobre pilhagem e captura de gente para fins económicos encontra-se bastante presente:

> [...] Aluaro Telez que esgarrou atte ho cabo de Guardafum, onde fez algũas presas, de q ficou riquo, & has que com elle iham, & dahi foi ter com Tristam da cunha a çacotará, & assi faltou da frota Rui pereira coutinho, que foi ter á ilha de Sam Lourenço, pela borda de dẽtro a hũa baia, aque pos home ha fermosa, onde ui erão ter com elle dezoito mançebos em hũa almádia, hos quaes festejou, & lhes deu algũas peças pera se cobrirem, por nam trazerem outro trajo q hũs panetes de palma com q andauão encachados ẽtre has pernas, dos quaes trouxe dous consigo [...].[108]

É possível que estas escassas representações nas crónicas régias ocorram graças ao facto de, a partir de certa altura, esta captura não ser uma atividade única e exclusivamente da coroa, mas também de particulares que queiram fazer disto um negócio. António Carreira explica este aspeto conforme vimos acima.[109]

Na sua *Crónica* denota-se igualmente a preocupação de D. Manuel I em não importunar os mouros, uma vez que nos seus reinos se encontravam muitos portugueses e existia o medo de uma revolta. Este aspeto encontra-se bem explicado aquando são expressas as suas razões para retirar aos judeus os seus filhos, mas não aos mouros:

> Ha causa foi porque de tomarem hos filhos ahos Iudeus se nõ podia recreçer nenhũm domino ahos christãos que andam espalhados pelo mũdo, no qual os Iudeus por seus pecados nam tem regras, nem senhorios, çidades, nẽ villas, mas antes ẽ toda parte õde viuẽ sam peregrinos & tributários, sem terem poder, nem authotidade pera executar suas võtades contra has injurias, & males que lhes fazem. Mas ahos mouros per nossos peccados & castigo permitte Deos terem occupado ha mór parte de Ásia, & África, & boa de Europa, onde tem Impérios, Regnos, & grandes senhorios, nos quaes viuẽ muitos christãos debaixo de seus tributos, allem dos muitos que tẽ captius, & a todos estes fora mui perjudiçial tomarem se hos filhos dos mouros, porque ahos que se este agrauo

[107] Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953), 6-40.
[108] Góis*, D. Manuel*, 70.
[109] Carreira, *Notas*, 21-22.

> fezera, he claro que se nam houueram desqueçer pedir vingança dos christãos q habitavam nas terras dos outros mouros.[110]

Ao contrário das crónicas anteriores, e como já foi dito anteriormente, as preocupações de D. Manuel I estavam mais voltadas para os domínios orientais do que propriamente para a África ocidental. Posto isto, é bastante visível esta fuga para oriente durante a crónica, principalmente depois das viagens de Vasco da Gama e os inícios do Estado da Índia, nome dado a todas as possessões portuguesas entre Sofala e Macau, ou seja, toda a costa marítima da África oriental e da Ásia, do Cabo da Boa Esperança ao Japão.[111]

Vasco da Gama e os seus sucessores encontraram os territórios de Sofala a Somália e com eles, novamente, novos povos e novas culturas que diferiam muito entre si:

> Esta ilha aque hos antiguos chamam Madagascar, & nos de Sam Lourenço he hũa das maiores que se sabe em todo ho descuberto, porque tem de comprido mais de trezentas legoas, & de largo mais de çento, & vinte, ẽ que ha muitos Reis, & senhores, hos mais delles gentios, prinçipalmẽte hos q viuem no seram da ilha porque hos q habitã na costa do mar, hos mais sam mouros: tẽ todas quãtas molheres querem, & sam negros, & baços, de cabello reuolto: hos ricos andã cubertos com parras dalgodão, & hos pobres nus sem mais roupa q a q cobrem suas vergonhas.[112]

> [Ilha de Çacotorá], Ha gẽte he baça, tem lingoa sobre si, andam nus, assi homẽs quomo molheres, nam cobrem do corpo mais que has partes vergonhosas com pannos dalgodão: Sam christãos, tem egrejas, & altares cõ cruzes anuaradas nelles, & pintadas nas paredes, sem outras nehũas images , jejuão ha quaresma, & ho Aduento, sem comerem carne, nẽ pescado: nam tem mais que hũa molher, & guardam has festas prinçipaes do ãno, assi quomo ho nós fazemos, & no mesmo tempo, & assi has dos Apostolos, & pagam dizimos ás egrejas de que se repairão, & entretem hos saçerdotes, & pagam dizimos, & dizem que ho Apostolo S. Thome foi ho que alli pregou ha fé de nosso senhor Iesu Christo. [...] Chamão se todos dos nomes dos Apostolos, & has molheres pela maior parte Marias, Isabeis, & Annas. [...] Se contentarem do que lhes aqlle torram de terra dá, ou de oçiosidade, & preguiça, porque ho sam tanto, que has molheres tem cargo de aproueitar ha fazenda, & fazer os offiçios aque hos homẽs sam obrigados.[113]

---

[110] Góis, *D. Manuel,* 43.
[111] Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Linda-a-Velha: Difel, 1998), 207.
[112] Góis, *D. Manuel,* 72.
[113] Góis, *D. Manuel,* 77.

> [...] Regno de Benomotápa, do qual hos habitantes sam todos pretos de cabelo frisado, a q hos vizinhos comũmẽte chamão Cafres: nã adoram nenhum idolo, nem ho tem: crem que ha hum so Deos, criador de todalas cousas, aho qual adoram, & sencomẽdam, no que pareçe que em parte contiuáram atte agora, no que atras dixe, do seu antigo modo de crer: tem por religiam algũs dias de Guarda, entre has quaes entra ho dia em q nasçe o seu Rei. Nenhum crime castigam cõ mór rigor, q ho da feitiçaria, porq a todolos feiticeiros mattam per justiça, sem perdoar a nenhum: tem tâtas molheres quãtas podẽ mãter, mas ha primeira he quomo sehora das outras, & os filhos desta sã herdeiros: nam casam senam cõ molher aque ja viesse sua purgaçam, porque tem q se antes de lhe vir conhecer homem, que hos filhos que parem, sam todos fracos & de pouca vida.[114]

Em suma, quer à força quer por meios pacíficos, os portugueses estabelecem o seu domínio na costa oriental, com um sucesso bastante facilitado pelas rivalidades internas entre as cidades e reinos. A cruzada iniciada em Marrocos deveria continuar nestes novos territórios, seguindo a mesma política portuguesa iniciada no ocidente africano. No entanto, mais uma vez, esta política religiosa só funcionava na teoria como meio de justificação para as questões económicas. É possível fundamentar esta hipótese quando um oficial do rei lhe escreve em 1508, da ilha de Moçambique, a aconselhá-lo a matar ou expulsar os judeus dessa costa, pois estes eram um perigoso concorrente comercial.[115] Foram ainda muito mais relutantes, dentro deste novo território, no que toca ao processo de envangelização. A frequência com que os africanos eram evangelizados no ocidente africano, nada teve a ver com os do oriente. Só em 1761 é construído um seminário na ilha de Moçambique para a formação, tanto de mulatos como de negros livres e brancos.[116]

Considerações Finais

Em jeito de conclusão é possível verificar uma evolução diacrónica na cronística portuguesa, quer seja devido aos contextos e ao significado do escravo para a economia e sociedade portuguesas, quer no que toca ao perfil do cronista e às perspetivas a que ele se encontra associado.

---

[114] Góis, *D. Manuel*, 35.
[115] C. R. Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825* (Porto: Afrontamento, 1988), 46.
[116] Boxer, *Relações,* 59.

O que no início começou por ser uma campanha inserida dentro dos princípios da envangelização, com Zurara, rapidamente se vai tornando numa procura incessante da obtenção de lucros cada vez maiores. Este aspeto é já bastante visível quando chegamos à crónica de Garcia de Resende, mas ainda mais no que toca à de Damião de Góis.

Zurara preocupa-se em legitimar estas campanhas, talvez por ordem do rei ou por descargo de consciência. A verdade é que se dedica, ao longo das suas crónicas, a distinguir a terra dos mouros e a terra dos negros, bem como os seus habitantes. No entanto, denota-se um pouco mais de respeito pelos últimos, talvez por não haver uma história anterior de conflitos e confrontos, com estes indivíduos, como havia com os primeiros. Os argumentos religiosos são, portanto, uma constante do discurso, vistos estes homens passíveis de escravizar como forma de salvar as suas almas corrompidas e atribuindo-se a culpa à maldição de Noé.

Ao longo das crónicas, este contexto religioso vai-se perdendo, dando origem a uma lógica mais económica e comercial. Já Garcia de Resende se debruçava sobre estes aspetos com bastante pesar na *Miscelânea* e com uma maior parcialidade na *Crónica de D. João II*. No entanto esta conceção dos escravos africanos como um bem comercial é algo que se consolida ainda mais quando entramos na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis.

Estas questões são bastante visíveis aquando do contacto com territórios mais orientais, com povos e culturas diferentes dos anteriores, nos quais a questão religiosa não vai ser tão predominante. A envangelização destes novos povos vai ser bastante tardia, o que pode denotar a falta de preocupação em converter tais populações, uma vez que assim, as campanhas religiosas utilizadas para a legitimação da escravatura deixavam de fazer sentido e daqui não poderiam mais retirar proveito económico.

A maneira como os africanos eram olhados esteve sempre, portanto, em constante interligação com a economia e a sociedade portuguesa. Na teoria, a envangelização funcionava como argumento para legitimar estas campanhas. Já na prática, as coisas vão-se revelando diferentes, e apesar de os cronistas, principalmente Zurara e Pina, tentarem abafar esta realidade, pois o intuito das crónicas nesta altura era a exaltação de certas personagens e não a transmissão de opiniões próprias, é possível notar alguma má consciência suscitada pelo sofrimento por estes homens. Já com Resende e os inícios do Renascimento, este assunto vai ser bem mais analisado.

Durante o século XVI, os portugueses criaram um império comercial mundial que se estendia do mar da China e do oceano Índico ao Brasil e Angola, no Atlântico sul. Este império não foi desafiado por nenhum outro Estado Europeu durante 100 anos, teve um profundo e prolongado impacto na economia e na cultura da Europa e deu início à mudança das relações europeias com o resto do mundo que, hoje, se interpretam como sendo os primórdios da globalização.[117]

[117] Newitt, *Portugal,* 93.

Fontes

Impressas

Góis, Damião de. *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.

Pina, Rui de. *Crónica de D. João II.* Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Resende, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Porto, 1988.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos da Guiné*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006.

Bibliografia

Avelar, Ana Paula. "A Cronística Portuguesa da Expansão: Modelos e Práticas Discursivas: Narrativas de um Poder em Questão", *Colóquio Internacional Discursos de Legitimação*: Atas. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

Barreto, Luís Filipe. *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista: Problemas da Cultura dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Quetzal, 1989.

Bethencourt, Francisco e Curto, Diogo Ramada (dirs.). *A Expansão Marítima Portuguesa*, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010.

Boxer, C. R. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1988.

Campos, José Marino de. *Os Descobrimentos: Encontro de Povos, Culturas e Religiões*. Apelação: Paulus, 1998.

Carreira, António. *Notas sobre Tráfico Português de Escravos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

Costa, João Paulo Oliveira e Lacerda, Teresa. *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa: Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2007.

Febvre, Lucien. *Combates pela História*, Lisboa: Editorial Presença, 1977. Volume I.

Fonseca, Jorge. *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

Garcia, José. *Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* Lisboa: Editorial Presença, 1991. Volume IV.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar - Séculos XIII – XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

Lahon, Didier. "Da Redução da Alteridade a Consagração da Diferença: as Irmandades Negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII)". *Projecto História*, 44 (2012): 53-83.

Lahon, Didier. "O Escravo Africano na Vida Económica e Social Portuguesa do Antigo Regime". *Africana Studia*, 7 (2004): 73-100.

Lahon, Didier. *O Negro no Coração do Império: uma Memória a Resgatar: Séculos XV-XIX*. Lisboa: Ministério da Educação, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, 1999.

Lopes, Edmundo Correia. *A Escravatura – Subsídios Para a Sua História*. Lisboa: Antígona, 1944.

Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Volume III.

Medina, João e Henriques, Isabel Castro. As *Rotas dos Escravos, Angola e a Rede do Comércio Negreiro.* Lisboa: Cegia, 1996.

Mendes, António Almeida. "Portugal e o Tráfico de Escravos na Primeira Metade do Século XVI". *Africana Studia*, 7 (2004): 13-30.

Newitt, Malyn. *Portugal na História da Europa e do Mundo*. Alfragide: Texto Editora, 2012.

Pimentel, Maria do Rosário Pericão da Costa. *Chãos de Sombras: Estudos Sobre Escravatura*. Lisboa: Colibri, 2010.

Polónia, Amélia e Ribeiro, Ana Sofia. "A Commodity or a Person. Slave Interaction in Portuguese Maritime Societies in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", Amélia Polónia e Cátia Antunes, *Seaports in the First Global Age. Portuguese Agents, Networks and Interactions.1500-1800*. Porto: Editorial U. Porto, 2016. 234-259.

Santos, Maria Emília Madeira. *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em Africa*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

Saunders, A. C. de C. M. *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal*: 1441-1555. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do século XV – Posteriores a Fernão Lopes.* Lisboa: Biblioteca Breve, 1989.

Serrão, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. Volume II.

Thomaz, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Linda-a-Velha: Difel, 1998.

UNESCO. *O Tráfico de Escravos Negros: Séc. XV-XIX*. Lisboa: Edições 70, 1979.

Walvin, James. *O Tráfico de Escravos*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

Atalhos para o Novo Mundo: as Rotas do Tráfico de Escravos para as Índias de Castela (1604-1624) – Fernando Mouta

Resumo

Este artigo centra-se no estudo das rotas utilizadas pelo tráfico de escravos para as Índias de Castela durante o período entre 1604 e 1624, a partir de documentação disponível no *Archivo General de Índias* em Sevilha (registos das viagens, relatórios de vistoria dos navios e róis de tripulação). Para perceber o funcionamento destas rotas, o artigo procura compreender as origens e a evolução deste comércio, a conjuntura política do período em estudo, assim como ter uma ideia dos valores movimentados. Embora a mão-de-obra escrava fosse vital para as sociedades coloniais do Novo Mundo espanhol, o seu comércio estava monopolizado pelos mercadores cristãos-novos portugueses que, não tendo aparentemente enriquecido com ele, usaram-no como porta de entrada de muitos para este mundo repleto de novas oportunidades.

Palavras-chave: Tráfico transatlântico; tráfico de escravos; Portugal; Espanha, logística naval; redes comerciais.

Abstract

This paper analyses the trade routes used in the transatlantic slave trade for the Spanish Indies during the years 1604 to 1624, based on documentation from *the Archivo General de Índias* in Seville (travel registries, ship's survey reports and crew lists). To understand why these routes were chosen, one must first understand the beginnings and evolution of this trade, the politic conjuncture of the period under study, and the monetary values handled. Despite being vital for the colonial societies of the Spanish New World, the slave trade was, in this period, under the monopoly of Portuguese New-Christian traders. Apparently, this trade didn't make them rich, but they used it as a gateway for many to a world teeming with new opportunities.

Keywords: Transatlantic trade; slave trade; Portugal; Spain; naval logistics; commercial networks.

Introdução

A União Ibérica é o período em que as coroas dos reinos da Península Ibérica foram reunidas na pessoa do mesmo monarca. Inicia-se em 1580, tendo como primeiro monarca Filipe II de Espanha, I de Portugal, e termina em 1640, com Filipe III de Portugal. É um tempo de complexas interações entre os reinos envolvidos, maioritariamente Portugal e Castela, especialmente para o reino português muito mais pequeno relativamente ao seu vizinho. Durante esta época, os mercadores portugueses controlavam a maioria do tráfico mundial de escravos (pelo menos até à criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1602), já que Portugal foi a primeira potência europeia a estabelecer relações comerciais por via marítima com as costas ocidentais africanas, região onde o tráfico de seres humanos conheceu mais expressão.

Este artigo nasce de parte dos dados recolhidos a partir de uma série documental produzida pela *Casa de Contratación de Sevilla*, relativa aos anos de 1604 a 1624, depositada no *Arquivo General de Indias*, relacionada com os *asientos* e licenças reais sobre o tráfico de escravos para as Índias de Castela. O texto divide-se em duas partes fundamentais: na primeira apresenta-se um breve historial e evolução do tráfico de escravos até à altura em questão (os anos 1580 a 1640), contextualizando-se com eventos relevantes, tanto a nível das possibilidades de negócio (a expansão para as Índias de Castela), a organização das redes (a ação da *Casa de Contratación* de Sevilha, os assentistas e a sua organização, e o quadro legal do negócio), bem como algumas questões de logística naval (navios utilizados, rotas marítimas, portos de embarque, etc.); na segunda parte apresentam-se os resultados e conclusões, depois de um tratamento sistemático das informações recolhidas na documentação.

1. O Tráfico de Escravos

O tráfico de escravos transatlântico insere-se na nas complexas redes de trocas de mercadorias a longa-distância, tornadas possíveis pelo crescimento do capitalismo e dos seus princípios operativos básicos (investimento, risco, lucro, e exploração do trabalho). O Novo Mundo fornecia terra e matérias primas, a Europa capital, faltando encontrar solução para satisfazer as numerosas tarefas de uma agricultura de plantação. Foram feitas várias tentativas em termos de mão-de-obra livre e não-livre (tanto indígena como europeia) até se ter recorrido de forma sistemática à mão-de-obra escrava africana, principalmente por ser relativamente imune a várias doenças mortais. O facto de ser considerado “aceitável” à cultura europeia manter esta população em

escravatura permanente (pela cor da sua pele), e por haver uma quantidade significativa de mão-de-obra disponível, parte da qual já disponibilizadas pelas redes e mercados locais de escravos, são motivos adicionais.[1]

Em 1510, Fernando de Castela ordena à *Casa de Contratación de las Índias* em Sevilha o envio de 250 escravos, a comprar em Lisboa, para as minas de Potosí, na atual Bolívia. É com este evento que se inicia oficialmente o tráfico de escravos entre o Velho e o Novo Mundo.[2] No entanto, é conhecido já desde 1444 o tráfico atlântico entre a Europa e África, com a chegada a Lagos de uma expedição comercial com a primeira carga de escravos africanos, conforme relata Gomes Eanes de Zurara, na sua "Crónica da Guiné".[3] A escravatura em África, bem como o seu tráfico, já estava disseminada muito antes do contacto com os europeus, e o tráfico atlântico mudou os seus padrões, tendo reforçado (ou iniciado) os mercados litorais e acabado com a prevalência sul/norte.[4] Na África negra, subsaariana, o escravo era a única propriedade privada (reconhecida pelas leis locais e passível de rentabilidade) de uma sociedade que via a terra como sendo de uso comunal. Para os africanos, o escravo era um bem económico e de prestígio social, estando plenamente integrado nessa sociedade, podendo mesmo desempenhar cargos de chefia.[5]

Assim, na África subsaariana, havia muitos que nasciam já com a condição de escravo. Outra forma de atingir este estatuto era a perda voluntária da liberdade, devido á pobreza e fome, havendo muitos casos de venda de familiares em anos de grande seca e consequentes quebras na produção agrícola. O pagamento de impostos e tributos entre Estados originava também contingentes de escravos. A punição por crimes podia reduzir um individuo livre à escravatura (podendo esta pena ser alargada a toda a família do condenado caso o crime fosse considerado grave). No entanto, a maior parte dos escravos provinha de ações militares que tinham como objetivo raptar indivíduos para depois os vender nos entrepostos comerciais dedicados a este tráfico.[6] O maior interesse no escravo pelos europeus dá-se com a disseminação da agricultura de plantação (esmagadoramente plantações açucareiras) em climas tropicais, pois o

[1] James Rawley e Stephen Behrendt, *The Transatlantic Slave Trade: A History, Revised Edition* (Lincoln: University of Nebraska Press, 2009), 364.
[2] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 9.
[3] Manuel Caldeira, *Escravos e Traficantes no Império Português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013), 51-53.
[4] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 10-11.
[5] Caldeira, *Escravos*, 19-20.
[6] Caldeira, Escravos, 21-23. Linda Newson e Susie Minchin, From Capture to Sale. The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century (Leiden: Brill, 2007), 54-57.

negro tinha resistência natural à malária e febre-amarela, além de lhe ser atribuído maior rendimento de trabalho do que ao trabalhador contratado branco ou mesmo ao indígena. Era, assim, um investimento mais seguro. Este tráfico continuou ao longo do tempo pela impossibilidade da renovação natural das populações importadas (pelo rácio homem/mulher).[7]

A expansão portuguesa (que não foi impulsionada pelo tráfico negreiro)[8] ao longo da costa ocidental africana criou uma série de oportunidades de negócio para os mercadores lusos, das quais o tráfico de escravos é um bom exemplo. Como afirma Arlindo Caldeira, deu-se o "cruzamento das rotas das caravelas com as das caravanas do tráfico transariano".[9] Os portugueses integraram-se nos mercados já existentes como novos atores nas redes comerciais, adaptando-se a elas com novos meios técnicos, os navios e novos meios de captura, com recurso às armas de fogo. Tal atitude originou um aumento da procura e, com a instalação de feitorias em locais favoráveis à navegação, bem como pelo interesse africano nas mercadorias trazidas, provocou um desvio das rotas tradicionais e a criação de rotas novas.[10]

1.1. Origens dos Escravos

As origens do tráfico atlântico de escravos estão intimamente ligadas à feitoria de Arguim (uma pequena ilha na costa da atual Mauritânia), a primeira feitoria portuguesa em África (e o primeiro entreposto comercial europeu na Africa Ocidental), estabelecida no ano de 1448. Foi para aqui que se começaram a dirigir as rotas caravaneiras que antes utilizavam o interior para chegar às cidades marroquinas do Norte. Os escravos aí transacionados destinavam-se ao mercado europeu, incluindo a Madeira e Canárias, a partir de Lagos, e depois Lisboa (numa média de 1000 escravos anuais).[11] Entre 1445 e 1460, assiste-se à exploração de Cabo Verde e Serra Leoa, bem como a subida dos rios Senegal, Gâmbia e Geba. Os portugueses dão a esta terra o nome de Guiné ("terra dos negros") e o principal objetivo destas explorações prende-se com a obtenção de escravos. Em 1462, depois de descobertas todas as ilhas do

[7] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 12-13.
[8] "The slave trade was not the originating impulse to the exploration of the African coast. Europeans were searching for a way to India; in their quest they began the slave trade, which by the late 1600s dominated the relationship between Europe and Africa. When exploration started, in the early fifteenth century, Europeans probably knew of the caravan that brought northward ivory and gold dust from the Niger basin through Timbuktu, of the eastward projection of the Guinea coast, and of the large estuaries of the Senegal and Niger rivers" (Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 10).
[9] Caldeira, *Escravos*, 53.
[10] Caldeira, *Escravos*, 21. Newson e Minchin, *From Capture*, 3-4.
[11] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 19.

arquipélago, inicia-se o povoamento de Cabo Verde, que virá a ser "um entreposto estratégico fundamental da navegação atlântica".[12] É importante referir o papel de alguns portugueses (os "lançados"), obrigados a estabelecer-se nas comunidades africanas e que acabaram por ter muita relevância no estabelecimento destas redes comerciais de tráfico de escravos.[13] A administração deste comércio pela Coroa era feito em regime livre (até ao período tratado neste texto), com arrendamento dos direitos alfandegários através de contrato.[14]

O infante D. Henrique morre em 1460, entrando a exploração da costa africana num período de aparente pausa. Em 1468, D. Afonso V entrega ao mercador Fernão Gomes o monopólio do comércio da Guiné por 5 anos, com exceção de Arguim e o litoral da costa em frente das ilhas de Cabo Verde. Além do valor anual estipulado como renda por esse monopólio, Fernão Gomes era obrigado a explorar 100 léguas da costa africana em cada ano. Os portugueses chegam então à Costa da Malagueta (litoral da atual Libéria), depois à Costa do Marfim e entram no golfo da Guiné. A essa primeira zona deram o nome de Costa do Ouro e, em 1482, fundam uma feitoria fortificada a que deram o nome de São Jorge da Mina. No entanto, já em 1475 tinham atingido a costa do reino do Benim, a que deram o nome de Costa dos Escravos (atual Togo e Benim). A construção desta fortaleza prende-se com a vontade da Coroa portuguesa em controlar em exclusivo o comércio de ouros e escravos que se fazia nesta região. Muito do tráfico de escravos feito na fortaleza da Mina por esta altura destinava-se a abastecer os locais de extração aurífera na Costa do Ouro, sendo mais um ponto nesta rede inter-regional que fornecia escravos do Benim, Costa da Malagueta e zona da Guiné, em troca do ouro vindo do interior. A partir dos inícios do século XVII, a fortaleza da Mina deixa de ser importadora e passa a exportadora de escravos, em detrimento do ouro.[15]

Entre 1471 e 1480, os navegadores portugueses descobrem as várias ilhas do golfo da Guiné, sendo Fernando Pó a única habitada. Em 1485, inicia-se a

[12] Caldeira, *Escravos*, 56.
[13] Linda Newson, "Africans and Luso-africans in the Portuguese Slave Trade on the Upper Guinea Coast in the Early Seventeenth Century", *The Journal of African History*, vol. 53, 1 (2012): 1-24. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1017/S0021853712000011.
Walter Rodney afirma que estes portugueses viviam à margem do controlo da Coroa e se tornavam agentes de potências estrangeiras. A sua ação "negativa" pode ser aferida pelas medidas tomadas pela Coroa portuguesa em 1517 e 1518, com fortes restrições ao comércio aos naturais de Cabo Verde (o local de origem da maioria dos lançados) e aos lançados no continente (Walter Rodney, "Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650", *The Journal of African History*, Vol. 6, 3 (1965): 307-308. Acedido novembro 2014. http://www.jstor.org/stable/180170.
[14] Caldeira, *Escravos*, 53-60.
[15] Caldeira, *Escravos*, 60-67.

colonização da ilha de S. Tomé, com o propósito de a transformar numa escala logística das viagens Mina-Europa e Europa-Ásia, sendo uma base de apoio às feitorias da costa e de aprovisionamento do tráfico negreiro. Para além disso, implementa-se na ilha uma economia açucareira de base colonial (com recurso a mão-de-obra escrava). Com o tempo, S. Tomé torna-se numa plataforma de distribuição atlântica de escravos, sendo os navios daí provenientes os principais fornecedores das Antilhas e América Latina. Inicialmente, estes escravos provinham do reino do Benim, mas num futuro terão como origem o reino do Congo e a baía de Luanda.[16]

Quadro 1. Origem Geográfica dos Escravos Africanos do Tráfico Transatlântico

Datas	Senegâmbia e Serra Leoa	Costa do Ouro (Mina)	Baía do Benim	Baía do Biafra	África Centro-Oriental	Outras origens	Totais
1501-1550	57 200	-	-	2 100	4 900	-	64 200
1551-1600	91 500	-	-	6 400	113 000	2 500	213 400
1601-1650	55 600	2 500	9 600	36 500	563 400	300	667 900
Totais	204 300	2 500	9 600	45 000	681 300	2 800	945 500

Fonte: adaptação e correção de Caldeira, *Escravos*, 34. Dados retirados da *The Transatlantic Slave Trade Database*[17] (Março de 2012), arredondados à centena.

Entre 1482-84, o navegador português Diogo Cão descobre o reino do Congo, o maior Estado da África Centro-Ocidental (parte das atuais Repúblicas do Congo, Gabão e norte de Angola). Com a conversão ao catolicismo do seu monarca (1491) e o início de uma relação mercantil com Portugal, dá-se a aliança entre os dois Estados. Assiste-se a uma reconversão da economia do reino do Congo para um maior enfoque no tráfico de escravos (fruto da cada vez maior procura pelas mercadorias europeias, verdadeiros instrumentos de poder na sociedade congolesa), centrada no porto de Mpinda, e na crescente importância de S. Tomé. Entre 1482-86, o mesmo Diogo Cão atinge o reino do Ndongo (reino tributário do reino do Congo), a quem os portugueses dão o nome de Angola (a partir da designação do soberano local, o "ngola"). Em 1575, Paulo Dias de Novais capitaneia uma armada que se instala na baía de Luanda (onde funda a futura cidade de São Paulo de Luanda) e, a partir de 1589, a Coroa consegue o controlo deste território através dos seus governadores. Toda a economia do reino de Angola baseia-

[16] Caldeira, *Escravos*, 67-70.
[17] http://www.slavevoyages.org/

se no tráfico de escravos, sendo Luanda o principal porto de partida para o Brasil e Américas espanholas, especialmente com a união dinástica.[18]

Desde 1549 que é autorizada, pela Coroa, a introdução de escravos nas plantações açucareiras do Brasil. E é a partir da década de 70 do século XVI que se começa a substituir a mão-de-obra índia pela africana, o que vai tornar o Brasil o maior importador de escravos no mundo atlântico (com especial relevância para as zonas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro). Pelos anos 1600, a população negra no Brasil é estimada entre 13 000 a 15 000 indivíduos, dos quais 70% trabalhavam em 130 plantações.[19] Nas zonas americanas sob dominação espanhola, pela diminuição acentuada da população ameríndia durante o século XVI e XVII (em algumas regiões mais de 70% desta população pereceu), foi também necessário recorrer a mão-de-obra africana escravizada.[20] Na América Central, a maioria dos escravos importados antes de 1595 eram originários da Senegâmbia (e regiões próximas), e destinavam-se ao trabalho mineiro (ouro e prata) nas Honduras e na região de *Nueva Segovia* (noroeste da atual Nicarágua), e na América do Sul, nas minas do Peru.[21] De referir que, entre 1610 e 1640, verifica-se uma extensão do comércio de escravos em território africano para o norte (baía de Loango), para sul (Benguela), e para este (para lá do rio Kwanza). É nesta altura que Luanda substitui o Congo como o principal centro do trato negreiro. É também por esta altura que o governador e mercadores privados de Luanda se sobrepõem aos comerciantes de São Tomé, como as forças dominantes deste tráfico.[22]

1.2. Tráfico de Escravos para as Índias de Castela

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, a Coroa espanhola ficou sem acesso às zonas de origem da mão-de-obra escrava africana, pelo que nunca a Espanha se envolveu diretamente no tráfico de escravos. Todavia, a economia colonial da América espanhola dependia do abastecimento regular dessa mão de obra.[23] O regime escolhido para a introdução destes escravos foi-se alterando ao longo do tempo, começando por

[18] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 26-27.
[19] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 22-24.
[20] Jorge Caro e Antonino Ortega, "La Desmemoria Impuesta a los Hombres que Trajeron. Cartagena de Indias en el siglo XVI y XVII. Un depósito de esclavos". *Cuadernos de historia*, Nº 37 (2012): 7-31. Acedido novembro 2014.
http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=780c03cb-6974-4cf1-9ac2-e776dfe60879%40sessionmgr4002&vid=1&hid=4113.
[21] Paul Lokken, "From the 'Kingdoms of Angola' to Santiago de Guatemala: The Portuguese Asientos and Spanish Central America, 1595-1640", *Hispanic American Historical Review*, Vol. 93, 2 (2013): 176. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1215/00182168-2077126.
[22] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 29.
[23] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 20.

um período de comércio livre (até 1513), à autorização de importação mediante uma autorização real (uma licença) obrigatória. Pela necessidade de controlo rigoroso destas entradas e os rendimentos que forneciam à coroa espanhola, é implementado um novo sistema: os *asientos*.[24] O *asiento* era um contrato de direito público em que se arrendava a um particular, por um prazo definido, a exclusividade de venda de licenças de importação de escravos nas Índias de Castela, a um preço máximo também determinado. Não era permitida a venda livre de escravos, mas sim a distribuição das licenças por qualquer um que as desejasse comprar (dirigindo-se para isso a uma das casas do assentista em Lisboa ou Sevilha, o qual estava obrigado a abrir pelo clausulado do *asiento*), podendo estas ficar para usufruto do titular do *asiento*.[25] No fundo, o assentista era um intermediário entre a Coroa espanhola e os comerciantes, um "agente cuja responsabilidade era encontrar compradores para as licenças, manter feitores que contabilizassem a remessa de escravos e ajudar na regulação do comércio negreiro".[26] O objetivo para a Coroa espanhola é claro: conseguir a mais elevada renda possível e um controlo rigoroso sobre a quantidade de escravos levados para as colónias espanholas na América.[27]

Com a união das duas coroas, formou-se uma conjuntura favorável para que os comerciantes portugueses, apesar da forte oposição da *Casa de Contratación* de Sevilha,[28] e beneficiando das suas ligações económicas aos mercados da costa ocidental africana e com os comerciantes espanhóis nas Canárias, começassem a fazer chegar a tão necessitada mão-de-obra escrava que alimentava uma crescente economia de plantação colonial (produção de açúcar na costa do Pacífico da Guatemala, e produção de índigo na mesma costa de El Salvador)[29] e para as minas americanas, diversificando posteriormente para o desenvolvimento económico do

[24] Enriqueta Vila Vilar, *Hispanoamérica y el Comercio de Esclavos: Los Asientos Portugueses* (Sevilha: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1977), 2.
[25] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 30.
[26] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 59-60.
[27] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 33.
[28] Fundada em Sevilha pelos inícios de 1503, e inspirada no modelo português da Casa da Guiné e Mina, a *Casa de Contratación de las Índias* era a instituição gestora da Coroa espanhola para todo o tráfico com as Índias de Castela, desde o licenciamento de navios, dos náuticos e das exportações, incluindo obviamente os escravos, tráfico este sujeito à suprema autoridade legislativa do Conselho das Índias, em Madrid. Para além destas funções, funcionava como armazém, recebia os metais preciosos trazidos do continente americano, controlava a emigração para aqueles espaços, funcionava como tribunal de justiça, e como centro de investigação e ensino das ciências náutico-geográficas (Pablo Emilio Pérez-Mallaína, "La Carrera de Índias", Maria da Graça M. Ventura (coord.), *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, 27-28).
[29] Lokken, "From the Kingdoms", 197.

Brasil.[30] Os primeiros passos são dados com acordos individuais firmados com os contratadores[31] das zonas de Cabo Verde, São Tomé e Angola, e evolui para o primeiro *asiento* assinado, em 1595, com Pedro Gomes Reinel.[32]

Podemos ver o desenvolvimento do sistema de *asientos* em duas etapas: de 1595 a 1615; e a partir dessa data até 1640. Na primeira etapa, dá-se o confronto entre os vários interesses monopolistas em questão (movimentação dos contratadores portugueses, do Conselho das Índias[33] e da *Casa de Contratación* de Sevilha para controlar um comércio que dava lucros consideráveis à Coroa com a subida dos preços das licenças) e, por isso, o processo desenrola-se de uma forma conflituosa. De referir que entre 1609 e 1615, foi a *Casa de Contratación* de Sevilha a realizar o tráfico de escravos, o que acarretou imensos prejuízos e um contrabando generalizado.[34] Na segunda etapa, e com a retirada da *Casa de Contratación* de Sevilha do tráfico de escravos, tudo decorre dentro da normalidade e sem grandes problemas. O sistema termina com a separação das duas coroas, em 1640, mas já em 1635 sofre um forte abalo com a perseguição da Inquisição espanhola aos comerciantes portugueses e cristãos-novos judaizantes instalados nas Índias de Castela.[35] Depois de 1640, e pelo

[30] Amândio Barros, "O Porto e o Trato de Escravos no Século XVI", *Africana Studia*, 7 (2000): 31-51. Acedido outubro 2014. http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/SX4FXYJLXH3UP937MF3XDPEQEC697N.pdf.

[31] Comerciantes que, mediante o pagamento de avultadas quantias ao Estado, detinham o monopólio da cobrança dos direitos alfandegários do comércio de uma determinada zona (Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 24).

[32] Pedro Gomes Reinel era um cristão-novo português e até 1630, embora não houvesse qualquer norma escrita, o *asiento* foi sempre arrendado, salvo pequenos intervalos, aos contratadores de Angola (Caldeira, *Escravos*, 180).

[33] O Conselho das Índias era um órgão legislativo e político, tendo a sua criação sido finalizada em 1524. Só no reinado de Filipe II é que chegou à sua forma definitiva (conselheiros todos letrados e de maioria eclesiásticos; inclusão de um fiscal, cosmógrafo e cronista), e desempenhava também funções de tribunal supremo para causas civis e criminais relativas aos territórios americanos, para além da adaptação das leis metropolitanas à realidade colonial. Tomava as suas decisões por maioria simples e depois transmitia-as ao rei, que as tornava executivas através de uma ordem real (Bartolomé Bennassar, *La América Española y la América Portuguesa, Siglos XVI-XVIII*, 4ª edição, (Madrid: Ediciones Akal, 2001), 86-88).

[34] Lutgardo García Fuentes, *El Tráfico de Negros Hacia América* (Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2011), Acedido janeiro 2015. http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000199

[35] Os comerciantes portugueses sempre foram mal vistos pelas autoridades coloniais espanholas, como demonstram várias relatos e queixas ao Conselho das Índias. Entre 1635 e 1642, dão-se três grandes ondas repressivas (Lima, Cartagena das Índias e México) contra a *Complicidad Grande* (o favorecimento pelas autoridades metropolitanas espanholas aos cristãos-novos judaizantes portugueses). No auto-de-fé de 23 de janeiro de 1639, ocorrido em Lima, 63 judaizantes foram condenados a abjurar a fé judaica, com 7 queimados na fogueira. A perseguição em Cartagena das Índias começa em 1636, culminando no auto-de-fé de 25 de março de 1638, em que 22 judaizantes portugueses (todos ligados ao tráfico de escravos) foram condenados a verem os seus bens confiscados. No México, a perseguição inicia-se em 1642 e está intimamente ligada à sublevação portuguesa depois da separação das coroas (Escobar, Ricardo." Los Criptojudíos de Cartagena de Índias: un Eslabón en la Diáspora Conversa (1635-1649)", *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 29 (2002): 56-60. Acedido fevereiro 2015. http://www.bdigital.unal.edu.co/20777/1/16978-59357-1-PB.pdf). Este artigo dá achegas acrescidas para o

facto de os comerciantes portugueses estabelecidos em Sevilha terem regressado a Portugal, nenhum outro comerciante nesta cidade conseguia assegurar o fornecimento de escravos e, por isso, o trato negreiro foi totalmente suprimido por um período de dez anos.[36]

A administração e controlo deste sistema era feito pelas duas partes interessadas. Pela Coroa espanhola, a administração, organização e bom funcionamento dos *asientos* competia ao Conselho das Índias. Por ser um arrendamento, caía também sob a jurisdição do Conselho de Fazenda (recebia e aprovava as fianças, além de confirmar o cumprimento dos pagamentos). Para evitar e resolver problemas entre estes dois organismos foi criada a Junta de Negros (com especial atuação aquando da negociação de um novo *asiento*, esta junta era composta por membros de ambos os conselhos). Quem executava as decisões dos dois conselhos era a *Casa de Contratación* de Sevilha (para além de receber os pagamentos feitos pelos assentistas; fazer os registos necessários para poder transportar os escravos; e realizar vistorias aos navios antes de partirem para África). Pelos assentistas, quem controlava o monopólio arrendado, era uma série de agentes e feitores localizados em todos os portos deste comércio. Finalmente, sobre estes contratos havia uma jurisdição exclusiva, e eram os juízes conservadores de negros que decidiam, em primeira instância, qualquer pleito. O tribunal final de apelação era o Conselho das Índias.[37]

Quadro 2. Assentistas do Tráfico de Escravos

Datas	Titulares	Renda anual (ducados)	Nº de escravos
1595 - 1601	Pedro Gomes Reinel	100 000	29 750
1601 - 1603	João Rodrigues Coutinho	170 000	12 750
1604 - 1609	Gonçalo Vaz Coutinho	140 000	25 500
1615 - 1622	António Fernandes d'Elvas	115 000	28 000
1623 - 1631	Manuel Rodrigues Lamego	120 000	31 500
1631 - 1639	Melchior Gomes Anjo e Cristóvão Mendes Sousa	95 000	22 500
Totais	**-**	**4 905 000**	**150 000**

Fonte: Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 78, 185. García Fuentes, *El tráfico,* 26-27.

estudo das ligações das redes de cristãos-novos portugueses na América espanhola ao tráfico de escravos durante a primeira metade do século XVII.

[36] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 28-54.

[37] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 59-68.

Para armar um navio era necessário a compra ao assentista de um determinado número de licenças (geralmente em lotes superiores a 80). A relação entre fretadores e assentista ficava estipulada numa avença (um contrato privado de venda onde se definia o número, preço e demais condições de acordo entre as partes). Para além deste custo, o fretador tinha de suportar uma série de custos: direitos de saída, licenças de alfândega, seguros, etc. De seguida, era preciso requerer um registo da *Casa de Contratación* (único organismo que podia passar este documento) em Sevilha e apresentar aí toda a documentação para poder navegar de forma legal. Depois, o navio tinha de ser inspecionado três vezes pelos oficiais da *Casa de Contratación* de forma a confirmar a sua adequação para a viagem a iniciar (a partir de 1616 bastava uma visita e, posteriormente, esta fiscalização podia ser feita em Lisboa ou nas Canárias).[38]

Paralelamente ao sistema de *asientos*, vendiam-se na *Casa de Contratación* de Sevilha licenças independentes de importação de escravos. A existência destas licenças justifica-se pela reserva dada ao rei de comerciar um determinado número de escravos, consagrada no clausulado dos *asientos* (900 escravos na primeira fase e 1000 na segunda). Estas licenças eram despachadas pelos oficiais reais e controladas pelo feitor do assentista para evitar fraudes. A atribuição destas licenças podia ser por mercê real, recompensas a funcionários zelosos, ou vendidas (exemplo: em 1617 as 1 000 licenças são vendidas a Diogo Pereira, vizinho do Porto, por 25 000 ducados).[39]

1.3. Rentabilidade do Tráfico Negreiro

O motivo do sucesso do sistema de *asientos* para a Coroa espanhola prende-se com a disponibilidade imediata de uma renda fixa sobre um comércio algo arriscado. Normalmente, cada licença tinha um preço de 30 ducados e 20 reais de direitos aduaneiros por escravo, caso fosse pré-pagamento, ou 40 ducados e 30 reais de direitos aduaneiros, caso o pagamento fosse efetuado no porto de chegada. Como podemos confirmar pelo Quadro 2, as margens de lucro eram reduzidas e, por isso, o rei permitia um acréscimo de 40% no total de escravos autorizados a transportar (como forma de compensação pela mortalidade da viagem, pelo risco da mesma, e para aumentar o lucro dos assentistas). Devido ao sistema de pagamentos, muitas vezes o dinheiro demorava demasiado tempo a entrar nos cofres da Coroa. As colónias demoravam o máximo de tempo possível a enviar para a metrópole estas quantias, existia protelação

[38] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 141-144.
[39] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 54-56.

do pagamento pelos assentistas, além da impossibilidade de pagamento por perda da carga, especialmente a partir de 1621.[40] Acontecia com frequência estas acionarem as garantias dadas no *asiento*, o que implicava graves problemas para os assentistas, nomeadamente a bancarrota (o caso de António Fernandes d'Elvas). É de concluir que, atendendo aos problemas ocorridos, este era um negócio de demasiada envergadura e risco para um particular sozinho.[41]

Nos dias que correm, está cada vez mais posta de parte a ideia de que este tipo de tráfico proporcionava lucros fabulosos aos seus intervenientes. Tudo somado (custos com mercadorias de troca, as despesas com navio e tripulação, custos de alimentação, juros dos empréstimos e as tarifas alfandegárias), a sua rentabilidade durante o período em questão, andaria pelos 5% a 10% de lucro em média.[42] Não eram poucas as viagens que terminavam com prejuízo, bastando acontecer qualquer percalço para que este tráfico se tornasse num mau negócio. No entanto, era um mercado com grande elasticidade de preço e, como eram grandes os riscos da viagem bem como a necessidade de mão-de-obra nas colónias americanas, podia originar grandes lucros conforme a conjuntura do momento.[43]

Relativamente ao preço, e tomando como exemplo um estudo sistemático sobre este tema em Lima, entre 1560 e 1650 (numa amostra de 6 890 escravos), temos 3 categorias de escravos: boçais (nascidos em África); ladinos (hispanizados pela residência); e crioulos (nascidos numa colónia do império; 20% do total da amostra). Conclui-se que os preços subiram sempre no período tratado (de 400 para 500 pesos);[44] e estes variavam conforme o sexo (normalmente os homens valiam mais que as mulheres), idade (entre 16 e 25 anos obtinham melhores preços), e as habilidades

[40] No fim da trégua entre as Províncias Unidas e a Espanha em 1621, foi fundada a Companhia das Índias Ocidentais. O seu capital ascendia a 7 200 000 florins, distribuídos por 1 200 acionistas. Com um modelo semelhante à da Companhia das Índias Orientais, foi idealizada pelo mercador de Amsterdão, William Usselinx, com propósitos comerciais. No entanto, os governantes das Províncias Unidas utilizaram-na também como braço armado contra a Espanha e Portugal, especialmente através da atividade do corso. Nos 16 anos iniciais teve ao seu serviço mais de 800 barcos, cujos soldados e marinheiros somavam mais de 67 000 homens. Dissolveu-se em 1674 quando se tinha convertido exclusivamente numa empresa do comércio de escravos que exportava negros desde a África Ocidental para as Antilhas, com Curaçau como base central (Marisa Vega Franco, *El Trafico de Esclavos con America: Asientos de Grillo y Lomelín, 1663-1674* (Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1984), 83).
[41] Vilar, *Hispanoamérica*, 75-91.
[42] Caldeira, *Escravos*, 157.
[43] Caldeira, *Escravos*, 155-158.
[44] 1,25 pesos = 1 cruzado português = 400 reis; 1,29 pesos = 1 ducado espanhol (Ernst Van Den Boogaart, "The trade Between Western Africa and the Atlantic World, 1600-90: Estimates of Trends in Composition and Value", *The Journal of African History*, Vol. 33, 3 (1992): 372-373, nota 8. Acedido novembro 2014. http://www.jstor.org/stable/183138). No entanto, Walter Rodney afirma que 100 pesos (22,5 carates de ouro) equivaliam a 150 ducados (0,67 pesos = 1 ducado), e que um escravo valia 100-120 ducados em Cartagena das Índias e 150-200 ducados nas minas de Santa Fé (Rodney, "Portuguese", 313).

(artesãos específicos podiam conseguir preços na ordem dos 1 200 pesos).[45] Uma fonte da época (Bogotá, 1622) descrimina os preços dos escravos em três categorias: os da Guiné valiam 200 pesos de prata, os de Arda valiam 160 ducados e 11 reais, e os de Angola e Congo valiam 150 ducados cada.[46] O preço médio de compra de um escravo em África, tomando como referência o apresentado por Dierick Ruiters[47] e citado por Ernst van den Boogaart, por volta de 1610, em Angola ou Cacheu, era de 78 ducados (cerca de 100 pesos).[48] Nos inícios do século XVII, um escravo proveniente da Guiné custava 1000 reais e em Angola entre 525 e 550 reais, sendo depois vendidos por 2647 e 1650 reais, respetivamente. No entanto, depois de descontados os custos totais da viagem, a rentabilidade ficava somente por uns meros 11%.[49] Se quisermos optar pelo valor de um escravo nos mercados locais, em termos de mercadorias (a troca mais real), este valia 120-150 panos entre 1612 e 1618, ou 20 barras de ferro.[50]

2. Redes e Agentes

Fruto da posição monopolista que os portugueses detinham no tráfico negreiro transatlântico (embora a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais tenha sido fundada em 1621, só a partir de 1634 começou a comercializar escravos),[51] foi o Estado que mais beneficiou com este negócio. O controlo deste tráfico esteve, desde o seu início, sob competência da Casa de Trato da Guiné, com sede em Lagos, tendo sido transferida para Lisboa em 1468, alterando-se o nome para Casa da Mina e Tratos da Guiné. Em 1486, cria-se um departamento especializado com a finalidade de superintendência do tráfico de escravos, a que se deu o nome de Casa dos Escravos,[52] e pelos seus armazéns tinham forçosamente de passar todos os escravos

[45] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 53-54.
[46] David Wheat, "The First Great Waves: African Provenance Zones for the Transatlantic Slave Trade to Cartagena de Indias, 1570-1640", *The Journal of African History*, Vol. 52, 1 (2011): 19. Acedido em Novembro 2014. http://dx.doi.org/ 10.1017/S0021853711000119.
[47] Dierick Ruiters e Thomas Kelly, *Toortse Der Zee-Vaert, Om Te Beseylen De Custen Gheleghen Bezuyden Den Tropicus Cancri, Als Brasilien, West-Indien, Guinea, En Angola, &c* (Primary Source Edition, 1923).
[48] Boogaart, "The Trade", 377.
[49] Newson e Minchin, *From Capture*, 69-70.
[50] Newson, "Africans", 6.
Um pano correspondia a uma peça de 1 metro por 2 metros, composto por 6-8 tiras de tecido feito num tear estreito e depois cozidas (Newson, "Africans", 6). Na Senegâmbia, as mercadorias trocadas pelos escravos eram: pano (local e importado), roupas, contas, bebidas alcoólicas, ferro, *kola* (um estimulante natural que aliviava a fadiga, a fome e a sede), cristais, espadas, etc. (Newson, "Africans", 16, Tabela 3).
[51] Boogaart, "The Trade", 373.
[52] "Entre as competências da Casa dos Escravos (e que depois irão passar para outros organismos) estavam: a venda de licenças para o tráfico; o arrendamento a terceiros, em regime de monopólio, do comércio em determinadas áreas do litoral africano; e a concessão a particulares, mediante pagamentos anuais, de contratos de exploração dos direitos régios em áreas já povoadas e com atividade económica própria, como Cabo Verde e São Tomé" (Caldeira, *Escravos*, 159).

desembarcados em Lisboa, cidade que assumia uma posição de plataforma redistribuidora para o resto do mundo. Em 1518, é autorizada pelos monarcas de ambos os reinos ibéricos, a exportação direta de escravos desde Cabo Verde[53] e São Tomé com destino às Índias de Castela, e é por esta altura que se inicia o período de contratação com particulares para abastecimento das colónias do Novo Mundo (garantindo assim a Coroa receitas fixas e poupança de recursos). Segundo Arlindo Caldeira, os portos principais de exportação eram: durante o século XVI, São Tomé; e durante o século XVII, Angola. Os valores totais do tráfico de escravos, no ano de 1602 (reinado de Filipe II), equivaliam a menos de 3% da receita total do comércio das possessões ultramarinas portuguesas, equivalendo a menos de 48 890$916.[54]

Nos anos 30 do século XVI, era relativamente comum que os comerciantes portugueses no reino do Congo casassem com as mulheres locais, e que os seus filhos mestiços se tornassem ativos no tráfico de escravos. Nesta altura, cerca de 3 000 a 4 000 escravos eram enviados, por ano, do porto de Mpinda para satisfazer as necessidades de São Tomé. É com a crescente necessidade desta mão-de-obra escrava (especialmente com a entrada do Brasil nesta equação) que vai fazer com que os agentes africanos tentem entrar neste trato. É a altura do florescimento do contrabando, que tenta ultrapassar a obrigação de monopolizar este comércio a partir do porto de Mpinda. É para fugir a esta situação menos favorável (e à cada vez mais volátil situação política causada pela morte do rei congolês) que vai fazer com que os mercadores portugueses se dirijam para sul, para o reino de Angola.[55]

Em Cabo Verde, São Tomé e Angola, todos os que dispunham de algum capital estavam ligados, direta ou indiretamente, ao tráfico de escravos. Inclusive, um dos privilégios dados aos colonizadores de Cabo Verde e São Tomé era poder ir buscar mão-de-obra escrava à costa continental. Para termos uma ideia da universalidade deste comércio, todos os habitantes europeus de São Paulo de Luanda (incluindo o clero secular e as ordens religiosas) estavam ligados a atividades portuárias relacionadas com o tráfico negreiro e a unidade de troca comercial mais corrente era o escravo, já que esta sociedade funcionava quase sem moeda. Os moradores reuniam os seus contingentes de escravos através dos escravos pumbeiros, que percorriam o

[53] Era através de Cabo Verde que a coroa portuguesa implementava o seu monopólio sobre a costa da Guiné, pois todos os barcos que aí fossem carregar escravos eram obrigados a dirigir-se ao arquipélago para o pagamento dos direitos régios. No entanto, esta disposição era quase impossível de tornar efetiva pela falta de meios de controlo (Rodney, "Portuguese", 309-310).
[54] Caldeira, *Escravos*, 158-164.
[55] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 25-26.

interior em busca de novos escravos em troca de mercadorias. Estes eram depois vendidos aos mercadores locais (para pagamento de dívidas de mercadorias europeias vendidas a crédito), a maioria cristãos-novos, e estes, por sua vez, vendiam-nos aos mestres e armadores dos navios (por troca de novas mercadorias ou metais preciosos) que aguardavam ao largo até atingirem a sua capacidade. Depois, estes escravos eram encaminhados para o Brasil ou Índias de Castela. Estes mercadores podem ser categorizados conforme a sua escala de negócio: desde o dono da loja local até ao comerciante de grosso trato, agente em Luanda dos grandes armadores.[56] Outra possibilidade era o navio carregar um contingente de escravos de vários investidores, estando a posse discriminada na avença que o mestre do navio levava consigo.[57] Todas estas modalidades de comércio confirmam outros estudos sobre a informalidade das redes comerciais no espaço ultramarino.[58]

As peças centrais de toda esta rede são os armadores. Individualmente ou em sociedade, são os donos dos barcos que põem todo este comércio em movimento. Estes navios, percorrendo os vários pontos da costa africana ou carregando nos mercados já mais estruturados (Luanda é um bom exemplo, pois a maioria das cargas eram contratos de frete pré-estabelecidos e as cargas eram dispersas por vários navios, para diminuir o risco), são o sangue de um comércio tripartido entre Europa/África/América. Temos como armadores: os governadores das colónias (os governadores de Angola João Rodrigues Coutinho (1601-03) e Luís Mendes Vasconcelos (1617-21), por exemplo); os mercadores locais; e os mercadores europeus. No topo de toda esta pirâmide temos os contratadores, ou seja, quem assinava contratos com o Estado para usufruir dos direitos alfandegários deste comércio mediante o pagamento de avultadas quantias, em troca de privilégios (que se estendiam aos seus procuradores e feitores), inclusive participarem no próprio tráfico de escravos

[56] Caldeira, *Escravos*, 164-166.
[57] Marc Eagle, "Chasing the Avença: An Investigation of Illicit Slave Trading in Santo Domingo at the End of the Portuguese Asiento Period", *Slavery and Abolition*, Vol. 35, 1 (2014): 105-106. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1080/0144039X.2013.780458.
[58] Ver Amândio Barros e Amélia Polónia, "Articulações Portugal/Brasil. Redes Informais na Construção do Sistema Atlântico (Séculos XVI-XVIII)", Suely Creusa Cordeiro de Almeida *et al* (orgs.), *Políticas e Estratégias Administrativas no Munto Atlântico* (Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012): 19-48. Acedido novembro 2014.
http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/BVIJPM5SJPUEXQLK7J1PED1JXUHMBE.pdf.
Amélia Polónia, "Redes Informais de Comércio Ultramarino", Francisco Ribeiro da Silva *et al* (coord.), *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos* (Porto: FLUP), III, 879-891. Acedido novembro 2014.
http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/75225GVXRP8QR99CP2UHY5T3GC1LD2.pdf.

com direitos de preferência.[59] A maioria destes homens era originária da metrópole e cristãos-novos, e administravam este negócio a partir de Lisboa ou Madrid (com os seus feitores a controlar no terreno), beneficiando da ligação com outros cristãos-novos (através de relações profissionais e familiares) espalhados pelos diferentes portos[60] e que lhes permitia conduzir este comércio de forma mais segura e rentável, reduzindo o risco de uma atividade perigosa e com margens de lucros muito voláteis. De referir que este comércio funcionava maioritariamente a crédito, acarretando apreciáveis riscos financeiros pelos entraves ao negócio (pelo contrabando muito ativo, pela corrupção dos agentes fiscalizadores, e pela burocracia desadequada).[61]

O tráfico de escravos era gerido por uma série de agentes (os feitores) dos assentistas, colocados nos pontos-chave do comércio ou do contrabando. Sevilha (ou Lisboa) era o primeiro desses pontos, pois era aí que os mestres ou os donos dos navios se dirigiam para comprar as licenças de importação de escravos para as Índias de Castela e fazer as vistorias necessárias para estarem autorizados a efetuar o trato. Os feitores em Sevilha asseguravam a rapidez e controlo de todo o processo burocrático, sendo assessorados por uma série de auxiliares, tais como, escrivães, tesoureiros, guardas, etc. Os feitores nos portos americanos tinham, seguramente, a maior responsabilidade, já que eram eles que confirmavam as chegadas (vistoriando os navios com os oficiais régios), vendiam os escravos (guardando todo o material dessa venda, desde metais preciosos a mercadorias), controlavam o contrabando, e resolviam dificuldades aduaneiras (sendo obrigados a manter um registo de todas as operações para controlo da Coroa). Por ser uma posição de extrema confiança, normalmente era

[59] O direito de preferência traduzia-se na prioridade absoluta dos seus navios na entrada e saída do porto, conseguindo muitas vezes que o porto ficasse fechado para outras embarcações enquanto aí estivesse a carregar um dos seus navios, reduzindo sobremaneira o tempo de espera e carga, bem como a rapidez com que se chegava ao porto de destino (Caldeira, *Escravos*, 168-169).

[60] Enriqueta Vila Vilar afirma que a possibilidade de introdução clandestina de portugueses com o propósito de estabelecer redes comerciais nos principais portos americanos e dessa forma a dominar o comércio nas Índias de Castela, foi um dos principais incentivos para se conseguir um *asiento* (Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 85, nota 98). A imigração autorizada era feita pela obtenção de *cartas de naturaleza*, com base no cumprimento de requisitos (viver à mais de 10 ou 20 anos em Espanha, e possuir bens imóveis de valor elevado). Estas autorizações eram dadas esparsamente pelo Conselho das Índias. Na totalidade do período em questão foram unicamente passadas 280 destas autorizações (Enriqueta Vila Vilar, *Aspectos Sociales en América Colonial: de Extranjeros, Contrabando y Esclavos* (Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2001), 1-2). Ver Barros e Polónia, "Articulações", 28, 33. Para um estudo sobre tendências migratórias de portugueses para as Índias de Castela, ver Osswald, Helena, e Polónia, Amélia, "No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela Durante o Período de União Dinástica", *Vértice*, Série II, 63 (1994): 45-54. Separata.
A maioria destes imigrantes portugueses eram cristãos-novos judaizantes, mal vistos pelas autoridades das colónias espanholas, e controlavam a atividade comercial nas cidades portuárias do tráfico de escravos (Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 94-103).

[61] Caldeira, *Escravos*, 166-173.

ocupada por um membro da família do assentista e eram auxiliados por contadores, guardas, empregados de armazém, etc.[62] A partir de 1604, Cartagena das Índias e Veracruz tornaram-se os únicos portos autorizados para o desembarque de escravos (com algumas exceções para Buenos Aires), o que intensificou a atividade comercial nessas cidades.[63]

O contrabando teve grande impacto neste comércio, tanto pela quantidade de escravos introduzidos fora do sistema de *asientos,* como pelos agentes envolvidos (assentistas, funcionários reais, capitães de navios, almirantes de armadas, governadores, etc.). Facilitado pelo facto de os navios negreiros viajarem de forma independente, fora de frota, muitos chegavam com excesso de escravos em relação ao número de licenças, outros sem qualquer tipo de autorização para o tráfico, outros aportavam em portos em que não era suposto existir venda deste tipo de mão-de-obra, etc. Tudo isto só foi possível com a conivência das autoridades locais e pela incapacidade fiscalizadora da Coroa espanhola, sendo o tráfico alimentado pelos lucros deste trato. Neste jogo, eram os assentistas (pela ação dos seus feitores) que melhor conseguiam subverter as regras, utilizando as cláusulas dos próprios *asientos* (a possibilidade de poderem levar 40% de escravos a mais, para compensar as mortes no transporte. Todos os que ficavam para além do número estabelecido pela licença podiam ser descarregados, desde que fossem pagos os direitos correspondentes). É fácil imaginar os abusos que esta disposição legal permitia e que era conhecida pelo Conselho das Índias. Outra forma era o feitor combinar, antes da visita de qualquer oficial régio, com o mestre de um navio com avença (que já vinha com uma quantidade de escravos superior ao permitido), a quantidade de escravos a descarregar pelos canais oficiais, e quando e onde descarregar os restantes escravos de forma ilegal. Tudo isto era ainda mais facilitado pela corrupção dos agentes fiscalizadores.[64] Outra circunstância que facilitava em muito o contrabando era o facto de, apesar da união das duas Coroas, haver uma separação burocrática entre os dois reinos (um oficial espanhol

[62] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 68-76. Amândio Barros, "O Negócio Atlântico: as Redes Comerciais Portuenses e as Novas Geografias do Trato Internacional (Séculos XVI-XVII)", *Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III série, vol. 8 (2007), 29-48. Acedido em Outubro 2014. http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/Q3DB2E2IH5468BHLI2R37LUMGVIUYX.pdf

[63] Wheat, "The First", 1, nota 2.

[64] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 157-166. Para exemplos concretos de corrupção de oficiais régios em Cartagena das Índias, ver Wheat, "The First", 9.

não tinha jurisdição para inspecionar documentos portugueses, e vice-versa), o que dificultava a fiscalização efetiva das cargas.[65]

Pelo estudo das denúncias, existia uma maior facilidade de contrabandear no porto de Cartagena (em relação a Vera Cruz) e, prova disso, era o facto de os comerciantes de escravos dirigirem as suas embarcações para este porto, mesmo tendo como destino a Nova Espanha.[66] Existiam outros métodos de fazer entrar escravos de forma ilegal nas colónias espanholas: declará-los como grumetes e depois vendê-los, a falsificação dos registos, escondê-los das vistorias, o suborno dos oficiais que vistoriavam o navio, etc. No entanto, o método que maior dano causou às finanças régias foi, sem dúvida, o descarregamento de escravos em portos não permitidos pelo monopólio estabelecido (Jamaica, São João de Porto Rico, Santo Domingo, Havana, Caracas, etc.) através das *arribadas forzosas*. Embora esta venda fosse considerada ilegal pela Coroa, era permitida e encorajada pelas autoridades locais.[67] É bastante plausível que os números do contrabando sejam na mesma ordem dos escravos importados legalmente, ou seja, o número efetivo de mão-de-obra escrava importada para as Índias de Castela ser o dobro dos valores oficiais registados nas alfândegas.[68] Maria Pelaez avança a hipótese de o contrabando de escravos poder ser entendido como um enfrentamento de poderes, entre os interesses da Coroa espanhola na metrópole e os interesses das colónias, em termos do bem público colonial (já que muitas vezes foi incentivado pelas autoridades coloniais).[69]

Vamos agora reunir várias opiniões sobre o número de importações nas Índias de Castela no período em questão. Podemos começar por Fernando de Silva Solís, uma

---

[65] Eagle, "Chasing", 107-108.

[66] Durante os séculos XVI e XVII, existiam somente dois vice-reinos na América espanhola: o de Nova Espanha (criado em 1535, incluía toda a América central, exceto o Panamá, as Antilhas e a zona costeira da Venezuela) e o do Perú (criado em 1543, incluía toda a América do Sul, exceto o istmo do Panamá e parte dos territórios do Noroeste da atual Colômbia, ou seja, o reino de Terra Firme. A partir de 1550, este reino passou a integrar o vice-reinado do Perú). Os *reinos de Indias* tinham o mesmo estatuto dos demais reinos reunidos sob a coroa espanhola. Por conseguinte, qualquer indivíduo nascido nestes territórios era considerado súbdito livre do monarca espanhol. (Bennassar, *La América*, 83, 95).

[67] O processo era simples: o barco atracava para reparações e o mestre pedia autorização para vender alguns escravos para pagar esses serviços. Entretanto, o conselho da cidade (o *cabildo*) pedia ao governador que, face às necessidades da colónia em mão-de-obra escrava, desse autorização à venda da restante carga. Normalmente, essa autorização era dada e os escravos eram vendidos entre os vizinhos da localidade, com lucro para todas as partes intervenientes. Desta forma, disseminaram-se escravos por todos os portos das Américas espanholas (Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 172. Maria Cristina Navarrete Pelaez, "De las "Malas Entradas" y las Estrategias del "Buen Pasage": el Contrabando de Esclavos en el Caribe Neogranadino, 1550-1690", *História Crítica*, 34 (2007): 175-176. Acedido novembro 2014. http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=bd63c3ea-bfa7-4e90-a6a7-7935c5aaf5cf%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4113).

[68] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 167-182.

[69] Navarrete Pelaez, "De las Malas", 160-183.

fonte coeva, que afirma à Coroa espanhola, em meados do século XVII, que o número de escravos africanos nos seus territórios americanos atingia a cifra de 329 000 indivíduos (cerca de 2/3 na América do Sul, 16 000 nas ilhas do Caribe, 80 000 na Nova Espanha, 17 000 no Panamá, e 10 000 na Guatemala e Honduras).[70] James Rawley afirma que até 1600, as colónias espanholas na América importaram 75 000 escravos (sendo o destino americano com maior volume dentro no período, cerca de ¾ do total, embora São Tomé fosse o maior destino em termos globais[71]). No século XVII, as entradas equivaleram a cerca de metade do total do Brasil.[72] Ernst van den Boogaart, baseado em várias fontes, afirma que, entre 1601 e 1650, entraram 261 000 escravos na América espanhola.[73] David Wheat afirma que o total de escravos africanos entrados por Cartagena das Índias, entre 1570 e 1640, foi de 78 453 indivíduos (em 87 viagens).[74] Linda Newson, baseada na *Transatlantic Slave Trade Database*, afirma que a quantidade de escravos africanos vendida a europeus durante 1591 e 1640, equivale a 5% do total do comércio de escravos transatlântico.[75]

Quadro 3. Entradas de Escravos nas Índias de Castela (1595-1640)

Portos	Nº de escravos
Cartagena	135 000
Veracruz	69 560
Caribe	19 664
Buenos Aires	44 000
Totais	**268 224**

Fonte: Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 206-209.

3. As Rotas do Tráfico de Escravos para as Índias de Castela (1604-1624)

Em termos de fontes, e consubstanciando o nosso próprio contributo para o estado da arte sobre esta matéria, através de uma abordagem das rotas de tráfico de escravos com destino a Índias de Castela, pesquisamos uma série documental produzida pela *Casa de Contratación de Sevilla*, relativa aos anos de 1604 a 1624,

[70] Lokken, "From the Kingdoms", 110-112.
[71] Não nos devemos esquecer que São Tomé, embora tivesse uma economia de plantação, funcionou maioritariamente como plataforma reexportadora de escravos originários da região de Angola.
[72] Rawley e Behrendt, *The Transatlantic*, 46, 370.
[73] Boogaart, "The Trade", 370.
[74] Wheat, "The First", 13.
[75] Newson, "Africans", 1-2.

depositada no *Arquivo General de Indias*, relacionada com os *asientos* e licenças reais sobre o tráfico de escravos com esse destino. Este conjunto de documentos, com um universo de mais de 21 000 páginas, inclui registos das viagens, róis de tripulação, róis de carga dos navios (armamento e mantimentos), relatórios de vistorias, recibos, etc., para além dos já referidos contratos jurídicos (*asientos* e licenças). Para a redação deste artigo, focamo-nos essencialmente em três tipos de documentos: os registos de viagens, os relatórios de vistorias a navios, e os róis de tripulação.

Quadro 4. Distribuição das Fontes Documentais

Data	Registo da viagem	Relatório de vistoria do navio	Rol de tripulação
1604	2	-	-
1605	1	-	-
1606	5	-	-
1607	-	-	-
1608	14	-	-
1609	26	-	-
1610	22	5	5
1611	4	4	4
1612	-	-	-
1613	-	-	-
1614	-	-	-
1615	2	2	2
1616	31	28	26
1617	22	17	13
1618	21	12	9
1619	48	39	19
1620	28	22	4
1621	37	21	10
1622	17	10	5
1623	29	3	2
1624	21	9	18
Totais	**330**	**172**	**117**

Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

As limitações desta documentação prendem-se com a falta de uniformidade na produção dos vários itens documentais, conforme podemos ver no Quadro 4. Para além de termos anos em que há ausência total de documentação, é de referir que alguns relatórios de vistoria dos navios não contêm todas as informações desejadas, nomeadamente o tipo de navio e a origem do seu fabrico/ construção. É também

relevante apontar que os róis de tripulação não estão todos preenchidos com a mesma diligência e, por isso, alguns não são tão ricos em informação.

3.1. Apresentação e Análise dos Resultados

Como toda a navegação do século XVII, o comércio transatlântico de escravos dependia dos ventos e correntes do Oceano Atlântico Norte ou Sul, conforme as escalas da viagem. A primeira etapa fazia-se desde a Península Ibérica e, sem grandes contratempos se chegava a Cabo Verde ou São Tomé. Aí embarcados os escravos, era a corrente norte-equatorial que transportava os navios para as costas americanas. A viagem para Angola era mais longa e complicada, pois a seguir ao golfo da Guiné, entrava-se numa zona de ventos contrários que obrigava à navegação à bolina. Normalmente, os navios faziam uma curva mais larga (que quase tocava o Brasil) para apanhar depois os ventos favoráveis do anticiclone de Capricórnio. Atravessar o Oceano Atlântico (para Cartagena ou Veracruz) da Guiné demorava, em média, 35 a 40 dias, e de Angola demorava 50 dias. Convém relembrar que a estadia na costa africana podia ser demorada (pelo tempo de recolha da carga de escravos) e, por isso, a viagem total (com o tempo de regresso à Europa incluído) demorava normalmente 1 ano e meio, podendo chegar a 4 anos de duração.[76]

Em termos de portos, Sevilha era o centro de navegação para as Índias de Castela, apoiado pelo porto secundário de Sanlúcar de Barrameda (também no rio Guadalquivir) ou pela baía de Cádis. Lisboa também assumiu papel relevante desde o início do sistema dos *asientos* até 1610 (ano que se proibiu a saída de navios negreiros a partir deste porto), e a partir de 1622 (ano em que Filipe IV de Espanha decidiu outorgar uma cédula real possibilitando novamente a saída destes navios).[77] A forma como o monopólio estava organizado implicava que os navios se dirigissem para Veracruz, porto de entrada para todo o subcontinente norte (Nova Espanha), ou Cartagena das Índias, porto de entrada para a América do Sul.[78]

Para percebermos melhor os fluxos comerciais no espaço colonial da América do Sul, temos de falar nas rotas internas que nos interessam. As minas de prata de Potosí estavam ligadas aos portos de Callao e Paita, sendo esse metal precioso levado pelo Pacífico até à cidade do Panamá, cruzando depois o estreito istmo até Portobello.

[76] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 147-153.
[77] Vila Vilar, *Hispanoamérica*, 137.
[78] Pérez-Mallaína, "La Carrera", 21-27. A partir de 1615 os portos de entrada para o tráfico de escravos foram reduzidos a dois: Cartagena das Índias e Veracruz (Vila Vilar, *Aspectos*, 154).

Esta viagem tinha como destino as costas banhadas pelo mar do Caribe e daqui seguia até Cartagena das Índias, o grande centro agregador de todo o tráfico entre a Península Ibérica e a América do Sul espanhola (também ponto de chegada das rotas auríferas do Novo Reino de Granada, parte do vice-reino do Perú). Era do porto de Cartagena das Índias que a frota controlada pela Coroa partia em comboio muito bem protegido para Espanha (com uma última paragem em Havana), transportando desta forma a prata extraída em todo este território colonial, bem como uma série de outras mercadorias.[79]

De acordo com os dados recolhidos, apurámos um universo de 332 viagens, distribuídas anualmente como se pode ver no Quadro 5. Podemos verificar que existem anos em que o número de viagens baixa drasticamente (1604, 1605, 1611, e 1615). Convém referir que isso não significa menos viagens na realidade, mas somente não se encontram registos delas nos documentos. De resto, pensamos não detetar nenhum padrão discernível nos restantes anos, nem subida continuada ou o seu oposto.

Quadro 5. Distribuição das Viagens por Ano

Ano	Viagens	Ano	Viagens
1604	2	1617	22
1605	1	1618	21
1606	5	1619	48
1608	14	1620	29
1609	26	1621	37
1610	22	1622	17
1611	4	1623	29
1615	2	1624	22
1616	31	**Total**	**332**

Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

[79] Caro e Ortega, "La Desmemoria", 9-13. Pese a sua importância comercial, a cidade albergava somente uma população de 2 500 indivíduos, mas que podia duplicar ou triplicar por altura das chegadas de frotas ou durante uma feira particular. De referir que a população negra da cidade, livre ou escrava, era seguramente em maior número que a europeia. (Caro e Ortega, "La Desmemoria", 19-20). De referir que, em 1586, o famoso corsário inglês Francis Drake atacou a cidade, tendo destruído a sua quase-terminada catedral a tiros de canhão (Bennassar, *La América*, 216).

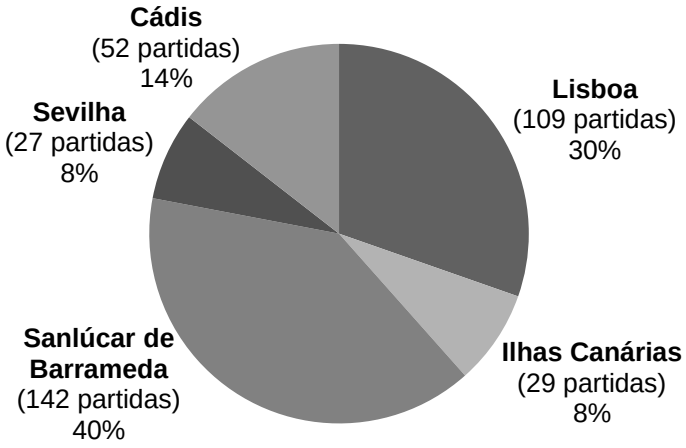
Quadro 6. Portos de Partida em Cada Ano

Ano	Viagens	Porto de partida	Viagens
1604	2	Ilhas Canárias ou Lisboa	2
1605	1	Sanlúcar de Barrameda	1
1606	5	Ilhas Canárias ou Lisboa	5
1608	14	Ilhas Canárias ou Lisboa	14
1609	26	Ilhas Canárias ou Lisboa	8
		Lisboa	18
1610	22	Lisboa	18
		Sanlúcar de Barrameda	4
1611	4	Sanlúcar de Barrameda	4
1615	2	Sanlúcar de Barrameda	2
1616	31	Sanlúcar de Barrameda	18
		Cádis	13
1617	22	Lisboa	4
		Sanlúcar de Barrameda	14
		Cádis	4
1618	21	Sanlúcar de Barrameda	18
		Cádis	2
1619	48	Lisboa	2
		Sanlúcar de Barrameda	38
		Cádiz	6
		Sevilha	2
1620	29	Sanlúcar de Barrameda	9
		Cádiz	5
		Sevilha	15
1621	37	Lisboa	2
		Sanlúcar de Barrameda	16
		Cádiz	13
		Sevilha	6
1622	17	Sanlúcar de Barrameda	9
		Cádiz	7
		Sevilha	1
1623	29	Lisboa	24
		Sanlúcar de Barrameda	3
		Cádiz	1
		Sevilha	1
1624	22	Lisboa	13
		Sanlúcar de Barrameda	6
		Cádiz	1
		Sevilha	2

Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Em termos de portos de partida, a distribuição pode ser aferida pelo Gráfico 1. De notar que as referências conjuntas são contabilizadas simultaneamente. Destaca-se claramente Sanlúcar de Barrameda (na foz do rio Guadalquivir que banha a cidade de Sevilha) e Lisboa, confirmando-se o que se esperaria pela bibliografia, já que os assentistas portugueses sempre reivindicaram a possibilidade de partida a partir da capital do reino de Portugal. Se discriminarmos as viagens por ano e porto de partida, chegamos ao Quadro 6. De notar que até 1609, caso o mestre assim o escolhesse, a viagem podia iniciar-se, tanto em Lisboa como nas ilhas Canárias. A partir de 1610, as ilhas Canárias desaparecem da documentação como porto de origem para as viagens do tráfico de escravos para as Índias de Castela.

Gráfico 1. Distribuição dos Portos de Partida

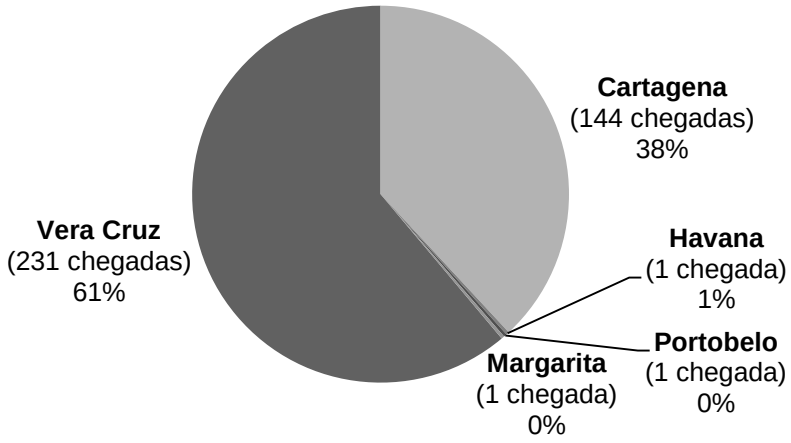


Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Os portos de destino estão discriminados no Gráfico 2. Note-se que nas 231 referências a Vera Cruz estão incluídas 87 referências a San Juan de Úlua e 18 a Nova Espanha.[80] Nas 144 referências a Cartagena estão incluídas 3 referências a Terra Firme. Também é possível ter vários destinos na mesma viagem, nomeadamente: 37 viagens partilham San Juan de Úlua e Cartagena como destinos finais. Cada uma destas referências foi contabilizada nos dois destinos.

[80] David Wheat afirma que, entre 1595 e 1640, foram feitas 173 viagens (140 a partir de Angola) para Veracruz (Wheat, "The First", 7).

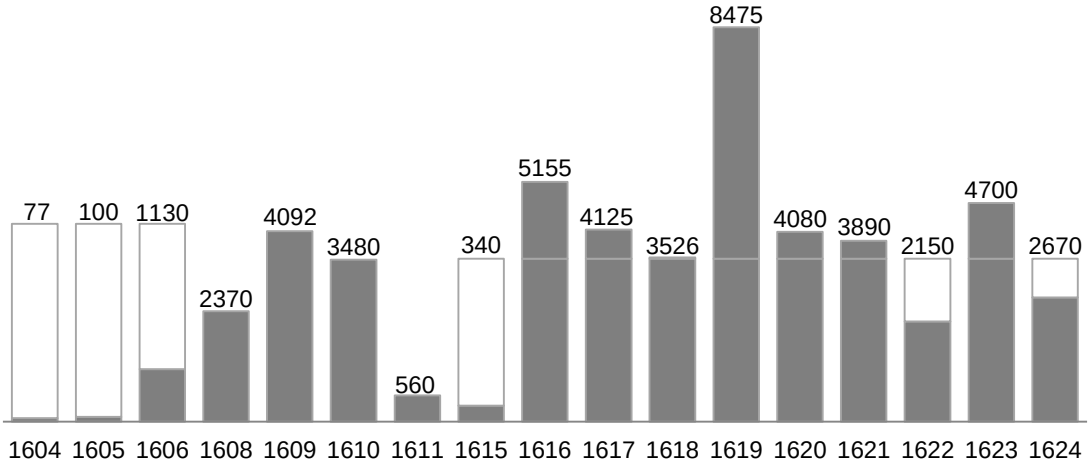
Gráfico 2. Portos de Chegada



Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

A distribuição da quantidade anual de escravos transportados expressa-se no gráfico 3. Na cor mais escura temos os valores dados efetivamente pela documentação. A parte branca de cada barra reflete os valores esperados pelos *asientos* (entre 1604 e 1606 deveriam transportar-se 4250 escravos/ano, e 3500 escravos/ano entre 1615 e 1624). No único *asiento* em que podemos fazer comparações (ver Quadro 2), no período de 1615 a 1622 verificamos que os nossos números são superiores (31 741 para 28 000). Se forem contabilizadas as licenças extra atribuídas ao rei, então os números da documentação voltam à normalidade esperada.

Gráfico 3. Quantidade de Escravos Transportados por Ano

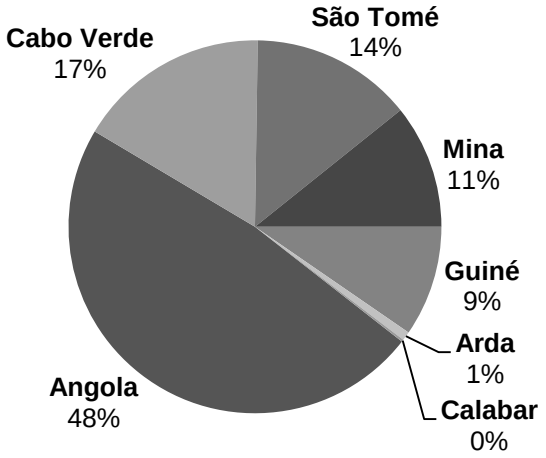


Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Partindo de um universo de 332 viagens com informação sobre a origem dos escravos, podemos compilar os gráficos 4 e 5. De referir que cada referência à origem

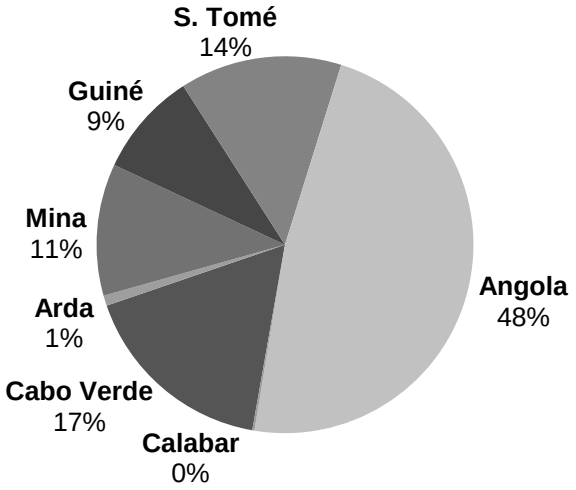
está contabilizada, mesmo que na mesma viagem os escravos possam ter várias origens.

Gráfico 4. Origem dos Escravos Transportados (% das Viagens)



Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Gráfico 5. Origem dos Escravos Transportados (% das Quantidades)



Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Como podemos ver, Angola destaca-se claramente, tanto em termos de porto de embarque dos escravos como em termos das quantidades de escravos embarcados. Isto confirma o esperado pela bibliografia consultada. Cabo Verde é o segundo porto de origem dos contingentes de escravos, seguido de perto por S. Tomé. Nunca é demais frisar que estas ilhas eram utilizadas como entrepostos comerciais neste tráfico negreiro e os escravos aí recolhidos tinham uma origem continental, na esmagadora maioria dos casos. Isto faz com que a verdadeira importância das regiões continentais esteja sub-

representada nos gráficos em questão, sendo necessária uma cuidada atenção por parte de quem esteja interessado em estudar as particularidades destes contingentes de homens. Embora Calabar apareça com 0% de representatividade em ambos os gráficos, isto deve-se ao arredondamento das ocorrências, já que foi o porto de origem de uma viagem em que se carregaram 150 escravos.

Quadro 7. Quantidade de Escravos Transportada por Ano e Origem

Ano	Quantidade	Origem
1604	77	77 (ANG)
1605	100	100 (GUI)
1606	1130	1130 (CV, ST, ANG, MINA)
1608	2370	2370 (CV, ST, ANG, MINA)
1609	4092	3442 (CV, ST, ANG, MINA) + 650 (GUI)
1610	3480	2090 (CV, ST, ANG, MINA) + 250 (ANG, MINA) + 100 (ANG) + 120 (CV) + 720 (GUI)
1611	560	400 (ANG) + 60 (CV) + 100 (GUI)
1615	340	340 (ANG)
1616	5155	3075 (ANG) + 400 (CV) + 910 (GUI) + 100 (GUI, CV) + 120 (ST) + 200 (ST, ARDA)
1617	4125	2550 (ANG) + 200 (ARDA) + 100 (CV) + 995 (GUI)
1618	3526	2846 (ANG) + 130 (ANG, ST) + 150 (GUI) + 250 (GUI, CV) + 150 (ST)
1619	8475	125 (ARDA) + 6555 (ANG) + 530 (CV) + 1085 (GUI) + 180 (ST)
1620	4080	3290 (ANG) + 450 (CV) + 340 (ST)
1621	3890	2170 (ANG) + 160 (CV) + 730 (GUI) + 250 (GUI, CV) + 160 (ST)
1622	2150	1520 (ANG) + 330 (GUI) + 300 (CV)
1623	4700	200 (ARDA) + 1840 (ANG) + 1260 (ANG, CV) + 600 (ANG, ST) + 150 (CAL) + 350 (CV) + 300 (GUI)
1624	2670	1530 (ANG) + 220 (ANG, CV) + 390 (ANG, ST) + 80 (CV) + 150 (GUI) + 200 (GUI, CV) + 100 (ST)

Legenda: ANG – Angola; CV – Cabo Verde; CAL – Calabar; GUI – Guiné; ST – S. Tomé.

Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

No Quadro 7, discrimina-se anualmente a quantidade de escravos transportados e identificados, bem como a sua origem, tal qual descrita na documentação. Nota-se claramente a prevalência de Angola como zona de origem, embora não se consiga discernir nenhum padrão de preferência em termos de embarque. Nem sequer em termos de quantidades podemos afirmar que Angola tenha ganho importância com o decorrer dos anos em estudo, já que as quantidades expressas nos anos 1606, 1608, 1609, e 1610, englobam um conjunto de regiões de origem, onde não podemos saber, ao certo, as verdadeiras zonas de embarque dos escravos. O mesmo se passa em outros anos (como é o caso de 1618, 1623 e 1624), mas aí as zonas são mais restritas, embora não se possa, de novo, chegar a conclusões firmes.

A partir de uma amostra de 263 viagens, foi possível identificar o valor total dos contingentes de escravos transportados, bem como a média desse valor por ano e viagem (Quadro 8).

Quadro 8. Valor Total Transportado e Valor Médio por Viagem em Cada Ano

Ano	Viagens	Valor total	Valor médio
1610	5	12 c 576 750 m	2 c 515 350 m
1611	4	9 c 030 000 m	2 c 257 500 m
1615	2	5 c 447 236 m	2 c 723 618 m
1616	30	80 c 180 700 m	2 c 672 690 m
1617	21	62 c 237 700 m	2 c 963 700 m
1618	20	54 c 083 520 m	2 c 704 176 m
1619	48	131 c 849 600 m	2 c 830 200 m
1620	19	65 c 361 600 m	2 c 253 848 m
1621	37	62 c 317 800 m	2 c 684 265 m
1622	17	34 c 443 200 m	2 c 026 070 m
1623	29	75 c 294 400 m	2 c 596 345 m
1624	21	40 c 085 400 m	1 c 908 829 m
Total	**263**	**636 c 907 506 m**	**2 c 511 383 m**

1 conto (c) = 1 000 000 maravedis (m).

Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Discriminando os valores totais por ano e porto de destino, chegamos ao Quadro 9. De referir que quando uma viagem declarava, no seu registo, que tinha vários destinos, então cada uma dessas referências foi considerada em simultâneo. Utilizou-se o mesmo critério de agregar em Vera Cruz as referências a San Juan de Úlua e a Nova Espanha, bem como em Cartagena as referências a Terra Firme.

Não é possível discernir nenhuma evolução específica, tanto em termos de valores transportados como em portos de destino. Pensamos que as poucas referências existentes para os anos iniciais se deve à inexistência de documentação (por falta de controlo, por uma burocracia menos implementada, ou pela destruição ou não arquivamento da documentação). No entanto, nota-se uma clara prevalência de Vera Cruz (já esperado pelo Gráfico 8) que também se reflete nos valores totais dos contingentes de escravos destinados a este porto em cada ano. Não esquecer que estes valores se reportam aos referidos na documentação guardada na *Casa de Contratación* de Sevilha. Para confirmar estes valores só com o cruzamento da informação das alfândegas dos portos de destino. Assim sendo, todos os dados apresentados neste artigo apontam para um quadro tendencial das características deste tráfico.

Quadro 9. Valor Total Transportado por Porto de Destino em Cada Ano

Ano	Viagens	Destino	Viagens	Valor total
1610	5	Cartagena	1	3 c 225 000 m
		Vera Cruz	3	7 c 578 000 m
		Margarita	1	1 c 773 750 m
1611	4	Cartagena	3	5 c 805 000 m
		Vera Cruz	1	3 c 225 000 m
1615	2	Vera Cruz	2	5 c 447 236 m
1616	30	Cartagena	9	24 c 991 200 m
		Vera Cruz	22	58 c 393 500 m
1617	21	Cartagena	8	22 c 588 200 m
		Vera Cruz	13	39 c 649 500 m
1618	29	Cartagena	4	12 c 175 200 m
		Vera Cruz	16	41 c 908 320 m
1619	48	Cartagena	11	35 c 404 200 m
		Vera Cruz	37	100 c 445 400 m
1620	29	Cartagena	6	16 c 500 600 m
		Vera Cruz	23	48 c 861 000 m
1621	37	Cartagena	17	28 c 836 000 m
		Vera Cruz	20	33 c 481 800 m
1622	17	Cartagena	11	21 c 466 800 m
		Vera Cruz	6	12 c 976 400 m
1623	29	Cartagena	29	75 c 294 000 m
		Vera Cruz	25	66 c 483 000 m
1624	21	Cartagena	20	39 c 124 200 m
		Vera Cruz	21	40 c 085 400 m

1 conto (c) = 1 000 000 maravedis (m).
Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Conclusão

Em conclusão, apresentam-se os principais dados, que nos permitem obter uma visão geral do tráfico de escravos para as Índias de Castela entre 1604 e 1624:

Quadro 10. Dados Principais (1604-1624)

		Amostra
Total de viagens	331 viagens	331 viagens
Total de escravos transportados	50 890 indivíduos	331 viagens
Média de escravos por viagem	153,8 indivíduos	331 viagens
Valor total da carga transportada	636 contos 907 506 maravedis	263 viagens
Valor médio da carga por viagem	2 contos 511 383 maravedis	263 viagens

1 conto (c) = 1 000 000 maravedis (m).
Fonte: Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Os dados aqui apresentados são somente uma parte da pesquisa realizada, ficando o total dessa informação para publicação em posteriores artigos, nomeadamente sobre os navios utilizados e a composição das tripulações. No entanto, pensamos ser já relevante o que apresentamos, já que permite uma visão mais concreta sobre o tráfico transatlântico de escravos para as Índias de Castela nos inícios do século XVII, e quando o sistema de *asientos* monopolista estava já em plena maturidade.

O total de escravos transportado está dentro dos valores esperados na bibliografia. A média de escravos por viagem terá de ser avaliada em função dos navios utilizados neste tráfico, pelo que futuramente se apresentarão conclusões acerca desta relação. O valor total deste tráfico teria de ser comparado com outros tipos de mercadorias, para se ter uma noção mais completa da sua importância no contexto económico das relações coloniais. Obviamente que esta comparação está fora do âmbito deste trabalho, pelo que o valor apresentado servirá de referência a futuras conclusões neste campo de pesquisa.

Para finalizar, nunca é demais referir que números só se tornam História quando compreendidos e contextualizados, e foi com esse intuito que apresentamos mais um contributo para a compreensão do tráfico transatlântico de escravos no seu todo.

Fontes

Manuscritas

Archivo General de Índias, *Contratación*, legajos 2876 a 2885.

Bibliografia

Barros, Amândio. "O Porto e o Trato de Escravos no Século XVI". *Africana Studia*, 7 (2000), 31-51. Acedido outubro 2014. http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/SX4FXYJLXH3UP937MF3XDPEQEC697N.pdf.

Barros, Amândio. "O Negócio Atlântico: as Redes Comerciais Portuenses e as Novas Geografias do Trato Internacional (Séculos XVI-XVII)". *Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 3ª série, vol. 8 (2007): 29-48. Acedido outubro 2014. http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/Q3DB2E2IH5468BHLI2R37LUMGVIUYX.pdf.

Barros, Amândio, e Polónia, Amélia. "Articulações Portugal/Brasil. Redes Informais na Construção do Sistema Atlântico (Séculos XVI-XVIII)", Suely Creusa Cordeiro de Almeida *et al* (org.), *Políticas e Estratégias Administrativas no Munto Atlântico*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, 19-48. Acedido novembro 2014. http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/BVIJPM5SJPUEXQLK7J1PED1JXUHMBE.pdf.

Bennassar, Bartolomé. *La América Española y la América Portuguesa, Siglos XVI-XVIII*. 4ª Edição. Madrid: Ediciones Akal, 2001.

Boogaart, Ernst Van Den. "The Trade Between Western Africa and the Atlantic World, 1600-90: Estimates of Trends in Composition and Value". *The Journal of African History*, Vol. 33, 3 (1992), 369-385. Acedido novembro 2014. http://www.jstor.org/stable/183138.

Caldeira, Arlindo. *Escravos e Traficantes no Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

Caro, Jorge, e Ortega, Antonino. "La Desmemoria Impuesta a los Hombres que Trajeron. Cartagena de Indias en el Siglo XVI y XVII. Un depósito de esclavos". *Cuadernos de historia*, 37 (2012): 7-31. Acedido novembro 2014. http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=780c03cb-6974-4cf1-9ac2-e776dfe60879%40sessionmgr4002&vid=1&hid=4113.

Eagle, Marc. “Chasing the Avença: An Investigation of Illicit Slave Trading in Santo Domingo at the End of the Portuguese Asiento Period”. *Slavery and Abolition*, Vol. 35, 1 (2014), 99-120. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1080/0144039X.2013.780458.

Escobar, Ricardo. Los Criptojudíos de Cartagena de Índias: Un Eslabón en la Diáspora Conversa (1635-1649)”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 29 (2002), 45-71. Acedido fevereiro 2015. http://www.bdigital.unal.edu.co/20777/1/16978-59357-1-PB.pdf.

García Fuentes, Lutgardo. *El Tráfico de Negros Hacia América*. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2011. Acedido janeiro 2015. http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000199.

Lokken, Paul. “From the 'Kingdoms of Angola' to Santiago de Guatemala: The Portuguese Asientos and Spanish Central America, 1595-1640”. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 93, 2 (2013): 171-203. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1215/00182168-2077126.

Navarrete Pelaez, Maria Cristina. “De las “Malas Entradas” y las Estrategias del “Buen Pasage”: el Contrabando de Esclavos en el Caribe Neogranadino, 1550-1690”. *História Crítica*, 34 (2007), 160-183. Acedido novembro 2014. http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=bd63c3ea-bfa7-4e90-a6a7-7935c5aaf5cf%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4113.

Newson, Linda, e Minchin, Susie. *From Capture to Sale. The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden: Brill, 2007.

Newson, Linda. “Africans and Luso-africans in the Portuguese Slave Trade on the Upper Guinea Coast in the Early Seventeenth Century”. *The Journal of African History*, Vol. 53, 1 (2012): 1-24. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1017/S0021853712000011.

Osswald, Helena, e Polónia, Amélia. “No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela Durante o Período de União Dinástica”, *Vértice*, II série, 63 (1994): 45-54. Separata.

Pérez-Mallaína, Pablo Emilio. “La Carrera de Índias”, Maria da Graça M. Ventura (coord.), *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, 21-32.

Polónia, Amélia. “Redes Informais de Comércio Ultramarino”, Francisco Ribeiro da Silva *et al* (coord.). *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*,

Porto: FLUP. Volume 3, 879-891. Acedido novembro 2014. http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/75225GVXRP8QR99CP2UHY5T3GC1LD2.pdf.

Polónia, Amélia. *A Expansão Ultramarina Numa Perspectiva Local: O Porto de Vila do Conde no Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2007. 2 Volumes.

Rawley, James, e Behrendt, Stephen. *The Transatlantic Slave Trade: A History.* Revised Edition. Lincoln: University of Nebraska Press, 2009.

Rodney, Walter. "Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650". *The Journal of African History*, Vol. 6, 3 (1965): 307-322. Acedido novembro 2014. http://www.jstor.org/stable/180170.

Ruiters, Dierick, e Kelly, Thomas. *Toortse Der Zee-Vaert, Om Te Beseylen De Custen Gheleghen Bezuyden Den Tropicus Cancri, Als Brasilien, West-Indien, Guinea, En Angola, &c* (Primary Source Edition, 1923).

Santana Pérez, Germán "La Casa de la Contratación como Medio de Control de los Tratos entre África y América Durante el Siglo XVI". *Cuadernos Americanos*, 136 (2011), 145-161. Acedido dezembro 2014. http://www.cialc.unam.mx/cuadamer/textos/ca136-145.pdf.

Vega Franco, Marisa. *El Trafico de Esclavos con America: Asientos de Grillo y Lomelín, 1663-1674*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1984.

Vila Vilar, Enriqueta. *Aspectos Sociales en América Colonial: de Extranjeros, Contrabando y Esclavos*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2001.

Vila Vilar, Enriqueta. *Hispanoamérica y el Comercio de Esclavos: los Asientos Portugueses*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1977.

Wheat, David. "The First Great Waves: African Provenance Zones for the Transatlantic Slave Trade to Cartagena de Indias, 1570-1640". *The Journal of African History*, Vol. 52, 1 (2011): 1-22. Acedido novembro 2014. http://dx.doi.org/10.1017/S0021853711000119.

Políticas Régias sobre o Tráfico de Escravos: Análise da Legislação Produzida entre 1640 e 1706

– Inês Osório

Resumo

O assunto que esta contribuição se propõe explorar insere-se no campo da História da Expansão e Colonização Ultramarina Portuguesas e consiste no estudo das políticas régias levadas a cabo pelos monarcas portugueses em relação ao tráfico de escravos, no espaço Atlântico, no período compreendido entre 1640 e 1706.

Procurando apurar, com este projeto, a existência ou inexistência de específicas orientações régias sobre o tráfico de escravos no Atlântico, definiu-se como objeto de estudo a legislação produzida durantes os reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II acerca da temática em jogo. Com a análise da legislação selecionada procurou-se determinar os moldes da intervenção régia neste tráfico, na esperança de perceber se este ocorria através de contratos firmados com companhias ou mercadores singulares ou pelo meio da concessão de exclusivos comerciais a determinados indivíduos, ou ainda se existiria um comércio direto através de agentes da coroa. Por último, tentou-se identificar a existência de prioridades régias no que respeita a este tráfico, através das áreas que mereciam mais incidência na legislação analisada.

Palavras-chave: Tráfico português de escravos; legislação; escravatura.

Abstract

The subject that we propose to explore here is part of the Portuguese Overseas Empire History and consists in the study of the Portuguese royal polices about slave trade, that took place in the Atlantic, between 1640 and 1706.

Looking ascertain, with this project, the presence or absence of specific royal guidance on the slave trade in the Atlantic, it was defined as an object of study the legislation produced during the reigns of King John IV, King Alfonso VI and D. Pedro II on the theme at stake. By analysing the selected legislation, we sought to determine how the royal heads intervened in this traffic, hoping to understand whether it was made available by contracts with specific companies or singular merchants, or by means of grating exclusive trade, or even if there would be a direct trade made by crown agents.

Last but not the least, we tried to clarify potential royal priorities about the slave trade, by identifying which thematic areas deserved more attention in the legislation.
Keywords: Portuguese slave trade; legislation; slavery.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

CU – Conselho Ultramarino

LR – Legislação régia

IUS – *Ius Lusitaniae*

Introdução

> Coube aos portugueses o papel pouco honroso de terem iniciado o tráfico de escravos no Atlântico (…) e durante cerca de 180 anos, entre 1444 (chegada a Portugal do primeiro grandes contingente de escravos) e 1621 (fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais), praticamente detiveram o exclusivo desse comércio.[1]

A escravatura é uma temática bastante recorrente no universo da História, muito discutida e trabalhada em todo o mundo, quer por escolas historiográficas que se entendem representantes daqueles que sofreram os dramas da condição servil, quer por aquelas nações que participaram ativamente no tráfico de escravos negros, ao longo de toda a época moderna.

As escolas anglo-saxónica e americana destacam-se particularmente neste campo da historiografia, sendo produtoras de inúmeros estudos sobre o comércio negreiro e a prática da escravatura no período moderno, grande parte dos quais de elevada qualidade científica. O famoso projeto *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* é um ótimo exemplo deste empenho ambicioso em decifrar o sistema do tráfico negreiro. Dirigido por David Eltis, propõe-se, desde os anos 90, construir uma base de dados com informações muito pormenorizadas acerca das inúmeras viagens que se encontram em registos espalhados pelo mundo. É neste painel que se incluem nomes como Joseph Miller, Herbert Klein ou John Thornton, incontornáveis para quem estuda história de escravatura e do tráfico de escravos.

Também a historiografia brasileira merece ser destacada quando falamos de escravatura da era moderna. De facto, nos últimos vintes anos a produção

[1] Arlindo Caldeira, *Escravos e Traficantes no Império Português. O Comércio Negreiro Português no Atlântico Durante os Séculos XV a XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013), 29.

historiográfica acerca dos escravos que chegavam ao Brasil é impressionante e louvável. É interessante ver a forma como os estudos de maior relevo, lavrados pelas mãos de João José Reis, Luís Filipe Alencastro ou Roquinaldo Ferreira, por exemplo, têm sempre em vista a compreensão da formação do Brasil e da sociedade brasileira a partir do estudo do tráfico de escravos.

Por outro lado, a historiografia portuguesa, ao contrário do que seria de esperar, visto que falamos do país impulsionador de toda a dinâmica expansionista e dos circuitos esclavagistas transatlânticos, está ainda a dar os primeiros passos na investigação deste tema. Há, com efeito, alguns historiadores que se focaram no estudo da escravatura no império português, mas com o objetivo recorrente de analisar os seus impactos sociais ou de reproduzir cálculos estimativos sobre este tráfico. A escassez ou mesmo o desconhecimento do paradeiro de fontes em Portugal, que permitam estudar o tráfico português de escravos, pode explicar a dificuldade da historiografia portuguesa em afirmar-se neste campo. Mas tal não significa que não haja alguns investigadores cujo trabalho mereça menção: o esforço permanente de estudiosos como Arlindo Caldeira ou Isabel Castro Henriques é, sem dúvida, de louvar.

Deste modo, fazia sentido, ao iniciar este projeto, apostar numa questão que ainda não tivesse sido explorada dentro desta temática da escravatura no período moderno. O assunto eleito foi o estudo das políticas régias levadas a cabo pelos monarcas portugueses em relação ao tráfico de escravos no espaço colonial português do Atlântico.

Como balizas temporais, foi definido o período compreendido entre meados do século XVII e início do século XVIII. Autores como Herbert Klein,[2] Jacob Gorender[3] ou António Luís Ferronha,[4] dizem ser este um dos períodos de maior intensidade de tráfico negreiro português, que só viria a terminar no início de oitocentos. De qualquer forma, o período de descoberta e exploração do ouro brasileiro é um marco de elevada relevância na história económica do reino de Portugal, cabendo-nos, por isso, a tarefa de perceber se o desenvolvimento da exploração mineira teve algum efeito extraordinário na política colonial dos monarcas portugueses, nos aspetos que se reportam ao tráfico negreiro. Quero com isto dizer que estudarei os reinados compreendidos entre 1640, ano da recuperação da independência portuguesa e subida

[2] Herbert Klein, *O Comércio Atlântico de Escravos: Quatro Séculos de Comércio Esclavagista* (Lisboa: Replicação, 2002).
[3] Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial* (São Paulo: Editora Ática, 1980).
[4] António Luís Ferronha, *O Comércio Português de Escravos* (Lisboa,1994).

ao trono de D. João IV, e 1706, ano da morte de D. Pedro II. O reinado de D. João IV, apesar de anterior à descoberta do ouro, entende-se como um período transitório a diversos níveis. Além de ser o primeiro após a fase filipina, foi neste reinado que organismos como o Conselho Ultramarino ou da Companhia Geral do Comércio do Brasil foram criados, os quais terão nos reinados seguintes um importante papel.

Quanto às questões de investigação a que pretendo aproximar-me com este projeto, o objetivo consiste em compreender se existiu ou não uma política régia efetiva em relação ao tráfico de escravos durante os reinados dos monarcas D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Para tal, foi que analisada toda a legislação produzida por estes soberanos no que diz respeito ao comércio negreiro, para que possa determinar os moldes da intervenção régia neste tráfico, na esperança de perceber se este seria dinamizado através de contratos com companhias ou mercadores singulares ou pelo meio da concessão de exclusivos comerciais a determinados indivíduos, ou mesmo se existiria um comércio direto feito por agentes da coroa.

A legislação poderá ainda esclarecer-me acerca das prioridades régias no que respeita a este tráfico, ou seja, quais as áreas que mereciam mais espaço na legislação. Defini cinco campos temáticos para esta análise, que consistem no transporte dos escravos, na contratação de agentes de tráfico, no escravo como súbdito da coroa, nas regras de circulação naval/comercial e na administração ultramarina ligada a este comércio.

Este artigo está dividido em duas partes. Inicia-se com uma contextualização acerca do tráfico português de escravos no período considerado, tendo por objetivo mostrar a importância do tráfico nas economias coloniais e explicar a forma como funcionava o sistema atlântico, para depois partir para a análise de toda a legislação tratada no contexto desta investigação.

1. O Tráfico de Escravos em Perspetiva Histórica

Importa, antes de mais, desenhar os traços gerais do tráfico negreiro europeu, para que se possa perceber a forma como o comércio português de escravos encaixava nesse sistema. Começando pela teoria de S.U. Abramova,[5] chega-se ao primeiro ponto do sistema que pretendo realçar - o desenvolvimento da sua intensidade ao longo do período moderno. Segundo o historiador, em meados de seiscentos já estavam

[5] UNESCO, *O Tráfico de Escravos Negros, Sécs. XV-XIX: Documentos de Trabalho e Relatório da Reunião de Peritos, Organizada pela UNESCO* (Lisboa: Edições 70, 1979), 21.

fundadas as principais colónias que iriam traficar massivamente escravos africanos. Fala-se aqui das colónias portuguesas, dos domínios holandeses e ingleses na costa ocidental africana. Mais tarde juntou-se a França e mesmo a Suécia e a Dinamarca.

Com a economia de plantação na América a desenvolver-se a passos largos, a necessidade de mão-de-obra cresceu exponencialmente, fazendo com que os braços europeus e índios já não fossem suficientes para garantir o bom funcionamento das plantações. Ora nesta época, a Europa não conseguia de modo algum fornecer mão-de-obra barata em número suficiente, tendo a brutal importação de escravos negros aparecido como a solução mais proveitosa e funcional.

Abramova define ainda aquelas que ele pensa serem as duas fases do tráfico negreiro: a primeira (séc. XV-XVII) consistiu no transporte de cativos de África para a Europa, sobretudo para a Península Ibérica, e na concessão dos primeiros *asientos* para o transporte, ainda tímido, de escravos para o novo mundo das Américas. Numa segunda fase (finais de seiscentos até 1808), os mercadores europeus exportavam em grande escala e de forma muito contínua peças de escravos diretamente de África para as suas colónias americanas. Nas palavras deste historiador:

> nunca até então os europeus se tinham lançado na caça ao escravo numa escala tão gigantesca. Nunca esta caça tinha sido conduzida de forma tão sistemática e nunca tinha sido levada a cabo com a única intenção de arranjar escravos.[6]

Os reinos ibéricos foram pioneiros neste comércio de cativos, dominando os mares e os mercados até ao segundo quartel do século XVII. Nestes casos, o Estado exerce desde cedo um forte controlo sobre o tráfico de escravos, sobretudo depois da abertura efetiva das Américas à colonização europeia. Os aparelhos fiscais aproveitaram-se sobremaneira das receitas deste comércio, através dos impostos, subsídios ou concessões de monopólios e contratos, mas o que é certo é que o tráfico paralelo foi tão ou mais forte do que o dito legal.

O arranque foi de facto tímido, muito por culpa dos elevados custos de entrada no negócio e da falta de conhecimentos dos mercados africanos. Neste ponto, os portugueses eram indubitavelmente privilegiados, uma vez que, desde o século XV, mantinham contacto com as populações africanas e exploravam a sua costa, com o apoio estatal. Angola, São Tomé e a costa da Guiné eram os principais pontos de exportação de escravos e outras mercadorias de interesse para o recém-colonizado

[6] UNESCO, *O Tráfico*, 22.

Brasil, cuja economia baseada na plantação da cana-de-açúcar crescia de dia para dia. Segundo Herbert Klein, no princípio do século XVII, os reinos ibéricos traficavam uma média de 3000 a 4000 escravos por ano, com destino ao Brasil e às Índias de Castela.[7]

Todavia, nada dura para sempre e o mesmo se verificou com os impérios ibéricos. O seu monopólio dos mares começou a ser ameaçado pelos holandeses, ingleses e franceses que, embora ainda não tivessem colónias estabelecidas na América, adquiriam uma presença cada vez mais forte na costa africana na primeira metade de seiscentos. Os produtos que mais levavam de África eram o ouro e marfim, estando o comércio de escravos limitado ao tráfico ilegal para as colónias portuguesas e castelhanas, neste primeiro momento.

Os holandeses foram os primeiros a desafiar o domínio ibérico. Logo em 1621, a poderosa Companhia Holandesa das Índias Ocidentais tentou destruir e apoderar-se dos recursos luso-castelhanos, atacando os seus navios. Chegaram a conseguir "raptar" cerca de 2 336 escravos com estes ataques.[8] A pirataria rapidamente evoluiu para uma presença sistemática na costa ocidental africana, sendo que em 1624 toda a Costa do Ouro e São Jorge da Mina foi ocupada por holandeses.

Os africanos depressa se aperceberam desta feroz concorrência, negociando com qualquer país, apesar dos esforços europeus em criar um sistema monopolista de praças e feitorias fortificadas. Mesmo quando os estados tentavam criar companhias monopolistas nacionais deparavam-se com muitas dificuldades em manter o domínio sobre elas e em defendê-las quer dos ataques piratas de outras nações quer dos próprios negociantes dos seus países, como se verá mais adiante. O livre comércio de escravos era então uma realidade na maioria das nações europeias. As companhias monopolistas falharam sobretudo porque havia custos fixos demasiado elevados a serem suportados[9] e também pela obrigação de fornecer um número fixo de escravos para uma dada região, sem que a procura e os custos fossem tidos em conta. Na centúria de setecentos, as grandes companhias monopolistas foram sendo substituídas, sobretudo nos impérios ibéricos, por organizações temporárias de mercadores, que se juntavam para financiar viagens específicas. O sistema consistia em abrir o capital por ações a investidores interessados em cada viagem que organizavam, fazendo com que cada uma dessas viagens tivesse um conjunto diferente de financiadores. Havia ainda

[7] Klein, *Comércio*, 75.
[8] Klein, *Comércio*, 75.
[9] Neste ponto refiro-me aos custos com o "armazenamento" dos escravos que esperavam a partida e com a segurança (no embarque e durante a viagem).

donos e armadores de navios que vendiam partes da expedição ou mesmo o navio a investidores externos, formando uma mini-companhia que só tratava de uma viagem específica.[10]

Mas qual a real dinâmica deste tráfico? Para um cidadão do século XXI é difícil conceber um comércio que não seja rápido e eficaz, mas a verdade é que quando falamos de tráfico negreiro rapidez e eficácia não são adjetivos que possamos utilizar.

Em primeiro lugar há o problema da duração das viagens. Uma viagem Europa-África demorava em média três/quatro meses e incluía escala nas ilhas Canárias ou em Cabo Verde. Carregados os escravos, era preciso esperar cinco meses para que eles chegassem à América. A captura era outro assunto problemático. Mesmo nos locais conhecidos como mercados de escravos por excelência, não existia aquilo que entendemos por "negociação por grosso", noutras palavras a existência de grandes *stocks* de escravos. O custo para manter escravos armazenados era incomportável para os comerciantes europeus e o impacto que teria no preço final era impensável. Por norma quem controlava os escravos até ao momento da venda a um capitão eram os próprios africanos. Também eram eles que geralmente os capturavam, fosse através da guerra ou pelo simples exercício do saque de homens e mulheres, que eram assim feitos cativos e depois escravizados. Os mercadores europeus optavam por esperar vários meses na costa ou por subir os rios africanos, recolhendo pequenos grupos de escravos de cada vez. Até em Luanda e Benguela, o maior centro exportador de escravos, os navios que iam para o Brasil tinham de esperar vários meses para conseguirem reunir um número considerável de cativos que justificasse a partida.[11]

Todos estes fatores afetavam diretamente o rendimento final dos navios negreiros. A margem de lucro que adviria deste comércio é um tema de grande discussão historiográfica, havendo, contudo, uma ideia de vulgar aceitação: o tráfico de escravos devia ser muito lucrativo, como se depreende dos milhares de navios que viajavam para África com esse propósito. Houve sempre um grande número de europeus e americanos com interesse em investir neste comércio, assim como africanos, que viram no tráfico de escravos uma atividade muito vantajosa a nível financeiro.

---

[10] Klein, *Comércio*, 78-79.
[11] Klein, *Comércio*, 89-91.

Contudo, uma reflexão mais aprofundada sobre o valor económico do escravo na economia colonial que as nações traficantes haviam adotado parece-me pertinente. Sobre este ponto, Maciel Morais Santos introduz uma ideia fundamental para a sua compreensão: tal como qualquer outra mercadoria, o preço dos escravos variava em função do equilíbrio do mercado, ou seja, em função da oferta de cativos e da procura dos plantadores americanos.[12] Para calcular o valor de uma mercadoria há que avaliar primeiro o tempo de trabalho empregado na sua produção, o que nos escravos correspondia à captura, alimentação e segurança. Como já foi referido, a captura e o controlo dos escravos até ao momento do embarque estavam nas mãos dos traficantes africanos, sendo este cenário mais vantajoso para os mercadores europeus, mesmo que implicasse vários meses de espera por cativos suficientes para partir. Mas se considerarmos que é a procura americana que determinava os preços e não o custo de produção em África, então a teoria do trabalho aplicado cai por terra. Define, então, três hipóteses: ou os escravos seriam vendidos pelos comerciantes africanos aos traficantes europeus abaixo do valor, sendo o lucro o diferencial entre o valor africano e o valor total do produto; ou os escravos seriam vendidos em África pelo seu valor absoluto e o lucro advinha de uma parcela adicionada a esse valor; ou ainda, seriam os escravos sempre vendidos acima do seu valor por todos os intermediários do tráfico.[13]

Jacob Gorender expõe a sua própria teoria, apresentando um conceito inovador - **o escravo como capital-dinheiro**. Para este investigador importa que se perceba, antes de mais, que o escravo representa a soma pelo qual foi comprado ou pelo qual pode ser vendido, funcionando certas vezes como meio de troca ou meio de circulação. Além disso, o escravo representa também o investimento de dada soma de dinheiro emprestado a juros, já que era comum alugarem-se negros no Brasil.[14] Deste modo, Gorender explica que como o cativo não implicava trabalho, pois não possuía o mesmo custo social que qualquer outro produto implicaria, o custo de "produção" de um escravo era igual a zero. Os contingentes de escravos obtinham-se através da guerra e dos sequestros, ou seja, pelo saque, o que implicava um esforço financeiro (à partida) mínimo.

Isto era extremamente vantajoso para os traficantes europeus, para quem os custos também já eram por si só reduzidos- apenas na armação dos navios, pagamento

[12] Maciel Morais dos Santos, "O Preço dos Escravos no Tráfico Atlântico: Hipóteses de Explicação", *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, 7 (2004): 163-181.
[13] Santos, "O Preço", 170.
[14] Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial* (São Paulo: Editora Ática, 1980), 129-134.

às tripulações e compra dos produtos com que iam adquirir os escravos. O crédito era fundamental para o sucesso destas operações comerciais, uma vez que garantia que o processo financeiro ficava completo e salvaguardava as mercadorias, pois, nas longas viagens da travessia atlântica, as peças de escravos poderiam ser maltratadas ou sequestradas, implicando a existência de uma garantia.[15] O resultado seria um preço final, à saída de África, muito baixo, pois os cativos não tinham grande valor neste continente. Neste ponto pareceu-me oportuno apresentar alguns dados com que me cruzei ao ler a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, embora não ambicione fazer um estudo acerca do valor monetário dos escravos. Em 1656 diz-se, por exemplo, que uma carga de negros de Angola que ia para Buenos Aires valia 235 000 reis.[16] Quarenta anos mais tarde, em Cabo Verde há uma queixa de que os escravos estavam a ser vendidos a preços demasiado elevados, referindo uma venda de quarenta cativos por 40 000 reis cada um,[17] que no ano seguinte valeriam 1725 reis cada.[18]

Apesar de comparativamente com o lucro do tráfico os gastos com o transporte não poderem ser não ser muito significativos, como defendem os dois investigadores anteriores, a meu ver a questão não é assim tão simples. Mesmo para um navio que não transporte escravos, uma viagem transatlântica apresenta riscos e custo que podem ser muito elevados, se se viajar fora de frota, isto é, sem defesa organizada e possibilidade de dividir o custo do armamento necessário. A título de exemplo, veja-se o requerimento que Nicolau Pedro fez ao rei D. Pedro II, em 1692, no qual diz que o frete de 5000 reis que lhe foi oferecido pela coroa para transportar o governador António Pereira de Barredo e Castro a São Tomé não chega para cobrir as despesas que iria ter com a defesa, homens e mantimentos ao perder a frota de regresso do Brasil, uma vez que teria de fazer um desvio à ilha africana, quando o seu objetivo era navegar diretamente para a América.[19]

Do outro lado do Atlântico o cenário era bem diferente, já que aqui o escravo tinha valor de mercadoria a ser fixado pela correlação entre a procura e a oferta, sendo que o lucro era geralmente muito alto.

Arlindo Caldeira, por sua vez, tem uma visão bem diferente sobre a suposta alta rentabilidade deste tráfico. Para este autor é impensável falar em taxas de lucro de

[15] John Whitney Harvey, *Politics, Commerce and Colonization in Angola at the Turn of the Eighteenth Century*, [Dissertação em História Moderna e dos Descobrimentos], (FCSH-UNL, 2012), 56.
[16] AHU, *Conselho Ultramarino*, S. 1, Cx. 6, Doc. 686.
[17] AHU, *Conselho Ultramarino*, S. 70, Cx.4, Doc. 394.
[18] AHU, *Conselho Ultramarino*, S. 24, Cx. 9, Doc. 764.
[19] AHU, *Conselho Ultramarino*, S. 70, Cx. 4, doc. 367.

100% e muito menos de 300% para os séculos XVI a XVIII. A ideia que os cativos comprados em África eram meramente trocados por quinquilharias ou frascos de aguardente num comércio completamente controlado por europeus, visão que terá levado várias gerações a fazerem este raciocínio sobre a rentabilidade do tráfico, é totalmente falsa.

Na verdade, diz Arlindo Caldeira, com o fluxo crescente de compradores, os africanos aprenderam a tirar mais partido da concorrência e a exigir mais em troca pela venda dos cativos, o que lentamente foi afetando os preços desta "mercadoria". O mercado africano estava, assim, bem organizado e os seus comerciantes atentos às leis da concorrência. O que eles queriam em troca dos escravos eram as manufaturas europeias, cujos custos ultrapassavam bem os das viagens, incluindo o navio, a tripulação, alimentação a bordo e taxas/juros. Pensa-se, por isso, que as taxas de lucro andariam pelos 5% a 10%, mas não é possível calcular esta margem para Portugal com exatidão, por escassez de dados.[20]

Um outro fator que também influenciava muito o rendimento de um negreiro era a mortalidade a bordo dos navios de tráfico, que andava entre os 10% e os 20%. A respeito da elevada mortalidade a bordo e da sua relação com o excesso de indivíduos transportados, Joseph Miller coloca uma questão pertinente: será que os mercadores negreiros carregavam os seus navios com um número tão absurdo de escravos, fazendo aumentar o número de mortos a bordo, a tal ponto de se prejudicarem a si próprios financeiramente?[21]

Jacob Gorender defende que, embora nenhum mercador visse como algo positivo perder uma parte da sua mercadoria, o interesse financeiro sempre falou mais alto. Por exemplo, se um navio que levasse em plena segurança cem escravos, correspondendo a 0% de perdas (excluindo possíveis acidentes naturais), fosse sobrecarregado com mais cem escravos, ficando superlotado, e tal levasse a uma perda de 10%, o lucro seria bastante maior no segundo caso do que no primeiro, ainda que eticamente condenável.[22] Esta situação levava à fuga ao pagamento dos direitos, como iremos ver mais à frente.

[20] Caldeira, *Escravos*, 155-157.
[21] Joseph Miller, *Way of Death – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade (1730-1830)* (Wisconsin: Wisconsin University Press,1988), 387.
[22] Gorender, *O Escravismo*, 129-134.

Por sua vez, o grupo de investigadores composto por Herbert Klein, Stanley Engerman, Robin Haines e Ralph Shlomowitz[23] apresenta uma visão bem diferente sobre o problema da mortalidade dos escravos negros, argumentando que além do tratamento a bordo e da superlotação dos navios, muitos outros factores têm de ser considerados neste problema. Referem que a viagem era apenas uma parte do movimento que se fazia desde a captura do escravo à sua integração numa plantação americana. As variações das condições naturais, políticas e económicas, juntamente com o extenso período de espera nos portos africanos pelo embarque para o Novo Mundo, tinham um enorme impacto na mortalidade a bordo, uma vez que durante a viagem podiam simplesmente agravar-se doenças ou outros problemas físicos, cuja origem está nos momentos que antecedem o transporte transatlântico em si.[24]

> Apesar do longo e contínuo debate acerca do carregamento acima da arqueação do navio versus o carregamento de acordo com a capacidade do navio, "superlotação" parece ter um impacto reduzido na mortalidade,[25]

diz o grupo de historiadores. Também o número de dias que tomava cada viagem (à exceção daquelas que sofriam acidentes naturais ou a ataques piratas) tinha um efeito reduzido nas taxas de mortalidade, embora também tenha de ser considerado o fator da fraca alimentação fornecida aos cativos, já que o volume de alimentos carregado era muitas vezes, e de forma deliberada, insuficiente para todos os negros que se transportava. Provam-no ao apresentar uma tabela, com base nos registos do De Bois Institute Database,[26] com as taxas de mortalidade (TM) mensais por duração das viagens. Pode ver-se, para o período 1676-1700, como cinco viagens registadas com duração entre os 16 e os 19 dias apresentam uma TM de 93,1 ou outras dez com duração de 30 a 39 dias uma TM de 111,6, enquanto uma viagem de 70 a 79 dias já tem uma TM bem mais baixa, de 67,9.[27] Mostram ainda uma outra tabela com valores para as taxas de perda de escravos por país traficante, colocando os portugueses, para o intervalo temporal de 1597 a 1700, acima da média europeia de perdas, com percentagens à volta dos 26% em cerca de 66 viagens registadas.[28]

---

[23] Herbert Klein *et. al.*, "Transoceanic Mortality: The Slave Trade in Comparative Perspective". *The William and Mary Quarterly Third Series*, vol. 58, 1 (2001): 93-118.
[24] Klein *et al*, "Transoceanic", 96-97.
[25] Klein *et al*, "Transoceanic", 103.
[26] Base de dados criada pelos investigadores do Hutchins Center for African & African American Research, da Universidade de Harvard, e que deu origem à conhecida Trans-Atlantic Slave Trade Database.
[27] Klein *et al*, "Transoceanic", 113.
[28] Klein *et al*, "Transoceanic", 114.

O cálculo de estimativas do tráfico atlântico de escravos é alvo, já desde o século XIX, de inúmeras interpretações. Cada historiador apresenta a sua metodologia e os seus resultados, na tentativa de corrigir os trabalhos anteriores. Paul Lovejoy é autor de um capítulo[29] em que se faz a análise de todas estas perspetivas, as quais apresento aqui de uma forma muito resumida. Edward Dunbar[30] e Robert Owen[31] foram os pioneiros nesta questão, produzindo cálculos na segunda metade da centúria de oitocentos, tendo estes sido considerados durante quase um século como corretos, mas mais tarde ditos exagerados. Já no século XX, Noel Deer[32] foi o primeiro historiador a preocupar-se em desfazer a conceção tradicional que se tinha sobre o número de escravos traficados no espaço atlântico, mas foi completamente ignorado pela historiografia do seu tempo. Em 1969, foi a vez de Phillip Curtin[33] efetuar um estudo de cálculo de estimativas para o número de escravos que foram comercializados, tendo sido o seu principal objetivo dar apenas um ponto de partida a outros estudos da mesma natureza, que aperfeiçoassem os dados nas décadas seguintes. O debate começou logo na década seguinte com Leslie Rout Jr.,[34] que sugeriu haver erros as contas de Curtin com um débito de 62%. Também Enriqueta Vila Vilar[35] pegou no trabalho de Curtin, em 1977, e criticou-o apenas nos dados respeitantes ao tráfico para as Índias de Castela, nos primeiros quarenta e cinco anos do século XVII, concluindo que o historiador estaria errado por 13 500 escravos. Mas o grande crítico de Curtin foi J. E. Inikori,[36] o qual rejeitou totalmente as estimativas deste investigador. Inikori ajustou a teoria de Curtin em geral fazendo aumentar os seus valores 4 400 000, chegando aos quinze milhões de cativos exportados de África e aos treze milhões de escravos importados pela América. Curtin nunca declarou os seus valores como sendo absolutos, dizendo que é muito improvável que o total de escravos chegados à América seja inferior aos 8 milhões e superior aos 10,5 milhões, o que admite uma margem de erro de muitas

[29] Paul Lovejoy, "The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis*",* Patrick Manning (ed.), *Slave Trades, 1500-1800: Globalization of Forced Labour. An Expanding World: The European Impact on World History, 1450-1800*. (Aldershot: Variorum, 1996), 37-64.
[30] Edward Dunbar, "History of the Rise and Decline of Commercial Slavery in America, with Reference to the Future of Mexico", *The Mexican Papers I* (1861).
[31] Robert Dale Owne, *The Wrong of Slavery: The Right of Emancipation and the Future of the African Race in the United States* (Philadelphia, 1864).
[32] Noel Deer, *The History of Sugar* (Londres, 1950).
[33] Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969).
[34] Leslie B. Rout Jr, *The African Experience in Spanish America: 1502 to the Present Day* (Cambridge, 1973).
[35] Enriqueta Vila Vilar, *Hispanoamerica y el Comercio de Esclavos: los Asientos Portugueses* (Sevilha, 1977).
[36] J. E. Inikori, "Measuring the Atlatic Slave Trade: An Assessment of Curtin and Ansty", *Journal of African History*, XVII, II, (1976).

centenas de milhares de cativos. O próprio Paul Lovejoy diz ter-se apoiado muito no trabalho de Curtin para calcular as suas próprias estimativas, tendo chegado a valores muito próximos. O historiador apresenta neste texto uma tabela que sintetiza todas estas teorias e, a meu ver, facilita muito a sua compreensão. Como é visível no Quadro 1, Owen, Dubar e Inikori apresentam sem dúvida os valores mais elevados, que contrastam grandemente com a teoria de Curtin e Lovejoy.

Quadro 1. Número de Escravos Traficados Segundo Diferentes Investigadores

Número de escravos traficados segundo diferentes investigadores			
Investigador	Importações na América	Exportações em África (perdas de 10%)	Exportações em África (perdas de 20%)
Owen	15 520 000	17 244 000	19 400 000
Dunbar	13 887 500	15 431 000	17 359 000
Deer	11 970 000	13 300 000	14 963 000
Curtin	9 566 100	10 629 000	11 957 000
Inikori	13 392 000	15 400 000	-
Lovejoy	9 778 500	11 642 000	-
Médias	12 207 014	13 759 285	15 572 120

Fonte: Paul Lovejoy, "*The Volume of the Atlantic Slave Trade: a Synthesis",* Patrick Manning (ed.), *Slave Trades, 1500-1800: Globalization of Forced Labour. An Expanding World: The European Impact on World History, 1450-1800* (Aldershot: Variorum, 1996), 60.

Em Portugal, o pioneiro da quantificação do tráfico de escravos foi Edmundo Correia Lopes. Na sua obra *A Escravatura*, de 1944, aventura-se na produção de estimativas sobre tráfico português de escravos com uma lucidez impressionante acerca das limitações científicas que o estudo deste problema apresenta. Refiro-me à forma como questiona a veracidade dos seus próprios resultados:

> Representam estes algarismos o número total de escravos saídos da colónia (Angola)? De modo nenhum. Para onde irá o total verdadeiro, levando-se em conta a exportação

clandestina? Eis o que nunca se poderá saber e até ao presente, falta mesmo toda a espécie de elementos.[37]

No que concerne ao reino de Angola, Correia Lopes diz que é apenas capaz de fazer uma quantificação para largos períodos, assumindo uma margem de erro que resultaria de um contrabando mais ou menos intenso: o número de escravos saídos de Luanda e Benguela terá sido de 1 500 000 até ao ano de 1680 e de 897 000 cativos até 1758. Os dados revelados para o século XVIII e XIX são muito mais precisos do que os relativos à centúria de seiscentos, devido, admite o investigador, à falta de documentação para o "período bastante obscuro do século XVII".[38] Para o volume de chegadas ao Brasil, tendo por base a produção do braço escravo, são apontados números redondos: 1 000 000 até 1700 e o mesmo valor até 1750.[39]

Num trabalho muito mais recente, temos os montantes que Arlindo Caldeira publica, relativos ao número de escravos traficados pelos portugueses para o Brasil, através da plataforma The Trans-Atlantic Slave Trade Database, os quais estão próximos daquilo que Edmundo Correia Lopes indicava: entre 1601 e 1650 terão sido 469 100 escravos; entre 1651 e 1700 cerca de 542 000 escravos; e de 1701 a 1750 1 011 000 escravos.[40]

2. Políticas Régias Sobre o Tráfico de Escravos

2.1. Tipologias Documentais

Tendo em conta as questões a que pretendia aproximar-me com este projeto, e que se resumem à análise das políticas régias dos monarcas D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II em relação à escravatura, o universo empírico de estudo passaria incontornavelmente pela legislação produzida nestes reinados acerca desta temática. Foquei-me, em primeiro lugar, na legislação extraída das plataformas *Ius Lusitaniae*[41] e *Legislação Regia,*[42] sendo afinal o objetivo deste trabalho o de estudar políticas régias, com aplicação mais direta e imediata na produção legislativa.

[37] Edmundo Correia Lopes, *A Escravatura: Subsídios Para a Sua História* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944), 108.
[38] Lopes, *A Escravatura*, 98-108.
[39] Lopes, *A Escravatura,* 149-150.
[40] Arlindo Caldeira, *Escravos*, 28-29.
[41] http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/
[42] http://legislacaoregia.parlamento.pt

Apesar da riqueza de informação que a legislação contém, há um número muito significativo de documentos dos quais desconheço o contexto e as intenções de produção, pontos que veria muito provavelmente esclarecidos se os cruzasse com outro tipo de fontes, como é o caso das consultas do Conselho Ultramarino.[43] Este exercício não me foi possível realizar no decurso do Seminário de História Moderna, em que foi desenvolvido este projecto, o que significa que a falta de conhecimento sobre os motivos de produção de alguns dos diplomas pode ser encarado como uma fragilidade numa exaustiva prática de crítica de fontes a que o historiador não deve ser alheio.

Embora com alguns obstáculos, partiu-se para a análise da documentação selecionada, dividindo-a em duas tipologias: *legislação* e *tratados internacionais*. Começando pela legislação, foram identificados cinco tipos diferentes de diplomas, cujas definições procurei esclarecer, com recurso à obra de Mário de Almeida Costa.[44] O autor chama a atenção para um aspeto essencial, a meu ver, no que concerne à compreensão da legislação produzida no período moderno - "Salientamos, antes de tudo, que se utiliza aqui o conceito de lei num sentido muito mais amplo do que aquele que lhe corresponde no direito moderno".[45]

Numa época em que o absolutismo, ou pelo menos a centralização do poder régio, tendia a instalar-se em Portugal, o monarca era o legislador por excelência, uma vez que o princípio da separação de poderes, do qual decorre a separação de funções, não vigorava. A vontade legislativa do soberano podia exprimir-se de diversas formas, nomeadamente em *cartas de lei, alvarás, decretos, cartas régias, resoluções, provisões, portarias* e *avisos*.

Porque a natureza do diploma condicionava a extensão da sua alçada e a sua aplicação, importa identificar e definir o alcance das várias tipologias documentais utilizadas.[46]

- Lei: "toda e qualquer manifestação da vontade soberana destinada a introduzir alterações na ordem jurídica estabelecida."[47] Este trabalho recorrerá a uma lei.
- Alvará: Diploma legislativo correspondente a disposições de duração inferior a um ano, de formalidade reduzida. Era frequentemente confundido com as cartas de lei, já que ambas saíam diretamente da chancelaria régia, notando-se a

[43] http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF006/AHU_CU_ConsultasMistas_13_18.pdf
[44] Mário Costa de Almeida, *História do Direito Português* (Coimbra: Almedina, 2009).
[45] Almeida, *História,* 325.
[46] Almeida, *História,* 325-329.
[47] Almeida, *História,* 325.

presença de características típicas destas cartas, como a grande durabilidade do acto, nos diplomas em causa. Este trabalho utilizará sete alvarás.

- Decreto: Diploma legislativo dirigido geralmente a um ministro ou tribunal, com o nome dos quais se iniciava o documento, restringindo-se a introduzir determinações de casos particulares, embora, tal como nos diplomas anteriores, alargassem muitas vezes os seus preceitos. Este trabalho recorrerá a três decretos.
- Cartas régias: Eram cartas no sentido estrito do termo, dirigidos a personalidades concretas, contendo ordens específicas para elas. Utilizar-se-á uma carta régia.
- Provisões: Diplomas expedidos em nome e por determinação do rei pelos tribunais, com efeito de lei. Frequentemente resultavam de um decreto ou resolução régia e tinham como objetivo difundir o seu conteúdo. Por norma, levavam apenas as assinaturas dos Secretários de Estado, mas aquelas que eram subscritas pelo soberano confundiam-se muito com os alvarás, sendo apelidadas de "provisões reais" ou "provisões em forma de lei". Este trabalho analisará três provisões.

Por sua vez, dispomos de apenas um tratado internacional para realizar este trabalho de investigação. Um tratado internacional consiste, muito simplesmente, num acordo entre duas ou mais nações, onde as partes determinam a cedência/proveito de uma dada coisa ou mesmo a prestação de um determinado serviço. Todavia, pelo conteúdo e intenções deste tratado, não é possível analisá-lo sem estudar previamente o assento a que ele se reporta. Por *assento* entende-se o ato de a coroa castelhana dar faculdade e licença a um dado indivíduo para introduzir escravos nas Índias.[48]

Além da divisão tipológica, foram ainda estabelecidos dois outros campos de análise das fontes, a partir dos quais se moldou a abordagem da documentação. Esses campos, que nasceram das questões que foram colocadas no começo da investigação, estruturam os grandes propósitos deste trabalho. Se, por um lado se quer saber quais os moldes da intervenção régia no tráfico de escravos, por outro pretende-se perceber quais as temáticas que mereciam mais espaço na legislação portuguesa.

[48] Maria Manuel Ferraz Torrão, *Formas de Participação dos Portugueses no Comércio de Escravos com as Índias de Castela: Abastecimento e Transporte* (Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica Tropical, 2002).

2.2. Legislação: Temáticas Estruturantes

À medida que se foi avançando na exploração das fontes recolhidas, definiram-se campos concretos de análise, os quais foram sintetizados numa grelha, de forma a poder visualizar mais claramente os resultados. Os campos que se adotaram procuram cobrir todos os aspetos possíveis de estudar dentro da área do tráfico de escravos. São eles:

2.2.1. O Transporte de Escravos – Condições, Controlo e Operadores

A questão do transporte dos escravos, diz-nos Arlindo Caldeira,[49] foi sendo alvo de fortes críticas ao longo do século XVII, sobretudo em relação ao número muito elevado de mortos que resultavam das violentas e calamitosas viagens dentro dos superlotados navios negreiros. Em Portugal, os monarcas mostraram-se atentos aos problemas que acarretavam estas viagens, quer a nível do prejuízo económico das taxas de mortalidade, quer face às questões éticas e humanas que tal tratamento levantava.

Em 1664, uma queixa feita por um grupo de carregadores em nome dos moradores do reino de Angola em relação ao aumento preocupante do número de escravos por navio que saía de Luanda chega ao Conselho Ultramarino. Denunciam ainda que não há uma vistoria séria e competente dos mantimentos disponíveis a bordo, e que o número de mortes por viagem estava a aumentar. Pedem também ao CU que os autorize a nomear um homem da sua confiança para verificar as condições dos navios negreiros antes da partida. O pedido é recusado pela instituição, mas é emitida a ordem aos provedores do reino de Angola para garantirem que nenhum navio sai de Luanda sem levar para cada cem escravos vinte e cinco pipas de água.[50] Estas queixas chegam ao rei Afonso VI, que em Setembro do mesmo ano promulga uma provisão,[51] na qual manda que o governador de Angola e o Provedor da Fazenda do mesmo reino tenham especial cuidado e vigilância no despacho dos navios negreiros, de modo a que nenhum saia do porto sem levar, para 100 peças de escravos, 25 pipas de água bem acondicionada, e que nenhum saia com mais escravos do que tem capacidade. Assim, os escravos poderão viajar "à sua vontade" e o número de mortes espera-se que seja muito menor. Todavia, o diploma não especifica as regras de transporte, algo que só vai

[49] Caldeira, *Escravos*, 42.
[50] Caldeira, *Escravos*, 121-126.
[51] Provisão de 23 de setembro de 1664.

ser feito com o seu irmão e sucessor, Pedro II. O monarca foi informado de que os carregadores e mestres de navios operavam com muita violência o tráfico de escravos de Angola para o Brasil, levando os negros:

> tão apertados e unidos uns com os outros, que não somente lhes falta o desafogo necessário para a vida, cuja conservação é commua e natural para todos, ou sejam livres ou escravos: mas do aperto com que vêm sucede mal-tratarem-se de maneira que, morrendo muito, chegam impiamente lastimosos os que ficam vivos.[52]

Tendo mandado consultar *"*pessoas de toda a satisfação, doutas, práticas e inteligentes nella*"* [53] e querendo resolver esta situação tão gravosa ao reino, uma vez que também se verificava em Cabo Verde, São Tomé e demais conquistas, D. Pedro II decide então promulgar o regimento sobre o despacho dos negros cativos de Angola de 1684, que ficou conhecido como o "regimento das arqueações", porque a partir dele passou a dar-se importância à relação entre arqueação e carga de escravos por navio. A ideia base era a de que não se carregassem mais negros sem que antes se faça a arqueação das toneladas que cada navio pode levar, incluindo os agasalhos, água e mantimentos necessários. Para que tal seja alcançado, o diploma estipula:

a) Quem é que faz a arqueação: todos os navios saídos de Lisboa destinados ao tráfico negreiro tinham de ser arqueados pelos ministros, oficiais e demais pessoas que fossem declaradas em decreto ao CU. No Porto, seria o superintendente da Ribeira do Douro ou o Juiz da Alfandega, na falta do primeiro, a fazer a arqueação. Estes podiam nomear 1 a 2 pessoas "que sejam zelosas e tenham sciencia e pratica desta matéria".[54] Nos restantes portos do reino seriam pessoas de cargos semelhantes aos referidos que fariam a arqueação. Os navios que fossem do Brasil ou do Maranhão para os ditos portos das conquistas seriam arqueados na Baía pelo provedor da Fazenda e procurador dela, mais o patrão-mor e mestres da Ribeira. Os navios que saíssem dos portos africanos para outro estado ou para o reino deviam ser arqueados pelos ministros e oficiais régios, mesmo que já tivessem sido arqueados no porto de origem. A nova arqueação não poderia ser superior à anterior e se fosse menor deveria ser respeitada.

[52] Lei de 18 de março de 1684.
[53] Lei de 18 de março de 1684, fl. 9.
[54] Lei de 18 de março de 1684, fl. 9.

b) As medidas exatas com que os arqueadores teriam de trabalhar, para garantir que os navios não carregavam em excesso: devia medir-se a tonelagem de todas as embarcações pelo chão, pelas cobertas e entre-portas (se houvesse), pelo convés, câmaras, camarotes e tombadilhos. Se fosse um navio de coberta, o cálculo era feito através da correspondência entre – 7 “cabeças” por cada 2 toneladas na coberta com portinholas e 5 “cabeças” por cada 2 toneladas na coberta sem portinholas. Nas partes superiores dos navios 5 “cabeças miúdas” por cada tonelada (idade e nome dos moleques deviam ser indicados). Não se podia nunca carregar mais escravos do que a capacidade do navio. A medição das toneladas fazia-se por arcos de ferro marcados, que o CU faria chegar a todos os portos do reino e conquistas, para que ninguém pudesse alegar ignorância desta disposição.

c) Os cuidados a ter com os cativos a durante a viagem: os navios tinham de levar mantimentos suficientes para dar de comer aos negros 3 vezes ao dia e água que chegue para dar a cada um uma canada por dia. Neste sentido, deviam arquear-se também os porões, fazendo uma estimativa dos mantimentos e água que são necessários, sabendo que de Angola a Pernambuco a viagem leva 35 dias, até à Baía leva 40 dias e até ao Rio de Janeiro 50 dias. Se alguns escravos adoecessem, deveriam ser levados para um lugar à parte no navio, onde se pudesse aplicar os remédios necessários, sendo sempre tratados com toda ″a caridade e amor de próximos″. Todos os navios tinham que levar um capelão para dizer a missa pelo menos nos dias santos e para assistir aos moribundos.

d) Os cuidados a ter com a certificação e fiscalização das arqueações: Depois de feita a arqueação o escrivão da Provedoria deveria registá-la e todas as pessoas aí nomeadas deveriam assinar. Do mesmo livro, o escrivão devia passar uma certidão a cada um dos mestres/capitães/mandadores dos ditos navios, de modo a que as pudessem mostrar nos portos para onde forem ou numa eventual segunda arqueação. Mal os navios chegassem aos portos, os provedores da Fazenda ou outras personalidades competentes deveriam visitá-los e verificar se a carga que traziam correspondia à certidão do porto de saída. Se algo não estivesse em conformidade com a lei, os mestres e capitães teriam de ser chamados á justiça. Caso houvesse incumprimentos, as provas deviam ser enviadas ao CU e os presos também.

e) Os cuidados a ter durante o período de carregamento dos navios: nunca se podiam carregar dois navios juntamente para que nenhum levasse mais carga do que a sua lotação. Nos portos em que se fizesse o carregamento dos escravos, dever-se-ia disponibilizar os barcos necessários para fazer a dita carga, sendo o tempo estimado para a conclusão deste processo afixado no porto. Enquanto ele durasse, nenhum outro navio podia aproximar-se do navio em questão, podendo por isso seus mestres e capitães pagar 500 cruzados e até mesmo perder os seus barcos. Para evitar esta situação, o governador de Angola mandaria a sua lancha com um cabo de confiança e os soldados necessários para acompanhar o dito navio até 2 e 4 léguas de mar livre de perigo. Devia ainda criar-se em Angola e nos restantes domínios africanos uma casa de recebimento, junto à casa do Despacho, onde se recolhessem os negros que se ia despachar e de onde se despachassem logo que possível.

f) As penas para o incumprimento: se o provedor-mor da Baía/provedores da Fazenda deixassem que se carregasse mais negros do que o permitido, por culpa, omissão ou negligência pagariam uma multa correspondente ao dobro do valor dos negros. Seriam ainda sujeitos a 6 anos de degredo na Índia. Já os patrões-mor e mestres da Ribeira perderiam os seus ofícios e seriam sujeitos a 10 anos de degredo na Índia. Os mestres, capitães e carregadores de navios pagariam 2000 cruzados de multa e o dobro do valor dos negros (metade para a Fazenda Régia e a outra para quem os denunciar), além de serem degradados na Índia por 10 anos. Os guardas que fossem cúmplices deste crime seriam degradados na Índia o resto das suas vidas. Os governadores deveriam dar sempre conta à coroa dos documentos que provassem a culpa destes homens.

Este regimento representa um enorme avanço no respeito pela integridade física dos africanos escravizados e pela humanização do tráfico, ainda que se tenha percebido que esse não era o primordial objetivo da sua redação. Se nos questionarmos sobre o sucesso da lei no campo humanitário, a resposta não é muito animadora, pois, apesar das notícias positivas que chegam ao Conselho Ultramarino em finais de 1695 – "isto se praticava hoy em todas as embarcações que dali sahia" –,[55] com certeza o diploma não terá conseguido acabar com a mortalidade a bordo dos navios negreiros e próprio rei D. Pedro II tinha consciência disso, como demonstram as 2000 missas anuais que o

[55] AHU, *Conselho Ultramarino*, S. 1, Cx. 16, Doc. 1810.

soberano mandava rezar pela alma dos escravos falecidos, o que não deixa de ser um facto bastante curioso.[56] Os efeitos da lei de 1684 não foram, portanto, muito significativos, na medida que o Estado não possuía uma máquina fiscalizadora eficiente, apesar das pesadas penas que o rei definiu para os incumpridores da sua ordem. Na sua obra conjunta, João Medina e Isabel Castro Henriques afirmam, baseados no testemunho de Elias Alexandre da Silva Correa, que:

> os navios negreiros eram preparados para não respeitar as regras de 1684, o que alterava as condições do espaço, assim como o regime de vida. No plano do espaço, os responsáveis eliminavam tudo, incluindo o indispensável à vida e ao uso marítimo (…). Nestas condições a viagem é brutal, tanto para os passageiros, como sobretudo para os escravos.[57]

Além disso, os armadores e mestres foram muito criativos nos subterfúgios que usaram para contornar a lei. Arlindo Caldeira enumera seis, com base em descrições de casos particulares.[58]

1. Suborno dos agentes direta ou indiretamente responsáveis pela arqueação ou despacho dos navios.
2. Se a arqueação que foi feita num dado porto fosse desfavorável podia-se sempre pedir uma avaliação noutro porto, onde se sabia que a atribuição de tonelagem ia ser mais vantajosa.
3. Havia quem retirasse todo o material no momento da avaliação de dentro do navio, aumentando assim o espaço útil, e o voltasse a colocar só depois de determinada a tonelagem.
4. Enquanto o navio não abandonava o porto havia quem escondesse vários escravos dentro da embarcação, em sítios muito estranhos, como o paiol (onde se armazenava a pólvora e o armamento).
5. Alguns dos escravos que iam viajar para o Brasil não entravam para as contagens, pois eram apresentados como marinheiros.
6. Declarar escravos adultos como “crias”, o que permitia levar o triplo dos indivíduos e pagar muito menos impostos.

[56] Caldeira, *Escravos*, 126.
[57] João Medina e Isabel Castro Henriques, *A Rota dos Escravos de Angola e a Rede de Comércio Negreiro* (Lisboa: CEGIA, 1990) 177.
[58] Caldeira*, Escravos,* 124-126.

2.2.2. A Contratação – Operadores e Condições

No que respeita à questão da contratação dos operadores de tráfico negreiro, D. João IV é o único que revela preocupação em definir as condições dessa operação, em especial nos aspetos tributários.

O monarca promulga dois diplomas em que demonstra a importância do problema das fianças, termo que se entende por garantia através da qual uma pessoa assegura o cumprimento de uma obrigação assumida por um terceiro, ficando responsável por este, se a obrigação não for cumprida.[59] A fiança estabelece-se ordinariamente por contrato celebrado entre o fiador e o credor, que neste caso seria a Coroa.

Enquanto em 1641,[60] se publica um diploma em que apenas se refere a obrigatoriedade de pedir fiança a todos os contratadores, para evitar fugas aos impostos, seis anos depois D. João IV aposta em regular a forma como as fianças deviam ser dadas.[61] Aproveitando o facto de ter libertado o tráfico português de escravos para as Índias de Castela, define que as fianças tinham ser dadas no reino ou em Cabo Verde (nunca em Cacheu), sendo que em Lisboa o provedor dos armazéns devia tomar as fianças de todos os mercadores que iam às Índias de Castela, da mesma forma que os provedores das Ilhas de Cabo Verde deviam fazer. Os navios só podiam ser autorizados a sair se apresentassem as suas fianças dadas

2.2.3. O Escravo – Perfil, Direitos, Castigos e Valor Económico

Embora este campo de análise seja bastante amplo, a legislação encontrada permitiu identificar dois assuntos-chave, que correspondem aos pontos castigos e valor económico.

D. Pedro II é o único monarca que legislou concretamente em relação ao escravo, não como mercadoria, mas como peças fundamentais da economia colonial brasileira. Preocupou-se em definir muito bem os limites das condenações dos escravos, partindo do caso particular de Alexandre Mira,[62] um negro que se queixou por estar a cumprir mais dois anos de galés do que os três a que havia sido condenado,

[59] Torres, Ruy d'Abreu, "Fiança", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinha, 1999), IV, 7.
[60] Decreto 10 de outubro de 1641.
[61] Alvará de 1 de julho de 1647.
[62] Decreto de 26 de junho 1696.

tudo porque a sua senhora não queria pagar o valor de caução, mesmo depois de ter sido notificada para o efeito.

Promulga-se, então, um outro decreto[63] em que se define como regra geral que todos os negros condenados às galés deveriam ser soltos e vendidos pela Justiça caso, terminado o tempo sentenciado, os seus senhores não tivessem pago o valor da condenação. O dinheiro da venda de cada escravo deveria servir para pagar a condenação e, se sobrar, o resto seria entregue ao seu senhor. Acrescenta ainda, que todos os negros que fossem forros, ou seja, que fossem livres, seriam soltos das galés, "por não ser justo que a pobreza e desamparo faça maior pena do que haviam merecido as culpas destes réos."[64]

O objetivo desta ordem régia é, acima de tudo, a recolha das cauções que os senhores têm de pagar para que os seus escravos sejam libertados, o que constituiria uma soma considerável e da qual a coroa não podia prescindir. Se virmos o exemplo de Alexandre Mira, o valor da sua condenação é de 20 000 reis, valor que multiplicado por outras centenas de casos, dá uma soma muito avultada de dinheiro. Deve ainda ressalvar-se o cuidado com os negros pobres e desamparados, incapazes de pagar as suas condenações, quando a sua condição era de libertos quando terminasse o tempo da sua pena, mesmo que tal significasse prejuízo para a Coroa.

Ainda no campo dos castigos e penas de escravos, surge um alvará de D. Pedro,[65] com o qual o príncipe regente pretende resolver o problema da revolta de Palmares. Esta revolta de escravos negros do Brasil ocorreu na segunda metade do séc. XVII e ficou conhecida pela capacidade de resistência dos revoltosos, os quais aguentaram por mais de um século o seu quilombo. Este termo refere-se a um agrupamento de negros fugidos, tendo o de Palmares ultrapassado os 20 000 homens.[66]

A recaptura destes homens era essencial para a economia colonial brasileira, tão dependente que estava da mão-de-obra escrava. Além disso, a força crescente deste quilombo apresentava-se como um perigo à autoridade portuguesa, incapaz de dominar os rebeldes. O rei ordena, então, que se insista na redução dos negros que fugiram para o Sertão, pedindo ajuda aos moradores para acabar de vez com este conflito. Chama a atenção para o facto de estes habitantes terem de estar conscientes de que poderiam ter de abrir mão dos direitos que têm sobre alguns negros, pois eles

[63] Decreto de 6 de agosto 1696.
[64] Decreto de 6 de agosto 1696, 388.
[65] Alvará de 10 de março de 1682.
[66] Edison Carneiro, *Guerra de los Palmares* (Panuco: Fondo de Cultura Economica, 1946), 8.

tornar-se-iam presos de guerra de outros indivíduos, e que deles se esperava uma contribuição de 12 000 reis por cada negro reduzido, já que D. Pedro considera que a Fazenda Real não devia suportar os custos desta operação. Depois, determina detalhadamente a forma como os negros seriam tratados quando reduzidos à autoridade portuguesa:

a) Todos os negros/mulatos que eram livres antes de irem para os Palmares continuariam a sê-lo depois de reduzidos, tal como todos os que descendessem de moradores livres. Do mesmo modo, os que eram escravos continuariam a sê-lo depois de capturados, incluindo os filhos e descendentes de mulheres cativas "seguindo o parto à condição de ventre".
b) Se houvesse algum que estivesse sendo tratado como escravo quando deveria ser livre, um juiz deveria repor a sua liberdade. Se os senhores não o permitissem, poderiam os negros pedir a um juiz que obrigasse esses senhores a darem ao cativo os dias necessários para ele se aconselhar junto de um advogado, o qual seria pago pela Fazenda Real se este não tivesse fundos próprios para o fazer.
c) Pelo contrário, se estivesse livre um negro que fosse de facto escravo podia o seu senhor reclamá-lo num prazo de 5 anos, contados a partir do dia em que foi reduzido. Terminado o prazo considerava-se o caso prescrito, pois não é "conveniente a governo político do dito meu estado do Brasil que por mais tempo esteja incerta a liberdade nos que possuem".[67]
d) Aqueles que tivessem sido réus em algum crime antes da fuga, se se entregassem livremente e não houvesse provas da sua culpa seriam perdoados. Se fossem submetidos pela força seriam castigados pelo seu crime, agravado pela fuga.
e) Tanto os livres como os escravos não poderiam ficar no Brasil, incluindo os seus filhos maiores de 7 anos, sujeitos a imitar os seus pais. Os livres seriam notificados do tempo que teriam para deixar o Brasil, sendo que o seu incumprimento poderia levar às penas de açoites e galés. Os senhores de escravos tinham a responsabilidade de os levar para fora, no período que a coroa determinasse, podendo ficar sem eles se não cumprissem a ordem.

[67] Alvará de 10 de março de 1682, 1046.

f) Todos os negros/mulatos, mulheres e filhos que se submetessem livremente poderiam gozar de todas e quaisquer promessas que as autoridades locais lhes fizessem em nome do príncipe, para incentivar os outros a fazerem o mesmo. Mas, aqueles que, depois de perdoados, cometessem um crime de traição perderiam estes "privilégios" e ficariam "reos de maior culpa pela que lhes recresceu". Seriam sujeitos ao castigo que merecessem e, mesmo que não houvesse provas para a condenação maior, se se provasse que não foram fiéis de algum modo deveriam ser expulsos do Brasil, devido ao perigo de reincidência.

g) Antes de se averiguar a culpa ou inocência dos negros, eles deveriam ficar "em depósito judicial", onde lhes seria dado de comer, de modo a não serem castigados injustamente ou a evitar fugas. Se algum negro fugisse seria condenado às galés até se concluir a dita averiguação, pois fugir é sempre indício de culpa.

h) Era nomeado responsável por esta averiguação o Dr. Francisco da Silveira Souto-Maior, desembargador da Bahia, ou, na sua falta, o Dr. António Rodrigues Banha, ao qual se atribui o salário de 2500 reis por dia. O dito desembargador teria de tirar devassa do crime de traição que os negros iriam tentar fazer, depois de reduzidos e de já estarem na povoação que lhes fosse atribuída. Pronunciada a devassa, a Junta (Desembargador e Governador e Ouvidor Geral) separaria os réus que estivessem em pena ordinária (a quem enviava em segurança para a Bahia) dos restantes. De seguida, seriam os réus formalmente sentenciados e executados na Bahia, sendo os dois cabecilhas decapitados e as suas cabeças espetadas em postes públicos altos, para que todos vissem, e aí permaneceriam até apodrecerem.

D. Pedro mostra-se implacável neste seu diploma, apresentando para todas as situações uma solução rigorosa e muito pragmática. Ressalta aqui a forte necessidade de controlar a mão-de-obra por excelência das plantações brasileiras, sem a qual não haveria açúcar para exportar para a Europa.

O grau da violência aplicada aos traidores é também impressionante para os nossos dias, mas pode ser interpretado como um sinal de força do governo que o príncipe aqui representa, um governo intolerante e intransigente nos aspetos da ordem pública e de justiça.

O valor económico do escravo é outro assunto tocado pela legislação, de uma forma bastante explícita. O rei D. Pedro II, mais uma vez, foi o único que declarou claramente a importância do trabalho escravo para a Fazenda régia, na medida que sem eles não haveria meio de produzir açúcar suficiente para se vender à Europa e se retirar daí um considerável volume de impostos.

Promulgaram-se três provisões referentes às capitanias da Baía,[68] Rio de Janeiro[69] e Pernambuco,[70] nas quais se faz referência a provisões anteriores[71] que definiam, para um período de 6 anos, que os moradores destas capitanias não pudessem sofrer penas que incidissem sobre as fábricas dos seus engenhos e lavouras de açúcar, mas apenas os rendimentos delas.

Contudo, na Baía e no Rio de Janeiro surgem queixas das autoridades locais contra os credores, que insistem em contornar a lei, executando as dívidas através dos escravos que os devedores possuíam, tanto os de serviço doméstico como os que trabalhavam nos engenhos:

> o que era em grande prejuízo dos dízimos e direitos de minhas Alfandegas, porque, não havendo quem fabricasse assucares, nem os moradores podiam contribuir com os socorros que todas as monções iam para a nova Colonia e Povoação do Sacramento,[72]

Ou seja, afetava o normal funcionamento das plantações de açúcar e, consequentemente, a Fazenda Régia.

Pedro II aceita, então, incluir os escravos a lista dos bens não penhoráveis e alagar o prazo por mais seis anos para estas duas capitanias, à exceção dos casos em que os vendedores dos mesmos escravos não tivessem sido pagos devidamente. No caso de Pernambuco, a provisão anterior já consagrava os escravos nesta lista, por isso o monarca apenas prolongou o prazo deste privilégio por mais seis anos.

Os escravos eram indubitavelmente o motor da economia de plantação de açúcar brasileira, sem os quais não teria sido possível lavrar tamanhas plantações e, por consequência, estabelecer um importante comércio de açúcar com a Europa, ainda que nesta época já se contasse com a forte concorrência holandesa. A coroa dependia do sucesso deste produto para manter as finanças do reino operacionais, sobretudo

[68] Provisão de 11 de janeiro de 1684.
[69] Provisão de 8 de dezembro de 1686.
[70] Provisão de 7 de dezembro de 1691.
[71] Provisão de 3 de novembro de 1681 na Baía. Provisão de 6 de fevereiro de 1681 para o Rio de Janeiro. Provisão de 15 de janeiro de 1683 para Pernambuco.
[72] Provisão de 8 de dezembro de 1686.

para pagar aos fornecedores europeus de manufaturas. Nas décadas que se seguiram o açúcar passa para segundo plano, com a descoberta do ouro, mas a necessidade de mão-de-obra escrava continua bem patente, tendo aliás aumentado substancialmente devido à exigência do trabalho mineiro.

2.2.4. Administração e Políticas de Tráfego – Áreas e Entidades Envolvidas

Este é o mais denso e complexo campo de análise, contendo em si uma multiplicidade de assuntos, que dificultam a sua exploração.

Na legislação encontrada, identificam-se de imediato dois diplomas onde se davam ordens práticas de carácter puramente administrativo, em relação ao despacho dos navios. Em 1645,[73] D. João IV mandava que todos os navios carregados de escravos que saíssem de Cacheu para o Brasil não fossem despachados da Ilha de Santiago de Cabo Verde, como o regimento da sua alfândega indicava. Não é apresentado nenhum motivo para esta decisão, mas podemos colocar a hipótese de se querer concentrar o despacho dos navios negreiros noutro local ou mesmo a atenuação do trânsito na ilha de Santiago, desviando os navios saídos de Cacheu para outro lugar.

Já em 1679,[74] é a vez do Príncipe Regente, D. Pedro, intervir no problema dos navios negreiros do Rio de Janeiro que se encontravam retidos em Angola, facto extremamente prejudicial para a Fazenda Régia e o comércio daquela capitania. Esta situação contrariava as disposições do XXIV contracto assinado com o reino de Angola, diz a legislação, que estava proibido de reter os navios já prontos a partir, caso não houvesse outros mais antigos que necessitassem de partir primeiro. O soberano decide, então, que os moradores desta capitania pudessem fazer regressar os seus navios ao Brasil, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, mas nunca excedendo os quatro de uma vez.

Ficamos sem saber o motivo pelo qual os navios estavam retidos em Angola, mas transparece o carácter moroso e burocrático do processo de tráfico de escravos transatlântico.

Outro assunto tratado pelos monarcas em questão é o do alargamento das rotas de tráfico negreiro, mais especificamente para as Índias de Castela. Ainda com D. João IV, é permitido aos vassalos de Cacheu que façam comércio com as Índias de Castela,

[73] Alvará de 24 de dezembro de 1645.
[74] Provisão de 7 de fevereiro de 1679.

> tendo respeito á inconveniência que resulta aos Vassallos deste Reino, principalmente aos moradores da Povoação de Cacheu, de dilatar-se a navegação, em ordem ao augmento do Commercio,[75]

Alargando depois o mesmo privilégio a Cabo Verde, São Tomé, Angola e demais conquistas portuguesas. Os diplomas não indicam exatamente de que forma a abertura às Índias de Castela atenuaria os problemas do aumento de comércio, nem em que consistia esse aumento, mas provavelmente estaria relacionado com o desejo de contornar, no contexto da luta com Castela, a posição do tráfico com as Índias de Castela.

De qualquer forma, o que é certo é que os mercadores portugueses presentes nos locais autorizados ficaram a partir daqui autorizados a negociar com outras colónias que não as portuguesas.

No final do reinado de D. Pedro II, é assinado um assento[76] entre a Companhia Real da Guiné, criado especialmente para o efeito,[77] e o Conselho Real das Índias de Castela, com a finalidade de os portugueses introduzirem um número de escravos que correspondesse a 10 000 toneladas de arqueação, durante seis anos e oito meses, nos portos castelhanos de Cumaná, Caracas, Havana Cartagena Puertovelo, Honduras e Vera Cruz, vindos da Guiné ou outro local que conviesse à Companhia. Os ditos escravos teriam de ser muito robustos e de porte normal de sete pés (1,76m),[78] sendo excluídos os velhos e os fracos.

Os escravos seriam pagos à razão de 112 pesos e meio escudos, além dos 200 000 pesos que o monarca castelhano pagaria antecipadamente à Companhia, juntamente com os 64 000 pesos escudos de juros. Seria um negócio bastante rentável para a coroa portuguesa, porém a meio do período de vigência do assento, um conflito entre as duas instituições envolvidas levou à sua suspensão em 1701, com a assinatura de um tratado entre D. Pedro II e Filipe V de Espanha.[79]

Este tratado tinha como propósito reparar todos os danos que resultaram à Companhia do Assento dos Negros das Índias de Castela, “pelas vexações e pouca observância com que os ministros espanhóis haviam cumprido as condições do

[75] Alvará de 1 de julho de 1647.
[76] Assento de 12 de julho de 1696.
[77] UNESCO, *O Tráfico*, 168-169.
[78] UNESCO, *O Tráfico*, 169.
[79] Tratado da transação sobre o assento dos negros da Companhia Real da Guiné, celebrado entre El-Rei o senhor Dom Pedro II e Dom Filipe V Rei de Espanha – 18 de junho de 1701.

contrato".[80] Ambos os monarcas pretendiam que neste diploma se fizesse uma amigável "transação de todos os direitos, ações e pretensões", de forma a pôr fim ao conflito. Para os representar, nomearam, do lado castelhano, o Senhor de Rovillé, Presidente do Grande Conselho de Sua Majestade Cristianíssima e seu embaixador em Lisboa e, do lado português, o Marquês de Alegrete, o Conde de Alvor e o Senhor Mendo de Foyos Pereira, secretário de Estado. As condições definidas para pôr termo ao assento foram as seguintes:

a) O rei espanhol largava mão de todas as ações que tinha e podia ter contra a Companhia, no contexto do Assento dos Negros sobre qualquer fraude e infração que pudesse ocorrer.

b) Filipe V dava por encerrado e revogado o assento de 1696, ainda que o seu tempo ainda não tivesse terminado. E porque no intervalo de tempo entre a promulgação do tratado e a sua chegada às Índias poderiam chegar algumas embarcações com negros a esses domínios, devia-se respeitar a condição XI do Assento, segundo a qual se deveriam considerar todos os negócios fechados seis meses antes dos conflitos, de modo a que não fossem confiscados os créditos associados. Se houvesse negros nas Índias que ainda estivessem por vender devia-se seguir a condição XXVIII, que diz que os suplicantes poderiam continuar a vender a sua mercadoria em qualquer porto, exceto o de Buenos Aires, em caso de conflitos.

c) O soberano espanhol mandava libertar Gaspar de Andrade, administrador do Assento, e todos os portugueses que serviram no assento e que foram presos ou embargados, de modo a que não pudessem ser executados por condenações feitas por ocasião das suas prisões ou processos. A esses homens autorizava-se que regressassem a Portugal, em navios portugueses (e assim poderiam vir diretamente), espanhóis e franceses, de acordo com a sua preferência, juntamente com todas as fazendas e géneros da Companhia.

d) Se houvesse portugueses que tivessem recebido feitos da Companhia, eles teriam de os enviar, tal como todos os papéis pertencentes à dita instituição deveriam ser entregues aos seus comissários, para que fosse possível elaborar um inventário judicial.

e) Filipe V autorizava que a Companhia a não pagar mais direitos do que aqueles respeitantes aos negros que foram realmente introduzidos e vendidos nas Índias,

[80] Tratado de 18 de junho de 1701, 10.

fazendo-se a conta das toneladas na forma referida na condição VII, ou seja, à razão de 112 pesos e meio por cada tonelada composta por três peças da Índia "de la medida regular de 7 quartas".[81]

f) Determinava-se que Espanha teria de pagar tudo o que devia à Companhia no prazo de 2 meses. No ajustamento de contas dos direitos dos negros vendidos, os ministros seriam obrigados a aceitar os escritos correntes que lhes entregarem os administradores do Assento, respeitantes aos escravos vendidos a fiado a moradores das Índias. Se estes escritos não fossem suficientes, devia-se descontar o que faltasse pelo pagamento de 200 000 patacas de antecipação e seus créditos.

g) O pagamento deveria ser feito como indica a condição XXIV, isto é, podia ser feito em qualquer dos "bancos" reais do Lima, México ou qualquer outro das Índias, devendo os suplicantes receber um comprovativo que lhes permita depois subtrair o valor já entregue.

h) Se houvesse algum navio negreiro português embargado ou detido nas Índias de Castela por esta causa, que este fosse desembargado.

i) Filipe V obrigava que fossem pagas as 200 000 patacas de antecipação estipuladas, como também os juros delas, a 8%, na forma declarada na condição IV, ou seja, que haviam sido fixados nos 64 000 pesos escudos, fossem importados mais ou menos escravos do que os previamente definidos.

j) O rei espanhol ordena que se cumpra a condição XXXIV. Tendo a Companhia emprestou dinheiro (27 800 pesos) e uma frota de transporte para as Índias a D. Bernardo Francisco Marinho, quando o contratou para se encarregar da execução do Assento, todos os bens confiscados pela Real Fazenda espanhola a este homem deveriam ser usados para pagar esta dívida à Companhia e ainda o que ele devia ao monarca. Caso os bens já tivessem sido cobrados pelos ministros espanhóis, devia-se compensar a Companhia com o valor que ele deveria receber.

k) Filipe V definia o pagamento de 300 000 cruzados de moeda portuguesa (400 reis por cruzado em Portugal) à Companhia, indemnizando-a pelos danos causados pela Real Fazenda espanhola no contexto do Assento dos Negros. Este valor iria ser pago em Castela na vinda das primeiras embarcações portuguesas, tal como as 200 000 patacas de antecipação, e seus juros seriam

[81] Assento de 12 de Julho de 1696, 493.

entregues às segundas embarcações portuguesas que chegassem a Castela. Os pagamentos podiam ser feitos em moeda ou em barras de prata/ouro.

l) O rei de Portugal cedia todas as ações que possuía ou podia possuir contra a Fazenda Real espanhola, do mesmo modo que o monarca espanhol cedia todas as ações no primeiro artigo deste tratado.

Por fim, devem ser referidas quatro leis que não se enquadram em nenhum grupo de análise até agora identificados, mas que ainda assim merecem ser apontadas. A primeira delas, de 1645,[82] já foi aqui referida, mas não na sua totalidade. Neste diploma, aparece a ordem de que fossem fortificadas as ilhas de São Tiago de Cabo Verde e Cacheu, o que é relevante para esta investigação, uma vez que estes locais eram mercados de intensa exportação de escravos.

Também relacionado com Cabo Verde, está a provisão de 29 de janeiro de 1653, publicada por ordem de D. João IV. Através dela, o soberano faz mercê a Pedro Ferraz Barreto, permitindo que este substitua dez dos doze homens que iriam consigo para este arquipélago, do qual havia sido nomeado governador e capitão geral, por dez escravos. Este privilégio era muito vantajoso ao novo governador de Cabo Verde, na medida que os mantimentos e ordenados dos dez brancos que foram substituídos ficariam para ele próprio. O privilégio é depois estendido aos outros governadores deste arquipélago.

Em 1648, um diploma[83] não diretamente relacionado com o tráfico de escravos, mas que dá pistas sobre os seus níveis de rendimento, é lavrado. O caso era simples: o Provedor da Casa de Misericórdia de Lisboa queixa-se ao rei de que o valor que tinham em ordinária no contrato de escravos em Angola, de 1000 cruzados anuais, a ser aplicado em roupa para a enfermaria do Hospital Real de Todos os Santos, não estava a ser pago. De momento não o comércio de escravos não estava a dar rendimento suficiente, pois decorria em Angola uma guerra contra os holandeses, que a tinham tomado em 1641, tendo-se, por isso, decidido que a soma seria paga através dos navios que vinham da Índia, pela Casa da Índia.

Este alvará dá-nos duas pistas. A primeira é que seria bastante rentável o comércio de escravos em Angola, para que o rei pudesse dar uma quantia anual tão avultada a obras de caridade, proveniente apenas dessa atividade. A outra é a

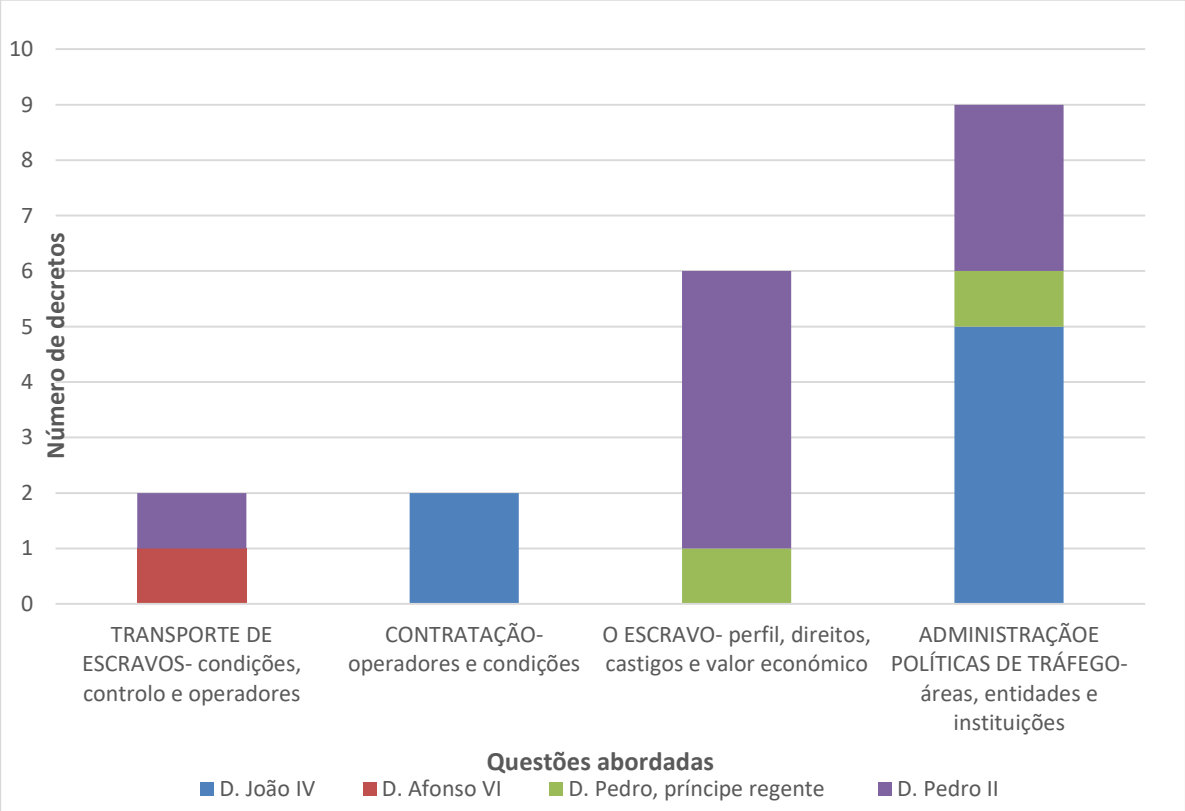
[82] Decreto de 10 de outubro de 1641.
[83] Alvará de 31 de março de 1648.

confirmação de que, de facto, as usurpações territoriais que os holandeses fizeram em África foram prejudiciais à economia portuguesa, para além da colonial, estagnando um dos seus principais motores – o tráfico de escravos.

2.3. Linhas de Tendência

Terminada a análise da documentação e o seu cruzamento com as informações que a historiografia já forneceu, é chegado agora o momento de fazer o balanço desta investigação e avaliar os seus resultados. De forma a sistematizar toda a informação, elaborou-se um gráfico onde é visível, quer o número de documentos legislativos que cada monarca produziu, quer o número de documentos existentes para cada uma das temáticas tratadas. Só assim se torna possível contabilizar os resultados, se é que podemos colocar a questão nestes termos.

Gráfico 1. Quadro Síntese da Legislação Existente Sobre o Tráfico Português de Escravos (1645-1706)



De D. João IV, deve destacar-se a sua atuação pragmática nos primeiros anos do seu reinado, no sentido de resolver o problema da invasão holandesa dos territórios

ultramarinos portugueses. O Restaurador, segundo Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, não poupou esforços para conseguir do Conselho da Fazenda e dos grandes mercadores portugueses os fundos necessários para enviar armadas de defesa às colónias portuguesas.[84] Tal armada foi entregue a António Teles de Meneses, que viria a ser o governador do Brasil, ao mesmo tempo que outra armada partia para Angola. O monarca tinha consciência, muito motivado pelas constantes chamadas de atenção dos seus funcionários no ultramar, que sem Angola não havia Brasil. Uma dessas personagens alertou o rei para a gravidade da situação. Refiro-me a António Teles da Silva, o governador do Brasil em 1643, dizendo que "desenganados os moradores de não terem escravos para os engenhos os desfabricam e virão perder as alfândegas de Vossa Majestade os direitos que tinham seus açúcares".[85]

De notar também, no reinado de D. João IV, é a sua ação reformadora. Mal subiu ao trono, respondeu com urgência aos caos em que as finanças, defesa e relações internacionais se encontravam. Ora, uma das áreas que mais necessitava de reforma era a administração ultramarina, sobretudo após a invasão holandesa anteriormente referida. Para superintender a administração colonial, D. João IV criou então o Conselho Ultramarino, a 14 de julho de 1643, funcionando como um sucessor do Conselho da Índia, existente no período filipino. O Conselho agia como consultor do rei, emitindo consultas ou resolvendo alguns casos diretamente. O monarca ouvia-o sobre os negócios que impunham uma resolução régia ou enviava pedidos de parecer oficioso em negócios do ultramar (as chamadas consultas régias). Era composto por um presidente, dois conselheiros de capa de espada (fidalgos), um letrado jurista e dois porteiros.[86] O seu decreto fundador sumaria muito bem as suas funções: tratar de

> todas as matérias e negócios de qualquer qualidade que forem tocantes aos ditos Estados da Índia, Brazil e Guiné e Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e de todas as mais partes ultramarinas, tirando as Ilhas dos Açores e da Madeira e lugares de África, e por elle hade correr a administração da fazenda dos ditos Estados...[87]

O Conselho ultramarino, pela natureza das suas funções e competências, era diretamente responsável pelo tráfico português de escravos, em todos os seus domínios. A sua criação pode ser interpretada também, à semelhança de muita outra

[84] Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV* (Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006), 190.
[85] Costa e Cunha, *D. João IV*, 191.
[86] Ana Rita Monteiro. *Legislação e Actos de Posse do Conselho Ultramarino: 1642-1830* (Porto: Universidade Portucalense, 1997), 5-10.
[87] Monteiro, *Legislação*, 8.

legislação, como uma medida de controlo do comércio negreiro. Se percorrermos o registo das consultas que eram feitas ao CU e pela própria instituição, percebemos que o tráfico de escravos era um assunto recorrente.[88] A legislação que produziu demonstrou uma atuação bastante ativa em relação a este tráfico, interferindo sobretudo em aspetos tributários (na questão das fianças como se viu anteriormente) e de administração colonial.

Talvez a produção legislativa tivesse sido mais intensa se D. João IV tivesse governado num período menos conturbado politica e militarmente, sendo, por isso, mais fácil ver essa possível preocupação nos seus atos extra-legislativos. A criação do Conselho Ultramarino e a defesa aguerrida dos mercados africanos ocidentais, em prol dos interesses económicos dos plantadores brasileiros, são ótimos exemplos do cuidado que o monarca terá tido em questões tangenciais como as do tráfico de escravos.

A intervenção de D. Afonso VI, por outro lado, revela-se meramente residual. Existe apenas um diploma promulgado por este rei, acerca das condições de transporte de escravos, o qual é bastante linear e não apresenta grandes explicações. As condições do reinado de D. Afonso VI refletem-se aqui na escassez de legislação produzida, uma vez que o monarca nunca reinou efetivamente. Quando herdou o trono era demasiado jovem para governar e foi a sua mãe que, durante sete anos, exerceu as funções de regente do reino. Cinco anos passados, um golpe de Estado levado a cabo pelo seu irmão, D. Pedro, afastou-o do poder definitivamente, graças aos boatos de que sofreria de loucura e incapacidade mental.

D. Pedro II, por sua vez, mostrou-se um monarca muito preocupado com os moldes em que o tráfico de escravos se realizava, como explica Arlindo Caldeira.[89] O monarca consultou o Conselho Ultramarino, em 1683, sobre a forma como os escravos viajavam de África para o Brasil, pois considerava a mortalidade a bordo dos navios negreiros um assunto gravíssimo. Consultou também a Mesa da Consciência e Ordens sobre a legitimidade do tráfico. Não é conhecida a resposta, chegando até nós apenas o parecer de um religioso, o qual insiste em descansar o monarca de que o resgate dos negros é legítimo, desde que eles sejam feitos cativos justamente.[90]

Os critérios que justificavam o cativeiro dos negros eram geralmente três, sendo defendidos pela maioria dos teólogos dos séculos XVI e XVII. Arlindo Caldeira cita os

[88] http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF006/AHU_CU_ConsultasMistas_13_18.pdf
[89] Caldeira, *Escravos*, 12.
[90] Caldeira, *Escravos*, 12-13.

exemplos de Tomás de Mercado que, em 1571, expressa a sua opinião sobre a licitude do tráfico de não-cristãos quando feito sobre indivíduos que fossem feitos cativos por motivos de guerra, por castigos impostos pelos governos por delitos públicos ou por terem sido vendido pelos seus pais, que pensavam ser a melhor forma de garantir a segurança dos filhos, e o do jesuíta Luís de Molina. Este concorda com estas condições, mas condena o tráfico praticado pelos portugueses, considerando-o injusto e ilícito e aqueles que a ele se dedicavam pecadores perigosos sujeitos à condenação eterna.[91]

Os diplomas de Pedro II, na grande maioria, são extensos e complexos, apresentando soluções bastante detalhadas e minuciosas para os diversos problemas que foram enunciados ao longo deste trabalho. É o único monarca que se preocupa em apresentar uma justificação, ainda que muito resumida, para todas as suas decisões, o que para quem estuda esta documentação é de enorme valor. O alvará de 10 de março de 1682 ou mesmo a lei de 18 de março de 1684 são exemplos perfeitos da minúcia e pragmatismo aplicados na produção normativa por este monarca, que não deixa nada por determinar.

Finalmente, como é possível apreender ao observar o gráfico, D. Pedro II é indubitavelmente o grande legislador do tráfico de escravos, em comparação com os dois monarcas que o antecederam. Intervém em todas as temáticas definidas, com especial incidência nas questões de valor económico do escravo e castigos.

Conclusão

Termino esta investigação com o sentimento de dever não totalmente cumprido. Há ainda muito por estudar acerca das políticas régias em relação ao tráfico de escravos. Outros reinados podem ser alvo da mesma análise, desde meados da centúria de quatrocentos até à problemática extinção do tráfico nos finais do século XVIII. Outras fontes devem ser cruzadas com a legislação, em especial a documentação produzida pelo Conselho Ultramarino.

Para desenharmos as linhas de pensamento político dos monarcas portugueses face ao tráfico negreiro temos de conhecer em profundidade os diplomas que estes produziram, os casos concretos em que intervieram, e esse conhecimento ainda está muito longe de ser atingido. Há ainda que averiguar quem, nos conselhos régios e entre os seus ministros, se ocupava destas matérias.

[91] Caldeira, *Escravos*, 13.

Cumpre-me, assim, continuar agora a trabalhar, situando esta legislação num contexto político e económico mais vasto, numa tentativa de decifrar um pouco mais deste complexo e pesado sistema de comércio negreiro.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, Série 1, Caixa 6, Documento 686.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, Série 1, Caixa 16, Documento 1810.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, Série 24, Caixa 9, Documento 764.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, Série 70, Caixa 4, Documento 367.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, Série 70, Caixa 4, Documento 394.

Impressas

Decreto de 10 de outubro de 164. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. Livro 1640-1647, fólio 123.

Alvará de 24 de dezembro de 1645. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. Livro 1640-1647, fólio 311.

Alvará de 1 de julho de 1647. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Livro 1640-1647, fólio 345.

Alvará de 31 de março de 1648. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. Livro 1648-1656, fólio 16.

Alvará de 29 de janeiro de 1653. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. 2ª Série, Livro 1641-1683, fólio 232.

Alvará de 23 de setembro de 1664. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. 2ª série, Livro 1641-1683, fólio 297.

Alvará de 7 de fevereiro de 1679. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. 2ª série, Livro 1641-1683, fólios 369-370.

Provisão de 8 de dezembro de 1686. *D. Pedro II*. Livro 1683-1700, fólio 84-85.

Carta de 28 de dezembro de 1689. *D. Pedro II*. Livro 1683-1700, fólio 84-86.

Alvará de 10 de março de 1682. *Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. 14ª Impressão. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. Livro IV, fólios 378-380.

Provisão de 11 de janeiro de 1684. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1683-1700*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1859. Fólio 42.

Lei de 18 de março de 1684. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1683-1700*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1859. Fólios 49-52.

Provisão de 7 de dezembro de 1691. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1683-1700*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1859. Fólio 668.

Decreto de 26 de julho de 1696. *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819. Tomo I, fólio 437.

Decreto de 6 de agosto de 1696. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1683-1700*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1859. Fólio 992.

Asiento de 12 de julho de 1696. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1683-1700*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1859. Fólios 1251-1267.

Tratado de 18 de junho de 1701. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1701*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, [s.d.]. Fólio. 22-24.

Bibliografia

Caldeira, Arlindo. *Escravos e Traficantes no Império Português. O Comércio Negreiro Português no Atlântico Durante os Séculos XV a XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

Capela, José. *Escravatura: Conceitos: a Empresa de Saque*. Porto: Edições Afrontamento, 1978.

Costa Leonor Freire e Cunha, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

Costa, Mário Júlio de Almeida. *História do Direito Português*. Coimbra: Almedina, 2009.

Ferronha, António Luís. *O Comércio Português de Escravos*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos, D.L. 1994.

Gorender, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

Harvey, John Whitney. *Politics, Commerce and Colonization in Angola at the Turn of the Eighteenth Century*. [Dissertação em História Moderna e dos Descobrimentos]. FCSH-UNL, 2012

Klein, Herbert S. *O Comércio Atlântico de Escravos: Quatro Séculos de Comércio Esclavagista*. Lisboa: Replicação, 2002

Klein, Herbert *et al*. "Transoceanic Mortality: The Slave Trade in Comparative Perspective". *The William and Mary Quarterly Third Series*, Volume 58, 1, 2001.

Lopes, Edmundo Correia. *A Escravatura: Subsídios Para a Sua História*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1944.

Manning, Patrick. "Slave Trades, 1500-1800: Globalization of Forced Labour". *An expanding World: The European Impact on World History, 1450-1800*. Aldershot: Variorum, 1996. Volume 15.

Medina, João e Henriques, Isabel Castro. *A Rota dos Escravos de Angola e a Rede de Comércio Negreiro*. Lisboa: CEGIA, 1990

Miller, Joseph. *Way of Death – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade (1730-1830)*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1988.

Monteiro, Ana Rita Amaro*. Legislação e Actos de Posse do Conselho Ultramarino: 1642-1830*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Portucalense, 1997.

Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinha, 1999.

Santos, Maciel Morais. "O Preço dos Escravos no Tráfico Atlântico: Hipóteses de Explicação". *Africana Studia: Revista internacional de Estudos Africanos*, 7 (2004): 163-181.

Torrão, Maria Manuel Ferraz. *Formas de Participação dos Portugueses no Comércio de Escravos com as Índias de Castela: Abastecimento e Transporte*. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica Tropical, 2002.

UNESCO. *O Tráfico de Escravos Negros, Sécs. XV-XIX: Documentos de Trabalho e Relatório da Reunião de Peritos Organizada pela UNESCO*. Lisboa: Edições 70, 1979.

Parte III.
Época Contemporânea

O *Comércio do Porto* e o Acompanhamento da Participação Portuguesa no Teatro Europeu da 1ª Guerra Mundial (1916-1918)

– Nelson Araújo

Resumo

Iniciada em 1914 e finalizada em 1918, a "Grande Guerra" – como foi designada pelos seus contemporâneos – foi a primeira conflagração mundial. Portugal entraria oficialmente como beligerante, do lado da *Tríplice Entente,* em 1916. Essa entrada e consequente participação foi acompanhada pela imprensa escrita nacional de forma atenta. Com este estudo pretende-se acompanhar a participação portuguesa na Frente Ocidental europeia, nos seus aspetos fundamentais, através das notícias do periódico *O Comércio do Porto*.

Palavras-chave: Imprensa portuguesa; Grande Guerra; *O Comércio do Porto*; Portugal.

Abstract

Beginning in 1914 and ended in 1918, "The Great War" – then the contemporary designation for the conflict – was the first world conflagration. Portugal entered officially in the warfare in 1916, next to the *Entente* or the *Allies'* side. This decision and consequent participation was carefully followed by the Portuguese press. Within this essay it is intended to analyze the Portuguese participation on the European Western Front, in its most relevant aspects, following the articles of the newspaper *O Comércio do Porto*.

Keywords: Portuguese press; Great War; *O Comércio do Porto*; Portugal.

Introdução

O Tema

O tema do presente trabalho, *O Comércio do Porto e o acompanhamento da participação portuguesa no teatro europeu da Primeira Guerra Mundial (1916-1918),* surge no âmbito de duas das unidades temáticas propostas para a elaboração de um trabalho de investigação no âmbito do Seminário de História Contemporânea ("guerras mundiais" e "imprensa"). A sua escolha prendeu-se com os poucos estudos sobre a visão da imprensa relativa à participação portuguesa na Grande Guerra.

As Variáveis Espaço-Tempo

Toda a investigação histórica carece, pelo menos, de alguns elementos fundamentais: o espaço, o objeto de estudo (a fonte ou fontes), e o tempo que delimita a abordagem. Sobre a primeira das três condições, a escolha de um jornal portuense (*O Comércio do Porto*) prendeu-se com a disponibilidade da sua consulta, visto existir no fundo hemerográfico da biblioteca central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Já a variável dinâmica temporal é o espelho do assunto abordado: tem como datas limítrofes o dia 9 de março de 1916, declaração formal de guerra por parte da Alemanha a Portugal que iniciou os preparativos para a efetiva participação portuguesa no teatro europeu da Grande Guerra, enquanto a data correspondente ao Armistício de Compiègne se constitui como o outro limite, visto ser o fim oficial do conflito armado em 11 de novembro de 1918.

Interrogações

Após definido o tema, a investigação necessita de um rumo, um caminho a seguir. Como o diz Raymond Quivy: “le chercheur doit s'obliger à choisir rapidement un premier fil conducteur aussi clair que possible de sorte que son travail puisse débuter sans retard et se structurer avec cohérence”.[1] Essa linha coerente é baseada em questões de partida a que se procura dar respostas concretas. É a problematização que ajuda, em última análise, à construção de todo um processo de investigação.[2]

Tendo em mente essa incontornável necessidade, enunciaram-se os objetivos relativos ao tema em estudo a que se procurou responder:

- Identificar em que data e números do periódico em análise se refere a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e o que a motivou;
- Registar a reação da população nacional ao tomar conhecimento dessa declaração;
- Compreender e analisar o tipo de discurso que é feito após a declaração de guerra, as reações sociais;
- Perceber as movimentações diplomáticas do governo português face à necessidade de entrar em guerra;
- Compreender como se realizou a mobilização para a guerra e o recrutamento das tropas;

[1] Luc Van Campenhoudt e Raymond Quivy, *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*, 4.ª ed. (Paris: Dunod, 2011), 25.
[2] Campenhoudt e Quivy, *Manuel*, 26.

- Localizar onde se realizaram os treinos militares dos novos recrutas e o período temporal em que ocorreram;
- Constatar como se procedeu ao transporte das tropas para a frente de batalha;
- Assinalar os locais onde eram desembarcados os soldados a fim de integrarem as hostes Aliadas;
- Constatar como era feita a logística das tropas;
- Percecionar como viviam as tropas nas trincheiras;
- Entender quais as dificuldades vividas na frente de batalha pelo Corpo Expedicionário Português (CEP);
- Identificar as batalhas e principais confrontos que o CEP travou;
- Analisar o discurso feito acerca dos confrontos bélicos travados pelo CEP;
- Detetar a referência ao Armistício de Compiègne (1918).

1. Perspetivas Historiográficas

A Grande Guerra, nos seus aspetos fundamentais, está já bastante estudada. Dos variados estudos sobre ela elaborados convém destacar o de Martin Gilbert[3] e o de Marc Ferro.[4] Destas duas monografias há que salientar a perspetiva militar de Martin Gilbert, com a referência às principais batalhas do conflito, e o elencar por Marc Ferro das causas para a conflagração que deu origem à Grande Guerra, onde entende como responsáveis as tensões entre as várias potências geradas pela rivalidade em termos económicos, os nacionalismos, e o próprio sentimento belicista existente em muitos políticos europeus. O assassinato em 1914 do arquiduque Francisco Fernando por Gavrilo Princip, nacionalista sérvio pertencente à organização terrorista "Mão Negra", tornou um problema regional o inconformismo sérvio com a anexação da Bósnia pelo Império Austro-Húngaro num problema europeu pela ativação das alianças a que Sérvia e Império Austro-Húngaro pertenciam, as *Tríplices Entente* e *Aliança* respetivamente, que derivou numa conflagração mundial pela participação de países dessas mesmas alianças e seus aliados extraeuropeus com contingentes de soldados dos domínios coloniais.[5]

A investigação relacionada com a Primeira Guerra Mundial, no que respeita à participação portuguesa, é na esmagadora maioria da autoria de historiadores

[3] Martin Gilbert, *The First World War: A Complete History* (Nova Iorque: RosettaBooks, 2014).
[4] Marc Ferro, *The Great War: 1914-1918* (Nova Iorque: Routledge, 2006).
[5] Ferro, *Great,* 4-52.

portugueses. A procura de compreender o conflito tem sido feita com base em análises relacionadas com o processo diplomático dos Governos republicanos para entrar em guerra. Perspetivas diversas têm vindo a ser adotadas pelos historiadores, debruçando-se quer sobre os aspetos militares (batalhas, tática militar, logística) quer sobre a psicologia e o quotidiano das tropas na frente de batalha. Mesmo com todos estes novos contributos, a análise da participação portuguesa continua a tender a centrar-se em perspetivas diplomáticas.[6]

Uma das historiadoras mais críticas desta perspetiva de análise é Isabel Pestana Marques. Nos seus contributos constantes da bibliografia, a busca pela compreensão do quotidiano das tropas é o ponto-chave abordado, quer nas suas vivências na frente, quer na compreensão da psicologia coletiva do soldado.[7] Já a obra coordenada por Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes[8] tem como assuntos centrais questões sobre táticas militares, logística das tropas, condições nos teatros de operações, sem descurar a conjuntura que deu origem à Grande Guerra. Por seu turno, Nuno Severiano Teixeira nos trabalhos que desenvolveu sobre este conflito,[9] prima essencialmente pela abordagem político-diplomática com a particularidade de procurar as motivações para a entrada portuguesa na guerra numa perspetiva dinâmica e integradora. Para a entrada de Portugal na guerra aponta várias causas: a necessidade de legitimação da República, quer face ao estrangeiro quer através da união da nação contra o inimigo comum, bem como o problema das colónias africanas e da sua manutenção, que para os olhos dos republicanos só ocorreria se se imiscuíssem no conflito até este findar, para que com os tratados finais obtivessem resposta a estes seus intentos.[10]

---

[6] Sobre a historiografia portuguesa da Grande Guerra ver entre todos, Isabel Pestana Marques, "1914-1918. Comportamentos de Guerra," Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata (coords.), *Nova História Militar de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2004), 100.

[7] Sobre esta vertente, ver sobretudo Isabel Pestana Marques, "Os Portugueses Nas Trincheiras: Vivências Comportamentais", Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Sécs. XIX-XX* (Lisboa: Edições Colibri, 1998) ou Vítor Rodrigues Viana (ed.), *Nação e Defesa: Portugal na Grande Guerra*, n.º 139 (2014).

[8] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010).

[9] A *Nova História Militar de Portugal*, por ele coordenada, não contém somente o relato político-diplomático do conflito, mas um conjunto de trabalhos do mais diverso âmbito. Já na obra *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império*, a contribuição que para ela fez reflete as mesmas ideias no que respeita às motivações para a entrada portuguesa na Grande Guerra. Ver Nuno Severiano Teixeira, "A Política Externa da Primeira República – 1910-1926", Filipe Ribeiro Meneses e Pedro Aires Oliveira (coords.), *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império* (Lisboa: Ed. Tinta da China, 2011), 173-75.

[10] "Portugal na Grande Guerra 1914-1918: As Razões da Entrada e os Problemas da Conduta", Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Sécs. XIX-XX* (Lisboa: Edições Colibri, 1998), 56-59.

No concernente à imprensa e ao relato que esta fez do conflito não existe para o caso português um estudo sistemático,[11] apesar de a imprensa ser por várias vezes utilizada como fonte, sempre com cariz complementar. Um estudo específico sobre este tipo de fontes foi já realizado por Phillips O'Brien para os EUA, mas somente para as reações da população ao rebentar do conflito em 1914, atitudes essas muito semelhantes às encontradas na fonte de informação escolhida.

2. *O Comércio do Porto* Enquanto Fonte: Contributos e Limitações

Periódico diário fundado em 1854[12] e cuja publicação findou em 2005,[13] o *Comércio do Porto* tinha como função noticiar a atualidade e outros assuntos relacionados com a política, cultura, comércio, etc. O seu intento principal era informar o leitor de modo fiável.[14] Esta fiabilidade da informação é posta em causa devido a condicionamentos impostos pelo poder político, nomeadamente a censura de guerra decretada pela Primeira República. É bastante fácil detetar este tipo de censura devido ao espaço em branco que era obrigatório deixar nos artigos censurados a partir de 1 de abril de 1916, data em que foi posta em vigor, ou mesmo o silenciamento de acontecimentos pouco abonatórios ao esforço de guerra nacional.[15]

A sua escolha enquanto fonte justifica-se pelo facto da sua atividade abranger o período em estudo. Contudo, esta fonte de informações possui limitações intrínsecas: em termos informativos nota-se a falta de um correspondente na frente de batalha, pelo que este periódico dependia essencialmente das informações veiculadas por jornais e agências noticiosas estrangeiras e pelo que o Estado português divulga (comunicados da frente, listas de baixas), que se somam à censura de guerra que sobre os jornais portugueses se abateu e às greves dos tipógrafos que esporadicamente ditavam a suspensão da sua publicação.[16]

---

[11] Os estudos mais recentes sobre a perspetiva da imprensa encontram-se em Ricardo Marques, Margarida Magalhães Ramalho e Rui Cardoso (coords.), *A Primeira Guerra Mundial* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), embora tal apenas se refira ao que ocorria em Portugal enquanto era feita a declaração de guerra, e Francisco Miguel Araújo, "Impressões Jornalísticas Sobre o Porto na Grande Guerra", Gaspar Ferreira *et al* (coords.), *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações* (Porto: CITCEM, 2014), 105-124. Um estudo mais elaborado sobre o assunto é o de António Ventura, "A Guerra e a Imprensa Portuguesa", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 497-503.

[12] Manuel Enes Ferreira, "Comércio (O) do Porto", António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Figueirinhas, 1999), 373.

[13] Mário Matos Lemos, "Comércio do Porto, O", Mário Matos Lemos(coord.), *Jornais Diários Portugueses Do Século XX. Um Dicionário* (Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, 2006), 170.

[14] Lemos, "Comércio", 170-74.

[15] Ventura, "Guerra ", 503.

[16] Araújo, "Impressões", 107.

A fonte de informação objeto do presente estudo encontra-se em bom estado de conservação havendo apenas a notar a falta de 5 números na totalidade dos quase três anos analisados. A sua imediata disponibilidade e a fácil acessibilidade de consulta providenciada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto foram uma grande mais-valia para este trabalho de investigação, e que não é de modo algum exagerado salientar.

3. *O Comércio do Porto* e a Intervenção Portuguesa na Frente Ocidental (1916-1918)

3.1. A Declaração Formal de Guerra

> Agora, sim, agora já poderemos dizer afoitamente, e de cabeça erguida, aos nossos amigos dos países aliados que não faltamos ao dever que a honra nos impunha e que somos dignos da sua consideração e da sua solidariedade.[17]

No dia 9 de março de 1916 o embaixador barão Von Rosen entregou ao ministro Augusto Soares a célebre declaração de guerra alemã que levaria Portugal a entrar no conflito no teatro europeu. Tal não foi um ato inesperado, como muita da historiografia pode levar o leitor a entender pela falta de pormenores e de explicações mais elaboradas, até porque desde 1914 portugueses e alemães já de enfrentavam militarmente junto das fronteiras das suas colónias africanas.

A insegurança dos mares durante o ano de 1916 era grande. Salvaguardando-se de perdas e da destruição, muitos navios mercantes alemães optaram por, preventivamente, se refugiarem em portos de nações neutras. O conceito de neutralidade era visto de modo demasiado alargado pelos alemães – neutral era todo aquele que não tinha declarado guerra à *Tríplice Aliança*, mesmo sem Portugal ter declarado tal, 76 navios mercantes alemães e austríacos consideraram ter obtido asilo nos portos portugueses.[18]

A ideologia intervencionista perpassava pelo governo apesar de algumas diferenças internas, sobretudo dentro das diferentes fações partidárias.[19] O porquê de se querer a intervenção armada passava muito pela necessidade de legitimação da

[17] Magalhães Lima, entrevista, "Portugal e a Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 79, 6 de abril de 1916, 4.
[18] Luís Alves de Fraga, "Os Navios Alemães: Declaração de Guerra", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 245.
[19] Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 605-06.

República, quer face à sociedade portuguesa, quer face ao estrangeiro,[20] onde a 1ª República Portuguesa era a terceira república europeia instituída, a par da França e da Suíça.[21] A relutância inglesa em se comprometer em prestar auxílio a Portugal em caso de intervenção era o principal obstáculo – caso não houvesse auxílio económico e militar inglês, seria logisticamente impossível uma participação mais ativa.

A Inglaterra acabaria por ceder no quadro da aliança, tendo a 17 de fevereiro sido entregue a Augusto Soares um pedido formal de requisição dos navios alemães.[22] A 23 de fevereiro já se tinham iniciado as ações de apresamento dos navios alemães saindo no dia seguinte o decreto n.º 2229, de 24 de fevereiro, legitimando essa requisição e garantindo a indemnização devida aos armadores. Três dias depois, von Rosen entregava por escrito o protesto face a essa decisão portuguesa, enquanto na Alemanha o ministro português Sidónio Pais ia dando conta de uma possível tomada de posição da Alemanha, desfavorável a Portugal.[23]

A notícia da declaração de guerra da Alemanha é dada pelo *Comércio do Porto* de modo taxativo no dia 11 de março de 1916, na rubrica *Diário de Lisboa em O Commercio do Porto*. No entanto, apesar de não haver a mais ténue referência a essa circunstância da véspera, a 10 de março prenunciava-se que algo de nefasto estaria para breve:

> Está iminente a rutura de relações entre Portugal e a Alemanha. […]
> Afirmava-se que o representante diplomático da Alemanha se tinha ausentado de Lisboa, fazendo chegar ao governo, por intermedio de um ministro de uma nação neutra a nota decisiva do seu país.[24]

Por enquanto pareciam ser só boatos, uma vez que:

> O governo não tinha recebido nota alguma e o snr. von Rosen conservava-se ainda nesta cidade. Aguardava a entrega da nota e prevendo, certamente, a iminência d'esse acontecimento, o snr. Presidente da República saíra de manhã do paço de Belém, dirigindo-se a casa dos chefes políticos com quem esteve conferenciando.[25]

[20] Nuno Severiano Teixeira, "La Participacion du Portugal à la Grande Guerre," *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, 62 (1999), http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_1999_num_62_1_4522
[21] Ramos (coord), *História de Portugal*, 577.
[22] Fraga, "Navios Alemães", 246.
[23] Fraga, "Navios Alemães", 247-48.
[24] "Diário de Lisboa em O Commercio do Porto", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 59, 10 de março de 1916, 4.
[25] "A Situação Internacional", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 59, 10 de março de 1916, 4. As transcrições efetuadas no presente trabalho serão feitas de acordo com a grafia atualizada.

Nesse mesmo número da mesma página, expõem-se pormenores das ações de Von Rosen, ainda sem se saber se de facto esta rutura de relações diplomáticas teria ocorrido.

> O snr. Rosen perguntou esta tarde para o ministério dos estrangeiros a que horas podia ser hoje recebido pelo titular daquela pasta. O snr. dr. Augusto Soares fixou as 6 horas da tarde. Às 6 horas e 5 minutos o snr. Rosen apeava-se de um trem de praça á porta do ministério.[26]

A reunião que teve com Von Rosen causou em Augusto Soares um sentimento de urgência. Tanto é que:

> Minutos depois de o snr. Rosen sair do ministério, o snr. dr. Augusto Soares dirigiu-se para o ministério das finanças, onde conferenciou com o snr. dr. Afonso Costa.
>
> Dizia-se que o ministro alemão, antes de pedir os passaportes, tinha feito entrega de uma nota do seu governo.[27]

Os rumores confirmar-se-iam com a notícia da declaração de guerra a aparecer no *Comércio do Porto*, no dia 11 desse mesmo mês, na rubrica *Diário de Lisboa*, no relato da Sessão Conjunta Extraordinária dos deputados de dia 10, onde se reproduz o conteúdo da nota com as razões para a quebra de relações. Essas razões expressas pela Alemanha eram o impedimento do abastecimento de carvão aos seus navios, o fornecimento de armamento à Inglaterra, a apropriação do arquivo do Consulado de Moçâmedes, o envio de expedições a África para combater a Alemanha, o urdir de uma armadilha para assassinar funcionários alemães, insultos na câmara dos deputados ao imperador alemão e, o facto mais gravoso, a apreensão dos navios alemães ancorados em portos portugueses, o que era tido para os alemães como uma quebra de neutralidade[28] que Portugal nunca declarou.[29]

Repara-se efetivamente algum atraso no aparecimento da notícia, um atraso de dois dias. Deve ter-se sempre presente um hiato de cerca de um a dois dias nas notícias deste órgão da imprensa, fruto do relato dos acontecimentos, muitas vezes, ser feito no dia seguinte àquele em que tiveram lugar, quer pelo próprio desconhecimento da sua ocorrência no momento. Ou pela folga da redação do periódico às segundas-feiras, tal como a ausência de notícias devido a algumas rubricas dependerem do relato de outros

[26] "O Ministro da Justiça Recebe o Ministro da Alemanha", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 59, 10 de março de 1916, 4.
[27] Idem
[28] "O Que Diz a Nota", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 60, 11 de março de 1916, 4.
[29] David Ferreira, "Grande Guerra," in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 1975), 146-48.

periódicos, que faziam folga em determinados dias, caso da barra temática *Diário de Lisboa*, que não se publicava ao domingo.

Ao tomarem conhecimento da quebra de relações com a Alemanha, as populações reagiram de modo díspar. Em Braga, no dia 13 de março, lia-se avidamente o cartaz do *Comércio do Porto*, fixo no quiosque da Praça da República, por causa desse acontecimento,[30] e certamente noutras localidades tal teria suscitado idêntico interesse. Face a esta notícia relata-se que, em Paços de Ferreira, a quebra de relações com a Alemanha não causou surpresa[31] (dia 10 do mesmo), facto semelhante na Régua;[32] já em Viseu, recebeu-se a notícia com muita calma, "como a única resolução possível para o nosso brio"[33] (dia 13), enquanto em Alter do Chão se referia que se lamentava a entrada no conflito e "que não haja uma força capaz de impedir rápido tanta vida sacrificada, tanto sangue derramado"[34] (dia 17). Em tom patriótico, de modo menos explícito que o registado em Viseu, em Celorico da Beira, recebeu-se a notícia da guerra de modo calmo, "conquanto se espera que triunfe a justiça"[35] (dia 16), e em Vila Nova de Poiares esperava-se que "todos cumpram o seu dever de patriotas"[36] (dia 12). Face à notícia da guerra, manifestações patrióticas como as ocorridas no Porto,[37] massivas arruadas de apoio às potências aliadas ou a criação de associações como a Junta Patriótica do Norte – constituem exemplos de mobilização da população, que em nada diferem das manifestações patrióticas ocorridas em Berlim ou em Londres em 1914, aquando do rebentamento da guerra e da entrada destes países nela.[38]

Estas reações da população podem ser, de modo didático, agrupadas em três grandes categorias:

- Patriótica (a reação registada em Viseu, Celorico da Beira, Vila Nova de Poiares, as associações e manifestações patrióticas sobreditas);
- Conformista (Paços de Ferreira e Régua);
- Catastrofista (caso de Alter do Chão e do seu lamento pelas vidas que certamente se perderiam com a guerra).

---

[30] "Braga, 13", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 60, 14 de março de 1916, 1.
[31] "Paços de Ferreira, 10", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 67, 19 de março de 1916, 2.
[32] "Regoa, 15", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 70, 23 de março de 1916, 1.
[33] "Viseu, 13", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 68, 21 de março de 1916, 1.
[34] "Alter do Chão, 17", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 68, 21 de março de 1916, 1.
[35] "Celorico da Beira, 16", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 69, 22 de março de 1916, 2.
[36] "Vila Nova de Poiares, 12", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 69, 22 de março de 1916, 2.
[37] Registe-se que nesta cidade, logo desde o início da Grande Guerra, são várias as manifestações de apoio aos velhos países aliados e na despedida dos seus cidadãos de nacionalidade estrangeira mobilizados para se juntarem aos seus exércitos, ver Araújo, "Impressões", 108-115.
[38] Phillips Payson O'Brien, "The American Press, Public and the Reaction to the Outbreak of the First World War," *Diplomatic History* 37, 3 (2013). http://dh.oxfordjournals.org/content/37/3/446.full.pdf+html

Teria esta heterogeneidade de posições face à declaração de guerra este mesmo reflexo nos restantes artigos noticiosos e de opinião do *Comércio do Porto*? A tal questão deve responder-se de modo taxativo: não. A homogeneidade é a característica do discurso nos artigos deste periódico, fruto quer das suas ligações ao poder político municipal e nacional, quer da necessidade de mobilizar os cidadãos através da noção de "pátria em perigo". A exemplo disso, no artigo intitulado "A Aliança Ingleza", de 2 de abril, refere-se que os portugueses deveriam "cumprir o nosso dever no desempenho da missão que temos a cumprir".[39] Não há um único artigo de opinião, contemporâneo à declaração de guerra, que manifeste opinião contrária. O pendor patriótico, legitimista, é o único presente nesta fase de declaração de guerra.

Com a guerra declarada, o governo teve de tomar novas providências. No n.º 62, de 14 de março, declara-se na rubrica *Diário de Lisboa* que, naquele dia,[40] devia partir para Inglaterra uma missão de oficiais a fim de escolher material de guerra. Entretanto, em Portugal toma posse o ministério de António José de Almeida, na célebre "União Sagrada".[41] Onze dias depois, noticia-se a chegada das missões militares francesa e inglesa a Lisboa e que estava para breve uma reunião dos Aliados em Paris, a fim de discutirem "o problema económico".[42] Sobre essa mesma conferência, diz-se, a 7 de abril, que nela irá participar Afonso Costa e que este político deveria, depois talvez ir a Londres e que, por estes dias, era esperada uma missão militar inglesa em Portugal.[43]

Ainda sobre a conferência económica em Paris, sabe-se no número do dia seguinte que os delegados portugueses deviam partir no dia 19 ou 20 de abril.[44] Dias antes dessa partida, noticia-se, a 15 de abril, a chegada da missão inglesa.[45] O que veio fazer expressa o n.º 100, de dia 27 do mesmo mês:

> [trazer] apenas a Lisboa o material para a defesa do Porto. Deu aos nossos oficiais conhecimentos técnicos que a experiência forneceu aos nossos aliados, em quasi dois anos de guerra. É uma tarefa que está, por assim dizer, concluída[46].

[39] "A Aliança Ingleza", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 79, 2 de abril de 1916, 1.
[40] Tendo em mente o atraso relativo a essa rúbrica de, pelo menos, um dia, terá sido no dia 13 a partida desses oficiais.
[41] "Portugal e a Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 65, 17 de março de 1916, 4.
[42] "A Conferencia dos Alliados em Pariz", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 74, 28 de março de 1916, 4.
[43] "A Censura Imprensa – Outras Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 83, 7 de abril de 1916, 4.
[44] Da efetiva partida, aparentemente não se dá notícia.
[45] "Missão Naval Inglesa", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 90, 15 de abril de 1916, 4.
[46] "A Missão Naval Inglesa – Os Seus Trabalhos", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 100, 27 de abril de 1916, 3.

A missão inglesa demorou-se em território nacional, tanto é que, a 12 de maio, se noticia que o almirante chefe dessa missão naval teria conferenciado com o ministro da Guerra.[47] Desta missão diplomática, a bibliografia consultada pouco ou nada refere. Nem mesmo a perspetiva militar adotada pela obra coordenada por Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes consegue aclarar e confirmar quer a função desta missão, quer o que terá sido discutido entre o seu chefe e o ministro da guerra. Não será abusivo supor que se tratasse de assuntos relacionados com a entrada de Portugal na guerra.

3.2. A Mobilização

A primeira notícia encontrada referente à mobilização de efetivos portugueses aparece na rubrica "Noticiário", onde se afirma terem sido afixadas as listas do recenseamento militar dos indivíduos entre os 17 e 20 anos, nas regedorias respetivas da cidade do Porto.[48] No dia seguinte noticia-se o mesmo para Guimarães.[49] Dias depois, diz-se ter sido autorizado o Ministro da Guerra a convocar os militares licenciados a fim de fazerem preparação militar.[50]

A fim de garantir um número de efetivos constante, surge em notícia que será publicado um decreto, no dia seguinte, a fim de impedir os homens de sair de território nacional antes de serem considerados inaptos para prestar serviço militar,[51] enquanto outra medida, mais tardia, impede os sargentos de obter empregos públicos enquanto durar o estado de guerra.[52] Aparecem, pouco depois, as primeiras notícias relativas a exclusões à mobilização – refere-se que os oficiais da guarda republicana e fiscal não serão mobilizados.[53]

Em finais do mês de abril, é noticiado haver já em curso um "recenseamento militar", com o pedido do Ministro da Justiça para que lhe chegue informação sobre os presos entre os 20 e os 45 anos que estejam aptos para serviço militar.[54] Em seguida, por inícios de maio, chamam-se os reservistas médicos e estudantes de medicina a

[47] "Portugal e a Guerra: Outras Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 113, 12 de maio de 1916, 3.
[48] "Recenseamento Militar", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 64, 16 de março de 1916, 1.
[49] "Guimarães, 16", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 65, 17 de março de 1916, 1.
[50] "Portugal e a Guerra: Convocação das Classes de Licenciados", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 68, 21 de março de 1916, 4.
[51] "Portugal e a Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 69, 22 de março de 1916, 4.
[52] "Suspensão do Provimento de Sargentos em Empregos Públicos", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 81, 5 de abril de 1916, 4.
[53] "Requisição de Officiaes", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 97, 23 de abril de 1916, 4. Apesar de excluídos de mobilização num primeiro momento, os praças licenciados integrados nas companhias de caminho-de-ferro, com mais de 6 meses de serviço passam a ser mobilizados, segundo consta no n.º 195, de 16 de Agosto de 1916.
[54] "Os Presos de 20 a 45 annos", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 102, 29 de abril de 1916, 4.

entregarem, nos distritos de recrutamento, “cartas ou certidão de acto grande ou de tese”, de que fariam acompanhar “do certificado do registro criminal”.[55]

Tudo estava legalmente estabelecido, bastava partir-se para a concretização, para as inspeções militares. Tal parecia já em curso ao avisar-se as praças licenciadas e reservistas do Porto que deviam comparecer em determinados dias para serem inspecionadas.[56] Nem das inspeções os portugueses residentes no estrangeiro podiam escapar, devendo apresentar-se até 31 de dezembro.[57]

A primeira localidade, a seguir ao Porto na região norte, a ver noticiada a iminência da realização de inspeções foi Braga, onde foram inspecionados médicos e farmacêuticos.[58] Sobre tais inspeções é dito em número posterior que ainda ocorrem nesta localidade, abrangendo também os estudantes do curso liceal de ciências,[59] enquanto no Porto é mandado que os médicos e farmacêuticos declarassem os seus nomes e moradas nas secretarias do bairro oriental e ocidental.[60] Os empregados ferroviários foram, por estas alturas, tidos como exceção, ao serem isentos da mobilização militar.[61] A 6 de maio tinha já sido feito um “recenseamento”, pedindo-se uma lista de condenados por vadiagem.[62]

O primeiro dia de junho inaugura a intensificação dos preparativos. Em decreto transcrito, obriga-se ao afixar de editais com as datas das inspeções militares.[63] Há inspeções militares calendarizadas para o concelho de Viana do Castelo;[64] deviam começar a funcionar para esse fim as juntas de recrutamento em Guimarães, no dia 15 de junho,[65] definiram-se datas para os concelhos de Matosinhos,[66] Braga,[67] e Viana do Castelo.[68]

Desta atividade mobilizadora pode concluir-se existirem duas etapas essenciais: uma legislativa, intensa até finais de abril de 1916 e que se estende até ao fim do ano,

[55] “Reservistas Medicos e Estudantes de Medicina”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 110, 9 de maio de 1916, 4.
[56] “Revista de Inspecção em 1916”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 114, 13 de maio de 1916, 2.
[57] “As Reinspecções”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 115, 14 de maio de 1916, 5.
[58] “Braga, 15”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 116, 16 de maio de 1916, 1.
[59] “Braga, 22”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 122, 23 de maio de 1916. 1.
[60] “Medicos e Pharmaceuticos", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 127, 28 de maio de 1916, 4.
[61] “Os Empregados Ferroviários”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 119, 19 de maio de 1916, 3.
[62] “Vadios à Disposição do Estado”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 108, 6 de maio de 1916, 2.
[63] “As Novas Inspecções Militares”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 130, 1 de junho de 1916, 3.
[64] “Vianna do Castello, 1”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 131, 2 de junho de 1916, 1.
[65] “Guimarães, 1”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 131, 2 de junho de 1916, 1.
[66] “Matosinhos, 1”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 132, 3 de junho de 1916, 1.
[67] “Braga, 3”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 133, 4 de junho de 1916, 1. “Braga, 5”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 134, 6 de junho de 1916, 1.
[68] “Vianna do Castello, 5”, *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 134, 6 de junho de 1916, 1.

e a da calendarização e efetivação das inspeções, registando-se maior atividade no mês de junho. Estas duas circunstâncias, como se constata, ocorrem em paralelo, com diferenças de intensidade.

O mês de julho inaugura as reinspecções militares, sendo noticiada no dia 6 de julho a calendarização para as paróquias dos concelhos de Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Matosinhos,[69] Idanha-a-Nova,[70] Guimarães (neste último caso, para reinspecção dos isentos definitiva e condicionalmente),[71] Braga.[72] Contudo, inspeções militares continuam a ser feitas principalmente para o cumprimento do serviço militar, como é o caso das freguesias do concelho de Póvoa do Varzim,[73] das localidades de Alter do Chão,[74] Cinfães,[75] Vila Nova de Poiares;[76] concluem-se as inspeções dos jovens para o serviço militar em Alijó[77] e Vila Viçosa,[78] estando em vias de conclusão em Lanheses por inícios de agosto.[79]

Paralelamente às atividades legislativa e de arrolamento de efetivos, ações diplomáticas tiveram lugar. A 10 de maio de 1916, numa transcrição de uma entrevista dada por Bernardino Machado, enquanto Presidente da República, ao redator do *Le Journal,* referia-se claramente que era "preciso que os aliados nos ajudem com créditos para podermos proceder com rapidez".[80] A 14 desse mês Bernardino Machado recebe um almirante inglês e o ministro de Inglaterra.[81]

A 17 de maio de 1916 discute-se o que irá ser debatido na próxima reunião dos Aliados, que um informador garante ocorrer em junho desse ano, visando assuntos relacionados com o comércio e com a utilidade a dar aos navios alemães apreendidos[82]. Sobre essa reunião (uma conferência económica), é dito pelo periódico, a 4 de junho de 1916, que na semana seguinte Afonso Costa e Augusto Soares deveriam embarcar para Inglaterra[83]. Quatro dias depois, é noticiado que Afonso Costa e Augusto Soares tinham

[69] "Revistas de Inspecção", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 160, 6 de julho de 1916, 1. Foi uma revista às tropas territoriais.
[70] "Idanha a Nova, 11", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 169, 16 de julho de 1916, 1.
[71] "Guimarães, 2", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 174, 22 de julho de 1916, 1.
[72] "Guimarães, 11", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 192, 12 de agosto de 1916, 1.
[73] "Junta de Recrutamento", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 164, 11 de julho de 1916, 1.
[74] "Vianna do Castello, 5", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 187, 6 de agosto de 1916, 1.
[75] "Sinfães, 15", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 197, 18 de agosto de 1916, 1.
[76] "Communicação Official", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 208, 31 de agosto de 1916, 3.
[77] "Alijó, 4", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 188, 8 de agosto de 1916, 1.
[78] "Vila Viçosa, 18", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 200, 22 de agosto de 1916, 1.
[79] "Lanhezes, 7", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 188, 8 de agosto de 1916, 1.
[80] "Pariz, 9", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 111, 10 de maio de 1916, 3.
[81] "Recepção", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 115, 14 de maio de 1916, 5.
[82] "O Que Vai Discutir a Próxima Conferencia dos Governos dos Aliados", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 117, 17 de maio de 1916, 3.
[83] "A Viagem Ministerial e Outras Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 133, 4 de junho de 1916, 4.

adiado a sua partida para Londres e que nessa cidade deveriam assinar "um pacto com as nações aliadas e negociarão provavelmente um empréstimo nas condições autorizadas pelo Parlamento",[84] enquanto a Conferência Económica dos Aliados devia ter lugar em Paris, onde estes dois ministros iriam estar presentes. Sobre a sua partida, este periódico não assinala a data, mas sabe-se de uma mudança de planos que teria ocorrido: primeiramente, os ministros portugueses dirigiram-se a Paris para a Conferência Económica dos Aliados, só devendo partir para Londres quando esta findasse.[85] O que se falou nesta conferência, nada é referido pelo periódico, mas a respeito das negociações em Londres especula-se na imprensa sobre um empréstimo em vias de negociação, negociação essa que parecia estar a correr de feição.[86]

Somente a 6 de agosto, mais de um mês após o desmentido dos rumores do empréstimo inglês e semanas após ter sido dada por finalizada a instrução militar em Tancos, é noticiado ter sido convocada uma sessão parlamentar para segunda-feira (o dia seguinte), já se entrevendo que o país tinha "na Inglaterra o crédito preciso para as necessidades materiais de momento".[87] Sobre o valor do empréstimo, é dito nessa notícia estar a guardar-se: "sigilo sobre a aquisição de recursos monetários [...]".[88]

3.3. A Instrução Militar

Sobre o treino dos militares de carreira antes da mobilização geral somente se conheciam alguns dos trâmites legais para os expedicionários africanos, com o ingresso de milicianos a planificação será revista, sem que a imprensa dê particular destaque a este tópico. Somente em inícios de fevereiro de 1918, devido a certas modificações introduzidas na atividade censória pelo governo Sidonista, se sabe que já antes da declaração de guerra os militares recebiam treino para a eventualidade de se embrenharem no conflito na Europa, sem esquecer a sua presença nos territórios coloniais da África portuguesa:

> Ao presumir-se a nossa possível comparticipação na guerra, começou a fazer-se sentir a imperfeição, para não dizer a falta, da nossa instrução militar, bem demonstrada nas, já agora quasi esquecidas, escolas de repetição.[89]

[84] "A Viagem dos Ministros das Finanças e dos Estrangeiros", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 136, 8 de junho de 1916, 3.
[85] "A Conferencia Económica dos Aliados", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 141, 14 de junho de 1916, 4.
[86] "O Empréstimo", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 157, 2 de julho de 1916, 4.
[87] "A Reunião do Congresso", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 187, 6 de agosto de 1916, 4.
[88] "A Reunião do Congresso", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 187, 6 de agosto de 1916, 4.
[89] "Utilização de Um Esforço", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 33, 9 de fevereiro de 1918, 1.

Teria sido esta notória falta de instrução militar uma das responsáveis por levar à instituição, em 1915, da *Divisão de Instrução*, e as necessidades de treino levariam ainda os responsáveis políticos a fazerem-na concentrar na unidade militar de Tancos. Sem treino específico para a guerra de trincheiras teria sido, segundo o mesmo número, ministrado treino especializado para a presença em França, que ficou a cargo das tropas inglesas.[90]

Dando cumprimento ao calendarizado em abril de 1916,[91] Tancos foi o local escolhido para os treinos da *Divisão de Instrução*. O porquê da escolha de Tancos para receber as tropas o *Comércio do Porto* não o revela – mas, segundo Isabel Pestana Marques, tal prendeu-se com três fatores: facilidade de acesso a água potável, proximidade da estação do Entroncamento e a existência de algumas infraestruturas militares.[92]

A notícia de estarem concentrados em Tancos cerca de 20000 homens foi a única encontrada sobre a concentração militar da 1.ª divisão no campo militar da dita localidade. Como vieram, sabe-se que foi de comboio;[93] quantas viagens, reza sobre isso o silêncio – o secretismo foi a atitude tomada. Dois dias depois, há a notícia de que uma série de comboios especiais, começada naquele dia, se destinava "à condução de tropas para Tancos e Mafra".[94] Sobre as unidades que constituíam a 1.ª divisão concentrada em Tancos, sabe-se pelo jornal constar o primeiro batalhão do regimento de infantaria 7,[95] de Leiria, que teria partido na madrugada de dia 31 para esse local. Nada mais sobre as movimentações de tropas para aquele campo de treino permite perceber o jornal.

Dos treinos, nada o periódico revela, quer dos métodos utilizados, quer das rotinas diárias. Centra-se grandemente nas várias visitas das altas dignidades ao local, principalmente as feitas pelo Ministro da Guerra Norton de Matos, no cumprimento da sua função.

Certo é que, a 22 de julho de 1916, uma grande parada militar reuniu vários altos dignitários do governo, dando-se por concluída toda a instrução.[96] Dias depois, noticia-se, a 4 de agosto, que as tropas antes em Tancos regressariam aos seus quartéis:

---

[90] "Utilização de Um Esforço", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 33, 9 de fevereiro de 1918, 1.
[91] Marques, "1914-1918", 100.
[92] Marques, "1914-1918", 100
[93] "A Mobilisação da 1ª Divisão", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 134, 6 de junho de 1916, 4.
[94] "Outras Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 136, 8 de junho de 1916, 3.
[95] "Leiria, 6", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 137, 9 de junho de 1916, 1. Regimento proveniente de Leiria.
[96] "O Desfile das Tropas", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 175, 23 de julho de 1918, 6.

> Para condução de tropas que regressam aos seus quarteis, realizam-se amanhã e depois 14 comboios especiais de Tancos e Abrantes para Aveiro, Coimbra, Ovar, Gaia, Porto, Régua, Pampilhosa, Guarda e Mangualde.[97]

No final do mês de agosto, nova movimentação diplomática: uma missão anglo-francesa chega a 30 de agosto a Lisboa.[98] Sobre o que vinha fazer, nada se sabe através do *Comércio do Porto;* mas a historiografia atual permite perceber que se trataram de negociações para a entrada de Portugal no teatro ocidental do conflito europeu.[99]

3.4. A Partida

3.4.1. O Embarque

A partida das tropas portuguesas foi feita em segredo. O que se conhece são algumas das movimentações diplomáticas que a precederam. Dessas, destaca-se a visita do Ministro da Guerra e de Florentino Mântua, o seu ajudante, aos transportes que se encontravam no rio Tejo.[100] Não satisfeito, Norton de Matos voltaria a visitar os navios ingleses,[101] visita esta seguida de uma outra por parte do Presidente da República.

Se da partida pouco ou nada se sabe, a chegada essa é noticiada.[102]

[97] "Regresso de Tropas aos Quartéis", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 185, 4 de agosto de 1916, 4.
[98] "Outras Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXIII, 207, 30 de agosto de 1916, 3. Segundo este número, os membros da missão eram o general Bernardinston, o tenente Gough Carlthron e o alferes Robinson, por parte do Reino Unido; e os franceses Grandin Espervier e o alferes Girandoux.
[99] Teixeira, "Portugal", 64.
[100] "Varias noticias". *O Comércio do Porto*, ano LXIV, n.º 9, 11 de janeiro de 1917. P. 3.
[101] "Visita ministerial". *O Comércio do Porto*, ano LXIV, n.º 16, 19 de janeiro de 1917. P. 3.
[102] "O corpo expedicionario á França". *O Comércio do Porto*, ano LXIV, n.º 29, 4 de fevereiro de 1917. P. 4.

Quadro 1. A partida e o Desembarque de Contingentes
do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França (1917)

N.º	Data da partida nas notícias	Data da notícia de desembarque	Data efetiva do desembarque*
29	Não referida	04/02/1917	02/02/1917
43	Não referida	21/02/1917	10/02/1917
44	Não referida	22/02/1917	20/02/1917
68	Não referida	22/03/1917	21/03/1917
72	Não referida	27/03/1917	26/03/1917
92	15/4/1917	19/04/1917	18/04/1917
99	22/4/1917	27/04/1917	25/04/1917
119	Não referida	20/05/1917	19/05/1917
129	Não referida	01/06/1917	30/5/1917
180	Não referida	31/07/1917	20 e 28/07/1917
202	Não referida	25/08/1917	11 e 24/08/1917
208	Princípio da semana	01/09/1917	30/08/1917

Fonte: O Comércio do Porto, 1916-18; *Aniceto Afonso e Carlos de Matos (coord.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 289.

3.4.2. O Desembarque

Da chegada das tropas portuguesas há notícia explícita no n.º 29, noticiando sem grandes pormenores terem chegado a França. Dias mais tarde, a 8 de fevereiro, sabe-se que os primeiros contingentes do CEP tinham chegado ao porto de Brest no dia 3 de fevereiro. O segundo ajuntamento do CEP refere-se no dia 21 de fevereiro ter chegado a França,[103] e até inícios de setembro se noticia a chegada de mais tropas.

Brest não era local de combates. Saídos dos barcos, esperava os militares portugueses uma viagem de comboio até aos campos de instrução na frente de batalha, onde receberiam treino específico até serem efetivamente incorporados nas hostes aliadas, com as quais estariam mais tarde a combater.[104]

[103] "A Chegada do Segundo Troço Expedicionário Portuguez a França", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 43, 21 de fevereiro de 1917, 3.
[104] Ferreira, "Grande", 146-53.

3.5. A Vida no *Front*: As Dificuldades

> Quatro noites passamos sob o pesadelo da morte, mas a tudo a gente se habitua até... a morrer. As aves conservam-se impassíveis, próximo da linha, cantando e chilreando, não se importando com o ruido seco e enervante dos morteiros e o ruido forte do canhão. Ao menos colhi impressões para um raciocínio: o homem animaliza-se e perde algumas qualidades morais.[105]

3.5.1. O Embarque

A atividade de artilharia na frente de batalha foi uma das características da Grande Guerra. A influência desta dificuldade nas tropas portuguesas vê-se na sua omnipresença em todas as ações bélicas contra a frente defendida pelo CEP e que serão, adiante, abordadas.

3.5.2. O Gás

Vários tipos de gases foram utilizados durante esta guerra, e em tal profusão que seria fastidioso estudá-los em pormenor neste trabalho.[106] *O Comércio do Porto* dá informações sobre a sintomatologia comummente a eles associada, através da transcrição de correspondência de um professor portuense que se encontrava na frente de batalha, no n.º 152, de 28 de junho de 1917:

> O homem atacado sente, no momento, um cheiro particular que em breve se dissipa, porque a quantidade é pequena; provoca as lágrimas, mas sem grande irritação das conjuntivas; ao começo, os homens, no momento, não fazem caso e só no fim de 12 a 24 horas sentem faltarem-lhes as forças, tosse seca, sensação de ardência da laringe e traqueia, uns décimos de temperatura; as extremidades dos membros esfriam um pouco; o coração enfraquece, apresenta algumas intermitências, sinal certo de intoxicação do sistema nervoso do coração.[107]

Como o gás era arremessado sobre as tropas, um professor em França refere o uso de granadas contendo um líquido: "líquido que ferve a 123 graus e que se mantém na terra, constituindo um gás tóxico durante certo tempo".[108]

---

[105] "Relato de um Oficial na Frente de Batalha", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 108, 8 de maio de 1917, 4.
[106] A respeito dos gases utilizados nos combates, para maior pormenor, veja-se Nuno Santa Clara Gomes, "A Guerra Química: Os Gases de Combate", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 210-13.
[107] "Os Gazes Asphyxiantes", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 152, 28 de junho de 1917, 1.
[108] "Os Gazes na Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 199, 28 de agosto de 1917, 1.

Sobre as tropas portuguesas também o gás manifestou os seus efeitos. Algumas comunicações da frente de batalha referem a sua utilização. Embora não se tenha ideia do tipo de gases que os afetaram durante essas operações militares o certo é que, num artigo sobre os mortos e feridos em França, o médico José Fontes refere que até ao fim de dezembro de 1917 se registaram 600 mortos e 2037 feridos. Dos mortos, é dito expressamente a existência de 9 por intoxicação de gases, e dos feridos somente 21 são referidos como atacados por gases.[109] A derrota de La Lys, pelo desastre que foi, elevou certamente estes números, embora não se possuam dados seguros sobre a influência dos gases nesta batalha.[110] A atendermos nas informações dadas pelo *Comércio do Porto*, no n.º 110, de maio de 1918, teriam sido despejadas sobre o CEP nessa batalha cerca de "60000 granadas com gases asfixiantes",[111] pelo que é expectável um maior número de baixas devido ao envenenamento por gases.

3.5.3. Ainda as Dificuldades…

Não eram somente os problemas referidos acima que afetavam as tropas portuguesas nas trincheiras da Flandres. O clima, doenças, até o próprio regime alimentar se constituíam como obstáculos a uma permanência paciente e com um mínimo de conforto.

Sobre o clima e a sua influência nefasta para os combatentes, por vezes se refere a neve como responsável de dificuldades. Apenas em dois números de jornal se fala da queda de neve como condicionante. O primeiro desses números, de julho de 1917, conta através do relato transcrito de um correspondente do *Times* que num dia de tal frio e de neve – "em que as trincheiras pareciam túmulos de gelo" –, tinha sido encontrado um soldado português fora das trincheiras, em pleno campo aberto, à procura de um raio de sol para se aquecer.[112] Ingenuidade por falta de treino, simples desejo de morrer, só o próprio soldado o poderia esclarecer.

Outras dificuldades se faziam sentir. O próprio regime alimentar, apesar de algumas poucas exceções, não era muito do agrado do soldado português. É o correspondente do *Comércio do Porto* em Paris, ao contar uma conversa que teve com um capitão inglês, que refere textualmente essa possibilidade:

---

[109] "Mortos e Feridos em França", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 55, 8 de março de 1918, 2.
[110] Francisco Miguel Araújo, "Autoridade, Método e Sangue-frio: o Pragmatismo Médico no Corpo Expedicionário Português", *Nação e Defesa*, 139 (2014): 89-94.
[111] "França", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 110, 11 de maio de 1918, 1.
[112] "Portugal na Guerra"*:* Os Portugueses no *Front*", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 158, 5 de julho de 1917, 4.

> O nosso soldado talvez se queixe um pouco do regímen da comida à inglesa por falta de hábito: marmelada, manteiga, pão muito branco, mas não em quantidade suficiente para quem estava acostumado a comer muito pão; e a carne de conserva quando não pode ser fresca, também não lhes agrada muito, mas vão comendo e talvez com o tempo achem o *Corned Beef* mais apetitoso.[113]

Certo é que se queixava, desejando a alimentação à portuguesa.[114]

É na adversidade que as saudades de casa sempre se manifestam, e é curioso constatar que a saudade aparece em meio da camaradagem ou do tempo adverso. No mesmo número 217 refere-se que os soldados portugueses, após discutirem com os ingleses sobre a beleza das mulheres das suas terras respetivas, concluem sempre terem saudades da sua terra.[115] E é esta rica correspondência de batalha, sempre relatando as dificuldades, que dirá as saudades que um militar sente na noite de Natal de 1917, em que lembra o ambiente de festa dos natais passados em Portugal.[116]

Um outro problema premente, nunca resolvido, foi o do *roulement* ou permuta das tropas nas trincheiras. No que a ele respeita, sucedem-se as notícias e os números num total de 28 edições. O esforço das tropas na linha da frente, o clima rigoroso, são as principais justificações apontadas para a efetivação deste procedimento, que nunca será levado a cabo de modo organizado. Após a derrota de La Lys, a 9 de abril de 1918, será algumas vezes abordado este problema (n.º 123, 124, 126, 155 desse ano). A permanência desta dificuldade acentua-o o n.º 155, de 3 de julho de 1918, dizendo que "um grupo de senhoras foi hoje pedir ao Snr. Dr. Sidónio Pais, em mensagem firmada por mais de 10000 senhoras, a imediata execução do último decreto sobre o *roulement*". É o próprio Sidónio Pais que refere que este tem sido feito de modo desigual – enquanto os oficiais o podiam fazer com alguma frequência, os soldados tinham-no vedado.[117] Contudo, continuou a ser irregularmente feito.

Muitas outras dificuldades das tropas portuguesas devem ser referidas, embora a fonte de informação se silencie a esse respeito: doença (tuberculose e tifo), falta de higiene, abrigos mal contruídos e onde o alojamento dos soldados era extremamente

---

[113] "França: Pariz, 30", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 186, 7 de agosto de 1917, 1.
[114] Além das queixas, e embora a fonte de informação não o nomeie, o certo é que os soldados portugueses costumavam deitar fora a ração inglesa, alimentando-se com as rações de reserva, com o que pudessem comprar e com o que conseguissem caçar e pescar ou até roubar. Ver Isabel Pestana Marques, "Portugal nas Trincheiras - Os Combatentes Portugueses em França (1917-1919),", Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coords.), *História da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2009), 306.
[115] "Os Nossos Soldados em França", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 217, 12 de setembro de 1917, 2.
[116] "O Natal nas Trincheiras", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 3, 4 de janeiro de 1918, 1.
[117] "O «Roulement»". *O Comércio do Porto*, ano LXV, 155, 3 de julho de 1918, 1.

deficiente, com sobrelotação, a que se devem ainda adicionar as insubordinações militares.[118] No meio de tudo isto, a vida continuava, num quotidiano de dificuldades em que o ardor da guerra sempre se encontrava presente e onde a saudade não era mais que o desejo da paz.

3.6. A Hora da Batalha

> Os comunicados oficiais faziam elogiosa referência aos nossos soldados que, ao longe, continuam a honrar o nome de Portugal.
>
> Saudemo-los uma vez mais e admiremos o generoso espirito de sacrifício dos obscuros heróis que, abandonados pelo egoísmo da retaguarda, defrontam com valentia um adversário tenaz e experimentado.[119]

Colocado na frente de batalha, após algum tempo de treino específico na retaguarda, o Corpo Expedicionário Português ocupou as suas posições na Flandres, no sector do Rio Lys,[120] entrando várias vezes em combate com o inimigo.

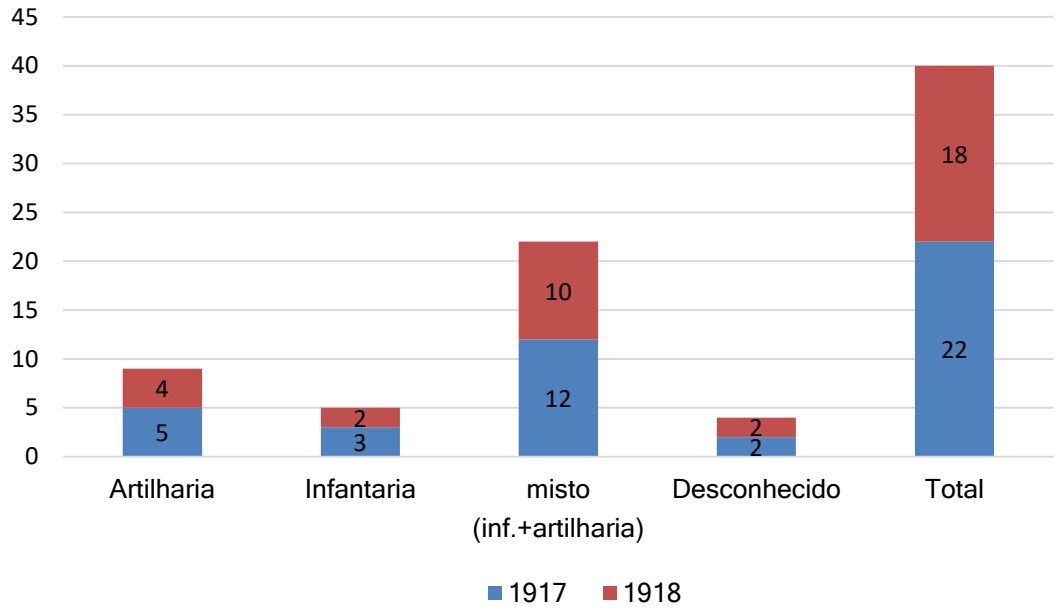
As ações bélicas inimigas relatadas são, na sua esmagadora maioria, militarmente designadas de *raids*.[121] A atividade portuguesa na frente de batalha pautava-se essencialmente por ações defensivas, de manutenção de posições. A única notícia sobre a ação ofensiva das forças portuguesas prende-se com a intervenção de algumas unidades na tomada de Lille.[122]

Uma outra tendência se regista no Gráfico 1, se se considerar a intensidade dos combates, é percetível pelos comunicados o recrudescer da ofensiva alemã sobre a área controlada pelos soldados portugueses, principalmente pelos finais do ano de 1917 e primeiros meses de 1918, contrastando com a relativa calma do início da participação portuguesa.

---

[118] Ver Marques, "Portugal", 305-306.
[119] "Impressões da Guerra: Preliminares da Offensiva – o quinhão dos portuguezes". *O Comércio do Porto*, ano LXV, n.º 60, 14 de março de 1918. P. 1.
[120] Marques, "Portugal nas Trincheiras", 302.
[121] Um *raid* é uma ação de combate mista, com prolongado bombardeamento de artilharia inicial, seguido de ataque de infantaria.
[122] "Tropas portuguezas aclamadas". *O Comércio do Porto*, ano LXV, n.º 256, 29 de outubro de 1918. P. 3.

Gráfico 1. Ataques Inimigos às Posições Portuguesas (1917-1918)



Fonte: *O Comércio do Porto*, 1917-1918

Ao analisar-se este gráfico é essencial ter em mente que cada comunicado/notícia pode não transmitir apenas uma ação bélica – pode referir-se inclusive até os três tipos, em dias diferentes ou até no mesmo dia. Pelo que se pode concluir deste gráfico, segundo a fonte de informação, 22 foram as ações bélicas envolvendo o CEP no ano de 1917, e 18 as do ano de 1918. Se se considerar que os dados de 1917 englobam seis meses (julho a dezembro), um cálculo da média por cada mês chega ao valor de 3,67, enquanto a de 1918 (janeiro a inícios de abril) é, grosso modo, de 6 por mês, o que comprova as afirmações dadas pela historiografia, de que teria havido uma intensificação das ações ofensivas por parte das forças alemãs.

Pelo que se observa a respeito de comunicados oficiais com notícia de batalhas, raras vezes é referido o número de mortos. Seleção governamental da informação a transmitir?! É uma hipótese plausível, mas a qual não foi possível provar.

As notícias dos combates, dadas com algum atraso, raramente recebem um tratamento por parte dos jornalistas deste periódico – a forma mais comum de levar ao conhecimento do leitor as notícias dos combates é a transcrição dos comunicados oficiais. Das poucas vezes que os membros do jornal se dedicam a noticiar e a opinar sobre a ação portuguesa no conflito (praticamente sempre recorrendo a notícias veiculadas por jornais estrangeiros), salienta-se a sua resistência e serenidade face aos

ataques inimigos.[123] Depois de La Lys, o discurso é mais centrado na "bravura" e no "sacrifício" do soldado, visto como uma espécie de mártir,[124] sendo salientado o seu "heroico esforço",[125] perante um abatimento e sentimento de abandono pelo regime sidonista.

3.7. O Desaire

> Favorecido por um denso nevoeiro, que tornava difícil a observação, o inimigo conseguiu penetrar nas posições dos aliados nas proximidades de Neuve-Chapelle, Frauquiessart e herdade de Cordennerie.
>
> Depois de um combate, que durou todo o dia, o inimigo conseguiu fazer recuar o centro das tropas portuguesas (…).[126]

Os reveses acontecem. A guerra, na sua imprevisibilidade, é palco de mudanças de circunstância. Se até então os soldados portugueses, mesmo perante as dificuldades, conseguiram enfrentar com relativo sucesso as hostes contrárias, o dia 9 de abril de 1918 marcou o revés da participação portuguesa na frente ocidental do conflito.

La Lys, o desastre da participação portuguesa, foi a consequência do recrudescer dos combates, quando o Império Alemão e os seus aliados viram começar a escapar-se-lhes o controlo da guerra, e a subsequente vitória.

Perante esta constatação, as tropas alemãs empreenderam um plano de desesperado ataque, com o fim de conseguir quebrar a hegemonia cada vez maior das tropas aliadas.[127] Desde os meses finais de 1917 em que se intensificavam os combates, os bombardeamentos, os ataques de gases. Foi no âmbito desta ofensiva que surgiria a batalha do rio Lys.

Que uma ofensiva alemã se previa, dá-nos conta o n.º 67, de 22 de março, havendo duas hipóteses: ou a região de Ypres ou a de Cambrai para ocorrer o ataque. Quatro dias depois noticia-se ser mais provável que tal ocorra pela região de Cambrai, longe da frente defendida pelos portugueses.

---

123 "Os Portuguezes em França", *O Comércio do Porto*, ano LXIV, 156, 3 de julho de 1917, 2.
124 "Impressões da Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 123, 26 de maio de 1918, 1.
125 "O Batalhão de Infantaria 13", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 123, 26 de maio de 1918, 1.
126 "Portugal na Guerra: No Sector Portuguez", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 84, 11 de abril de 1918, 3.
127 A Batalha do Rio Lys insere-se na Operação Georgette, levada a cabo pelos alemães, tinha como objetivo tentar reverter o curso da guerra a favor das forças alemãs. Tal repercutiu-se, no que respeita às tropas portuguesas, em 6000 prisioneiros e vários mortos (Gilbert, *First*, 376-77).

O n.º 82, de dia 9 de abril, nenhuma notícia traz sobre a derrota de La Lys. Teria de se esperar pela divulgação, dias depois, de uma notícia aparentemente de um correspondente de um jornal estrangeiro, onde se refere que "importantes forças inimigas atacaram as tropas britânicas e portuguesas que defendiam este sector da nossa linha".[128] Tal relato não é muito explícito. Só no dia seguinte se obtêm alguns pormenores do desaire, onde se refere a valentia portuguesa a cobrir a retirada perante o ataque alemão.[129] No dia 13 de abril é publicado um comunicado da frente portuguesa que melhor conta e esclarece o acontecido: pelas quatro e um quarto da manhã de 9 de abril, um bombardeamento intenso; das sete e meia até às dez e meia ocorreu um violento ataque alemão, que saiu vitorioso. Segundo Tamagnini, devido ao "bombardeamento muito prolongado e incessante e superioridade numérica da infantaria inimiga", a que se adiciona um intenso nevoeiro, o que impediu os portugueses de avistar as hostes contrárias.

A par das notícias militares referentes à batalha do rio Lys, acompanhadas sempre pela referência ao carácter heroico e valente dos soldados portugueses (n.º 86, 87 e 88), surgem ainda outras que revelam a preocupação das populações. A falta de notícias após a derrota moveu a população a tentar colher informações, querendo saber dos seus, pedindo notícias de França até ao próprio *Comércio do Porto*, que, por sua vez, tenta obter informações com o Estado-Maior do CEP, sem obter qualquer resposta.[130] A 24 de abril noticia-se terem sido afixadas, no quartel-general do CEP, as listas de baixas[131] referentes ao período compreendido entre 1 de março e 19 de abril. Tais notícias seriam somente referentes a oficiais,[132] sendo a primeira lista de soldados de baixa patente publicada por este periódico a 11 de maio.[133] O próprio Presidente da República, numa comunicação enviada aos jornais, promete a maior celeridade no processo,[134] bem como se encarregará de saber quais são os prisioneiros portugueses capturados pelos alemães, recorrendo à neutral Espanha. O certo é que as listas de mortos, feridos e presos foram saindo, esparsamente, até ao fim do ano de 1918.

---

[128] "Portugal na Guerra: No Sector Portuguez", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 84, 11 de abril de 1918, 3.
[129] "Portugal Na Guerra: A Valentia do Exercito Portuguez", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 85, 12 de abril de 1918, 2.
[130] "Noticias de França". *O Comércio do Porto*, ano LXV, 94, 23 de abril de 1918, 2.
[131] "Noticias de França". *O Comércio do Porto*, ano LXV, 95, 24 de abril de 1918, 1.
[132] "Noticias de França". *O Comércio do Porto*, ano LXV, 97, 26 de abril de 1918, 1.
[133] "França", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 110, 11 de maio de 1918, 1.
[134] "Communicação da Presidência da Republica", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 112, 14 de maio de 1918, 3.

La Lys foi o destroçar do CEP, foi o fim deste como um corpo autónomo. Mais de um mês após a batalha, não se sabe onde estão os militares que escaparam[135] – sabe-se que Tamagnini conferenciou (a 23 de maio) com o Ministro da Guerra.[136] Supunha-se há algum tempo que este general estaria a envidar esforços para reorganizar o Corpo Expedicionário,[137] estando inclusive a caminho de Lisboa. Tamagnini demitir-se-ia, bem como Maia Magalhães, chefe do estado-maior do CEP,[138] e a reorganização deste corpo de exército ficou a cargo do coronel Sinel de Cordes, sendo Tamagnini substituído no comando por Garcia Rosado.[139]

Neste intervalo, permanece a questão: que foi feito do CEP?

Só a 4 de julho informações dadas pela imprensa estrangeira e transcritas pelo *Comércio do Porto* dão conta das novas funções das tropas portuguesas: em serviços de retaguarda, a maioria dedica-se a abrir trincheiras e à "construção de obras de defesa",[140] enquanto parte da artilharia portuguesa servia junto com os contingentes britânicos. Supõe-se ainda que reforços seriam enviados para França.[141]

Mas o governo não se preocupou apenas em substituir os comandos do CEP após a derrota: a proposta, constante da sessão de 1 de agosto do Senado, da autoria de Egas Moniz, previa uma comissão de inquérito ao desastre de 9 de abril. Tal comissão, apesar de aprovada, nunca chegou a partir para a frente.[142]

3.8. O Armistício ou o *Adeus às Armas*

O título da obra de Ernest Hemingway é sobremaneira adequado às expectativas de toda uma geração. O fim da guerra poderia ser o início de um longo período de paz. Quantas ilusões criadas, poucas décadas depois desvanecidas. A paz sobreveio, mas tal demorou cerca de quatro anos de guerra (oficialmente, dois anos para Portugal) e imensas provações.

Em inícios de outubro já se esperava a paz.[143] A Alemanha parecia dobrada, derrotada, apenas faltava admitir o óbvio. A Turquia e a Áustria-Hungria já tinham, cada

[135] "Impressões da Guerra", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 115, 17 de maio de 1918, 1.
[136] "Varias Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 121, 24 de maio de 1918, 2.
[137] "General Tamagnini", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 108, 9 de maio de 1918, 2.
[138] "Varias Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 147, 23 de junho de 1918, 2. Segundo o n.º 157 foi substituído nesta função por Sinel de Cordes.
[139] "Varias Noticias", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 153, 30 de junho de 1918, 2.
[140] "Os Portuguezes em França", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 156, 4 de julho de 1918, 1.
[141] "Para França", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 159, 7 de julho de 1918, 2.
[142] "Inquerito ao C.E.P", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 225, 22 de setembro de 1918, 2.
[143] "Os Offerecimentos de Paz", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 238, 8 de outubro de 1918, 2.

uma por sua vez, reconhecido a derrota e aceitado o armistício. A Alemanha foi, assim, abandonada.[144]

A paz viria em breve. Manifestações festivas antecipadas, como o foi a entrada de um paquete em Lisboa, todo embandeirado, por ter conseguido chegar a um porto seguro sem nenhum problema, sem qualquer ataque inimigo.[145] Esperava-se agora, portanto, o armistício. A 10 de novembro de 1918 noticia-se que ainda não se tinham recebido notícias do armistício e que, caso elas surgissem "os navios de guerra embandeirarão em arco e nos edifícios públicos será arvorada a bandeira nacional".[146] Será apenas no dia 12 do mesmo, no n.º 268, que seria noticiado o armistício.[147] Evidentemente que tal notícia causou a maior euforia, tal como o noticia o número subsequente:

> Continuam as manifestações festivas pela assinatura do armistício que se considera o primeiro passo para o termo da guerra.
>
> O ânimo de todos, especialmente daqueles que têm parentes e amigos em França e na África, a combater pela causa dos aliados, sente-se desanuviado e liberto de um pesadelo enorme.[148]

No n.º 270, referem-se várias manifestações patrióticas e de regozijo: no dia 12, em Tabuaço; em 13 de novembro, ocorrem em Braga, Viana do Castelo. Em nenhuma das localidades faltam as manifestações festivas, com os sinos repicando alegremente.

4. Os Limites do Conhecimento Jornalístico: Breve Conclusão

Sobre os jornalistas portugueses pode seguramente concluir-se que sabem o que lhes era contado relativamente à participação portuguesa no *front* europeu. Fosse através dos comunicados oficiais, fosse por cartas de soldados na frente, e até por transcrições de correspondentes estrangeiros, o que pressupõe um distanciamento físico face ao CEP sem jornalistas destacados de forma permanente. Contudo, o seu trabalho era ainda condicionado pela atividade censória. Desde 1 de abril de 1916 aplicou-se a designada censura de guerra, que impedia a publicação de informações de cariz militar que pudessem comprometer a participação portuguesa, conquanto outras tantas nunca tenham saído das esferas militares para o grande público.

---

[144] Para mais detalhe sobre as negociações para o armistício ver Ferro, *Great*, 241-246.
[145] "Manifestações Festivas", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 266, 9 de novembro de 1918, 3.
[146] "O Armisticio", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 267, 10 de novembro de 1918, 1.
[147] "O Armistício", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 268, 12 de novembro de 1918, 2. Ver Ferreira, "Armistício", 194.
[148] "A Paz: Manifestações de Regozijo", *O Comércio do Porto*, ano LXV, 269, 13 de novembro de 1918, 1.

Quadro 2. A Censura de Guerra no *Comércio do Porto*

	Anos		
Meses	**1916**	**1917**	**1918**
Janeiro	0	17	0
Fevereiro	0	17	0
Março	0	13	0
Abril	3	14	3
Maio	6	13	6
Junho	7	10	4
Julho	5	15	6
Agosto	11	8	0
Setembro	7	4	2
Outubro	6	2	9
Novembro	2	12	7*
Dezembro	15	4	Não verificado
Subtotal	62	129	37
Total	228		

* Verificação parcial desse mês, até 16 de novembro de 1918.
Fonte: *O Comércio do Porto*, 01.04.1916 – 16.11.1918.

Dos 835 números do periódico consultados, 228[149] contêm notícias total ou parcialmente censuradas. Ou seja, pouco mais de um quarto dos números contêm artigos censurados, assim identificados sumariamente pelo espaço em branco na composição do jornal. Apesar de tal quantidade, no final desta investigação foi possível concluir que essa informação censurada não impossibilitou uma quase completa perceção do conflito, notando-se algumas lacunas principalmente no respeitante ao quotidiano no campo de treinos de Tancos, no que concerne a partidas e desembarques e, principalmente, do quotidiano das tropas. Não se encontram neste período referências às doenças mortais na frente de batalha como o tifo e a tuberculose advinda do bacilo de Koch,[150] nem às várias revoltas das tropas que, depois da batalha do Lys, foram mais intensas.[151] Mesmo com estes condicionamentos, pelas páginas d' *O Comércio do Porto* foi possível perceber o conflito em muitas das suas vertentes fundamentais.

[149] Deve considerar-se haver 5 números indisponíveis, e não se sabe se foram (ou não) censurados.
[150] Bacilo de Koch é o nome dado à bactéria causadora da tuberculose. Já tifo é o nome comum de uma infeção causada pela bactéria *Rickettsia prowazekii*, e transmissível através dos piolhos humanos, cujos principais sintomas são febres altas, dores musculares, irritação, podendo em alguns casos os doentes desenvolver pneumonia ou entrar em falência orgânica. Anne Hildyard e Jolyon Goddard (ed). *Encyclopedia of Diseases and Disorders* (Nova Iorque: Marshall Cavendish Reference, 2011), 432, 365.
[151] Segundo Luís Alves de Fraga, após a batalha do rio Lys, ocorreram cerca de 9 insubordinações coletivas do CEP. Estas insubordinações ocorreram essencialmente pelo descontentamento dos militares, por terem sido afastados de funções ativas na frente. Para maiores esclarecimentos ver: Luís Alves de Fraga, *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França, 1917-1918.* (Lisboa: Prefácio, 2003), 58-67.

Fontes

Impressas

O Comércio do Porto. 1916-1918. Porto: Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Núcleo de Publicações Periódicas, (05)-3.

Bibliografia

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos. *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

Araújo, Francisco Miguel. "Autoridade, Método e Sangue-frio: O Pragmatismo Médico no Corpo Expedicionário Português". *Nação e Defesa*, 139 (2014): 84-99.

Araújo, Francisco Miguel. "Impressões Jornalísticas Sobre o Porto na Grande Guerra", Ferreira Gaspar *et al* (coords.), *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações.* Porto: CITCEM, 2014. 105-124

Campenhoudt, Luc Van e Quivy, Raymond. *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*. 4.ª Edição. Paris: Dunod, 2011.

Ferreira, David. "Armistício da Primeira Guerra", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 1975. 194.

Ferreira, David. "Grande Guerra", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 1975. 146-153.

Ferreira, Manuel Enes. "Comércio (O) do Porto", Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999. 373-374.

Ferro, Marc. *The Great War: 1914-1918*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

Fraga, Luís Alves de. *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França, 1917-1918.* Lisboa: Prefácio, 2003.

Fraga, Luís Alves de. "Os Navios Alemães: Declaração de Guerra", Afonso, Aniceto e Matos, Carlos de (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

Gilbert, Martin. *The First World War: A Complete History*. Nova Iorque: RosettaBooks, 2014.

Gomes, Nuno Santa Clara. "A Guerra Química: Os Gases de Combate", Afonso, Aniceto e Matos, Carlos de (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

Hildyard, Anne e Goddard, Jolyon (eds.). *Encyclopedia of Diseases and Disorder*s. Nova Iorque: Marshall Cavendish Reference, 2011.

Lemos, Mário Matos. "Comércio do Porto, O", Matos, Mário (coord.), *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, 2006. 170-174.

Marques, Isabel Pestana. "1914-1918. Comportamentos de Guerra", Teixeira, Nuno Severiano e Barata, Nuno Themudo (coords.), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. 99-135.

Marques, Isabel Pestana. "Os Portugueses nas Trincheiras: Vivências Comportamentais", Teixeira, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 71-88.

Marques, Isabel Pestana. "Portugal Nas Trincheiras - Os Combatentes Portugueses em França (1917-1919)", Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009.

Marques, Ricardo; Ramalho, Margarida Magalhães e Cardoso, Rui (coords.). *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

O'Brien, Phillips Payson. "The American Press, Public and the Reaction to the Outbreak of the First World War." *Diplomatic History* 37, nº 3 (2013). http://dh.oxfordjournals.org/content/37/3/446.full.pdf+html

Ramos, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

Teixeira, Nuno Severiano. "La Participacion du Portugal à la Grande Guerre". *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, nº 62 (1999): 5-14. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_1999_num_62_1_4522

Teixeira, Nuno Severiano. "A Política Externa da Primeira República – 1910-1926", Meneses, Filipe Ribeiro e Oliveira, Pedro Aires, *A 1ª República Portuguesa, Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2011. 173-175.

Teixeira, Nuno Severiano. "Portugal na Grande Guerra 1914-1918: As Razões da Entrada e os Problemas da Conduta", Teixeira, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 55-70.

Ventura, António. "A Guerra e a Imprensa Portuguesa." Afonso, Aniceto e Matos, Carlos de (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi, 2010. 497-503.

Viana, Vítor Rodrigues (ed). *Nação e Defesa: Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: IDN, 2014. Número 139.

Os Reflexos do 25 de Abril no Mundo do Trabalho – Mariana Calisto

Resumo

Ao longo deste artigo, vão ser abordados diversos temas que tudo têm a ver com o mundo laboral nos últimos momentos da Ditadura, assim como a reação de empresas, sindicatos e trabalhadores no pós-25 de abril, nomeadamente nos últimos dias de abril e nos meses de maio, junho e julho.

Este estudo fará uma breve reflexão sobre todo o tipo de reivindicações, entre as quais, as greves, manifestações e cadernos reivindicativos, assim como os temas abordados em assembleias e reuniões agendadas pelas empresas e sindicatos.

Num segundo momento, este artigo vai dar mais ênfase aos principais sindicatos do distrito do Porto e ao papel detido pela Intersindical.

Para isso, o artigo debruça-se na análise de um dos principais jornais diários portuenses da época: *O Comércio do Porto.* Foram matéria de análise desta fonte hemerográfica os meses entre abril e julho de 1974.

Palavras-chave: Ditadura; 25 de abril; sindicatos; reivindicações; liberdade.

Abstract

During this article, it will be addressed many issues about the working world in the last moments of Dictatorship, as well as the reaction of the enterprises, national unions and workers after april 25, namely in the last few days of april and the entire months of May, June and July.

This study will make a brief reflection about every type of claims, including strikes, manifestations and vindicating notebooks, as well as themes talked at the councils and meetings scheduled for enterprises and unions.

In a second moment, this article will give more importance to the main unions of Oporto district and the function of Intersindical.

For this, the article has an important review of the one of most important local journal of that time: *O Comércio do Porto.* The analysis is about the months between April and June of 1974.

Keywords: Dictatorship; April 25; unions; claims; freedom.

Introdução

O 25 de abril é uma matéria incontornável da História de Portugal. Como tal, é importante perceber os diferentes prismas que despoletaram a mais famosa Revolução contemporânea lusa.

O presente artigo compromete-se a mostrar o lado laboral da Revolução, isto é, o que estava errado no seio trabalhista e quais eram as principais desavenças entre patronato e trabalhadores, ainda durante a época repressiva, mais propriamente, a partir de 1968. Para além disso, é importante saber qual era o papel dos sindicatos em finais da ditadura e se houve algum contributo por parte dos mesmos para a existência da Revolução. Este estudo tenta, ainda, esclarecer em que consistiram as principais mudanças no imediato pós-25 de abril no mundo do trabalho, dando especial foco à cidade do Porto, incluindo empresas e sindicatos e, também, qual foi a reação de todos os trabalhadores quando se viram libertos da clausura a que foram sujeitos durante quase meio século.

Num segundo momento, o objetivo desta investigação passou por observar, de forma algo pormenorizada, as movimentações e alterações laborais que se deram em diversas empresas e sindicatos, analisar a sua ocorrência e frequência e verificar as principais reivindicações para assim poder concluir o que, para os trabalhadores, estava errado antes da Revolução acontecer, o que fizeram para mudar esta realidade e o que conseguiram alterar.

Esta temática tem sido um pouco marginalizada ao longo dos anos, sendo que poucos trabalhos foram realizados e, os que foram, tiveram uma abordagem mais social e menos histórica.

Para que o propósito desta investigação fosse possível de realizar, foi imprescindível dar especial atenção ao jornal *O Comércio do Porto* que, durante todo este processo, foi a principal fonte de informação e foi o material que permitiu que este trabalho obtivesse resultados mais explícitos e mais claros, para além de que grande parte das informações contidas neste artigo, só tenham sido possíveis de alcançar com os dados que foram fornecidos pelas notícias retiradas do jornal.

De entre todos os temas que este trabalho permitiria abordar e após ser feita a análise documental da imprensa da época, a investigação incidiu em primeiro lugar e, seguindo uma linha temporal coesa, sobre as mudanças sindicais ocorridas nos últimos seis anos de ditadura, já com Marcelo Caetano no poder, em segundo lugar, quais foram as principais formas de luta dos trabalhadores, entre elas, greves, manifestações,

apresentação de cadernos reivindicativos e funções sindicais e, ainda, o papel da Intersindical nesta época (abril a julho de 1974), tocando ainda noutros pontos também relevantes para a formação de uma conclusão.

1. O Pré-25 de abril

Nesta primeira parte, o artigo debruçar-se-á sobre o período de instabilidade que se viveu nos anos anteriores ao 25 de abril, de uma forma mais generalizada, para que se compreendam os motivos que levaram à existência de uma rebelião.

A instabilidade fez-se sentir alguns anos antes de deflagrar a Revolução. A partir dos anos 70 do século XX, a Guerra Colonial trouxe uma série de preocupações para o interior de Portugal. Uma das mais graves consequências para o mundo laboral não só portuense, mas de norte a sul do país, foi o surto de emigração que houve no início da década já mencionada e a quantidade de homens que foram forçados a ir combater na guerra do ultramar. Como consequência mais flagrante deste surto, começou a haver escassez de mão de obra nas fábricas.

Devido ao perfil imperialista do governo, uma época de enorme inflação eclodiu, principalmente entre 1969 e 1971. Esta inflação atingiu tanto países dependentes, como Portugal em si. Dentro de Portugal, houve uma clara subida dos preços de serviços e das matérias primas vindas de fora. Estes e outros fatores pioraram as dívidas de forma progressiva, a juntar ainda o facto de o nível de vida estar cada vez mais elevado, já que os preços não paravam de aumentar e, por outro lado, não havia qualquer indício de aumentos salariais.

> Podemos apontar como caraterística dominante das numerosas lutas então travadas a *reivindicação salarial,* reforçada pelo recurso à *greve* de luta que forçosamente haviam de se destacar num país onde o aumento alarmante do custo de vida, a par dos baixos salários praticados, torna fundamental a exigência de aumentos salariais e onde a própria proibição.[1]

Perante este cenário, surgiu uma luta por parte da classe trabalhadora cujo salário já não era suficiente para a sua subsistência. A principal exigência passava pelo aumento dos salários, como já foi referido no parágrafo antecedente, contudo os

[1] Maria de Lourdes Lima dos Santos; Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, "As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica ao Movimento Político", *Análise Social*, 42-43 (1975): 275.

governantes nunca esconderam que se previa um aumento ainda maior dos preços, ao mesmo tempo que nunca garantiram um aumento salarial.

O cenário era de pobreza, fome e atraso a todos os níveis relativamente ao resto da Europa, principalmente no que às classes mais desfavorecidas diz respeito. As despesas advindas da Guerra Colonial impediram os investimentos públicos na metrópole nos diferentes setores: saúde, educação, formação profissional, habitação, infraestruturas e transportes.

Os anos que antecedem a Revolução dos Cravos foram cruciais na mobilização global de massas que se traduziu em mais greves e conflitos do que se possa imaginar.

A verdade é que, como greves e manifestações eram proibidas durante o Estado Novo, não havia assuntos de relevância laboral para o jornal publicar. Por outro lado, o próprio jornal estava sujeito a ser repreendido se escrevesse mais do que lhe era permitido.

A partir de finais de 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram um volume e uma capacidade de movimentação cuja importância, no entanto, não foi apercebida por grande parte da população, devido ao silêncio que os meios de informação eram obrigados a manter sobre tal assunto.[2]

2. A Luta da Classe Operária

A verdadeira batalha dos trabalhadores foi enfatizada no final dos anos 60, altura em que Américo Tomás, Presidente da República, decide colocar Marcelo Caetano no lugar de António de Oliveira Salazar após a queda de uma cadeira que lhe provocou graves ferimentos cerebrais (1968). Esta luta, que aconteceu pelos motivos já explicitados, tornou-se mais aguerrida no final da década e só foi possível devido à participação da burguesia na tentativa de neutralizar os interesses da classe operária, acabando por implementar novos processos de gestão da luta de classes, dando um apoio importante aos trabalhadores. Estes processos incutiram a participação das massas trabalhadoras e tinham como principais pontos

> o recurso à regulamentação da contratação coletiva, através da qual o Governo e o patronato procuram deter os efeitos de alargamento e do maior grau de consciencialização da luta dos trabalhadores, na origem dos quais estão fatores como a aceleração da industrialização e da concentração do capital, acompanhada do agravamento da inflação, da redução da mão de obra causada pela emigração e

[2] Santos; Lima e Ferreira, “As Lutas”, 275.

> mobilização militar e do aumento da concentração operária.[3]

Estes processos de gestão, apesar de existentes em todo o país, destacaram-se nas duas grandes cidades portuguesas: Porto e Lisboa.

A burguesia anteriormente destacada estava dividida em duas fações, divisão esta que acabou por gerar alguma discórdia: um grupo mais reacionário, tendo mais em comum com uma burguesia não monopolista, para a qual, não seria favorável uma situação de abertura e também, incapaz de satisfazer algumas exigências da classe trabalhadora de caráter monetário; e um segundo grupo com o intuito de conseguir concretizar algumas mudanças no seio trabalhador, este último grupo detentor de capital.

A luta dos operários nunca foi segredo para ninguém, mas a verdade é que, como greves e manifestações eram proibidas durante o Estado Novo, não havia assuntos de relevância laboral para o jornal publicar. Por outro lado, o próprio jornal estava sujeito a ser repreendido se escrevesse mais do que lhe era permitido.

> A partir de finais de 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram um volume e uma capacidade de movimentação cuja importância, no entanto, não foi apercebida por grande parte da população, devido ao silêncio que os meios de informação eram obrigados a manter sobre tal assunto.[4]

Como já foi referido neste trabalho, pode-se verificar a grande diferença que existe na divulgação de acontecimentos antes e depois do 25 de abril, sendo que a partir dessa data, a maioria das greves são notícia.

3. A Intervenção do Governo nos Sindicatos Antes da Revolução

Quando Marcelo Caetano ascendeu ao cargo que até então pertencia a António de Oliveira Salazar, desde logo procedeu a reformas laborais, apesar de nunca ter escondido a sua fidelidade à política de trabalho seguida pelo seu antecessor. Estas mudanças constituíram um dos aspetos mais importantes da "liberalização" do Estado Novo. É de destacar a reforma da "revisão da legislação relativa aos sindicatos e a revisão do regime jurídico das relações coletivas de trabalho".[5]

---

[3] Santos; Lima e Ferreira, "As Lutas", 275.
[4] Santos; Lima e Ferreira, "As Lutas", 275.
[5] José Barreto, *A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal. (1968-1990)*, [Dissertação de Mestrado], (Universidade de Lisboa, 1991), 76.

A juntar a estas reformas, não pode deixar de se destacar o clima social então vivido após esta brecha dada pelo novo ditador, que fez crescer as expetativas dos sindicatos e das empresas, Marcelo Caetano pretendia apressar as reformas, pois não queria desiludir as pessoas que tantas expetativas colocaram no novo sucessor. Marcelo, que tinha subido ao poder em setembro de 1968, concluiu as reformas ainda antes do final do ano.

Estas reformas instauram um quadro legal totalmente novo, contudo, este pode ter sido interpretado com uma certa ambiguidade: alguns entenderam como uma forma de liberalizar e tornar os sindicatos mais independentes, e outros, interpretaram de forma mais restritiva.

As reformas feitas por Marcelo Caetano já eram desejadas pela ala reformista do regime desde as décadas anteriores (50 e 60). Ressalve-se que das mais importantes mudanças, destacavam-se as seguintes:

> a abolição do sancionamento governamental dos dirigentes eleitos e, no plano da contratação coletiva, a consagração da obrigatoriedade de negociar e o consequente estabelecimento de mecanismos de resolução dos conflitos coletivos de trabalho.[6]

Começando por esclarecer em que consistia a nova lei sindical, esta tinha como objetivos "o fortalecimento dos sindicatos e uma menor interferência do governo na sua vida interna e na sua atividade".[7]

Na nova lei sindical, o governo perdia o poder de destituir ou suspender as direções sindicais. A partir do momento em que esta entra em vigor, é o tribunal que detém o poder para tomar este tipo de decisão.

Por outro lado, da lei das relações coletivas de trabalho já mencionada, destaca-se a obrigatoriedade de negociar com prazos limitados para todas as fases de negociação. Isto significa que, a partir deste momento, qualquer sindicato era livre de iniciar um processo de negociação e apresentar um contrato coletivo de trabalho. Sublinha-se que "o objetivo fundamental era a dinamização da negociação, submetendo-a a uma tramitação obrigatória e imprimindo uma certa celeridade ao seu processo".[8]

[6] Barreto, "A Formação", 77.
[7] Barreto, "A Formação", 79.
[8] Barreto, "A Formação", 79

Agora, a iniciativa de negociar e a elaboração das convenções coletivas passavam a ser da responsabilidade dos sindicatos ou empresas, acabando por, progressivamente, diminuir intervenção do Estado nestes assuntos.

As duas reformas pretendiam, de facto, diminuir a intervenção estatal no seio sindical e nas suas atividades internas. Isto iria favorecer o aparecimento de sindicatos mais fortes e unidos.

> Mas o governo conservava, também, fortes poderes de controlo e intervenção direta, como a aprovação dos estatutos dos sindicatos e suas alterações, a orientação e fiscalização permanente das contas dos sindicatos, o controlo burocrático das receitas e das despesas de aquisição de bens…[9]

O poder de dissolução de sindicatos não mudou por completo, tendo sido apenas transferido para o Conselho Corporativo.

Para além deste controlo, havia ainda uma acesa diligência à volta dos sindicatos, para garantir a vigilância da atividade sindical. "Todos os corpos policiais, e não apenas a PIDE/DGS, tinham os sindicatos debaixo de olho, mantendo o governo de Caetano informado com grande regularidade e pormenor".[10]

Toda esta aparente liberdade veio a ser diminuída ao longo dos seis anos seguintes através dos diversos tipos de controlo já destacados, que vieram a sofrer alterações. Apesar de na época da Primavera Marcelista se ter aberto uma brecha para os sindicatos crescerem, a verdade é que as leis estavam "cobertas" de precauções governamentais que as tornavam condicionadas. Este controlo foi crescendo ao longo dos anos, sendo que, em 1974, o governo já tinha intenções de regulamentar tudo aquilo que tinha libertado nos anos anteriores.

Para além disto, toda esta mudança veio a ter duas consequências inesperadas para o autor das mesmas.

> Ao nível social provocou um enorme surto de greves que, se bem que tenha começado ainda antes de serem tornados públicos os decretos reformistas, tem a grande novidade de contar com a participação de classes médias […], ao mesmo tempo que aumentava a agitação estudantil…[11]

[9] Barreto, "A Formação", 84
[10] Barreto, "A Formação", 85.
[11] Hélder Miguel Marques, "O Movimento Sindical Durante o Estado Novo: Estado Atual da Investigação", *Revista da Faculdade de Letras – História*, 3ª Série, 8 (2007): 311.

4. Principais Formas de Luta dos Trabalhadores

Nesta segunda parte do artigo, este irá circunscrever-se apenas ao distrito do Porto. Aqui, foi feita uma análise ao jornal portuense com mais destaque da época, *O Comércio do Porto,* com o objetivo de perceber a regularidade das greves, manifestações e reuniões praticadas por empresas e sindicatos nos meses seguintes à Revolução.

Em teoria, este estudo abrange o espaço de tempo entre 1 de abril e 31 de julho de 1974, contudo, segundo o jornal que serviu de apoio a todo o artigo, entre dia 1 e dia 25 de abril existem apenas 4 notícias relativamente a sindicatos e empresas, todas elas apenas a convocar reuniões e assembleias gerais.

4.1. As Greves

Em 1969, as greves eram uma realidade em Portugal, mesmo que de forma ilegal e começavam a acontecer de forma expressiva, no que a números diz respeito. Contudo, Marcelo Caetano rejeitou-se sempre a legalizar a greve, porque fazer isso seria "encorajá-la, proporcionado assim aquilo que ele mais procurava evitar: a sua utilização como «arma política»".[12]

Apesar de haver conhecimento da existência de greves que se efetuaram ao longo de todo o país no pós-25 de abril, este estudo apenas se poderá basear nos dados retirados do jornal *O Comércio do Porto*, devido a alguma falta de informação específica acerca do assunto no que se refere ao distrito do Porto, especificamente.

Na análise documental que foi feita da imprensa da época, verificou-se que as greves surgiram como resultado de movimentos espontâneos dos trabalhadores com suspensão parcial ou completa do trabalho ao nível da empresa.

Neste periódico, há oito notícias concernentes a greves, no entanto o número de acontecimentos é menor, sendo quatro, isto é, o jornal só dá a conhecer ao leitor a existência de quatro greves no período que vai desde o dia 25 de abril até ao dia 31 de julho, em que apenas uma ocorreu em maio e as restantes três no mês de junho.

Porém, entende-se que esta amostra não faz jus à realidade, pois sabe-se que entre 12 de maio e 8 de junho ocorreram cerca de 150 greves, metade das greves que foram feitas em 1974. Para além destas, houve greves que "ficaram pelo caminho" pois os dirigentes sindicais não permitiam e não compactuavam com estas paralisações.

[12] Barreto, "A Formação", 89.

Perante este cenário, conclui-se que o Porto, com toda a certeza, não teve apenas quatro greves na baliza temporal aqui estudada.

A primeira notícia que surgiu *n'O Comércio do Porto* de uma greve aparece, apenas, no dia 17 de maio e é feita pelas operárias da empresa «Rolsol».[13] O motivo desta greve deveu-se ao facto de o patrão não ter satisfeito a sua petição que consistia no afastamento de uma mestra da primeira linha, pois consideravam que esta abusava do poder que lhe era cedido, castigando as empregadas sem motivo aparente. A situação resolveu-se ainda ao longo do primeiro dia de greve com o pedido de demissão da mestra em causa.

Após esta greve, só é conhecida outra após quase um mês (dia 13 de junho). Esta é feita pelos pescadores da sardinha, pois não foi prestada atenção ao caderno reivindicativo apresentado no passado dia 25 de maio.[14]

No dia 19 de junho ocorre uma greve numa outra empresa.[15] Esta foi feita por trabalhadores da empresa Betão «Liz» que frisaram desde início que esta não era uma greve com o objetivo de obter um aumento salarial, mas sim, pretendiam que fossem afastados da chefia três agentes técnicos que anteriormente tinham despedido pessoas sem justa causa e onde também havia um clima de incerteza de trabalho no que respeita a condições de segurança, isto é, houve casos de viaturas com excesso de carga, pneus carecas e ainda chapas de matrícula trocadas para fugir aos impostos. Assim sendo, os trabalhadores manter-se-iam em reunião até se tomar a devida resolução da questão a seu entender. No dia seguinte, o jornal publica outra notícia com os mais recentes desenvolvimentos desta greve, e dá a conhecer ao leitor que os três agentes técnicos foram afastados dos seus cargos (como tinha sido reivindicado no dia anterior) e os trabalhadores retomaram o seu trabalho após dois dias de paralisação.[16] O afastamento de administradores foi muito comum nos dias posteriores à queda da ditadura. Houve, de imediato, uma série de acusações sobre corrupção e ligações ao antigo regime por parte das administrações empresariais, tanto públicas como privadas. Calcula-se que até ao final de maio mais de mil administradores tenham sido banidos dos seus cargos.[17]

No dia 19 de junho *O Comércio do Porto* publica ainda outra notícia de uma

[13] BMP, *O Comércio do Porto*, 134.
[14] BMP, *O Comércio do Porto*, 10.
[15] BMP, *O Comércio do Porto*, 15.
[16] BMP, *O Comércio do Porto*, 16.
[17] Barreto, "A Formação", 217.

greve, esta feita pelos «CTT».[18] Há a informação de que já era o segundo dia de greve. Aqui, só foram servidas refeições na cantina ao pessoal que se encontrava em greve, como forma de chamar a atenção daqueles que nela não participaram. Na Estação Central de Porto, o espírito de disciplina era inquebrável. Apesar de tudo, esta primeira notícia de greve não é muito elucidativa, pois não se compreendem os motivos para este acontecimento. Dois dias depois desta notícia é publicada outra cujo título é *"Terminou a greve dos CTT"*.[19] Esta culminou porque o governo iria satisfazer a tabela de salários proposta pelo conselho de gerência e, aqui sim, já se compreende que o motivo da greve eram os aumentos salariais. Num comunicado feito pelo governo surgiu uma contraproposta que concederia um aumento mensal de 100 escudos nos cinco níveis mais altos e 80 escudos no sexto nível. Mas, na verdade, esta contraproposta não satisfez a maioria dos trabalhadores.

No dia seguinte, 22 de junho, é divulgada uma outra notícia acerca desta greve, que terminara no dia anterior, em que se destaca o facto de a maioria dos trabalhadores dos «CTT» não estar disposta a aceitar o aumento que lhes foi oferecido, como já tinha sido referido na notícia precedente.[20] Há ainda o relato de represálias que foram feitas aos funcionários pela atitude que assumiram durante o período greve, querendo proceder ao saneamento destes.

Para terminar este período grevista dos trabalhadores dos «CTT», a última notícia publicada relativa ao tema é do dia 24 de junho,[21] que inclui afirmações do Ministro Álvaro Cunhal, que afirmou que esta greve foi inútil e prejudicial aos trabalhadores. Acrescenta ainda que algumas das reivindicações eram irrealistas e que o objetivo dos trabalhadores não era o melhoramento das suas condições de vida, mas sim a paralisação de um serviço fundamental para a vida do país.

Esta maré de greves espontâneas foi muito difícil de controlar e os diferentes partidos batalharam para tentar parar os trabalhadores insatisfeitos.

De facto, a fonte de informação *O Comércio do Porto* peca por escassez no que a greves de trabalhadores diz respeito. Conclui-se, de forma explicita, que o periódico em causa não dá qualquer ênfase às greves existentes durante a barreira temporal que este artigo alberga.

[18] BMP, *O Comércio do Porto*, 15.
[19] BMP, *O Comércio do Porto*, 17.
[20] BMP, *O Comércio do Porto*, 18.
[21] BMP, *O Comércio do Porto*, 19.

Não se pode negar que o surto de greves que hoje se sabe que existiu no imediato pós-25 de abril não está aqui patente e esta análise não traduz a realidade da época, sendo que o Porto era uma das principais cidades do país, parece ilógica a existência de só quatro greves.

4.2. As Manifestações

Tal como aconteceu no ponto anterior, o jornal que foi analisado ao longo desta investigação não dá ênfase às manifestações. Foram publicadas apenas cinco notícias que dão conta de manifestações e que têm diversos motivos. Na origem da paralisação do trabalho está o pedido de saneamento dos corpos gerentes das empresas, a readmissão dos empregados despedidos sem justa causa e as reivindicações dos trabalhadores. No entanto, ao contrário das greves e, como se verificará de seguida, as manifestações têm maior expressão no mês de julho, onde, num total de cinco, existem quatro.

A primeira ocorrência de uma manifestação é do dia 10 de maio e pertence ao Sindicato Nacional dos Telefonistas do Distrito do Porto,[22] onde o principal objetivo desta paralisação foi proceder à substituição dos atuais dirigentes. Os trabalhadores promoveram uma reunião onde se pedia que a chave do sindicato lhes fosse entregue. Esta manifestação não foi pacífica, na medida em que há notícia do aparecimento da polícia militar para serenar os ânimos.

Foram precisos exatamente dois meses de intervalo para que uma nova manifestação fosse noticiada.[23] Os trabalhadores da função pública concentraram-se em alguns milhares junto do Quartel General, após terem-se juntado em frente à Câmara Municipal. A manifestação não foi enquadrada por qualquer entidade sindical, partindo a iniciativa das pessoas que contestam o anunciado pelo ministro da Coordenação Económica sobre o reajustamento de vencimentos.

Passados quinze dias (25 de julho) há uma outra manifestação de trabalhadores.[24] A Comissão Diretiva convidou todos os profissionais da indústria hoteleira a participar numa manifestação que visa apoiar o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório para demonstração inequívoca da unidade dos trabalhadores.

[22] BMP, *O Comércio do Porto*, 127.
[23] BMP, *O Comércio do Porto*, 32.
[24] BMP, *O Comércio do Porto*, 47.

Logo no dia seguinte, 26 de julho, convocaram-se todos os trabalhadores de seguros para a manifestação junto das instalações Mutual onde permanecem em greve os trabalhadores daquela empresa.[25]

Por fim, no dia 27 de julho, e fazendo interligação com a notícia anterior, um numeroso grupo de trabalhadores de diversas companhias de seguros realizaram uma grande manifestação de apoio aos seus colegas daquela empresa que, já há algum tempo, se encontravam em greve.[26] Na origem da paralisação de trabalho está o caderno reivindicativo dos profissionais de seguros da Mutual. Estes mostravam-se intransigentes no que respeitava ao imediato saneamento da empresa, à readmissão de uma empregada despedida sem justa causa e ainda a alguns outros pontos. Entretanto, em reunião do sindicato, os trabalhadores das várias companhias resolveram paralisar a atividade durante trinta minutos como medida de apoio e solidariedade aos camaradas da Mutual.

É um facto que as manifestações aumentaram a partir do mês de julho, como já foi dito, ou seja, se esta investigação abrangesse os meses seguintes a julho muito provavelmente ir-se-ia assistir a um aumento do número de notícias relativas a esta forma de luta.

Em suma, tanto as notícias respeitantes a greves como a manifestações ficam aquém das expetativas. No período estudado seria de esperar que a imprensa desse mais destaque a este género de lutas laborais. O direito à greve só veio a ser consagrado na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976.

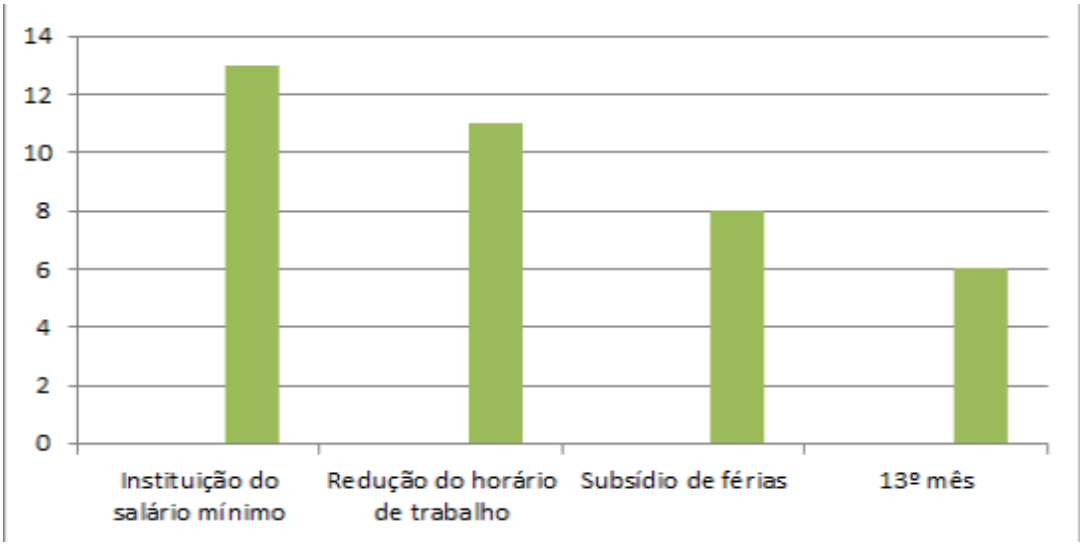
4.3. Cadernos Reivindicativos

O que foi dito anteriormente não é válido para a apresentação de cadernos reivindicativos. Na verdade, e baseando-me essencialmente na imprensa portuense, esta revela ser a principal forma de luta dos trabalhadores, existindo um grande número de notícias acerca desta temática. Na verdade, a rejeição das exigências feitas nestes cadernos reivindicativos por parte da entidade patronal é que culminavam em greves e manifestações.

Ao longo dos meses estudados foi possível encontrar um total de 49 reivindicações diferentes, no entanto este trabalho só terá como objetivo focar as principais e mais frequentes.

[25] BMP, *O Comércio do Porto*, 48.
[26] BMP, *O Comércio do Porto*, 49.

Gráfico 1. Principais Reivindicações dos Trabalhadores



Fonte: BMP, *O Comércio do Porto*, abril a julho de 1974.

Um exemplo paradigmático daquilo que eram os pedidos mais usuais por parte dos trabalhadores, ou seja, os pontos em que se encontravam mais insatisfeitos, reflete-se na seguinte notícia:

> Reivindicações: Salário mínimo de 6.000$00; 13º mês; subsídio de férias; 14º mês (Páscoa); 25% para o pessoal em regime de turnos; 40 horas de trabalho sem acabar com o trabalho em dias de folga bem como as horas extra sistemáticas; obrigatoriedade de aposentação àqueles que atingem a idade limite da reforma; os reformados também usufruem de aumentos que se dão na empresa ao pessoal do ativo; saneamento nos quadros da empresa e abertura de inquérito para averiguação dos abusos sucedidos até ao presente; reunião da direção com os trabalhadores sendo permitido apresentar sugestões.[27]

Este tipo de pedido era irreal, (já que no final de maio o salário mínimo foi fixado em 3.300$00) pois os trabalhadores pediam o aumento salarial para o dobro daquilo que eram pagos, assim como a reivindicação dos 13º e 14º mês, pois, nesta altura Portugal estava a ser vítima do choque petrolífero que causou uma enorme recessão económica.

Houve muitas reivindicações no que respeita aos salários, tanto no que tem a ver com aumento dos mesmos, como o estabelecimento de um salário mínimo, no entanto, nem em todos os casos essas reivindicações foram satisfeitas e, noutros, não

[27] BMP, *O Comércio do Porto*, 126.

há uma notícia esclarecedora no sentido de saber se foi aprovado ou rejeitado.

Muitas empresas, a nível de ordenado ainda, reivindicaram o subsídio de férias, o 13º mês, equivalente ao subsídio de Natal, e houve ainda trabalhadores que reivindicaram o 14º mês, embora em muito pouca quantidade e sem sucesso. (Anos antes, em 1969, uma das mais importantes medidas tomadas por Marcelo Caetano foi a implementação do pagamento do 13º mês, medida essa que acabou por ser esquecida com o passar dos anos).

Também a redução do horário de trabalho para 5 dias por semana, 8 horas por dia, logo 40 horas por semana, foi um pedido dos trabalhadores bastante recorrente no período estudado, assim como a discussão sobre a semana inglesa que consistia na jornada de trabalho de oito horas de segunda a sexta-feira e de quatro horas na manhã de sábado havendo, portanto, descanso no período de Sábado à tarde e o dia de domingo, totalizando 44 horas semanais de trabalho.

Houve muitas reivindicações em termos políticos, como o pedido de total liberdade sindical, liberdade de reunião e associação, extinção total da PIDE/DGS, liberdade imediata dos presos políticos, revisão da legislação sindical, possibilidade de criar um sindicato, entre outras.

Em termos económicos, também existiram muitas reivindicações tais como o estabelecimento de um salário mínimo e os pedidos de aumentos salariais como já foi referido anteriormente, as petições relativas ao 13º mês, o aumento do subsídio de alimentação, em caso de acidente de trabalho deve ser pago o vencimento integral, pagamento de horas extraordinárias.

A nível social, houve reivindicações como o fim à carestia de vida, apesar de ter sido reivindicado apenas duas vezes segundo a fonte, direito à greve, reforma do sistema de previdência e dos serviços médico-sociais e mínimo de 30 dias de férias.

Estes são apenas alguns exemplos do grande número de reivindicações distintas que foram ocorrendo nos meses que se seguiram à Revolução.

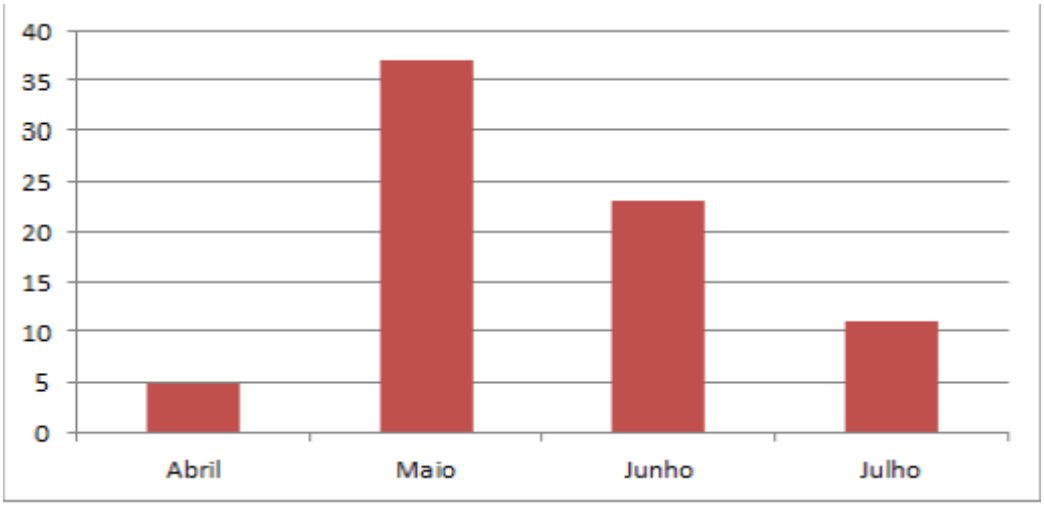
5. Assembleias e Reuniões

Este tópico detém a maioria das notícias que foram encontradas durante esta pesquisa. Isso explica-se porque, por exemplo, as reuniões e assembleias de trabalhadores eram sempre agendadas no jornal em análise já que esta era a forma mais fácil e rápida de comunicação entre todos os trabalhadores e patronato, nesta época.

5.1. Reuniões

Segundo o periódico, desde o dia 25 de abril até ao dia 31 de julho existem 80 notícias relativas a reuniões.

Gráfico 2. Número de Reuniões no Período Estudado



Fonte: BMP, *O Comércio do* Porto, abril a julho de 1974.

Começando por analisar os últimos dias do mês de abril, as notícias existentes são sete. Nestas sete reuniões, os principais assuntos discutidos têm na sua maioria como objetivo colocar a massa associativa a par da situação corrente dos respetivos sindicatos, discutir assuntos relacionados com a futura política sindical e também para eleger novos corpos gerentes.

Em maio, foram publicadas trinta e sete notícias de reuniões. Da mesma maneira que cresce o número de notícias, também se alargam os assuntos tratados, havendo agora uma maior diversidade. Em algumas reuniões continuam a ser tratados os temas já acima referidos, no entanto, mencionam-se novos motivos de reunião como, por exemplo, a eleição de uma comissão diretiva provisória para promover eleições num futuro próximo, há várias assembleias para aprovação das listas eleitorais, reuniões sobre as reivindicações (já feitas ou decidir as que seriam pertinentes fazer), houve também algumas reuniões que tiveram como objetivo propor a demissão da administração e direção que estava atualmente à frente dos sindicatos, os tais "saneamentos" também muito recorrentes nos meses a seguir à queda do regime fascista. A par destas reuniões, havia ainda um número bastante expressivo de marcação de reuniões onde apenas adiantavam que se iria tratar de assuntos de interesse para a classe trabalhadora. Por fim, poucas eras as notícias que referiam o

interesse dos sindicatos aderirem à União dos Sindicatos do Porto.

Em junho, diminui ligeiramente o número de notícias, sendo vinte e quatro. É notório ao longo deste mês um aumento relevante das assembleias eleitorais, assim como de pedidos de demissão dos corpos gerentes, como aconteceu no mês transato. Além destes (que são os temas principais do mês) há também notícias que dão já conhecimento de terem sido nomeadas novas comissões de trabalho e direções provisórias. Continuam a ser publicadas notícias como as referidas no mês de maio, tais como marcação de reuniões de interesse para toda a classe, demissão dos antigos corpos gerentes e eleição de novos, por exemplo.

Para terminar, nota-se, mais uma vez, uma queda do número de notícias, sendo apenas doze no mês de julho. Muitas das notícias, tal como nos meses anteriores, são reuniões com interesse para a classe, o que as torna muito pouco elucidativas. Começa a entrar-se numa nova fase, onde são discutidos novos assuntos que até então não tinham sido mencionados como a tentativa de resolver problemas de organização interna. Há muito menos notícias relativas a assembleias eleitorais e é notória uma dispersão dos assuntos tratados comparativamente com os meses anteriores.

Fazendo uma apreciação global, é visível que o surto de reuniões acontece entre os meses de maio e junho e neste momento os Sindicatos estão preocupados com a renovação interna, procedendo ao saneamento das direções de caráter corporativo com fim a serem sindicatos livres e mais autónomos, o que não acontecera até à data. Para além disto, o facto de em menos quatro meses existirem 76 notícias de reuniões de sindicatos na cidade do Porto revela a verdadeira liberdade que não existia anteriormente.

5.2. Eleições de Corpos Gerentes

Dentro deste último ponto, a eleição de uma direção, há alguns assuntos que eram tratados nas reuniões e que se destacam dos demais. O pedido de eleição de corpos gerentes é um deles, sendo mencionado este tema em trinta e seis notícias das totais 236 que me foi possível consultar relativas ao tema principal desta investigação.

Algumas das notícias não são, ainda, para eleição de corpos gerentes, mas sim para nomear uma comissão provisória para dirigir o Sindicato até que haja eleições definitivas de novos corpos gerentes. Há também, outro tipo de notícia que visa apenas informar que os novos corpos gerentes eleitos recentemente irão tomar posse de determinado sindicato.

Outras ainda são notícias que dão a conhecer ao leitor a demissão de antigos corpos gerentes de um determinado sindicato e, de seguida, a eleição de uma comissão provisória.

Neste ponto, consegue ver-se a “pressa” que os trabalhadores tinham em remodelar os sindicatos e fazer esquecer o mais rapidamente possível os anos anteriores em que tinham estados sujeitos a uma forte repressão.

5.3. Apoio à Junta de Salvação Nacional

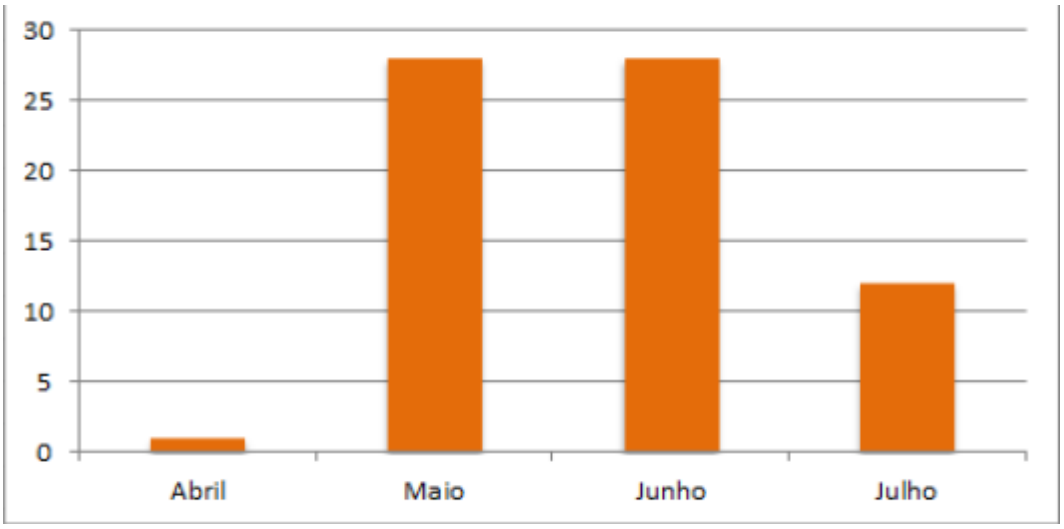
Referente ainda à análise feita da imprensa da época, houve nove notícias onde esteve explícito o manifesto de apoio aos princípios do programa da Junta de Salvação Nacional, mostrando o seu apoio e adesão na esperança que com a JSN ressurgisse a justiça social dos trabalhadores. Sindicatos como o Sindicato Nacional dos Despachantes do Distrito do Porto ou o Sindicato Nacional dos Profissionais das Indústrias de Moagem, Massas e Similares mostraram este mesmo apoio, entre outros.

Das nove notícias recolhidas, quatro pertencem ao mês de abril e as restantes cinco pertencem à primeira quinzena do mês de maio, sendo a última notícia do dia 15, curiosamente no mesmo dia em que foi nomeado o I Governo Provisório, que viria a tomar posse logo no dia seguinte.

5.4. Comunicados

Para terminar o estudo, segundo o periódico *O Comércio do Porto,* desde o dia 25 de abril até ao dia 31 de julho existe um total de sessenta e oito notícias que são comunicados para os trabalhadores. Na base destes comunicados estavam diversos motivos, sendo destes o mais recorrente a marcação de reuniões, praticamente 50% dessas notícias.

Gráfico 3. Número de Comunicados



Fonte: BMP, *O Comércio do* Porto, abril a julho de 1974.

Foi feita uma análise a nível mensal, isto é, foi estudado mês a mês cada um dos comunicados para dessa forma ser possível retirar uma conclusão da evolução dos assuntos abordados nestes comunicados.

Começando pelos últimos dias do mês de abril, apenas surgiu uma notícia, que tinha no seu conteúdo a marcação de uma Assembleia Magna do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito do Porto, cujo assunto era a discussão das linhas de atuação futura do sindicato.

No mês de maio, o número de notícias cresceu significativamente. Vinte e oito foi o número de comunicados que surgiram neste mês. O principal assunto dos comunicados era precisamente para marcar reuniões num futuro próximo. Outro dos assuntos que estava na base dos comunicados neste mês era manifestar o seu apoio à Junta de Salvação Nacional e, ainda, outras notícias comunicavam a alteração de direções, visto que muitas foram afastadas do poder pelo seu caráter corporativista.

Ainda no mês de maio, e focando um ponto mais relevante - as reivindicações - os comunicados também as mencionam de diferentes formas. Há notícias que comunicam que as reivindicações de determinado sindicato foram satisfeitas e, ainda, há notícias de sindicatos que antes de apresentarem oficialmente as suas reivindicações, aparecem no jornal apenas como reivindicações pretendidas, marcando uma reunião para discuti-las.

É de notar, no final do mês, uma notícia relativa às manobras fascistas do patronato. Apesar de ser um caso isolado neste mês, acaba por ser uma notícia

relevante na medida em que o patronato não obedecia à nova tabela de salários mínimos, despedia trabalhadores sem justa causa e tinham outras atitudes que contribuíam para o descontentamento da massa operária.

Em suma, no mês de maio os assuntos dos comunicados são muito variados, no entanto, das vinte e oito notícias que aparecem, doze são com o intuito de marcar reuniões ou assembleias gerais, o que é um número significativo.

No mês de junho, há novamente notícia de vinte e oito comunicados. Além dos assuntos tratados no mês anterior e que já aqui foram referidos, agora é notório um crescendo de notícias relativas à eleição de corpos gerentes. É neste mês que começam a estar disponíveis nas secretarias sindicais os cadernos de recenseamentos.

Nestes trinta dias a tendência mantem-se, sendo que dos vinte e oito comunicados, dezoito têm como objetivo marcar uma reunião.

Para terminar esta análise, no mês de julho decresce o número de notícias acerca de comunicados para doze. São, novamente, notícias para marcar reuniões, comunicados para proceder a eleições e, neste mês, voltam a existir duas notícias de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao I Governo Provisório, assunto este que já não era tocado em nenhuma publicação desde o dia 15 de maio.

Como se verifica, é inevitável fazer uma ligação entre os comunicados e as reuniões, visto que um grande número de comunicados se refere a reuniões.

O auge de publicações de comunicados ocorre entre os meses de maio e junho, sendo que diminui no mês de julho. Neste último mês as notícias dispersam-se em termos de conteúdo, são poucas e, ao mesmo tempo, com temas variados, o que torna inconclusiva a evolução existente nesse período e, ainda mais, na medida em que esta investigação termina precisamente neste mês e não tem termo de comparação com o trimestre que se seguia para analisar a evolução deste tipo de notícia.

6. Entidades Estudadas

Este estudo incidiu não só sobre os sindicatos do distrito do Porto, mas também sobre as empresas desta cidade.

No que respeita às empresas, este ponto foi abordado superficialmente, porque tanto a fonte como a bibliografia mencionavam pouco a atuação de empresas no pós-25 de Abril. Na bibliografia estudada, mais concretamente no artigo *As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica ao Movimento Político* e no *País em Revolução* é visível que as principais empresas se

situavam na capital, existindo um número mais avultado de empresas no sul do país.

No ponto da dinâmica do movimento sindical, o periódico menciona a atividade de cinquenta e nove organizações sindicais no Porto em que se destacam algumas que serão faladas já de seguida, pelo número de vezes em que são mencionadas pela imprensa.

6.1. Principais Sindicatos

À medida que esta análise foi desenvolvida, começou a perceber-se a ênfase que o periódico dava a alguns sindicatos que, nesta altura, estavam mais ativos e com mais vontade de mudar rapidamente as suas formas de atuar quando se viram libertos do Antigo Regime.

6.1.1. Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito do Porto

No total, *O Comércio do Porto* dá conta da existência de vinte e sete notícias sobre este sindicato. No mês de maio há quatro referências. A primeira notícia relativa a este sindicato é do dia 1 de maio. Neste dia, os trabalhadores ocuparam o Sindicato dos Caixeiros e a direção do Sindicato foi destituída. Na sequência da reunião foi, ainda, apresentada uma proposta para eleger uma comissão diretiva provisória que promova eleições em breve. As restantes três notícias que aparecem relativas a este Sindicato são convocatórias para reuniões. Uma delas para tratar de diversos assuntos de interesse para a classe, outra para revogar o estatuto do Sindicato, para definir os princípios orientadores da eleição para os corpos gerentes e para aderirem à União dos Sindicatos do Porto. Convocou-se, ainda no mês de maio, os profissionais dos ramos de solas e cabedais para uma reunião de trabalho de interesse para a classe.

O mês de junho foi o que teve mais acontecimentos sobre este sindicato, tendo um total de catorze. A primeira data do dia 6 de junho e é uma convocação para uma reunião para resolução de problemas inerentes aos ramos de livraria, papelaria e artigos de escritório.

No dia seguinte, há de novo notícias sobre este sindicato em que se dá a informação de que a firma materna lançou ao desemprego sem justa causa as únicas duas empregadas de balcão, já com muitos anos de serviço. Reprova-se o procedimento de uma empresa tão rica e que carece de pessoal para substituir aquele que foi despedido. Logo de seguida, no dia 8 de junho, há outra notícia que remete para novos despedimentos. *"Umas dezenas de caixeiros lançados ao desemprego"* é o seu

título. O número de caixeiros lançados ao desemprego atinge as três dezenas. Os motivos do despedimento variam de firma para firma, mas na maioria foi devido ao estabelecimento de um salário mínimo e a empresa não podia com tantos encargos. Estas são as duas únicas notícias relativas a despedimentos neste Sindicato.

A partir do dia 10 de junho terminam as notícias acerca do Sindicato Nacional dos Caixeiros e passa a haver notícias do Sindicato Livre dos Caixeiros. No entanto, não é dada qualquer informação no periódico que aponte para esta alteração sindical.

Neste mesmo dia, convoca-se uma reunião para todos os caixeiros do ramo de livraria, editores e distribuidores para discutir assuntos de interesse a toda a classe.

É visível que a partir do momento em que se fala em sindicatos livres, estes começam a ser separados por ramos. No dia 10 e no dia 13 há duas notícias: uma para os caixeiros do ramo de livraria, editores e distribuidores e outra para o ramo de armazenistas e importadores de lanifícios, respetivamente, onde são convocadas reuniões de interesse para a classe.

No dia 13 de junho, ainda, informa-se que o ramo de ótica vai encerrar ao Sábado.

No dia 15 de junho, há uma notícia relativa a uma assembleia eleitoral. A comissão diretiva vai proceder à primeira eleição livre dos Corpos Gerentes que vão gerir o destino do Sindicato. A ordem do dia é eleição dos corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976.

No dia 18 de junho, o Sindicato Livre dos Caixeiros (ramo de drogas, produtos químicos e farmacêuticos), são convocados para uma reunião de trabalho de interesse para a classe na quarta-feira.

No mesmo dia, os Caixeiros do ramo de ferro, ferragens e cutelarias são convocados para uma reunião de interesse para a classe, também na quarta-feira.

No dia 20 de junho, convoca-se uma reunião conjunta de profissionais dos ramos de camisaria, malhar, moda, vestuários e tecidos a fim de serem notificados os esclarecimentos e conclusões da comissão representativa em que teve com a comissão diretiva provisória do sindicato.

Ainda no mesmo dia, convocam-se os profissionais do ramo alimentar para uma reunião a realizar para discutir a semana inglesa e para nomear uma comissão de trabalhos.

No dia seguinte, é a vez de promover uma reunião de todos os profissionais do ramo alimentar para tratar de problemas relacionados com a semana inglesa

e nomear uma comissão de trabalho.

No dia 22, convocam-se todos os profissionais do ramo de papelaria e artigos de escritório para uma reunião de interesse para toda a classe.

A notícia seguinte aparece apenas no dia 2 de julho e é para a Comissão Diretiva do sindicato livre dos caixeiros convocar uma reunião do ramo de armazenistas e importadores de lanifícios para uma reunião de maior interesse para a classe. E ainda, a comissão executiva convocou também os profissionais de livraria, editores e distribuidores para uma reunião de interesse para a classe.

Ainda no mesmo dia, convoca-se uma reunião para os Caixeiros do ramo de bazares e perfumarias para uma reunião de interesse para toda a classe.

No dia 10 de julho convoca-se uma Assembleia Eleitoral para eleição dos corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976.

No dia 11, há uma notícia cujo conteúdo é o seguinte: vai-se eleger pela primeira vez neste sindicato, livre e democraticamente, os seus corpos gerentes.

No dia 12, há uma notícia de que se realizará um comício dos trabalhadores de apoio ao Contrato Coletivo de Trabalho e contra os despedimentos.

No dia 15 convocam-se todos os caixeiros do ramo de sapataria para tratar de assuntos referentes à classe, com a seguinte ordem de trabalhos: apresentação e discussão das reivindicações a apresentar pelos trabalhadores e eleição para substituir dois elementos da Comissão de Trabalho.

No dia 17 de julho, há uma notícia que tem a ver com a continuação da notícia de dia 11, onde diz que se realizou uma Assembleia Geral do Sindicato que, pela primeira vez, elegeu livre e democraticamente os Corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976.

No dia 26 de julho, há uma notícia onde se convocam todos os sócios interessados para uma reunião na Sede do Sindicato onde serão organizadas Comissões de Trabalho para as secções culturais e desportivas.

No mesmo dia, a comissão do ramo alimentar convida todos os trabalhadores para uma reunião com interesse para todos.

6.1.2. Sindicato Nacional dos Metalúrgicos do Distrito do Porto

Ao todo, durante o período de tempo em estudo, existem trezes notícias referentes ao Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto, em que no mês de maio

existem sete, mais de metade do total.

A primeira notícia relativa a este sindicato aparece logo no dia 26 de abril e convoca uma reunião para o dia 10 de maio para falar das contas do exercício de 1973.

A notícia seguinte relativa a este sindicato é do dia 3 de maio e é uma convocatória para os trabalhadores metalúrgicos participarem numa reunião com o objetivo de tomar posição face aos acontecimentos atuais e retribuições do contrato coletivo de trabalho.

Após esta, há um período relativamente longo onde não são encontradas quaisquer notícias concernentes a este sindicato, sendo apenas convocada uma reunião no dia 20 para discussão as bases para uma associação livre. A entidade patronal estava a tentar construir um caminho de forma a poder enfrentar a organização dos trabalhadores que se consolida. Previa-se a redução de organismos base, isto é, evitar a proliferação de associações ou sindicatos patronais com o objetivo de conduzir a uma unidade e coesão.

Numa outra reunião, no dia 24 de maio, discutiu-se e debateu-se o contracto coletivo de trabalho (CCT) e o ponto mais controverso das reivindicações foi o do salário mínimo, pois os grémios recusaram-se a ir para além dos 4.500 escudos.

Logo no jornal seguinte, há uma nova publicação referente ao novo contrato de trabalho, sendo que os metalúrgicos e os empresários chegaram a acordo após estarem em negociações desde o dia 21.

Ficou acordado um horário de trabalho de 45 horas a partir do dia 1 de junho; quatro semanas de férias; um mês de subsídio de Natal; validade do contrato até 31 de dezembro de 1974; salário igual independentemente do sexo; tabela única para os metalúrgicos de todo o país; salário mínimo de 4.500$00 para trabalhador indiferenciado.

No dia 30 de maio convocam-se os trabalhadores metalúrgicos para comparecerem numa assembleia geral extraordinária para falarem do CCT, das medidas a tomar face aos despedimentos e reorganização sindical.

No dia seguinte, surge um novo comunicado em que a direção do sindicato dos metalúrgicos alerta os trabalhadores metalúrgicos para algumas atitudes do patronato, por exemplo, a ameaça de alguns patrões de não pagarem segundo a nova tabela de salários mínimos, despedimentos e outras atitudes que possam vir a ser tomadas e que visam lançar o descontentamento e virar os trabalhadores contra a nova ordem democrática do movimento vitorioso do 25 de abril.

Em junho, a primeira notícia aparece no dia 5. A delegação dos metalúrgicos foi recebida pelo ministro do trabalho, a quem mostraram as suas preocupações pela situação do mercado de emprego do sector no Porto.

No mesmo dia, há uma nova notícia cujo título é: "*Elementos da direção do sindicato dos metalúrgicos impedidos de permanecerem nas instalações duma empresa".* Em fase de despedimentos e ameaças, por parte dos patrões, que dizem que não vão pagar a nova tabela de vencimentos acordada, a direção do sindicato dos metalúrgicos do Porto contatou já com o Governo Provisório no sentido de serem tomadas medidas contra despedimentos sem justa causa.

Após mais de um mês de ausência de notícias acerca deste sindicato, no dia 10 de julho é publicado um comunicado para os trabalhadores deste sindicato onde se convoca uma reunião com a seguinte ordem de trabalhos: preparação do comício dos trabalhadores contra as manobras do patronato reacionário.

No dia 15 de julho surge uma notícia de uma grandiosa reunião contra as manobras do patronato. A direção do sindicato dos metalúrgicos do Porto promoveu uma jornada de solidariedade e de unidade da classe face à reação do patronato, usando a arma de despedimento e o não cumprimento do CCT.

6.1.3. Sindicato Nacional dos Electricistas do Distrito do Porto

No total foram encontradas onze notícias sobre este Sindicato.

A primeira notícia é do dia 30 de abril e o título é *Eletricistas do Porto Sugerem Revisão da Legislação Sindical.* As funções sindicais serão sempre de defesa dos interesses dos seus representados*,* solidarizam-se com todos os sindicatos tendo em vista a total liberdade sindical; o fim à carestia da vida; o aumento imediato de salários; a constituição de um salário mínimo a nível nacional; a redução do horário de trabalho; a revisão de toda a legislação sindical; reforma do sistema de Previdência e dos Serviços Médico-Sociais do País.

A notícia seguinte é do dia 5 de maio e é um comunicado que diz que a comissão diretiva constituída em Assembleia Geral saúda todas as forças militares e populares que tornaram possível o renascimento do povo; solidariza-se com as forças sindicais progressistas; haverá eleição de novos corpos gerentes para o SNEDP (Sindicato Nacional dos Electricistas do Distrito do Porto) em breve; convoca uma assembleia geral para a aprovação das listas eleitorais; todas as listas aprovadas terão as despesas de campanha pagas; solicita aos associados que atualizem as suas residências e

regularizem as quotizações.

No dia 8 de Maio há outra notícia em que se dá conta da existência de uma reunião em que os eletricistas do «STCP» apresentaram algumas reivindicações: revogação imediata do decreto de lei nº 196/72 e a revisão de toda a atual legislação de trabalho; contrato de âmbito nacional dos trabalhos eletricistas; salário mínimo nacional no valor de 6.000$00; salário anual equivalente a 15 meses; eliminação de todas as terceiras categorias, passando esse pessoal para segunda categoria; redução do horário de trabalho para 40 horas semanais; em caso de acidente de trabalho ou doença, deve ser pago ao trabalhador o vencimento integral; aposentação aos 60 anos com garantia das pensões anualmente revistas; redução de categorias ao ponto de se conseguir uma maior equiparação; total equiparação entre o pessoal administrativo e técnico; Criação de delegados do pessoal que tratarão dos problemas dos colegas junto da direção.

No dia 15 de maio há uma convocatória da comissão diretiva para a uma assembleia geral extraordinária.

A notícia seguinte aparece apenas no dia 13 de junho e é uma convocatória para os associados reunirem em Assembleia Geral com a seguinte ordem de trabalhos: informação sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão Diretiva; discussão e aprovação do regulamento a adotar na próxima assembleia eleitoral para os corpos gerentes do sindicato e eleição da comissão prevista no regulamento a aprovar.

No dia 22 de junho é publicado um esclarecimento: esclarece-se que as diuturnidades incidem sobre o salário recebido pelos eletricistas e é contado todo o tempo que os mesmos têm ao serviço da firma. São assim devidas aos eletricistas as diuturnidades correspondentes, desde 1 de julho de 1972, data da entrada em vigor do respetivo contracto.

Logo no primeiro dia de julho aparece uma notícia que dá informações sobre as candidaturas de eleições dos corpos gerentes, sendo que, estas eleições realizar-se-iam no dia 20 de julho.

No dia 12 há um comunicado a informar que vão haver eleições dos corpos gerentes para os anos de 1974 a 1976, como já se tinha apercebido na notícia do dia 1 de julho.

7. Papel da Intersindical

Após terem sido proibidas, as reuniões da intersindical recomeçaram em

meados de 1972. Retomam a análise dos aspetos mais gravosos da legislação laboral, mantendo os sindicatos em ação conjunta de protesto.[28]

As reuniões intersindicais, sempre prosseguidas em regime de semiclandestinidade, continuaram a constituir o principal esteio da organização do associativismo e do trabalho até ao 25 de abril.

As ligações entre os sindicatos representativos e o movimento operário e a Intersindical em geral tinham criado estruturas e procedimentos eficazes de solidariedade e organização.

Como o próprio nome indica, a Intersindical é uma organização sindicalista independente que procura zelar pelos interesses dos trabalhadores em Portugal, baseada no princípio que orientam as chamadas "associações de classe" desde 1894. O movimento iniciou-se em 1970 quando foi convocada a primeira reunião das direções de sindicatos. Nesta, discutiram-se aspetos relacionados com os direitos dos trabalhadores, como a liberdade de reunião e a censura, numa época em que vigorava o Estado Novo, assim como o horário laboral.

No ano seguinte, o direito à greve e à livre negociação, a par da liberdade dos sindicatos foram plasmados num documento denominado "Programa Básico da Intersindical", aprovado a 21 de março. A Intersindical participou na aniquilação do corporativismo após a Revolução de abril de 1974 e, em maio, organizou a estratégia a ser aplicada ao movimento sindical naqueles tempos, com vocação democrática e de união e coordenação dos trabalhadores.[29]

Após a operação "Fim de Regime", a Intersindical publicou um "Primeiro Comunicado aos Trabalhadores" aprovado logo no dia 26 de abril onde se formularam 14 reivindicações imediatas fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores:

1. Primeiro de maio como feriado; 2. Total liberdade Sindical; 3. Que sejam repostas as liberdades individuais do povo português; 4. Fim à carestia de vida; 5. Aumento imediato do salário e instituição do salário mínimo nacional; 6. Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em cinco dias; 7. Reintegração no seu local de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua atividade sindical; 8. Liberdade de reunião e associação; 9. Imprensa completamente livre – responsabilidade das redações na orientação das publicações; 10. Administração de

[28] Barreto, "A Formação", 223.
[29] "CGTP-IN", *Infopédia* (Porto: Porto Editora, 2003-2014). Acedido em 11 de maio de 2014. http://www.infopedia.pt/$cgtp-in

previndência exclusivamente pelos trabalhadores; 11. Federação em organismos internacionais sindicais; 12. Direito à greve; 13. Extinção total da PIDE/DGS e julgamento público dos seus membros; 14. Liberdade imediata de todos os presos políticos.[30]

O primeiro comunicado da Intersindical no pós-25 de abril foi aprovado no dia 10 de Maio e concentra-se na ideia de que a estratégia sindical deve basear-se na organização sólida dos trabalhadores, tomando em conta que todas as organizações e iniciativas que digam especial e diretamente respeito aos trabalhadores deverão passar ao controlo das suas organizações de classe e, por outro lado, impondo a negociação direta entre os trabalhadores e os patrões, sem interferências da administração pública. Também já ficam algumas alusões ao possível aproveitamento feito por oportunistas que fazem o jogo da reação.

Um segundo comunicado com a mesma data diz que se deve proceder prioritariamente às eleições dos delegados sindicais nas empresas porque *"a força de qualquer organização sindical de nível superior é dependente da força das organizações da base".*[31]

Perante a evolução ao longo do mês de maio, o comunicado do dia 22 é inteiramente dedicado a um panorama onde surgem palavras de ordem como saneamento, salário mínimo e diminuição de horários. As massas trabalhadoras, empurradas por demagogos e oportunistas, são postas perante as recusas do patronato que, entretanto, esfrega as mãos, pois são criadas condições para os *Lock-Out* e greves, absolutamente inúteis e causadoras do caos económico.

No dia 1 de junho houve uma convocatória para uma manifestação em que a intersindical constata que elementos oportunistas atiraram os trabalhadores para um tipo de ação que, objetivamente, está a servir as forças necessárias, que estão interessadas em aproveitar a anarquia e o caos económico para quebrar a unidade da classe trabalhadora e a aliança desta com o Movimento das Forças Armadas.

Conclusão

Esta investigação permite tirar conclusões de carácter diversificado.

A primeira parte adquiriu um maior caracter de contextualização, apresentando as principais mudanças no imediato pós-25 de abril no mundo do trabalho, dando especial

[30] Barreto, "A Formação", 223-224.
[31] Barreto, "A Formação", 229.

foco à cidade do Porto. Na segunda parte, onde foi realizada a análise do jornal *O Comércio do Porto*, está explicito o surto de movimentações que existe, naturalmente, no pós-25 de abril, isto é, a intrínseca e imediata vontade de mudar toda a realidade desde há muitos anos, principalmente no que respeita às miseráveis condições laborais, entre salários muito baixos e demasiadas horas diárias de trabalho. Claro está que a amostra deste jornal é muto pequena em comparação ao número de greves que existiu.

Outra realidade que fica bem traçada com esta investigação é o número significativo de reuniões que se deu logo nos meses seguintes à Revolução, o que antes seria impossível pois não existia liberdade de reunião (uma das 14 reivindicações apresentadas pela Intersindical) e de associação com o propósito de "defender e promover a defesa dos direitos e interesseis socioprofissionais dos trabalhadores que representam".[32] Estas reuniões punham a tónica na formulação de cadernos reivindicativos e na demissão das direções de carácter corporativo. Este facto deu origem a outro ponto também focado neste trabalho – as eleições de novos corpos gerentes ou para comissões sindicais, que seria uma organização de delegados sindicais, eleita democraticamente, agora que já havia total liberdade sindical.

Contudo, e como já foi dito ao longo do texto, outras formas de luta que seriam evidentes, não foram tanto assim na informação retirada da análise da fonte. É importante salientar a falta de menção que existe relativamente a manifestações e greves. É um facto que estas existiram e é verdade que foi num número considerável e não aconteciam esporadicamente, porém a fonte não revelou o mesmo. Talvez o jornal *O Comércio do Porto* optava por não dar tanto ênfase a esse tipo de movimentação, ou, por outro lado, as greves e manifestações ocorriam na sua grande maioria na capital e este facto afastava-se da realidade do jornal, deixando este de dar importância ao tema, embora, como já foi referido nas páginas anteriores, tenha havido um aumento das manifestações no mês de julho que poderia ter tido continuidade nos meses seguintes. Porém, esta investigação não permitiu ir mais longe, mas como trabalhos posteriores seria interessante fazer esta análise durante um período maior de tempo, por exemplo, desde abril a dezembro de 1974, visto que neste trabalho ainda não dá para perceber muitos dos resultados das greves, das manifestações e da apresentação de cadernos reivindicativos. Poderia ser proveitoso, ainda, fazer uma comparação do pré e pós-25 de abril para se ter uma maior noção das alterações e no fundo saber o que existia antes em termos laborais na cidade do Porto e naquilo que se veio a transformar depois.

[32] *Lei Sindical*. Acedido em 6 de junho de 2014. http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapol26

Fontes

Impressas

O Comércio do Porto. 9 de maio de 1974. Número 126.

O Comércio do Porto. 10 de maio de 1974. Número 127.

O Comércio do Porto. 17 de maio de 1974. Número 134.

O Comércio do Porto. 13 de junho de 1974. Número 10.

O Comércio do Porto. 19 de junho de 1974. Número 15.

O Comércio do Porto. 20 de junho de 1974. Número 16.

O Comércio do Porto. 21 de junho de 1974. Número 17.

O Comércio do Porto. 22 de junho de 1974. Número 18

O Comércio do Porto. 24 de junho de 1974. Número 19.

O Comércio do Porto. 10 de julho de 1974. Número 32.

O Comércio do Porto. 25 de julho de 1974. Número 47.

O Comércio do Porto. 26 de julho de 1974. Número 48.

O Comércio do Porto. 27 de julho de 1974. Número 49.

Bibliografia

Barreto, António. "Revolução de 25 de Abril de 1974". Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (dirs.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2000. Volume 9.

Baptista, António Alçada. *Conversas com Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Moraes, 1977.

Barreto, José. *A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal. (1968-1990).* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa, 1991.

Brito, José Maria Brandão. *O País em Revolução.* Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

Lucena, Manuel (ed.). *A Evolução do Sistema Corporativo Português – O Marcelismo.* Lisboa: P&R, 1976. Volume. 2.

Marques, Hélder Miguel. "O Movimento Sindical Durante o Estado Novo: Estado Atual da Investigação". *Revista da Faculdade de Letras – História*, (2007): 299-316. Acedido em 1 de agosto de 2016. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3359.pdf

Mattoso, José (dir.). *História de Portugal – O Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998. Volume 7.

Mattoso, José (dir.). *História de Portugal – Portugal em Transe.* Lisboa: Estampa, 2001. Volume 8.

Rodrigues, Francisco Martins. *Abril Traído.* Lisboa: Dinossauro, 1999.

Sá, Victor de. *Formação do Movimento Operário Português: Memória de Uma Reprovação.* Coimbra: Centelha, 1978.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos; Lima, Marinús Pires de e Ferreira, Vítor Matias. "As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica ao Movimento Político." *Análise Social*, 42-43 (1975): 266-335.

Silva, Manuel Carvalho da. *Agir Contra a Corrente: Reflexões de um Sindicalista*. Porto: Campo das Letras, 2002.

Stoleroff, Alan; Naumann Reinhard. "As Maiores Organizações Sindicais em Portugal: Um Quarto de Século." *IV Congresso Português de Sociologia* (n.p.). Acedido em 24 julho 2016. http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcc8100016_1.pdf

Manifestações Oposicionistas no *Suplemento Cultura e Arte* do Jornal *O Comércio do Porto* (1958-1962)

– Luís Malva

Resumo

Durante o Estado Novo, enquanto se realizava a censura às publicações periódicas e não periódicas, o *Suplemento* literário *Cultura e Arte* tornou-se um espaço de participação de intelectuais opositores ao regime salazarista. Por se encontrar no diário *O Comércio do Porto*, um jornal de cariz conservador, foi conseguida uma desatenção da censura à colaboração de escritores opositores. O objetivo central será perceber de que formas e que peso teve esta participação oposicionista no *Cultura e Arte*.

Palavras-chave: Estado Novo; ditadura; oposição; imprensa; intelectuais.

Abstract

During Estado Novo, while it was done the censorship of periodical and non-periodical publications, the literary supplement *Cultura e Arte* became a participation space of intellectual opponents of the Salazarism. For being included in the daily *O Comércio do Porto*, a conservative-oriented newspaper, it was accomplished a listlessness of censorship to the collaboration of opposition writers. The main aim will be to perceive the ways and weight of this opposition participation in the *Cultura e Arte*.

Keywords: Estado Novo; dictatorship; opposition; press; intellectuals.

Introdução

O *Suplemento* literário *Cultura e Arte* do jornal *O Comércio do Porto* tornou-se um espaço de participação oposicionista ao Estado Novo conseguindo uma desatenção da censura por se encontrar num diário de cariz conservador. O objetivo central deste trabalho será perceber de que formas e que peso teve esta participação oposicionista no *Cultura e Arte* enquadrada nos vários domínios da oposição, interligada com o ambiente de agitação sociopolítica na cronologia proposta pretendendo-se constituir um panorama geral da visão do país transmitida por estes autores.

O período escolhido para análise, 1958 a 1962, caracteriza-se por um estado de agitação permanente em Portugal e, portanto, um momento provavelmente adequado a

manifestações críticas em relação ao Estado Novo. Dawn Linda Raby divide a história da resistência/oposição em Portugal em seis períodos distintos, sendo que este trabalho se enquadra no quinto período por ele estabelecido. Segundo o autor, entre 1957 e 1962 a luta antifascista em Portugal atinge o seu auge e surgem novas tendências na resistência:[1] populismo militar, catolicismo de esquerda e uma intensa insurreição civil e militar.[2]

Refletindo sobre o tema, após as primeiras leituras bibliográficas e uma consulta genérica da fonte foi possível estabelecer o seguinte conjunto de problemáticas orientadoras da investigação levada a cabo: perceber as várias formas de manifestação nos domínios da oposição, principalmente do intelectual/cultural/literário, e os seus principais movimentos durante este período; analisar o *Suplemento Cultura e Arte* evidenciando a sua estrutura externa, os seus colaboradores mais frequentes, as suas secções periódicas, a existência de edições especiais, entre outros aspetos; identificar os intelectuais opositores participantes regulares neste *Suplemento*; quantificar a sua participação em relação à totalidade dos autores e dos artigos por número, por ano e por toda a cronologia abrangente; distinguir o papel das secções periódicas da responsabilidade destes intelectuais neste *Suplemento*; evidenciar as temáticas mais frequentes tratadas por estes autores; analisar os conteúdos dos seus artigos; detetar manifestações críticas; articular estas intervenções com o contexto social, político e cultural da cronologia em foco.

Importante destacar que este trabalho tem como objetivo de estudo a produção escrita dos autores opositores e não possui como questão de investigação a receção a estes mesmos textos. Ou seja, não caberá neste trabalho a análise da tiragem do *Suplemento* (que é a mesma do diário *O Comércio do Porto*), a quantificação da sua aquisição pelo público, nem o impacto que estes textos e manifestações teriam na opinião pública.

Em primeiro lugar, foi necessário desdobrar os conceitos envolvidos na problemática para assim construir uma base bibliográfica sólida na medida em que não existem estudos realizados sobre este tema em particular, até à data. Assim, a obra de base que levou à escolha do tema foi a *História Literária do Porto Através das Suas Publicações Periódicas* de Alfredo Ribeiro dos Santos. A partir da seleção da temática,

[1] Este autor faz a distinção entre oposição e resistência, sendo que a primeira se traduz numa atividade política mais reduzida e pacífica, enquanto a segunda se repercute numa luta ativa contra o regime.
[2] Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal, 1941-1974* (Lisboa: Salamandra, D. L., 1990), 14.

foi necessário esclarecer alguns conceitos como o de “oposição” e “censura”. Para o esclarecimento de um sentido político do termo “oposição” e as suas movimentações neste período teve-se em conta a obra de Michal Kubát, *Political Opposition in Theory and Central European Practice*, *A Resistência Antifascista* de Dawn Linda Raby, *Caminhos para uma Revolução* de Jacinto Baptista e de Fernando Rosas *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Para o termo “censura”, uma perceção do condicionalismo à qual a produção cultural e intelectual estava sujeita, foram importantes obras como *Mutiladas e Proibidas* de Cândido de Azevedo. Para perceber o ambiente intelectual e cultural, nomeadamente no contexto da oposição, foram importantes as obras de Bruno Monteiro *A Política em todos os seus estados* e *Contributos para a História Social do Porto*, por este organizada, e ainda de João Madeira, *Engenheiros de Almas* e o capítulo “Os Intelectuais, o Poder e a Cidade. O Espaço Social dos Intelectuais do Porto no Estado Novo (1858-1965)” de Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira, na obra *Intelectuais Europeus no Século XX: Exercícios de Objectivação Sócio-história*, por eles organizada.

1. O *Cultura e Arte*

Parte integrante do jornal diário *O Comércio do Porto*, o *Suplemento* literário *Cultura e Arte* é coordenado neste período pelo jornalista Costa Barreto, ele próprio um opositor ao Estado Novo. O corpo documental é constituído pelas edições dos cinco anos em análise neste trabalho, 1958 a 1962. Um total de 120 edições sendo a primeira de 14 de janeiro de 1958 (n.º 4 do ano VII) e a última de 25 de dezembro de 1962 (n.º 3 do ano XII).

O *Suplemento* tem uma periodicidade quinzenal, publicado regularmente às terças-feiras. Poucas foram as irregularidades encontradas em relação à sua periodicidade, sempre notificadas na edição que lhes precedia. O *Cultura e Arte* é constituído por duas páginas correspondentes às cinco e seis do jornal *O Comércio do Porto*. Os *Suplementos* possuem um número e um ano correspondente ao início da sua edição, uma numeração própria independente da do jornal no qual se incluía. Em termos de artigos, o *Suplemento* é constituído por textos não assinados, da redação, e por textos assinados pelos seus colaboradores, sendo que os do segundo tipo são predominantes. Assim, é possível perceber a participação de autores opositores através dos seus artigos assinados. Existem várias secções, bem como algumas edições

especiais, da autoria da redação e dos seus colaboradores. Por *Suplemento*, o número de artigos varia entre seis a doze.

Não se colocam questões quanto à fiabilidade da fonte, já que se tratam de textos propositadamente opinativos e de dimensão literária. Colocam-se constrangimentos pela sua sujeição à Censura, podendo ter existido textos não publicados por este motivo. Contudo, a fonte não permite apurar esta questão, já que a indicação da intervenção dos Serviços de Censura nas publicações era expressamente proibida.[3]

Uma grande quantidade dos números analisados deste *Suplemento* contém alguma secção. Dentro destas, existem algumas que se prolongam por toda a cronologia em análise e outras de curta duração, presentes apenas em parte do corpo documental. Não há qualquer tipo de periodicidade pré-estabelecida para estas secções. Destacam-se, durante todo o período, a "Ronda" de cariz noticioso e da responsabilidade da redação que colocava a par os acontecimentos culturalmente relevantes, bem como prémios recebidos por artistas e intelectuais nacionais, entre outras notícias diversificadas. A "Crítica do Livro", escrita maioritariamente por Óscar Lopes, mas também por Mário Sacramento, possuía como objetivo a análise crítica de obras de produção nacional, e "Coisas Nossas", com artigos redigidos por José Régio sob a forma de crónica de temáticas diversas especialmente focadas em questões culturais nacionais. Outras secções são possíveis de identificar como "Temas Oitocentistas" e a "Vivência do Tédio" de Joel Serrão, "Teatro & Teatro" de José Régio, "Bibliografia de Arte (Notas Críticas)" de Costa Barreto, "Para a Divulgação dos Nossos Escritores" da redação, "Cartas da Europa e do Brasil" e "Música". Podemos perceber que uma grande parte dos responsáveis das secções do *Suplemento* eram intelectuais opositores ao regime salazarista: Óscar Lopes, José Régio, Mário Simões Dias, Costa Barreto, Joel Serrão… Este pode-se assumir como um mecanismo que permitiria manter a sua participação mais ativa e regular no *Suplemento*.

Existem algumas edições especiais dedicadas a um autor, movimento artístico ou literário específicos, sempre anunciadas no número anterior à sua publicação. Assim, é possível perceber se esta intenção é de facto concretizada ou não. São exemplos destas edições especiais os *Suplementos* dedicados a "Pousão", a "Antropologia Cultural Portuguesa", "Teatro Espanhol Contemporâneo" e a "Poesia 'Post-Orpheu'".

[3] Jorge Ramos do Ó, "Censura", Fernando Rosas *et al* (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), I, 140.

Para o dia 14 de fevereiro de 1960 estava anunciada a quarta série desta última edição especial ("Poesia 'Post-Orpheu'") dedicada aos poetas de S. Tomé, Angola e Moçambique que não veio a ser publicada. Verificou-se o seu adiamento para o dia 28 do mesmo mês, sendo esclarecida esta situação por "razões alheias à nossa vontade".[4] Ainda assim, no dia 28 a edição especial não ficou completa, ficando de fora a poesia angolana que só viria a ser lançada a 11 de abril. É importante lembrar que a Guerra Colonial tem início a 4 de fevereiro de 1961 em Angola, fator provavelmente influenciador desta reestruturação e irregularidade. Em 1959 já se tinha verificado uma situação semelhante. Na edição do dia 27 de janeiro é anunciado que o *Suplemento* de 10 de fevereiro seria dedicado a António Sérgio, opositor ao Estado Novo e elemento do MUD (Movimento de Unidade Democrática, órgão organizado da oposição ilegalizado por Salazar desde 1948), o que não acontece não sendo fornecida qualquer tipo de explicação para o sucedido. Podemos, à partida, tentar justificar estes dois casos pela ação da Censura, mas mais uma vez a fonte por si mesma não permite o conhecimento da verdadeira razão que leva ao seu cancelamento.

2. O Estado Novo e a Oposição

O período em análise é verdadeiramente inaugurado com a candidatura do General Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958, situação na qual é necessário ter em atenção todo o fervor popular da sua propaganda, bem como a fraude eleitoral levada a cabo pelo regime que fez com que o salazarismo vivesse "os momentos de maior perigo da sua longa história".[5]

Após as eleições presidenciais de 1958, a contestação oposicionista ao governo foi uma constante até 1962, limite do período em análise. Assistiram-se a várias tentativas de organização de uma sublevação militar e o "surto de greves e de outras formas de agitação laboral […] revelava um novo clima de contestação".[6] Com a campanha eleitoral de 1958, que abala pela primeira vez o regime salazarista, a Censura passa a ser muito mais rigorosa,[7] bem como os restantes mecanismos de repressão.

[4] *Cultura e Arte*. *O Comércio do Porto*. Ano X, Suplemento n.º 6. Porto, 14 de fevereiro de 1961, 6. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 05(-3).
[5] Raby, *A Resistência*, 215.
[6] Raby, *A Resistência*, 226.
[7] Cândido de Azevedo, *Mutiladas e Proibidas: Para Uma História (*Lisboa: Caminho, 1997), 43.

Neste período de cinco anos devem ainda ter-se em conta outras ações contra o regime como a conspiração da Sé a 11 de março de 1959, a criação das Juntas Patrióticas pelo PCP na primavera e a redação do *"*Programa para a Democratização da República" tornado público em 1961. Também em 1961, realiza-se o assalto ao navio português *Santa Maria* em janeiro, inicia-se a Guerra Colonial em fevereiro, o golpe Botelho Moniz entre março e abril, a revolta em Goa, a fuga de militantes comunistas da prisão de Caxias e a revolta de Beja em dezembro. O ano de 1962 é iminentemente marcado pela crise académica.[8] No início da década de 1960 o movimento socialista dá sinais de unificação e renovação e em 1962 é criada a Resistência Republicana e Socialista. Os anos 60 trazem um maior conhecimento da situação internacional através da televisão e do turismo, bem como por uma certa prosperidade e oportunidade de negócio para as classes médias urbanas. Assim, surge "um sentimento de frustração provocado pela tomada de consciência do obscurantismo em que o país estava mergulhado".[9] O início da guerra colonial em fevereiro de 1961 acentuou a crise do regime e o seu isolamento internacional.[10] Devido à intensa atividade da oposição no ano de 1961, Fernando Rosas intitula-o de "ano terrível".[11] Contudo, a partir de 1962 dá-se uma "acalmia na oposição" que se manterá até 1968.[12]

Dentro do "microcosmos da oposição ao Estado Novo" encontra-se a atividade dos intelectuais. A corrente que mais exprime esta oposição na produção cultural, neste período, é o neorrealismo de influência marxista, adotado como forma de divulgação dos ideais socialistas na literatura e na arte, e portanto associado ao PCP (Partido Comunista Português).[13] Este movimento literário, também presente nas artes plásticas, vigorou em Portugal de finais dos anos de 1930 a início dos anos de 1960,[14] tendo como missão a "tentativa de refletir, interpretar e, em menor medida, denunciar o sistema e consciencializar a massa social".[15] Difundiu-se em revistas jovens mas também através de algumas de maior renome como a *Presença*, *Portucale* e na coleção *Novo*

[8] Franco Santos Alves da Silva, *O Jornal Portugal Livre Buscando uma Identidade, (1958-1961)* (Porto: [Edição do Autor], 2002), 4.
[9] Raby, A Resistência, 244.
[10] David Lander Raby, "Oposição", António Barreto *et al* (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 642.
[11] Fernando Rosas, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013), 248.
[12] Raby, "Oposição", 642.
[13] João Madeira, Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais (Lisboa: Editorial Estampa, 1996), 381-383.
[14] Carlos Reis, "Neo-realismo", António Barreto *et al* (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 597-598.
[15] Eduardo Iáñez, *A Literatura Contemporânea Depois de 1945* (Lisboa: Circulo de Leitores, 2003), IX, 287.

Cancioneiro.[16] Nem todos os intelectuais neorrealistas se sentiam em conformidade com a militância comunista e a ligação ao PCP deixando espaço para uma discussão entre grupos oposicionistas. Contudo, uma coisa os unia, o "espírito de criação individual e da edição".[17] Nos anos de 1950 o neorrealismo entra num "período de reflexão" em virtude de uma nova mentalidade pós-Segunda Guerra Mundial.[18] A corrente dissipa-se pela sua própria evolução e renovação dando origem na década seguinte a uma nova geração de escritores.

Durante o Estado Novo, contrários a estes intelectuais dissidentes, vai existir um grupo que encontra uma cumplicidade com o regime, tendo os seus trabalhos consagrados por se mostrarem simpatizantes com o salazarismo na sua produção cultural.[19] Esta intervenção do Estado vai potenciar a emergência de mecanismos de reação e contestação por parte de outras correntes artísticas associadas aos opositores a este sistema.[20]

Para além da censura realizada às publicações escritas nas suas diversas formas, este instrumento de repressão tem como consequência o aparecimento de uma autocensura dos próprios intelectuais, bem como o desenvolvimento de mecanismos próprios da falta de liberdade na produção literária, por exemplo através da construção de formas de referência a determinados assuntos e conceitos sem os mencionar explicitamente. Neste período, apesar deste cerco à produção literária se ter exacerbado, assiste-se a uma maior emancipação do "espaço literário"[21] pois são várias as correntes estéticas e ideológicas que convivem num espaço cultural de "intercâmbio de ideias e formas de expressão" potenciado pelas revistas culturais e literárias. A participação em revistas literárias é uma forma de indagação e reação sobre as pressões ideológicas e de preservar o exercício do trabalho intelectual, individual e coletivo. A oposição intelectual, mais discreta, assume a necessidade de lutar contra a repressão e de impor a sua presença individual e de grupo,[22] atitude coexistente com os movimentos mais visíveis da resistência neste período.

---

[16] Iáñez, *A Literatura*, 287.
[17] Madeira, *Os Engenheiros*, 384-387.
[18] Iáñez, *A Literatura*, 287.
[19] Bruno José Rodrigues Monteiro, A Política em Todos os Seus Estados: Génese e Estruturação da Mobilização Política (Porto: [Edição do Autor], 2012), 132-134.
[20] Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira, "Os intelectuais, o Poder e a Cidade", Bruno Monteiro *et al* (orgs.), *Intelectuais Europeus no Século XX: Exercícios de Objectivação Sócio-histórica* (Porto: Edições Afrontamento, 2014), 221.
[21] Monteiro e Pereira, "Os Intelectuais", 228.
[22] Clara Crabbé Rocha, "Os Novos Caminhos da Literatura", António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), V, 267.

3. Manifestações Oposicionistas no *Cultura e Arte*

Como orientação para esta análise, considerei uma manifestação oposicionista uma expressão crítica desviante da corrente de pensamento imposta pelo Estado autoritário. Ou seja, expressões, não necessariamente textos e artigos completos, que focando um determinado tema invoquem aspetos contrários e/ou críticos à ação do Estado Novo.

3.1. Os Colaboradores Opositores

No seguinte quadro estão presentes os colaboradores possíveis de identificar como opositores ao regime salazarista.[23] A frequência de participação dos mesmos é, na maior parte dos casos, variada e descontínua. Para além da sua identificação, este quadro evidencia o peso da sua participação pelo registo do número de artigos escritos pelos mesmos para cada ano do período em estudo.[24]

Quadro 1. Colaboradores Oposicionistas e Seus Artigos (1958-1962)

Colaboradores	1958	1959	1960	1961	1962	Total
Adolfo Casais Monteiro	9	3	-	-	-	**12**
Alceu Amoroso Lima	-	1	-	-	-	**1**
Alexandre O'Neill	-	1	-	-	-	**1**
Alfredo Margarido	-	-	-	2	-	**2**
António José Saraiva	4	4	2	3	6	**19**
António Ramos Rosa	-	-	2	8	6	**16**
Antunes da Silva	1	-	-	-	-	**1**
Carlos Lobo de Oliveira	-	1	-	1	-	**2**
Carlos Porto	-	1	2	-	-	**3**
Costa Barreto	4	4	1	-	-	**9**
Eduardo Lourenço	2	1	6	2	7	**18**
Fernando Guimarães	-	2	10	8	6	**26**
Fernando Lopes Graça	-	4	4	4	-	**12**
Francine Benoit	-	1	-	-	-	**1**
Francisco Tenreiro	-	-	-	1	-	**1**
Gaspar Simões	1	-	1	-	-	**2**
Georges F. Listopad	1	9	8	6	4	**28**
J. Prado Coelho	-	-	-	1	3	**4**
João de Araújo Correia	-	-	1	-	-	**1**
João Sarmento Pimentel	1	-	-	-	-	**1**
Joel Serrão	6	7	5	6	3	**27**

[23] Alguns dos autores não foram possíveis de identificar e no caso de outros não foram encontradas quaisquer notas biográficas que os confirmassem como opositores ao regime.
[24] Os autores estrangeiros não foram identificados como opositores ou não, ficando fora deste estudo.

Jorge de Sena	5	1	-	7	2	**15**
José Carlos de Vasconcelos	-	1	-	-	-	**1**
José Fernandes Fafe	1	-	-	-	1	**2**
José Gomes Ferreira	1					**1**
José Régio	9	7	4	6	9	**35**
Manuel Ferreira	1	1	3	3	4	**12**
Manuel Villaverde Cabral	-	-	1	4	1	**6**
Mário Sacramento	5	3	5	-	-	**13**
Nuno Portas	1	-	-	-	-	**1**
Oliveira e Silva	-	-	1	-	-	**1**
Óscar Lopes	16	14	17	15	16	**78**
Rui Fejó	1	-	1	-	2	**4**
Salgado Júnior	1	-	-	-	-	**1**
Victor de Sá	-	5	4	7	3	**19**
Virgílio Ferreira	-	-	1	1	3	**5**
Total	**70**	**71**	**79**	**85**	**76**	**381**

Fonte: *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*. Porto, 1958-1962.

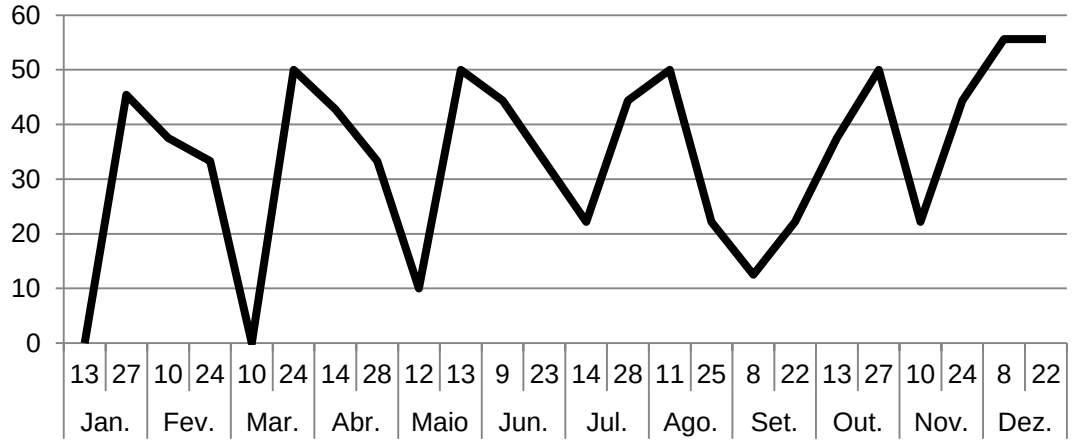
Através da análise do presente quadro é possível identificar como colaboradores mais frequentes Óscar Lopes, José Régio, Georges F. Listopad, Joel Serrão e Fernando Guimarães, todos com um número superior a vinte artigos escritos. O destaque vai em larga medida para Óscar Lopes, com 78 contribuições, já que este se encontrava a cargo da secção periódica "Crítica do Livro", presente em grande parte dos *Suplementos* em análise. Em segundo lugar destaca-se José Régio, com 35 artigos, sendo que este era autor de várias secções periódicas. É possível destacar, também, que Óscar Lopes, José Régio, Joel Serrão, G. F. Listopad, Eduardo Lourenço e António José Saraiva mantêm contribuições contínuas nestes anos. Não existem alterações significativas no total de artigos da autoria de opositores no período, mas é possível perceber um crescimento até 1961 e uma queda no ano seguinte. É de assinalar também o ano de 1960 como o que mais variedade de colaboradores possui, sendo que esta diversificação não sofre grandes alterações ao longo destes anos.

Apesar de não contabilizada, a análise da fonte permitiu perceber a participação frequente de autores não identificados como opositores: Ilídio Sardoeira, Ernesto Veiga de Oliveira, Mário Simões Dias, Victor Matos e Sá, Elaine Sanceau, João Esteves Sasportes, Alves Costa, entre outros.

Por *Suplemento*, os artigos de autores opositores constituem, em média, 37% do total de artigos assinados, para o período em estudo. Contudo, este é um valor que esconde uma grande variabilidade por *Suplemento*, por mês e por ano. Em nenhum dos anos se encontra qualquer tipo de tendência constante de subida ou queda da

percentagem de intervenções de opositores em relação à totalidade de artigos por *Suplemento*. Observe-se o seguinte gráfico que analisa esta questão, a título de exemplo, para o ano de 1959:

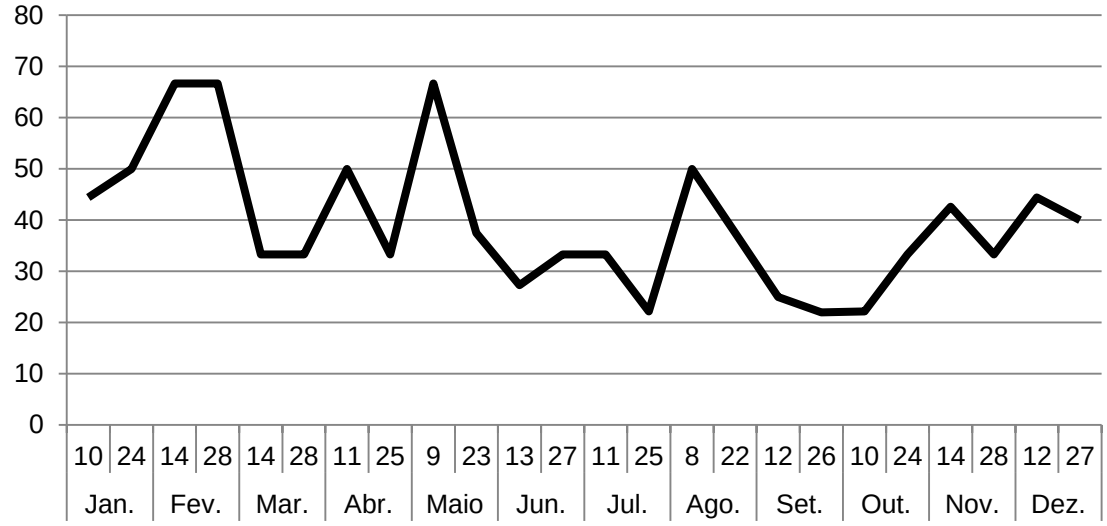
Gráfico 1. Artigos de Opositores em Relação à Totalidade de Artigos Assinados por Colaboradores por *Suplemento* (1959)



Fonte: *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*. Porto, 1958-1962.

Pela análise do gráfico, podemos verificar que tanto existiram edições do *Suplemento* que não contaram com nenhuma publicação de um autor opositor, as edições de 13 de janeiro e de 10 de março, como existiram outras que ultrapassaram a metade do total de artigos por edição contando com 55% de textos escritos por autores opositores: as duas edições do mês de dezembro. Como é possível constatar não há qualquer tendência de aumento ou diminuição desta percentagem ao longo do ano, mostrando-se a linha do gráfico bastante irregular. Toda a cronologia possui esta irregularidade na percentagem de artigos escritos por opositores ao Estado Novo em relação à totalidade de artigos assinados por colaboradores nas várias edições do *Cultura e Arte*. No ano de 1961 esta percentagem atinge os valores mais elevados, sendo que nunca baixa dos 20% durante todo o ano e chega mesmo a atingir os 60% em três edições distintas, como podemos constatar no gráfico seguinte:

Gráfico 2. Artigos de Opositores em Relação à Totalidade de Artigos Assinados por Colaboradores por *Suplemento* (1961)



Fonte: *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*. Porto, 1958-1962.

Contudo, é possível perceber uma preocupação em manter um certo equilíbrio entre artigos de colaboradores opositores e outros em cada *Suplemento*. Assim, tornar-se-ia potencialmente mais fácil passar o *Suplemento* pela censura sem levantar grandes questões como provavelmente aconteceria caso determinada publicação contasse apenas com textos de autores reconhecidos como opositores.

O conjunto de autores aqui apresentado é eclético e, portanto, os temas sob os quais eles se debruçam são também variados. A literatura é o tema principal destes autores e, de resto, de todo o *Suplemento*. Os textos sobre determinado autor também são abundantes, bem como estudos sobre certa obra. Existe uma grande quantidade de artigos de crítica literária, tanto de análise de obras, como de teoria da crítica. À parte dos temas literários existem problemáticas relacionadas com a cultura, o teatro, a música, as artes plásticas, o cinema, a história, a filosofia e mesmo outras questões como a televisão.

O seguinte quadro apresenta os colaboradores opositores aos quais se puderam atribuir manifestações oposicionistas e a sua quantificação por ano e no total.

Quadro 2. Colaboradores e Suas Manifestações Oposicionistas

Colaboradores	1958	1959	1960	1961	1962	Total
Adolfo Casais Monteiro	3	1	-	-	-	**4**
Alexandre O'Neill	-	1	-	-	-	**1**
António José Saraiva	-	1	-	3	-	**4**
António Ramos Rosa	-	-	-	4	-	**4**
Carlos Porto	-	-	2	-	-	**2**
Costa Barreto	3	2	-	-	-	**5**
Eduardo Lourenço	2	-	4	2	3	**11**
Fernando Guimarães	-	-	1	-	3	**4**
Fernando Lopes Graça	-	1	1	-	-	**2**
Francine Benoit	-	1	-	-	-	**1**
Francisco Tenreiro	-	-	-	1	-	**1**
Gaspar Simões	-	-	1	-	-	**1**
J. Prado Coelho	-	-	-	-	2	**2**
João de Araújo Correia	-	-	1	-	-	**1**
Joel Serrão	3	-	2	-	-	**5**
Jorge de Sena	1	1	-	1	-	**3**
José Gomes Ferreira	1	-	-	-	-	**1**
José Régio	1	3	3	3	1	**11**
Manuel Ferreira	1	-	2	1	1	**5**
Mário Sacramento	1	1	4	-	-	**6**
Nuno Portas	1	-	-	-	-	**1**
Óscar Lopes	13	12	8	15	12	**60**
Rui Fejó	1	-	-	-	2	**3**
Victor de Sá	-	5	2	5	3	**15**
Virgílio Ferreira	-	-	-	1	-	**1**
Total	**31**	**29**	**31**	**36**	**27**	**154**

Fonte: *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*. Porto, 1958-1962.

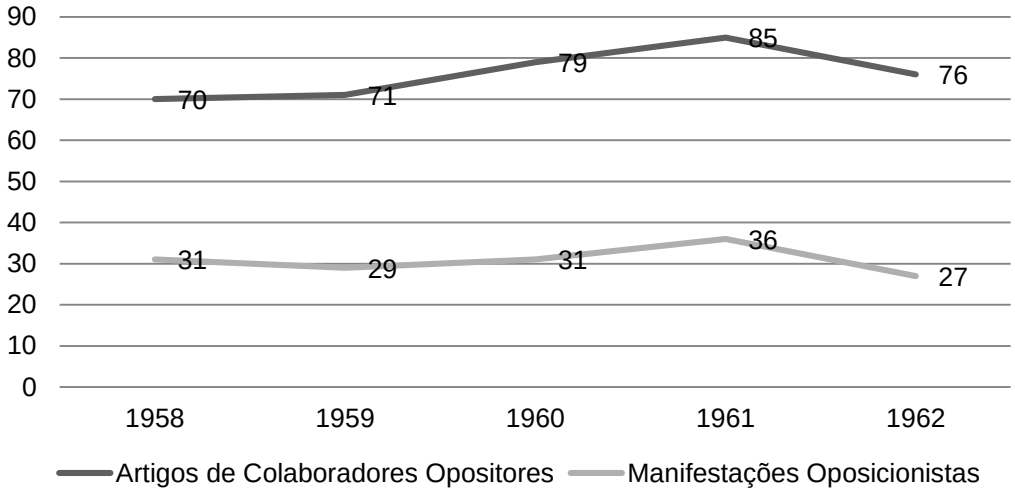
Pela comparação do Quadro 4.2 com o Quadro 4.1, é possível perceber que nem todos os colaboradores opositores se opunham manifestamente nos textos que escreviam e que nem todos os artigos revelam algum tipo de crítica contra o Estado Novo.

O número de colaboradores identificados como opositores é de 36, enquanto o número de autores aos quais são atribuídas manifestações oposicionistas nos seus artigos é de 25. Assim, o número de manifestações oposicionistas, 154, é também inferior em relação ao número total de artigos escritos por estes autores, 376. Além disto, os autores opositores que mais artigos possuem — Óscar Lopes, José Régio, Georges F. Listopad, Joel Serrão e Fernando Guimarães — não correspondem totalmente aos que mais se manifestavam, sendo estes: Óscar Lopes, Victor de Sá, Eduardo Lourenço e José Régio, todos com mais de 10 manifestações registadas.

Elucidativa desta questão é a comparação entre os escritores G. F. Listopad e Victor de Sá. Em relação ao primeiro contam-se 28 contribuições, mas nenhuma possui qualquer manifestação oposicionista. Por contraste, das 19 contribuições do segundo, 15 possuem uma vertente crítica. Assim, a mais forte oposição neste *Suplemento*, para esta cronologia, provém dos quatro colaboradores acima mencionados.

O seguinte gráfico apresenta-nos o número de artigos escritos por colaboradores opositores em comparação ao número inferior de manifestações oposicionistas por ano e permite perceber que tanto o número de artigos como o número de manifestações não é muito variável e descrevem uma linha semelhante. O "ano terrível", 1961, é aquele que regista um crescimento mais acentuado da intervenção oposicionista (36 manifestações identificadas) no *Suplemento*, correspondendo, assim, ao ano que registou, também, uma maior percentagem de introdução de textos de autores opositores em relação aos demais, por *Suplemento*.

Gráfico 3. Artigos de Colaboradores Opositores e Manifestações Oposicionistas



Fonte: *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*. Porto, 1958-1962.

3.2. Manifestações Oposicionistas

O Quadro 3 divide as manifestações oposicionistas identificadas por temas, cabendo uma quantidade considerável das mesmas, em mais que uma categoria. A maior parte das manifestações é versada à cultura e dentro deste tema tem grande destaque a referência a autores e correntes da oposição. As manifestações de caráter político têm uma posição secundária nas preocupações destes autores, em primeiro lugar porque encaram a cultura, e a resolução dos seus problemas, como solução para

os problemas políticos, em segundo lugar, de certo, por se tratarem de temas evidentemente mais polémicos despertando maior atenção por parte da Censura.

Quadro 3. Manifestações Oposicionistas por Categorias

	1958	1959	1960	1961	1962	Total
1. CULTURA	**45**	**25**	**33**	**30**	**24**	**157**
a. Estado da Cultura	6	2	4	1	-	13
b. Desinteresse Cultural	2	-	-	-	2	4
c. Desinvestimento Educativo	2	-	1	-	-	3
d. Limitações à Produção Cultural	5	4	2	3	1	15
i. Limitações	5	2	-	2	1	10
ii. Censura	-	2	1	1	-	4
iii. Autocensura	-	-	1	-	-	1
e. Marasmo Literário e Artístico	11	7	4	8	3	33
i. Marasmo	1	2	-	-	-	3
ii. Desvalorização dos Verdadeiros Artistas Portugueses	3	3	2	3	3	14
iii. Valorização de Artistas Medíocres	4	-	1	4	-	9
iv. Provincianismo	3	2	1	1	-	7
f. Correntes e Autores da Oposição	19	12	22	18	18	89
i. Referência a Autores Opositores	12	11	13	16	14	66
ii. Neorrealismo	5	1	5	2	4	17
iii. *Presença*	2	-	4	-	-	6
2. ESTADO	**14**	**12**	**11**	**17**	**4**	**58**
a. Autoritarismo e Opressão	7	5	3	3	1	19
b. Incentivo à Liberdade	2	3	3	5	-	13
c. Apatia e Necessidade de Ação	2	2	2	8	2	16
d. Frustração e Esperança	1	1	2	-	-	4
e. Alternativas Políticas	2	1	1	1	1	6
3. PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS	**2**	**-**	**2**	**3**	**2**	**7**

Fonte: *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*. Porto, 1958-1962.

Falar em estado da cultura é referir as manifestações sobre a ambiência cultural em Portugal e seus problemas. Um deles o de "elevação dos povos a um nível cultural adequado às circunstâncias", já que a "esmagadora maioria da população portuguesa"[25] não tem acesso à cultura. Portugal tornou-se um país culturalmente atrasado em relação ao resto da Europa e estes autores afirmam que "os governos não estão a olhar com todo o cuidado para os problemas da cultura".[26] A ausência de prémios a atribuir aos artistas também é um problema apontado. Isto significa uma constatação de um

[25] Victor de Sá, "As Bibliotecas Móveis e os Escritores", *Cultura e Arte*. *O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 13. Porto, 26 de maio de 1959, 5.
[26] Victor de Sá, "Cultura e Orçamento". *Cultura e Arte*. *O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 5. Porto, 27 de janeiro de 1959, 5.

desinteresse na cultura por parte do Estado e um atraso causado pela não educação da população e pelas limitações a que a produção cultural se encontrava sujeita.

Quanto à insuficiência do sistema educativo português são lançadas questões "à carência de espírito de investigação no ensino universitário, às próprias condições materiais do ensino, ao praticismo imediato e míope de muitos dos nossos inovadores técnicos, às consequências históricas já seculares do 'espírito inquisitorial'".[27] E no ensino artístico, Fernando Lopes Graça elucida-nos quanto à integração da arte da música e sua respetiva teoria nas Universidades, afirmando que "sabemos bem a que estamos reduzidos […] Quanto ao […] nosso único Conservatório oficial nem falar nisso é bem, para não termos de nos sumir pelo chão dentro".[28] Os elevados índices de iliteracia foram um constrangimento para a produção e consumo cultural em Portugal, principalmente na primeira metade do século XX.[29]

Num Portugal autoritário é indiscutível que a atividade cultural estivesse condicionada e que limitações se lhe impusessem pela Censura, mesmo autocensura, e própria mentalidade. Algumas passagens são exemplo disto: "condicionalismo comum que situa a cultura portuguesa contemporânea";[30] "os métodos policiais são tão prejudiciais à literatura como à vida social";[31] "diríamos que, por via de todas as restrições da censura, não lhes restaria senão a alternativa de fazer literatura alambicada";[32] "numa época em que as inibições e auto inibições se tornaram a um tempo tão prementes e conscientes".[33] Existe um artigo da autoria de José Régio, uma crítica crucial à Censura, que com alguma ironia intitula os censores de "críticos literários":

> Que hoje são tidos por críticos literários homens cujos interesses fundamentais são antes outros; cujo melhores serviços são antes prestados a outras formas de atividade, a cujo serviço submetem a própria literatura que dizem eles servir […] Mas a que extremos de falsidade, injustiça, hipocrisia, superficialidade, não-senso, chegará o que se chama

[27] Óscar Lopes, "A Crítica do Livro". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 13. Porto, 27 de maio de 1959, 6.
[28] Fernando Lopes Graça, "Notícia sobre os Seminário Livres de Música da Universidade da Bahia", *Cultura e Arte*. *O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 4. Porto, 12 de janeiro de 1960, 6.
[29] Monteiro e Pereira, "Os Intelectuais", 218-219.
[30] Portas, Nuno, "O Cinema em Portugal: O Pensamento Cinematográfico", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 19. Porto, 26 de agosto de 1958, 5.
[31] Adolfo Casais Monteiro, "Equívocos Luso-brasileiros", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 7. Porto, 25 de fevereiro de 1958, 5.
[32] Adolfo Casais Monteiro, "A Difícil Autenticidade". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 9. Porto, 24 de março de 1959, 5.
[33] Óscar Lopes, "A Crítica do Livro", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 7. Porto, 23 de fevereiro de 1960, 6.

> cultura, se todos se encolhem, e assim colaboram na confusão crescente, assim se tornam cúmplices dos inconscientes (ou demasiado conscientes) produtores de confusões?[34]

A literatura portuguesa encontra-se, segundo autores como Adolfo Casais Monteiro num "marasmo". As revistas literárias de vanguarda têm "a sorte habitual […] de morrer cedo".[35] Adolfo Casais Monteiro diz-nos expressamente que a literatura portuguesa "sofre de provincianismo"[36] e encontramos várias críticas a este regionalismo que deve ser substituído por algo de mais genuíno. Isto trata-se de um problema de mentalidade, de "assimilação pronta" e "imitação snob, inautêntica, de todas as modas - os psitacistas do *dernier cri*".[37] Carlos Porto afirma que este espírito provinciano perdurará na mentalidade portuguesa, já que "nascemos provincianos, provincianos com esse inevitável complexo de inferioridade que nos tolhe desde que as Índias se foram com essa nostalgia do que não temos... provincianos havemos de continuar, teimosa e orgulhosamente."[38]

É geral e visível em críticas de autores como José Régio e Costa Barreto um sentimento de desvalorização daquilo que consideram os verdadeiros artistas portugueses. Acontece em comparação a um apreço maior por aquilo que é produção cultural estrangeira, em considerar que em Portugal os grandes nomes só são reconhecidos depois da sua morte e em comparação a um panorama de valorização de artistas considerados medíocres: "sistemáticos depreciadores do quer que seja português";[39] "os grandes pintores portugueses do nosso tempo, os quais andam tão esquecidos ou menosprezados […] É tão raro falar entre nós dos artistas vivos"[40]. Destes artistas considerados vulgares por estes autores fazem parte aqueles que se deixam simpatizar com o Estado Novo tendo assim as suas obras consagradas, entendido a partir do seguinte excerto de José Régio, novamente carregado com uma certa ironia e indignação:

---

[34] José Régio, "Coisas Nossas: a 'Especialidade' Literária", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, nº 6, Suplemento n.º 6.
[35] Adolfo Casais Monteiro, "Para a História da Presença", *Cultura e Arte*. *O Comércio do Porto*, Ano VII Suplemento n.º 4. Porto, 14 de janeiro de 1958, 5.
[36] Monteiro, "A Difícil", 5.
[37] Jacinto do Prado Coelho, "Sobre a Influência Francesa nas Letras Nacionais", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano XI, Suplemento n.º 14.
[38] Carlos Porto, "Pequena Viagem Teatral I", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 4. Porto, 12 de janeiro de 1960, 5.
[39] José Régio, "Duas Peças", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 15. Porto, 23 de junho de 1959, 5.
[40] Costa Barreto, "Bibliografia de Arte: Notas Críticas". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 10. Porto, 8 de abril de 1958, 6.

> […] o reclamo empreendido, sustentado, desenvolvido em torno de nome e obras de valor literário medíocre. Ou a conjuração do silêncio, a hipocrisia das reservas de depreciação ou deformação em volta doutros cujo valor sobressai. Ora o que significa isto? Que os primeiros convêm, e os segundos não, a intenções e planos que podem, até, ser muito respeitáveis, mas nada têm a ver com os valores da arte literária.[41]

Procura-se realizar a apologia a obras e autores opositores, bem como às novas correntes literárias através da secção "Crítica do Livro", mas também na secção "Para a Divulgação dos Nossos Escritores" e em outros artigos. Em dezenas de artigos escritos por colaboradores da oposição se faz a referência a, ou se escreve mesmo sobre, outros autores opositores, mencionando, por exemplo o nome e obra de Alves Redol, Fernando Namora, Miguel Torga, Virgílio Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, entre outros. Esta referência, mais discreta que outro tipo de intervenções, é o meio mais utilizado como manifestação oposicionista.

Vimos já que a corrente estilística que mais adesão obteve por parte dos artistas opositores ao regime salazarista foi o neorrealismo. Vários dos colaboradores oposicionistas deste *Suplemento* literário enquadram-se nesta corrente, como o caso de Óscar Lopes, Virgílio Ferreira e Mário Sacramento. Segundo Óscar Lopes, "para que o neorrealismo seja de facto neo- tem, portanto, que estar empenhado no delineamento de novos tipos humanos sociais".[42] A corrente ganha um sentido de missão de construção de uma sociedade diferente da atual, a do Estado Novo. Mas, numa cronologia já afastada da sua formação e apogeu, é natural que o neorrealismo se encontrasse sob alvo de algumas críticas, pelo que, o mesmo autor afirma que "há quem aponte como atualmente necessária ao neorrealismo uma atenção maior ao 'mundo interno'",[43] como se este sentido de missão se estivesse a dissipar ou mesmo a perder.

Na mesma medida encontramos alguns artigos sobre a revista *Presença*. A geração presencista manifestou-se em revista de finais dos anos 1920 e durante a década de 1930[44] e alguns dos colaboradores deste *Suplemento* pertencem a este grupo como o caso de José Régio, Adolfo Casais Monteiro ou João Gaspar Simões. É mencionada tanto a revista, com artigos dedicados à própria, bem como autores da geração presencista. Casais Monteiro escreve sobre a *Presença* e a sua missão:

---

[41] Régio, "Coisas", 6.
[42] Óscar Lopes, "A Crítica do Livro". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 20. Porto, 12 de setembro de 1961, 6.
[43] Óscar Lopes, "A Crítica do Livro". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano XI, Suplemento n.º 13. Porto, 22 de maio de 1962, 6.
[44] Rui Ramos, "Presença", António Barreto *et al* (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1999), 145.

> [...] chamando a si, progressivamente, todos quantos se achavam maduros para a renovação exigida pelo marasmo em que a literatura se encontrava […] iniciava um programa de revisão impregnado de intenções críticas inteiramente novas.[45]

Num campo mais relacionado à política, constata-se muitas vezes e de diversas formas o autoritarismo e opressão do Estado Novo. São elucidativos os seguintes exemplos: de Casais Monteiro, a "tristeza da vida que o Estado Novo dera ao país"[46] e de Vergílio Ferreira:

> Dir-se-ia que, apesar de tudo, realizar uma obra de arte com determinada 'orientação' ou 'visão' é um erro ou uma injustiça, sei lá mesmo se um 'crime'. Quanta coisa a dizer aí... Recordemos apenas este desafio de Sartre a que suponho, ninguém poderá responder: 'que me citem um só bom romance cujo propósito tenha sido servir a opressão'. Isto porque 'a obra de arte, por qualquer lado que se tome, é um ato de confiança na liberdade dos homens'.[47]

Além destes, Eduardo Lourenço, abordando os filmes *Mein Kampf* e *Tempo do Gueto*, tece uma crítica severa e direta ao estado autoritário e ao nacionalismo exacerbado:

> Como se reduz um povo cultivado, dinâmico, a uma máquina uivante ou silenciosa, noite e dia submetida ao 'tam-tam' tribal de uma só opinião, de uma só e contínua propaganda a serviço do que em todos os povos há de mais imediato e mais baixo: o culto do seu furor nacionalista.[48]

Em oposição encontram-se algumas manifestações de apologia à liberdade de consciência, criativa, de pensamento e crítica. Afirma-se que não se pode sair do marasmo já referido sem que exista liberdade e que esta é mesmo "recusada institucionalmente". Há uma "recusa em encarar institucionalmente a liberdade e o fomento da cultura como condição do próprio progresso humano",[49] a "liberdade [crítica] [é] odiada e perseguida pelo que pode contrariar, ou simplesmente recusar servir, interesses de diversa ordem".[50] Referem-se movimentos que contribuem para tentativas

---

[45] Monteiro, "Para", 5.
[46] Adolfo Casais Monteiro, "O Poeta Afonso Duarte", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 12. Porto, 13 de maio de 1958, 6.
[47] Ferreira, Virgílio, "Do que Uma Obra de Arte Não Diz". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 7. Porto, 28 de fevereiro de 1961, 5.
[48] Lourenço, Eduardo, "De *Mein Kampf* ao *Tempo do Gueto*". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano XI, Suplemento n.º 4. Porto, 9 de janeiro de 1962, 5.
[49] Portas, Nuno, "O Cinema em Portugal: O Pensamento Cinematográfico", 5.
[50] Régio, José, "Coisas Nossas: Dignificação da Crítica". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 5. Porto, 27 de janeiro de 1959, 5.

de imposição da liberdade como o caso da publicação *Cadernos de Poesia*, que "irradiam parcelas de uma nova inspiração, quer no ponto de vista das imagens, quer no dos temas e da liberdade de expressão".[51] A seguinte intervenção de José Régio, um desentendimento pessoal com Flausino Torres, apesar de dirigida a um autor também opositor, parece transportar-nos para uma crítica à opressão, falta de liberdade e censura:

> O quê?! sempre, até hoje, se me tem afigurado que proibir ao homem pensar sobre o que quer que seja [...] seria, precisamente, sujeitar o homem à mais grave das mutilações, à mais vexatória das castrações, à menos suportável das alienações. […] Como se poderia procurar soluções para os chamados problemas de hoje não se pensando senão sobre eles, - isto é: tendo impedido o homem de exercer aquela livre faculdade de pensamento sobre o que quer que seja? […] Então a cultura pode ser uma realidade - algo de vivo, ativo, desalienador - se não houver liberdade até para o erro, até para o sonho, até para o ensaio, até para o simples tatear e procurar [...] até para Flausino Torres dizer o que quiser e eu também?[52]

Face a este estado opressivo e autoritário, condena-se uma atitude de passividade, um estado de "paralisia espiritual".[53] Neste excerto, Victor de Sá culpa a juventude:

> Porque muitos só biologicamente são jovens, é que vemos grandes esperanças aos 21 anos atrofiarem-se e sucumbir socialmente quando se integram no quadro social das profissões e dos matrimónios, fazendo subsistir, no mastro da existência, o pendão da ambição e do egoísmo pelo galhardete da liberdade e solidariedade.[54]

Em contraponto à constatação desta apatia, verifica-se uma recusa em aceitá-la. Encontramos várias expressões que nos propõem a tomada de uma atitude perante a "vida, que é luta e transformação incessantes"[55] necessária "neste momento em que se torna urgente em Portugal a construção do futuro".[56] Como resumo de todo este

---

[51] Simões, João Gaspar, "Alguns Caminhos". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto,* Ano IX, Suplemento n.º 24. Porto, 8 de novembro de 1960, 5.
[52] Régio, José, "Coisas Nossas: Nota a uma Nota sobre um livro de José Marinho". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 21. Porto, 26 de setembro de 1961, 5-6.
[53] Rosa, António Ramos, "A Poesia como Acto de Afirmação". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 16. Porto, 11 de julho de 1961, 6.
[54] Sá, Victor de, "Introdução a Custódio José Vieira". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 14. Porto, 13 de junho de 1961, 6.
[55] Sacramento, Mário, "Alves Redol e o Romance do Romance". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 2. Porto, 9 de dezembro de 1958, 5.
[56] Saraiva, António José, "As traduções e a pedagogia da literatura nacional". *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 5. Porto, 24 de janeiro de 1961, 5.

estado de apatia e necessidade de agir contra o autoritarismo e a opressão, é bastante elucidativa a passagem de Joel Serrão:

> Qualquer mente reflexiva deste nosso agora, que busque situar-se com a objetividade possível no nosso tempo histórico deparará com um dragão de cem cabeças que parece disposto a devorar-nos a todos, se não nos defendermos. É o tedium vitae, o enfadamento com as coisas e, principalmente, connosco mesmos, o "não vale a pena", o "a quoi bon?" de quem acha impossível não deixar arrastar-se por essas águas barrentas que pelo menos a partir do romantismo, não deixaram de correr, e de engrossar mais e mais. […] É tempo. Metamos mãos à obra [...] E aí... Um passado que definitivamente morreu; um presente que mal lucila logo se extingue; e um futuro que, entrevê-lo, é prepará-lo... Ontem, o tédio; hoje, a náusea; e no futuro, o quê? [...] Seja qual for, só pela libertação do presente e do passado, ele virá a ser o que puder ser.[57]

Este excerto transporta-nos também para a questão da frustração que alguns destes homens sentem em relação ao meio que os rodeia e no facto de não conseguirem fazer a sua arte de forma autêntica devido aos condicionalismos que se lhes impõem. Tal como escreve Eduardo Lourenço, "O que dorme aí […] continua a ser o sonho do homem […] Este sonho afunda-se em puro sono e o homem é expulso da sua criação",[58] ou então Mário Sacramento que constata a existência de um "complexo de frustração" em que "a impossibilidade estrita duma poesia convivente, pela qual a sátira, o drama […] se dirigissem a um corpo social atuante, vivo, fluente".[59] Não conseguimos com precisão detetar um sentimento de esperança nestes autores, mas Victor de Sá leva-nos a acreditar que esta possa existir num artigo acerca do mito sebastianista: "Em cada crise da nacionalidade se tem revigorado esta crença […] a esperança, por um lado, na vinda de um rei predestinado, e por outro, na realização dos anseios que inquietam a consciência coletiva".[60] Apesar do mito sebastianista ser utilizado pelo Estado Novo como forma de manifestação patriótica, vemos aqui a possibilidade de ser encarado por um opositor como símbolo de esperança na mudança. E, tal como acusa Victor de Sá, se o mito perdura é sinal de que a nacionalidade está em "crise".

---

[57] Joel Serrão, "O Tédio: Introdução Singela a um Problema Complexo", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 10. Porto, 12 de abril de 1960, 5.
[58] Eduardo Lourenço, "Arte Abstracta: Apocalipse ou Anunciação", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 20. Porto, 9 de setembro de 1958, 5.
[59] Mário Sacramento, "A Crítica do Livro", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 8. Porto, 8 de março de 1960, 6.
[60] Victor de Sá, "O Sebastianismo ou o Messianismo", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 22. Porto, 13 de outubro de 1959, 5-6.

Uma outra forma de manifestação oposicionista é a referência, e por vezes um louvor, a alternativas políticas como a democracia, a república, o socialismo ou o anarquismo. Citando Antero de Quental, Joel Serrão exorta a democracia e a república dizendo que a revolução "domina [...] a humanidade contemporânea [...] no mundo dos factos sociais, o seu nome é democracia e república [...] É mais do que uma palavra; é um credo: mais do que uma bandeira; é um lábaro".[61] Quanto à questão do socialismo/comunismo, encontram-se três expressões: "luta de classes"[62] no teatro de Roblès; "socialistas utópicos"[63] numa referência a Amorim Viana e "engenheiros de almas"[64] sobre a literatura de Jorge de Sena. Esta última expressão foi introduzida por Estaline para descrever a função dos escritores e adotada pelos intelectuais comunistas numa maior base de entendimento.[65]

Joel Serrão aborda também a questão do "ideal anarquista"[66] num artigo dedicado a Sampaio Bruno e deixa ao leitor a questão:

> Pode haver - pergunta - algum (dever) mais belo ou sequer tão belo como esse triunfo da emancipação do espírito, da liberdade de consciência? A resposta dele sabemos já qual seja. A nossa, a dos leitores deste meado do século XX, qual será? Qual deverá ser?[67]

Por último, resta abordar a temática das províncias ultramarinas, que se inclui tanto num campo cultural como político. Manuel Ferreira e Fernando Guimarães são quem se debruça sobre estas questões. Numa perspetiva cultural visualiza-se uma supressão das limitações de produção literária nas colónias, dando-se destaque a alguns autores e dedicando *Suplementos* à poesia das províncias ultramarinas. Quando Manuel Ferreira nos diz, acerca da "nova geração de poetas cabo-verdianos", que "grande parte da sua poesia irrompe dum protesto violento, temperado com uma confiança adulta nos destinos do seu grupo étnico"[68] e que África está a despertar "não

[61] Joel Serrão, "Temas Oitocentistas: A Aspiração Republicana", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 10. Porto, 8 de abril de 1958, 5.
[62] Mário Sacramento, "O Teatro de Emmanuel Roblès", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 6. Porto, 10 de fevereiro de 1959, 5.
[63] Victor de Sá, "Perspectiva Sociológica para a Compreensão de Amorim Viana", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 12. Porto, 10 de maio de 1960, 5.
[64] Óscar Lopes, "A Crítica do Livro", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 10. Porto, 11 de abril de 1961, 6.
[65] Madeira, *Os Engenheiros*, 13, 387.
[66] Joel Serrão, "Da Heterodoxia de Sampaio Bruno", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VII, Suplemento n.º 17. Porto, 22 de julho de 1958, 5.
[67] Serrão, "Da Heterodoxia", 5.
[68] Manuel Ferreira, "As Ilhas Crioulas na sua Poesia Moderna", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 24. Porto, 8 de novembro de 1960, 5.

a pouco e pouco, mas por assim dizer subitamente, de um longo e profundo sono milenar"[69] mostra que um caminho de afirmação das províncias está a ser traçado. Numa perspetiva mais política, existe uma constatação do estado de miséria das colónias, como nesta citação de Manuel Ferreira sobre Cabo-Verde "economicamente estagnado (ou até miserável quando não chove)".[70] Outra questão levantada por Fernando Guimarães e também Eduardo Lourenço é a contestação das teses de Gilberto Freyre. Salazar, desde inícios da década de 1950 socorreu-se das teses lusotropicalistas deste sociólogo para legitimar a ocupação das províncias depois da Segunda Guerra Mundial, quando os poderios coloniais começaram a desaparecer.[71] Eduardo Lourenço escreve:

> Em particular, o sociologismo polémico e apologético de G. Freyre, esconde sob a cordialidade luxuriante de um 'universalismo tropical', intenções nada inocentes. As suas sínteses abusivas, os seus 'slogans' primários são o emblema de cruzadas duvidosas. Este resultado histórico da sua apologética não pode nem deve ser silenciado. Não é um acaso, nem um abuso de interpretação, mas o seu comentário, por assim dizer, autorizado.[72]

Conclusão

Estabelecendo um panorama geral da crítica dos autores opositores neste *Suplemento*, objetivo central deste trabalho, podemos dizer que estes manifestam o seu desagrado com um ambiente de decadência e marasmo cultural, de desinvestimento na educação, de desvalorização dos verdadeiros escritores contra uma valorização de artistas medíocres. Criticam o provincianismo desta literatura, fazendo a apologia do neorrealismo que consideram mais autêntico. Muitos destes colaboradores enquadram-se nesta corrente e continuamente se faz a apologia a outros intelectuais opositores. Revelam as limitações à produção cultural, referindo a censura e mesmo a autocensura. Sentem que se vive em Portugal um estado de apatia em relação ao autoritarismo, à opressão e às fragilidades culturais. Revelam, contudo, a necessidade de intervenção, de ação, dando grande importância à liberdade (de consciência, de pensamento, de

[69] Manuel Ferreira, "Apontamento Africano", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano IX, Suplemento n.º 17. Porto, 26 de julho de 1960, 6.
[70] Óscar Lopes, "A Crítica do Livro", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano VIII, Suplemento n.º 1. Porto, 25 de novembro de 1958, 6.
[71] João Medina, "Gilberto Freyre Contestado: o Lusotropicalismo Criticado nas Colónias Portuguesas Como Alibi Colonial do Salazarismo", *Revista USP*, 45 (2000): 49-50.
[72] Eduardo Lourenço, "A Propósito de Freyre (Gilberto)", *Cultura e Arte. O Comércio do Porto*, Ano X, Suplemento n.º 16. Porto, 11 de julho de 1961, 5.

produção cultural…) e com alguns trechos que revelam que um novo futuro pode e deve ser construído. Por fim, estão atentos ao "despertar" das províncias ultramarinas, para as quais se deve olhar com maior atenção.

Este tipo de oposição, mais discreta que uma resistência frontal, não deixa de ter a sua importância como um ripostar ao controlo ideológico levado a cabo pelo Salazarismo. É importante funcionando como um "abrir de olhos", um despertar de consciências, para os problemas existentes em Portugal dos quais não culpam apenas a ditadura, mas também a mentalidade dos portugueses. Estas manifestações assumem-se também como importantes na medida em que, ao serem lidas por outros opositores poderiam potenciar uma maior intervenção oposicionista dos mesmos.

Devido à grande quantidade de *Suplementos* e elevado número de artigos em estudo a sua análise não pode ser tão aprofundada como pretendido. Em muitos artigos podem existir algumas expressões de significado oculto que possam revelar alguma manifestação oposicionista, porém o período de investigação não foi suficiente para uma análise sistemática de todos os aspetos de cada artigo. Não o foi também para a análise dos textos de redação, nem para a identificação dos colaboradores estrangeiros. Uma análise mais aprofundada pode revelar novas críticas e novas formas de manifestação. Além disto, este trabalho poderá ainda ser completado com uma tentativa de estudo da importância que teve na receção do público leitor na influência da opinião pública quanto às questões e temáticas abordadas nestes textos.

Para além da identificação com o "ano terrível", em termos quantitativos, não foi conseguida a correspondência destas intervenções com o contexto social, político e cultural da cronologia em foco. Não tendo sido cumprida esta problemática de investigação.

Este trabalho contribui para um melhor entendimento da oposição intelectual através de revistas literárias, ou *Suplementos*, permitindo perceber o peso deste tipo de intervenções e as temáticas criticadas. Assim, abre portas para um estudo mais generalizado sobre a oposição intelectual nas publicações periódicas. Novos estudos e problemáticas poderão partir deste trabalho. Uma investigação mais aprofundada deste mesmo objeto de estudo, completada com as mesmas questões aplicadas a outras fontes da mesma tipologia, poderá revelar um panorama mais generalizado e ao mesmo tempo mais completo para responder às questões de investigação deste trabalho.

Fontes

Impressas

Cultura e Arte. O Comércio do Porto. Porto, 1958-1962.

Bibliografia

Azevedo, Cândido de. *Mutiladas e Proibidas: Para uma História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa: Caminho, 1997.

Baptista, Jacinto. *Caminhos para uma Revolução: Sobre o Fascismo em Portugal e a Sua Queda.* Lisboa: Bertrand, 1975.

Ferreira, Ana Sofia. "A Campanha de Delgado no Porto: a Importância da História Local". Bruno Monteiro (org.), *Contributos para a História Social do Porto: Sociedade, Política e Cultura no Estado Novo*. Porto: Deriva, 2011. 123-157.

Iáñez, Eduardo. "A Literatura Contemporânea Depois de 1945." Eduardo Iáñez (ed.), *História da Literatura Universal.* Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume IX.

Madeira, João. *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais (dos Anos Trinta a Inícios de Sessenta)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

Magone, José M. "Breaking with the Authoritarian Past in Portugal: Continuities and Discontinuities of International Linkages and Their Impact on the Political System". *Portuguese Journal of Social Sciences,* Volume 3, Issue 3 (2004): 157-174.

Medina, João. "Gilberto Freyre Contestado: o Lusotropicalismo Criticado nas Colónias Portuguesas como Alibi Colonial do Salazarismo". *Revista USP* nº.45 (2000): 48-61. Acedido em 15 março 2015. http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30108/31993.

Monteiro, Bruno José Rodrigues. *A Política em Todos os Seus Estados: Génese e Estruturação da Mobilização Política no Patronato, na Intelectualidade e no Operariado Portuense na Segunda Metade do Século XX*. Porto: [Edição do Autor], 2012. 2 volumes.

Monteiro, Bruno e Pereira, Virgílio Borges. "Os Intelectuais, o Poder e a Cidade. O Espaço Social dos Intelectuais do Porto no Estado Novo (1858-1965)". Monteiro, Bruno e Pereira, Virgílio Borges (orgs.), *Intelectuais Europeus no Século XX: Exercícios de Objectivação Sócio-histórica*. Porto: Edições Afrontamento, 2014. 217-258.

Nogueira, Cristina. “Vivências e Práticas de Formação na Clandestinidade Comunista (1940-1974)”. Monteiro, Bruno (org.), *Contributos para a História Social do Porto: Sociedade, Política e Cultura no Estado Novo*. Porto: Deriva, 2011. 159-192.

Ó, Jorge Ramos do. “Censura”. Rosas, Fernando Rosas e Brito, J. M. Brandão de (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. Volume 1. 139-141.

Pinho, Vitor Manuel Ferrinho. *A Oposição Nas Eleições Presidenciais Portuguesas de 1958: Protagonistas, Estratégias e Balanço*. Covilhã: [Edição do Autor], 2013.

Raby, David Lander. “Oposição”. Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999. 640-642.

Raby, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal: Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar, 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, D. L., 1990.

Ramos, Rui. “Presença”. Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999. 144-146.

Reis, Carlos. “Neo-realismo”. Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999. 597-599.

Rocha, Clara Crabbé. “Os Novos Caminhos da Literatura”. Reis, António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. Volume 5.

Rosas, Fernando. “Unidade Antifascista”. Rosas, Fernando Rosas e Brito, J. M. Brandão de (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. Volume 1. 991-996.

Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Santos, Alfredo Ribeiro dos. *História Literária do Porto Através das Suas Publicações Periódicas*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

Saraiva, José Hermano (coord.). *História de Portugal: Dicionário de Personalidades*. Matosinhos: Quidnovi, 2004.

Silva, Franco Santos Alves da. *O Jornal Portugal Livre Buscando uma Identidade da Oposição ao Salazarismo no Exílio Brasileiro (1958-1961)*. Porto: [Edição do Autor], 2002.

Silva, Germano e Duarte, Luís Miguel (coords.). *Dicionário de Personalidades Portuenses do Século XX*. Porto: Porto Editora, 2001.

Atividades Desportivas no Porto em Finais do Século XIX (1893-1894)

– Fernanda Margarida Moreira

Resumo

Tendo como limite espacial a cidade do Porto e temporal o período que vai de julho de 1893 a junho de 1894, esta investigação tem como objeto a análise das principais atividades desportivas portuenses, através do jornal *O Comércio do Porto,* e tem como objetivos específicos conhecer as modalidades desportivas praticadas neste período, compreender a sua expressividade para a época, assim como os seus intervenientes.

Ficou clara, por um lado, a predominância do Ciclismo e, por outro, a pouca expressão do Futebol, quase como se tivéssemos invertido os papéis da atualidade. No que à participação feminina diz respeito, esta resumia-se quase em exclusivo à assistência, reservando-se a competição para os homens. Apesar de as atividades desportivas se demarcarem um pouco pela falta de organização, evidenciando que estavam a dar os primeiros passos, a verdade é que, pelas referências da altura, a assistência pautava-se por ser quase sempre numerosa, fazendo parte dela elementos de todos os estratos sociais.

Palavras-chave: História do desporto; Século XIX; Porto; *O Comércio do Porto*; modalidades desportivas; desportistas; instituições associativas; clubes.

Abstract

This article analyzes the sports practiced in the city of Porto between July 1893 and June 1894, using the newspaper *O Comercio do Porto*. Our goal is to know the most practiced sports modalities there and then.

It was clear, on one hand, the prevalence of cycling and, secondly, the low expression of football, almost as if the present prevalence was inverted. Concerning women´s participation, this was confined almost exclusively to caretaking, as the competition was reserved for men. The early years of these sports were characterized by poor organization and a numerous assistance, having spectators from all social classes.

Keywords: Sports history; XIX Century; Porto; O Comércio do Porto; sport modalities; sportsman and sportswomen; associative institutions; clubs.

Introdução

O tema desta investigação prende-se com as "Atividades Desportivas no Porto em finais do século XIX", mais precisamente entre julho de 1893 e junho de 1894.

A escolha deste período pautou-se por duas razões. Primeiro para tentar abarcar um ciclo de maior incidência desportiva e, em segundo lugar, porque o tema ainda não tinha sido analisado deste ponto de vista, utilizando como fonte o jornal *O Comércio do Porto*. Além disso, decorreram neste período eventos de grande interesse desportivo, como por exemplo, o Centenário do Infante D. Henrique e a inauguração do velódromo Rainha D. Amélia.

O grande objetivo desta investigação é perceber como se organizava o desporto tendo em conta três grandes unidades: as modalidades desportivas, as estruturas associativas e os públicos. A estruturação do trabalho segue esta divisão temática numa tentativa de tornar a exposição mais percetível.

Quanto às modalidades desportivas pretende-se fazer uma caracterização geral das modalidades encontradas, desde os eventos desportivos propriamente ditos até à época do ano em que os mesmos se realizavam. Ainda dentro deste primeiro subtema surgem os participantes. Com a análise dos mesmos torna-se possível compreender algumas das suas características, percecionando ainda a forma como essas se refletiam nos próprios eventos desportivos.

Todas as modalidades têm por detrás uma entidade que permite a realização e a organização dos acontecimentos desportivos. Assim, surge o segundo subtema: estruturas associativas. Neste ponto pretende-se perceber quais as estruturas existentes e quais as suas principais funções, informação que é completada com a localização das suas sedes.

Por último, a presente investigação faz uma análise dos públicos. Estes assumem um papel de relevo na análise da sociabilidade oitocentista, bem como no estudo do papel desempenhado pela mulher na organização desses eventos, nomeadamente nas festas e nas sessões de entrega de prémios.

A análise da informação recolhida e utilizada na elaboração deste estudo fez-se segundo métodos quantitativos e qualitativos, através, sobretudo, da consulta do jornal *O Comércio do Porto.* Este é um jornal diário e não desportivo, o que permitiu que a

análise do tema fosse mais desafiante, uma vez que a fonte não está diretamente ligada ao desporto. Dos 286 números analisados pode concluir-se que as notícias desportivas são objetivas e marginalizadas. Outro periódico, *O Velocipedista*, também foi utilizado, mas apenas para questões pontuais, como, por exemplo, pequenos dados biográficos de desportistas.

Da bibliografia consultada para o primeiro subtema destaca-se, sobretudo, o livro *As Actividades Desportivas no Porto de 1900,*[1] que serviu de elemento de comparação no que diz respeito às diferentes modalidades, à intensidade dos eventos desportivos, ao género de corridas praticadas e à sazonalidade dos desportos. A consulta desta obra foi ainda bastante importante por ter fornecido uma boa base metodológica à presente investigação, que segue uma linha analítica semelhante à de José Vítor Ferreira e António Ferreira.

Para o estudo do segundo subtema recorreu-se à obra *Instituições do Distrito do Porto,*[2] a qual foi fundamental na explicação dos objetivos das associações aquando a sua fundação, no conhecimento da data da sua criação, assim como na localização das mesmas.

O terceiro subtema foi o que revestiu uma maior complexidade, quer na análise das fontes, quer na pesquisa bibliográfica, essencialmente, pela escassez de informação. Neste âmbito realça-se sobretudo a obra *Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos.*[3] Nela, além de referências ao papel da mulher na sociedade portuguesa, evidenciam-se aspetos da vida das elites importantes para esta pesquisa, uma vez que o desporto neste período era praticado sobretudo por estas classes sociais.

Destaca-se ainda a obra *República, Desporto e Imprensa*[4] por se ter revelado crucial na contextualização deste tema, não só no século XIX, mas, também, no período subsequente.

---

[1] José Vítor Ferreira e António Ferreira, "As Actividades Desportivas no Porto de 1900", *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1 (2001): 56-61.
[2] Francisco Barbosa da Costa, *Instituições do Distrito do Porto* (Porto: Governo Civil do Distrito do Porto, 2005).
[3] Maria Antonieta Cruz, "Facetas do Quotidiano Burguês no Portugal de Oitocentos", *Revista da Faculdade de Letras – História*, 3ª Série, 4 (2003): 265-273. Acedido em 2 março 2014. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2359.pdf
[4] João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro, *República, Desporto e Imprensa. O Desporto na I República em 100 primeiras páginas 1910-1926*. (Porto: Edições Afrontamento, 2012).

1. Crítica da Fonte

Ao longo de toda a pesquisa em *O Comércio do Porto* foram encontradas 400 notícias que reportam a modalidades desportivas, um número semelhante ao encontrado por José Ferreira para o ano de 1900 (395). Todavia, destas, apenas 117 se referem a eventos desportivos.

Quadro 1. Número de Notícias e de Eventos, por Modalidades, Entre julho de 1893 e junho de 1894

Modalidades Desportivas	Notícias	Eventos
Ciclismo	180	33
Caça e Tiro	64	43
Tauromaquia	68	16
Ginástica e Esgrima	46	15
Regatas e Natação	38	8
Futebol	3	1
Hipismo	1	1
Total	**400**	**117**

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

2. Modalidades Desportivas

2.1. Modalidades Praticadas (1893-1894)

Em *O Comércio do Porto* as modalidades detetadas foram o Ciclismo, a Caça e Tiro, a Tauromaquia, a Ginástica e Esgrima, as Regatas e Natação,[5] o Futebol e, por fim, o Hipismo.

Em relação ao Ciclismo "[…] há notícias anteriores a 1880"[6] e, segundo Miguel Barroso, Herbert Dagge é considerado o Pai do ciclismo português.[7] Por outro lado, sobre a Caça e Tiro existem "[…] indícios da sua introdução em Portugal […] em 1780"[8] assumindo-se como uma modalidade em grande voga no século XIX.[9]

A Tauromaquia, que renasceu em força no século XVIII, manteve-se como forte tradição no século XIX. Eça de Queirós considerava esta modalidade o verdadeiro desporto português.[10] No que diz respeito à Ginástica e Esgrima pensa-se que a

[5] No presente trabalho é feita uma agregação entre as modalidades "Ginástica e Esgrima" e "Regatas e Natação", uma vez que a fonte analisada apresenta também esta junção.
[6] António Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Alfa, 1990), II, 384.
[7] Miguel Barroso, *História do Ciclismo em Portugal* (Lisboa: CCT Correios, 2001), 15.
[8] Reis, *Portugal,* I, 383.
[9] João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro, *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal* (Porto: Edições Afrontamento, 2002), 46.
[10] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 45.

esgrima "[…] começou a ganhar expressão em Portugal no século XVII".[11] Já a Natação começou a ganhar popularidade a partir do século XIV e a Vela a partir de 1851.[12]

O Futebol foi introduzido em Portugal pelos irmãos Pinto Basto e esteve entregue inicialmente a uma elite, tendo a primeira exibição ocorrido em 1888. O rei D. Carlos, como amante da bola, ofereceu uma taça, a «Cup d`El Rei», com o intuito de ser disputada num torneio.[13] Por fim, o Hipismo, praticado "[…] desde o dealbar da nacionalidade […]",[14] apresenta um maior desenvolvimento a partir do século XV (primeira vez que aparece o termo equitação),[15] acabando por se tornar num dos desportos mais populares.[16] Todavia, em *O Comércio do Porto* foi encontrada apenas uma notícia,[17] relativa à existência de uma escola de Hipismo no Porto.

As atividades mais referenciadas em *O Comércio do Porto* foram o Ciclismo, a Tauromaquia, a Caça e Tiro, a Ginástica e Esgrima, as Regatas e Natação, o Futebol e, por último, o Hipismo. Para o ano de 1900 José Ferreira mantém as três primeiras modalidades como sendo as mais noticiadas, mas coloca em primeiro lugar a Tauromaquia.[18]

A nível de acontecimentos, as modalidades com maior número de eventos são as mesmas que têm o maior número de notícias. Assim, surgem a Caça e Tiro, o Ciclismo e a Tauromaquia. As restantes mantêm a mesma ordem.

Ao fazer uma retrospetiva conclui-se que as modalidades mais relevantes são o Ciclismo, a Caça e Tiro e a Tauromaquia. Numa análise a todo o período (1893-94) constata-se que não foi o Ciclismo a modalidade que organizou mais eventos, mas foi essa modalidade que no jornal *O Comércio do Porto* apresentou um maior número de notícias, seguida da Caça e Tiro. Isto indicia a maior popularidade do Ciclismo, merecendo particular atenção por parte do jornal. Sendo um dos seus objetivos vender o mais possível, deduz-se que publique aquilo que considera atrair mais público. Este aspeto é também referido no artigo de José Ferreira.

[11] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 44.
[12] Reis, *Portugal,* I, 384.
[13] Reis, *Portugal,* I, 384,385, 387.
[14] Reis, *Portugal,* I, 383.
[15] Reis, *Portugal,* I, 383.
[16] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 44.
[17] BMP, *O Comércio do Porto*, 51.
[18] Ferreira e Ferreira, "As Actividades", 59.

2.2. Caraterização dos Eventos Desportivos

2.2.1. Expressão dos Eventos Desportivos n'*O Comércio do Porto*, por Notícias e Eventos

Existe uma grande diferença entre o número de notícias publicadas e o número real de eventos, como se verifica nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2. Número de Notícias Publicadas dos Eventos Desportivos, por Modalidades e por Trimestres, Entre julho de 1893 e junho de 1894

	1893		**1894**		
Modalidades	**Jul-Set**	**Out-Dez**	**Jan-Mar**	**Abr-Jun**	**Total**
Ciclismo	12	12	55	47	**126**
Caça e Tiro	15	0	5	31	**51**
Tauromaquia	17	0	26	20	**63**
Ginástica e Esgrima	1	13	6	3	**23**
Regatas e Natação	19	0	0	2	**21**
Futebol	0	0	3	0	**3**
Total	**64**	**25**	**95**	**103**	**287**

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Quadro 3. Número de Eventos Desportivos, por Modalidades e por Trimestres, Entre julho de 1893 e junho de 1894

	1893		**1894**		
Modalidades	**Jul-Set**	**Out-Dez**	**Jan-Mar**	**Abr-Jun**	**Total**
Ciclismo	3	5	5	3	**16**
Caça e Tiro	11	0	2	24	**37**
Tauromaquia	7	0	4	5	**16**
Ginástica e Esgrima	1	3	1	2	**7**
Regatas e Natação	3	0	0	1	**4**
Futebol	0	0	1	0	**1**
Total	**25**	**8**	**13**	**35**	**81**

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Mais uma vez aplica-se o raciocínio do subcapítulo anterior. Ou seja, apesar de o Ciclismo patentear menos eventos, é esta modalidade que apresenta uma maior expressão na fonte consultada no que ao número de notícias diz respeito. Contudo, é a modalidade Caça e Tiro que realizou mais eventos. A esta segue-se o Ciclismo e a Tauromaquia. As restantes modalidades têm uma expressão menor em ambos os quadros, não chegando nos acontecimentos sequer à uma dezena cada. Por fim, destaca-se o Futebol por apresentar apenas um acontecimento.

Desta forma, mantém-se aqui a ordem de importância das atividades desportivas e os critérios de desempate expressos anteriormente.

2.2.2. Tipo de Eventos Desportivos

Cada modalidade organizou diversas atividades e eventos desportivos. Nas páginas que se seguem far-se-á uma breve apresentação dos mesmos.

Ciclismo

A modalidade Ciclismo pautou-se pela organização de duas grandes atividades desportivas: as "Corridas" e os "Passeios". Porém, dentro de cada uma destas é possível encontrar ainda outras divisões.

Em relação aos "Passeios" destaca-se o "Passeio Internacional" realizado pelos desportistas Frederico Braga e António Neves, os quais foram até Paris, passando pela Galiza, Bilbau e Bordéus. Partiram no dia 22 de março[19] e, após a peripécia de serem detidos em Valladolid por falta de passaporte,[20] chegaram a Paris a 13 de abril.[21] O regresso, feito de bicicleta e comboio, ocorreu a 23 de abril. Corriam pelo Clube Velocipedista do Porto.

Relativamente aos "Passeios Oficiais", entre 1893-94, realizam-se cinco destas viagens.

A outra grande categoria eram as "Corridas". Aqui, assiste-se à realização de "Corridas de Estrada" e de "Corridas de Pista".

Caça e Tiro

Os 37 torneios realizados podem ser divididos em duas categorias: "Torneios de Tiro" ao alvo e "Torneios Cinegéticos", mais ligados à caça. Estes últimos eram realizados todos os domingos de manhã e quintas-feiras à tarde.[22] Contudo, *O Comércio do Porto* não noticiou todas as vezes que eles se efetuaram, nem foram publicados os seus resultados ou indicações de quaisquer regras de funcionamento.

Por outro lado, nos "Torneios de Tiro" podem ser identificadas subcategorias, como o "3º Concurso de Tiro Anual" (uma única competição realizada no dia 17 de agosto de 1893) entre os sócios do Clube dos Caçadores.[23] O concurso compunha-se por 10 provas, nas quais cada concorrente tinha de disparar ao todo 200 tiros. Surgem

[19] BMP, *O Comércio do Porto*, 70.
[20] BMP, *O Comércio do Porto*, 75.
[21] BMP, *O Comércio do Porto*, 88.
[22] BMP, *O Comércio do Porto*, 96.
[23] BMP, *O Comércio do Porto*, 197.

ainda os “Torneios Oficiais de Tiro”. Ao longo de 1893-94 foram realizadas 16 destas competições[24] que eram uma espécie de campeonato de tiro. Percebe-se isto quando surgem os “Torneios Oficiais de Tiro complementares”[25] para desfazer os empates que surgiam nos torneios anteriores.

Estas competições eram realizadas na carreira de tiro do Clube na Quinta de Salgueiros. Os alvos utilizados eram, essencialmente, pombos, pardais, esferas de água, esferas de vidro, placas de vidro e balões.

Em 1900 os tipos de torneios eram caracterizados por “tiro a chumbo e à bala”.[26]

Tauromaquia

Relativamente à Tauromaquia são apresentadas as “Touradas”. Nestas participavam sempre cavaleiros e bandarilheiros profissionais. Contudo, em algumas ocasiões realizaram-se touradas por amadores, como, por exemplo, a do dia 2 de Agosto de 1893.[27] Todos estes espetáculos ocorreram no Coliseu Portuense e na Serra do Pilar.

Por outro lado, foi encontrada uma referência a “Touradas à vara-larga”. A notícia refere-se ao fim deste tipo de corridas decretado pelo governador civil do Porto, Campos Henriques, por considerar este género de tourada, praticada em diversas localidades do distrito, muito perigosa.[28]

Ginástica e Esgrima

Nestas modalidades as competições deram lugar apenas a espetáculos. A grande diferença é que uns eram “Matinés Ginásticas” (diurnos) e outros “Saraus Ginásticos” (noturnos). Em relação às primeiras apenas foi encontrada uma referência, que reporta à matiné realizada a 25 de agosto de 1893 no Palácio de Cristal.

Em relação aos saraus destaca-se o “Sarau Inaugural do Ginásio Académico”[29] e o realizado pelo Ginásio de Badajoz no teatro Infante D. Afonso, no Porto.[30] Os saraus distinguiam-se pelo facto de introduzirem espetáculos de música, dança e canto, juntamente com as demonstrações ginásticas. Neles participavam vários grupos desportistas portuenses e até estrangeiros, como é o caso da *Estudantina Espanhola* presente no Sarau Inaugural.

[24] BMP, *O Comércio do Porto*, 152.
[25] BMP, *O Comércio do Porto*, 153.
[26] Ferreira e Ferreira, “As Actividades”, 60.
[27] BMP, *O Comércio do Porto*, 181.
[28] BMP, *O Comércio do Porto*, 154.
[29] BMP, *O Comércio do Porto*, 259.
[30] BMP, *O Comércio do Porto*, 298.

Os números mais executados na ginástica eram as triple barras, os voos, as paralelas, a percha, os equilíbrios no arame, no trapézio e a dois, o volteio nos dois trapézios, o quadruplo e duplo, o dueto, a barra fixa e os saltos em trampolim. Por outro lado, na esgrima eram a esgrima de sabre e o assalto ao florete.

Regatas e Natação

Nestas modalidades, praticadas no Rio Douro, podem destacar-se duas grandes categorias de competições, as "Regatas" e a "Natação". Em relação à primeira, os números em competição eram as corridas de guigas de quatro remos, de escaleres de quatro remos, de escaleres de dois remos, de canoas, de barcos picnics e de escaleres da corveta. De todas destaca-se a "Regata Anual" realizada pelo Real Clube Fluvial Portuense entre Avintes e Pedra Salgada.[31]

Por outro lado, as duas competições de Natação, uma realizada pelo Real Clube Fluvial Portuense e a outra pelas Senhoras da Foz, introduziram números como "corridas de natação" e "corridas de rapazes montados em pipas". Nestas últimas ganhava quem conseguisse chegar primeiro em cima deste objeto.[32]

Futebol

No Futebol apenas foi encontrada uma disputa entre as equipas do Porto e de Lisboa, a 2 de março de 1894, no Campo Alegre. A intenção era realizar uma competição com diversas partidas e entregar ao vencedor a *Taça d`El Rei* concedida por D. Carlos, um amante de desporto. Este primeiro jogo acabou com a vitória de Lisboa.[33]

2.2.3. Sazonalidade das Atividades Desportivas

Como pode ser observado no quadro seguinte, em termos de referências, os meses de primavera/verão (220) destacaram-se claramente em relação aos de outono/inverno (180).

[31] BMP, *O Comércio do Porto*, 127.
[32] BMP, *O Comércio do Porto*, 209.
[33] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 58-59.

Quadro 4. Número de Notícias Publicadas, por Trimestres e por Modalidades, entre julho de 1893 e junho de 1894

	1893		1894		
Modalidades	**Jul-Set**	**Out-Dez**	**Jan-Mar**	**Abr-Jun**	**Total**
Ciclismo	19	24	70	67	**180**
Caça e Tiro	17	0	11	36	**64**
Tauromaquia	20	0	26	22	**68**
Ginástica e Esgrima	6	26	10	4	**46**
Regatas e Natação	22	0	9	7	**38**
Futebol	0	0	3	0	**3**
Hipismo	0	0	1	0	**1**
Total	**84**	**50**	**130**	**136**	**400**

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Ao analisar a informação por semestres verifica-se uma prevalência de notícias no primeiro semestre de 1894, com 266 notícias, contra 134 do segundo semestre de 1893. Um dos motivos para esta discrepância poderá dever-se às comemorações do Centenário do Infante D. Henrique, uma vez que as mesmas levaram ao envolvimento de várias associações desportivas, com a realização de múltiplos eventos.

Como um dos objetivos desta investigação consiste em comparar os seus resultados com os do artigo de José Ferreira,[34] e como este autor trabalhou apenas com o total de notícias e não de acontecimentos, optou-se por realizar esta análise com base no total de notícias.

Olhando para o número de referências que cada modalidade apresentou no período em análise, podem considerar-se atividades de primavera/verão a Caça e Tiro (53 referências), a Tauromaquia (42) e as Regatas e Natação (29). Por outro lado, como atividades de outono/inverno surgem o Ciclismo (94 referências) e a Ginástica e Esgrima (36). Nos casos do Futebol e do Hipismo é difícil retirar conclusões, tendo em atenção que a sua representação foi diminuta.

Todavia, verifica-se que o Ciclismo também teve um peso elevado nos meses de primavera/verão (86 referências), assim como a Tauromaquia no período de outono/inverno (26). Ou seja, talvez se possa olhar para estas duas atividades como sendo anuais.

Também José Ferreira, no seu estudo sobre 1900, apresentou a Ginástica como atividade de outono/inverno. Quanto às de primavera/verão o autor referiu, igualmente,

[34] Ferreira e Ferreira, "As Actividades", 56-61.

a Caça e Tiro e os desportos ligados à água. Além destes incluiu o Ciclismo e a Tauromaquia. Todavia, como já se mencionou, entende-se, neste trabalho, estas modalidades como sendo anuais.[35]

2.2.4. Intervenientes nos Eventos Desportivos

Ciclismo

O Ciclismo destaca-se por ser a modalidade com o número de desportistas mais expressivo, num total de 119 em 16 torneios. Destes 119, 93 eram corredores. As outras categorias incluíam as funções de Juiz de Partida e de Chegada, Júri, Contador de Voltas, Fiscal de Pista, Guia de Excursão, Inspetor de Corrida e Cronometrista. Ora, isto demonstra a complexidade logística necessária para a realização destes torneios, mais do que em qualquer outra modalidade.

Como principais intervenientes destacam-se Alberto da Luz Rebelo Valente, Artur Allen, Eduardo Pinto da Cruz, Adolfo Vieira da Cruz, Arthur Rumsey, Benedito Ferreirinha, Francisco Pinto Bastos, José Diogo d`Orey e Amadeu Ferreira Múase. Alguns desportistas, como Arthur Rumsey, assumiram papéis de destaque nestes eventos.

Caça e Tiro

Na Caça e Tiro foram identificados 50 intervenientes. Destes, 20 apresentam-se como concorrentes, 12 como júris e 1 como júri e diretor. Os restantes 17 exibiram-se na mesma prova como concorrentes e júris e/ou diretores. Esta situação evidencia a falta de rigor que se fazia notar em alguns desportos desta altura.

De todos os intervenientes destacaram-se Jacinto Moreira de Matos, João Dias Alves Pimenta, Francisco Ribeiro de Almeida Lemos e António Batista de Sá.

A Caça e Tiro contabilizou 37 acontecimentos desportivos no período em estudo, contando apenas com 27 concorrentes, sem incluir os que foram só júris e diretores. Ora, isto significa que esta modalidade teve um maior número de participações individuais. Este pode ser, também, um indicador da importância desta modalidade, uma vez que é a que apresenta mais torneios e na qual os participantes tiveram uma intervenção mais ativa.

[35] Ferreira e Ferreira, “As Actividades”, 58-61.

Tauromaquia

Na tauromaquia o número de intervenientes foi de 49, num total de 16 eventos. Aqui podem destacar-se as categorias de Cavaleiro, Espada, Bandarilheiro e Dirigente de Tourada. Existe apenas uma situação na qual o desportista «Bombista» assume uma posição diferente em dois eventos, a de Espada e a de Diretor de Tourada.

Os desportistas Fernando de Oliveira, Avelino Faria, José Pinto, Ayres Mendonça, José Bento de Araújo, Chicorro, Manuel Casimiro de Almeida e Alfredo Tinoco, além de serem os mais referenciados foram os que assumiram a função de maior destaque, a de cavaleiro. Entre os bandarilheiros distinguiram-se apenas José dos Santos com um maior número de participações.

Isto mostra que, durante este período, a escolha para a posição de bandarilheiro (entre os quais muitos espanhóis) era muito mais versátil do que para a posição de cavaleiro.

Ginástica e Esgrima

Nesta modalidade foram encontrados 46 intervenientes. Destes, 33 fizeram entre uma e duas participações, 12 entre três e quatro e somente 1 se distinguiu com cinco.

Assim, destacaram-se A. Fonseca, Barreto Vergueiro, Amadeu Múaze (uma criança), Alfredo Carlos Ferreira e Alfredo de Almeida.

Regatas e Natação

Segundo *O Comércio do Porto*, nesta modalidade estiveram presentes 67 intervenientes sendo que 10 ocuparam o cargo de júri. Dos desportistas, a grande maioria (39) só marcou presença uma vez nestas atividades, 15 apresentaram duas intervenções e apenas 3 foram referenciados três vezes.

Desta forma, destacam-se os desportistas Arnaldo José Rebelo de Lima, F. da Silva e Joaquim José da Encarnação Júnior. Pode considerar-se este número de participações reduzido, contudo, ao observar a quantidade de eventos percebe-se que estes homens estiveram presentes em 3 dos 4 torneios realizados.

Futebol

Ao longo deste período apenas foi detetado um encontro futebolístico entre Porto e Lisboa. Os quadros seguintes referem-se à composição das equipas. Um remete para a notícia publicada em *O Comércio do Porto* e o outro para a publicada no *Sport,*[36] uma vez que as duas publicações apresentam diferenças entre elas quanto aos participantes.

[36] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 59.

Quadro 5. Composição das Equipas do Porto e de Lisboa em *O Comércio do Porto*, 1894

Notícia do jornal *O Comércio do Porto*		
Posição	**Equipa do Porto**	**Equipa de Lisboa**
Goal Keeper	MacGeock	Guilherme Ferreira Pinto Basto[37]
Full-backs	A. Nugent; F. Guimarães	M. Keating; R. Locke
Half-backs		Clyde de Barley; Valentim Machado; João R. Pereira
Forwards	Albert Kendall; Alfredo Kendall; Mackenie; Mac Mille; F. Hugo Ponsonly (capitão)	Artur Paiva Raposo; Afonso Vilar[38]; J. Thomson; J. Pittuck; Carlos Vilar[39] (capitão)
Umpire[40]		Eduardo Ferreira Pinto Basto Júnior[41]
Organizador		Guilherme Pinto Basto

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894

Quadro 6. Composição das Equipas do Porto e de Lisboa em o *Sport, 1894*

Notícia do jornal *Sport*[42]		
Posição	**Equipa do Porto**	**Equipa de Lisboa**
Goal Keeper	MacGeock	Guilherme Ferreira Pinto Basto (capitão)
Full-backs	A. Nugent F. Guimarães	M. Keating R. Locke
Half-backs	Artur Dagge; Mac Milan Albert Kendall	C. D. Rankin Clyde de Barley Artur Paiva Raposo
Forwards	F. Hugo Ponsonly; Ramos Mac Kechnie R. Ray Alfredo Kendall	F. Palmer; Carlos Vilar; J. Pittuck; Afonso Vilar J. Thomson
Referee		Eduardo Ferreira Pinto Basto Júnior

Fonte: Coelho e Pinheiro, *A Paixão*, 59.

[37] Segundo J. Coelho e F. Pinheiro este desportista foi o impulsionador do futebol em Portugal. Nasceu a 11-02-1864 e praticou ciclismo, vela, caça, futebol, patinagem, hóquei em gelo, corrida de cavalos e foi campeão em ténis. Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 46.

[38] Este atleta esteve presente no primeiro jogo de futebol contra os ingleses em 1889. Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 51.

[39] Carlos Vilar era filho do proprietário do Colégio Vilar, estabelecimento do qual surgiu o Foot-Ball Clube Lisbonense. Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 51.

[40] Segundo J. Coelho e F. Pinheiro, cada equipa nomeava um "umpire" para dirigirem o encontro. Apenas se estes dois elementos não estivessem de acordo é que se recorria ao poder decisório final do árbitro. Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 57.

[41] Eduardo F. Pinto Basto (1838-1916) estudou em Inglaterra e foi um dos introdutores do futebol em Portugal a par dos seus irmãos Guilherme e Frederico Pinto Basto. Este desportista participou, naquele que é considerado por si, no primeiro jogo de Futebol em 1888. Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 50.

[42] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 59-60.

Relativamente à equipa de Lisboa em *O Comércio do Porto* falta o elemento F. Palmer nos Forwards. Nos Half-Backs falta o jogador C. D. Rankin e inclui Valentim Machado e João Ribeiro Pereira, que não são sequer mencionados no *Sport*.

Por outro lado, na equipa portuense em *O Comércio do Porto* não há distinção entre os Half-Backs ou Forwards. Além disso, falta-lhes os elementos Artur Dagge, R. Ray e Adolfo Ramos. Essa destrinça pode ser observada no *Sport*.

Por último, verifica-se que não existia consenso quanto ao capitão de equipa e em relação à figura de Eduardo Pinto Basto. No jornal portuense ele apresenta a função de Umpire e no *Sport* a de Referee (árbitro).

*

Conclui-se assim que entre a Caça e Tiro, a Tauromaquia e a Ginástica e Esgrima o número de desportistas era semelhante. A estas seguiam-se as Regatas e Natação. Porém, entre todas as modalidades destacou-se o Ciclismo com 119.

Com estes dados é difícil determinar se estes valores são significativos para a época. Se se atender que esta é uma fase de crescimento, em que as atividades desportivas "[…] eram fenómenos francamente residuais […]"[43] e que o desporto só vai ter "[…] um pouco por toda a Europa, um acentuado incremento no princípio do século XX",[44] talvez se possa ponderar que as notícias transmitem a própria evolução desportiva, o momento de afirmação e crescimento das diferentes modalidades.

Da observação aos participantes pode concluir-se que entre eles existiam alguns estrangeiros de renome, como, por exemplo, a família Rumsey, presente na Natação e no Ciclismo. Temos ainda os Minchin no Ciclismo ou os Múaze na Caça e Tiro, no Ciclismo e na Ginástica e Esgrima. Por outro lado, na Tauromaquia muitas são as personalidades de origem espanhola, como, por exemplo, Miguel Piedras ou José Martin. Já no Futebol as personalidades estrangeiras também assumem grande destaque, como é o caso de MacGeock ou Artur Dagge, igualmente presente em Regatas. É de destacar a influência das comunidades estrangeiras na importação de hábitos e novas sociabilidades para a sociedade portuguesa. É natural que comunidades, como a inglesa, onde atividades desportivas, como o Futebol, se encontravam mais desenvolvidas se envolvessem mais na introdução desses desportos em Portugal.

[43] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 50.
[44] Coelho e Pinheiro, *República*, 11.

Entre os portugueses foi igualmente notória a presença de vários membros pertencentes à mesma família. Como exemplos mais significativos temos os Alves Pimenta na Caça e Tiro, os Pinto Bastos na Ginástica e Esgrima e no Ciclismo e os Guimarães no Ciclismo, na Caça e Tiro e nas Regatas e Natação.

Em *República, Desporto e Imprensa,* referente aos inícios do século XX, escreve-se: "A imprensa desportiva, ativa e incisiva, contribuiu decisivamente para que o desporto deixasse de ser uma atividade residual e elitista […]".[45] Sobre o Ciclismo escreve Miguel Barroso: "A atividade velocipedista […] unicamente ao alcance de elites abastadas […]".[46] E, ainda, por exemplo, sobre o futebol, Henrique Parreirão diz que "no início, o futebol foi adotado por uma elite de aristocratas e burgueses […]".[47] Associando estas informações a algumas personagens da elite, como o barão de Paçô-Vieira, e a alguns dados, como, por exemplo, os prémios atribuídos nos eventos desportivos, que apresentam segundo o trabalho de Maria Antonieta Cruz,[48] grande conformidade com os objetos que existiam nas casas das elites, é possível dizer-se que o desporto nesta altura era praticado, na sua maioria, por estas classes sociais.

2.2.5. Participação Feminina

Entre todas as notícias existe apenas uma que menciona a participação de duas mulheres numa corrida de bicicletas, na Rotunda da Boavista, por ocasião das festas do Centenário do Infante D. Henrique. Essas senhoras eram a D. Maria Branca da Silva Dias e D. Cacilda Augusta da Silva Dias:

> […] 4ª corrida, para senhoras, na extensão de 160 metros, consistindo os prémios em alfinetes de ouro, para peito. Chegou em primeiro lugar a snr.ª D. Cacilda Augusta da Silva Dias e em segundo a snr.ª D. Maria Branca da Silva Dias. […].[49]

Deste excerto pode concluir-se que, apesar de estas senhoras terem participado fizeram-no à parte dos restantes concorrentes, numa prova só para ambas. Além disso, esta foi a corrida menos extensa, até menos que a das crianças que chegava aos1060m. Por fim, os seus apelidos deixam indícios de parentesco entre si.

[45] Coelho e Pinheiro, *República,* 228.
[46] Barroso, *História,* 15.
[47] Reis, *Portugal,* I, 385.
[48] Cruz, "Facetas", 265-273.
[49] BMP, *O Comércio do Porto*, 55.

José Ferreira afirmou que "no Porto, os médicos e Paulo Lauret foram os grandes responsáveis por estes novos olhares para com o exercício físico da mulher."[50] De facto, a vinda de Paulo Lauret[51] para a cidade invicta levou a uma maior participação da mulher neste tipo de desporto. O Ginásio Lauret era o único frequentado por elementos do sexo feminino. Contudo, em nenhum espetáculo as mulheres estiveram presentes. Isto é mais um dado revelador da exclusão da mulher deste tipo de eventos públicos.

2.3. Pontos-de-venda de Bilhetes e de Inscrição para os Eventos Desportivos

À altura de 1893-94 vários eram os pontos, espalhados pela cidade, a que a população poderia recorrer para adquirir bilhetes e efetuar inscrições para as competições.

Quadro 7. Locais de Venda de Bilhetes e de Inscrição para os Eventos Desportivos, por Modalidades, entre julho de 1893 e junho de 1894

Ciclismo	**Caça e Tiro**	**Tauromaquia**	**Regatas e Natação**
Café Rio Leça;[52] Tabacaria Freitas & Azevedo;[53] Centro Velocipédico;[54] Confeitaria Cascais;[55]	Papelaria Central;[59] Bazar dos Caçadores;[60] Casas de João V. Sousa e João Dias Alves Pimenta; Praça de D. Pedro; Rua de Santo António.	Café Águia D`Ouro.[61]	Rua Nova de Alfândega.

[50] José Vítor Ferreira e Manuel Botelho, "A Educação Física da Mulher no Porto, nos Finais do Séc. XIX: Alguns Elementos para a sua História", n.p.: 4. Acedido em 24 maio 2014. http://www.mulheresdesporto.org.pt/web/images/stories/pdf/actividades/congressos_apmd/posters_congresso_2003/9_a_educacao_fisica_da_mulher_no%20porto.pdf

[51] Paulo Lauret nasceu em Alenquer a 11-02-1852. Logo em 1867 foi nomeado adjunto da turma de ginástica na Casa Pia e em Lisboa foi professor de vários colégios e casas públicas, tanto privados como particulares. Em 1882 vem para o Porto e abre o primeiro ginásio, o Colégio Francês. Tempos depois abre o Ginásio Higiénico, hoje conhecido como Ginásio Lauret e Sala de Armas. Homem muito ligado à caridade obteve inúmeros diplomas de sócio benemérito de muitos colégios e ginásios pelo país. A escrita foi também um dos seus pontos fortes lançando vários livros, nomeadamente, *La Gymnastique*. *O Velocipedista* (Porto: BMP), 35.

[51] Francisco Pinheiro, *História da Imprensa Periódica Desportiva Portuguesa (1875-2000)*, [Tese de Doutoramento], (Universidade de Évora, 2009), 56.

[52] Localizava-se em Matosinhos. BMP, *O Comércio do Porto*, 219.

[53] Localizava-se na Rua dos Clérigos, 2. BMP, *O Comércio do Porto*, 37.

[54] Localizava-se na Rua do Correio (atual Rua do Conde de Vizela). BMP, *O Comércio do Porto*, 53.

[55] Localizava-se na Rua de Santo António. BMP, *O Comércio do Porto*, 150.

[59] Localizava-se na Praça de D. Pedro. BMP, *O Comércio do Porto*, 88.

[60] Localizava-se na Rua de Santo António. BMP, *O Comércio do Porto*, 88.

[61] Segundo Maria Castro este foi um dos cafés de renome do século XIX no Porto tendo aberto as portas em 1852. Maria Teresa Castro, "Os Cafés do Porto", n.p., 4. Acedido em 10 março 2014. http://www.apha.pt/wp-content/uploads/boletim2/CafesDoPorto.pdf.

Borges & Irmão;[56] Almeida & Carlos Alberto; Machado Lemos & Monteiro; Casas de Arnaldo Soares, Silvestre Dias Teixeira,[57] e José Rafael Pinto Basto.[58]			

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Além destes locais, em todas as modalidades eram referidas as suas sedes. Denota-se que, além de cafés, bazares e papelarias e tabacarias estavam disponíveis, também, casas particulares de cidadãos, alguns ligados às atividades como atletas, como era o caso de José R. Pinto Bastos (Ginástica e Esgrima) e de João Dias Alves Pimenta (Caça e Tiro).

Através destas localizações é percetível que a zona mais dinâmica é o centro da cidade.

Entre as atividades desportivas presentes destaca-se o Ciclismo, com um maior número de locais destinados à venda de bilhetes e à inscrição para os eventos. Este dado revela o maior interesse nesta modalidade por parte da assistência.

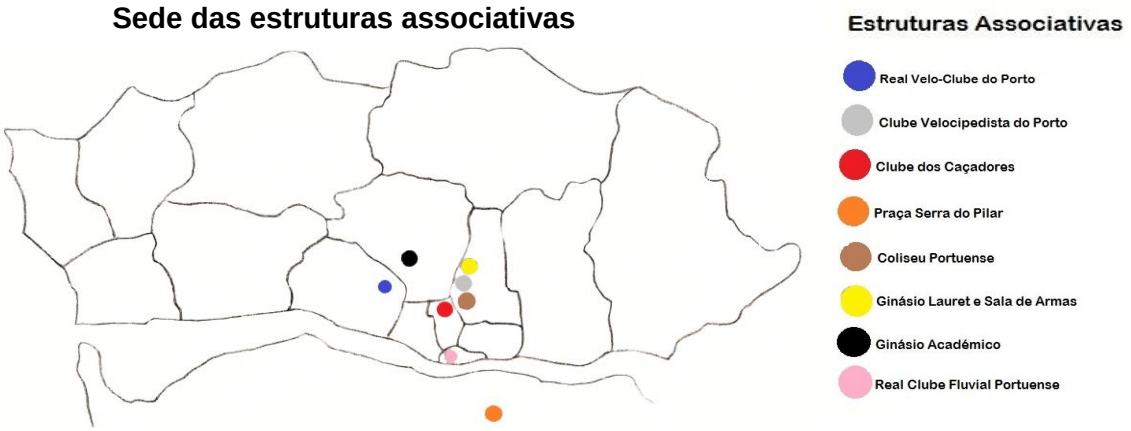
3. Estruturas Associativas

3.1. Estuturas Associativas Existentes

Em *Instituições do Distrito do Porto* é possível ler-se que "no Porto, também se foi evidenciando a diversidade de opções desportivas […] apareceram vários clubes, com objetivos e práticas diversas, como clubes ginásticos, hípicos, clubes de caçadores e de tiro, velocipedistas, náuticos […]".[62] Mais, o autor analisou o início das instituições nesta cidade, destacando já as que existiam desde meados do século XIX. Entre elas podem identificar-se as "[…] desportivas […] de caçadores, hípicas, […]".[63]

[56] O Banco Borges & Irmão foi fundado em 1884. Carlos Alberto Damas, "José Maria do Espírito Santo e Silva, de Cambista a Banqueiro, 1869-1915." *Revista Análise Social*, 37 (2002): 854. Acedido em 1 de março 2014. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223312713W5oVZ8ze9Zs04AU8.pdf.
[57] Localizava-se na Rua Sá da Bandeira, junto aos Armazéns Hermínios. BMP, *O Comércio do Porto*, 37.
[58] Localizava-se na Rua de Santo António. BMP, *O Comércio do Porto*, 41.
[62] Costa, *Instituições*, 199.
[63] Costa, *Instituições,* 674.

Figura 1. Localização da Sede das Estruturas Associativas, no Porto, Entre julho de 1893 e junho de 1894.



Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Desta representação pode concluir-se que existia uma concentração das sedes das estruturas associativas no centro histórico do Porto e na sua área envolvente.

Ciclismo

- Clube Velocipedista do Porto

Sobre a fundação deste Clube escreve António Delgado em 1893: "Pouco tempo depois, o entusiasmo de meia dúzia de rapazes, entre os quais Jonh Minchin Junior e Augusto Pinto da Costa, fazia nascer novo club com o título de Clube Velocipedista do Porto, que morria também ao fim de poucos anos, para ser reorganizado no 1º de outubro de 1892 pelos esforços incessantes de Frederico Braga."[64] Os primeiros estatutos, datados de 28 de outubro de 1883, estipulavam que o Clube servia para "para proporcionar divertimentos, auxílios e corridas de velocípedes aos sócios".[65] De todas as associações, esta era a única que possuía um jornal próprio com o objetivo de divulgar os seus eventos e de mostrar os benefícios da modalidade.[66]

- Real Velo-Clube do Porto[67]

Esta associação foi fundada em 1893[68] e não tinha como atividade apenas o ciclismo apesar de, no período em análise, se apresentar como uma das principais

[64] António Martins Delgado, *A Velocipedia*, [Dissertação Inaugural], (Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1893), 65.
[65] Costa, *Instituições,* 200.
[66] BMP, O Velocipedista, 1.
[67] Os fundadores desta associação foram Herbert Dagge e António Nicolau de Almeida. Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 46.
[68] "Uma festa no Real Velo-Club", n.p. Acedido a 15 março 2014. http://ovelocipedista.files.wordpress.com/2012/05/rvmm_1.jpg

estruturas neste âmbito. Dedicava-se também a "promover desafios e concursos de bom ténis, futebol, corridas a pé […] ginástica, tiro […]".[69] Estava, como diz Francisco Pinheiro, "[…] destinado inicialmente à prática da velocipedia, mas […] devido à sua condição luso-britânica teria […] também um papel importante no crescimento do futebol na Invicta".[70]

Inicialmente esta instituição designava-se Velo-Clube do Porto, mas, em 1894, passou a Real Velo-Clube do Porto após D. Carlos lhe ter cedido um terreno para a construção de um novo velódromo.

Caça e Tiro

- Clube dos Caçadores

Recorrendo a *Instituições do Distrito do Porto*, percebe-se que esta associação se dedicava, sobretudo, ao "Aumento da Quantidade de Caça, Aperfeiçoamento da Raça Canina e Diversão".[71] A data de fundação é desconhecida, mas o seu primeiro estatuto data de 1878.[72] Segundo *O Velocipedista* este Clube inaugurou a sua carreira de tiro na Quinta de Salgueiros no dia 1 de junho de 1893.[73]

Ginástica e Esgrima

- Ginásio Lauret e Sala de Armas

Este ginásio foi fundado em 1882 por Paulo Lauret, na Rua da Picaria. Mais tarde, devido ao crescente número de alunos, passou para um edifício maior na Rua do Laranjal. Com intenção de divulgar o seu ginásio, Lauret lançou, em 1882, *O Gymnasta*, "[…] o primeiro jornal do género que surgia na Cidade Invicta […]".[74]

- Ginásio Académico

Relativamente a esta instituição, diz-nos Barbosa da Costa que foi criada "[…] em 14.5.1893 […] [destinando-se] ao desenvolvimento do ensino da ginástica e […] propaganda dos seus salutares efeitos."[75]

[69] Costa, *Instituições,* 200.
[70] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 58.
[71] Costa, *Instituições,* 509.
[72] Costa, *Instituições,* 509.
[73] BMP, O Velocipedista, 7.
[74] Pinheiro, *História*, 56.
[75] Costa, *Instituições,* 200.

Regatas e Natação

- Real Clube Fluvial Portuense

Segundo Barbosa da Costa, "realizou-se, em 1875, a primeira regata no rio Douro, estando [esta] na origem da criação do Clube Fluvial Portuense […]". Contudo, em *História do Clube Fluvial Portuense* lê-se que "cerca de um ano depois, mais exatamente, a 25 de Maio de 1876 realizou-se nova regata. E foi esta […] que deu origem ao Fluvial!".[76] Todavia, ele só surgiria formalmente a 4 de novembro de 1876, quando foi eleita a primeira direção do Clube.[77] Deve mencionar-se ainda que Barbosa da Costa incluiu no seu livro a imagem da medalha comemorativa do centenário do Clube, datada de 1976, e referiu que os primeiros estatutos foram aprovados a 4 de novembro de 1876. Ou seja, estes dois autores discordam apenas na Regata que consideram ter dado origem à estrutura associativa.

Criada para

> promover regatas no Rio Douro, conceder e distribuir prémios aos vencedores, mandar construir embarcações próprias para as regatas […], foi, mais tarde, acrescentado aos seus objetivos a educação física e intelectual dos sócios, escolas de ginástica, esgrima, tiro, música, canto e arte de representar.[78]

Inicialmente, a associação intitulava-se Clube Fluvial Portuense, passando a 23 de novembro de 1881 a Real Clube Fluvial Portuense, por concessão do rei D. Luís.[79]

Destaca-se o papel desta instituição na organização do Cortejo Fluvial, nas celebrações do Centenário do Infante D. Henrique, tendo a honra de "[…] ocupar o primeiro lugar após a caravela que levava a histórica pedra [monumento a erigir ao Infante]".[80]

Hipismo

- Clube Hípico

Infelizmente a presente investigação não conseguiu encontrar dados relativos ao Clube Hípico, à exceção de pequenas referências à sua existência.

*

[76] Moisés Santos, "História do Clube Fluvial Portuense", n.p.: 5. Acedido a 1 outubro 2013. http://www.fluvial.pt/clube/documentos/.
[77] Santos, "História", 5.
[78] Costa, *Instituições,* 200.
[79] É possível ver esta Carta Régia em Santos, "História", 9.
[80] Santos, "História", 13.

Tomando como exemplo o Real Velo-Clube do Porto, o Clube dos Caçadores e o Real Clube Fluvial Portuense pode concluir-se que a denominação das instituições nem sempre reflete aquilo que são as suas práticas desportivas.

Pode ainda constatar-se que uma das modalidades mais abrangentes é o Ciclismo, isto, porque é a única que durante este período apresenta duas instituições especializadas nessa atividade. Outra razão é o facto das suas práticas serem promovidas por outras estruturas associativas, como o Clube dos Caçadores. Este facto evidencia a sua importância na sociedade portuense.

3.2. Caraterização das Associações Desportivas

3.2.1. Expressão das Reuniões, por Notícias e por Acontecimentos

Ao analisar os quadros seguintes percebe-se que a diferença entre o número de notícias e de acontecimentos não é tão significativa como a que acontece nos eventos desportivos. Aqui surgiram apenas 35 notícias repetidas. Todavia, o número de reuniões realizadas não tem tanta expressão noticiosa como tem o número de acontecimentos desportivos (21 contra 81).

Quadro 8. Número de Notícias Publicadas sobre Reuniões Administrativas, por Modalidades e por Trimestres, entre julho de 1893 e junho de 1894

	1893		**1894**		
Modalidades	**Jul-Set**	**Out-Dez**	**Jan-Mar**	**Abr-Jun**	**Total**
Ciclismo	6	3	6	16	**31**
Caça e Tiro	2	0	4	4	**10**
Ginástica e Esgrima	0	6	0	1	**7**
Regatas e Natação	3	0	0	5	**8**
Total	**11**	**9**	**10**	**26**	**56**

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Quadro 9. Número de Reuniões Administrativas, por Modalidades e por Trimestres, Entre julho de 1893 e junho de 1894

	1893		1894		
Modalidades	**Jul-Set**	**Out-Dez**	**Jan-Mar**	**Abr-Jun**	**Total**
Ciclismo	4	1	1	3	**9**
Caça e Tiro	1	0	1	2	**4**
Ginástica e Esgrima	1	5	0	0	**6**
Regatas e Natação	1	0	0	1	**2**
Total	**7**	**6**	**2**	**6**	**21**

Fonte: *O Comércio do Porto*, julho de 1893 - junho de 1894.

Tendo em conta os números de notícias publicadas verifica-se um predomínio do Ciclismo com 31 notícias. As restantes modalidades atingem, no máximo, uma dezena. Constata-se, mais uma vez, que a fonte analisada dá mais atenção a esta modalidade. Por outro lado, em termos de acontecimentos, existe um predomínio do Ciclismo, seguido da Ginástica e Esgrima e depois da Caça e Tiro. Esta última, apesar de ter mais notícias que a anterior modalidade citada, conta apenas com 4 reuniões.

Desta forma, é exequível avançar com a ideia de que existe uma maior organização por parte das estruturas associativas ligadas ao Ciclismo e à Ginástica e Esgrima.

3.2.2. Assuntos Abordados nas Reuniões

Ciclismo

- Real Velo-Clube do Porto

As ordens de trabalho presentes nas reuniões passaram, essencialmente, pela aprovação do início das lições de velocipedia, pela agenda de corridas e de festas, assim como a nomeação de comissões para as preparar, a aprovação de novos sócios para o Clube, incluindo os sócios por aclamação, como é o caso do Infante D. Afonso, a discussão dos relatórios de contas e a nomeação de novos corpos gerentes.

Através destas notícias foi possível obter informações sobre os corpos gerentes desta associação. Na presidência estava o barão de Paçô-Vieira e nas várias comissões, presentes nas reuniões e formadas para a organização dos eventos, encontraram-se nomes como Joaquim C., Zagalho Ilbareo, José Maria de Almeida

Outeiro, Adolfo Vieira da Cruz, Estevão Torres, António Nicolau de Almeida, Artur R. e Benedito Ferreirinha.

- Clube Velocipedista do Porto

Esta associação apresentou um número de reuniões menos significativo, comparativamente à anterior, e, por isso mesmo, as ordens de trabalhos encontradas nas notícias publicadas referiram-se apenas à análise dos relatórios de contas do Clube, à eleição de corpos gerentes e à discussão e aprovação de novas reformas dos estatutos. Também aqui, através da reunião do dia 10 de abril de 1894, foi possível perceber-se como estava formada a direção deste Clube. Na Assembleia Geral como presidente estava José Francisco Vieira de Carvalho Júnior, como primeiro secretário Paulo Alves e como segundo secretário António Pinto de Carvalho. No Conselho Fiscal estavam Alberto de Sousa Couto; Jaime Ribeiro e Vidal Oudinot. Já na Direção, António Barbosa de Sousa Brandão ocupava o lugar de presidente; Augusto Pereira da Costa de Vice-presidente; B. Baião Coelho e Gabriel J. Santos de secretários e António Pinto das Neves ocupava o cargo de Tesoureiro.

Caça e Tiro

- Clube dos Caçadores

Neste Clube as reuniões centraram-se, principalmente, na análise de relatórios de alguns comissários sobre suspeitas de infrações às leis da caça, na nomeação de sócios, destacando-se a nomeação do rei D. Carlos como sócio e presidente honorário, na discussão do relatório de contas do ano 1893-94 e do relatório, apresentado pela direção, com os detalhes do número de torneios realizados, participantes e tiros executados ao longo destes anos. Além disto, foi assunto a inauguração do retrato de Egídio Teixeira Duarte, presidente da direção, que ficou colocado na sala da secretaria. Decidiu-se ainda a atribuição de 500$000 para fazer melhoramentos no campo de tiro e elegeram-se novos corpos gerentes.

Relativamente aos dirigentes deste Clube: na Assembleia Geral, como presidente, estava Dinis Santiago, como Vice-presidente António de Pádua Ferreira Múaze e como secretários Aurélio da Paz e Elísio de O. Silva. Na Comissão de contas estavam os Alexandre Vicente da Silva, Álvaro de Azevedo Meireles e Ernesto Artur de Azevedo Viana. Na Direção Egídio Teixeira Duarte ocupava o lugar de presidente, João Henrique Andresen de Vice-presidente, José Dias Alves Pimenta e José Teixeira Pinto Figueiredo de secretários e João Vieira de Sousa ocupava o cargo de Tesoureiro.

Ginástica e Esgrima

- Ginásio Lauret e Sala de Armas

Aqui os assuntos em destaque nas reuniões passaram pela reorganização da instituição, pela discussão da proposta de participação do Ginásio na comemoração do Centenário do Infante D. Henrique, pelo debate sobre a possível preparação de conferências populares sobre a vida do Infante, pela agenda de saraus ginásticos, pela nomeação de comissões para a organização dos saraus e, também, pela realização de projetos de estatutos e regulamentos e pela discussão e aprovação dos mesmos. Por fim, constituíram, igualmente, ordens de trabalho a aprovação de novos sócios e a decisão de instituir uma biblioteca no Ginásio.

Regatas e Natação

- Real Clube Fluvial Portuense

Esta é a estrutura associativa que apresenta menos reuniões realizadas. Nelas, foram apresentados temas como a preparação de regatas, a nomeação de um júri para inspecionar as corridas, o debate sobre o relatório apresentado pela direção, assim como o relatório de contas de 1893. Além disso, elegeram-se novos elementos dirigentes e nomearam-se vários sócios beneméritos, como foi o caso de Estevão P. Rodrigues, Vitorino F. Mota, Julião F. Pacheco, Joaquim de Lima e Joaquim A. de Oliveira, e, também, sócios honorários, como, por exemplo, José Duarte R. Ortigão, Charles H. Coverley e Roger Coverley.

Não foi relatada, em nenhuma notícia, a composição da direção desta associação. Desta forma, através de pistas que foram surgindo ao longo de todo o período foi exequível avançar com alguns nomes. Assim, na Assembleia Geral como presidente estava Francisco de Paula e como secretários Abel Martins Pinto, José Gonçalves Arga e Arnaldo de J. Teixeira. Por outro lado, na Direção, David José de Pinho ocupava o lugar de presidente e Joaquim Teixeira da Silva Guimarães o cargo de Tesoureiro.

*

De modo geral, pode concluir-se que todas as associações referidas têm nas suas ordens de trabalhos temas similares. Denota-se, também, que, ao longo deste período, todas elas procederam à nomeação de novos corpos gerentes para o Clube.

3.2.3. Instituição Mais Ativa no Ciclismo

Ao longo desta investigação observa-se uma clara hegemonia do Ciclismo. Desta forma, faz-se aqui uma pequena comparação entre as suas instituições.

Em termos de eventos desportivos estas duas estruturas mostram-se empatadas. Em relação ao número de desportistas presentes em cada Clube destaca-se, claramente, o Velocipedista do Porto, com uma diferença de 17 elementos.

Por outro lado, ao se analisar o número de reuniões realizadas verifica-se que o Real Velo-Clube mostrava uma maior organização administrativa, com seis reuniões contra três da outra associação.

Em suma, com estes dados torna-se difícil avançar qual a estrutura administrativa mais ativa, pois nenhuma se sobrepõe claramente sobre a outra. Esta questão só poderia ser esclarecida através de um estudo comparativo e mais pormenorizado entre as duas instituições.

Público

Com a exceção do Hipismo, a que *O Comércio do Porto* não faz nenhuma alusão à assistência, e da Caça e Tiro, com apenas uma, as restantes modalidades apresentam várias referências a uma assistência numerosa nos seus torneios.

3.3. Presença Feminina

São poucas as informações transmitidas pel'*O Comércio do Porto* sobre a assistência. Contudo, a partir das mesmas consegue-se perceber um aspeto bastante importante da sociabilidade oitocentista: o papel da mulher nestes eventos. A mulher assumiu funções de espectadora, de organizadora de eventos e de colaboradora na construção dos prémios a entregar aos vencedores.

Como espectadora, encontram-se notícias referentes à sua presença em todas as modalidades, excetuando o Hipismo e a Tauromaquia. Contudo, foi sobretudo no Ciclismo que se assistiu a uma maior presença feminina. Normalmente, os jornalistas referiam esta presença da seguinte forma: "assistindo àquela diversão bastantes pessoas e, entre elas, numerosas senhoras".[81]

Como organizadora de eventos desportivos e de festas as notícias são ainda menos frequentes, mas, mesmo assim, foi possível constatar a interferência feminina nesses assuntos. Como exemplo, nas Regatas e Natação, foram as "Senhoras da Foz"

[81] BMP, *O Comércio do Porto*, 246.

quem promoveu o concurso de natação e regata que se realizou a 3 de setembro de 1893.

Aparecem ainda menções à colaboração feminina na organização de festas para a entrega de prémios, como ocorreu numa outra regata, no dia 3 de setembro de 1893, ou na comemoração do 10.º aniversário da fundação do Clube Velocipedista do Porto na qual "[…] as damas ofereceram um sarau dançante aos vencedores das corridas"[82] e ainda participavam nesse mesmo tipo de festas entregando elas próprias os prémios aos vencedores, como, por exemplo, na corrida de bicicletas do dia 17 de setembro de 1893: "Os prémios, que constaram de medalhas de ouro, prata e cobre, foram entregues pelas seguintes senhoras […]".[83]

As mulheres surgem ainda como colaboradoras na execução dos prémios que eram oferecidos. Na Caça e Tiro verificou-se a oferta de uma lâmpada para acender charutos pelas "[…] senhoras portuenses […]"[84] mas, nas restantes notícias os prémios reportam-se a objetos elaborados manualmente pelas mesmas, como, por exemplo, cintos bordados e fitas pintadas e bordadas à mão. Este tipo de prémios prevaleceu, sobretudo, na modalidade do Ciclismo na qual se encontrou, inclusive, relativa à corrida de Comemoração do Centenário do Infante D. Henrique, uma oferta de várias fitas pintadas pela Rainha D. Amélia.[85]

3.4. Presença Estrangeira

São muito raras as notícias sobre a presença estrangeira. Apesar de não serem mencionados nomes de elementos que se encontravam na assistência, as notícias deixam sinais de uma presença inglesa e espanhola.

Sobre os ingleses foram encontradas referências no Futebol, como por exemplo: "Muitas Senhoras – na sua maior parte da colónia inglesa – que assistiam ao desafio, […]"[86] e também no Ciclismo. Tanto numa modalidade como na outra, os ingleses mostraram-se membros ativos nessas atividades e daí não ser de estranhar a sua presença na assistência. No futebol muitos foram os ingleses que participaram no único desafio encontrado. Esta presença justifica-se ainda se se tiver em consideração que no Porto existia uma importante colónia inglesa.

[82] BMP, *O Comércio do Porto*, 258.
[83] BMP, *O Comércio do Porto*, 222.
[84] BMP, *O Comércio do Porto*, 55.
[85] BMP, *O Comércio do Porto*, 43.
[86] BMP, *O Comércio do Porto*, 52.

Por outro lado, no Ciclismo verifica-se que alguns sócios do Real Velo-Clube do Porto eram ingleses.[87] Portanto, com todos estes indícios é fácil justificar a presença desta comunidade na assistência aos eventos do Clube.

A importância dos ingleses no desporto portuense sentiu-se também nas Regatas e Natação. Além de um aviso noticiado nesta língua sobre a Regata Anual, na *História do Clube Fluvial Portuense* afirma-se que foram estes estrangeiros que despertaram nos portuenses o interesse por esta modalidade.[88]

Relativamente aos espanhóis, a sua presença foi referida apenas na Tauromaquia: "A tourada deve ser muito concorrida principalmente pela colónia espanhola […]".[89] Talvez um dos motivos desta assistência seja o facto de muitos desportistas presentes terem essa nacionalidade.

3.5. Presença de Diferentes Classes Sociais

Vários foram os indícios, ao longo da presente investigação, de que o desporto estava entregue, sobretudo, às elites. Também no público existem sinais claros de que a assistência era composta por este tipo de membros.

No caso das mulheres percebe-se isso quando se escrevem pormenores sobre a forma elegante como estavam vestidas ou quando referem que eram esposas de membros importantes da sociedade, "[…] a esposa do Sr. Dr. Artur Alberto de Campos Henriques; baronesa de Paçô Vieira (D. Maria) […] e miss Ilda Rumsey."[90]

Por outro lado, perspetivava-se a presença de pessoas mais humildes quando, por exemplo, num dos relatos feitos pelo jornal se escreveu: "Nesse momento, um popular levanta repetidos vivas à família real […]".[91] Além disto, a diferença de preços na admissão à assistência também evidencia a presença de diferentes classes sociais, pois os preços, em média, para o mesmo espetáculo podiam ir dos 3500 aos 250 réis. Por outro lado, o facto de a família real assistir a alguns eventos desportivos atraía público de todos os estratos sociais. Prova disto é o torneio de Caça e Tiro, realizado a 7 de março de 1894, que, dada a presença do Rei, mobilizou um numeroso público entre o 9 desportivas, como na sua expressão pública, através da imprensa, a prática desportiva no Porto era ainda um pouco incipiente. As atividades desportivas

[87] BMP, *O Comércio do Porto*, 143.
[88] Santos, "História", 5.
[89] BMP, *O Comércio do Porto*, 196.
[90] BMP, *O Comércio do Porto*, 222.
[91] BMP, *O Comércio do Porto*, 52.

encontradas nesta análise foram o Ciclismo, a Caça e Tiro, a Tauromaquia, o Hipismo, a Ginástica e Esgrima, as Regatas e Natação e o Futebol.

Entre todas, deve destacar-se a hegemonia do Ciclismo. É verdade que esta não era a modalidade desportiva com mais torneios realizados, mas foi aquela que foi mais vezes noticiada pel'*O Comércio do Porto*, o que revela ser alvo de um maior interesse. Além disto, o Ciclismo apresentou um elevado número de notícias ao longo de todos os meses estudados e foi, igualmente, a modalidade com maior número de desportistas identificados. José Ferreira avança com a ideia de que as provas de Ciclismo tinham uma expressão nacional pois em corridas realizadas no Porto estavam presentes também atletas de outros pontos do País. Já em 1893 este dado era notório, detetando esta investigação a presença de elementos de Lisboa, Coimbra, Moncorvo, Castelo-Branco e Póvoa de Varzim. O Ciclismo apresentou-se ainda como a única modalidade na qual existiu uma participação feminina oficial nas provas desportivas.

Também em termos administrativos as estruturas do Ciclismo se encontravam numa fase mais desenvolvida. As modalidades com um maior número de estruturas associativas eram a Ginástica e Esgrima e o Ciclismo. Todavia, comparando o grau de atividade entre elas destacavam-se claramente as do Ciclismo, sendo esta, de igual modo, a atividade mais promovida por outras estruturas que não as que estão diretamente ligadas a esta modalidade. Não admira, portanto, que fosse a que mais postos de venda de bilhetes apresentava.

É possível apresentar ainda mais dois fatores que dão conta da hegemonia desta modalidade desportiva: primeiro, o fato do Ciclismo ser a única modalidade que contava, no Porto, com um jornal inteiramente dedicado à sua atividade; e, em segundo lugar, aparecerem também lojas específicas de venda de material para este tipo de desporto.

Por outro lado, o Futebol, atividade com um grande peso hoje em dia, não tinha praticamente expressão nesta altura. Essa situação mantinha-se em 1900[92] e, como se sabe, só conheceu um grande impulso durante a I República.[93]

Tendo em conta o baixo número de reuniões e a falta de rigor que evidenciou em algumas provas realizadas, talvez se possa avançar com a ideia de que as estruturas associativas apresentavam falhas na sua organização. Esta situação já foi expressa anteriormente na Caça e Tiro, mas, também, no Futebol a falta de rigor era notória, de resto como refere Francisco Pinheiro "[…] possuindo estruturas frágeis que

[92] Ferreira e Ferreira, "As Actividades", 61.
[93] Coelho e Pinheiro, *República*, 15.

se montavam e desmontavam durante os almoços que antecediam ou seguiam os jogos. […] Repare-se que os "juízes" destas partidas eram elementos das próprias equipas […]".[94] No entanto, é preciso não esquecer, e estes dados são prova disso, o caráter ainda de amadorismo presente no desporto.

Por outro lado, tendo o exemplo do Real Velo-Clube do Porto, do Clube dos Caçadores e do Real Clube Fluvial Portuense, pode concluir-se que o nome das instituições nem sempre refletia aquilo que na realidade eram as suas práticas desportivas, uma vez que o Clube dos Caçadores também organizou corridas de bicicleta. Por fim, é possível avançar que estas organizações tinham as suas sedes muito próximas umas das outras, essencialmente no centro histórico da cidade.

O Público é o tema ao qual o jornal dedica menor atenção. Contudo, através destas notícias foi possível compreender a importância da mulher no desporto. Se a sua presença como atleta era quase nula, o mesmo não se poderá dizer da relevância que exerceu nas questões logísticas. Segundo o artigo de José Ferreira, em 1900, no Ciclismo,[95] passou a existir uma maior participação feminina, presença essa que se intensificou um pouco mais na I República, tendo por base os estudos de Francisco Pinheiro.[96]

Apesar de se estar a analisar o desporto portuense, a presença estrangeira não passou despercebida. Aliás, pode ver-se a influência que a comunidade inglesa teve na prática de determinados desportos no Porto, nomeadamente do Futebol e das Regatas.

Como se sabe, *O Comércio do Porto* primava por ser um jornal generalista e não desportivo, fator que explica o facto de as notícias publicadas sobre este tema serem poucas, mas também pequenas e sem grande destaque. Muitas delas apareciam na secção "Anúncios", o que mostra que só por pagamento é que o jornal publicava notícias deste teor. Perante tal situação, é possível, mais uma vez, corroborar com a conclusão lançada por José Ferreira para o ano de 1900: os jornais ainda não eram mobilizados pelas práticas desportivas.

O facto de este autor ter utilizado também *O Comércio do Porto* para fazer uma análise ao ano de 1900 revelou-se uma mais-valia, permitindo desenvolver uma análise comparativa. Desta forma, pode concluir-se que as semelhanças entre estes dois períodos são enormes, tal como foi sendo referido ao longo deste estudo. Porém, as maiores desigualdades encontram-se, sobretudo, numa maior participação feminina e

[94] Coelho e Pinheiro, *A Paixão,* 49.
[95] Ferreira e Ferreira, "As Actividades", 59.
[96] Coelho e Pinheiro, *República,* 166.

na existência de mais modalidades em 1900, como, por exemplo, o Atletismo, a Canoagem, os Jogos Tradicionais, a Luta, a Patinagem e o Ténis. Esta evolução do desporto sofreu um grande impulso na I República, como o comprova a seguinte afirmação: "Mas seria um erro histórico esquecer o importantíssimo empurrão dado ao desporto pela República, o qual permitiu mudar hábitos, mentalidades e formas de estar na sociedade portuguesa".[97]

Tendo em conta os limites estabelecidos para a realização desta investigação, não foi possível ir mais longe na pesquisa de alguns aspetos que poderiam contribuir para uma melhor compreensão das atividades desportivas no Porto. Desta forma, no sentido de a melhorar, talvez fosse interessante alargar a pesquisa a outras fontes.

Por outro lado, talvez fosse de igual forma interessante intensificar a análise de algumas temáticas específicas através de uma cronologia mais ampla: por exemplo, a evolução da presença feminina no desporto. Quanto aos intervenientes, a análise das relações familiares entre eles, da polivalência desportiva de alguns elementos e a tentativa de perceber quem eram as personagens que mais se destacaram no mundo do desporto. Certamente, este tipo de trabalhos afigurar-se-iam como um contributo no sentido de enriquecer a história desportiva da cidade portuense.

[97] Coelho e Pinheiro, *República*, 229.

Fontes

Impressas

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 12 fevereiro 1894. Número 43.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 14 fevereiro 1894. Número 37.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 18 fevereiro 1894. Número 41.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto.* 2 março 1894. Número 51.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto.* 3 março 1894. Número 52.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto.* 4 março 1894. Número 53.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto.* 7 março 1894. Número 55.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto.* 15 abril 1894. Número 88.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 25 abril 1894. Número 96.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 31 maio 1894. Número 127.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 19 junho 1894. Número 143.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 27 junho 1894. Número 150.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 29 junho 1894. Número 152.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 30 junho 1894. Número 153.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 2 agosto 1893. Número 181.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 20 agosto 1894. Número 197.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 1 julho 1893. Número 154.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 19 agosto 1893. Número 196.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 3 setembro 1893. Número 209.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 15 setembro 1893 Número 219.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 19 setembro 1893. Número 222.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 17 outubro 1893. Número 246.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 31 outubro 1893. Número 258.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 1 novembro 1893. Número 259.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Comércio do Porto*. 16 dezembro 1893. Número 298.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Velocipedista*. 1893. Número 1.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Velocipedista*. 1 junho 1893. Número 7.

Biblioteca Municipal do Porto. *O Velocipedista*. 1 agosto 1894. Número 35.

Bibliografia

Barroso, Miguel. *História do Ciclismo em Portugal*. Lisboa: CCT Correios, 2001.

Coelho, João Nuno e Pinheiro, Francisco. *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

Coelho, João Nuno e Pinheiro, Francisco. *República, Desporto e Imprensa. O Desporto na I República em 100 Primeiras Páginas 1910-1926*. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

Costa, Francisco Barbosa da. *Instituições do Distrito do Porto.* Porto: Governo Civil do Distrito do Porto, 2005.

Costa, Maria Teresa Castro. "Os Cafés do Porto". Acedido em 10 março 2014. http://www.apha.pt/wp-content/uploads/boletim2/CafesDoPorto.pdf

Cruz, Maria Antonieta. "Facetas do Quotidiano Burguês no Portugal de Oitocentos". *Revista da Faculdade de Letras – História*, 3ª série, 4 (2003): 265-273. Acedido em 2 março 2014. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2359.pdf

Damas, Carlos Alberto. "José Maria do Espírito Santo e Silva, de Cambista a Banqueiro, 1869-1915". *Análise Social*, 37 (2002): 851-878. Acedido em 1 março 2014. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223312713W5oVZ8ze9Zs04AU8.pdf.

Delgado, António Martins. *A Velocipedia*. [Dissertação Inaugural]. Escola Médico-cirúrgica do Porto, 1893. Acedido em 15 de março 2014. http://ovelocipedista.files.wordpress.com/2012/05/rvmm_1.jpg

Ferreira, José Vítor e Ferreira, António. "As Actividades Desportivas no Porto de 1900". *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1 (2001): 56-61.

Ferreira, José Vítor e Botelho, Manuel. "A Educação Física da Mulher no Porto, nos Finais do Séc. XIX: Alguns Elementos para a sua História". Acedido em 24 maio 2014. http://www.mulheresdesporto.org.pt/web/images/stories/pdf/actividades/congressos_apmd/posters_congresso_2003/9_a_educacao_fisica_da_mulher_no%20porto.pdf

Parreirão, Henrique. "As Origens do Futebol e de Outros Desportos em Portugal". Reis, António (ed.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1990. Volume 2.

Pinheiro, Francisco. *História da Imprensa Periódica Desportiva Portuguesa (1875-2000)*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Évora, 2009.

Santos, Moisés. "História do Clube Fluvial Portuense". Acedido em 1 outubro 2013. http://www.fluvial.pt/clube/documentos.

Os Voluntários Portugueses na Divisão Azul (1941-1943) – Andreia dos Santos Diogo

Resumo

Embora a estratégia política do governo português assentasse na neutralidade perante o novo conflito mundial, alguns compatriotas não se fizeram reger por essa norma, tomando diferentes iniciativas. A Legião Portuguesa apoiava publicamente o ataque ao comunismo e, por conseguinte, o combate à União Soviética por parte da Alemanha. Foi neste contexto que vários portugueses se alistaram na Divisão Azul, uma unidade de voluntários criada no país vizinho com o objetivo de apoiar as forças alemãs na frente de combate. O desejo de criar semelhante unidade em Portugal partia não só do governo alemão, mas também da Legião Portuguesa, no entanto, a sua criação nunca se chegou a verificar. À sua espera na frente leste, estes portugueses encontraram temperaturas abaixo dos 50 ºC negativos, uma alimentação muito pobre, pouco descanso, onde nem existiam sítios apropriados para tal, e inúmeras baixas.
Palavras-chave: Divisão Azul; voluntários portugueses; Wehrmacht; II Guerra Mundial.

Abstract

Although the political strategy from the portuguese government settled on neutrality before the new world conflict, some compatriots didn't follow this standard, taking different initiatives. The Portuguese Legion supported the attack on communism publicly, and therefore, the fight against the Soviet Union by Germany. It was in this context that several Portuguese joined the Blue Division, a unit of volunteers established in Spain, to support the German forces in the combat. The desire to create similar unit in Portugal stemmed not only from the German government but also from the Portuguese Legion, however, a Portuguese Division was never created. Awaiting them at the eastern front, these Portuguese found temperatures below 50 °C negative, very poor alimentation, little rest, where suitable places for that didn't existed, and numerous casualties.
Keywords: Blue Division; Portuguese volunteers; Wehrmacht; World War II.

Introdução

A situação criada pela primeira guerra mundial era instável, não se esperando que a paz durasse por muito tempo. Todos os partidos na Alemanha caracterizavam o

Tratado de Versalhes como injusto e inaceitável. O Japão achava merecer mais do Extremo Oriente do que aquilo que as potências imperiais brancas lhe ofereciam e a Itália também se sentia insatisfeita. Entre 1919 e 1930, a configuração diplomática da europa opunha, assim, dois campos: o dos países vencedores e o dos vencidos. À aplicação literal das cláusulas do(s) tratado(s), representada principalmente pela França, opunha-se o campo dos que tinham interesse na revisão do(s) mesmo(s): a Alemanha principalmente.

Por proposta de Mussolini, deu-se a 29/30 setembro de 1938 a Conferência de Munique, pois os checoslovacos não aceitavam as pretensões alemãs quanto ao desmembramento do seu país. Reuniu-se, assim, a Inglaterra, a França, a Itália e a Alemanha. Esta conferência, que excluíra os maiores interessados, a Checoslováquia e a União Soviética, acabaria por se revelar um fracasso para as democracias ocidentais face à política expansionista alemã, uma vez que cederam às pretensões do chanceler alemão, Adolf Hitler. Procedeu-se então à divisão da Checoslováquia, pelo que a região da Boémia e da Morávia ficariam sob a posse da Alemanha. Não satisfeito com esta partilha, Hitler ordena a invasão do restante território da Checoslováquia, em março de 1939.

As democracias ocidentais rapidamente perceberam que esta questão só se resolveria com intervenção militar, procurando para tal o apoio da União Soviética, pedindo a esta que deslocasse tropas para as fronteiras polacas. No entanto, os diplomatas russos também negociavam, secretamente, com Hitler, tendo-se realizado nesta altura um pacto de não agressão, o Pacto Germano-Soviético. Quando a Alemanha invadiu a Polónia, as potências ocidentais reagiram, declarando aquela que seria a segunda guerra mundial.

Os vinte anos que separam a assinatura do Tratado de Versalhes do desencadeamento desta segunda guerra podem, então, dividir-se em duas fases: o pós-guerra, verificado até 1930, e o pré-guerra, a partir de 1932-1933, anos onde começam a ser visíveis os sinais precursores do próximo conflito. À semelhança do primeiro, este novo conflito não resultou apenas de uma causa: a herança dos anos compreendidos entre 1919 e 1930 aliada à crise económica e aos regimes autoritários exerceram a sua quota nas origens de tal desordem.

Quase todos os Estados independentes se envolveram e aqueles que se viram arrastados, não pretendendo o conflito, fizeram de tudo para o evitar. No seio desses países, encontrava-se um que não era ocupado pela Alemanha e não sofria diretamente

as ameaças da Rússia e que, principalmente, não se sentia muito preocupado nem ansioso em participar neste novo conflito – Espanha. Durante a primavera de 1936, a segunda República Espanhola tinha sido desintegrada, num aumento de caos e violência. Consciente da sua dívida com a Alemanha, Franco e Rámon Serrano Suñer, Ministro dos Assuntos Exteriores, planearam que uma divisão de voluntários deveria participar nesta nova luta. A possibilidade de atacar o comunismo na sua própria casa entusiasmou muitos jovens e ex-combatentes nacionalistas.

Desta forma, o presente trabalho de investigação focará a sua atenção nos portugueses alistados nessa divisão de voluntários - Divisão Azul. Para além de motivações pessoais, a escolha desta temática como objeto de estudo deve-se ao fato de ser uma matéria ainda pouco conhecida e estudada. Se é certo que existe um bom leque de bibliografia estrangeira[1] que aborde questões da Divisão Azul, a mesma não se mostra tão específica no que concerne à presença portuguesa; por outro lado, a nível de estudos portugueses, estes são ainda mais raros, evidenciando-se, contudo, o recente contributo da investigação de Ricardo Silva.[2] Como balizas cronológicas, o tema será analisado entre os anos de 1941 e 1943, uma vez ser o período de ação da unidade de voluntários. Para além de importante bibliografia, ao longo do processo de investigação, será usada como fonte primária o diário *Jornal de Notícias*, comummente designado por *JN*, e cuja observação empírica é fundamental.

Por conseguinte, através desta investigação pretende-se compreender os motivos da criação da Divisão Azul; entender o processo de alistamento; identificar nesse processo os voluntários portugueses; enumerar a naturalidade desses mesmos voluntários; esclarecer a posição da Legião Portuguesa perante o conflito e o alistamento de compatriotas; estabelecer uma cronologia da ação militar portuguesa dentro da Divisão; e analisar as baixas sofridas, com destaque para as portuguesas.

Assim, a organização deste trabalho será feita através de momentos-chave da existência da unidade de voluntários: o primeiro, compreendendo a sua criação e alistamento; o segundo, marcado pela marcha até à frente, onde se verifica a instrução nos campos militares; o terceiro, com a participação em diversas ações na frente de combate e a descrição das realidades aí vividas; e o quarto, no qual se verifica o

[1] Como são exemplo os trabalhos de Ricardo Silva e a edição nº 21 de setembro de 2013 da revista *Visão História*; *Rusia No Es Cuestión de Un Día…* de Juan Blanco*;* o artigo de Francisco Gragera e Daniel Infantes, *Los Voluntarios Portugueses en La Division Azul*; e a obra *Blue Division Soldier 1941-1945: Spanish Volunteer on the Eastern Front* de Carlos Caballero Jurado.

[2] Ricardo Silva é mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa com a dissertação *Portugueses na Wehrmacht. Os Voluntários da Divisão Azul (1941-1944)*.

regresso a Espanha, marcado também pelas vicissitudes dos prisioneiros que permaneceram em cativeiros soviéticos.

1. Cronologia

1941

- 22 junho: Invasão da União Soviética, “Operação Barbarossa”.
- 23 junho: Manifestações no centro de Madrid contra a União Soviética.
- 27 junho: Início do alistamento.
- 1/2 julho: Fim do alistamento.
- 12 julho: Saída de Espanha do primeiro contingente de voluntários.
- 20 julho: Chegada ao acampamento de Grafenwörh.
- 20 agosto: Saída do acampamento de Grafenwörh e ida para a frente de combate.
- 9 outubro: Início dos confrontos em Possad.

1942

- 13 janeiro**:** Início dos confrontos da batalha da Bolsa do Volkhov.
- 11 agosto: A Divisão Azul muda de setor: de Volkhov para Leninegrado.
- 12 dezembro: O general Esteban-Infantes é o novo comandante da Divisão Azul.

1943

- 12 janeiro: Início da batalha do Lago Ladoga.
- 10 fevereiro: Início da batalha de Kranyj-Bor.
- 24 setembro: Franco decide retirar a Divisão Azul da frente de combate.
- 7 outubro: A Divisão abandona a frente.
- 29 outubro: O primeiro batalhão de repatriados cruza a fronteira de Irún,

2. Estalar da Segunda Guerra Mundial

2.1. Reação Espanhola

Se na Península Ibérica, a notícia da operação Barbarossa foi recebida com grande alegria, em Espanha o sentimento foi de autêntica euforia, realizando-se várias manifestações anticomunistas: “Em tôda a Espanha continuam a realizar-se grandiosas

manifestações de solidariedade para com a Alemanha por êste país ter declado guerra á Russia".[3]

Não havia país menos agitado e apreensivo de enviar voluntários para o conflito, do que a Espanha, onde a maioria acreditava que o conflito teria começado nesse país há cinco anos atrás: durante a primavera de 1936, a Segunda República Espanhola tinha sido desintegrada, pelo que, em julho, as forças nacionais do general Francisco Franco tomaram armas contra o Marxismo anarquista e ateu, que vinha ameaçando e destruindo as crenças da Espanha católica. A Espanha que saiu vitoriosa em 1939 sentia-se, assim, energicamente germanófila, sentimento que não fez mais do que aumentar com o começo deste novo conflito militar.

A visita de Serrano Suñer a Berlim em setembro de 1940 marca o início de um diálogo com vista à entrada da Espanha no conflito mundial. Seria neste contexto que surgiria a «Divisão Espanhola de Voluntários (DEV)», oficialmente enquadrada na Wehrmacht como «Divisão Voluntária Espanhola 250», ou mais comumente «Divisão Azul».

> O chefe do Ministério dos Assuntos Exteriores disse aos representantes da Imprensa espanhola e estrangeira que era com a maior satisfação que o Governo espanhol via muitos milhares de espanhois acorrerem voluntariamente a oferecer-se para ir combater os russos, que foram os causadores da situação atual e que presentemente a Espanha se encontra e ainda da morte de meio milhão de jovens espanhois, que generosamente deram o seu sangue precioso para salvar a Espanha do abismo em que ela se encontrava.[4]

2.2. Reação Portuguesa

No dia 22 de junho de 1941, António de Oliveira Salazar recebe a novidade do dia: a tão esperada luta contra o comunismo havia começado. A invasão da União Soviética era a luta que Salazar verdadeiramente desejava, uma vez que via na sua aniquilação o maior dos golpes a desferir contra o comunismo e no seu alastramento pela europa.

A 1 de julho, Salazar encontra-se com o Barão de Huene, embaixador do III Reich em Portugal. A conversa girou em torno da recente invasão da União Soviética e a reação em Espanha, onde a formação da divisão espanhola de voluntários foi utilizada

[3] *Jornal de Notícias,* 28 de junho de 1941, 2.
[4] *Jornal de Notícias*, 29 de junho de 1941, 2.

como pretexto para expor a Salazar a hipótese de Portugal realizar uma ação semelhante, uma vez que eram muitos os voluntários portugueses que diariamente se apresentavam na Legação alemã, demonstrando vontade de participar na "Cruzada contra o Bolchevismo".[5] Embora a resposta tenha sido marcada pela ambiguidade, ao longo do conflito realizar-se-iam encontros entre Salazar, Franco e Hitler para alinhar estratégias.

2.2.1. O Caso da Legião Portuguesa

Observando atentamente o reboliço que a operação Barbarossa causou no país vizinho e a consequente formação da divisão espanhola de voluntários, a Legião Portuguesa afirmava de forma pública o seu apoio à invasão da União Soviética. Por conseguinte, a 10 de julho de 1941 o Presidente da Junta Central redigiria uma ordem de serviço, na qual afirmava essencialmente:

> Em sessão da Junta Central da Legião portuguesa, ontem realizada, foi resolvido expedir a seguinte ORDEM DE SERVIÇO
> Em ordem de serviço de 28 de março se esclareceu a posição que á L. P. e aos seus membros cumpre tomar perante o conflito europeu:
> Manter completa serenidade, refletir nas atitudes individuais, na posição de honesta e perfeita neutralidade, definida pelo Governo e sem restrições nem reservas estar prontos para tudo – com sacrifícios dos interesses e paixões de cada um – pela defesa do interesse da Nação no momento, no campo e pela forma que o chefe ordenar.
> Como sempre, tem a Legião cumprido o imperativo do interesse e da honra nacional, dando exemplo de patriotismo, unidade e disciplina.
> Chega até nós, porem, ultimamente, o éco de duvidas e interrogações que ao espirito de alguns legionários se põem sobre a aplicação de tal doutrina, em relação á nova fase do conflito que se desenrola sobre o leste da Europa e não faltam os que desejariam participar nela, alistando-se como voluntários da campanha contra a Russia comunista.
> Facto novo no desenrolar dos acontecimentos, deve aquela considerar-se apenas como um episódio do conflito geral, que revestindo para nós o mesmo interesse, impõe a mesma atitude de espirito e a mesma afirmação de neutralidade?
> E' evidente não poder considerar-se neste ponto indefinido o interesse nacional, incerta a posição do país.

[5] Ricardo Silva, "As Grandes Tentações", *Visão História,* 21 (2013): 27.

São claros os princípios da nossa doutrina, os preceitos da nossa legislação e as repetidas afirmações do nosso governo quer no país, em conferencias e reuniões internacionais.

É nítido e firme o caminho traçado até agora seguido sem desfalecimento; é então bem significativo o facto da legião- de tão largos objetivos políticos e sociais – ter tido a oportunidade do seu aparecimento e da sua organização quando ao nosso lado se davam ao comunismo o combate em que muitos dos nossos verteram o seu sangue, sacrificaram a vida. O comunismo visa a destruição de todos os princípios morais, sociais e políticos, cuja realização nos votamos; dele somos, por isso, irreconciliáveis inimigos. Renegaríamos a nossa fé, desmentiríamos os princípios proclamados, ofenderíamos o interesse da nação se não dessemos pelo menos a nossa afirmação de solidariedade aos que o combatem e hão-de vencer.

Em nada se altera quanto ao mais a nossa posição; como cristãos e europeus, lamentamos que a luta se trava e cujo próximo e justo fim desejámos; como portugueses estamos vigilantes para a defesa emergência, da independência e da honra da nação.

Os legionários são soldados de Portugal e por isso mesmo soldados sempre prontos a combater o comunismo seu inimigo em toda a parte. Sentem-se já hoje seus manejos: tenta perturbar os espíritos, confundir as posições - prepara o ataque; há que estar dispostos para de um momento o outro, o inutilizar.

A grandeza das forças que hoje enfrentam o comunismo russo não carece de colaboração nossa na frente da batalha, mas devemos considerar-nos mobilizados e prontos a travar o combate logo que seja necessário neste extremo ocidental da europa.

Em 10 de julho de 1941.

O presidente da junta central.[6]

Apesar de frustrado o seu desejo de formar uma unidade de voluntários no nosso país, a Legião Portuguesa prosseguiria a sua propaganda anti-comunismo.

3. A Divisão Azul

3.1. Criação

Na madrugada do dia 22 de junho de 1941, Serrano Suñer toma conhecimento, a partir da embaixada espanhola em Berlim, de que a Wehrmacht tinha iniciado o ataque contra o exército vermelho. Dirigiu-se então, de seguida, a Francisco Franco, para o informar do acontecimento, ao mesmo tempo que manifestava o seu desejo da Falange contribuir na luta com um contingente voluntário. Presidente da Junta Política da

[6] *Jornal de Notícias*, 11 de julho de 1941, 1, 3.

Falange, e, simultaneamente, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Serrano Suñer tinha como objetivo combater o comunismo e reforçar a influência da Falange. Por seu lado, Franco, consciente da sua dívida com a Alemanha, responde que "enviaria […] voluntários falangistas em reconhecimento da ajuda recebida da Alemanha durante a guerra civil".[7]

A unidade a enviar deveria ter caráter militar, pelo que, ao fim de algumas discussões, é acordado que os soldados seriam recrutados pela Falange, assim como um terço dos suboficiais, enquanto o exército contribuía com os oficiais e os especialistas. Uma nova discussão surgiria, desta vez, para eleger o comandante da unidade. Foram propostas as figuras de José Antonio Girón, que não possuía conhecimentos em estratégia nem tática militar, apresentando pouca experiência em combate; e de Juan Yagüe, general falangista, em quem Franco não depositava grande confiança. O consenso chegaria com a nomeação do falangista Agustín Muñoz Grandes, militar distinguido e com 45 anos na altura. A 12 de dezembro de 1942 acabaria por ser substituído pelo general Esteban-Infantes.

Por conseguinte, foram criados quatro regimentos de infantaria, sob o comando dos Coronéis Rodrigo, Esparza, Pimentel e Vierna. Verificou-se a criação de batalhões em Madrid, Saragoça, Sevilha, Ceuta, Valladolid, Corunha, Burgos, Valência e Barcelona. Criou-se ainda um regimento de artilharia, sob o comando do Coronel Badillo, unidades de reconhecimento, de sapadores, de antitanques, de sinais e de serviços médicos. "O corpo expedicionário que partirá para a Russia, para lutar, ao lado dos alemães, contra o comunismo, chamar-se-á «Divisão Azul»".[8]

O Governo nomeou esta unidade de voluntários de «Divisão Espanhola de Voluntários (DEV)», mas as JONS[9] referiam-se a ela como "Divisão Azul", dado que azul era a cor da camisa do uniforme da Falange, pretendendo-se que essa fosse uma cor simbólica, mostrando que tinham sido os falangistas os promotores da iniciativa.

3.2. Alistamento

No dia 24 de junho chegou a confirmação alemã em aceitar a unidade de voluntários espanhóis para combater na *Wehrmacht*. "Começou a fazer-se, esta manhã, na sede da «Falange», em Madrid, e na Província, o alistamento de voluntários para a

[7] Xavier Moreno Juliá, "La División Azul en el Contexto de las Relaciones entre la España de Franco y la Alemania Nazi", *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 34 (2012): 72.
[8] *Jornal de Notícias,* 30 de junho de 1941, 2.
[9] Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista.

legião espanhola, que vai combater contra os russos".[10] "Suspenderam-se os alistamentos para o corpo expedicionário contra a URSS em virtude das inscrições excederem amplamente as necessidades".[11]

Assim, a partir do dia 27 de junho de 1941, e num período de cinco dias, verificar-se-ia o alistamento para a Divisão Azul, quer a nível da falange, quer do exército. Onze dias após o término do recrutamento, começaria a viagem para a Frente Leste.

Os alistados deveriam receber o mesmo pagamento que os soldados do Terço Estrangeiro, com um aumento de 30% que seria pago em *reichsmark*[12] ao cambio oficial. Já os sargentos, cabos e soldados receberiam uma recompensa especial de 1.000 pesetas, no ato do alistamento. Os voluntários que fossem casados recebiam mais uma peseta por dia, por cada filho com idade inferior a 16 anos ou por cada filha menor de 20 anos. Estes subsídios, por assim dizer, seriam entregues diretamente às famílias dos voluntários e nos seus locais de residência, assim como os ordenados ou salários que os voluntários recebiam do emprego que apresentavam na altura e que seria conservado durante a sua ausência.

3.2.1. Requisitos

Na primeira página do *Jornal de Notícias*, do dia 28 de junho, era apresentada uma notícia onde se estipulavam os requisitos para esse alistamento na Divisão:

> Os voluntários, que se alistam para enquanto durar a guerra, devem ter idade compreendida entre 20 a 28 anos e possuir aptidão física, verificada mediante rigoroso exame.[13]

Embora estes requisitos apenas se aplicassem a elementos do sexo masculino, onde era também necessária a condição de se ser militar ou estar afiliado a um partido, verificava-se que "as inscrições femininas são igualmente numerosas, sendo provável que se constituam grupos de enfermeiras voluntárias."[14]

Apesar de existir um limite etário para o alistamento, muitos dos voluntários portugueses não cumpriam esse requisito, verificando-se casos como o de António de Sá Santos, Leonardo Pires Corado e Manuel António Morais com 17 anos e por outro

[10] *Jornal de Notícias,* 28 de junho de 1941, 1.
[11] *Jornal de Notícias,* 1 de julho de 1941, 2.
[12] Moeda oficial da Alemanha desde 1924 até 1948.
[13] *Jornal de Notícias*, 28 de junho de 1941, 1.
[14] *Jornal de Notícias*, 30 de junho de 1941, 2.

lado, Francisco Portela Rosa ou Manuel Ferraz Seixas com 37 e 41 anos, respetivamente, na altura em que se alistaram.[15]

3.2.2. Locais

O alistamento para a Divisão Azul verificou-se nas sedes locais da Falange e nos quartéis por toda a Espanha. A maioria dos voluntários alistou-se na Milícia de Badajoz, onde é possível localizar os portugueses António Duarte, natural de Silves, Hermenegildo dos Santos e José Esteves, ambos lisboetas, e Lereno Soares, natural de Mértola. Contudo, o êxito da recruta verificar-se-ia noutros locais, como Madrid, onde também foi ultrapassado o limite necessário de voluntários. Nesta milícia encontraríamos António Garcia, António Coelho, Félix Mendes, José Rodrigues, Manuel Seixas e Mário Leitão.

Outros voluntários portugueses como António Figueiredo, Fernando Pereira, José Barroso e Justino Monteiro, ter-se-iam alistado na Galiza, enquanto em Salamanca se verificaria o caso de Manuel Azevedo e Francisco Pinto Nogueira.

3.2.3. Motivações

Os voluntários foram, sobretudo, veteranos falangistas, muitos deles ex-combatentes da Guerra Civil e que haviam passado os três anos de conflito na zona republicana. Mas também jovens estudantes pertencentes ao SEU.[16]

O autor Xosé Seixas (2005) afirma que a partir de 1975 se verificou um aumento no interesse em ressaltar as motivações que originaram o alistamento na Divisão Azul. Por conseguinte, a participação na campanha russa era vista como uma continuação da Guerra Civil, onde as "feridas" daí provenientes juntamente com a atração face à aventura tiveram muito que ver com as motivações destes jovens voluntários.

> Não há dúvidas de que, como no meu caso, alguns que não tinham lutado na guerra civil queriam mostrar a si mesmos e aos companheiros que eram capazes de ir para a frente.[17]
>
> Desde homens que se alistaram na Divisão como forma de sustento, perante os tempos de crise voraz.[18]

[15] Cláudia Lobo (dir.), "Visão História", 2-3, 99; Daniel Infantes e Francisco Gragera, "Voluntarios Portugueses en La División Azul", *Serga*, 57: 48.
[16] Sindicato de Estudantes Universitários.
[17] *ABC La segunda Guerra Mundial* (Prensa Española ed.), XXX, 478.
[18] David Veiga Chousa, "La Hermandad de la División Azul: Un Acercamiento al Asociacionismo Divisionario", *Revista Universitaria de Historia Milita*, II, 4 (2013): 110.

> Opositores do regime franquista que se alistaram de forma a redimirem-se de processos judiciais; comunistas espanhóis que queriam passar para o lado do exército vermelho; legionários alistados pela aventura.[19]
>
> Muitos rapazes de pouca idade, estão-se inscrevendo com o espirito de vingarem os assassinatos de seus pais mortos pelos bolchevistas. Dão-se, por vezes verdadeiras cenas de entusiasmo e comovente patriotismo no ato das inscrições.[20]
>
> A participação na DA era contemplada, assim, como uma vingança, uma aventura e uma inversão.[21]

Assim, verifica-se que as motivações eram variadas, mas que a busca de heroísmo, de ascensão e a ilusão de combater no melhor exército do mundo (*Wehrmacht*) contra o comunismo, que consideravam ser um elemento perturbador no mundo e causador dos males na pátria, eram sentimentos comuns à maioria e que acabariam por toldar em muito as suas ações.

3.3. Os Voluntários Portugueses

Apesar do estatuto de neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial, alguns portugueses, que haviam combatido do lado "nacionalista" na guerra civil espanhola, ou simples emigrantes, tomaram a decisão de arriscar as suas vidas lutando pela Wehrmacht alemã, integrando para tal as fileiras da Divisão Azul.

Sem uma escolha premeditada, nesta parte do trabalho falar-se-á, mais especificamente, de alguns desses "Viriatos" alistados nas filas da Divisão Espanhola de Voluntários – mais conhecida por Divisão Azul – que […] superaram as centenas",[22] e, de forma mais geral, tem-se a representação das suas naturalidades num mapa, de forma a percebemos os locais de onde provinham esses portugueses.

João Rodrigues Júnior, nascido em Mafra, em 1916, ofereceu-se no verão de 1941 como voluntário para ir à Rússia, data em que terminava o seu contrato de cinco anos com a Legião Espanhola. Nas filas legionárias encontraria Jaime de Assunção Graça, natural de Lisboa, que se voluntariou em junho de 1942.

Natural de Setúbal, mas residente em Badajoz, António Cortes Moirón era ajudante de mecânico na altura em que ingressou no exército regular (março de 1941). Daí partiu para a frente russa em junho de 1942, onde esteve até janeiro de 1943.

---

[19] Xosé Manoel Núñez Seixas, "Los Vencedores Vencidos: La Peculiar Memoria de la División Azul, 1945-2005", *Pasado y Memoria*, *Revista de Historia Contemporánea,* 4 (2005): 195.
[20] *Jornal de Notícias*, 30 de junho de 1941, 2.
[21] Seixas, "Los Vencedores", 85.
[22] Infantes e Gragera, "Voluntarios", 46.

Também residente em Badajoz, José Alberto Rodrigues Esteves era natural de Lisboa, casado e trabalhava como motorista, alistou-se em novembro de 1942 e foi declarado desaparecido pelas autoridades militares espanholas. José Alberto permaneceria 11 anos em campos de trabalho soviéticos.

Vicente Domingues Monteiro, natural do Porto, era também um antigo legionário, tendo combatido dois anos na Guerra Civil Espanhola. Subiria de soldado a líder de um pelotão de infantaria. Já Augusto Gonçalves de Oliveira, nascido em Ovar, tinha estado nas fileiras do Tércio, e "Joaquim Marques Rosa de Oliveira, pertenceu à Legião Portuguesa antes de se alistar na Divisão Azul."[23]

Uma vez repatriados a Espanha, alguns voluntários decidiram reingressar nas fileiras da Divisão Azul, alistando-se em novas expedições. É o caso de Fernando da Silva, natural de Lisboa e nascido em 1916, Damião Francisco Fão, natural de Monção e nascido em 1923 e Adriano Soares Teixeira, natural do Porto e nascido em 1917.

4. A Caminho da Frente

No dia 5 de julho a Divisão encontrava-se plenamente constituída, pelo que no dia 13 do mesmo mês começaria a partida para a frente de combate, prolongando-se até ao mês seguinte. Em Madrid, com a estação do Norte a abarrotar, e depois de uma emotiva despedida, o primeiro contingente a partir, composto por cerca de 18.000 homens, iniciava a viagem rumo à frente leste, realizando uma breve paragem em Grafenwöhr, onde os voluntários receberiam instrução militar.

No dia seguinte, o General Muñoz Grandes e a sua equipa voaram para Berlim, enquanto o resto da Divisão seguiria mais lentamente, uma vez que o transporte dos voluntários para a Baviera seria realizado num total de dezanove expedições, atravessando a fronteira internacional de Irún em três comboios por dia.

Cada vez mais perto da frente de combate, e, ao mesmo tempo, mais longe de casa, os voluntários cantavam:

> Temos que percorrer
> mil quilómetros a pé,
> para logo demonstrar
> o que pensamos.[24]

A nostalgia da pátria, à medida que os voluntários caminhavam para a zona de

[23] Infantes e Gragera, "Voluntarios", 47.
[24] Juan Eugenio Blanco, *Rusia No es Cuestión de un Día… (*Madrid: Publicaciones Españolas, 1954), 15.

combate fez surgir o desejo de relatar e divulgar os aspetos relacionados com a vida quotidiana dos voluntários em território russo. Desta forma, surgiu um jornal inteiramente dedicado à Divisão Azul, *Hoja de Campaña.* O seu formato era mínimo e começou a ser publicado de maneira simples, com uma escrita fresca e espontânea. Nele trabalhavam três homens fixos, dotados de otimismo e bom humor. Embora houvesse páginas inteiras dedicadas à propaganda anticomunista existia também espaço para o humor, com ironias sobre o clima e a terra comunista.

4.1. Grafenwöhr

A partir do dia 17 de julho em diante, os batalhões espanhóis foram chegando ao campo de treino em Grafenwöhr, perto de Bayreuth na Baviera.

No dia 25, a Divisão Azul era oficialmente designada de Divisão de Infantaria da Wehrmacht 250. O número de regimentos de infantaria foi reduzido de quatro para três, pelo que o Coronel Rodrigo foi apontado como subcomandante e o Coronel Pimentel, Vierna e Esparza ficaram, respetivamente, a comandar o 262º, 263º e 269º Regimento de Infantaria. Existia ainda o Batalhão de Reserva 250, o Grupo de Reconhecimento, o Grupo de Sapadores e outras equipas de suporte, como sinais, transporte, serviços médicos, polícia e companhia veterinária. No total constituíam 641 oficiais, 2.272 sargentos e 15.780 soldados.

O treino em si começou dia 28 de julho, pelo que a rotina dos divisionários começava às seis da manhã: levantavam-se e iam diretos para o banho; de seguida tomavam pequeno-almoço, tinham instrução, descansavam e comiam novamente; seguia-se um novo descanso, mais instrução, jantar e passeio; ao anoitecer reuniam-se, e depois de ser feita a chamada começava o convívio, onde reinavam as cantorias.

Com receio de que a guerra terminasse antes de a Divisão estar preparada militarmente, uma vez que a Wehrmacht vinha conquistando grandes vitórias nesse verão de 1941, o general Muñoz Grandes persuadiu os alemães a autorizarem um programa de treino reduzido, menos de um mês na verdade, argumentando que todos os homens da Divisão eram veteranos da Guerra Civil e por isso possuíam experiência militar. Os Alemães aceitaram a proposta de Muñoz porque acreditavam que a Divisão Azul não faria mais do que uma presença simbólica na campanha, facto que justifica o tipo de material militar entregue aos voluntários; eram esperados tanques e veículos blindados e equiparam-nos com carros e cavalos.

Foi também no acampamento de Grafenwöhr que os voluntários, no dia 31 de

julho, juraram fidelidade a Hitler. Um juramento semelhante ao que todos já tinham feito anteriormente: o de lutar contra o comunismo.

4.2. De Grafenwöhr a Novgorod

Após um curto mês de treino, a 20 de agosto de 1941, os voluntários começaram a marcha até à Rússia, onde seriam necessários 53 dias de viagem (9 dias de comboio, 31 a pé e outros 13 de comboio). Inicialmente, o destino original da Divisão era o Grupo de Exércitos Centro, mas a 18 de setembro dá-se uma alteração no destino, passando a ser o Grupo de Exércitos Norte.

De comboio, os voluntários percorreram uma distância de 1.220 km, de Grafenwöhr até Suwalki na Polónia, onde chegaram no dia 26. De Suwalki, a 29 de agosto, a Divisão iniciou a sua marcha a pé, atravessando a Polónia e a Lituânia até chegar a Vitebsk, numa distância de aproximadamente 1.000 km. A 4 de outubro, várias colunas motorizadas da Divisão Azul partem de Vitebsk em direção a Novgorod. Entre os milhares de espanhóis encontravam-se meia centena de portugueses.

A chegada dos primeiros contingentes à frente de combate, propriamente dita, deu-se a 12 de outubro, onde a Divisão Azul ficaria responsável pela salvaguarda de um território com uma extensão de 50 km, a fim de participar na "Operação Tikvin".[25]

5. Batalhas

A luta desenrolou-se no setor norte da frente russa. Inicialmente, entre outubro de 1941 e agosto de 1942, a Divisão esteve destinada ao setor do rio Volkhov e mais tarde, entre agosto de 1942 e outubro de 1943, ao setor sul do cerco de Leninegrado. Estes setores não foram tranquilos como era previsto, tendo em conta que, particularmente a partir de dezembro de 1941, a função dos divisionários limitou-se à proteção de posições.

5.1. Participação dos Voluntários Portugueses

5.1.1. Possad

Os voluntários ficaram destinados, no dia 8 de novembro de 1941, às localidades de Possad e Otenski, onde passaram por temperaturas em torno de 30 ºC negativos. No dia 12 desse mês, as forças russas lançaram sucessivos ataques contra as posições

[25] *ABC,* 469.

da Divisão, tornando Possad num pequeno labirinto de trincheiras e barracas, no centro de um bosque com 2 km de diâmetro: era um passaporte para a morte.[26]

Sem equipamento de inverno e perante um inimigo melhor apetrechado, os mortos foram muitos "e as perspetivas de vitória desapareceram".[27] Os mortos em Possad eram estátuas, pois o frio era tanto que os deixava praticamente congelados. Inicialmente era possível enterrar os que sucumbiam, mas ao fim de algum tempo, tal fato deixou de se verificar.

Entre os soldados que iam tombando na neve, devido aos violentos ataques verificados nesta localidade e nas em redor como Nikitkino e Otensk, encontravam-se vários portugueses: Joaquim da Silva, natural do Porto e baleado mortalmente a 13 de novembro; Agostinho da Rocha, vítima dos estilhaços de uma granada de mão; e Manuel Seixas, dado como morto, mas que, na realidade, acabaria por falecer num campo de prisioneiros. Durante esta batalha, só o regimento 269 perdeu 120 homens, 440 foram feridos e 20 dados como desaparecidos.

A intensidade de operações, ataques e bombardeamentos, foram desde o primeiro dia tão contínuos que não houve possibilidade humana de construir refúgios. Por conseguinte, e de forma a ocupar menos espaço, os voluntários dormiam sentados, apoiando-se nos camaradas.

Possad sofreu um novo ataque nos dias 5 e 6 de dezembro, tornando-se a situação de tal modo infernal que Muñoz Grandes foi aconselhado a evacuar a localidade: na noite de 7 de dezembro, os sobreviventes da batalha, como o portuense Adriano Soares, eram retirados para Otenski.

5.1.2. Bolsa do Volkhov

No dia 13 de janeiro de 1942, os soviéticos rompem a linha da ala esquerda da Divisão Azul, entre Godorok e Dubvizy. No dia 29, lançam um ataque contra todo o setor onde se encontravam os voluntários.

Assim, de janeiro a junho, os elementos da Divisão tomaram parte no ciclo de combates conhecidos como "Batalha da Bolsa do Volkhov", com o objetivo de conter, cercar e liquidar as tropas soviéticas que tinham atravessado o rio na direção oeste.

O voluntário Adriano Soares Teixeira, sobrevivente da batalha de Possad, seria agora ferido. A mesma sorte não teria o portuense Júlio Augusto Peres da Silva,

[26] Blanco, *Rusia,* 24.
[27] Juliá, "La División", 75.

falecendo no dia 24 de março. Já Vicente Domingues Monteiro, também portuense, seria condecorado com a cruz de ferro de 2ª classe pela bravura apresentada em combate.

A 25 de junho os divisionários tomaram parte no assalto final, mas só no mês de agosto a Divisão abandonaria a região do Volkhov. O general Lindemann felicitou-os pelo importante papel que desempenharam nas operações, embora se tenham verificado 274 baixas, entre feridos e mortos.

5.1.3. Lago Ladoga

A 21 de janeiro de 1943 o Batalhão Román é destacado a combater no sul do Lago Ladoga, onde se iniciara uma enorme ofensiva do exército vermelho, com o objetivo de aliviar o cerco de Leninegrado.

O Batalhão Román (Segundo Batalhão do 269º Regimento) foi uma das mais famosas unidades da Divisão Azul. Ao longo dos dois anos de atividade, passariam pelo batalhão 5 portugueses, dos quais apenas um não participaria na batalha do Lago Ladoga: o soldado Manuel Benjamim Areias Rodrigues que teria sido baleado a 19 de abril de 1942 na batalha da Bolsa do Volkhov. Desses 5 portugueses, apenas dois sobreviveram: o cabo José Tomás da Costa Barroso, natural de Lisboa, e o soldado Domingos Ferreira Rodrigues; uma vez que os restantes dois, o cabo António da Silva Santos e o soldado Agostinho Aveiro acabariam por falecer em Krasnyj-Bor.

A enorme preparação de artilharia inimiga arrasou as posições divisionárias. Da intensidade dos combates desse dia o número de baixas que a Divisão sofreu ultrapassou as 1.000 e em apenas uma semana de intenso combate, o Batalhão vê o seu número de efetivos reduzir de 500 para apenas 30 homens.

5.1.4. Kranyj-Bor

Desde as 6 e meia da manhã do dia 10 de fevereiro de 1943 que a artilharia soviética não parava de atingir Krasnyj-Bor, naquele que era o primeiro ataque da operação Estrela Polar, com os objetivos de aniquilar o Grupo de Exército Norte e aliviar Leninegrado do cerco.

Preparadas para atacar as posições da Divisão encontravam-se 4 divisões soviéticas, num total de 44.000 homens. Aguardando o ataque soviético, por seu lado, e numa posição muito menos consolidada, encontravam-se poucos mais de 5.600

voluntários da Divisão Azul. A artilharia, morteiros e *katyushas,*[28] derrotara a linha onde se encontrava a Divisão, destruindo postos de comando e colocando tudo em chamas. "A potência do estrondo era tal que provocava medo".[29]

Enquanto portugueses combatiam e morriam[30] em todo o setor oriental, o sargento Vicente Monteiro aguardava o momento para liderar os homens do seu pelotão no contra-ataque destinado a salvar a 3ª Companhia e a restabelecer a linha de defesa. Contudo, cairia o comandante e com ele a maioria dos seus homens.

O cabo Júlio Cesar foi ferido em combate, acabando por ser repatriado para Espanha, onde foi condecorado com o Distintivo de Assalto de Prata e considerado Mutilado Útil. Por seu lado, o soldado Francisco Portela Rosa faleceu ao ser atingido por um sniper, quando trabalhava nas fortificações de Krasnyj-Bor. Albertino Nunes de Oliveira, um dos sapadores que combateu durante o dia 10, foi também condecorado. José Alberto Esteves seria dado como desaparecido nesta batalha.

Neste setor, da totalidade dos cerca de 5.600 voluntários verificaram-se 3.645 casualidades. Em apenas um dia, a Divisão Azul sofreu 2.252 baixas, das quais 1.125 foram óbitos.

Por conseguinte, a batalha de Krasnyj-Bor é considerada como o mais tremendo combate em que a Divisão participou.

5.2. Condições

5.2.1. Alimentação

Os problemas com a alimentação começaram a surgir ainda os voluntários estavam no campo de Grafenwöhr. Os homens acharam a típica dieta alemã detestável, de tal forma que a comida, tabaco e bebida passaria a ser enviada de Espanha, para que os voluntários recebessem alguns produtos que fosse do seu gosto.[31] Aliás, no Natal recebiam uma "Christmas box",[32] contendo doces e licores especiais, uma vez que as celebrações natalícias na península estavam associadas a estes produtos.

A pouca quantidade de comida foi uma constante no tempo de ação da Divisão, mas em Possad a fome fora bastante dura, principalmente quando se verificavam

[28] Lançador de múltiplos misseis, desenvolvido em Voronezh (Rússia).
[29] Blanco, *Rusia*, 52.
[30] Exemplo de Joaquim dos Santos, desaparecido em combate; Agostinho Aveiro e Narciso Peres Ferreira, que sucumbiram no dia 11 e 12, respetivamente.
[31] Carlos Caballero Jurado, *Blue Division Soldier 1941-1945: Spanish Volunteer on the Eastern Front* (Nova Iorque: Osprey Publishing, 2009), 45.
[32] Jurado, *Blue,* 46.

dificuldades no transporte (os carros enterravam-se na neve e a gasolina congelava), e o abastecimento se tornava impossível. Inicialmente, os voluntários defenderam-se da fome armazenando algumas quantidades de pão, que acabaria por ser a base da sua alimentação, e descobrindo os depósitos de batatas. Os pepinos também foram importantes, pois o método para os conservar era simples.

Quando o abastecimento era possível "os gritos de alegria ouviam-se em toda a frente"[33] e os voluntários recebiam coisas ligeiras: chocolate, caramelos, queijo. Estes alimentos eram guardados como ouro, tal como a famosa "ração de ferro", constituída por bolachas de farinha concentrada, vitaminas, calorias, etc., e por uma lata de carne concentrada. Guardada como se fosse ouro, pois não se lhe devia tocar, exceto em casos de extremo apuro.

5.2.2. Clima

As condições climatéricas com que os voluntários foram confrontados na Rússia eram piores do que alguma vez imaginaram. "Para os soldados espanhóis, a ideia de passarem semanas sem sequer verem o sol era inconcebível e deprimente".[34] A estação da "*rasputitsa*"[35] foi a primeira surpresa, na qual os movimentos nas estradas eram quase impossíveis. Durante as operações no Volkhov, as tropas tiveram de operar num ambiente que era totalmente novo para eles: as espessas e pantanosas florestas do Norte da Rússia. Ao mesmo tempo que eram atormentados por mosquitos. Contudo, o efeito mais divulgado foi o do frio e o da própria congelação de membros. Bastava fixar o olhar durante algum tempo para ser possível a criação de uma fina camada de gelo lacrimal.

> Recordo que conseguíamos suportar temperaturas incríveis abaixo de zero […]. Quando cruzamos o lago Ilmen gelado, […] cinquenta e seis graus abaixo de zero.[36]
>
> A percentagem de perdas espanholas resultantes de queimaduras e de outras condições associadas ao tempo frio foi alta.[37]

A água congelava facilmente, pelo que os voluntários para saciar a sede teriam de recorrer a bocadinhos de gelo, ou, nos primeiros meses de inverno, à neve que ainda se encontrava esponjosa. Combatiam o frio recorrendo às formas mais elementares e

[33] Blanco, *Rusia*, 59.
[34] Jurado, *Blue,* 34.
[35] Famosas estações de lama na Rússia. Este fenómeno verifica-se devido ao derretimento da neve e à ocorrência frequente de chuvas fortes.
[36] *ABC,* 478.
[37] Jurado, *Blue,* 35.

eficazes: acendendo fogueiras, o que, infelizmente, consumia grandes quantidades de lenha, e que em locais mais fechados levava a uma grande presença de fumo.

Para se ter uma noção de como o frio que se sentia era inúmero, basta dizer que, em novembro, o rio Volkhov congelava de tal maneira que os veículos a motor podiam atravessá-lo com segurança.

5.3. Balanço Geral

As estatísticas de mortos e feridos da Divisão ocultam o facto de que a percentagem de baixas foi mais elevada em certas fases, como outubro-novembro de 1941 e na Batalha de Krasny-Bor e dias posteriores.

> A «Divisão Azul» espanhola, que combate ao lado dos alemães na frente da Russia, perdeu 2.000 oficiais e soldados mortos em acção desde o ultimo verão.[38]
> A Divisão converteu-se num símbolo de sacrifício.[39]

Segundo Xavier Juliá (2009), a Divisão Azul na Rússia contou com cerca de 25.500 casualidades, ou seja, 56 % dos seus efetivos, onde à volta de 5.000 morreram e cerca de 4.300 não voltaram. Entre estes últimos, 464 foram feitos prisioneiros pelo exército vermelho. Já no fascículo nº 30 da coleção *ABC La segunda Guerra Mundial*, afirma-se apenas que as baixas sofridas pela Divisão Azul foram superiores a 4.000 mortos, 8.500 feridos, 1.600 baixas por congelação, 300 mutilados e 326 desaparecidos.

O Batalhão de Reserva Móvel foi a unidade com mais portugueses a participar nas batalhas, todos veteranos e na maioria altamente condecorados: João Rodrigues Júnior no Comando, António Mota e Vicente Monteiro na 1ª Companhia, Domingos Amaro e Lauro Santos na 2ª Companhia e Agostinho da Rocha, João Álvares Pereira, Júlio Peres, Manuel Justo, Rolando da Silva e Mário Alves na 3ª Companhia. Quer Lauro Santos, como Manuel Justo e Vicente Monteiro foram condecorados com a Cruz de Ferro de 2ª classe.

> Mas houve outra face da morte; a antítese da heroica; isto é, a dos condenados a ela pela própria Divisão Azul através de Conselho de Guerra. Sabemos que tal circunstância afetou, no mínimo, 14 divisionários.[40]

Em novembro de 1941 houve um fuzilamento por traição e em 1942 contam-se

[38] *Jornal de Notícias*, 19 de janeiro de 1943, 2.
[39] Xavier Moreno Juliá, "Los Muertos de la División Azul", *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, 42 (2009): 88.
[40] Juliá, "Los Muertos", 90.

treze: cinco por deserção, um por espionagem, outro por abandono de serviço, três por traição, dois por "adesão à rebelião",[41] e outro por insultar um superior. O voluntário Armando Costa, natural de Guimarães, é um bom exemplo dessa outra face da morte: condenado a ela e executado a 31 de janeiro de 1942, por tentativa de deserção no contexto da Batalha da Bolsa do Volkhov. Estas penas extremas seriam eliminadas em 1943, pelo que os desertores passariam a ser condenados com 30 anos de isolamento.

6. Repatriação

Ao longo dos dois anos que a Divisão Azul esteve na frente de combate, a partida de novos contingentes, para substituir as baixas que se iam sentindo, e o retorno dos feridos foram constantes.

> Partiu hoje de S. Sebastian para a frente russa um novo contingente da Divisão Azul.[42]
> Chegou hoje a esta cidade um comboio transportando 300 feridos, pertencentes à «Divisão Azul», proveniente da frente russa.[43]
> Eleva-se a 40.197 o total de oficiais e soldados da Divisão Azul que foram já repatriados.[44]

No dia 24 de setembro de 1943, devido a pressões norte-americanas, Franco decide retirar a Divisão Azul da frente. Assim, a 5 de outubro, o Coronel General Lindemann informa o General Esteban-Infantes de que a Divisão azul deveria ser transportada para a zona de Volosovo-Nikolajeska. Seria nesta zona que, a 14 de outubro, o comandante da Divisão receberia a ordem de repatriação.

Dois comboios por semana partiram da estação de Volosovo e, depois de uma breve paragem em Höf para troca de uniformes e entrega de armamento, o primeiro grupo de 800 repatriados cruzou a fronteira espanhola a 29 de outubro. Aguardando a sua chegada, encontravam-se poucas pessoas, comparadas com as presentes na despedida há dois anos atrás. Contudo, este processo de repatriamento não seria totalmente concluído, uma vez que alguns voluntários se recusaram a ser repatriados e outros não tiveram hipótese de escolher. "O último capítulo da história da Divisão foi escrito pelos prisioneiros espanhóis nos campos de concentração soviéticos".[45]

---

[41] Juliá, "Los Muertos", 91.
[42] *Jornal de Notícias*, 22 de setembro de 1942, 2.
[43] *Jornal de Notícias,* 11 de outubro de 1942, 2.
[44] *Jornal de Notícias,* 18 de novembro de 1943, 2.
[45] *ABC,* 471.

A União Soviética nunca garantiu a esses cativos os direitos de prisioneiros de guerra e, como resultado, na maioria dos casos foram dados como mortos. Um drama que acabaria, com o retorno, a 2 de abril de 1954, de um total de 248 voluntários, a bordo do navio *Semiramis* ao porto de Barcelona. Nesses voluntários repatriados encontraríamos o lisboeta José Alberto Rodrigues Esteves que, embora tenha permanecido 11 anos em campos de trabalho soviéticos, acabaria por sobreviver.

Apesar da repatriação da Divisão, Franco aprovou a criação da Legião Espanhola de Voluntários, uma espécie de "substituta" da anterior Divisão Azul, onde mais uma vez encontraríamos portugueses: os soldados Francisco Nogueira, Manuel Morais, João Nascimento, Francisco Oliveira e Porfírio Cruz; os cabos Carlos Sardinha, Francisco Loureiro, Manuel Justo, Alexandre Martins e Manuel Beirão; e o sargento Joaquim Santiago.

7. *Jornal de Notícias*

Sendo a fonte primária utilizada neste trabalho o diário *Jornal de Notícias*, achou-se por bem realizar uma coletânea das notícias mais importantes sobre a Divisão Azul e que se apresentam de seguida:

> **Na Espanha começa o alistamento de voluntários que vão combater contra a Rússia**
>
> MADRID, 27 – Começou a fazer-se, esta manhã, na sede da «Falange», em Madrid, e na Província, o alistamento de voluntários para a legião espanhola, que vai combater contra os russos. Os voluntários, que se alistam para enquanto durar a guerra, devem ter idade compreendida entre 20 a 28 anos e possuir aptidão física, verificada mediante rigoroso exame. A Legião será constituída por antigos combatentes, na proporção de 75 por cento, e por homens que estiveram detidos no cárreres marxistas, na proporção de 25 por cento. Aos alistados será conservado o emprêgo que actualmente teem, continuando as famílias a receber, durante a sua ausência, um ordenado igual ao salário dos alistados. – OFI[46]
>
> **Continua o alistamento de voluntários espanhois**
>
> MADRID, 28 – E' cada vez maior o numero de espanhois que voluntariamente se oferecem para ir combater contra a Russia. A maior parte desses voluntarios é constituida por antigos combatentes da guerra civil espanhola e por aqueles que estiveram prisioneiros dos «vermelhos» espanhois.

[46] *Jornal de Notícias,* 28 de junho de 1941, 1.

Todos os ex-combatentes espanhois irão combater os russos com os seus velhos uniformes de campanha.[47]

Continua a inscrição de voluntários espanhois

ALICANTE, 29 – Mais de 40.000 pessoas foram hoje em desfile até aos consulados da Itália e da Alemanha, numa grande manifestação anti-bolchevista, aclamando com entusiasmo aqueles dois países. A inscrição de voluntários ultrapassa já quatro vezes o que se havia calculado. As inscrições femininas são igualmente numerosas, sendo provável que se constituam grupos de enfermeiras voluntárias. O recrutamento faz-se dentro do maior entusiasmo; muitos rapazes de pouca idade, estão-se inscrevendo com o espirito de vingarem os assassinatos de seus pais mortos pelos bolchevistas. Dão-se, por vezes verdadeiras cenas de entusiasmo e comovente patriotismo no acto das inscrições, que se continuam fazendo mesmo durante a noite. – (R. R.)[48]

O corpo expedicionário espanhol que partirá para combater a Russia, chamar-se-á «Divisão Azul»

MADRID, 29 – O corpo expedicionário que partirá para a Russia, para lutar, ao lado dos alemães, contra o comunismo, chamar-se-á «Divisão azul». Nos quadros desta divisão já se alistaram quási todos os combatentes da primeira linha, a «velha guarda» madrilena, a centuria dos cadetes falangistas «José Tudela», composta mancebos de 18 a 19 de mancebos de 18 a 19 anos, e a quási totalidade dos estudantes inscritos no Sindicato espanhol universitário. Para dar ideia do entusiasmo com que a juventude espanhola se apresenta nos centros de recrutamento, basta dizer que as folhas de alistamento, impressas para o caso, se esgotaram. – (OFI)[49]

Concluiu-se o alistamento de voluntários espanhois

MADRID, 30 – Suspenderam-se os alistamentos para o corpo expedicionário contra a URSS em virtude das inscrições excederem amplamente as necessidades. Os voluntários madrilenos, que até a esta data tinham procedido á sua inscrição devem apresentar-se agora em diversos quarteis para formar as primeiras bandeiras da divisão «azul». – (OFI)[50]

Os voluntários espanhois

MADRID, 3 – Se bem que se desconheça ainda o numero exacto dos voluntários, que se ofereceram para ir combater na Russia, sabe-se que ele excede, em muito, os efectivos previstos. Dos inscritos, 20 por cento são estudantes**.** Ontem á noite, os voluntários começaram a apresentar-se nos quarteis, onde lhes será fornecido

[47] *Jornal de Notícias,* 29 de junho de 1941, 2.
[48] *Jornal de Notícias,* 30 de junho de 1941, 2.
[49] *Jornal de Notícias,* 30 de junho de 1941, 2.
[50] *Jornal de Notícias,* 1 de julho de 1941, 2.

equipamento, depois do que serão mandados para os pontos de concentração, na provincia. – (OFI)

A «Legião Azul» espanhola

MADRID, 3 – Em toda a Galiza inscreveram-se muitos milhares de voluntários para irem combater contra a Russia. São todos ex-combatentes da guerra civil espanhola e guerreiros experimentados. Nos estaleiros de Cadis inscreveram-se 98 operários. São numerosas as raparigas espanholas que se têm oferecido para ir servir na brigada de ambulancias da Cruz Vermelha espanhola que acompanhará a Legião Azul na campanha contra a Russia comunista. Numerosos médicos e enfermeiras ofereceram já os seus serviços com fim idêntico, os quais foram aceites. – (U.P.)[51]

Cruzada anti-soviética em Espanha

MADRID, 4 – Todos os voluntários madrilenos do corpo expedicionário que combaterá contra a URSS são convidados por uma circular da Direcção Provincial da Falange a apresentar-se hoje ás 7 horas na esplanada da Faculdade de Medicina. Ali receberão instruções e serão dirigidos para o centro de concentração onde as unidades se constituem. – (OFI)[52]

Os voluntários espanhois que vão tomar parte na campanha contra a Russia partiram, tendo atravessado a fronteira – Acompanham-nos 24 capelães militares

MADRID, 11 – Atravessou a fronteira, em Hendaia, o primeiro contigente de voluntários espanhois, que vão combater contra a Russia. Os voluntários foram recebidos do outro lado da ponte, pelas autoridades consulares espanholas de Hendaia e pelo adido militar espanhol em França. Um grupo de enfermeiras distribuiu-lhes víveres e cigarros. Em breve partirão outros elementos da «Divisão azul». Acompanham o corpo expedicionário vinte e quatro capelães militares voluntários. – (OFI).[53]

Os voluntários espanhois da Divisão Azul que vão para a Russia são passados em revista em Sevilha

SEVILHA, 13 – Na praça principal desta cidade, verdadeiramente engalanada e florida, efectuou-se hoje, perante milhares de pessoas e das mais altas patentes das forças armadas espanholas e autoridades civis a ultima chamada dos voluntários da Divisão Azul. Depois de rezada a missa e durante a qual foi afirmado que aqueles combatentes voluntários faziam parte de uma Cruzada defensora da Fé e da Cristandade, foram-lhes entregue pela chefe da Falange Feminina estandartes bordados e benzidos. Em honra desta divisão, constituída por 4 batalhões de todas as armas e que é considerada como o ultimo contingente para combater o comunismo, organizou-se nesta cidade uma festa

[51] *Jornal de Notícias,* 4 de julho de 1941, 2.
[52] *Jornal de Notícias,* 5 de julho de 1941, 2.
[53] *Jornal de Notícias,* 12 de julho de 1941, 2.

popular que neste momento decorre com o maior entusiasmo e extraordinária animação – D.N.B.

*

MADRID, 13 – A entrega oficial das bandeiras aos voluntários de Andalucia e de Marrocos, que fazem parte da Divisão Azul, efectuou-se, hoje, em Sevilha, na presença das autoridades locais civis e militares da cidade.

As bandeiras, que foram bordadas por senhoras da acção feminina da falange teem a inscrição: «Connosco quem quizer; contra nós quem puder». – (OFI)[54]

Regresso de voluntários espanhois

BURGOS, 7. – Chegaram a esta cidade em comboio especial mil e vinte e nove voluntários da «Divisão Azul», que regressaram da Russia. Eram aguardados na estação pelos governadores militares e civis, bispo e outras autoridades, além de numerosas pessoas de todas as classes.

Os expedicionários foram aguardados também por um grupo de feridos daquela Divisão, hospitalizados nesta cidade, um batalhão de infantaria e muito povo, que aclamaram os voluntários e os acompanharam pelas ruas fóra até aos quarteis onde ficaram alojados.

Á tarde, houve um «Pôrto de Honra» na Câmara Municipal a que assistiram as entidades oficiais e outras autoridades, tendo sido muito cumprimentado o coronel sagrado, chefe da Expedição. – (U.P.)[55]

Regresso de voluntários

BERLIM, 5 – A rendição regular dos voluntários da Divisão Azul na frente Leste efectuou-se, nos últimos dias, com a partida dum comboio especial com granadeiros espanhois entre os que regressaram há numerosos soldados que se encontravam como voluntários na frente Leste há 20 meses. Regressaram agora para á sua Pátria depois de haverem cumprido o seu dever e apois dois invernos passados a leste como camaradas lutando ombro a ombro com os soldados alemães no combate contra o bolchevismo. Grande numero destes voluntários possue a Cruz de Ferro, a medalha de Leste e a condecoração do assalto de Infantaria, ou ainda a medalha de feridos. Entre os novos vountarios chegados de Espanha para os render encontram-se muitos que já tomaram parte na campanha de Inverno, que apos breve estadia em Espanha se alistaram de novo como voluntários na Divisão Azul. – (D.N.B.)[56]

[54] *Jornal de Notícias,* dia 14 de julho de 1941, 2.
[55] *Jornal de Notícias,* 8 de março de 1943, 2.
[56] *Jornal de Notícias, 6* de abril de 1943, 2.

Partida de voluntários espanhois

S. SEBASTIAN, 3. - Chegaram a esta cidade cêrca de mil voluntários da Divisão Azul que se dirigem para a frente oriental onde vão combater ao lado dos seus camaradas que já ali se encontram. – (DNB)[57]

Partida de voluntários espanhois

S. SEBASTIAN, 7 – Passou por esta cidade, com destino á frente oriental uma nova expedição de voluntários da Divisão Azul, constituída por 500 homens que vão reforçar os efectivos aquela divisão espanhola que se encontra a combater na Russia. – U.P. [58]

Repatriamento de feridos espanhois

MADRID, 16 – Chegou, esta manha, a San Sebastian, um comboio especial com 250 feridos espanhois regressados da frente oriental.

Os repatriados foram recebidos pelas autoridades civis e militares, tendo sido demoradamente oracionados pela população que se encontrava na proximidade da gare. – (D.N-B.)[59]

Regresso de feridos espanhois

S. SEBASTIAN, 19. – Chegou a esta cidade uma expedição de 220 feridos pertencentes á Divisão Azul, que combate na Frente oriental.

Vinte dos feridos ficaram internados no Hospital Molla, de S. Sebastian, tendo sido, os restantes, distribuídos pelos hospitais das cidades de Vitória, Burgos e Valladolid. – U.P.)[60]

Conclusão

Quando, a 22 de junho de 1941 um total de 19 divisões blindadas, 14 divisões motorizadas e 119 divisões de infantaria da Wehrmacht e das Waffen SS, somando 3.300.000 homens, invadiram a União Soviética, era claro que um conflito com características nitidamente diferenciais estava prestes a começar.

Tendo iniciado este trabalho com uma breve introdução às reações que a operação Barbarossa despertou na Península Ibérica, nomeadamente em Espanha, e partindo dessas, foi possível entender os motivos que levaram o nosso país vizinho a criar a Divisão Azul. Por outro lado, analisando a reação no nosso país tornou-se clara a posição da Legião Portuguesa nesta matéria: inimigos do comunismo, apoiavam fielmente a sua eliminação, mas tendo como base os ensinamentos da pátria e a

[57] *Jornal de Notícias, 4* de maio de 1943, 2.
[58] *Jornal de Notícias,* 8 de maio de 1943, 2.
[59] *Jornal de Notícias*, 17 de maio de 1943, 2.
[60] *Jornal de Notícias*, 20 de maio de 1943, 2.

posição do governo português decidiram manter-se neutros, embora fosse da sua mais profunda vontade criar também uma unidade de voluntários.

Seguiu-se o alistamento dos voluntários onde mais de uma centena de portugueses não hesitaram em envolver-se nesta aventura, pelo que, partindo da apresentação de dados pessoais desses voluntários e da observação do mapa de naturalidades, foi possível concluir que a maioria provinha dos distritos de Lisboa e Porto. Pelas notícias presentes na fonte, onde a primeira a mencionar o alistamento data do dia 28 de junho de 1941, e pelos dados que a bibliografia apresenta entendeu-se que o número de indivíduos a alistarem-se como voluntários foi muito superior ao que era esperado.

Quanto ao destino dos nossos compatriotas, bastou analisar o período compreendido entre a ida para a frente de combate e a participação em batalhas importantes, para ser possível estabelecer uma cronologia da sua ação militar. Alguns deles não sobreviveram às condições de vida na frente, e aqueles a quem o destino foi mais favorável acabariam repatriados em 1943 e em 1954, embora, na sua maioria, muitas das mazelas fossem visíveis para o resto da vida.

Ao analisar o estado da arte, verificou-se a falta de consenso em certas matérias, por exemplo quanto ao número de casualidades. Contudo, as opiniões apresentadas permitiriam ter uma clara ideia da violência sentida em combate. Também no estado da arte é referido que o prazo de alistamento terminou no dia 2 de julho, embora o *Jornal de Notícias* refira, no dia 1 de julho, o fim desse prazo. Os nomes e alguns dados pessoais dos voluntários não coincidiram na sua totalidade quando analisados diferentes elementos da bibliografia, no entanto, as diferenças verificadas não colocaram em causa a investigação.

Também na fonte primária utilizada, *Jornal de Notícias*, verificou-se a inexistência de algumas páginas, ou até mesmo a ausência total de determinado número, como são exemplo os dias 2 de janeiro e 1 de fevereiro no ano de 1941 e do dia 1 de julho de 1943, ao qual não foi possível o acesso às páginas iniciais. Ainda relativamente à análise desta fonte hemerográfica, denotou-se que a partir do ano de 1942 o carácter noticioso altera-se, passando-se a ter, em maior número, notícias alusivas ao repatriamento de voluntários feridos e do envio de novos contingentes para a frente de combate. No final do ano, em dezembro, o *Jornal de Notícias* dá conta da alteração do comandante da Divisão Azul, em que Esteban Infantes substituiu o general Muñoz Grande. Já no último ano em análise, 1943, embora continuem as notícias

relativas ao retorno de voluntários, começam a surgir algumas informações mais claras quanto ao número de perdas que a unidade sofreu.

Embora a diplomacia portuguesa agisse de forma neutra perante o conflito, a verdade é que o representante máximo português, António Salazar, manteve contacto com Franco e Hitler, pelo que não foram apenas os voluntários portugueses da Divisão que levaram o nosso país até à Frente Leste. Alguns elementos do exército português, como Mouzinho de Albuquerque, Amândio Rodrigues e António de Spínola participaram em missões especiais de forma a conhecerem a realidade da guerra moderna. Numa dessas missões, o capitão Lopes Pires acabaria por sucumbir aos ferimentos originados por um acidente durante uma demonstração aérea, facto noticiado no dia 24 de setembro de 1942 no *Jornal de Notícias*.

A campanha na Rússia, e o consequente envolvimento de voluntários portugueses, é um episódio cuja importância dentro da nossa história militar tende a ser subvalorizada, embora as suas excecionais características. No entanto, se comparada com outras unidades de voluntários ou com o próprio exército alemão, a Divisão Azul teve uma importância estratégica quase irrelevante dentro do teatro de operações, uma vez que esteve a maioria do tempo dedicada a trabalhos defensivos numa frente estática. Mas é claro que não é esse facto que tira mérito ou interesse a esta matéria, pois a Divisão Azul não só gozou de um sinal heroico e exótico que lhe conferem um lugar especial nas guerras espanholas do século XX, como também desfruta de uma memória peculiar.

O estudo da Divisão Azul e dos seus participantes é uma temática que pode (e deve) ser analisada de várias perspetivas, como o tópico que remete para o contacto dos voluntários com judeus e, consequentemente, com a ideologia nazista. A Divisão Azul não se envolveu nesse tipo de questões, tal como Xosé Manuel (2005) reitera: "Insiste-se que os espanhóis lutaram *junto* à Alemanha nazi, mas não *com* ou *pelo* III Reich, somente contra um inimigo comum, a URSS".[61]

Em jeito de conclusão, a participação dos portugueses foi uma participação ideológica, onde o próprio país não se envolveu, pelo que esses homens se voluntariaram por livre e espontânea vontade. Por conseguinte, a sua representação no *Jornal de Notícias* foi, por assim dizer, encoberta.

[61] Seixas, "Los Vencedores", 195.

Fontes

Impressas

Jornal de Notícias, 1941-1943.

Bibliografia

ABC La Segunda Guerra Mundial. Prensa Española ed. Volume 30. Acedido em 4 outubro 2014. http://libros-ns.blogspot.pt/2011_06_01_archive.html.

Bernard, Henri. *Os Arquivos da Segunda Guerra Mundial*. Amadora: Bertrand, 1964.

Caballero Jurado, Carlos. *Blue Division Soldier 1941-1945: Spanish Volunteer on the Eastern Front*. Nova Iorque: Osprey Publishing, 2009.

Caballero Jurado, Carlos. "Morir en Rusia: La División Azul en la Batalla de Krasny Bor". *Cuadernos de Revista Española de Historia Militar,* 7 (2004).

Carrilho, Maria e Couto, Júlio. *Portugal na Segunda Guerra Mundial: Contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

Eugenio Blanco, Juan. *Rusia No Es Cuestión de Un Día…* Madrid: Publicaciones Españolas, 1954.

Gilbert, Martin. *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Dom Quixote, 2009.

Gragera, Francisco e Infantes, Daniel. "Voluntarios Portugueses en La División Azul". *Serga*, 57 (n.p): 46-49. Acedido em 4 outubro 2014. http://nonas-nonas.blogspot.pt/2009/07/revista-serga-voluntarios-portugueses.html.

Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos. O Breve Século XX 1914-1991.* São Paulo: Editora Schwarcz, 2003.

Lobo, Cláudia (dir.). *Visão História,* n.º 21, setembro 2013.

Martínez Reverte, Jorge. "Por qué Fueron a Rusia". *Cuadernos de Historia Contemporánea,* 34 (2012): 15-29. Acedido em 4 outubro 2014. http://www.pinfanos.es/DOLADO/Cuaderno%20historia%20contempor%C3%A1nea%20UCM.%20La%20Divisi%C3%B3n%20Azul.pdf.

Moreno Juliá, Xavier "La División Azul en el Contexto de las Relaciones Entre la España de Franco y la Alemania Nazi". *Cuadernos de Historia Contemporánea,* 34 (2012): 65-90. Acedido em 4 outubro 2014. http://www.pinfanos.es/DOLADO/Cuaderno%20historia%20contempor%C3%A1nea%20UCM.%20La%20Divisi%C3%B3n%20Azul.pdf.

Moreno Juliá, Xavier. "Los Muertos de la División Azul". *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, 42 (2009): 85-92.

Núñez Seixas, Xosé M. “¿Eran los Rusos Culpables? Imagen del Enemigo y Políticas de Ocupación de la División Azul en el Frente del Este, 1941-1944.” *Hispania,* 223 (2006): 695-750. Acedido em 23 novembro 2014. http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/19/19.

Núñez Seixas, Xosé Manuel. “La “Cruzada Europea Contra el Bolchevismo: Mito y Realidad”. *Cuadernos de Historia Contemporánea,* 34 (2012): 31-63. Acedido em 4 outubro 2014. http://www.pinfanos.es/DOLADO/Cuaderno%20historia%20contempor%C3%A1nea%20UCM.%20La%20Divisi%C3%B3n%20Azul.pdf.

Núñez Seixas, Xosé Manoel. “Los Vencedores Vencidos: La Peculiar Memoria de la División Azul, 1945-2005”. *Pasado y Memoria*, *Revista de Historia Contemporánea*, 4 (2005): 83-113. Acedido em 4 outubro 2014. http://hdl.handle.net/10045/5546.

Rodríguez Jiménez, José Luis. “La Contribución de la División Española de Voluntarios a la Invasión de la URSS”. *Cuadernos de Historia Contemporánea,* 34 (2012): 91-118. Acedido em 4 outubro 2014. http://www.pinfanos.es/DOLADO/Cuaderno%20historia%20contempor%C3%A1nea%20UCM.%20La%20Divisi%C3%B3n%20Azul.pdf.

Sanchez Diana, Jose Maria. “Historia de un Periódico Militar. La Hoja de Campaña de la División Española de Voluntarios”. *Ejército: Revista de las armas y servicios,* 567 (1987): 55-60. Acedido em 11 dezembro 2014. http://publicaciones.defensa.gob.es/docs/default-source/revistaspdf/ret_567.pdf?sfvrsn=0&download=true.

Scurr, John e Hook, Richard. *Germany’s Spanish Volunteers 1941-45*. Nova Iorque: Osprey Publishing, 1980.

Silva, Ricardo. “A História dos Portugueses que Combateram no Exército de Hitler”. *Visão,* n.º 1040, 2013. Pp. 44-51.

Silva, Ricardo. *Portugueses na Wehrmacht. Os Voluntários da Divisão Azul (1941-1944)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Veiga Chousa, David. “La Hermandad de la División Azul: Un Acercamiento al Asociacionismo Divisionario”. *Revista Universitaria de Historia Militar,* volume 2, 4 (2013): 108-129. Acedido em 15 dezembro 2014. http://ruhm.es/index.php/RUHM/article/view/50/41.

A Base Naval Francesa de Leixões na Primeira Guerra Mundial

– Joaquim Saraiva

Resumo

Entre 1917 e 1918, esteve ativa em Leixões uma base naval francesa no contexto da Primeira Guerra Mundial. Este artigo tem como objetivo delimitar o período cronológico da instalação da base à sua retirada, os meios que estiveram envolvidos na operação, os objetivos e as atividades militares da base e, por fim, um levantamento das interações entre o meio militar e civil na cidade do Porto durante este período.

Palavras-chave: Grande Guerra; Primeira Guerra Mundial; Base Naval Francesa de Leixões; guerra naval.

Abstract

Between 1917 and 1918, there was in Leixões a French naval base in the context of the First World War. This article has the objective of define the chronological period of the base from the installation to its removal, the means involved in the operation, it`s objectives and military activities, and a summary of the military and civilian interactions in Porto city during that period.

Keywords: Great War; First World War; Leixões French naval base; naval warfare.

Introdução

O objeto de estudo desta investigação é a Base Naval Francesa de Leixões, instalada no período da Primeira Guerra Mundial. Instalação esta que se dá por dois motivos essenciais: em primeiro lugar, devido às dificuldades sentidas pelo governo português em proteger adequadamente os portos nacionais, neste caso, o porto de Leixões; em segundo lugar, devido à necessidade da França "em assegurar a proteção dos comboios costeiros que ligam o Mediterrâneo ao golfo da Gasconha, uma rota essencial para o seu esforço de guerra".[1]

A bibliografia fundamental consultada para o estudo deste tema foi a de Jaime Correia do Inso, na sua obra *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*[2], e António José

[1] António José Telo, *Primeira República: do Sonho à Realidade* (Lisboa: Editorial Presença, 2010), 413.
[2] Jaime Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra* (Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006).

Telo em *A Primeira República: do Sonho à Realidade,*[3] bem como o artigo *Estratégia naval Portuguesa (1916-1918)* publicado na coletânea *Portugal e a Grande Guerra*.[4]

As considerações de Jaime Correia do Inso são indispensáveis para compreender o papel desempenhado pela Marinha Portuguesa na Grande Guerra, sendo que a sua obra percorre com grande minúcia o esforço de guerra da Marinha Portuguesa, desde as defesas portuárias às escoltas providenciadas a navios mercantes, bem como, os diversos incidentes armados que envolveram as forças marítimas portuguesas durante o conflito. António José Telo, em *I República: do Sonho à Realidade,* fornece um enquadramento diplomático, indicando que a base naval francesa se insere num movimento mais vasto da cooperação – tanto militar como diplomática –, entre Portugal e França, no contexto da Grande Guerra. Por sua vez, no artigo *Estratégia Naval Portuguesa (1916-1918)*, o mesmo autor trata, resumidamente, o esforço português na sua defesa marítima. Selecionei estes dois autores, pois são os únicos que efetivamente referem a presença da Base Naval Francesa em Leixões, durante a Primeira Guerra Mundial. No entanto, as informações que cada um dos autores menciona, nas obras acima referidas, são no mínimo esparsas, não tendo nenhum deles estudado exaustivamente a presença francesa em terras lusas. Até ao momento, pelo menos que tenha conhecimento, não foi feito qualquer estudo exaustivo sobre este assunto.

Um dos pontos onde estes autores divergem é na cronologia, fornecendo cada um deles um período diferente para a instalação da Base. Segundo Jaime Correia do Inso, é em fevereiro de 1917 que o acordo é assinado entre Portugal e França,[5] estando em Setembro a Base Naval já montada.[6] Enquanto para António José Telo, existia um

[3] Telo, *Primeira.*
[4] António José Telo, "Estratégia Naval Portuguesa (1916-1918)", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: QuidNovi, 2010), 250-254.
[5] "Em Fevereiro de 1917, como os franceses reconhecessem a vantagem de se estabelecer em Leixões uma base de abastecimentos para os seus cruzeiros que faziam, protegendo a navegação aliada no Atlântico, e por acordo realizado entre os dois Governos, foi estabelecida uma Base Naval Francesa em Leixões" (Inso, *A Marinha*, 61).
[6] "Em Setembro do mesmo ano, encontrava-se montada a Base Naval Francesa de Leixões que se instalou no Posto de Desinfecção, sob o comando do Capitão-de-fragata René" (Inso, *A Marinha*, 62).

acordo prévio[7] já em 1916, que previa a instalação de embarcações de caracter militar neste mesmo porto.[8]

Deste modo, uma das primeiras questões de investigação consistiu na delimitação temporal da existência da Base, desde a sua instalação até à retirada, o que não é feito por nenhum dos autores. Propus-me, igualmente, a descobrir quais os objetivos para a colocação destas forças navais em território nacional, isto é, que necessidade levou o governo francês a dispensar forças navais do seu esforço de guerra mais perto de casa, para as colocar no extremo ocidental da Europa. Quis apurar se existiu cooperação entre as forças gaulesas e portuguesas, ´relativamente ao porto de Leixões, no âmbito da defesa da costa norte e das embarcações que frequentaram estas águas e, a ter existido, verificar o modo como se operacionalizou essa cooperação. Dediquei-me também a fazer o levantamento dos apoios materiais e humanos de que as forças francesas dispunham, tanto as que estavam diretamente sob controlo do comandante da base naval, como as que tinham sido dispostas, em proteção do porto, pelo governo português. Analisei o tipo de acontecimentos de carácter militar e civil que rodearam a estadia da Base Naval Francesa, as presenças dos militares que aí prestavam serviço em atividades culturais, económicas e, até, criminais noticiados na imprensa periódica portuense. Por último, avaliei até que ponto as forças francesas desempenharam um papel preponderante na proteção do litoral e dos barcos que sulcaram as águas do norte de Portugal.

Como fonte principal, utilizei o periódico *O Comércio do Porto*, tendo realizado uma análise de carácter extensiva desde março de 1916, aquando da declaração de guerra, a 31 de dezembro de 1918. A guerra terminou a 11 de novembro de 1918, porém, conforme referi acima, um dos objetivos deste estudo foi identificar a data da retirada da base francesa de território nacional, o que me levou a decidir continuar o levantamento até obter alguma informação mais concreta relativamente a isso.

Recorri ainda ao *Jornal de Notícias*,[9] ao *Primeiro de Janeiro* e aos *Anais do Clube Militar Naval*. Os dois primeiros foram consultados, numa tentativa de cruzar as notícias

[7] "Um primeiro acordo com Paris, fins de 1916, permite a criação de um depósito de carvão no Lazareto e prevê a utilização de Leixões pelos pequenos patrulhas que antes operavam a partir dos portos da Gasconha, com muitas dificuldades para proteger os navios que vinham de Gibraltar ou para ai se dirigiam, devido à sua reduzida autonomia" (Telo, "Estratégia", 250-254).

[8] A França e a Inglaterra colocam, a partir de fins de 1916, esquadrilhas de pequenas escoltas costeiras no Algarve e em Leixões (estas últimas da responsabilidade francesa), de modo a assegurar a protecção dos comboios litorais, coisa que a armada era incapaz de fazer (Telo, *Primeira*, 413).

[9] Apenas consultei o ano de 1918, uma vez que o ano de 1917 não vem à sala de leitura, na Biblioteca Municipal do Porto.

já levantadas do *Comércio do Porto*, e os *Anais do Clube Militar Naval* para tentar obter mais informação sobre a área militar em estudo. Todavia, por se tratar de um período de guerra, a censura e até a autocensura faziam-se sentir, podendo encontrar-se notícias num jornal de que nenhum outro dá conta. Além disso, como é de esperar, as ações militares desenvolvidas pela Base foram pouco noticiadas, sendo necessário, portanto, um pouco de extrapolação para conseguir determinar certos aspetos da estadia destas forças francesas em Portugal.

1. Da Guerra de Cerco à Defesa Costeira

A 17 de Novembro de 1914, a face mais conhecida da Primeira Guerra Mundial estava estabelecida, isto é, a guerra de trincheiras da frente ocidental.[10] Este movimento de cerco terrestre é acompanhado no mar pelo bloqueio inglês. Todas as embarcações mercantes dos impérios centrais, surtas em portos da *Entente Cordiale*, são apresadas e o trafego marítimo desviado dos portos da *Tríplice Entente*[11] pela marinha de guerra inglesa para portos aliados, onde os seus produtos eram normalmente comprados pelos governos nacionais.[12] O cerco estava imposto.[13]

Para responder a este bloqueio, e submeter o Reino Unido a um contra bloqueio, restava apenas um meio à Alemanha – a guerra submarina. Tratava-se de um método que nenhum dos lados havia considerado antes da guerra, mas que, após o êxito conseguido a 22 de setembro de 1914, ao largo das costas da Flandres, quando um submarino alemão afundou em menos uma hora três couraçados britânicos,[14] se revelou importante. O submarino deixa de ser visto como uma embarcação de carácter defensivo, principalmente utilizada como apoio aos grandes navios de guerra da altura (os *dreadnoughts*), para passar a ser utilizado como uma arma ofensiva e eficiente por

[10] Marc Ferro, *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918* (Lisboa: Edições 70, 2002), 96.
[11] Jean-Jacques Becker, *A Grande Guerra* (Mem Martins: Europa-América, 2005), 84.
[12] Uma conferência internacional, reunida em Londres em 1909, tentara regular este tipo de problema: repartiram-se os produtos em diferentes categorias e estabelecera-se que o material de guerra transportado pelos neutros podia ser embargado, na condição de se estabelecer que era destinado ao adversário. O bloqueio infligido à Alemanha dizia respeito a um número de mercadorias cada vez mais considerável e competia aos armadores de navios dos países neutros provar que os seus navios transportavam não eram para ela. De resto, a 1 de março de 1915, alargaram o bloqueio à totalidade das mercadorias com destino à Alemanha As potências centrais sentiram rapidamente os efeitos do bloqueio aliado, embora ele se mantivesse bastante permeável. Principal factor de permeabilidade, o aumento, em proporções por vezes consideráveis, das exportações com destino à Alemanha de um certo número dos seus vizinhos: a Suécia, a Noruega, a Dinamarca. Em princípio, estes países apenas podiam vender-lhes a sua própria produção, mas, na prática, vendiam-lhes produtos que eles tinham previamente importado (Becker, *A Grande,* 89).
[13] Hew Strachan, "From Cabinet War to Total War. The Perspective of Military Doctrine, 1861-1918", Roger Hickering e Stig Forester (coords.), *Great War, Total War. Combat and Mobilization on the Western Front, 1914-1918* (Washington: Cambridge University, 2000), 29.
[14] Becker, *A Grande,* 91.

si só.[15] Contudo, a decisão não foi tomada imediatamente, por violar o direito internacional que estipulava que em caso de tomada e de destruição de um navio de comércio inimigo, o equipamento e os tripulantes deveriam ser salvos, o que levantava muitos problemas no caso dos submarinos. Numa primeira fase, os submarinos alemães intercetavam os navios mercantes, revistavam-nos e mandavam a tripulação para os botes antes de o afundar.[16] Este método, contudo, tinha um grave defeito, obrigava o submarino a emergir, colocando-o numa posição desvantajosa em caso de ataque.[17] Os britânicos chegaram mesmo a recorrer a um subterfugio ao equipar navios supostamente mercantes com armamento com o objetivo de surpreender os submergíveis alemães quando estes intercetavam estas embarcações e tentavam cumprir o direito internacional.

Assim, a 4 de Fevereiro de 1915, a guerra submarina foi mais longe, ao proclamar as águas que rodeavam as ilhas britânicas como zonas de guerra: qualquer navio de comércio inimigo ou neutral podia ser destruído sem aviso.[18] No entanto, com o afundamento, a 7 de maio, do paquete Lusitânia, os Estados Unidos ameaçam romper relações com o Império alemão, o que o leva a suspender a campanha submarina sem restrições com receio da entrada americana na guerra.[19] Porém, a 1 de Fevereiro de 1917, é novamente declarada a campanha submarina sem restrições, o que acabaria por levar à entrada americana na guerra

São as perdas sofridas pelos países da *Entente* que levam o Reino Unido a pedir ao governo português o confisco dos navios alemães e seus aliados surtos em portos nacionais.[20] Apresamento que viria a ser efetuado a 23 de Fevereiro de 1916[21] e legitimado pelo decreto de 24 de Fevereiro de 1916.[22] Apesar de terem conhecimento

[15] Christopher Chant, *Warships of the World* (Hertfordshire: Hermes House, 2011), 372.
[16] "Greater possibilities were offered by attacks on the enemy`s merchant marine was considerably slower than any warship and therefore easier to intercept, and was not escorted. Such concept appealed to Germany, which was not reliant on maritime commerce route for necessities such as food and raw materials, but appreciated that the U.K. and to a lesser extent France would be vulnerable to the interdiction of their maritime trade routes. The problem was how to achieve the disruption of the routes, for as noted above, international law dictated that merchant ships could not merely be sunk, but had first to be halted, have theirs papers examined, and have their crews interned or sent to safety before the raider could put a prize crew aboard the vessel or sink her" (Christopher, *Warships*, 374).
[17] Becker, *A Grande,* 90.
[18] Becker, *A Grande,* 91.
[19] Nuno Santa Clara Gomes, "Guerra no Mar", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: QuidNovi, 2010), 136.
[20] Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As Negociações Diplomáticas e a Acção Militar na Europa e em África* (Lisboa: 1997), T. II, 308.
[21] Nuno Severiano Teixeira, "Os Navios Alemães. Declaração de Guerra", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra* (Lisboa: QuidNovi, 2010), 247.
[22] *Diário da República*, decreto 2236, 24 de fevereiro de 1916.

destes factos, os democráticos, que dominavam o governo português, arrastaram Portugal para a guerra[23] sem que os meios necessários à defesa das costas e da navegação fossem preparados.

Como as carências defensivas nacionais eram bem conhecidas, os aliados, nomeadamente, franceses e ingleses, enviaram missões militares para o estudo da colaboração a desenvolver, assistindo o país, fornecendo material de guerra, gesto que o Major-General da Armada não deixa de agradecer.[24] Entretanto, a guerra submarina sem restrições é retomada pelos alemães a 9 de janeiro de 1917,[25] causando um golpe tremendo nos aliados. Em abril, as perdas de navios mercantes ascendiam a 881.000 toneladas. Teve tal efeito que, a dado momento, calcularam que as reservas alimentares britânicas durariam apenas mais seis semanas.[26] É, deste modo, iniciado o sistema de comboios navais para proteção das embarcações mercantes, diminuindo drasticamente a tonelagem afundada mensalmente pelos ataques submarinos.

É neste contexto que surge a Base Naval Francesa de Leixões, que constitui o o objeto do meu estudo, na mesma linha da base naval montada pelos Estados Unidos da América nos Açores, a julho de 1917.[27] A Base Francesa vem suprir duas necessidades: por um lado, a incapacidade portuguesa de defender o porto de Douro-Leixões, por outro, a necessidade francesa de dispor de um posto de abastecimento e de proteção às suas embarcações que ligavam os portos mediterrânicos aos atlânticos.[28]

---

[23] Rui Ramos, "A Segunda Fundação", José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997), 449-450.
[24] Ministério, *Portugal,* 35.
[25] Becker, *A Grande,* 92.
[26] Chant, *Warships,* 384.
[27] Aos Açores é retirado o papel periférico do teatro de operações para subitamente se tornar, por excelência, um ponto importante para o reabastecimento de submarinos em alto mar [..,]. Neste enquadramento, as ilhas tornam-se numa das principais preocupações americanas na defesa das suas próprias costas e transporte dos reforços, paralelamente ao interesse inglês em assegurar o controlo vital aos seus portos. […] A 18 de Junho de 1917, chega a Ponta delgada o navio carvoeiro americano Orion, com o objectivo de descarregar o carvão para a constituição de um depósito de 10 000 t […] O objetivo deste novo depósito seria apoiar os pequenos navios, normalmente isolados e lentos, que atravessassem o Atlântico, tornando-se o alvo de uma Alemanha bem informada que ordena ao seu outrora submarino-cargueiro Deutshland, transformado em unidade de combate, a destruição do novo depósito em Ponta Delgada […]. Aparentemente, o ataque confirmava a teoria americana sobre o interesse alemão pelos Açores, pelo que, ainda antes do fim do mês, chegariam a Ponta Delgada o navio-base Phanter e cinco antiquados destroyers a carvão, formando a designada 1.ª Divisão, constituindo-se deste modo uma base da US Navy nas ilhas, embora sem estatuto oficial. Os Açores tornam-se um ponto intermédio na travessia oceânica das pequenas escoltas costeiras oriundas dos EUA com destino a França, ou mesmo de reparação de embarcações. A missão da 1ª Divisão é, pois, cobrir a área geral dos Açores, impedindo a sua utilização pelo inimigo, bem como o socorro a náufragos e embarcações em dificuldades (Sérgio Alberto Fontes Rezendes, *A Grande Guerra Nos Açores: Memória Histórica e Património Militar* (Ponta Delgada: Universidade dos açores, 2008), 204-205).
[28] Telo, *Primeira,* 413.

2. A Base Naval Francesa de Leixões (BNFL). Uma Cronologia Polémica.

Devido às diferenças de cronologia apontadas pelos autores mencionados, António José Telo e Jaime Correia do Inso, a investigação começou com a pesquisa no jornal *O Comércio do Porto*, a partir de março de 1916, data da entrada de Portugal na Guerra. Isto porque seria impossível a instalação de uma base naval francesa em território nacional, enquanto Portugal detivesse o estatuto, embora com alguma ambiguidade, de país neutral. Com o início da análise extensiva do jornal portuense e apesar de ter encontrado várias notícias que mencionavam a colaboração entre França e Portugal após a entrada nacional na guerra, nenhuma delas dava indicação de qualquer presença francesa em Portugal. A primeira informação que indica a frequência por embarcações francesas, no porto de Leixões, surge a 13 de julho de 1917, com a notícia de que "Entraram ontem em Leixões dois pequenos vapores da armada francesa, que andam em serviço de fiscalização".[29]

Logo a 26 do mesmo mês é noticiada a entrada de 6 embarcações francesas em Leixões, três caça-minas e três vapores, e que um "destes vapores trouxe carvão e óleo e os dois restantes materiais de guerra".[30] No dia seguinte, é notícia o seguinte excerto:

> Esteve ontem nos paços do concelho, onde foram cumprimentar a câmara municipal do Porto, o cônsul da França nesta cidade, Mr André Le Mallier e o capitão-de-fragata da marinha francesa, Mr René Nielly.[31]

Cerca de metade da notícia foi alvo da censura de guerra – a censura era facilmente visível uma vez que ficava um espaço em branco no jornal.

Estas informações indiciam, no meu entender, o início da instalação da base naval francesa pois, conforme Jaime Correia do Inso afirma, o comandante da Base Naval Francesa era o comandante-de-fragata René Nielly.[32] Certo é que, de acordo com a minha pesquisa, este foi apenas responsável pela instalação da Base, até porque se retirou em setembro de 1917, conforme é indicado pelo *site* da École Naval[33]. É mais tarde substituído pelo comandante Juin, que aparece noticiado pela primeira vez a 13 de novembro de 1917, como detendo o comando da BNFL:

[29] *O Comércio do Porto*, 165, 13 de julho de 1917.
[30] *O Comércio do Porto*, 176, 26 de julho de 1917.
[31] *O Comércio do Porto*, 177, 27 de julho de 1917.
[32] INSO, *A Marinha*, 61.
[33] École Naval. «René Nielly». Acedido em 14 de janeiro de 2014. http://ecole.nav.traditions.free.fr/ecoles_commandant_nielly.htm

> um magnifico banquete oferecido pelo Sr. Diogo Joaquim de Mattos, considerado representante do "Armement Français, nesta cidade, à oficialidade da base naval francesa que se acha em Leixões e ao qual assistiram, além daquele senhor, Mrs. Juin, comandante da base naval de Leixões.[34]

Apesar destas indicações, só em novembro encontrei as primeiras referências a ações militares desenvolvidas pelas forças francesas, uma a 4 de novembro de 1917[35] e outra também do mês de novembro onde é noticiada a colaboração da esquadrilha de Leixões na tentativa de captura e destruição do U-157, responsável pelo bombardeamento do Funchal.[36]

Com o término da guerra a 11 de novembro de 1918, a presença francesa em Leixões deixa de ser necessária. Inicia-se, assim, a desativação da Base com a retirada dos navios patrulhas, a 26 de novembro do mesmo ano.[37] Não foi, todavia, completamente desativada, uma vez que a 29 seguinte, o *Primeiro de Janeiro* indica que:

> a despedida que no domingo tiveram em Leixões os navios da base naval francesa, que retiraram deste porto. Durante mais de 15 minutos todos os vapores de alto bordo que ali estão ancorados e as traineiras se manifestaram com a música das suas sirenes ao mesmo tempo que os pavilhões das suas nacionalidades eram içados e arriados dizendo o adeus de alegre camaradagem pela registada, após a vitória dos aliados. Dizem-nos que a base naval também não demorara muito a retirar.[38]

Apesar das notícias acima, ainda se encontravam barcos patrulha franceses em Leixões, conforme é noticiado a 7 de dezembro de 1918.

> Pelas 2 horas a madrugada, enrascaram-se os ferros de dois caça-minas – um francês e um português – respectivamente o “Grazielle” e o “Margarida Victoria”, fazendo-os garrar e arrastando-os até ao enrocamento do molhe norte, onde encalharam.
>
> O caça-minas português pode ser safo na maré com auxílio dos guindastes de bordo e de cabos dados peara terra; o caça-minas francês foi desencalhado no praia mar, após algumas horas de aturado serviço do rebocador “Mars”, da casa Garland, Laidley & Cª, serviço este solicitado pela base naval francesa.

[34] *O Comércio do Porto*, 270, 13 de novembro de 1917.
[35] *O Comércio do Porto*, 265 , 4 de novembro de 1917.
[36] Gallica, *La Revue de Paris*, acedido em 24 de junho de 2014, http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k176564/f189.image.r=escadrilles%20Leix%C3%B5es.langPT
[37] *O Comércio do Porto*, 280, 26 de novembro de 1917.
[38] *O Primeiro de Janeiro*, 283, 29 de novembro de 1917.

> De bordo da lancha "Iris" assistiram ao desencalhe Mr. Juin, chefe da base naval francesa.[39]

Com efeito, uma destas patrulhas francesas chega mesmo a abalroar a chalupa portuguesa "D. Rosa", acabando esta embarcação por encalhar em Espinho.[40] De igual modo, um postal[41] enviado por um marinheiro francês, datado de 11 de dezembro de 1918, confirma a presença francesa em Leixões.

A última referência à Base Naval é de 14 de dezembro de 1918, quando se noticia o leilão da embarcação *Fuchia,*[42] que se encontrava encalhada desde dia 3 de novembro de 1918.[43] Não deixam, contudo, de aparecer notícias de entradas e saídas do porto de Leixões de embarcações militares francesas, não se tratando, no entanto, das que identifiquei como fazendo parte da esquadrilha francesa subordinada à Base Naval.

É então possível concluir que a cronologia apontada por Jaime Correia do Inso – setembro de 1917 –, é a que mais se aproxima da realidade, ao contrário da indicada por António José Telo – finais de 1916, já que, segundo o que é indicado acima, a instalação ter-se-á iniciado em julho de 1917 e a atividade militar propriamente dita em novembro do mesmo ano, quando são publicadas as primeiras notícias.

De acordo com a minha investigação, a base era constituída pelo Comandante da base, Juin, e pelos oficiais Vassal e Verny, um médico, Rondet, um engenheiro naval, Vansebrouck, um comissário, Moign, um comissário auxiliar, Guillemin, além das praças, marinheiros cujo número não me foi possível determinar. Dispunha também de um total de 14 embarcações: *Cyclonen*, *Fuchno*, *Hortensia*, *Medoc*, *Mimosa*, *Tetunia*, Grevette e *Pieuvre* estas indicadas pelo autor Jaime Correia do Inso[44], às quais a minha pesquisa permitiu acrescentar *Fuchia*[45] (que poderá ser o *Fuchno* indicado), *Capucine*,[46] *Grasielle*,[47] *Begonia*,[48] *Elizabeth*[49] e *Jacinthe*.[50] Não consigo, porém, indicar a tipologia

[39] *O Primeiro de Janeiro*, 289, 7 de dezembro de 1918.
[40] *O Comércio do Porto*, 292, 10 de dezembro de 1918.
[41] Armando Bardalo Sanches. "A Marinha Portuguesa na I Guerra Mundial". Acedido em 14 de janeiro de 2014. http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=140%3Aa-marinha-portuguesa-na-i-guerra-mundial-parte-ii-a-accao-da-marinha-na-europa&catid=25%3Aboletim-no-409&Itemid=15
[42] *O Comércio do Porto*, 296, 14 de dezembro de 1918.
[43] *O Comércio do Porto*, 261, 3 de novembro de 1918.
[44] Inso, *A Marinha,* 62.
[45] *O Comércio do Porto*, 261, 3 de novembro de 1918.
[46] *O Jornal de Notícias*, 268, 12 de novembro de 1918.
[47] *O Comércio do Porto*, 290, 7 de dezembro de 1918.
[48] Sanches, *A Marinha.*
[49] *O Comércio do Porto*, 290, 7 de dezembro de 1918.
[50] *O Jornal de Notícias*, 213, 10 de setembro de 1918.

destas embarcações genericamente indicadas pelos jornais por "caça-minas". Estas embarcações, como o próprio nome indica, tinham como objetivo encontrar e destruir minas deixadas pelo inimigo, algo de que não há qualquer notícia – nem de minas no porto de Leixões, como aconteceu em Lisboa, nem de que estas embarcações as procurassem. Significativamente, a *Augusto Castilho*, que as fontes designam da mesma maneira por "caça-minas", era, de facto, uma patrulha de alto-mar.[51]

A estas forças, juntavam-se as defesas portuguesas adstritas ao porto de Leixões – dois barcos patrulha e um conjunto de baterias costeiras em Rodão, Lavadores e no molhe sul do porto de Leixões –[52] além das que se encontravam na base aérea de São Jacinto, com um total de 10 hidroaviões.[53]

3. Objetivos e Atuação da Base Naval

Confiando nas informações de Jaime Correia do Inso, existiu um acordo para a instalação da BNFL em Portugal, sendo este assinado em fevereiro de 1917. Todavia, não tive acesso a esse documento no decorrer da investigação, não sabendo por isso que objetivos ficaram nele expressos. Por isso, recorri aos *Anais do Clube Militar Naval* para procurar identificar o funcionamento do sistema de combate à ameaça submarina germânica, e quais os objetivos que estariam subjacentes à instalação de uma base desta natureza.

A partir de 1917 abandonou-se a procura de submarinos e passou-se à organização de comboios de navios mercantes escoltados por patrulhas.[54] No decorrer

[51]José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa. Nove Séculos de História (*Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2010), 434-435.

[52] Inso, *A Marinha*, 61.

[53] A Base de São Jacinto é formada em Janeiro de 1918, com 10 hidroaviões franceses, ficando subordinada ao comando francês de Leixões (onde estavam as esquadrilhas franceses de escoltas costeiras). É de notar que o serviço de vigilância aéreo permite detectar alguns submarinos ao longo da costa portuguesa, mas estes não podem ser atacados pela Armada portuguesa que não conta com navios preparados para tal; só as escoltas aliadas no Algarve e Leixões têm essa capacidade (Telo, *Primeira,* 412).

[54] A proteção tem-se exercido, quer pelo sistema de comboios, obrigando os navios mercantes a navegarem em grupos mais ou menos numerosos, escoltados por navios de guerra, quer pelo patrulhamento das linhas de navegação e pontos de passagem obrigatória. […] A navegação em comboios continua a fazer-se nos antigos moldes, mas reduzida evidentemente, ou aos navios de carga de pequena velocidade, com um destino comum, ou a um grupo mais ou menos numeroso de transportes militares. Como derivado do sistema de comboio, tem-se empregado a escolta de um navio por um ou dois navios ligeiros, patrulheiros ou destroyers; […] não permite estender o seu emprego além de um número relativamente pequeno de navios; portanto, é empregado de preferência para navios cujo valor da carga ou importância da missão exigem uma maior segurança.

O patrulhamento das linhas de navegação tem continuado a exercer-se, mas geralmente em cooperação com o sistema anterior, isto é, limitando os caminhos a seguir pelos transportes em comboio, ou isolados com escoltas, e fazendo patrulhar esses caminhos por numerosos patrulheiros, hidroaeroplanos, etc., como elemento completar de defesa […]. É porque os abastecimentos dos aliados não podem ser limitados nos caminhos seguidos, nem os navios geralmente armados e protegidos de uma forma tão completa, que eles têm sofrido mais (*Anais do Club Militar Naval*, 11, setembro de 1917).

da investigação, tanto pela leitura dos anais como das fontes periódicas, concluí que os objetivos para a instalação BNFL foram: fornecer escoltas a navios mercantes aliados, proteger os acessos ao porto de Leixões e patrulhar as linhas de navegação e pontos de passagem obrigatórios.

Relativamente a este último objetivo, eram patrulhadas rotas pré-estabelecidas pelos comandos navais a ser depois usadas pelos navios mercantes. Como era impossível organizar escoltas para todos os navios, sempre que possível, organizavam-se comboios navais com as embarcações que transportavam os meios essenciais à subsistência e ao esforço de guerra, escoltados por embarcações rápidas, normalmente *destroyers*. Tudo isto se fazia integrado num sistema mais vasto que envolvia as diversas bases francesas e inglesas, tais como: Dakar, Gibraltar e Casablanca.[55]

Como objetivos secundários percebi que os militares da Base Naval Francesa de Leixões também participavam na captura de possíveis espiões em passagem ao largo da costa norte portuguesa, e protegiam as embarcações piscatórias que em dezembro de 1917, foram alvo de ataque.

A primeira ação militar da Base registada consiste na captura de um suposto agente alemão que se encontrava a bordo de uma traineira espanhola, a 9 de novembro de 1917.[56] Um facto curioso, uma vez que a pesca em águas nacionais, por embarcações estrangeiras tinha sido proibida,[57] mas que não foi caso único de acordo com o que investiguei.[58] É também noticiado que o prisioneiro, que é "um homem novo e ilustrado, vai ser removido para França, dizendo-se que um seu companheiro morrera afogado momentos antes daquele ser preso".[59] Pouco depois, a 30 do mesmo mês, são capturadas "duas estrangeiras que foram presas no alto mar, a bordo de um vapor espanhol, ficando detidas por suspeitas de estarem em comunicação com inimigos. Foi-lhes apreendida bastante bagagem e correspondência".[60] Por estes dois casos pode-se depreender que as forças da marinha francesa estacionadas em Leixões tinham o direito de inspecionar navios em passagem, mesmo quando estes se encontravam em águas nacionais, isto é, sob jurisdição portuguesa.

No entanto, é em Dezembro que, de facto, temos a primeira demonstração do carácter militar da Base e da necessidade desta. A 11 de Dezembro, "à uma hora e meia

[55] Gallica, *La Revue de Paris*.
[56] *O Comércio do Porto*, 265, 4 de novembro de 1917.
[57] *Diário da República*, lei 735, 10 de julho de 1917.
[58] *O Primeiro de Janeiro*, 297, 14 de dezembro de 1917.
[59] *O Comércio do Porto*, 267, 9 de novembro de 1917.
[60] *O Comércio do* Porto, 285, 30 de novembro de 1917.

da tarde […] nas alturas de Angeiras, foi avistado no mar largo um submarino de grandes dimensões, de cor cinzenta, que rompera fogo como sinal de paragem a umas traineiras de pesca espanholas".[61] "Começaram a disparar tiros as baterias do forte de Leça da Palmeira",[62] mas o submarino submergiu para não ser atingido. Na verdade, conseguiu afundar uma traineira, a *Argus*.[63] Uma outra traineira, a *Boa Esperança*, para fugir ao ataque, dirigiu-se à costa, encalhando. "De Leixões saíra uma patrulha e um caça-minas franceses, mas momentos depois entravam de novo",[64] uma vez que o submarino já tinha submergido. Nos dias seguintes, são afundados também o rebocador *Ligeiro*,[65] havendo uma vítima mortal, acidental, bem como a chalupa *A Portuguesa*.[66] Tentam também afundar a traineira *Gondomar* por meio de explosivos, contudo graças à rápida intervenção de um navio de guerra, cuja nacionalidade não é indicada, e à capacidade de iniciativa dos seus tripulantes, a bomba é retirada, recolhendo a embarcação a Leixões.[67]

Nestes casos, apenas é referida uma vez a intervenção das embarcações francesas, a 12 de dezembro, escoltando o rebocador *Vitória* que ia prestar socorros aos náufragos da traineira *Argus*.[68]

Estes ataques às embarcações piscatórias criaram uma pequena crise, uma vez que com receio dos ataques dos submarinos, as traineiras deixaram de sair do porto de Leixões temporariamente:[69]

> Depois da aparição do último submarino na costa próximo da Foz do rio Douro, em 11 do mês findo, tendo afundando o rebocador "Ligeiro", a traineira "Argus" e a chalupa a "Portugueza", e tendo também atacado a traineira Gondomar, que conseguiu escapar, a classe piscatória ficou alarmada e receosa de sair para o mar, o que tem causado prejuízos aos que vivem da indústria da pesca.[70]

[61] Nenhuma delas foi afundada, uma vez que eram espanholas e, portanto, de uma nação neutral (*O Comércio do Porto*, 295, 12 de dezembro de 1917.
[62] *O Primeiro de Janeiro*, 295, 12 de dezembro de 1917.
[63] *O Comércio do Porto*, 296, 13 de dezembro de 1917.
[64] *O Primeiro de Janeiro*, 295, 12 de dezembro de 1917.
[65] *O Primeiro de Janeiro*, 295, 12 de dezembro de 1917.
[66] *O Comércio do Porto*, 296, 13 de dezembro de 1917.
[67] *O Primeiro de Janeiro*, 295, 12 de dezembro de 1917.
[68] *O Primeiro de Janeiro*, 295, 12 de dezembro de 1917.
[69] "Não têm as traineiras saído do porto de Leixões para a pesca da sardinha, pelo receio de ataques por submarinos. A falta de sardinha, constitui por assim dizer, a paralisação da importante indústria de pesca e é fácil de avaliar como estarão em breve as famílias a quem faltarem os recursos que lhes vinham dos seus trabalhos da praia" (*O Comércio do Porto*, 300, 18 de dezembro de 1917).
[70] *O Primeiro de Janeiro*, 6, 8 de janeiro de 1918.

É exatamente devido a este problema, que a Base Naval Francesa passa a cooperar com as forças portuguesas na defesa das traineiras que pescavam ao largo de Leixões,[71] algo que provavelmente não fazia parte das suas atribuições iniciais.

É também noticiado, a 14 de junho de 1918 que, para se prepararem, foi levado a cabo um treino de tiro ao alvo pelas embarcações francesas.[72] Não deve ter sido o único, mas foi dos poucos que se ouviu em terra. Era necessário estarem prontos para situações como esta: "Tendo-se ontem recebido aviso de que a 70 milhas a oeste de Aveiro estava um vapor a pedir socorro, por motivo do ataque de um submarino alemão, foi dada ordem para seguir para ali o caça-minas *Margarida Victoria* e outro francês".[73] Apesar de se tratar de um boato falso, demonstra claramente a existência da cooperação entre portugueses e franceses. Todavia, o melhor exemplo surge com o caso da traineira *Primorosa*.

> Procurando pormenores informaram-nos que de facto, antes da meia-noite, a duas milhas da costa, um submarino rompera fogo contra umas traineiras de pesca, sento atingida pelo canhoneio a Primorosa, que estava muito próximo do molhe sul do porto de Leixões, sendo metida no fundo.
>
> Isto deu lugar a grande alarme vindo para a praia, num berreiro ensurdecedor as numerosas pessoas das famílias dos pescadores que estavam no mar.
>
> O alarme foi até às casas voltadas para a praia, tendo fugido muitas famílias, sendo suspenso um baile que se estava realizando numa delas.
>
> A *Primorosa*, ao que constou tinha 30 tripulantes, dos quais se não se sabia o destino, até que mais tarde entrou em Leixões a traineira "Independência", trazendo seis dos náufragos, ignorando-se a sorte dos restantes.[74]

Este é o único caso em que o *modus operandi* das defesas do porto de Leixões é revelado. Assim, o capitão do porto de Leixões manda, antes de mais, preparar as baterias dos molhes. De seguida, reúne-se em conferência com o comandante da Base Naval Francesa, combinando os sinais – de luzes suponho, uma vez que as embarcações portuguesas não se encontravam equipadas com TSF –[75] que os navios

[71] *O Primeiro de Janeiro*, 6, 8 de janeiro de 1918.
[72] "Tiroteio – Esta manhã houve alvoroço nesta vila devido a um tiroteio constante do alto mar. Claro que a toda a gente quis parecer que eram submarinos inimigos que visitavam a costa da nossa terra. Felizmente não era. Os caça-minas da base naval francesa é que faziam exercício de tiro ao alvo e o estampido chegava a terra assustadoramente" (*O Primeiro de Janeiro*, 139, 14 de junho de 1918).
[73] *O Comércio do Porto*, 177, 28 de julho de 1918.
[74] *O Comércio do Porto*, 213, 8 de setembro de 1918.
[75] Inso, *A Marinha*, 62.

patrulha franceses e portugueses deveriam trocar em alto mar, para se identificarem mutuamente, partindo imediatamente em busca do submarino alemão. Por meio da telegrafia sem fios, foi também mandado aproximar do porto de Leixões, um navio que fazia cruzeiro ao largo. Em Aveiro, após a participação do sucedido, partem, ao amanhecer, os hidroaviões lá estacionados.[76] Contudo, apesar destes esforços, o submarino alemão não foi encontrado. Como é natural, já que não houve qualquer ataque submarino. A traineira *Primorosa* levava "matéria explosiva a bordo para lançar ao mar e forçar a sardinha a vir ao de cima da água, e a explosão se deu nessas matérias".[77] Esta é uma técnica, ainda hoje utilizada em algumas zonas do globo, que consiste na detonação de explosivos debaixo de água com o objetivo de matar e forçar o pescado a subir a tona, facilitando assim a sua captura. É por isso mesmo altamente destrutiva para o ecossistema e extremamente perigosa para os próprios pescadores dada a falta de segurança na proteção dos materiais explosivos conforme este incidente demonstra.

Como já referi, a censura de guerra revelou-se uma das principais dificuldades na realização deste trabalho. Precisamente porque um dos elementos principais a ser censurados era o movimento marítimo e, por isso, posso apenas colocar a hipótese de as patrulhas se fazerem sentir com grande intensidade, até mesmo pela raridade de afundamentos na costa norte, ao contrário da zona centro do país, onde estes eram mais frequentes. Com a instalação da Base Aérea de S. Jacinto, em maio de 1918, a prova da existência de tais patrulhas é fácil de obter, uma vez que à patrulha em alto mar por embarcações francesas, se juntavam como complemento as efetuadas por hidroaviões. Estes são notícia por 10 vezes nos diários consultados, pelos voos perto da costa que tinham, aliás, um sistema interessante. Contudo, existia um problema de comunicação entre os hidroaviões e as embarcações. Se um hidroavião detetasse um submarino alemão a informação teria de ser passada às embarcações de guerra para que estas se dirigissem ao local e tentassem eliminar a ameaça submarina presente na zona. Apesar das embarcações francesas estarem equipadas com o sistema de telegrafia sem fios[78] – atualmente denominado de rádio – o mesmo não acontecia com os hidroaviões. O equipamento era simplesmente demasiado volumoso e pesado para que fosse instalado na aeronave. A solução encontrada foi um encontro entre o antigo e o moderno, o pombo-correio e a telegrafia sem fios. Isto é, sempre que um hidroavião

[76] *O Jornal de Notícias*, 213, 10 de setembro de 1918.
[77] *O Comércio do Porto*, 214, 10 de setembro de 1918.
[78] Inso, *A Marinha*, 62.

detetava um submarino alemão, um dos tripulantes libertava um pombo-correio com a informação necessária para as embarcações francesas. Este pombo dirigia-se para o posto de TSF existente no porto de Leixões, que tinha sido inaugurado 5 de abril de 1917.[79] Por sua vez, utilizando a telegrafia, era transmitida a informação recebida através do pombo-correio para as patrulhas que se tomavam as medidas apropriadas de acordo com as decisões do comandante da base.

Como indiquei acima, entre os objetivos para a instalação da base, estava a escolta a embarcações mercantes.

> Comboiado por uma canhoneira francesa, entrou no porto de Leixões, onde está fundeado, o vapor francês *Liger*, o qual, pouco depois de sair de Bordéus, foi atacado por um submarino alemão.
>
> O vapor e a canhoneira atacados ofereceram combate ao submarino inimigo e, com tanta felicidade, que o afundaram, o que os dois navios verificaram por uma rocegagem feita imediatamente.[80]

Porém, o melhor exemplo dessas escoltas surge em maio de 1918, quando "a barca Portugal sendo escoltado pelo *Capucine* da base francesa de Leixões; tendo encontrado um submarino inimigo na Biscaia, abriram fogo contra ele obrigando-o a imergir".[81] Em novembro de 1918, esse mesmo vapor de guerra,

> foi condecorado com a cruz de guerra francesa […] bem como o seu comandante, o Lieutenant Mr Roger Verny, e mais quatro dos seus marinheiros, por terem perseguido e afundado ao norte de Viana do Castelo um submarino inimigo, em 29 de Setembro passado, depois de 11 horas de perseguição.[82]

Resumindo, as únicas embarcações afundadas foram as três já referidas em meados de Dezembro de 1917 – uma traineira, um rebocador e uma chalupa – mas até isso tem explicação, uma vez que as embarcações mais ligeiras, devido à sua velocidade, que era supostamente superior à de um submarino, seriam capazes de escapar dos torpedos lançados por um submarino usando técnicas evasivas, nomeadamente a navegação em ziguezague, em conjugação com a sua velocidade.[83] A menos que o submarino conseguisse emergir imediatamente à frente das

[79] *O Comércio do Porto*, 80, 5 de abril de 1917.
[80] *O Comércio do Porto*, 195, 18 de agosto de 1918.
[81] Pereira, *Marinha,* 434.
[82] *Jornal de Notícias* , 268, 12 de novembro de 1918.
[83] *Anais do Clube Militar Naval*, 11, setembro de 1917.

embarcações e fizesse uso das armas de superfície uma embarcação pequena seria por isso mesmo capaz de evitar um submarino desde que o detetasse previamente.

No entanto, não ficou esclarecido as armas de que dispunham as embarcações francesas para combater um submarino. A única informação de que disponho é de que foram utilizadas armas de superfície, isto é, artilharia. Era por isso mesmo um meio limitado, pois apenas combate caso o submarino estivesse à superfície, se este submergisse escaparia facilmente ao combate. Era um jogo de gato e do rato, o submarino submergia para escapar, mas tinha obrigatoriamente de emergir numa questão de horas para utilizar os motores a *diesel* (que não podiam ser utilizados debaixo de água dados os gases produzidos) e para reabastecimento de oxigénio. Por sua vez a utilização do motor a *diesel* à superfície carregava as baterias elétricas que permitiam assim ao submarino a deslocação enquanto submerso. Se efetivamente as embarcações francesas presentes em Leixões só dispunham de armas de superfície, isto quer dizer que apenas seriam capazes de combater um submarino em dois momentos, quando ele emergia para reabastecimento das baterias elétricas e de oxigénio ou quando ele atacava embarcações à superfície. Se o submarino submergisse após ser detetado, as forças francesas e portuguesas teriam de procurar durante horas até que a necessidade do submarino o forçasse a vir à superfície novamente, porém, nessa altura ele poderia já estar demasiado longe para ser encontrado.

Contudo, à época já existia outra arma disponível e relativamente eficaz, a *depth-charge*.

> São um dos meios mais eficazes contra os submarinos, mas o seu emprego tem todo o caracter ofensivo, e não de simples defesa. A depth-Charge é uma bomba contendo uma pesada carga de alto explosivo, que não explode antes de ter atingido uma profundidade considerável; a sua explosão basta em geral para destruir, ou inutilizar, o submarino imerso nas suas imediações. É lançada sobre o ponto em que se viu mergulhar o submarino. Conquanto o subterfugio dos alemães, deixando vir à superfície intencionalmente óleo e destroços, tenha lançado alguma dúvida sobre os seus resultados, alguns relatos de navios mostram concludentemente que as depth-charges têm afundado submarinos.[84]

Não encontrei, todavia, nenhuma noticia que demonstrasse a utilização destes explosivos por parte da esquadrilha francesa. O simples facto de, em dezembro de 1917, as embarcações francesas retirarem para o porto por não encontrarem o

[84] *Anais do Clube Militar Naval*, 11, setembro de 1917.

submarino, leva-me a crer que, na verdade, não dispunham das *depth-charge*, pois, se assim fosse, teria sido possível lançá-las na zona onde o submarino submergira.

4. A Base Naval e a sua Relação com a Cidade do Porto

A Base Naval na sua estadia em Leixões não foi apenas motivo para notícias de carácter bélico. Certas cerimónias e festividades foram, de igual modo, razão para referências nos jornais portuenses, como a visita de Sidónio Pais ao Porto.

A 15 de Janeiro de 1918, Sidónio Pais faz uma visita oficial ao Porto. Ao percorrer a cidade, dirige-se à Base Naval Francesa de Leixões, onde *o* "esperava a respetiva oficialidade, fazendo guarda de honra marinheiros franceses".[85] Esta ida à Base Naval não é de todo inocente, servindo, certamente, determinados objetivos de carácter interno e externo. Em janeiro de 1918, Sidónio e o novo regime ainda não estavam reconhecidos pelas potências aliadas, França e Inglaterra. Contudo, confrontadas com a presença de Sidónio Pais, as forças militares francesas da Base de Leixões, não podiam deixar de fazer a guarda de honra, sem causar um incidente diplomático. Ora, isto leva-me a concluir que esta visita servia dois propósitos. O primeiro seria o de forçar as forças militares francesas a reconhecerem-no enquanto chefe de Estado português, forçando, dessa forma, a diplomacia aliada a reconhecer o regime de facto. O segundo, seria o de reforçar internamente a sua legitimidade à frente dos destinos de Portugal. Significativamente, na sua segunda visita ao Porto, que se realiza pouco depois, Sidónio não visita a Base, estando já o regime reconhecido internacionalmente.

De carácter oficial foi também a cerimónia de entrega das insígnias da Legião de Honra. A 27 de Abril de 1918, o *Jornal de Notícias* noticia que o governo francês concedeu a um conjunto de personalidades militares e civis, em diversos graus-hierárquicos, a Legião de Honra.[86] Em 29 de Maio seguinte, *O Comércio do Porto* refere que o Cônsul francês em Lisboa ofereceria um almoço a 31 do mesmo mês, aos

[85] *O Comércio do Porto*, 12, 15 de janeiro de 1918.
[86] Grande oficial: vice-almirante Costa Ferreira, major general da Armada; Comendadores: contra-almirante Cunha Lima, chefe do Departamento Marítimo do Norte; contra-almirante Costa Sousa Macedo Mesquitela, chefe do Departamento Marítimo do Sul, contra-almirante Silveira Moreira, chefe do Estado-Maior da Majoria General. Oficiais: capitão Howel, chefe do Departamento Marítimo do Norte; capitão Clemente Gomes, director do porto de Leixões; Cavaleiros: capitão Santos Fradique, chefe do Estado-Maior da Divisão Naval; 1º tenente Soares, director das Defesas Marítimas; 1º tenente Carlos Santos, director do porto de Lagos; 1º tenente Silveira Duarte d`Almeida, comandante do *Patrão Lopes*; 1º tenente Sacadura Freire Cabra, aviador guarda-marinha; Adolfo Trindade, aviador; capitão-maquinista João Costa, ajudante de campo do ministro da Marinha; José Domingues d`Oliveira, cirurgião, chefe da 2ª Circunscrição Sanitária Marítima e director do Hospital Parque de Leixões (*Jornal de Noticias*, 89, 24 de abril de 1918).

agraciados com a Legião de Honra, local onde as recebessem.[87] Porém, a três elementos do norte do país: José da Cunha Lima, almirante, Alfredo Guilherme Howel, chefe do Departamento Marítimo do Norte e José Domingues de Oliveira, cirurgião, chefe da 2ª Circunscrição Sanitária Marítima e diretor do Hospital Parque de Leixões, estas foram entregues numa cerimónia na Base Naval Francesa de Leixões.

> Como tivemos ocasião de noticiar, realizou-se hoje a entrega de insígnias do oficialato e cavaleiros da Legião de Honra, respectivamente, aos Srs. José da Cunha Lima, Alfredo Guilherme Howel e Dr. José Domingues de Oliveira. Às 10 horas e meia precisas da manhã, estando formadas em quadrado forças da marinha francesa e portuguesa, com a assistência de muitas senhoras e cavalheiros, entrara no quadrado da esplanada, acompanhados pela oficialidade e cônsul francês no Porto, os Srs. Howel e Dr. Oliveira; depois, acompanhado pelo comandante Juin, da base naval, entrou o Sr. Howel, vestiam as suas fardas de oficias superiores da marinha, ostentando ao peto bastantes medalhas; o Sr. José de Oliveira vestia fato de Frak e calçava luva branca.
>
> Depois do Sr. Cunha Lima passar revista às forças e dados os toques de sentido, começou a entrega das insígnias, feita pelo comandante Juin. Este acto revestiu todo o rigor militar francês e feito com simplicidade, mas muito significativas as cerimonias usadas para cada entrega.
>
> No final as forças desfilaram perante os honorificados e estes receberam os cumprimentos da oficialidade francesa e portuguesa e dos civis que assistiram ao acto.

Como podemos ver pela descrição do evento, tratou-se de uma cerimónia de importância, num contexto de cooperação interaliada. Não foi, no entanto, a única; outra cerimónia do género ocorreu, desta vez com a entrega da Cruz de Ferro francesa a marinheiros franceses responsáveis, segundo na altura se pensou, pelo afundamento de um submarino.

> Anteontem, às 10 horas, foi condecorado com a cruz de guerra francesa o chalutier "Capucine", bem como o seu ilustre comandante, Lieutenant Mr Roger Verny e mais 4 dos seus marinheiros, por terem perseguido e afundando ao norte de Viana do Castelo um submarino inimigo em 29 de Setembro, depois de 11 horas de perseguição.
>
> Este mesmo distinto oficial foi há tempos condecorado pelo governo português com a Torre e Espada, sendo-lhe oferecido colar e respectiva insígnia.[88]

[87] *O Comércio do Porto*, 125, 29 de maio de 1918.
[88] *O Primeiro de Janeiro*, 268, 12 de novembro de 1918.

A um nível mais informal, a base naval francesa relacionou-se com duas instituições: A *Société Amicale Franco-Portugaise* e *Chantiers-Navals Franco-Portugais*. A primeira de carácter cultural, sob a direção de Leal da Câmara; a segunda, uma empresa de transporte de mercadorias e passageiros francesa, que tinha no Porto, como delegado, Diogo Joaquim de Matos.

A *Societé Amicale* é inaugurada a 29 de Abril de 1917,[89] tendo como objetivo "fomentar e multiplicar as relações entre Portugueses e Franceses, ajuda-los, na medida do possível, e defender os mútuos interesses dos dois países".[90] Rapidamente, esta sociedade integrou nos seus serões a oficialidade francesa da Base, começando com um banquete oferecido em homenagem a estes e ao chefe do Departamento Marítimo do Norte a 1 de Dezembro de 1917.[91] Devido à estadia dos marinheiros franceses, que provavelmente não falavam a língua, a *Societé* abre um curso de português:

> destinados aos cidadãos franceses que estão no Porto e ainda desconhecem a nossa língua. A maioria dos alunos será composta de marinheiros da base naval francesa de Leixões, de controleurs de várias fabricações tais como Chalands, munições, etc.[92]

Contudo, rapidamente os papéis se inverteram e, a 16 de março de 1917, Leal da Câmara é homenageado pelo seu trabalho[93] e "pelos relevantes serviços por ele prestados à Societe Franco-Portugaise […] e pela […] sua acção como artista e como propugnador da aproximação intelectual e económica da França e de Portugal",[94] contando com a presença da oficialidade francesa da Base. Talvez pelo fim da guerra, ou pela retirada da base, o encerramento da Societé é decidido pela direcção em 1918.[95]

Diogo Joaquim de Matos é o primeiro a organizar um banquete de homenagem à oficialidade da Base Naval Francesa em 13 de novembro de 1917,[96] talvez por ser representante de uma empresa ligada à navegação, que por este meio pretendia demonstrar o seu apreço pela ação da marinha francesa estacionada em Leixões. Ou, então, porque o anfitrião esperasse assegurar, dessa forma, especial atenção nas escoltas prestadas às suas embarcações quando saíssem do porto Douro-Leixões.

[89] *O Comércio do Porto*, 101, 29 de abril de 1917.
[90] Ferreira Martins, *França Portugal* (Lisboa: Neogravura, 1965), 14.
[91] *O Comércio do Porto*, 287, 1 de dezembro de 1917.
[92] *O Comércio do Porto*, 48, 28 de fevereiro de 1918.
[93] *O Comércio do Porto*, 62, 16 de março de 1918.
[94] *O Comércio do Porto*, 63, 17 de março de 1918.
[95] Martins, *França,* 15.
[96] *O Comércio do Porto*, 270, 13 de novembro de 1917.

Com efeito, este não foi o último, sendo organizado outro jantar de homenagem à oficialidade da Base a 24 de setembro de 1918.[97]

Esta empresa realizou também algumas celebrações envolvendo a *Societé* e a Base Naval, em duas ocasiões distintas, mas relacionadas. Num período de guerra. e principalmente, neste conflito em que as embarcações de transporte faziam falta, a *Chantiers Navals Franco-Portugais* realizou um empreendimento grandioso para esta zona do país, comissionando a construção de 15 embarcações de transporte – 5 em Vila Nova de Gaia e 10 em Vila do Conde –[98] todas destinadas, pelo menos na sua primeira viagem, ao transporte de mercadorias para França "com importantes carregamentos de vinho e outros produtos",[99]

> É preciso ir à Azurara para se ver quanto os nossos amigos Srs. Diogo e Fernando de Mattos, almas dedicadas da empresa Chantiers Navals, estão prestando ao país e à causa dos aliados com a sua assombrosa actividade. Não é iniciativa a medo, a construção de um ou outro barco, mas a iniciativa rasgada e ampla, à americana, impulsionando vontades e tornando produtivos grandes capitais.[100]

Ao primeiro lançamento de uma embarcação em Vila Nova de Gaia (*Lighter France*), e em Vila do Conde (*Chaland Lisbonne*), seguiu-se um banquete envolvendo as principais personalidades militares e civis da cidade do Porto, onde obviamente não faltaram os oficiais da Base Naval.

Como não podia deixar de ser, a oficialidade da Base foi também presença nas comemorações do 14 de julho, organizadas pela Junta Patriótica do Norte, que envolveram todas as altas figuras francesas e portuguesas da cidade do Porto.[101]

A Base Naval é também notícia aquando do anúncio do Armistício a 9 de novembro de 1918, quando as embarcações que "compõem a base naval francesa em Leixões arvoraram o pavilhão grande, em sinal de gala"[102] e, depois, pelas celebrações efetuadas pela sua assinatura em 11 de novembro de 1918.[103]

A Base Naval foi também alvo de algumas notícias de carácter criminal. A 28 de Junho de 1918, *O Primeiro de Janeiro* bem como o *Jornal de Notícias* noticiam a prisão de alguns habitantes de Leixões acusados de furto. Durante 8 meses, notaram-se faltas

[97] *O Primeiro de Janeiro*, 226, 24 de setembro de 1918.
[98] *O Comércio do Porto*, 160, 9 de julho de 1918.
[99] *O Comércio do Porto*, 238, 8 de outubro de 1918.
[100] *O Comércio do Porto*, 238, 8 de outubro de 1918.
[101] *O Comércio do Porto*, 168, 16 de julho de 1918.
[102] *O Comércio do Porto*, 263, 9 de novembro de 1918.
[103] *O Comércio do Porto*, 238, 8 de outubro de 1918.

de carvão no depósito da Base Naval, aproveitando a falta de policiamento em Leixões, segundo denuncia *O Primeiro de Janeiro.*[104] Após denunciado o caso à Polícia Judiciária e realizadas as investigações, foram presos três indivíduos como autores dos furtos e outros cinco como recetores do material furtado. "Nas buscas feitas às casas dos presos foi apreendido carvão no valor de 1.234$70".[105] Porém, acredito que o material apreendido seja apenas uma fração reduzida do total roubado uma vez que todos os que tinham sido presos tiveram a capacidade financeira para pagar a fiança no valor de 1.000$00 para os recetores[106] e de 2.000$00 para os autores do furto.[107] A isto junta-se a grande procura que existia por bens de primeira necessidade, como é o caso do carvão, numa altura em que a crise de subsistências se fazia sentir, pelo que uma grande parte já não estaria na posse destes homens.

A presença francesa originou alguns conflitos com os locais. A 27 de março de 1918 é noticiado pelo *Comércio do Porto* que:

> Esta tarde, na rua Brito Capelo, deu-se uma grave desordem entre marinheiros [que se encontravam embriagados] das guarnições da esquadrilha francesa de patrulha, fundeada em Leixões e uns soldados portugueses. Averiguou-se que os marinheiros se encontravam embriagados, tendo de intervir na contenda algumas praças da guarda republicana, aqui destacadas, e que prenderam dois marinheiros.[108]

Provocou tal alvoroço, que as lojas da rua fecharam, tendo um dos marinheiros ficado ferido e recusado curativo. Os presos foram depois entregues ao comandante da Base Naval para serem punidos pelo seu comportamento, conforme determinava a Declaração do governo português e francês de 26 de setembro de 1917.[109] Esta declaração é, contudo, interessante. Aquando das negociações para o envio do Corpo Expedicionário Português, para França, ficou estabelecido que este ficaria integrado no exército britânico, e que em caso de em caso de violação da lei por parte de algum membro do exército, o julgamento competia ao país de nacionalidade do perpetrador.[110]

---

[104] "Há uma falta de policiamento na bacia de Leixões, que levanta os protestos de todos os que ali têm interesses a defender. Nos vapores que ali fundeiam e recebem carga os roubos são à má cara. Não levam os barcos por serem pesados bastante. Com que desplante se rouba! Há pouco tempo de um vapor trouxeram para terra o virador de bordo que deve pesar o melhor dos seus 500 quilos. Nada escapa. E como é que a polícia do porto, ronda ou lá o que se deve chamar, não fiscaliza os barcos que navegam pela bacia, de noite?" (*O Primeiro de Janeiro*, 95, 24 de abril de 1918).
[105] *O Primeiro de Janeiro*, 151, 28 de junho de 1918.
[106] *Jornal de Noticias*, 132, 29 de junho de 1918.
[107] *Jornal de Noticias*, 133, 30 de junho de 1918.
[108] *O Primeiro de Janeiro*, 72, 28 de março de 1918.
[109] 15 de Novembro de 1917, *Diário da República*, declaração 178, 15 de novembro de 1917.
[110] Ministério, *Portugal,* 108-112.

E se for levado também em linha de conta a data de missão da declaração dos dois governos, 17 de Novembro de 1917 – altura em que pelo menos já e havia iniciado a instalação da base naval francesa. Poderá ser inferido que esta declaração servia principalmente para prever este tipo de situações relativamente aos marinheiros adstritos à Base Naval Francesa de Leixões.

Conclusão

Este trabalho vem reforçar a cronóloga de Jaime Correa do Inso e, na minha opinião, oferecer um pequeno complemento ao trabalho por ele realizado sobre a participação da marinha portuguesa na Grande Guerra. Fornece assim novos elementos, não só sobre os meios envolvidos para também sobre os agentes militares envolvidos.

Acredito também ter respondido a todas as questões a que me propus responder. Com este estudo, foi possível chegar à conclusão que a Base Naval Francesa de Leixões desempenhou um papel fundamental na costa norte portuguesa, uma vez que, nenhum navio de grande tonelagem foi afundado, apenas traineiras e pequenas embarcações que não eram normalmente escoltados. Para isso a colaboração franco-portuguesa foi fundamental. Não eram dois sistemas independentes de defesa, sem coordenação que estavam instalados em Leixões. Claramente, o sistema português, com as suas defesas terrestres e as suas embarcações – limitados recursos é certo – trabalhou conjuntamente com as embarcações francesas e, mais tarde, com os seus hidroaviões na defesa do tráfego mercante principal objetivo da presença gaulesa. Esta colaboração acabou por evoluir para uma proteção das embarcações piscatórias, evitando-se assim o agravar da crise de subsistências, que, na minha opinião, teria sido muito mais grave se este sistema defensivo não estivesse instituído.

Esta estadia não foi apenas de carácter militar, desenvolveram-se laços culturais, financeiros e políticos entre a alta sociedade portuense e a oficialidade da base naval. E, apesar dos problemas de carácter criminal, o confronto entre as guarnições portuguesas e francesas, e o roubo de carvão, não parecem ter afetado o bom entendimento entre as autoridades nacionais e a população portuense com as forças gaulesas instaladas.

Acredito, porém, que o estudo não está completo. É preciso encontrar mais documentação sobre esta base, principalmente o acordo assinado entre os dois

governos e a documentação referente à sua negociação e qual a posição britânica relativamente à colocação de forças francesas em território português, que talvez possa ser encontrado no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Existe também um elemento que Jaime Correia do Inso refere a que não tive oportunidade de dar seguimento. Conforme é referido no artigo, as forças francesas inspecionaram embarcações de países não-beligerantes em águas territoriais portuguesas, chegando mesmo a deter cidadãos de países neutrais. Segundo o autor, estas apreensões levaram a pequenos conflitos diplomáticos que merecerem alguma investigação, principalmente para ver como foram resolvidos, e de que forma a diplomacia francesa e até britânica intervieram.

É igualmente possível que exista documentação, principalmente de cariz militar sobre as operações militares desenvolvidas pelas forças francesas adstritas à base naval francesa de Leixões no Arquivo da Biblioteca da Marinha. Além disto, devido à ligação estabelecida, a base aérea de S. Jacinto, neste período deveria ser alvo de um estudo idêntico, sendo possível a partir de aí avançar para um estudo geral sobre os apoios fornecidos pelos aliados na defesa portuguesa, tanto costeira como em alto mar, principalmente os apoios concedidos na defesa do porto de Lisboa, as patrulhas inglesas e francesas no Algarve e a base americana dos Açores.

Fontes

Impressas

Anais do Clube Militar Naval, 1917. Número 11.

Jornal de Noticias, 1917-1918.

O Comércio do Porto, 1917-1918.

O Primeiro de Janeiro, 1917-1918.

Diário da Republica. Decreto nº 2236. 24 de Fevereiro de 1916.

Diário da República. Lei nº 735. 10 de Julho de 1917.

Diário da Republica. Declaração nº 178. 15 de novembro de 1917.

Bibliografia

Becker, Jean-Jacques. *A Grande Guerra*. Mem Martins: Europa-América, 2005.

Chant, Christopher. *Warships of the World*. Hertfordshire: Hermes House, 2011.

École Naval. "René Nielly". Acedido em 14 de janeiro de 2014. http://ecole.nav.traditions.free.fr/ecoles_commandant_nielly.htm

Ferro, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002.

Gallica. La Revue de Paris. Acedido em 24 de junho de 2014, http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k176564/f189.image.r=escadrilles%20Leix%C3%B5es.langPT

Gomes, Nuno Santa Clara, "Guerra no Mar", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord.), *Portugal e a Grande Guerra.* Lisboa: QuidNovi, 2010.

Inso, Jaime Correia do, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006.

Martins, Ferreira. *França Portugal*. Lisboa: Neogravura, 1965.

Pereira, José António Rodrigues. *Marinha Portuguesa. Nove Séculos de História.* Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2010.

Rezendes, Sérgio Alberto Fontes. *A Grande Guerra Nos Açores: Memória Histórica e Património Militar*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2008.

Sanches, Armando Bardalo. "A Marinha Portuguesa na I Guerra Mundial". Acedido em 14 de janeiro de 2014. http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=140%3Aa-marinha-portuguesa-na-i-guerra-mundial-parte-ii-a-accao-da-marinha-na-europa&catid=25%3Aboletim-no-409&Itemid=15

Strachan, Hew, “From Cabinet War to Total War. The Perspective of Military Doctrine, 1861-1918”, Roger Hickering; Stig Forester (coord.), *Great War, Total War. Combat And Mobilization on the Western Front, 1914-1918*. Washington: Cambridge University, 2000.

Telo, António José, “Estratégia Naval Portuguesa (1916-1918)”, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coords.), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: QuidNovi, 2010.

Telo, António José. *Primeira República: do Sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

Ministério dos Negócios Estrangeiros – Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Lisboa: 1997. Tomo I e II.